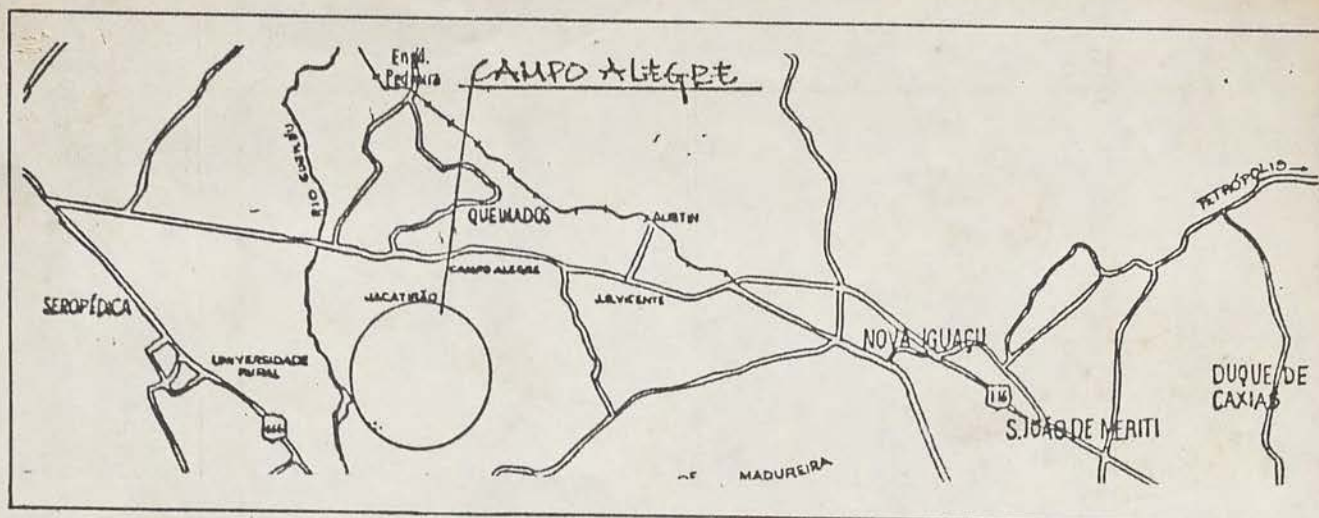


FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/2	
Nome da Pasta	Campo Alegre
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	647
Quantidade e tipo de documentação	Mapas, relatórios, projetos, avaliações, processos, censos, panfletos.
Dia/ Mês/Ano	1984-1991
Formato	A4, A3
Resumo	O arquivo reúne relatórios, mapas, projetos, censos, recibos, declarações, panfletos e outros documentos a respeito do Mutirão de Campo Alegre, ocupação rural realizada no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro.
Palavras-Chave	Mutirão de Campo Alegre, assentamento, ocupação
Notas explicativas	A documentação foi doada para digitalização pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, local em que estão depositados os documentos originais. Mantemos aqui a mesma organização da documentação que se encontra no Arquivo da Cúria: de forma geral, trata-se de Fundos, subdivididos em caixas.

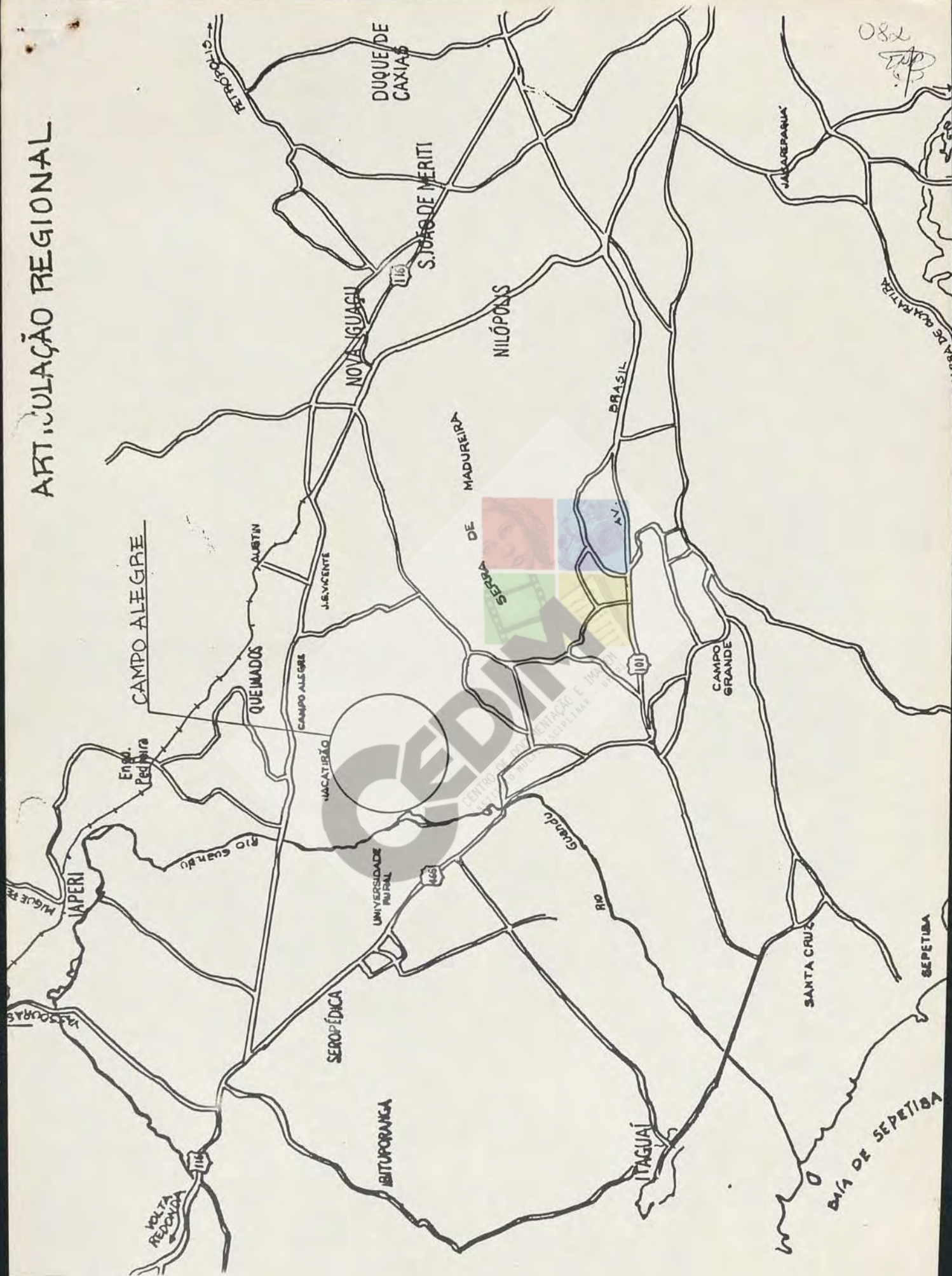


governo do estado do rio de janeiro
secretaria de estado de
assuntos fundiários & assentamentos humanos

assentamento de
campo alegre

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

ARTICULAÇÃO REGIONAL





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

I - IDENTIFICAÇÃO FÍSICA E HISTÓRICO

I.1 - IDENTIFICAÇÃO

- NOME DO PROJETO DE ASSENTAMENTO - Fazenda Campo Alegre
- NOME DO IMÓVEL - Loteamento Campo Alegre e Vila Paulo Zander

I.2 - LOCALIZAÇÃO

- UNIDADE DA FEDERAÇÃO - Rio de Janeiro
- MICROREGIÃO HOMOGÊNEA - Fluminense do Grande Rio
- MUNICÍPIO - Nova Iguaçu
- DISTRITO - 2º Queimados
- LOCALIDADE - Campo Grande
- DISTÂNCIA DO IMÓVEL À SEDE MUNICIPAL - 15 km

I.3 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E POTENCIALIDADE

- ÁREA DO IMÓVEL - 2.059 ha
- ÁREA APROVEITÁVEL - 1800 ha
- ÁREA EXPLORADA - 848 ha
- ÁREA DE RESERVA LEGAL - 180 ha
- ÁREA PREVISTA PARA INFRAESTRUTURA - 5 ha
- CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO PREVISTA - 450 lotes
- ÁREA DE USO COLETIVO - 46 ha



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

I.4 - ASPECTOS FÍSICOS

CLIMA:

Entre o estudo do comportamento dos elementos climatológicos atuantes na baixada litorânea, devem-se destacar a pluviosidade, a temperatura e a umidade relativa.

As áreas de baixada possuem um clima tropical com estação seca no inverno, a sua duração média é de quatro meses.

A pluviosidade situa-se em 1000 mm anuais. Quanto à temperatura, suas médias anuais variam em torno de 23°C devido ao elevado número de horas de insolação. Já os teores anuais de umidade relativa situa-se entre 75% e 78%.

RELEVO:

Suave e levemente ondulado.

SOLO:

Em levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola, caracterizou-se genericamente os solos tipo a abc e 2"(a)bc, ou seja, de aptidão regular para a agricultura nos níveis de média e alta adoção tecnológica.

Em algumas áreas, com restrições a lavouras conduzidas com baixa adoção tecnológica e em outras, com possibilidade de mais de um cultivo por ano. Apresentam poucas limitações e mecanização, pouco risco de erosão e necessidade de aplicação de calcário e adubos.

Segundo levantamento realizado pela SUPLAN-1977, os solos de



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Campo Alegre são classificados genericamente em:

Solos com aptidão regular para culturas de baixo, médio e alto nível tecnológico, com áreas possíveis de mais de um cultivo por ano. Limitação baixa a média em relação ao risco de erosão e limitação média ao uso de maquinário agrícola.

Numa análise mais detalhada, a luz dos conhecimentos obtidos em campo, nos permitiu a elaboração do Mapa de aptidão agrícola expedida de Campo Alegre, (em anexo), onde foram classificados os solos em quatro categorias, segundo sua capacidade de uso:

SOLO TIPO 2

Aproximadamente 1693 ha., áreas de aptidão regular para níveis baixo, médio e alto de manejo tecnológico. Sem limitação ao uso de máquinas agrícolas e média fertilidade e com poucos riscos de desgaste por erosão. Possibilidade de mais 1 (um) cultivo por ano.

É a área que aceita uso mais intensivo dentro do espaço de Campo Alegre. Usando-se técnicas adequadas, pode-se conseguir até três cultivos por ano. São recomendadas lavouras voltadas para o mercado do Grande Rio, principalmente a horticultura irrigada na época da seca (inverno), por permitir maiores rendimentos.

De uma maneira geral, pode-se considerar uma área mínima de 3 ha e uma área máxima de 5 ha, como módulo familiar, onde se encontra esse tipo de solo.

Para definir dentro desta variação o tamanho preciso do lote, são necessários levantamentos "in loco" a fim de identificar áreas com limitações à lavoura, principalmente:

- Devido a pouca profundidade do solo
- Textura do solo (arenosidade)



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

- Áreas que sofreram retiradas de areia de emboço
- Áreas com inundações permanente
- Existência de áreas desgastadas e com solo compactado : pelo pastoreio intensivo.

SOLO TIPO 3 - 4 - 5:

Aproximadamente 429 ha, aptidão restrita à agricultura de média e alta tecnologia, inapto a lavouras de baixa tecnologia.

Aptidão regular à pastagens e reflorestamento econômico.

São áreas inaptas a lavoura de ciclo curto, sendo recomendadas para lavoura de ciclo longo, lavouras permanentes, pastagem ou reflorestamento econômico, em ordem decrescente de potencialidade de uso.

Áreas compostas exclusivamente destes tipos de solos, determinam um lote para exploração familiar entre 5 e 10 ha, já que admitem uso menos intensivo.

É necessário um levantamento em campo, feito por especialista, para discriminar os solos tipo 3, 4 e 5. Quanto mais apto for a agricultura, menor deverá ser a unidade familiar, até no mínimo de 3 ha. Deve-se evitar entretanto, lotes que apresentem exclusivamente solos tipo 4 e 5, inaptos a agricultura.

SOLO TIPO 6

Aproximadamente 180 ha, inapto à agricultura, pastagem ou reflorestamento econômico, recomendado a preservação permanente, e/ou reflorestamento ecológico.

ÁREAS SUJEITAS À INUNDAÇÃO PERMANENTE



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Aproximadamente 128 ha, áreas sem aproveitamento agrícola.

- Posto pluviométrico - Existe na EMBRAPA, km 47
- Estação evaporimétrica - (Classe A) EMBRAPA (Itaguaí) e Departamento de Irrigação e Drenagem da UFRRJ:
- Posto fluviométricos
FEEMA - postos QM 270, QM 271, PO 290 e IR 351

MANANCIAIS

- Rio do Poços
- Rio Queimados
- Rio dos Cachorrinhos ou Sarapó ou Camboatá
- Rio Cabuçu
- Rio Ipiranga

VEGETAÇÃO

Caracteriza-se por área de pastoreio intensivo, onde predomina o capim "rabo de burro", com ausência de recursos naturais renováveis, necessitando de reflorestamento.

I.5 - HISTÓRICO

Campo Alegre constitui-se no mais expressivo assentamento espontâneo do Estado do Rio de Janeiro, não só pelo número de famílias, como também pelo seu nível de organização. Foi uma ocupação realizada em janeiro de 1984.

Com organização própria-Associação Mutirão de Campo Alegre- é



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

composto de ex-lavradores e desempregados urbanos que passaram a perseguir sua consolidação nessa área dominada por grileiros que, ao longo do tempo, de lá afastaram proprietários de glebas urbanas, dos mal planejados loteamentos ali implantados. Sob um clima de tensão, resistiram até junho de 1984, quando é decretada área de utilidade pública pelo Governo do Estado.

Esta área era explorada pela criação extensiva de gado, retirada de grama em placas, retirada de areia de emboço e retirada de lenha em metro. Servindo ainda como vazadouro de lixo e resíduos industriais.

A grande extensão da Região Programa, aliada a sua proximidade dos centros consumidores e ao elevado potencial de aproveitamento agrícola sub explorado, nos deixa a perspectiva de, com baixa relação custo/benefício, torna-se um marco na recuperação do cinturão Verde do Grande Rio.

A população diretamente beneficiada pela Fazenda Experimental - Campo Alegre é de aproximadamente 600 famílias assentadas.

Indiretamente será atingida toda a população do Grande Rio, principalmente das comunidade vizinhas, que se beneficiarão da revitalização do ambiente sócio-econômico, e do aumento na oferta de alimentos.

A intervenção do Governo do Estado proporcionou o custeio de insumos, através de 4 Planos Emergenciais para subsistência, além de infraestrutura física e social.

O assentamento de Campo Alegre vem sendo beneficiado, através de convênios entre a SEAF, a associação do Mutirão e várias entidades, com recursos destinados à aquisição de maquinários, obras diversas e de assessoramento técnico de diferentes necessidades (sociais, agronômicas, etc.).



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

II - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

II.1 - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A área foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação em 20.06.84 através do Decreto 7351 e teve este decreto retificado em 13.02.87 através do Decreto nº 9635.

Trata-se de uma área de loteamento, grilada através do tempo, com 23.333 lotes que estão em processo de caracterização por esta Secretaria e a PGE, com vistas às devidas indenizações.

II.2 - APTIDÃO AGRÍCOLA

O presente estudo deve ser considerado como uma primeira aproximação do potencial de uso dos solos de Campo Alegre.

Tem como base, estudos regionais amplos e constatações "in loco" realizado no contexto de uma ampla vivência da realidade local.

Carece entretanto, de estudos mais detalhados que permitiriam uma maior precisão na recomendação de práticas agrícolas adequadas, bem como na definição do módulo familiar.

ECONOMIA AGRÍCOLA REGIONAL

Na agricultura da baixada fluminense e que também é praticada em Campo Alegre, as culturas mais frequentes podem ser agrupadas de acordo com sua finalidade em culturas de subsistência e culturas de mercado, exemplificada no quadro abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA

Abóbora
Aipim
Arroz
Feijão
Milho (grão)

CULTURAS DE MERCADO

abobrinha - jiló - Vagem
alface - Maracujá
batata - Milho verde
beringela - Pimentão
chuchu - quiabo

Podemos estabelecer a grosso modo, relação direta entre culturas de subsistência e o nível de baixa adoção tecnológica, assim como os cultivos de mercado com níveis de média adoção tecnológica.

O estudo da economia agrícola regional nos mostra que são as lavouras de mercado, conduzidas na época seca, com o uso de irrigação, que viabiliza a pequena propriedade rural. Ver quadros:

EXEMPLOS DE CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA:

CULTURA	CICLO (meses)	PRODUTIVIDADE (ton/ha)
Aipim	09	10,0
Arroz	05	1,5

EXEMPLO DE CULTURAS DE MERCADO:

CULTURA	CICLO (meses)	PRODUTIVIDADE (ton/ha)
Quiabo	06	15
Jiló	05	20



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Encontramos ainda sérios entraves a comercialização dos produtos, principalmente com relação às culturas de baixa tecnologia, que não tem condições de competir com a produção em larga escala de outras regiões.

Soma-se a isto o baixo nível de conhecimento tecnológico dos agricultores, que dominam poucos sistemas de produção rentáveis, via de regra, apenas cultura de quiabo.

Muitos agricultores sobrevivem com o cultivo de quiabo "da seca", o uso de irrigação supera-se a carência hídrica, assegurando boa produtividade na época da entressafra quando os preços estão em alta no mercado.

II.3 - CAPACIDADE PRODUTIVA DOS BENEFICIÁRIOS

A grande maioria dos assentados são de origem rural, porém, tiveram uma passagem pela área urbana trabalhando em indústria, construção civil ou como biscateiros, além de que na área rural muitos não desenvolviam seus trabalhos durante todo o ciclo das culturas, trabalhando como boia frias em culturas como a cana e o café. Uma pequena minoria domina as técnicas agrícolas, necessitando portanto não só de apoio a produção por parte do Estado, mas de um trabalho criterioso de assistência técnica para que os mesmos tenham uma boa produção que atenda as suas necessidades alimentícias e possam comercializar seus excedentes.

Devido a área ocupada por cada família ser pequena (3,0 ha), caberá ao técnico orientá-los para uma diversificação de culturas e plantio com vistas ao mercado, pois na proximidade do assentamento temos grandes centros consumidores.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

II.4 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O assentamento de Campo Alegre encontra-se sub-dividido em 06 regionais (Acampamento, Fazendinha, Marapicú, Chapadão, Capoeirão e Mato Grosso) sendo, tanto a administração do Mutirão quanto a das regionais, escolhidas democraticamente, através do voto secreto dos seus associados, de dois em dois anos e cuja organização é o que se segue:

MUTIRÃO:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Tesoureiro
- 2º Secretário
- 2º Tesoureiro
- 6 membros do conselho fiscal
- 1 diretor social

REGIONAIS:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário
- Tesoureiro
- 2º Secretário
- 2º Tesoureiro
- 1 Diretor Social
- 3 membros do Conselho Fiscal



SERVIÇO PÚBLICO ESTATUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Uma vez por mês são realizadas as reuniões do mutirão com participação de todas as regionais e nos quais são levantadas todas as pendências, problemas de organização e reivindicações a serem encaminhadas.

O assentamento funciona como República Federativa onde a União está representada na presidência geral e os estados são as regionais com seus presidentes funcionando como governadores.

Dentro desta organização as atribuições estão perfeitamente delimitadas impedindo superposições e atrelamentos.

II.5 - ADMINISTRAÇÃO COMUNITÁRIA

O assentamento através de suas associações regionais vem administrando os seus bens precariamente, pois das suas 6 (seis) regionais apenas 2 (duas) tem boa administração.

O assentamento é administrado no todo pela Associação Mutirão Campo Alegre, porém, devido ao tamanho de sua área e o número de famílias assentadas, este se dividem em regionais.

Cada regional é responsável por uma parte dos investimentos aplicados na área, como tratores e seus implementos, beneficiadora de arroz, debulhador de milho, engenho de cana, caminhão, serpa circular, motobombas, além de insumos agrícolas que são repassados aos assentados pelas associações regionais.

II.6 - INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

SEDE:

Localizada na regional do acampamento, região central do assentamento onde se encontra o escritório da Associação Mutirão de Campo Alegre e são realizadas as assembléias gerais. Funciona'



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

também na sede, o posto médico do mutirão, que atende a todo o assentamento.

ESTRADAS:

O Assentamento é servido por várias estradas, pois é oriundo de um loteamento abandonado, assim como suas estradas, de péssimo estado de conservação.

REDE ELÉTRICA:

O assentamento não é servido de instalações elétricas, porém, já foi feito o levantamento pela Light para implantação do sistema de baixa renda.

ESCOLA:

Existe uma escola estadual (escola isolada), no interior do assentamento que atende as crianças de 1a. a 4a. série, sendo que nos limites do assentamento com o conjunto habitacional São Expedito, existe um CIEP com capacidade para 1.000 crianças.

CENTRAL DE BENEFICIAMENTO:

Na regional Capoeirão foi montada uma central de beneficiamento composta pelos seguintes equipamentos: piladeira de arroz, fôrrageira para seco e verde, serra circular, debulhador de milho e engenho de cana.

ESTÁBULO

Existe na regional Capoeirão um estábulo com capacidade para 80 vacas, que é usado precariamente pela regional.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

GALPÃO:

Localizado na regional Acampamento, que será usado para guarda de calcario a ser distribuido aos assentados.

CASAS:

Várias casas que eram ocupadas pelos grileiros e hoje são ocupadas pelos assentados, algumas sendo usadas como sede das regionais.

III - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Cevido as condições climáticas, existência de topografia plana na maioria das áreas, e proximidade aos centros consumidores, dividimos o calendário agrícola de Campo Alegre, em 02 grandes períodos. O primeiro deles, compreenderia os meses de março à agosto, e seria dedicado as lavouras de mercado, olerícolas de inverno, quando o abastecimento feito pela região serrana torna-se deficiente devido as condições climáticas adversas e estas alcançam grande rentabilidade. O segundo período, iniciar-se-ia em setembro, estendendo-se até fevereiro, e seria ocupado pelo plantio de culturas de subsistência como o milho, feijão, arroz, entre outros.

A SEAF vem atuando na área desde a sua ocupação, fornecendo aos assentados os insumos necessários para o início de sua produção, assim como preparo de solo (0,5 ha/família).

No final de 85 a SEAF forneceu ao assentamento além de insumos agrícolas, 3 tratores de 36 HP e implementos, 4 micro-tratores'



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

de 16 HP, 1 máquina de pilar arroz, 6 conjuntos de policultores (tração animal), 1 máquina forrageira, 1 debulhador de milho, 1 engenho de cana e 6 motobombas.

Em janeiro de 86 a SEAF através de convênio firmado com o BNDES repassou ao assentamento Cz\$ 2.000.000,00, que foi usado no apoio a produção em planos individuais, sendo que apenas a regional Fazendinha quis seu plano coletivo, comprando 1 trator de 80 CV e 1 caminhão com seu recurso.

Para a safra das águas 87/88 a SEAF através de um plano emergencial aplicou no assentamento o montante de Cz\$ 6.851.171,14, que foi utilizado para o preparo de solo e fornecimento de insumos.

No início de 88 a SEAF através de um convênio com a LBA repassou ao assentamento a importância de Cz\$ 5.514.455,00, que foi usada para saúde, educação, cultura, geração de renda e mecanização, tendo a sua disposição ainda Cz\$ 600.000,00 que deverá ser usado na construção de um galpão para mercado produtor.

IV - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A equipe de saúde propõe implantação de ações de saúde visando melhorar o nível de vida e saúde da comunidade assentada.

Existe atualmente um posto de saúde comunitário que funciona de forma sistemática para o qual foi contratado um médico da SES. O médico atua com o apoio de 11 agentes de saúde, distribuídas nas 06 regionais do assentamento, e que não tiveram, até agora, uma capacitação adequada para desenvolver suas atividades de maneira mais satisfatória e contínua.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

O pagamento dos agentes, com verbas da LBA repassada através de convênio a esta Secretária está sendo administrada pela diretoria do mutirão que também participa da avaliação permanente do trabalho realizado, possuindo autonomia na continuidade ou não das mesmas.

O trabalho está sendo desenvolvido conjuntamente com a SES que participa no repasse de materiais necessários, à atuação do médico (citada anteriormente), uma auxiliar de enfermagem e a condução que viabiliza a ida dos profissionais de saúde uma vez por semana ao assentamento.

A equipe de educação propõe atender em sua totalidade, as necessidades educacionais do assentamento, em todos seus níveis, em ação conjunta com os órgãos competentes, tanto estaduais como federais.

Atualmente existem 02 classes de Alfabetização de jovens e adultos que funcionam diariamente e nos quais lecionam professores escolhidos pela comunidade em assembléia. Este projeto, implantado com verba da LBA, repassada e esta SEAF, é administrado pela diretoria do mutirão que faz os pagamentos mensais e atende as necessidades imediatas relativas à material escolar e pequenas urgências.

As alfabetizadoras participam de encontros mensais, nesta SEAF, onde são realizadas atividades de capacitação, avaliação e planejamento necessários ao processo ensino/aprendizagem.

Com relação ao ensino regular existem em Campo Alegre 02 escolas, uma com instalações adequadas, faltando ainda resolver o problema do abastecimento de água, e outra com instalações precárias, funcionando na casa do Diretor da regional da Fazendinha.

As escolas funcionam em dois turnos atendendo crianças do 1º seguimento do 1º grau, não havendo turmas multiseriadas.

A assistência pedagógica das escolas está sendo feita, de maneir



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

ra compartilhada, entre a SEE e a SEAF no sentido de respeitar a grade curricular com respectivo planejamento para o ano letivo, assim como, a especificidade de um ensino adequado à realidade de um assentamento rural.

Embora a SEE tenha assumido as duas escolas no início do ano passado existe, ainda, o problema da contratação do pessoal de serviço e dos professores que estão sendo pagos através de convênios sucessivos entre a SEE e o Município de Nova Iguaçu de uma maneira tão demorada que gera profunda instabilidade nas pessoas envolvidas acarretando problemas graves no processo ensino/aprendizagem.

A merenda escolar vem sendo fornecida regularmente sendo esta excelente qualidade, mas por enquanto, as crianças da Fazenda - nha não puderam usufruí-la por motivo da falta de água e da precariedade das suas instalações.

No intuito de honrar compromissos assumidos anteriormente, esta SEAF vem apoiando as escolas fornecendo material didático, de limpeza, combustível para o gerador e pequenas necessidades indispensáveis ao funcionamento das mesmas.

A SEAF responsabilizou-se pela instalação de um gerador de energia elétrica e pela compra de uma bomba pequena. O primeiro solucionará o problema da luz permitindo a utilização das instalações durante as últimas horas da tarde e à noite, e do FREEZER; o segundo permitirá solucionar parcialmente o problema da água, faltando, ainda, comprar uma bomba submersa que puxará água de poço artesiano, o que solucionará definitivamente o problema anteriormente exposto.

A equipe de geração de renda está implantando uma cozinha artesanal rural que tem por objetivo aproveitar o excedente de produção em conservas caseiras como: pickles, doces, pãozinhos de forma e gerar uma produção em benefício do grupo de trabalho assim como melhorar a sua dieta alimentar.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Para melhor alcançar os objetivos está sendo ministrado um curso por uma estagiária em Economia Doméstica que, além de orientações teórica-práticas, dará um acompanhamento posterior à etapa de gerenciamento e comercialização dos produtos. Atualmente o curso está sendo dado na Escola da Regional do acompanhamento por falta de um local apropriado para o desenvolvimento do trabalho.

Ficou estabelecido que a partir da organização do grupo de trabalho em grupo de produção, o lucro obtido será revertido em compra de material, pagamento dos participantes do grupo e, uma percentagem a ser definida, para fundo de reserva para o Mutirão.

A equipe da cultura está implantando em curso de recreação com fins educacionais na regional de Marapicú que beneficiará trinta crianças. O objetivo desta classe é suprir a falta de escola oferecendo atividades que contribuam para o desenvolvimento integral da criança.

Outra atividade importante, apoiada pela cultura, é o trabalho desenvolvido através da biblioteca comunitária, cujo o acervo é de setecentos livros, através do qual é incentivado o gosto pela leitura além da proposta de resgate sistemática da história do assentamento.

V - PRINCIPAIS PENDÊNCIAS

- Levantamento planoaltimétrico das áreas inundadas para processo desapropriatório.
- Levantamento semi-detalhado dos solos e uso potencial.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

- Acompanhamento de projetos
- Apoio à administração dos bens coletivos.
- Maior eficiência no beneficiamento e comercialização
- Levantamento de dados econômicos (produção/comercialização) e lotes
- Eletrificação
- Complementação salarial das agentes de saúde
- Curso de capacitação para agentes de saúde
- Implantação de 04 cursos de alfabetização de jovens e adultos
- Construção da escola da Fazendinha
- Compra da bomba submersa para a escola Nova
- Regularizar a situação funcional dos professores e do pessoal de serviço
- Reforma da Casa Nova
- Cadastro Sócio-Econômico
- Projeto de recuperação e manutenção de estradas vicinais (convênio SEAF-Prefeitura-DER-Projeto em anexo).

PROPOSTA DE AÇÃO

- a) Complementação salarial dos agentes de saúde através de recursos orçamentários.
- b) Viabilizar o cursos de capacitação das agentes de saúde a ser realizado no sub-posto de saúde Caramujo.
- c) Implantar 04 classes de alfabetização de jovens e adultos com recursos orçamentários já previstos para o corrente ano.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

- d) Construção "Urgente" da escola da Fazendinha com verba destinada no projeto da LBA e complementação orçamentária. Cabe ressaltar a importância desta pendência que foi assumida, como compromisso, frente à comunidade e que, na sua pronta execução, possibilitará a um grande número de crianças usufruir uma unidade escolar digna, assim como, receber merenda escolar indispensável à complementação alimentar do educando.
- e) Compra de bomba submersa para a Escola Nova com recursos orçamentários.
- f) Regularizar através de contatos interinstitucionais a situação funcional de professores e pessoal de apoio de ambas as escolas.
- g) Reforma da Casa Nova para implantação da cozinha artesanal com recursos orçamentários.
- h) Viabilizar o cadastro sócio-econômico já planejado para este assentamento com verba orçamentária.

VI - PROPOSTA DE AÇÃO IMEDIATA

- Monitoramento da SEAF (Carro - Diária)
- Andamento dos projetos de:
 - Topografia das áreas inundadas (E-28/000573/88)
 - Levantamento semi-detalhado por solos (E-28/000661 / 88)
 - Recuperação de estradas vicinais (convênio a ser firmado com Prefeitura - SEAC - Projeto em anexo).
- Eletrificação (E-28/000422/87)

Lênia

AVALIAÇÃO DO "MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE"

- 1.- em 27 de maio de 1985 (início 10,00 hs.)
 - 2.- local: sede C.P.T. - RJ
 - 3.- participantes: secretariado regional (Pe. Eduardo, Dyrce, Fernando Moura, Arsênio, Miguel - ausente: Fernando Brito)
convidados: pela Comissão de Assuntos Fundiários do Governo do Estado: Helio, Mariela, Célia
pela Coordenação dos Sem Terra: Laerte (chegou à tarde)
pelo "Mutirão": José "Sanitária" (ausente: Severino)
-

(RESUMO DAS COLOCAÇÕES)

I.- Identidade do grupo (social, cultural, religiosa, etc.)

Pe. Eduardo: o trabalho com os ocupantes teve início com desempregados da Baixada Fluminense, em reunião na Catedral de Nova Iguaçu. Não houve linhas definidas, e só posteriormente se ligou com experiências anteriores de Duque de Caxias, onde houve tentativas de ocupação de terras. Houve fusão de movimentos de desempregados, biscateiros, mal aposentados, que se reuniram em torno do trabalho pastoral da Diocese de N. Iguaçu. São pessoas de diversas origens que nunca tiveram anteriormente experiências conjuntas. Defeitos e sucessos são motivados por esse material humano heterogêneo, com os quais os assessores tentaram fazer um trabalho de educação. As condições individualistas da Baixada ("quebra-galhos" e até pequenos assaltos) identificam o caráter do Mutirão de Campo Alegre. É difícil organizar um projeto para essa massa. Os poucos recursos conseguidos também não ajudaram; se houve desvios dos recursos foram poucos. Alguns se retiraram de Campo Alegre por razões familiares. As inundações também fizeram com que muitos se afastassem.

Fernando M.: Uma questão muito importante é que não houve pertencimento à uma classe social, mas a maioria dos ocupantes vieram de origem camponesa, e em passado não recente foram empurrados para a cidade onde adquiriram valores e situações sociais que não eram mais camponesas. Alguns poucos se tornaram operários industriais. Alguns participaram de movimentos de ocupação de solo urbano. Adquiriram conhecimentos que não se adquire no campo. Estavam numa trajetória de proletarização, mas numa situação ocupacional que não levava a pertencimento à classe operária. Faz parte do conhecimento adquirido a incorporação de valores não camponeses, mas ainda não operários. Nesse sentido não existe uma identidade de classe. A identidade se deu na expulsão da terra e na marginalização social.

Na questão cultural, pertencem a muitas igrejas pentecostais, que desenvolvem trabalho evangélico com essas populações despossuídas

mas esse trabalho não é ligado às lutas. No Mutirão de Campo Alegre houve presença de vários pastores, mas que não incorporaram a formação religiosa ao processo de luta. Essa diversidade trouxe alguma experiência camponeses por parte daqueles que ficaram mais tempo na roça; outros não tiveram muita dificuldade em se adaptar ao trabalho na terra. A luta pela terra aglutinou, mas poderia ter ocorrido lutas em outra direção que não o campo; luta pelo emprego, por exemplo. As igrejas pentecostais acabaram formando lideranças que tem efetivamente uma "chefia", e se vários pastores incorporaram à Comissão do Mutirão não foi por acaso nem por formação política e sim por capacidade de liderança já experimentada nas funções religiosas.

Célia: Acho difícil um movimento de desempregados encontrar um outro objetivo que não a terra, por exemplo ocupar fábricas falidas. Essa realidade determinou a identidade do Mutirão de Campo Alegre. Não houve identidade política, porque o movimento não foi organizado por um partido político. É uma colocação falsa aquela que justifica a ocupação de terra por camponeses e não por operários. A realidade determinou a heterogeneidade, porque a gestação de Campo Alegre se dá em cima da ocupação. É importante avaliar a origem de classe para se organizar apoios, mas no Estado do Rio seria falso apoiar ocupação somente de camponeses. É necessária uma experiência de se trabalhar a terra de forma não camponesa, porque é a única saída para a imensa miséria em que vivem os marginalizados do Estado do Rio. A realidade é muito gritante: são heterogêneos que vão ganhar identidade dentro de Campo Alegre.

José "Sanitária": Vejo Campo Alegre muito camponês-urbano. A experiência deu certo em cima de uma necessidade objetiva. Mas sempre que o não camponês viu uma saída largou Campo Alegre. Por isso os esvaziamentos que aconteceram. A vida no campo é muito difícil para o camponês e muito mais para o não camponês. Onde houve assentamento de origem camponesa deu certo, está dando certo. Acho que hoje deveriam organizar os camponeses que estão na cidade para voltarem ao campo. Das 300 famílias que iniciaram o movimento só estão umas 150, houve esvaziamento dos não camponeses. Outro problema é o da residência. A maior parte não mora lá. O urbano só vai morar no campo quando tiver condições de ter sua geladeira, TV, etc. Isto é outra diferença que acontece lá.

Fernando: Pelo que você diz, os camponeses tiveram mais facilidade em ficar em Campo Alegre. Para nós isto é um dado, mas não se trata de escolher os que são mais ou menos camponeses. Acredito que o pessoal camponês tem mais condições de se fixar, mas isto não pode nos levar a dividir o movimento antes. O Estado do Rio sofreu profundas deformações na questão campo- cidade.

José: Eu não cheguei à conclusão de que o urbano fosse excluído, o que não se pode fazer é jogar o urbano sozinho no campo em cima de um

sítio. Tem de botar campones junto dele. Tem de fazer ele trabalhar junto com camponeses. A conscientização do urbano sobre o campo é bem mais difícil do que se pensa. O trabalho individual não aprovou em Campo Alegre; no trabalho coletivo houve alguns avanços porque o urbano foi juntado com camponeses. No lote individual não deu certo.

Miguel: Eu quero chamar atenção para a identidade cultural. Na periferia existe todo um sistema de dominação e aqueles que lá vivem acabam por se encaixar nesse sistema, até como forma de sobrevivência. É toda uma rede de intermediação que culmina com o biscateiro que compra cinco pentes para vender na estação do trem. Ou então, até a rede da criminalidade, da recepção do roubo, do tráfico, em que os moradores são enredados e tem participação se não ativa pelo menos de passividade consciente. Esses mecanismos acabam por formar uma "culturação" que é transportada para Campo Alegre pelos que lá foram morar e tentar cultivar a terra. Daí o que para nós, ou para uma idealização de campesinato seria uma deformação: as "chefias", a corrupção, a direção autoritária, é tranquilamente aceita porque é reprodução do meio urbano periférico de onde vieram. Esses valores culturais não são facilmente substituídos, eles são originários da maneira como as pessoas ganham a sua sobrevivência nas periferias e pelo menos até agora, em Campo Alegre não há grande mudanças na forma de garantir a sobrevivência individual.

Célia: Na Fazendinha (um local de Campo Alegre) existe uma identidade e por isso se diferencia do resto. O restante está transferindo essa cultura para Campo Alegre. Essa transferência reflete a consolidação da pequena "máfia" pelo silêncio, pela omissão. A liderança não surge através da luta e sim pelo privilégio. Não é a força que consolida a liderança mas é a acomodação da massa. Serão transformações concretas que irão derrubar as lideranças incorretas. Ainda não existe coletivização para enfrentar a questão. Se fossem operários, um elemento com essas características já teria sido eliminado do meio deles. Camponeses também ficam perplexos e sem meios de luta. Os periféricos que já experimentaram esse processo no bairro de origem, ficam quietinhos para não se prejudicar individualmente. Na medida em que não houve coletivização, a situação é aceita igual como era nos lugares de origem.

Fernando: Alguns passos foram dados, mas não foram satisfatórios. Acho que houve algumas tomadas de posição, se bem que não satisfatórias. A presença de mecanismos de dominação dos "chefes", faz com que a população individualmente se coloque na necessidade de ficar "nas boas graças do chefe". É necessário dar apoio para que a população saia da miséria para poder se libertar dos chefes. Houve inúmeras tentativas de se levar essas questões para assembleias, mas todas de forma muito medrosa. Ainda não houve condições de se quebrar essa relação.

José: A origem dos chefes não é camponesa. Não entendem "bulhufas" do

campo. Vieram da cidade para ser chefes. Se alguém veio das forças armadas para chefia vai querer impor disciplina militar; se foi motorista vai querer fazer do seu jeito. Só o camponês sabe a necessidade do camponês. A maior parte dos que estão em Campo Alegre não veio do campo e por isso não entende das condições.

Eduardo: Ao mesmo tempo que se analisa essas situações temos de ver a realidade. É fruto do desemprego, da inflação, etc. E é com essa realidade que temos de lidar.

Hélio: Minha dúvida é a seguinte: se o problema é desemprego, como é que a partir das reuniões de desempregados se chegou à solução campo? Essa solução veio deles mesmos ou foram os assessores que apontaram? Existem outras alternativas de luta contra o desemprego. Eu acho que para quem veio expulso do campo para ganhar a cidade, depois de trabalhar como operário, ter de voltar para o campo é uma derrota. 99

Fernando: A escolha do campo não é um acaso. Existe toda uma experiência de ocupação de terra na região, recente e passada. No passado desde os anos 50 está mostrado de que a coisa é possível e dá certo. Até 64 só na Baixada Fluminense houve 18 ocupações que derrotaram os grileiros e se colocaram como força diante dos governos. Na época foi uma laternativa correta e real diante do desemprego. Campo Alegre não é a primeira, é a sétima ou oitava ocupação na região. Os integrantes daquelas ocupações anteriores participaram dessa ocupação e trouxeram suas experiências. Essas vanguardas tem experiências acumuladas.

Eduardo: Um grupo de desempregados metalúrgicos da Baixada montou uma pequena cooperativa, com ajuda de fora. Essa experiência só atendeu umas 10 ou 15 pessoas. Houve outras experiências como confecções de roupa, etc. mas só atendem um número muito reduzido de pessoas.

Miguel: Não existe ponto de referência entre esta ocupação com as anteriores de 1964. Aquelas ocupações se iniciaram em 1948 e se consolidaram em 1963. Foram ocupações efetuadas não por desempregados urbanos, que na época se existiam eram muitíssimo diferenciados dos atuais. Foram ocupações de lavradores sem terra: parceiros, arrendatários, "colonos" etc. Portanto, todos camponeses. A industrialização da Baixa data do "milagre", antes era zona rural mesmo, com muito plantio e produção. Me pergunto se as atuais lideranças, que naquela época algumas eram realmente camponeses (hoje não são mais) não estão mecanicamente transferindo suas experiências sem se darem conta de uma outra realidade, de que a "sua" massa é essencialmente outra.

Uma outra questão. É muito difícil, mas não impossível se pensar em outras alternativas na luta contra o desemprego. Por exemplo, em Volta Redonda existe um movimento de desempregados organizado. Essa organização

num determinado momento colocou como saída a ocupação de terras e retorno (ou ida) para agricultura. O fato é que acabaram por escolher outras formas de luta e não resultou nenhuma ocupação, nenhuma atividade agrícola a não ser hortas individuais de fundo de quintal.

Na Baixada ainda não existe um movimento organizado de luta contra o desemprego. Aliás está surgindo em Duque de Caixas com o Frei David. Daí a tal trajetória campo - operariado quando é rompida em um ponto, se desvia para formas de marginalidade, que vão desde os biscates até furtos que abastecem o enorme mercado "roubauto" de Acari. Por outro lado, 3 a 4 anos de desemprego acabam por levar a se acostumar com a miséria e com as eventuais "virações" que resolvem temporariamente o problema da fome. Uma quantidade relativamente grande de pessoas foi para Campo Alegre, realmente enfrentando mosquito, noite no relento, alguma violência dos jagunços e tudo o mais que vocês sabem, mas só para se aventurar a "ganhar" um lote que certamente terá um preço para alguém num futuro bastante próximo.

Arsênio: Já no início dos anos 60 a lavoura da Baixa entrou em declínio, sendo substituída pela pastagem extensiva, dos bois "pé-duro".

Também por essa época deu uma grande leva de migração nordeste-sul, com a chegada de imenso contingente de "paraibas" para o Rio e "baianos" para São Paulo. Juntando essa população de origem camponesa vinda do nordeste e mais os camponeses expulsos da própria Baixada, as ocupações que aconteceram deram certo pela identidade camponesa dos ocupantes. Nos fins de 60 o surto da construção civil, como "milagre", BNH, etc. absorve os desempregados e a Baixada vira cidade dormitório dos que trabalham no Rio na construção civil. São os filhos daqueles que deixaram o campo em + 1958 que hoje ocupam Campo Alegre, já com a identidade camponesa totalmente perdida. Vejo a ocupação de Campo Alegre com caráter bastante transitória. São ocupantes aqueles que perderam o emprego e que não tem mais nem recursos para ir ao Rio buscar emprego e acabam por ficar na Baixada "biscateando". Hoje estão lá em Campo Alegre, numa de "horror" plantando só um pouquinho para comer. Alguns ficam lá só nos fins de semana, e no resto fazem bsicate na cidade. Acho que não são camponeses mesmo e estão só "quebrando o galho" enquanto não surge coisa melhor.

Fernando: O capitalismo não tem a pujança que Arsênio diz. No entanto essa experiência é muito significativa na fixação do homem na terra e não podemos ficar só na questão da origem social. Sempre vai existir a presença do grande exército industrial de reserva.

Com relação ao passado, a grande maioria das lideranças também não era de camponeses. O fato é que as lideranças de então eram as mesmas de hoje (quase todas) e seu estilo é o mesmo de então, de cima para baixo. Acho que as formas de luta do passado não eram tão diferentes das de hoje. As ocupações não se realizariam se não existissem núcleos organizados, e parte desses núcleos de hoje é ligada ao passado.

Miguel: Acho que não existe essa identidade com as ocupações do passado

e as de hoje. A identidade não pode ser buscada na origem das lideranças. Se, de fato, alguns líderes do passado não eram camponeses é necessário ver porque isso. Poderia citar todos os nomes daqueles líderes, não camponeses, que por tarefa do PCB organizaram as ocupações e as associações ligadas à ULTAB nessas ocupações. Mas a massa era camponesa, entrou na terra e nela trabalhou imediatamente como camponeses. E até alguns líderes não camponeses acabaram se convertendo em posseiros; não digo que em camponeses ideologicamente, mas em lavradores como ocupação. A maioria só saiu do campo depois da repressão de 64 e depois de prisão, fuga, etc. não retornaram para o campo. Hoje são alguns desses que organizam ocupações, mas com uma população não camponesa, repetindo experiências que tiveram com camponeses. É essa a diferença, não tanto na origem dos líderes e sim com a extração de classe dos próprios ocupantes daquele tempo e os de hoje, que é essencialmente diferente.

Célia: Querer retomar experiências de 20 ou mais anos atrás não é correto.

A situação do Brasil não é a mesma. A presença em Campo Alegre é mais urbana. O que se questiona é se essa presença urbana compromete o movimento de ocupação. A pergunta de Hêlio é se a ocupação é uma realidade ou se as pessoas tiveram "a cabeça feita" pelas lideranças. O fato é que a barra está tão pesada na periferia que muitos tentam qualquer coisa no campo, sem saber muito bem o que. É verdade que a aspiração de abandonar o campo pela cidade é uma realidade. E se a cidade não absorve a mão de obra, acabam por voltar ao campo. Se a cidade realizar os atrativos, ninguém vai ficar no campo, naquela realidade trágica de hoje. É possível que se abrissem uma fábrica na Via Dutra, 30 camponeses de Campo Alegre até se converteriam em operários. É uma realidade material que empurra do campo para a cidade. A organização do Mutirão de Campo Alegre tem de ser sólida para garantir a subsistência dos ocupantes; hoje mal e mal conseguem sua alimentação.

A realidade de hoje é muito mais difícil que há 20 anos. O êxodo rural do Rio já se deu, o que ocorre hoje é que a situação da cidade é muito difícil e por isso a volta ao campo se coloca como alternativa. O meio de produção terra é o único que pode ser tomado, a fábrica não pode ser tomada. Campo Alegre é uma proposta de atendimento de um mercado consumidor de baixa renda e não o de mudar as condições gerais do mercado do Rio.

II.- Objetivos gerais do movimento. (está sendo cumprido? quem tem lote está cultivando efetivamente? quantos lotes estão abandonados e porque? incidência de exploração de mão de obra alheia)

Eduardo: Vou tentar falar do real e da minha fantasia do real. Vou repetir a questão de tentar resolver o problema dos que já tinham passado pelo desemprego e que até no biscoite tinham problema. Houve exagero nas migrações, houve despejos nas periferias e chegou no limite. Achei que diante da fome seria necessária a ocupação das terras vazias para se construir uma vida mais humana. Senti necessidade de pegar qualquer coisa no sentido contrário da onda.

José: Quando a gente entrou o objetivo era um só: direitos iguais para todos. A ocupação foi autêntica e se continuou na luta. Mas com certo tempo os pensamentos foram mudando, organizaram grupos com idéias piores, com mentalidade contrária à idéia da união. Hoje Campo Alegre está dividida na maneira de trabalhar, na comercialização de terras. Tem cidadão que trabalha com intenção contrária aos objetivos, com intenção de fazer desencontros. Tem terrenos de veraneio onde o dono não pensa em morar. Quando a gente entrou o prazo para morar era de 30 dias, ninguém podia passar ou vender ou empreitar. Mas hoje ninguém mais sabe de nada, ninguém se conhece mais. Depois de um ano e meio de lutas, na minha área, que eram 17, só 2 saíram. Nas outras áreas não sei de nada. Um dos que saiu de minha área, foi para a direção geral e vendeu a sua terra por 800.000 e ganhou um lote em outro lugar. Agora ele é vice-presidente e não trabalha mais na terra, só organiza mutirão para os outros trabalharem a terra para ele.

Na direção não tem ninguém eleito. Eles trocam a direção mais que rico troca de camisa e ninguém sabe quem foi que elegeu. Não houve eleição nem nada, nem reunião nem assembléia. A direção do Mutirão hoje está em cima de dois ou três "chefões". A área de Campo Alegre foi escolhida por três pessoas que iam na região fingindo que procuravam terra para comprar. Aí escolheram Campo Alegre para ser ocupada. As leis que a gente botou para beneficiar nós próprios foram jogadas para o alto e eu nem sei como. Ninguém podia ter mais de um terreno, hoje tem cidadão com 3 e 4. O objetivo era beneficiar os carentes e hoje tem até dentista com 2 lotes. O movimento de "passar terra" é geral. É o papo que a gente mais escuta. Os negócios são feitos no escritório do Mutirão. Tem cidadão que vendeu 3 ou 4 lotes. Vendia um e apanhava outro. Hoje tem trabalhador com medo que tomem seu sítio. A direção está tomando sítios e redistribuindo, sem consultar as direções da base e sem consultar mesmo o próprio de quem tomam. A direção também enganou muita gente, deixando solteiro entrar no sítio, trabalhar, botar lavoura e depois dizendo que solteiro não tinha direito e tiraram o sítio dele.

Mas para os camponeses legítimos, o objetivo está sendo cumprido. Para outros não, que sem apoio não tem condições de ficar. Eu acho justo

trabalhar para o Mutirão de Campo Alegre, mas tem muitos problemas. Um deles é fazer um outro tipo de trabalho com os urbanos. Jogar eles isolados na terra é matar eles.

Hélio: Se o objetivo era a questão de dar terra para os desempregados para suplementar o seu ganho, é viável mas não está sendo cumprido.

Eu acho que não se trata de números, basta uma experiência dar certo para mostrar que é viável. Em Campo Alegre tem gente que vive só da terra, sem aposentadoria, sem biscate, sem nada. Tem gente que era pedreiro e agora tem plantação, pequena criação, construiu casa e está vivendo. E nem tem mais pretensão de sair. Nem todos vão voltar mesmo se a construção civil recuperar. O que não consigo perceber é a proposta política. É tão nebulosa que acabou sumindo. Não estou vendo o enfrentamento do sistema no seu calcanhar de Aquiles: a propriedade. Não existe uma proposta visível neste sentido. Até o picotar a terra em sítios de 3 has. vai dar em crescimento individual. Cada um está cada vez mais encerrado em seus 3 has e em suas dificuldades. Cada um está vendendo seu produto individualmente de uma maneira ou de outra. As experiências de coletivo, com exceção do coletivo do Zê Sanitária, deram errado. No resto está se repetindo a exploração de mão de obra. Campo Alegre consegue ter Boia-Fria de desempregado urbano ! Um camponês não tem condições de pagar 8.000 por diária de boi-fria, mas alguns desempregados tiram mais no biscate e tem condições de pagar diarista. Eu acho que está num atraso geral, é a corrupção, é a venda de terrenos, é aquela direção.

Dyrce: Quando eu ouvi falar em Campo Alegre, a idéia era mudar o perfil agrícola do Rio. As forças se uniram, inclusive do Governo do Estado, ajudando nas condições de reversão da produção agrícola.

Nós que não somos camponeses temos de rever nossas responsabilidades. Como igreja, começamos com um idealismo muito grande, fazendo vista grossa para as deformações. Isso não pode fazer parte de nossa proposta de igreja. Mas agora como fazer? Como assessorar o movimento para expulsar essa parte ruim e sanear o todo? Talvez tenha sido erro de avaliação não ter contado com a existência de aproveitadores. As avaliações de Campo Alegre sempre foram pedidas aqui na C.P.T., mas sempre foram adiadas. Nunca nos sentamos para avaliar até questões como a divisão de terras em lotes de 3 ha., que me parece não permitir a subsistência da família. Estamos este tempo todo sem ver, e agora as condições se reproduzem em outras ocupações, como o Guandu. Acho que houve muita omissão de nossa parte, o fato de ir lá todo o dia não significa que estamos fazendo um bom trabalho.

Arsênio: Começo a ver que nem o Zê tem respostas para as questões. A direção de Campo Alegre não só perdeu o controle da direção como também perdeu as informações. Isto parece fazer parte de uma manobra, porque por trás disto está uma "gang" que oculta tudo. Fico preocupado porque o camponês que foi expulso da terra é um derrotado.

O operário que é obrigado a voltar para a terra como última opção também é um derrotado. Vejo pela total desorganização que existe risco de levar também à derrota deste movimento. Mesmo a Fazendinha que está dando certo, daqui a cinco anos a terra estará exaurida e não se pensou em áreas de reserva. Não demora, Campo Alegre vai virar loteamento suburbano, ou futura ocupação urbana. Temos de definir se a ocupação vai ser urbana, temos de definir nosso papel, os métodos que devem ser outros em cada caso, a linha política. Agora é rural, mas caminha a passos rápidos para ocupação urbana.

Eduardo: Minha participação não foi de orientação, de parte ativa na organização interna. Achei que não era meu papel ocupar a decisão dos trabalhadores. Era um movimento deles e devia ter direção deles. No início era uma situação muito dinâmica e não dava para definir. Foram lutas contra jagunços, ameaças de plantar capim nas roças do pessoal, gado solto destruindo tudo. Acho que depois dessa primeira experiência podem fazer uma segunda melhor. A igreja teve antigamente o papel de dirigir mas agora acho que as lideranças próprias devem dirigir e decidir o que fazer. Justifico que nossa posição era só de apoio.

Fernando: Há mais de um ano percebemos os problemas, mas Campo Alegre tem muitos dados positivos. A questão da venda de lotes é geral dentro do capitalismo. Conversei com companheiro do sul do Pará que também faz relatos assim.

Miguel: Mas ele também relatou como os camponeses agiram contra...

Laerte: É verdade que tem muitos lotes abandonados. Mas de um mês para cá está havendo revisão e redistribuição. Tem lote com pouca lavoura, tem companheiros que não estão na terra. Mas não temos levantamento concreto.

Célia: O Estado está fazendo esses levantamentos há tres meses, inclusive com índice de aproveitamento e de moradia permanente, e também se são moradores originais ou sucessores.

Laerte: O objetivo está sendo cumprido dentro das possibilidades reais e da falta de recursos. Terra ruim, sem infra estrutura, etc. Mesmo quem mora em uma "cabeça de porco" na cidade, ao menos tem escola, luz, um mínimo de recurso. Quando chega lá assusta. Nem todos estão cultivando ou cultivando como gostaríamos. Existem alguns que não vão se adaptar. Para melhorar as coisas é preciso socializar alguns bens, por exemplo, máquina de arroz, moinho de fubá, socializar uma infra estrutura. É preciso criar uma nova fase para a ocupação, dar pontes, escola, recursos. São formas de se efetivar a ocupação. O povo enxadeiro não tem poder aquisitivo para a infra estrutura. A exploração da mão de obra tem de ser examinada com critério, porque

alguns estão na terra e chamam outros para ajudar e aí remuneram. As questões mais graves tem de ser vistas senão desvirtuam o movimento, mas tem diferenças que tem de ser levadas em conta caso por caso. Também é verdade que tem pessoas de posses que ocupam terra. Mas é preciso ver se algum profissional, por exemplo dentista, não preferiu largar a profissão para se dedicar à agricultura.

Dyrce: Deve se ter critérios muito rígidos: prioridade absoluta para os carentes, só em segundo lugar aposentados e de baixa renda. Não é possível admitir quem tem algum recurso ocupar lugar de quem não tem nada e precisa desesperadamente daquele pedaço de terra. Mesmo que esse que tem recursos queira mudar de vida. Porque ele não vai comprar um lote em outro lugar, com escritura e tudo? Não posso aceitar esses critérios frouxos.

III. - Processo organizativo (processos de educação política. Indicativos de experiências e iniciativas grupais. Reprodução de processos anteriormente experimentados. Características das lideranças. Processos de tomada de decisões. Tipos de reuniões e o caráter delas. Influências externas: CPT, igrejas, Estado, etc.)

Eduardo: Minha experiência é no sentido de encorajar. O homem da zona rural sempre se curva diante dos outros, achando que ele próprio não sabe nada. Meu discurso foi sempre em cima da dignidade. Acreditei que isso ajudava, mas sabia que não era só por mim próprio. Para o povo o padre tem um valor outro. A gente vai caindo na realidade a partir do ponto inicial de buscar as palavras na Bíblia, buscando conscientizar o povo que estava lá. Outros também estavam lá, dando ajuda em termos de história do Brasil, economia, política, etc. Deixei esses espaços livres e fiquei só no Evangelho.

Célia: É preciso que situação material gere organização. Não basta falar em organização de maneira abstrata, é preciso alguma coisa material que obrigue organizar em torno dela. O processo de coletivização não deu certo e as pessoas ficaram em seus lotes resolvendo suas dificuldades individualmente. Nas reuniões se sente o vazio em termos organizativos, faltam coisas materiais. Tratores, máquinas, que organizem as pessoas para administrar essas coisas e o seu uso. O povo ainda não conseguiu passar da miséria para a pobreza. Um dos elementos que acho prioritário é obter elementos materiais que façam crescer o movimento.

Vai ser a partir da necessidade e não do discurso que vão se organizando. Hoje não existe coletividade organizando a administração de trator, caminhão, etc. Enquanto não chegar, gera paralização na organização. Outros elementos que intranquilizam a população são a reprodução de elementos muito negativos que existem nas periferias urbanas. O comércio de terras é tal que técnicos do Estado que vão lá, imediatamente detectam isto. Esses fatores não dependem muito de fatores materiais. Mas tem pessoas que estão em seu canto sem sentir necessidade de discutir essas questões porque não são atingidas. Existe vício de direção que gera o isolamento, que permite a comercialização de terra sem nenhum controle por parte da direção.

O Estado, inicialmente teve uma atitude de ficar de fora. Mas pelos desvios da direção está se colocando em atitude de alerta. Os técnicos fazem relatórios técnicos, mas o Estado cada vez mais tem exigido avaliação da situação real e informe político. Os desvios de Campo Alegre estão gerando no Estado uma desconfiança e já se fala em colocar um funcionário para administrar Campo Alegre. Essa atitude até agora foi neutralizada pelos técnicos, mas agora já não está dando para continuar assim. Por exemplo, o caminhão não vai mais ser de Campo Alegre e sim da Comissão de Assuntos Fundiários para atender todos os assentamentos do Estado.

Miguel: No meu ponto de vista existe uma imensa debilidade no processo de educação política. Educação não é fazer comício, agitação.

Subir no tamborete e deitar falação não deixa saldo. Num primeiro momento, o pessoal cumpria o sacrifício de assistir esses comícios porque era obrigatória a participação nas reuniões para "ganhar" terra. Eu vi, algumas vezes, pessoas irem às ditas assembléias carregando 4 estacas marcadas, pensando que logo depois do comício ia haver a medição e distribuição de terra. Nesse um ano e meio de nosso trabalho existe um buraco no que se pode chamar de educação política. Não há o hábito de se discutir politicamente em nenhuma reunião em Campo Alegre, quando os grupos se reúnem não tem espaço para discussões políticas sobre as sua própria realidade, sempre tem muitos problemas para tratar: roubo nas lavouras, opressão da direção, "fofocas" de comadre, etc.

A nova sociedade tem de se criar criando, dentro de um processo bastante complexo, mas que não pode ser trocado por um comício mensal. Esta nossa atuação levou as "lideranças" andarem soltas. Não houve mudanças nas práticas trazidas das periferias. Não se construiu uma maneira de pensar mais democrática, onde houvessem eleições, discussões coletivas, até deseleições. Como é que foram escolhidas as lideranças? Ficou a mesma relação que o povo da periferia tem com a "autoridade", mesmo quando esta autoridade é o dono do ponto de bicho. Isto influi de forma extremamente negativa nos processos de tomada de decisão. Um exemplo recente, a assembléia no Centro de Treinamento de Moquetã. Cerca de 300 pessoas de Campo Alegre, que nem tiveram condições reais de explicitar

suas necessidades: o resultado dos trabalhos dos grupos foi muito pobre. Mesmo assim as conclusões foram manobradas pela "mesa" que transformou os mecanismos de reivindicação coletiva, em contacto de uma comissão com o Governador (que aliás não aconteceu).

A impressão que tenho que a influência da CPT foi mínima. Discordo que devemos ficar só no "acompanhar", isto não é assessoria. Devemos imprimir um sentido mais forte de mudanças. Ora acompanhamos a massa, ora acompanhamos a liderança, mas siquer conseguimos fazer ponte entre a liderança e a massa. Aliás é uma coisa que se a liderança não consegue fazer é uma falsa liderança. Mas nem isso temos conseguido ver e encaminhar.

Mariela: Houve experiências concretas que não foram aproveitadas para aprofundamentos. Por exemplo, a coletivização e os mutirões, que foram desvirtuados de tal maneira que criaram resistências na massa local e que agora é muito difícil fazer retomada.

Laerte: A nossa visão é socialista, mas o capitalismo está na cabeça de cada um. É claro que se enfrenta dificuldades quase intransponíveis. O cara está na enxada mas tem cabeça capitalista, mesmo quando passa fome. E nós queremos vender uma idéia que nem sempre corresponde a nossa prática, todos nós somos viciados por toda uma vida de mentalidade capitalista. O pessoal mais comprometido tem de estar atento para estas distorsões, procurando melhorar a gente que nos cerca. Não podemos ser flexíveis com as corrupções nem com os chefões. Quando estou no trabalho estou sonhando que estou fazendo a revolução. Mas revolução é um processo de educação e não podemos torcer o pescoço dos que estão errados senão ficamos sozinhos. Se nos excluimos quem erra, é menos um que fica de nosso lado. Evidentemente não podemos ir até a irresponsabilidade de que todo o mundo serve. A mudança vai se dando devagar, estamos em uma realidade e passar para outra é fantasia. Temos de levar em conta a ignorância e a alienação.

Outra dificuldade é a pobreza absoluta. Mas passar terra é uma anomalia que tem de ser denunciada e corrigida. Acho que tem havido evolução mesmo sem um processo formal, de cartilha, de educação política. Tem havido saldos e temos de assumir que papel os companheiros desempenham. As lideranças surgem da massa, mas tem de evoluir e só vão melhorando na prática. As decisões, efetivamente, foram tomadas por uns poucos, mas agora as decisões passam por um Conselho amplo.

Eduardo: Se o Estado colocar um administrador irá piorar. Não se pode impor nada de cima para baixo. A longo prazo não vai aumentar a responsabilidade e participação. Talvez deve ter um meio termo: comissões conjuntas que possam fazer isso no ritmo do povo. Nem os posseiros totalmente independentes para administrar os recursos que Estado coloca lá, nem um administrador desligado do povo.

Arsênio: A corrupção, os excessos das lideranças, não existem só no capitalismo. No socialismo também existe isto. Não é uma armadilha do capitalismo. Não vejo como coisa fora do comum a intervenção do Estado de forma mais enérgica; o Estado pode intervir para corrigir os erros. Não ouvi falar de nenhuma experiência socialista onde o Estado dá trator, caminhão, máquinas, etc. e deixa para lá. Não vejo problema nenhum em um Estado democrático discutir com os assentados a utilização dos recursos que são postos à sua disposição. Nós estamos tentando ganhar o pessoal "no papo". Depois de um certo ponto, temos de buscar formas mais eficientes para intervir; afinal de contas os corruptos e chefões estão influenciando no conjunto.

Mariela: Não vejo com tanta tranquilidade que as pessoas vão reagir contra a intervenção do Estado. Muitas pessoas do Mutirão até tem demonstrado desejo dessa intervenção, porque tem ilusões com relação ao Estado: 1º em consequência da falta de educação política; 2º por desesperança, porque os próprios não veem condições de modificar o que está errado.

Fernando M.: Os problemas que podem ocorrer numa ocupação não podem ser corrigidos pelo Estado, que é o inimigo. As distorções devem ser resolvidas no seio dos camponeses.

Acho erro bloquear as conquistas do movimento através do peso do aparelho do Estado. Isto é chantagem. Acho que a intervenção do Estado a ponto de colocar um administrador é ilusão e um profundo erro. O Estado é um Estado burguês. Os erros são questões que pertencem aos companheiros do movimento. Se a organização não tiver condições de resolver, o Estado muito menos, porque é um Estado burguês que reproduz os vícios do sistema. Quanto à questão da educação política, ocorreram muitas formas mas dispersas. Na primeira fase foram mais ricos, no enfrentamento da luta pela terra. Se deram na prática concreta, nos mutirões, nos coletivos, para tornar a terra produtiva. É nesse processo que vão adquirindo consciência coletiva. Existem problemas de informação e de formação que geram descontentamentos.

Na 2a. fase, acho que luta pro recursos foi conduzida de forma muito negociada pela cúpula do movimento, não houve mobilização para conquistas aqueles recursos do Estado. Não houve preparação para organizar o povo para pegar os recursos, denunciar as atividades demagógicas do Estado e preparar uma força política independente. Reconheço até que o método de negociar em gabinete possa ter mais eficácia para conquistar recursos. Mas isso não é o essencial; o essencial é preparar a população para outras conquistas. Nesse processo se abriu mão da mobilização, da organização em troca das negociações.

Célia : Todo mundo que de alguma forma se aproxima da Campo Alegre

tem o enfoque: o processo está levando em direção a transformação da sociedade futura ? O processo de avaliação política feita pelo povo não é o mesmo que o processo do intelectual. Muitas vezes trabalhadores com discursos muito confusos e até politicamente atrasados, podem ter posições valorosas na resistência concreta, e até bem melhor do que alguns com discurso mais avançado, mais bem articulado. Para avaliar Campo Alegre, não basta testar o que os trabalhadores falam e sim ver como enfrentam condições concretas. Experiências concretas que deveriam buscar a educação não deram certo porque foram manipuladas para fins pessoais. Isto tem de ser levantado e trabalhado em Campo Alegre. Laerte não sente esta realidade porque ele não é contestado, ele tem um carisma. Mas existe desconfiança com relação aos outros dirigentes, que manipulam transferências de lotes, privilégios, etc. Se os mutirões continuarem manipulados, os coletivos desviados de suas finalidades, isto não vai reforçar uma postura perante o Estado. Pelo contrário, o povo pode até achar bom o Estado entrar "moralizando".

José : Hoje há muitos descontentes em razão dos privilégios. Existe desorganização nas bases, que não conseguem construir lideranças, pelo contrário, vai tudo desorganizado, devagar e por dentro. Tem lugares onde não se toma nenhuma iniciativa coletiva. As coisas são resolvidas individualmente. Ou então a direção entra dando ordens. Isto desorganiza, afasta as pessoas da organização porque ficam descontentes. Tem muito trabalhador pobre que não consegue tocar lavoura. Em vez de ajudar, organizar mutirão para ajudar o companheiro, a direção toma o lote dele e dá para ricaço que já tem 2 ou mais lotes. Os mutirões só se organizam para trabalhar nos lotes dos chefões.

Laerte: Os coletivos foram experiência positiva, mas a vida na roça é muito cara. Para ter mais dinâmica deveria ter tido mais investimento. Os coletivos praticamente atingiram os resultados porque foi onde teve mais produção. Todos produziram muito arroz que está sendo colhido. Só que os participantes se dispersaram.

Miguel: Isto só demonstra que o trabalho coletivo economicamente rende mais. Mas onde estão as pessoas que trabalharam nos coletivos? Não ficaram nem para colher o fruto de seu trabalho ? Aliás este ponto vai ser objeto de avaliação mais adiante. Por enquanto fica a pergunta, os coletivos que rendimento tiveram politicamente ? Estou falando dos tres que sumiram, não da Fazendinha que está aí, dirigido pelo Zé.

(interrupção: continuação marcada para 13 junho 1985)

Chavale

Avaliação do "MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE" (2)

- 1.- em 13 junho 1985
- 2.- local: CPT - RJ
- 3.- participantes: Fernando Brito, Pe. Eduardo, Dyrce, Fernando Moura, Arsênio, Miguel, Luizela.
- 4.- Convidados: Com. Ass. Fundiários RJ - Hélio, Mariela, Célia
Coord. "Mutirão". Severino (ausentes, Laerte e José Sanitária)

(RESUMO DAS COLOCAÇÕES)

IV.- O Modo de Produção (como se dá a reprodução das relações sociais como determina a formação (ou reprodução) da ideologia?)

Miguel: Este assunto já apareceu esparso nas colocações anteriores. Gostaria que discutíssemos agora, do ponto de vista do trabalho, a maneira de trabalhar, a forma de apropriação do resultado do trabalho. A maioria dos que hoje estão em Campo Alegre vieram de uma condição não camponesa e esta condição "fez a cabeça" deles e determinou a forma como se relacionavam com a sociedade. Agora, trabalham em outra coisa, de forma diferente, até desconhecida para alguns. A que ponto isto está influenciando nas relações, ou será que por enquanto as relações ainda são determinadas pela vivência anterior?

Fernando B.: Antes de entrar nesse ponto eu queria falar alguma coisa sobre as questões anteriores. Não participei da outra reunião, mas li o relatório. Os lavradores que nós levamos de outros lugares para visitar Campo Alegre, todos disseram que vai ser muito difícil, porque a terra lá é muito ruim, além do tamanho dos lotes: 3 ha. Vai precisar de muita drenagem, adubação, irrigação, etc. Eu acrescentaria mais um ponto na avaliação: a escolha da terra para ocupação. Isto terá de ser lavado em conta nas outras ocupações. O critério não pode ser somente o da facilidade em entrar na terra, tem de ser levado em conta a fertilidade da terra escolhida para ser ocupada. Na roça esse é um critério prioritário, mas a maioria dos ocupantes da região não são lavradores.

Fernando M.: A observação procede, a terra é um meio de produção fundamental. O critério tem sido o da facilidade de ocupação: lugares totalmente abandonados, etc. Mas só para não ficar numa visão de que a terra é totalmente improdutiva, a Mariela que é agrônoma diz que a área exige investimentos vultosos principalmente na dre-

drenagem e na irrigação e nem tanto na adubação. Tem a questão de manter a fertilidade da terra, mas isto não exige grandes investimentos porque se poderia formar grupos para formação de compostos com matéria orgânica e calcário, o que é barato. Quanto à dimensão, ela acha que 3 has. próximos aos centros consumidores, desde que se resolva a questão da comercialização, é suficiente para manter uma família. Claro que a questão só vai ser resolvida daqui a dois ou três anos. Resolvidos esses problemas e o do treinamento do agricultor daria para ter resultados comerciais.

Miguel: Acho que não estamos fazendo avaliação técnica. Nenhum de nós pode opinar com certeza, fica só no chute. Gostaria de voltar ao assunto da pauta, porque o que pretendemos é uma avaliação política e não técnica.

Severino: Os que agora estão em Campo Alegre são todos camponeses, mesmo se antes não eram. Todas as terras dão para trabalhar. As famílias que moram lá não querem sair, mas muitos ainda não entraram porque não tem condições próprias para tocar lavoura e nem tem infra estrutura, tipo escola, condução e outros. Os que não moram lá estão tocando como podem, mas uma família não pode sobreviver só com 1 ha. de lavoura e se não tem condições de tocar mais, tem de trabalhar para fora. Mas acredito que a área é pequena para uma família, não tem sobra para descansar, em 3 anos a terra vai cançar e não tem capital para dubo. Agora não temos ajuda, o arroz está na palha e não temos condução. Já era para ter algum implemento para poder segurar as famílias que querem ficar lá dentro. Teria também de fazer uma campanha para conseguir madeira usada para o pessoal ir fazendo barracos enquanto não pode ter cada de alvenaria.

Eduardo: As informações que tive é que as terras são boas, mas precisam de drenagem e correção do solo. Digo isto porque no pé da serra, mesmo na base da enxada, está tudo plantado e houve drenagem natural. Prova de que lá em baixo o solo deve ser rico mas ficou sem drenagem e o solo ficou ácido. A longo prazo talvez entre em crise mas agora é suficiente. O que deveria ter é reservas para o futuro as famílias terem condições de ter mais terra.

Hélio: Campo Alegre é uma situação política sobre a qual se joga uma fantasia agrícola. O alagado de lá não é brejo, é captação do reservatório do Guandu que abastece o Rio de Janeiro, e isso não vai poder ser modificado. Pode se reduzir um pouco, mas não vai secar nunca. Já existiu um estudo para drenar a região mas foi abandonado por ser viável. Outra questão é que parte dos 350 lotes de 3 has. ocupam também reservas biológicas onde não se pode cultivar, morros, mananciais, etc. Isto sem contar que todo o lençol d'água é poluído. Primeiro se pensava que eram só os poços, mas agora foi feita análise e se constatou que é todo o lençol sub-

subterrâneo é poluído porque as águas recebem os esgotos urbanos e industriais da região. Mas existe a questão política, que deve ser preservada como tal e não tentar criar uma ilusão agrícola. O dinheiro que o Estado investe renderia muito mais em outra área agrícola, mas é preciso ver se compensa em nível político.

Fernando B.: A primeira imagem que a gente tem é derrotista, mas creio que não é o caso. Campo Alegre tem de dar certo. O que estamos discutindo agora é uma nova visão de nosso trabalho e é para viabilizar Campo Alegre, que tem de dar certo política e economicamente.

Célia: A avaliação técnica de Campo Alegre só pode ser feita por uma equipe de agrônomos. Até agora não existe nenhum estudo, o que tem é "chute" técnico. Mas o Estado vai ter de investir ainda muito porque tem interesse político. Acho que todas as dificuldades podem ser superadas. Pergunto se todos os camponeses que ocuparam terras, não ocuparam aquelas terras que os capitalistas abandonaram porque são terras ruins, inviáveis para investimentos capitalistas de rápido retorno. Não se pode cair numa atitude derrotista pelo lado técnico apenas. O pessoal está lá e produz alguma coisa. Até se ter um diagnóstico técnico não há como discutir. O que está colocado é a questão de que a terra não foi bem escolhida para a ocupação. A terra escolhida para ocupação deve ter condições técnicas, ou ser aquelas que politicamente tenham condições mais viáveis ?

Fernando M.: É importante ficar claro numa discussão os critérios que predominam numa ocupação, fora aqueles de facilidade de entrar na terra. Quero destacar que a população de lá é basicamente não camponesa. Isto é um desafio que se coloca para Campo Alegre e creio que vai ser repetido em outras ocupações. Ficar exigindo de Campo Alegre questões camponesas é furado. Acho que a gente não pode ficar na questão do modo de produção camponês, a questão da divisão da terra, etc. Acho que nestas experiências a questão não é só o da divisão da terra, é também o de criar formas de produção coletiva, que foram tentadas em Campo Alegre. Um ano e meio depois da ocupação a base de 3 ha. poderá ser rediscutida pelos companheiros, que no momento da ocupação não tiveram condições de discutir. Nós assessores temos de nos preparar para discutir com a população alguns outros critérios. Como relações de cooperação e até coletivistas que garantam a reprodução de uma ideologia menos individualista.

Miguel.: A questão da ideologia camponesa não é medida só pelo lote individual. Lembro que existem exemplos não só europeus mas nossos e muito atuais de formas de apropriação coletiva da terra. Aliás a penetração capitalista no campo tem destruído essas formas. A questão não é somente ser o lote individual ou coletivo. Ser o trabalho individual ou coletivo. O mutirão é forma de trabalho secular, e que aqui totalmente está

perdido. Em Campo Alegre se tentou retornar para esta forma de cooperação tipicamente camponesa, como um avanço e não como um recuo. O que aconteceu, mas isto vai ser visto em um outro ponto, foi a desmoralização do mutirão porque a direção se utilizou dele para tirar proveito próprio, organizando os mutirões para trabalhar em terras de privilegiados. O que quero mostrar que as condições sociais da periferia levam a um individualismo do "salve-se-quem-puder", com a submissão, o silêncio, a acomodação, o malandrismo. Quando se busca, pela maneira de trabalhar e sobreviver introduzir elementos comunitários, esses são desmoralizados pela direção do movimento, que é responsável pela propagação do "chefismo" e luta tenazmente para não perder os privilégios. Para o lumpesinato, me perdoem o termo, chegar a um modo de produção camponês e à ideologia camponesa, com todo o suposto conservadorismo, e tudo o mais que lhe é falsamente imputado, é um grande avanço social e mesmo do ponto de vista de potencialidade revolucionária. Não se tratava de uma população operária que, digamos assim, se degradou ao ir para o campo. Muito pelo contrário.

Severino.: Quando se chegou a Campo Alegre, o problema era botar gente para trabalhar nas terras que tivesse. Alguns foram saindo outros foram entrando. Não houve controle nem de quem saia nem de quem chegava, e também não se controlou a distribuição das terras. Esse processo ainda continua, mas a lavoura está saindo daqueles que estão lá faz mais de ano teimando. A grande meta é fazer roça coletiva com aqueles que vieram da cidade. Eu fiquei lá, moro lá, trabalho lá e a única salvação que vejo é fazer roça coletiva. Conheço pai de família com 2 e 3 filhos e essas pessoas precisam ir buscar emprego na cidade e só ficam morando em Campo Alegre. Tem de fazer roça coletiva, centro comunitário para segurar este povo. Digo o povo jovem. Velho de 70 anos que tem meia aposentadoria segura mesmo, porque não tem condições de emprego fora. Mas o que resolve segurar velho, que nem produz direito?

Mariela.: O problema de Campo Alegre do ponto de vista técnico é drenagem. Os outros problemas são os usuais na agricultura: trator, adubação, etc. Não se pode ter ilusão de achar terra boa por aí, ainda mais disponível para ocupação. O negócio é conseguir recursos para investimentos.

Luizela: O desafio inicial continua: como combinar o ideológico-político com a questão técnica. A ocupação de Campo Alegre não teve clareza política inicial. Foi a necessidade que levou à ocupação. Como combinar formas coletivas com a produção individual. A produção em nosso sistema tem de ser capitalista. Se é necessário recursos, esses recursos vem do Estado e aí está o perigo da cooptação política. Estamos num desafio social de como avançar numa experiência socialista num mundo capitalista. O que fazer para avançar uma prática e teorizar sobre ela?

Fernando M.: O camponês próximo aos grandes centros capitalistas, ao mercado, pode sofrer influências desse mesmo mercado. São influências capitalistas. Não tenho dúvida que do ponto de vista da propriedade camponesa existe um avanço sobre a propriedade capitalista. Mas questiono que tipo de "cabeça camponesa" pensamos para Campo Alegre. Por não ter tradições, devemos incentivar na população de Campo Alegre experiências coletivistas, relações de cooperação que permitam a estas populações terem melhores condições de vida, sem imaginarmos que estamos construindo experiências avançadas.

Severino: Para o homem continuar no campo basta organização e ajuda. No campo o homem passa muito melhor que na cidade onde ele só ganha salário mínimo. Mesmo o não camponês está resistindo em Campo Alegre. É fácil segurar ele através de uma organização que parta de lá mesmo. É só explicar que na cidade ele vai ter situação pior. Os de Campo Alegre e os de Guandu que tem outra opção na cidade, a gente tem de ficar em cima deles ajudando para que não voltem definitivamente para a cidade.

Célia: O que se quer hoje de Campo Alegre? Não existe um programa político nem por parte do "socialismo moreno" (ou furta-cor) nem por parte do próprio Mutirão. Ninguém tem um referencial preciso do que se quer de um assentamento. A proposta do Mutirão foi de produção. Tem de ter uma avaliação se esta avançou. Uma organização avança não só pela apropriação coletiva ou individual da terra ou de meios de produção. A proposta de reforma agrária é capitalista e pode até apontar para formas de coletivização. A coletivização da terra e dos meios de produção é a forma mais racional para a produtividade. Não cair no idealismo de segurar o homem no campo, nem num purismo pré-capitalista. Estamos exigindo muito dos que estão em Campo Alegre, mas não dos que trabalham fora, dos agentes externos. Desses devemos exigir uma avaliação correta dentro do contexto. A relação do movimento com o Estado pode cair em dois caminhos: o movimento se desenvolver por si só, ou exigir do Estado (o que é justo). O Estado tem de assumir os grandes custos, tipo drenagem, irrigação, etc., que o camponês não tem condições de assumir. Mas o Estado faz esforço de colocar esses recursos como se fosse "de presente". Temos de fazer um esforço de discutir politicamente de que o Estado tem obrigação de fazer esses investimentos e no entanto só os faz porque se vê diante de um movimento organizado onde pode buscar votos. A proximidade com a cidade é uma riqueza com as trocas de experiências, mas também traz desafios. Isso porque a ideologia camponesa oferece dificuldades políticas para a classe operária, podendo até cair numa posição anti-operária. Os recursos do Estado que estão chegando, se não forem politicamente enquadrados podem oferecer dificuldades e até fracassar o movimento. Necessidade de discussões sobre a utilização coletiva desses recursos. Não é só porque a terra é difícil ou necessita de apoio técnico, hoje não basta terra fértil para garantir boa produção. O camponês necessita assessoria para garantir sua permanência na terra.

Em Campo Alegre está faltando técnicos que os orientem no trabalho. Um outro problema é a cabeça reacionária dos técnicos que foram formados para atender grandes proprietários e não pequenos produtores. Os agrônomos tem tendências derrotistas porque Campo Alegre não foi projetado por eles ou como eles entendem que deveria ter sido. O movimento também tem responsabilidade porque não reivindica concretamente junto ao Estado, deixando para ele a opção dos recursos, desde o tipo de merenda escolar, as carteiras do colégio, o tipo de moradia, insumos, máquinas, etc. Um assentamento necessita de uma racionalidade que deve ser dada por uma equipe técnica, mas levantada junto às necessidades reais da população.

V.- A organização do Espaço (como determina as relações sociais/como as relações sociais determinam a organização do espaço/ interralação da reprodução da ideologia e a organização do espaço/ existem elementos de reorganização ?)

Miguel: Nesse ponto, seria o caso de se ver como o loteamento de Campo Alegre, feito na corda, 150 m. de frente e 300 de fundos, e depois só 100 de frente, não foi baseado em loteamento urbano. Aliás, quando a "corda correu" não levou em conta os brejos, morros, pedreiras nem nada. Só a medida que foi estabelecida. Para um morador de periferia que estava habituado aos 6 de frente por 10 de fundos, aquele loteamento era um mundão, porque não conseguia levar em conta que não era só de moradia que se tratava, também era terra de produção. Esse tipo de loteamento não foi determinante, mas contribuiu muito para reforçar o poder da direção que, depois de cortados os lotes, passou a negociar com os melhores, inclusive arbitrariamente fazendo trocas, tirando morador de um lote bom e o colocando no brejo e redistribuindo o lote bom para um "cupincha". Da mesma forma reforçou a submissão do grupo aos chefes, em parte com medo de receberem lotes piores, em parte com medo de serem removidos de lotes razoáveis. Ou seja, o tipo de organização espacial feito arbitrariamente trouxe condições para dar um poder material aos chefes. É claro que não foi determinante, mas repito, contribuiu ou como queiram, ofereceu um dado concreto a mais. Contraditoriamente, não possibilitou um espírito de luta ou de rebeldia contra os mandões, pelo contrário, reforçou a submissão.

Eduardo: O espaço seria classificado como não viável, mas numa ótica de coletivismo os 3 ha. seriam bons. Para uma família sobreviver com 3 ha., no sul por exemplo, determina migração para Rondônia ou até para o Paraguai. Quando as famílias crescerem vamos ver o que vai acontecer. Vão ter de ocupar mais terras.

Severino: Atualmente em Campo Alegre está havendo choque com a diretoria por causa do espaço que todos acham que é pouco. Tem gente que trabalha onde foi determinado, mas a diretoria vem e corta de novo tirando um pedaço. Minha idéia é que todos deveriam trabalhar coletivamente, isto resolveria o problema do espaço, não só dos lotes de cada um como o problema que Miguel colocou. Mas isto ainda não dá. Temos de discutir com todos, porque se unissem e vivessem como se fosse uma coisa só de todo o mundo, sem pensar em propriedade, produzindo junto e vendendo junto as sobras, daria tudo certo. Precisa ter lá dentro uma estrutura com firmeza nessas idéias. Tem gente com novas idéias, mas as coisas tem vindo muito de cima para baixo. É só levantar a mão nas reuniões mesmo sem saber em que é que está votando. É só os chefes mandar votar nisso ou naquilo. Isso não é democracia. O que está faltando é dizer que se os lotes não forem suficientes ou se forem ruins, tem de criar espaços coletivos nas terras melhores.

Mariela: A discussão do tamanho não pode ser feita na questão da viabilidade. A questão é muito mais treinamento e aproveitamento racional do que tem nos lotes. O camponês não conhece o próprio potencial da natureza em seu lote. O que me preocupa é que não houve discussão antes com relação ao tamanho, e o que se vê é o pessoal querer cultivar cereais nos lotes de 3ha. Ou se modifica as cabeças, ou se modifica o tamanho dos lotes ou se parte para outras soluções.

Miguel: O que está em discussão não é propriamente o tamanho dos lotes. Senão vamos ficar rodando sem sair do lugar. Mas só para informar. O camponês tem uma racionalidade que por vezes bate na do técnico, mas sem maiores estudos, só pela tradição. Antes de 64 houve grandes movimentos de ocupação no Estado do Rio, e quando se tirava lotes individuais, também na base de "passar a corda", a medida já era conhecida: 4 alqueires por família, ou seja cerca de 20 ha. Essa era a dimensão levando em conta a qualidade das terras do Estado, as técnicas agrícolas tradicionais, etc. Nunca entrou em discussão o que aqui foi colocado, a questão de tratores, adubos, compostos, etc. Nos 4 alqueires, o camponês sabia que tinha terras fáceis para uso imediato, terras mais difíceis que ficavam para depois, terras para repouso, mata para madeira, etc. O estranho é que nesta ocupação de Campo Alegre participaram lideranças que fizeram ocupações anteriormente. Porque não levaram em conta a tradição que eles conhecem tão bem e da qual eles próprios foram divulgadores naqueles tempos? Que razões políticas levaram estas lideranças a cortar lotes de 3 has. em Campo Alegre? Esta é uma questão que deveríamos averiguar.

Célia: A proposta de 3 ha. elimina a proposta inicial de formas combinadas de coletivização. Se se dá mais terra, quem trabalha não tem tempo de trabalhar no coletivo. Esse tipo de organização deveria obrigar a um programa: coletivos para cereais, mandioca, batata, etc., e

o lote para os gastos da família. Mas o problema que foi colocado: se não existe um nível de consciência sempre vai existir a corrupção por falta de controle da direção. A distribuição de benfícios não pode ficar na mão de dois ou tres. 3 ha. é realmente minifúndio, mas com uma programação séria de utilização de outras terras de forma coletiva, pode ser corrigido. Isto consta nos estatutos originais do Mutirão, mas na prática isto não funcionou. O grave é que o movimento não está aprofundando a discussão sobre isto. Agora que os tratores do Estado vão entrar vai ser preciso retormar esta discussão e estimular para a coletivização.

Severino: O Mutirão está com a mesma mentalidade de quando entrou na terra.

Mas a chefia não está preparada para os problemas de hoje. Vou citar exemplos. Dois companheiros da comissão que estão passando a corda", levaram um velho com 8 filhos para um morro que é pedra pura, não tem condições nem de botar casa quanto mais plantar. Tive uma discussão com os dois da comissão, impedi que o velho aceitasse aquele lote o obriguei que arrumassem um lote bom para ele. Outro. Tem dois rapazes, irmãos, um com 4 filhos e as mulheres trabalham na cosinha coletiva, que moram numa casa abandonada pelos grileiros. Eles trabalham num coletivo tem mais de ano. A direção na hora de distribuir terra, não deu a terra daquela casa onde moram para eles, mas deu para um comerciante que tem um botequim e uma mercearia em Itaguaí. Isso foi colocado na reunião de ontem e eu fui contra, discuti até pesado com a comissão e não aceitei que as famílias fossem tiradas de onde estão. Já não existe mais terra para ser distribuída em Campo Alegre. Só tirando lote de uns e dando para outros ou então uns lotes que estão abandonados por quem não tem condições de trabalhar. O certo era ir juntando esses sítios e fazer lavoura coletiva deles. Acho que não se devia mais marcar terra e sim ajudar aqueles que não tem condições de trabalhar. Mas tem certos elementos na direção que pensa que o cargo deles é de corretagem.

Fernando M.: Alguns fatores que dificultam as relações sociais em Campo Alegre: 1) o mutirão é centralizado e as decisões partem de dois ou tres indivíduos. Isto impede mutirões entre vizinhos ou organizados nos "regionais". 2) Certa relação do Estado com a população criou expectativa de chegada de recursos. Inibiu formas coletivas de resolver alguns problemas, por exemplo abertura de valas. Mas a questão central é que não existe uma discussão ampla democrática. Cria uma tensão permanente entre um projeto que buscava preservar áreas para coletivos ou de reserva, e algumas pessoas da direção tinham como forma de poder a divisão. Resultou que agora só sobrou para coletivos as piores áreas. Foi semeada a desconfiança com relação aos coletivos e surge a timidez em discutir abertamente a questão. Acaba predominando a divisão do espaço em lotes individuais.

Miguel: Não concordo com esta questão do Estado. É a própria direção que cria o imobilismo. Primeiro, ao reivindicar do Estado, da forma

como reivindica, isto é, em conchavos de gabinete sem a participação e mobilização do povo. Depois o endeusamento que a direção está fazendo do Brizola, a ponto de colocar que quem reclama é contra o Brizola e por isso é contra Campo Alegre. Aliás, vocês todos estão sendo acusados de serem do PT e por isso contra o homem... Quem cria inibição e leva à expectativa é a direção e não o Estado. Pelo que sei, um mundão de calcário ficou amontoado porque o povo não ia buscar, e não houve iniciativa para se organizar a distribuição em carrinho de mão, carroça, mesmo nas costas. Lá perto do Severino tem uma valeta que com dois homens, em tres horas dá para drenar (Severino diz que na próxima terça-feira está marcado um mutirão para drenar a valeta...).

Severino: Tem mais de 5 meses que não se incentiva mutirões com os posseiros, nem que seja de 15 em 15 dias, nos lugares onde haja necessidade. Quem faz mutirão são os que não tem terra, e que vem a Campo Alegre se inscrever para ver se conseguem terra. Só que lá já não tem mais terra para ser distribuída e a direção continua aceitando inscrições. Esses sem terra que fazem mutirão não cumprem os objetivos da coletividade, a direção faz comida para o pessoal do mutirão e na caixa já quase não tem dinheiro para isso. Isto é errado porque está botando esses sem terra para trabalhar nas terras de quem já tem, e pior, nas terras de uns poucos. Além disso, os posseiros não estão cooperando uns com os outros. Os sem terra fazem qualquer coisa, para conseguir um pedaço de terra, até trabalhar em terra alheia. Aliás tem gente que vem nos dias de mutirão porque sabe que a comida é garantida.

VI.- Os coletivos (objetivos a que se propunham e como se organizaram / modificações posteriores nos objetivos e na organização/ como funcionaram/ determinaram alguma mudança nas relações sociais?/ porque fracassaram/ elementos indicativos de continuidade)

Miguel: Os coletivos foram formados sem nenhum objetivo muito claro. Aliás, os objetivos declarados variavam. Inicialmente, a direção dizia que havia pressa em demonstrar lavoura para o Estado, para que este entrasse em auxílio ao Mutirão. Depois, porque era uma forma de atender os mais carentes, aqueles que não tinham a menor condição de tocar lavoura própria, e por isso, os coletivos pagavam diárias a quem trabalhava. Primeiro 3 mil cruzeiros, depois 4 mil e por último 6 mil. Ou seja nenhum dos objetivos expressados foi político, e pelo contrário, foram tremendamente despolitizados. A ponto de hoje, aqueles que tem alguma lavoura individual de certa qualidade, serem propagandistas contra os coletivos. E não por razões do "individualismo" camponês, mas pela desmoralização que os coletivos sofreram. Só não consigo ver com clareza se foi proposital ou fruto da despolitização da direção. Na última reunião o Laerte falou da grande produção que os coletivos

mas não deu conta onde anda o pessoal que neles trabalhou. A colheita está sendo feita pelos responsáveis de cada coletivo. Os que trabalharam receberam só as diárias, e o lucro com quem vai ficar agora ? Esses métodos é que desmoralizam propostas coletivistas.

Severino: Os primeiros coletivos foram organizados para demonstrar a existência de lavouras, eram em áreas de 50 x 50, mas sem organização de coletivo. Todo o mundo trabalhava nessas áreas que foram aradas com recursos do próprio movimento. Não eram propriamente coletivos, depois viraram áreas individuais. Mais tarde foram formados 3 coletivos de 300 x 300 m., sem contar a Fazendinha do José Sanitária. Deviam ter 10 pessoas cada um mas nenhum chegou a isso. Não faltou dinheiro para pagar o pessoal, não sei de cabeça quanto entrou, mas sei que tinha dinheiro que vinha da Fase e de outras fontes. Os responsáveis não souberam administrar, foram colhendo e vendendo e não tinha prestação de contas, nem dinheiro para replantar. Não houve reposição de lavoura, devia colher a batata e plantar logo outra no lugar, mas isso não aconteceu e o mato tomou conta dos coletivos. Não houve também tendência de companheirismo, muita gente saiu por causa de briga e discussão. Alguns saíam e colocavam "bóia-fria" no seu lugar, pagando parte da diária e sem direito ao lucro.

Eduardo: Foram primeiras tentativas de trabalhar junto. Não posso dizer que fracassaram redondamente. Houve pouco investimento e pouca segurança. Houve reuniões e momentos de concentração e foi uma experiência de sair do isolamento da periferia para o trabalho coletivo. Nas periferias não há coletivização. Acho que deu bastante resultado pela troca de experiências de vida, pela troca de histórias do pessoal que trabalhava junto. Economicamente não foram grande coisa porque os líderes não estavam preparados para o coletivo. Pelo coletivo passavam os mais pobres, os idosos, os doentes. Se o coletivo fosse com pessoas de recursos próprios, o resultado seria outro. Devia ter máquinas disponíveis, adubo, maneiras de comercializar. Pergunto se as pessoas dos coletivos desapareceram porque não tiveram mais comida ou porque não tinham experiência anterior ?

Mariela: Problema: escolha dos coordenadores do ponto de vista político e também técnico. Eles reproduziram o "empreguismo" e não mostraram as formas igualitárias entre os membros do coletivo. Um outro coletivo que tinha uma boa direção falhou por falta de orientação técnica. Partiram para horta e o pessoal não tinha e menor experiência. O técnico que acompanhou também não e praticou barbaridades. O pessoal desanimou. Apesar de tudo esse mesmo coletivo depois plantou arroz que acabou dando bem. Onde teve coletivo que juntou experiência política com técnica deu bastante bem: a Fazendinha.

Severino: Quando começaram os coletivos, não tinha pagamento. Depois se fazia comida, mas isto dava muito trabalho e se passou a pagar diária. Em minha opinião todos os coletivos dão certo desde que pensado com sinceridade e no futuro. Mas os que coordenavam não pensavam nisso e nem foi ensinado para eles. No início a gente pensou em ampliar as áreas de coletivo mas não deu para isso. Acho que muitos dos que participaram dos coletivos podem voltar. Sairam porque o coordenador era muito autoritário, pensava que era capataz ou chefe de turma de fábrica. Não pegava na ferramenta não ficava junto no trabalho. Não é assim que se comanda coletivo.

Miguel : Nós temos responsabilidade nisso. Me recordo que a nossa assessoria era só correr da Fase para Ceris e de Ceris para Fase, encaixando projetos, que nem controlávamos. Na Fase acabaram por impingir o tal técnico que plantou repolho em cova, para fazer repolho cilíndrico para ser cortado em fatias feito salsichão... A nossa falha de esclarecimento foi tamanha que correu, e de forma muito forte, que a Fase era uma empresa e que assalariava o pessoal do coletivo. Daí muitos não quiserem participar porque não estavam a fim de patrão.

Arsênio: e que o Fernando era o capataz da Fase...

Fernando M.: Perduram alguns aspectos positivos: os coletivos foram a única possibilidade de sobrevivência na lavoura para os extremamente carentes e permitiu que eles se fixassem na lavoura. Os coletivos tiveram produtividade maior que a lavoura individual e contribuíram para o aprendizado agrícola. Os coletivos do Zé Santifária e do Maranhão contribuíram para criar relações de amizade e cooperação. Experiências desse tipo só se dão com muitas dificuldades. Aos coletivos se juntaram muita gente que não tinha experiência de trabalho na lavoura nem experiência política anterior. Muitas dessas pessoas não chegaram adquirir consciência coletivista, mas era muito difícil consolidar essa consciência se cada semana chegavam novos aos coletivos e saíam outros. A maioria famintos só com a visão de receber a diária. Essa visão levava a não assumir a lavoura como sua, perdiam ferramentas, etc. Alguns, na época da colheita abandonavam os coletivos para ir cuidar da roça própria. Os coordenadores foram alertados para que na prática estavam contratando "bóias-frias" e não juntando companheiros. Também houve problemas na incapacidade dos coletivos de terem contabilidade própria e planejamento de atividades. Não tinham capacidade de controlar e administrar seus próprios recursos. É um problema de organização que não foi superado, além de falta de planejamento e poucos recursos e de forma irregular. Teve ainda o problema da calamidade que destruiu muita produção. O coletivo foi um lugar de passagem que permitiu as pessoas depois se fixarem em seus lotes individuais. Não acho que os coletivos estejam desmoralizados, bem ou mal foram os que mais produziram. Mas houve sim, contratação de "bóias-frias", não prestação de contas, e coisas assim.

Se essas atitudes levaram a desmoralizar os coletivos, desmoralizaram também os dirigentes. A experiência é válida mas temos de pensar em quem vai dirigir os coletivos.

Mariela: Está havendo uma certa tendência em reorganizar os coletivos, mas está sendo colocada a idéia de quem tem terra não tem condições de se juntar aos coletivos. Essa tendência leva à idéia de que coletivo é à parte de quem já está assentado. A direção está estimulando só os novos, os que estão chegando e não tem terra. Com isso os assentados tem a tendência de individualizar ainda mais. Além disso não vai criar gestão e autonomia dos coletivos e sim gerar a idéia de capataz de coletivo.

Severino: A idéia é inciar uma granja. Vão fazer um projeto para conseguir dinheiro. Mas só com pessoas que não tem sítio. Eu acho que quem está lá dentro deve ter prioridade. Se um pai de família quizer ficar no sítio, os filhos devem ter preferência de ficar no coletivo. Dei sugestão de fazer uma cooperativa com quem já está assentado. Repito que acho que coletivo fundiona muito bem e deve ser em vários lugares de Campo Alegre e não concentrado em um só. Podia até ter uns dois coletivos em cada regional para ocupar o pessoal que não tem condições de ficar esperando a formação de seu sítio.

Celia: O problema de terra coletiva surge com cultura extensiva. Em Campo Alegre a questão dos coletivos foi tratada de forma idealista, coisa de "irmão", de fraternidade. Não como questão agrícola. É um esforço inútil plantar no coletivo a mesma coisa que no lote individual. Daí porque as propostas foram desastrosas, não foram propostas racionais de produção. Para pensar um coletivo hoje tem de ser em cima de um processo natural, onde os técnicos podem dar apoio. Ver o que produzir no coletivo como processo de aprendizagem para não camponeses também é uma proposta inteligente. Mas como foi enfocado é trágico, mesmo que qualquer produção associativa dê certo do ponto de vista da produção. Coletivo não vai ter saldo correto se não for assumido de maneira séria.

Severino: Só vi produção sair mesmo com coordenadores despreparados. A proposta foi para 6 meses só, não foi uma proposta total. Para mim deve ser uma proposta direta, sem prazo. O ideal deveria ser para sempre. Colheu, o mato cresceu, a terra endureceu e vai ter de arar e tombar tudo de novo se quizer recomeçar.

(interrupção: continuação marcada para 20 junho)

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

λ

METALÚRGICA SANTO ANTÔNIO
Rua Floriano Peixoto 35
13450 Santa Bárbara d'Oeste SP

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal. gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
RUA SILVA JARDIM L5 Q74 - PRAÇA DA BANDEIRA
25570 SÃO JOÃO DE MERITI RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

A

INDÚSTRIAS REUNIDAS DUTRA LTDA
caixa postal 143
38180 ARAXÁ MG

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma, assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Outrossim, gostaria de informações mais detalhadas e orçamento do "MULTIDUTRA", de sua fabricação.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me
atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da Bandeira
25570 São João de Meriti RJ

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1984

OFÍCIO Nº

Senhor Secretário.

Passamos às mãos de Vossa Excelência cópia do "Projeto Emergencial Fazenda Campo Alegre", em atendimento à designação por nós recebida.

Salientamos a necessidade de se desenvolver um plano global para a área eleita, visando o seu total aproveitamento para as safras vindouras, contando, inclusive, com o apoio de outros setores da administração direta e indireta.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a Vossa Excelência nos nossos protestos de elevada estima e consideração.

ANTONIO EDNO AMORIM MAGALHÃES

(D.E.R.)

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
(EMATER-RIO)

VICENTE DAS DORES MONTEIRO PINTO

(SIAGRO-RIO)

Exmo. Sr.

Dep. ELIAS CAMILO JORGE

DD. Secretário de Estado de

Agricultura e Abastecimento

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

À

CEMAG MÁQUINAS AGRÍCOLAS
caixa postal D-79
60000 Fortaleza CE

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma para que, junto a estes lavradores, seja feita a escolha de implementos adequados para a realidade local.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me
atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Rua Silva Jardim L5 Q74
Praça da Bandeira
25570 São João de Meriti RJ



Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

2

BALDAN-IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

caixa postal 11

15999 MATÃO SP

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria, se possível, de receber prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contactos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA

rua Silva Jardim L5 Q74

Praça da Bandeira

25570 São João de Meriti RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

À

IKEDA E FILHOS - MÁQUINAS AGRÍCOLAS
caixa postal 646
17500 Marília SP

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Particularmente, gostaria de receber maiores detalhes e orçamento da grade de discos a tração animal.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA

Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da ^Bandeira
25570 - São João de Meriti RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

À

EMANUIÇÃO JACUF S.A.

caixa postal 190

96500 Cachoeira do Sul RS

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA

Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da Bandeira

25570 São João de Meriti RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

À

IMPLEMÁQUINAS LTDA

caixa postal 381

JOAÇABA SC - 89600

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores da minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Gostaria também de receber informações e orçamento da MOTO-SAPINADEIRA, de sua fabricação.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente

MARIA CONCEIÇÃO ROSA

Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da Bandeira

25570 São João de Meriti RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985.

λ

ALFREDO VILLANOVA S/A
caixa postal 152
13330 INDAIATUBA SP

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Rua Silva Jardim L5 Q74
Praça da Bandeira
25570 - São João de Meriti

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

À

SANS - MÁQUINAS AGRÍCOLAS
caixa postal 141
13450 Santa Bárbara d'Oeste SP

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me
atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da Bandeira
25570 São João de Meriti RJ

Nova Iguaçu, 11 de junho de 1985

λ

FUNDIÇÃO CORRADI - Divisão de Máquinas Agrícolas
caixa postal 2
ITAÚNA MG

Prezados Senhores:

Tendo em vista parcela significativa de lavradores de minha área de ação ter se interessado na aquisição coletiva de implementos agrícolas a tração animal, gostaria de receber, se possível, prospectos sobre os produtos dessa firma assim como o endereço do representante mais próximo para posteriores contatos.

Além disso, é também de nosso interesse receber orçamento da linha de debulhadores manuais, assim como prospectos detalhados.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA

Rua Silva Jardim L5 Q74 - Praça da Bandeira
25570 São João de Meriti RJ

Campo Alegre, 06.11.85

Acevab:

Favor entregar a José Olevo
de Campo um conjunto de
capimverde e plântula
de trevo animal, que
ficará sob sua responsabili-
dade para a Regional de
Peto Grosso.

Monique

DE ACORDO

José Olevo de Campo

Campo Alegre, 6/11/85

Azevedo:

Favor entregar ao sr. Manoel
Alves Pereira Sobrinho, nº 2874,
um conjunto de plantadeiras
e cultivador a trator animal.
Ele ficará responsável pelas
máquinas na região do
Assumpção n.º 10.

Maniella

DE ACORDO

Manoel Alves Pereira Sobrinho:

ESPÉCIE	QUANT. RECEBIDA	QUANT. DISTRIBUÍDA	%	JUSTIFICATIVA
MILHO	1080 kg	740 kg	68,5	SEMENTES COM CARUNCHOS. ENTREGUES TARDIAMENTE.
ARROZ	1040 kg	543 kg	52,2	SEMENTES ENTREGUES APÓS ÉPOCA DE PLANTIO.
QUIABO	192,5 kg	170 kg	88,3	RENTÁVEL. ÉPOCA ADEQUADA
MAXIPE	171,2 kg	11,5 kg	66,9	
JILO'	4,0 kg	2,3 kg	57,5	MAIOR EXIGÊNCIA EM TRATOS
PIMENTÃO	6,0 kg	2,5 kg	41,7	MAIOR EXIGÊNCIA EM TRATOS
ABÓBORA MENINA	13,8 kg	11 kg	79,7	
BERINJELA	1,54 kg	0,75 kg	48,7	MAIOR EXIGÊNCIA EM TRATOS
MELANCIA	1,2 kg	1,2 kg	100%	
FEIJÃO	1.000 kg	304,5 kg	30,40%	EM FASE DE DISTRIBUIÇÃO.
CALCÁRIO	3.200 sc.	ENTREGUE : 530 sc. (16%) EM DEPÓSITO: 981 sc (31%)	47%	DIFICULDADE DE TRANSPORTE.
FORMICIDA	120 lt	50 lt	41,7	

CAMPONESES BENEFICIADOS - 216 - (62%) - F.134

SERVIÇO	BENEFICIADOS ATENDIDOS	0% SOBRE BENEFICIADOS (216)	0% SOBRE TOTAL (350)
TRATOR-	162 F.188	74,5	46,0
COMPLETO:	123	57,0	35,0
INCOMPLETO:	39	17,6	11,0
SEMENTES-	146 F.204	67,6	41,7
FORMICIDA-	49 F.301	22,7	14,0
CALCÁRIO-	99 F.251	45,8	28,3
RECAPAMENTO	43	20,0	12,3
RESERVARAM EM DEPOSITO.	56	25,8	16,0

ADUBO

52 dos 180 NUNCA APARECERAM.

95 ~~180~~ BENEFICIADOS NÃO HAVIAM RESPONDIDO A CONSULTA (44%)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 1- VISITAS TÉCNICAS: ~~70~~
CAMPONESES BENEFICIADOS: 47
- 2- REUNIÕES TÉCNICAS: 16
MÉDIA DE COMPARECIMENTO: 11 CAMP/REUN.
- 3- EXCURSÕES: 01
PARTICIPANTES: 60
CAMPONESES PARTICIPANTES: 42

CAMPONESES BENEFICIADOS POR SEMENTES - 146

ESPÉCIE	Nº BENEFICIADOS	% SOBRE 146 (BENEF. C/ SEM)	% SOBRE 216 (TOTAL DE BENEF.)	% SOBRE 350 (POPULAÇÃO)	QUANT. SEM. DISTRIBUIDA	MÉDIA kg/CAMPONESES BENEF.	CAPAC. (ha)
* MILHO	110	75	51	31	740 kg.	6,7	0,2
ARROZ	49	33	27	14	543 kg	11	0,5
* QUIABO	107	73	50	31	170 kg	1,6	0,3
MAXIKE	68	47	31	19	11,5 kg	0,17	0,5
JILÓ	35	24	16	10	2,3 kg	0,06	0,4
* PIMENTÃO	24	16	11	7	2,5 kg	0,1	0,5
* ABÓBOXA	43	29	20	12	11 kg	0,25	0,5
BERINJELA	13	9	6	4	0,75	0,05	0,2
* SALSA	02	1,3	0,9	0,6			
MELANCIA	05	3	1,3	1,4	1,2	0,24	0,5
* CEBOLINHA	03	2	1,3	0,8			
* FEIJÃO	23	16	11	6	304,5	13	0,7

TRATOR - ~~BENEFICIADOS: 161~~

HORAS DISTRIBUÍDAS	BENEFICIADOS	ÁREA	MÉDIA H/CAMPONESES BENEF.
TOTAL	1112	162	130
ARADO	747,5		6,8
GRADE	364,5		

PENDÊNCIA: 149,5 horas (78 arado
71,5 grade)

CALCÁRIO

DISTRIBUÍDO	RESAÇOS	BENEFICIADOS	MÉDIA
ENTREGUE	530	43	12 sc
EM DEPOSITO	981	56	
TOTAL	1511	99	15 sc



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

- Assessoramento Técnico (E-28/000575/88)
- Projeto de implantação do centro de desenvolvimento rural integrado de Nova Iguaçu. (Em anexo).
- Projeto de Beneficiamento e comercialização em Campo Alegre e implantação do mercado produtor em Nova Iguaçu (convênio SEAF Prefeitura e SEAC).
- Projeto de levantamento de dados econômicos e mapeamento de uso atual (convênio com Prefeitura/STB)



Primeiro Relatório da Coordenação da Área de Saúde do Mutirão de Campo Alegre

Primeira Avaliação das condições necessárias para a implantação de um Projeto Emergencial de Saúde e o que já se avançou nesse sentido:

Podemos dividir os recursos necessários em:

. Estrutura Física:

A CASA NOVA reúne no presente momento, as melhores condições para a implantação do Projeto em caráter emergencial porque apresenta uma razoável estrutura sólida e por ser um Ponto de Referência muito importante para o Mutirão, pois também é sede da Secretaria do Sindicato e do Centro de Estudos dos Agrônomos.

Pensamos para isso podermos contar com a sala do Consultório Médico, que já existe como tal; o Salão Principal, que pensamos em utilizá-lo na pré-consultas, em palestras educativas como por exemplo Grupos de Gestantes, Grupos de Hipertensos, etc. O banheiro para uso público e a cozinha seria o Setor de Enfermagem.

A instalação de água e luz como a pintura de toda casa será o primeiro marco para que possamos iniciar o projeto.

Pensamos ainda em utilizar a varanda lateral direita como Farmácia e Almoxarifado e os canteiros de jardim que rodeiam toda a Casa Nova, na plantação de um Herbário Medicinal, para consumo dos pacientes.

. Recursos Humanos:

Curso para formação e seleção de 7 (sete) Agentes de Saúde, para que cada um fique responsável por uma Regional.

Após treinamento teórico e prático, deverá ter condições de transmitir aos companheiros os princípios básicos de Educação em Saúde, saber como proceder nos atendimentos mais simples de saúde e como agir no encaminhamento de doentes que necessitem de socorro, quando o Médico estiver ausente do Posto.

• Recursos Financeiros:

Já foi solicitada toda a relação básica do Mobiliário e do Material Permanente, que achamos o mínimo necessário para a instalação do Miniposto e já começamos a receber o Material de Reposição através do Posto Municipal de Queimados.

O Posto Municipal de Queimados será a nossa referência a serviços de saúde secundários e terciários, já que o Miniposto de Saúde do Mutirão Campo Alegre, ainda não está previsto oficialmente no organograma da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Mais já é importante que a gente aplique esse princípio:

- 1 - Miniposto de Saúde Campo Alegre
- 2 - Posto Municipal de Queimados
- 3 - Centro de Saúde de Nova Iguaçu

E é raciocinando através desse Sistema de Saúde integrado que já está articulado junto ao Posto de Queimados:

- Cota Bimensal de Medicamentos da CEME, o de receituário e o de Emergência;
- Coleta de material (sangue, fezes e urina) por técnico de laboratório, que virá à Casa Nova uma vez por semana;
- Utilização de Auxiliar de Enfermagem no treinamento prático dos Agentes de Saúde;
- Exames como hemograma completo, urina EAS e exame parasitológico de fezes e colpocitologia vaginal, serão feitos pelo Posto de Queimados;
- Encaminhamento ao posto para confirmação de diagnóstico e esquema terapêutico com controle de tuberculose e hanseníase;
- Encaminhamento com ficha de referência e contra referência a vários serviços médicos relacionados no PAIS (Programa de Assistência Integrada de Saúde), que assegura atendimento em Postos do INAMPS, mesmo aos não Previdenciários.

O Posto de Queimados, comprometeu-se a entrar em contato com a SUCAM (Superintendência de Campanhas do Ministério da Saúde) para que esta promova o Mapeamento Geográfico de toda área de Campo Alegre. Posteriormente, quando os Agentes de Saúde já estiverem habilitados, poderão fazer o levantamento por Faixa Etária.

Junto à Área de Educação pretendemos que ao iniciar o ano letivo de 1986, possamos ter empreendido o exame clínico de todos escolares, com a feitura do exame de fezes e avaliação do estado nutricional, com a utilização da ta bela de Gomez (desnutrição de I, II e III graus - OMS).

Nosso objetivo é com isso promover o início de uma articulação entre as á-reas de Educação e de Saúde como primeiro resultado prático, solicitar a su plementação alimentar aos classificados em desnutridos de II grau.

Queremos ainda colaborar, oferecendo às professoras, subsídios em Educação em Saúde, como Campanhas de Erradicação do Piolho e da Sarna, no incentivo à Horta Escolar e orientação na elaboração do cardápio da Merenda Escolar, dan do importância ao valor nutricional dessa dieta.

Achamos importante salientar, que já estamos oferecendo apesar das precárias condições que a Casa Nova ainda se encontra, consultas médicas, todas as segundas e quartas-feiras das 8 às 12 horas, com boa receptividade dos habitantes de Campo Alegre.

Vale acentuar que a predominância dos atendimentos é de mulheres e crianças (80%), o que nos leva a crer no acerto de implementação inicial e preferencial dos programas relacionados com a Assistência Materno-Infantil.

Pretendemos portanto poder oferecer:

- puericultura e pediatria
- pré-natal
- preventivo ginecológico
- clínica médica
- pronto-socorro para pequenas emergências
- exames laboratoriais simples.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1985.

PROJETO DE CADASTRO DE OCUPANTES E MAPEAMENTO DE OCUPAÇÕES, ÁREAS LIVRES
DISPONÍVEIS E VIAS DE ACESSO.

1. OBJETIVOS

- 1.1 - Permitir maior controle da distribuição dos lotes e transferências e subsidiar dados para a futura regularização fundiária.
- 1.2 - Planejar a localização de equipamentos comunitários como escolas, postos de saúde, depósitos de produção e maquinárias, oficinas, etc.
- 1.3 - Avaliar o uso real da terra distribuída.
- 1.4 - Definir áreas indicadas para a implantação de postos, bosques, açudes, etc., de utilização comunitária.

2. METODOLOGIA

2.1 - Levantamentos necessários

2.1.1 - Identificar as áreas ocupadas, os lotes distribuídos e as áreas reservadas para distribuição posterior, preservação permanente, etc. Dentro das áreas ocupadas estabelecer quais são de uso comunitário e quais de uso individual.

2.1.2 - Identificar dos lotes distribuídos quais são os efetivamente ocupados e trabalhados.

2.1.3 - Cadastrar os antigos e novos ocupantes.

2.2 - O levantamento de campo está sendo realizado da seguinte maneira: São percorridas as diferentes regionais, visitando lote por lote, desenhando cada um deles na planta (escala 1:10.000) e preenchendo por cada um deles um ficha.

2.2.1 - Dados a serem levantados para o preenchimento das fichas:

- . Nome do ocupante (nº de pessoas que moram no lote);
- . Dimensões;
- . Data de distribuição;
- . Data de ocupação;
- . Percentagem de área cultivada;
- . Produção;
- . Benfeitorias;
- . Drenagem.

2.2.2 - Dados a serem plotados no mapa:

- . localização e limites do lote ou áreas;
- . localização das vias de acesso;
- . localização das áreas inundáveis;
- . existência de benfeitorias;
- . lagoas, pântanos, lixeiras, áreas livres.

3. OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 - Elaboração da ficha modelo (ver anexo)

3.2 - Confeção de jogo de cópias do mapa da região (escala 1:10.000, folhas 235-F, 236-F, 236-E, 258-B, 259-A, 259-B, do município de Nova Iguaçu, Distrito de Queimados e escala 1:20.000 das mesmas folhas).

3.3 - Formação de uma equipe de técnicos e membros da comunidade para o levantamento de campo.

Necessidades:

Já foi elaborada a ficha do levantamento (ver modelo anexo) e também realizados jogos de cópias das plantas da região na copiadora da SECPLAN com o original fornecido pela FUNDREM.

O levantamento de campo está sendo realizado por uma estagiária com

dedicação exclusiva para Campo Alegre e com a participação rotativa de ou tros estagiários.

Atualmente já foram levantados 110 terrenos dos 400 já demarcados pelo mutirão até março.

No mês de abril, não houve possibilidades de dispor do carro da Comissão Fundiária que estava sendo utilizado e, devido à que o levantamento e exige mobilidade própria para a equipe, o mesmo encontra-se provisoriamente parado.

Devido à urgência do trabalho solicitamos à SECPLAN providencie um re forço de mais uma equipe formada por 2 pessoas (podendo ser estagiários) um dia na semana, assim como 1 carro, 2 vezes por semana (1 para cada equipe), até a chegada de um novo carro da Comissão Fundiária destinado ao levantamento.

Previsão de tempo:

Contando com estas medidas solicitadas, o levantamento poderá ser con cluído em aproximadamente 1 mês (4 idas à campo de cada equipe).

Com os dados obtidos até hoje no levantamento, foram confeccionadas pela estagiária destinada a Campo Alegre 6 plantas destinadas aos seguintes assuntos

4 plantas - escala 1:20.000 (entregues ao Flávio) das quais 3 foram destinadas ao setor de educação da SECPLAN (Programa Especial de Educação. E uma para uso geral.

1 planta - escala 1:20.000 (entregue a Anabella) para uso junto à FEEMA.

1 planta - escala 1:20.000 - para uso da equipe de Campo Alegre.

1 planta - escala 1:10.000 - para uso da equipe com os lotes levantados até hoje.

PROJETO CAMPO ALEGRE

Localização dos Lotes

Lote nºData: / /84

Titular

Dimensões x m.

Distribuído em

Ocupado emCultivado?.....

Produzindo?

Benfeitorias

Topografia e drenagem

Vegetação

Observações:.....

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS NA FAZENDA
CAMPO ALEGRE

- 1) O projeto deve considerar o assentamento de 47 famílias em estrutura rural cooperativa.
- 2) Cada família deve manter sua própria casa, cultivar sua terra e ganhar seu sustento do que produz.
- 3) Cada unidade familiar pertence a estrutura cooperativa, cujo órgão máximo será o Conselho de Lavradores, escolhidos entre os membros da Comunidade.
- 4) Este Conselho de Lavradores lidará de forma coletiva, com o mercado para vendas e compras e executará as decisões da Assembleia dos Lavradores no referente aos serviços nas áreas educacional, médico e cultural.
- 5) A terra é de propriedade estadual, a força básica de trabalho é a família; os membros desta comunidade rural devem dedicar-se a prover auxílio mútuo dentro da comunidade e para o benefício comum de todos.
- 6) A produção de cada família é comercializada através da organização central do Conselho de Lavradores que por sua vez será supervisionada pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Fundiários.

A TERRA

- a) A terra deve estar distribuída de tal forma que os contratos sejam semelhantes em função de área e qualidade.
- b) Os lotes devem estar divididos em tamanhos tais que possibilitem a uma família cultivar a terra sem necessidade de contratar mão-de-obra estranha.
- c) Cada família celebra um contrato de cessão de uso de acordo com as au-

toridades estaduais e tem o direito de passar o contrato a um de seus filhos. Marido e mulher são sócios em partes iguais nesse contrato e ambos têm os mesmos direitos e regalias.

Condições resolutivas do contrato: Constituirá causa necessária de extinção, o uso do imóvel com fins diferentes à exploração rural pelo grupo familiar.

Qualidade de vida: O Conselho de Lavradores, supervisionado pelo Grupo de Trabalho da Comissão deve fornecer soluções no que se refere a educação escolar, saúde, esportes, cultura e lazer.

Administração: A comunidade de lavradores deve constituir-se em uma comunidade democrática, auto-governada, baseado no conceito de delegação de autoridade. Seu corpo supremo é a Assembleia Geral, que deve debater os assuntos da comunidade e eleger o Conselho de Lavradores, que é a autoridade executiva.

Em uma primeira etapa, o Conselho deverá ter assessoramento do Grupo de Trabalho da Comissão Fundiária.

Planejamento:

- a) A organização social destas pessoas requer um planejamento elaborado por técnicos da Comissão Fundiária, conjuntamente com a comunidade.
- b) Técnicos da EMATER deverão oferecer assistência técnica no que se refere a tipo de cultura e tratamento do solo.
- c) O planejamento econômico deverá oferecer vários planos alternativos sobre modos e possibilidades de comercialização, assim como linhas de financiamento. A Coordenadoria de Programas Econômicos (grupo Agricultura) da Secretaria de Estado de Planejamento e Controle deverá formular esse programa, subordinando a decisão final à Assembleia de Lavradores.
- d) A SIAGRO-RIO deverá prestar aos lavradores os serviços de equipamentos necessários às atividades agropecuárias e ao beneficiamento primário a

nível de empresa rural. Deverá também fornecer as sementes mediante um plano de financiamento que observe como momento final do período de carência a comercialização da produção.

- e) Representantes da Secretaria de Estado de Trabalho e Habitação deverão assessorar os lavradores nas construção de suas moradias em regime de mutirão.

A Comissão de Assuntos Fundiários deverá constituir um grupo de trabalho para implementação deste projeto, com as atribuições:

- a) Definir e operacionalizar o programa sócio-econômico para assentamento dos trabalhadores rurais na Fazenda de Italva.
- b) Constituir-se em comitê que represente os lavradores nas negociações com o governo e como articulador da assistência e apoio dos órgãos do Estado.

Deste modo, os lavradores sem dinheiro receberão o apoio do Estado para iniciar-se no caminho do sustento próprio.

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE
UM LOTE EXPERIMENTAL EM CAMPO ALEGRE
PARA PRÁTICA DE TÉCNICAS EM FERTILIZAÇÃO

1. Proposta:

Implantar, com apoio dos lavradores de Campo Alegre, da direção do Mutirão, dos órgãos públicos estaduais, municipais e federais competentes, de instituições e cidadãos envolvidos com questões agroecológicas, um lote onde serão desenvolvidas experiências práticas que facilitem o acesso dos agricultores a métodos e recursos que protejam e incrementem a fertilidade natural das terras.

2. Objetivos:

Organizar o espaço, as tarefas e a equipe básica para o desenvolvimento de diversas atividades ligadas à fertilidade dos solos e à fecundidade global da região:

- 2.1 produção e aplicação de "compostos" (reciclagem de resíduos orgânicos disponíveis na área e nas imediações);
- 2.2 utilizações práticas de "adubação verde" (e multiplicação de sementes das leguminosas apropriadas) e "cobertura morta";
- 2.3 horto de produção de mudas de árvores (frutíferas, utilitárias, energéticas, nativas notáveis etc.), cercas vivas, plantas medicinais, melíferas, pastos arbóreos etc.;
- 2.4 criação de abelhas (produção de mel, cera, própolis e polinização dos vegetais);
- 2.5 pesquisas práticas em controle integrado de pragas (adubações, rotações, consorciações, plantas repelentes, plantas-armadilhas, preparados insetífugos não-tóxicos, controle biológico por predadores e parasitas, armadilhas diversas etc.

3. Justificativas

A viabilidade sócio-econômica do assentamento de centenas de famílias de agricultores em Campo Alegre, a longo prazo, dependerá da capacidade dos solos em produzir permanentemente colheitas abundantes. Para tal, além de sementes, implementos adequados, assistência técnica etc. é fundamental a aplicação de métodos que garantam a presença de matéria orgânica nos solos e protejam e dinamizem os fenômenos bio-físico-químicos responsáveis pela fertilidade das terras, reduzindo ao mínimo a aquisição de insumos industrializados, fertilizantes químicos e biocidas - cada vez mais caros e quase sempre tóxicos aos delicados equilíbrios biológicos do solo, dos vegetais e animais consumidores.

A divulgação eficiente de tais métodos e recursos (quase todos tradicionais, porém esquecidos, só recentemente recuperados pelas pesquisas biológicas e agrônomicas), lidando sempre com forças vivas da natureza, não deve depender apenas de recomendações teóricas, sendo pois conveniente o desenvolvimento de demonstrações e pesquisas práticas que os agricultores possam acompanhar e verificar os resultados.

A existência de um lote experimental para práticas de fertilização permitirá a concentração objetiva dos conhecimentos e recursos dos agricultores e técnicos, orientando objetivamente as pesquisas, contatos e providências e produzindo resultados demonstrativos de modo sistemático e didático.

A implantação de um lote destinado a tais atividades, manejado por lavradores de Campo Alegre e por cidadãos voluntários (integrantes de associações ambientalistas etc.), com apoio técnico mínimo indispensável dos órgãos públicos competentes, além da função demonstrativa, de como garantir a fertilidade dos solos, revelará uma série de novas fontes de renda agrícola (venda de adubos de alta qualidade, de sementes

de leguminosas para adubação verde, de mudas de árvores, cercas vivas etc., lenha, plantas medicinais, mel, cera etc.

O lote experimental poderá ainda constituir-se em "piloto" para outros lotes semelhantes (dedicados a produção e comercialização de adubos, sementes, mudas, preparados etc.) e diversos (dedicados a pesquisas práticas de novas fontes de renda - plantio e beneficiamento de mamona, guaraná, girassol, produção semi-artesanal de implementos agrícolas simples, cataventos e coletores solares populares etc.).

4. Área:

A direção do Mutirão colocou à disposição uma área de 3ha, já reservada para utilização comunitária em frente ao núcleo central do movimento, para implantação do lote experimental.

5. Equipamentos necessários:

5.1 Produção de adubos:

- . uso sistemático de um caminhão ou "pick-up" para coleta de materiais orgânicos disponíveis em Campo Alegre e imediações (localizados previamente por pesquisa, em indústrias, feiras-livres, CEASA etc.), diariamente ou dentro de um esquema rígido, previsível, de utilização;
- . picadeira (associada a motor ou catavento) para fragmentação dos materiais orgânicos maiores, para acelerar sua decomposição/humificação;
- . carroça c/ animal, carrinho de mão, ferramentas etc.;
- . bomba d'água (manual ou a motor ou catavento).

5.2 adubos verdes:

- . compra de sementes de guandu, crotalaria juncea e mucuna (10kg de cada) e dos inoculantes bacterianos (do *Rhizobium* responsável pela fixação de Nitrogênio atmosférico).

5.3 horto de mudas:

- . ripado, canteiros, viveiro, latas, sacos plásticos, ferramentas, mudas, sementes et

5.4 apiário

- . 3 colméias completas, em caixas padronizadas, fumigador, macacões etc.

5.5 Controle integrado de pragas:

- . local abrigado (construído com materiais locais) com mesa, prateleiras, vidros, materiais diversos.

EMBRAPA

LABORATÓRIO DE QUÍMICA-SNLCS

Nome: JOAQUIM MOURA

Prop.: Fazenda Campo Alegre - Nova Iguaçu - RJ

RESULTADO DE CARBONO

Amostra	Carbono %
4-C	1,58

Rio de Janeiro, 07 de Agosto de 1984.


WILSON SANT'ANNA DE ARAÚJO

/fátima.

CPF e Identidade



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
E ASSENTAMENTOS HUMANOS

TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS DE BENFEITORIAS SITUADAS NA REGIONAL DE MATO GROSSO, EM QUEIMADOS, MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, NO LOTEAMENTO - DENOMINADO CAMPO ALEGRE, FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES E PRODUTORES DE MATO GROSSO E A SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS.

Aos cinco dias do mês de Junho de mil novecentos e oitenta e sete, na sede desta Secretaria, situada na Rua Senador Dantas, 74 - 2a. Sobreloja, Centro - RIO DE JANEIRO, é assinado o presente Termo de Cessão de Uso com Encargos, que se regerá incondicionalmente e irrestritamente pela Legislação Estadual que se considera, com as seguintes Cláusulas e condições:

PRIMEIRA - Constitui objeto da presente Cessão de Uso as benfeitorias do "CEL. IGNÁCIO", situadas no Loteamento denominado "CAMPO ALEGRE", especificamente, o GALPÃO que assim se descreve e caracteriza:- Medias:- 14,00 m por 5,50 m, piso de terra batida, esteios de madeira e telhas francesas, benfeitorias essas que estão sendo adquiridas por Ação Expropriatória em atendimento aos Decretos nº 7351, de 20/06/84 e alterado pelo Decreto nº 9635, de 13/02/87. ressalva: Leia-se "medidas".

SEGUNDA - A presente Cessão destina-se à instalação de uma casa de farinha e outras atividades de cunho coletivo, a ser empregado pela Associação de Camponeses e Produtores de Mato Grosso.

TERCEIRA - A presente Cessão de Uso vigorará por tempo indeterminado, que deverá ser renovada assim que se realize a situação prevista no parágrafo Único.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o Estado, através desta Secretaria, a concluir o Processo Desapropriatório iniciado da área e a fazer com o Cessionário, assim que a área seja efetivamente adquirida pela desapropriação, o Contrato de Direito Real de Uso nos termos previstos nos artigos 44/49, da Lei complementar nº 08, de 25/10/77.

QUARTA - O Cessionário poderá construir ou modificar as benfeitorias



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

fl. 2

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
E ASSENTAMENTOS HUMANOS

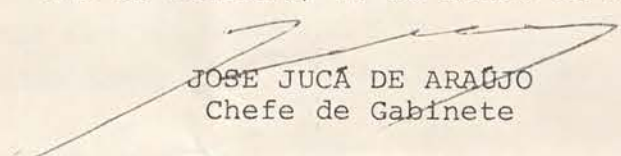
sempre que tais fatos sejam necessários ou desejáveis em face das finalidades desta Cessão, devendo, em qualquer caso, comunicar por escrito o ocorrido a esta Secretaria.

QUINTA - O Cessionário permitirá o acesso dos Servidores do Estado, ao imóvel, desde que, sejam competentes para as tarefas de fiscalização geral, uma vez designados por esta Secretaria, para verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.

SEXTA - O Cessionário se obriga por si e por eventuais sucessores a desocupar o imóvel e a restitui-lo vazio à Secretaria nos casos de extinção de pleno direito da presente Cessão, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa, se em qualquer época for dada ao imóvel destinação diversa da prevista na Cláusula SEGUNDA ou se for descumprida qualquer ^{uma} das obrigações previstas nestes Termos, revertendo o uso do imóvel com as benfeitorias acrescidas ao patrimônio Estadual.

SETE - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se façam necessários em decorrência do presente termo serão discutidos e resolvidos de comum acordo entre as partes, lavrando-se Termo Aditivo, ficando eleito o foro da Comarca da Capital, com expressa renúncia de qualquer outro por mais especial que seja para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, sendo lavrado neste ato em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, ficando uma em poder de cada parte.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 1987


JOSE JUCÁ DE ARAÚJO
Chefe de Gabinete

p/ ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES E PRODUTORES DE MATO GROSSO.

Anotações de Campo

DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

(extrapolável para outras populações de ocupações da Baixada Fluminense).

Escrito por: Mariella, Indalécia e Célia.

A situação que compõe a realidade de Campo Alegre hoje é muito diversificada na medida em que sua população tem as mais diferentes origens: uma quantidade mínima de lavradores, a maior parte é composta por desempregados urbanos de origem rural, pequena parte de desempregados urbanos de origem urbana (estes não conhecem nada do trabalho com a terra), e o chamado "lumpen" que, na maioria dos casos, teve origem rural e que pela sua tendência a "se dar bem" através da corrupção, privilégios e tramóias, mesmo que seja em pequeno número, acaba sempre por prejudicar bastante o movimento.

LAVRADORES

A maioria deles é de antigos meeiros ou arrendatários que vieram pela necessidade de ter um pedaço de terra seu. Por serem pessoas com muito maior conhecimento e vivência do trabalho com a terra, estão conseguindo se destacar relativamente na sua produção e nas condições mínimas de sobrevivência. Este lavrador, se além de sua experiência profissional, for politicamente consciente, poderá ser de grande importância para o assentamento, porque além do seu conhecimento sobre a produção ele tem condições de discutir e encaminhar as formas de produção, organização social, formando pouco a pouco uma visão mais politizada do processo de sobrevivência dos seus companheiros, dando mais força ao coletivo em todos os níveis.

O DESEMPREGADO URBANO DE ORIGEM RURAL:

Migrantes das áreas do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e norte do Estado do Rio, onde viviam como meeiros, bóias frias, arrendatários ou colonos (pouquíssimos eram proprietários), que tentaram sobreviver na cidade em todas as frentes possíveis e imagináveis: na indústria, no comércio, na construção civil, etc..

Por um lado a imensa gama de conhecimentos em todas essas áreas (mecânicos, pedreiros, mestre de obras, torneiros, carpinteiros, motoristas de máquinas pesadas, pintores, têxteis, bombeiros hidráulicos, etc..) é um grande potencial a ser explorado no processo de assentamento, na montagem e na manutenção da infraestrutura.

Por outro lado, existe o aspecto negativo no que se refere ao assenta

mento na terra, que advem do fato de que o homem assume com muito mais vagar o seu compromisso com a terra, na medida em que na primeira dificuldade, ele imediatamente arranja biscates na cidade próxima para se sustentar. Dessa forma, passa sempre uns três dias da semana fora da terra, arranjando dinheiro, e no resto da semana a cultiva. Há inclusive casos de quem de dia trabalha a terra e de noite trabalha na cidade (guardador de carros, vigias, etc.). Com isto, o serviço na terra rende menos até mesmo porque a necessidade de produzir é menos premente se comparado ao lavrador que não conhece outro ofício.

A principal motivação para ocupar a terra, em geral, não é a possibilidade de se ter terra, mas principalmente a fome e o desemprego. Provavelmente, muitos não estariam na terra se tivessem conseguido um bom emprego urbano. Não há, em muitos deles, a mesma necessidade "orgânica" de trabalhar na terra que tem o lavrador. Para completar o quadro, suas esposas e filhos quase sempre são urbanos e não o acompanham na conquista da terra, só entrando quando ele consegue oferecer um mínimo de conforto compatível com o que tinham na cidade (uma casa de tijolos, um bom poço revestido, escola para as crianças, luz, água, transporte). Daí deriva-se uma situação de instabilidade e de desestímulo que leva parte dessa população a ser flutuante, consequente de um longo período de idas e vindas diárias campo-cidade ou de semanas a fio acampado longe da família.

No entanto, a sua vinculação ao meio urbano que continua vigente pela proximidade dos assentamentos às cidades, pode também tornar-se a grande riqueza deste grupo. A organização, característica da luta do proletariado urbano, é por eles conhecida e algumas vezes foi compartilhada. Por isso, no caso de reinício das lutas sociais, estes trabalhadores se constituirão em agentes ativos da unidade operário-camponesa.

Outra característica deste grupo, não devida à sua urbanização mas sim de vida aos seus locais de origem (antes de migrarem), é a sua preferência pelas culturas extensivas (cereais, café) ou olerícolas rústicas (aipim, batata doce, abóbora). O plantio de quiabo pode ser considerado como consequência da influência do grupo de lavradores sobre este grupo. Isto importa numa grande necessidade de assistência técnica para readaptar seus conhecimentos para culturas mais apropriadas para áreas rurais em periferias de grandes centros.

O DESEMPREGADO URBANO DE ORIGEM URBANA

Neste é ainda mais acentuada a tendência flutuante. Pode-se dizer praticamente que ele está "de passagem" pela terra. Por não ter absoluta

mente nenhum vínculo outradição que o ligue à terra fica muito difícil a sua sobrevivência através dela. Não só pela falta de conhecimentos mas também pela dificuldade de adaptação a esta vida, completamente nova para ele. Pode-se dizer que a sua participação na ocupação da terra se deve muito mais a uma situação de extrema necessidade (fome e desemprego) que o leva a tentar a única saída que no momento se apresentou.

LÚMPEN

Não são muitos e na sua maioria tiveram uma origem rural. São poucos os que conseguem um espaço de atuação, já que só os mais "espertos" conseguem manter com o poder vigente uma relação de privilégios e troca de favores, quase sempre embasada na corrupção, e os menos espertos acabam aliçados do processo pelas próprias leis do assentamento, que expulsam aqueles que não trabalham. O lumpen que consegue "se dar bem" exerce um papel muito importante junto ao poder fortalecendo o centralismo que o protege, e automaticamente enfraquecendo a participação da população.

Entretanto este personagem - o lumpen - não é absolutamente a figura central do assentamento. Ele é sim um estorvo para o bom andamento do processo social, porque ele cria problemas, intrigas, joga uns contra os outros, rouba ... etc. desestabilizando a situação.

Ao contrário, o desempregado urbano de origem rural é de fato o que melhor representa a realidade do assentamento. É com ele que se trabalha e é dele que se pode tirar os insumos para uma proposta mais ideal de assentamento, utilizando e valorizando seus conhecimentos fora da terra, para construir uma comunidade mais complexa que atenda os seus próprios interesses e das suas famílias, que afinal, são as pessoas que irão viver nela.

EDUCAÇÃO EM CAMPO ALEGRE

Tendo em vista o processo de evolução social que se instala hoje em Campo Alegre e, sabendo que no âmbito da educação o que se dá atualmente, é ainda insipiente e insatisfatório, não apenas no que tange ao atendimento quantitativo, mas também qualitativo, inicia-se, nesse momento, a partir de reivindicações da própria comunidade, uma coordenação para pensar e organizar as escolas a serem implantadas em três diferentes pontos da grande área ocupada pela população de Campo Alegre.

Esta Coordenação entende que educar é um processo de aprender a vida que antecede e extrapola a escola.

A escola já não pode limitar-se à transmissão de conhecimentos organizados e sistematizados em áreas de saber ditadas pelas regras das classes dominantes. Hoje lhe é legado um papel muito mais abrangente na formação do homem social — rompendo os limites da formação científica e indo buscar seu sentido no próprio sentido da sociedade em que se insere, passando a funcionar também como pesquisadora e preservadora dos valores e das raízes culturais desse homem.

É a partir do resgate dessas raízes culturais, tão diluídas em nosso país, que se poderá vir a repensar uma educação pautada na realidade das populações e a seu serviço.

Assim sendo a Assessoria Técnica junto às escolas de Campo Alegre pretende ter uma abordagem no nível do contexto específico desta localidade, procurando discutir novas metodologias e técnicas pedagógicas sem padronização ou rigidez.

Pretende-se realizar com os professores um "grupo de estudos" por uma educação transformadora. Com o objetivo de sensibilizá-los para uma visão crítica diante dos métodos, para uma maior flexibilidade e criatividade ante cada situação mencionada e, finalmente, para a compreensão de que se cada educador mergulhar concretamente no pequeno universo em que opera, ele poderá buscar no cotidiano dos seus alunos, os insumos para trilhar com eles os caminhos do saber científico.

Assim, por exemplo, se Campo Alegre é uma comunidade essencial-

mente agrícola, o estudo de matemática fluirá com facilidade se for baseado na realidade concreta, se relacionando com as sementes, nº de mudas transplantadas, comercialização de produção (compra e venda). Em Português ou Comunicação e Expressão, o aluno aprenderá, com prazer, a escrever palavras relacionadas com suas atividades ou a de sua família, o nome das hortaliças, das ferramentas para trabalhar a terra e assim por diante. Estudos Sociais podem tratar das relações de produção no plantio, do mercado, do atravessador, da cooperatização, etc. Em ciências pode-se explorar uma quantidade infinita de temas relacionados à terra e à natureza em geral: reprodução, fauna e flora, chuvas, secas, etc.

O que se pretende é que o educando, "sujeito do seu próprio desenvolvimento", valorizado e conhecedor da sua realidade, possa alcançar seu voo livre em direção aos saberes do mundo que o cerca, com visão crítica e a consciência de que aprender é um processo contínuo.



MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

Nova Iguaçu, 15 de agosto de 1984.

Ilmo.Sr.
Dr. Armando Mendes
Presidente da Fundação Estadual de
Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA
NESTA

Prezado Senhor,

Como é do conhecimento de V.Sa., o Mutirão de Campo Alegre é constituído por mais de 500 famílias em processo de estabelecimento, desde janeiro passado, em uma área rural até então praticamente abandonada, em Queimados, Nova Iguaçu, que tiveram garantido seu direito à terra e ao trabalho agrícola quando S.Exa. o Governador Leonel Brizola assinou, no dia 20 de junho p.passado, o decreto nº 7.351 declarando a área, com 3.500 ha, de utilidade pública para fins de desapropriação.

Na ocasião o Governador prometeu ainda todo o apoio dos órgãos públicos governamentais para que o projeto de assentamento e de produção alcançasse logo a estabilidade e o sucesso pretendidos.

Enquanto aguardamos este apoio, somos pressionados todo o tempo a resolver imediatamente diversos problemas colocados pela instalação de centenas de famílias em lotes agrícolas (de 3 ha cada), pela criação de infra-estrutura adequada para dois núcleos (um "urbano" com cerca de 60 pequenas casas e outro "agrícola" com cerca de 20 cabanas) e pela necessidade de viabilizar, de modo econômico e ecológico, a produção agrícola de toda essa comunidade.

Assim sendo, vimos solicitar a V.Sa. a colaboração dessa Fundação em nosso projeto, colaborando principalmente nos seguintes aspectos:

1. Definição das áreas de conservação permanente, de acordo com o Código Florestal e as recomendações da ecologia agrícola;
2. assessoramento em projetos de saneamento apropriado para as casas isoladas em lotes agrícolas individuais/familiares e para as agrupadas em núcleos e agrovilas; fossas, lagoas de purificação, bio-digestores etc. integrados à reciclagem agrícola;
3. assessoramento nas áreas técnicas de biologia e botânica para os projetos integrados de agricultura (com baixo consumo de insumos industrializados e baixo impacto ambiental), conservação e ecologia de solos e águas, bosques heterogêneos e homogêneos, (energéticos e utilitários), hortos, cercas-vivas, aquacultura, produção de bio-massa, adubação com materiais orgânicos (adubos verdes, resíduos da COMLURB, CEDAE,

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

- agrícolas, urbanos, industriais etc.);
4. assessoramento no controle integrado de pragas agrícolas e de vetores patogênicos, controle da poluição na área (rios e solos) provocada por indústrias e empresas que lá depositam óleo queimado, escórias metalúrgicas e resíduos urbanos como se a Natureza fosse lata de lixo; análises das águas dos rios, lagoas, lençóis e poços etc.;
 5. apoio nos aspectos culturais do projeto, considerando-se a importância da educação ambiental e dos conhecimentos de biologia indispensáveis ao manejo adequado de uma área agrícola com capacidade de abrigar e sustentar milhares de pessoas;
 6. apoio e orientação nos contatos com outros órgãos públicos cuja ação possa colaborar na melhoria das condições ambientais e da capacidade produtiva da comunidade.

Certos de poder contar com o apoio dessa Fundação nesse projeto de desenvolvimento agrícola-comunitário, de profundo sentido social e ecológico, aguardamos seu pronunciamento e permanecemos à disposição para uma reunião com V.Sas. para coordenarmos diversas ações em conjunto.

Atenciosamente,

Luiz Rogério Berto

Ronaldo Luiz Verly

Brasília Zai de Santos

João Américo Rodrigues

Nova Iguaçu, 30 de março de 1987

1

LIGHT

Estação de Queimados

Presados Senhores:

Com o intuito de facilitar os estudos para a instalação da rede elétrica em nossa área, enviamos a lista de máquinas comunitárias que pretendemos adquirir e a respectiva potência de motores trifásicos necessários:

Beneficiadora de arroz	- 7,5 HP
Desintegrador	- 7,5 HP
Egenho de cana	- 2 HP
Serra Circular	- 2 HP
Plaina	- 1 HP
Lixadeira	- 2 HP
Casa de Farinha	- 5 HP
Misturador de Ração	- 7,5 HP
Batedeira de Cereais	- 10 HP

Além destas máquinas, devem ser levados em conta os eletrodomésticos mais comuns (geladeira, TV, chuveiro elétrico, ferro de passar roupas, liquidificador, etc.) para 127 famílias.

Em potencial, a área poderá apresentar também um conjunto de motobomba para irrigação, com 7,5 a 10 HP de potência, para cada família.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, despedimo-nos.

ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E PRODUTORES DE
MATO GROSSO - Presidente

Associação dos Camponezes e Produtores
de Mato Grosso

Av. Mutirão nº 1000

Campo Alegre(Queimados) - NOVA IGUAÇU

Antônio Carlos Fonseca
Sebastião Silva
José Machado
Elso Silva
Ilza Silva
José Vicente
Sebastião Andrade
" Antônio Barroso
Aldemir José Gonçalves
Altener Antônio de Aguiar
Criso de Almeida
Manoel Bente
Imaculada Campos
José Alves
Américo Pereira de Oliveira
Voltemir Vieira de Souza
José Manoel da Silva
José Machado Leite
Dionísio dos Anjos
Luiz Pereira da Silva
Hellen Braz Franco
Rogério Oliveira
Manoel Imácio Cruz
José Brito de Amorim
Riguel Torquato de Melo
Imaculada Geminio de Lima
Clotilde Alves Ferreira
Cynthia Barbosa da Silva
Teresa Evaristo dos Santos
José Luiz Devant
Rodrigo da Rocha Monteiro
Abílio Manoel dos Santos
Aristides Joaquim de Oliveira

Joaquim Soares da Silva
Adir José Cavalho
Ailson Joaquim da Silva
Alberto da Silva
Maurício Paulo de Souza
Elizete Gomes Afonso
Joel Martins dos Santos
Cláudio de Aguiar
Marin de Lourdes Voldeires Soares
Carlos Humiral Freitas Campesano
Nelson Rosa da Silva Chagas
José Luiz dos Santos
Mário José Gonçalves de Jesus
Sebastião Antônio Barroso
Geraldino Luiz Verly
Marilyn Pacheco Verly
Jovencio de Santa Fernandes
Expedito Esapragio
José Adão da Motta
Deniseval da Silva
Israel Teixeira Costa
Leir Luiz Pereira
José Sebastião Teixeira
Pedro da Silva Barbosa
Tarciso Alves Ferreira
Aureliano Pereira dos Santos
João da Costa
José Oscar de Souza
José Luiz
Manoel Alves de Aguiar Filho
Raimundo Malagole
Emiliano Pereira de Sousa
Lúcio Dias da Costa
Antônio Pereira

- 1) SEVERINO JOSÉ DA SILVA - PRESIDENTE
- 2) ANTONIO RAFAELIANO TEIXEIRA - secretário geral
- 3) JOÃO GENERINO DA SILVA - VICE PRESIDENTE
- 4) MANOEL GERALDO DE SOUZA - TESOUREIRO GERAL
- 5) GERALDO CARLOS MACHADO - 1º TESOUREIRO
- 6) ALTON GOMES DA SILVA - 2º secretário
- 7) JOSE FERREIRA DA SILVA FILHO - diretor de cultura
- 8) MARIA LUCIENE FORMIGA - conselho fiscal - efetiva
- 9) JOSÉ MARCELINO DOS SANTOS - conselho fiscal - suplente
- 10) IVAN PEREIRA DAZ - conselho fiscal - suplente
- 11) JOSÉ NUNES DA SILVA - suplente
- 12) ALCIDES JOSÉ GONÇALVES - suplente
- 13) DENIS DOS ANJOS - suplente

AV: MULTIRÃO Nº 1.000

- CAMPO ALFREDE -

- NOVA IGUAÇU - RJ -

CONVENIO:

Secretaria de Estado de Justica e Interior
(COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS)

BNDES

INCRA

BDRIO

PLANO SIMPLES

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

NOME: Heleno Braz de França

IDENT. 7 899 383 -9 IP2

ENDEREÇO: Mato Grosso (Campo Alegre)

CPE 971010287 72

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO:

LOCALIZAÇÃO: próximo ao sítio do Chico Lima (morro atrás do Cruzeiro)

MEIOS de COMUNICAÇÃO:

ÁREA TOTAL e UTILIZAÇÃO: 3 ha, sendo 0,7 ha de alcin, 0,5 ha de arroz, 1,5 ha de alagado e 0,3 ha inutilizados por retirada de areia.

SUGESTÕES PARA A RACIONAL EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL

- na compra de animais, verificar seu bom estado de saúde e os apurados.
- na compra da vaca, ela tem que apresentar pelos luzidios, atestado negativo de brucelose, tetas em perfeito estado e úbere com veias proeminentes.
- na compra da porca, ela tem que apresentar pelos luzidios, atestado negativo de brucelose e leptospirose, 12 tetas espaçadas e proeminentes, sendo que nenhuma deve estar invertida. Enriquecer a alimentação da porca com cevada da cervejaria.

AGENTE FINANCEIRO

NOME:

AGÊNCIA:

NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

SIM ☐ NÃO ☒

POR QUE? Pelo reduzido número de cabeças a ser financiado.

ASS. DO TÉCNICO:

ALTA CONCEIÇÃO ROSA

DATA ELABORAÇÃO:

11/01/72

IDADE. Compra de uma vaca e de uma porca.

ORÇAMENTO, FINANCIAMENTO E CRONOGRAMA:

ASSINATURA DO AVALISTA



República Federativa do Brasil

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
REGISTRO CIVIL

Cartório do 1.º Distrito - Município de São Gonçalo
Rua Professor Lara Villela, 37 - São Gonçalo - Estado do Rio - Tel. 712-0511

Certidão de Óbito

UBALPYRO JOSÉ DA SILVA, Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil
por nomeação na forma da lei, etc.

CERTIFICA que a fl. 270, do Livro n.º C-34, sob o n.º 20.874, consta o assento de HELENO BRAZ DE FRANÇA, falecido aos 16 de Junho de 1987, às 14,00 horas, do sexo masculino, de cor, em Rua Cornel Serrado, 688, neste distrito, profissão Aposentado, natural de Estado da Paraíba, domiciliado em na rua Uruguá, 16, Quadra, 04, Lagoinha, com 55 anos de idade, estado civil casado, filho José Braz de França e de Maria de Souza Lima.

Foi declarante: Claudio Pereira da Silva, sendo o atestado firmado pelo Dr. Manoel Lobo, deu como causa da morte parada cardio respiratória, distúrbio hidro eletrolítico, septicemia. O sepultamento será feito no cemitério: de São Miguel. Observações. O falecido deixou bens a inventariar e deixou seis filhos maiores. Era casado com RITA NOGUEIRA DE FRANÇA. Era eleitor.

O referido é verdade e dou fé

São Gonçalo, 17 de JUNHO de 1987.

Ubalpyro José da Silva



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
E ASSENTAMENTOS HUMANOS

TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS DE BENFEITORIAS SITUADAS NA REGIONAL DE MATO GROSSO, EM QUEIMADOS, MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, NO LOTEAMENTO - DENOMINADO CAMPO ALEGRE, FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES E PRODUTORES DE MATO GROSSO E A SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS.

Aos cinco dias do mês de Junho de mil novecentos e oitenta e sete, na sede desta Secretaria, situada na Rua Senador Dantas, 74 - 2a. Sobreloja, Centro - RIO DE JANEIRO, é assinado o presente Termo de Cessão de Uso com Encargos, que se regerá incondicionalmente e irrestritamente pela Legislação Estadual que se considera, com as seguintes Cláusulas e condições:

PRIMEIRA - Constitui objeto da presente Cessão de Uso as benfeitorias do "CEL. IGNÁCIO", situadas no Loteamento denominado "CAMPO ALEGRE", especificamente, o GALPÃO que assim se descreve e caracteriza: - Medias: - 14,00 m por 5,50 m, piso de terra batida, esteios de madeira e telhas francesas, benfeitorias essas que estão sendo adquiridas por Ação Expropriatória em atendimento aos Decretos nº 7351, de 20/06/84 e alterado pelo Decreto nº 9635, de 13/02/87. ressalva: Leia-se "medidas".

SEGUNDA - A presente Cessão destina-se à instalação de uma casa de farinha e outras atividades de cunho coletivo, a ser empregado pela Associação de Camponeses e Produtores de Mato Grosso.

TERCEIRA - A presente Cessão de Uso vigorará por tempo indeterminado, que deverá ser renovada assim que se realize a situação prevista no parágrafo Único.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o Estado, através desta Secretaria, a concluir o Processo Desapropriatório iniciado da área e a fazer com o Cessionário, assim que a área seja efetivamente adquirida pela desapropriação, o Contrato de Direito Real de Uso nos termos previstos nos artigos 44/49, da Lei complementar nº 08, de 25/10/77.

QUARTA - O Cessionário poderá construir ou modificar as benfeitorias



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

fl. 2

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
E ASSENTAMENTOS HUMANOS

sempre que tais fatos sejam necessários ou desejáveis em face das finalidades desta Cessão, devendo, em qualquer caso, comunicar por escrito o ocorrido a esta Secretaria.

QUINTA - O Cessionário permitirá o acesso dos Servidores do Estado, ao imóvel, desde que, sejam competentes para as tarefas de fiscalização geral, uma vez designados por Esta Secretaria, para verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.

SEXTA - O Cessionário se obriga por si e por eventuais sucessores a desocupar o imóvel e a restitui-lo vazio à Secretaria nos casos de extinção de pleno direito da presente Cessão, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa, se em qualquer época for dada ao imóvel destinação diversa da prevista na Cláusula SEGUNDA ou se for descumprida qualquer ^{uma} das obrigações previstas nestes Termos, revertendo o uso do imóvel com as benfeitorias acrescidas ao patrimônio Estadual.

SETE - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se façam necessários em decorrência do presente termo serão discutidos e resolvidos de comum acordo entre as partes, lavrando-se Termo Aditivo, ficando eleito o foro da Comarca da Capital, com expressa renúncia de qualquer outro por mais especial que seja para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, sendo lavrado neste ato em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, ficando uma em poder de cada parte.

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 1987

JOSE JUCÁ DE ARAÚJO
Chefe de Gabinete

Via - Presidente

João Sampaio da Silva
p/ ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES E PRODUTORES DE MATO GROSSO.

CONHEÇA A TERRA QUE VOCÊ TEM

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Departamento
de Agropecuária

CIMENTO

OS
- Ramal 55

SANTOS ABRUNHOSA

D: RJ
..... 28.022

☐ Manutenção da Cultura

AÇÃO - Em kg/ha

... toneladas de calcário
 calcítico

plântio.

... e 8.

Data: 31 de outubro de 19 84

Responsável:

Odinei de Souza
614.535-V-

PRODUTOR RURAL

Aqui está a análise do seu solo. Por ela você fica sabendo muita coisa do seu terreno e as necessidades de correção e adubação.

Vamos explicar o que significa cada índice da análise:

PH - Você ouviu falar muito em terreno ácido, ou em colocar calcário no terreno. O PH indica a necessidade de calcário.

Quando o terreno é ácido precisa levar calcário.

O PH ótimo é 7. Quanto mais baixo é o PH mais ácido é o terreno.

Entre PH 6,5 e 7 é muito bom.

PH 6 a 6,4 ainda é bom.

PH 5 a 5,9 o terreno já é ácido e abaixo de PH 5 é muito ácido.

A quantidade de calcário vai indicada na recomendação. Nunca use calcário em quantidade maior que a indicada.

O calcário indicado é o dolomítico, que vai permitir melhor produção e melhor aproveitamento do adubo aplicado.

O calcário deve ser bem espalhado e bem misturado no terreno e aplicado 30 - 60 dias antes do plantio, principalmente para as lavouras anuais.

ALUMÍNIO — O alumínio em grande quantidade é prejudicial à cultura e à ação dos adubos.

O alumínio é indicado nas análises em **me%**.

Quando o alumínio está acima de **0,3 me%** já é prejudicial.

O calcário usado para combater a acidez também combate o alumínio.

CÁLCIO + MAGNÉSIO - O cálcio e o magnésio formam um complexo necessário. Na sua análise eles vão indicados em conjunto, da seguinte forma:

Cálcio + Magnésio = me%

Quando o valor é menor que **2 me%** o solo é pobre.

De 2 a 5 **me%**, o solo é médio.

Acima de 10 **me%** o solo é rico de cálcio e magnésio.

O cálcio dolomítico também corrige a deficiência de cálcio e magnésio do solo.

Até agora tratamos apenas dos corretivos. Doravante vamos ver os adubos.

POTÁSSIO - É um elemento importante para o solo; sem ele as plantas produzem mal.

Na análise do solo o potássio é indicado em **ppm**.

De 0 a 45 ppm o solo é muito pobre.

De 46 a 90 ppm o solo é pobre.

De 91 a 135 ppm o solo é de riqueza média.

Acima de 135 ppm já é um solo rico.

O potássio recomendado para adubação do solo é sob a forma de **CLORETO DE POTÁSSIO**.

FÓSFORO - É um dos elementos mais importantes do solo. É muito raro o solo que tem fósforo em quantidade suficiente.

Quando há falta de fósforo a produção diminui, especialmente frutos e grãos.

Na sua análise, o fósforo também é indicado em **ppm**.

De 0 a 10 ppm o índice de fósforo do solo é muito baixo.

De 11 a 20 ppm o índice é baixo.

De 21 a 30 ppm o índice é médio.

Acima de 30 ppm o solo é considerado como rico em fósforo.

Para adubar o solo com fósforo emprega-se **SUPERFOSFATO SIMPLES OU DUPLO**.

Produtor rural, esses são os principais elementos que a análise do solo indica e a forma de adubação recomendada.

OBSERVAÇÕES:

- Quando se prepara uma fórmula de adubação é necessário fazer uma mistura bem feita; o material deve ser bem desterrado e ser usado o mais rápido possível. Armazenar só em último caso e por pouco tempo.
- A quantidade de adubo que vai indicada é para 1 hectare, ou seja, uma área quadrada de 100 metros por 100 metros (10.000 m²). Para saber a quantidade por cova ou por pé temos que dividir pelo número de covas ou pés existentes em um hectare.
- Se você não tem um dos adubos recomendado, procure um engenheiro agrônomo para lhe orientar na substituição. Usar a fórmula incompleta não é recomendado.
- Se tiver esterco ou outro adubo orgânico, pode usá-lo reduzindo a quantidade indicada. Também é necessário a consulta a um engenheiro agrônomo.
- Nunca coloque o adubo em contato direto com as raízes das plantas. Se você nunca trabalhou com adubos químicos, procure um engenheiro agrônomo, ou o nosso Laboratório, para que seja seguramente orientado.

PRODUTOR RURAL

agora o calcário agrícola está ao seu alcance...

A SIAGRO-RIO — que existe para tornar tudo mais fácil para você — tem calcário agrícola para corrigir seu solo ácido. Dobre sua produtividade de cana, arroz, milho, feijão, laranja ou qualquer outra cultura, colocando calcário agrícola em sua terra.

Use o que é seu...

A SIAGRO-RIO significa prestação de serviços. Nosso objetivo é servir ao produtor rural, e fazemos questão de provar isto.

Venha nos fazer uma visita, pois temos muitas coisas a lhe oferecer:

sementes selecionadas, remédios veterinários, adubos, inseticidas, arame farpado, fungicidas, material de construção e até uma Patrulha Mecanizada com os mais diferentes tipos de tratores e máquinas

SIAGRO RIO

POSTOS DE REVENDA
NORTO — Alameda São Beneditina, 770 — Fonecel
Niterói — Tel. 718-4411 — Ramal 54
CAMPO GRANDE — DISTRITO DE AGROPECUÁRIA II
Rua Mar. Dantas Barreto, 95 — Tel. 384-2528
SANTA CRUZ — DISTRITO DE AGROPECUÁRIA III
Rua Marinho de Campos, s/n — Tel. 395-1352
ITAJÁ — CEASA-RJ
Av. Brasil, 17.100 — Pavilhão n.º 31 — Box 03 — Tel. 387-9618
ITALVA — FAZENDA EXPERIMENTAL DE ITALVA
CAMPOS — RIO DE JANEIRO
PARATI — PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATI

EMPRESA DE SERVIÇOS E INSUMOS BÁSICOS PARA A AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Empresa Pública Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento

Escritório Central:
Rua José Clemente, 73 — 9.º e 10.º ands.
Telefones: 718-5047 — 722-4590 — 722-4883
(Diretoria Comercial) — Niterói — Rio de Janeiro

1. Aplicar 1/3 da adubação
2. Para as hortícolas: tomar co de galinha por cova.
3. Para plantio de café, u
4. Para repolho, couve-flor 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminos nheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, e bação nitrogenada por
7. Substituir a adubação phaseoli.
8. AS AMOSTRAS DE S



Quantidades mínimas de a
ção Brasileira de Normas
ser usados.

Nutrientes	Sug adub		
N			
P ₂ O ₅			
	400	Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	70	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 — Niterói — Tel.: 719-4411 — Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: ~~FRANCISCO PEDRO XAVIER~~ - SECUNDINO DOS SANTOS ABRUNHOSA
PROPRIEDADE: ~~LOTE 239~~ FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: ACAMPAMENTO
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 03 Nº DO REGISTRO: 28.022
CULTURA: AIPIM, MILHO, FEIJÃO, BATATA DOCE, ABOBORA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO — Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ARGILOSA	N 40
pH 4,5	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 70,4 mE/100ml	K ₂ O: 40
Magnésio: mE/100ml	Calagem: 2,0 toneladas de calcário
Alumínio: 0,8 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 2 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 68 ppm	Ver no verso observação (ões): e 8.

Data: 31 de outubro de 19 84

Responsável:

614.535-V-

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₂ O ₅ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	70	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

REGIMENTO INTERNO DOS COLETIVOS

Art. 1º - A participação nos Coletivos é personalíssima. O companheiros não poderá se substituir por quem quer que seja no trabalho.

Art. 2º - Só poderá participar dos Coletivos quem puder dar, no mínimo, três dias de serviço por semana.

Art. 3º - O financiamento/empréstimo será exclusivamente para alimentação, a ração, sementes, inseticidas e adubos.

Art. 4º - A cada companheiro, que assim requerer, será concedido um empréstimo para alimentação, que nunca poderá ultrapassar a metade do correspondente a um dia do salário mínimo regional.

Art. 5º - Poderá participar dos Coletivos o companheiros que tenha sítio individual, bem como aquele que não tem, desde que seja sócio do MCA.

Art. 6º - O montante em dinheiro apurado com a venda dos produtos do Coletivo, depois de deduzidas as despesas de custeio e fundo de reserva, será distribuído entre os companheiros, abatendo o valor de seus empréstimos individuais, proporcionalmente ao número de horas de serviço prestado.

Art. 7º - O controle das despesas obedecerá a critérios rígidos estabelecidos pela Diretoria do MCA, com vistas a evitar o desperdício de sementes e adubos, bem como uma distribuição racional de alimentação.

Art. 8º - O companheiros que não estiver correspondendo, poderá ser afastado do grupo em reunião do seu Coletivo, por voto da maioria simples.

Art. 9º - Efetuada a colheita, os produtos serão vendidos a compradores escolhidos pelo grupo, e por valores previamente combinados, sendo expressamente proibida a venda de qualquer produto dos Coletivos, por membro deste, isoladamente.

Art. 10º - Aquele que se desligar do grupo a que pertence, por qualquer motivo, receberá sua parte, mas na época das vendas da roça a que tenha participado, e na produção das horas trabalhadas.

Art. 11º - O companheiro poderá fazer horta para consumo próprio nas áreas preparadas pelos Coletivos, mas em local por esses indicados.

Art. 12º - O companheiro cujos filhos, esposa ou agregados, queiram trabalhar nos Coletivos, poderão fazê-lo, sendo o valor da hora trabalhada calculada pelo grupo, quando o trabalho executado não for de produção igual à média normal.

Art. 13º - O Coletivo poderá plantar em qualquer área que estiver parada e, nesse caso, por um período mínimo de dois anos, sem que o companheiro perca seu direito de posse, caso demonstre capacidade para cultivar a referida área.

Art. 14º - O companheiro que não fizer compra de alimentos e preferir pagar pensão, poderá pegar em dinheiro o financiamento de alimentação nas mesmas condições.

Art. 15º - O companheiro poderá retirar só para alimentação de sua família, qualquer produto produzido pelos Coletivos com desconto de 50% (cinquenta por cento) do preço de venda.

Art. 16º - Os grupos serão formados sempre por 10 companheiros e a área inicial será de 10 hectares.

§ 1º - Assim constituídos poderão observar o melhor aproveitamento, acertos ou falhas entre os grupos, que serão iguais em número de pessoas.

Art. 17º - Os pagamentos das dívidas contraídas, serão retirados a cada operação de venda, na proporção de 60% (sessenta por cento) do total vendido na aquele ato. Se no final da colheita observar-se que o desconto foi maior que a receita, o MCA devolverá imediatamente aos companheiros a diferença. Se o total descontado não deu para pagar a dívida, o MCA repassará a mesma para colheitas futuras com desconto acrescido ao normal.

Art. 18º - O produto em dinheiro das vendas efetuadas, poderão ser rateados no ato desta, ou depositado na conta bancária do MCA e creditado na Conta Corrente de cada grupo para futuro rateio entre seus membros.

Art. 19º - Fica estabelecido o valor de Cr\$3.000,00, como ajuda de custo para alimentação.

Art. 20º - As compras de mantimentos no Acampamento serão efetuadas às sextas feiras, com início às 18 horas.

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page, including "20/11/84" and "10/11/84".

Niterói, 05 de agosto de 1985.

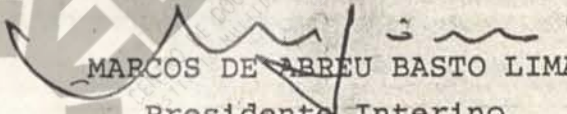
OFÍCIO PRESI Nº 086/85

Senhor Presidente,

Tendo em vista "Termo de contrato" assinado entre essa Empresa, a SIAGRO-RIO, a Associação Mutirão Campo Alegre e as Secretarias de Estado de Agricultura e Abastecimento e da Justiça, em 19 de outubro de 1984, solicito a V.Sa., o obsêquio de encaminhar as seguintes informações:

- 1) Relação das famílias que participam do projeto, de acordo com a cláusula 2ª do Termo assinado;
- 2) Se houver alguma "prorrogação de dívida" de acordo com a cláusula oitava.

Na oportunidade, apresentamos protestos de estima e elevada consideração.


MARCOS DE ABREU BASTO LIMA
Presidente Interino

Ao
Ilmo Sr.
Dr. JOSÉ ALDECY HEMERLY
MD. Presidente da EMATER-RIO

COORDEN
Encaminhado para
providências
Aldecy 8/8/85



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício /DEL/SENAR/RJ/Nº 427/85.

Em 18 04. 85

Do : Delegado do SENAR/RJ

Endereço : Av. Pres. Antonio Carlos, 251-11º and.

Ao : Dra. Maria da Conceição Rosa
EMATER/Campo Grande

Assunto :

Prezada Senhora,

Em atenção a seu ofício de 27/3/85 prestamos as seguintes informações:

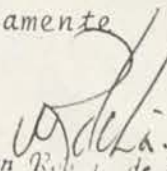
a) segue, em anexo, trinta cartilhas "Cuidados no uso de Defensivos".

Não dispomos, no momento de número suficiente para atender integralmente a solicitação.

b) quanto ao atendimento a comunidade de Campo Alegre sugiro contato com o Coordenador do nosso Centro de Treinamento em Rio Bonito, Dr. João Batista Gerhard (tel. 7340516) com vistas a uma visita ao local e estudo da forma de colaboração que poderá ser prestada pelo SENAR.

Sem mais, subscrevemo-nos,

Atenciosamente


Wilson Roberto de Sá
Delegado do SENAR/RJ
LT-DAS-191.1

anexos: 30

EAN/NC.

CAMPO ALEGRE
=====

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

A área foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação em 20.06.84 através do Decreto 7351 e teve este Decreto retificado em 13.02.87 através do Decreto nº 9635.

Trata-se de uma área de loteamento, grilada através do tempo, com 23.333 lotes que estão em processo de indenização por esta Secretaria.

SITUAÇÃO FÍSICA:

Município : Nova Iguaçu (Queimados)

Área : 2.049 ha.

Nº de lotes: 600

Área média de cada lote - 3,0 ha.

SITUAÇÃO NATURAL:

Relêvo : suave a levemente ondulado

Água : Campo Alegre é drenada pelos rios Camboatã, dos Poços Cabuçú, Ipiranga e Mato Grosso, que desaguam no Rio Queimados, todos poluídos, deverá ser feito poços ^{tesanais} ~~tesanais~~ para captação de água ou utilizarmos água da CEDAE.

Solo : Caracteriza-se como solo tipo 2 abc e 2"(a)bc, ou seja de aptidão regular para a agricultura nos níveis de média ou alta adoção tecnológica.

Vegetação : Caracteriza-se por área de pastoreio intensivo, onde predomina o capim "rabo de burro", com ausência de recursos naturais renováveis, necessitando de reflorestamento.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL:

Saúde: atendida por 1 posto médico na sede da Associação 2 vezes por semana e nas regionais por agentes de saúde moradoras da área.

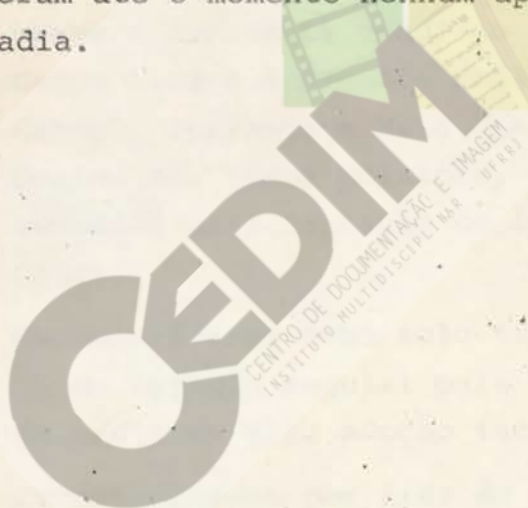
Educação: atendida por 1 escola isolada (Regional Acampamento) e precariamente em uma escolinha na Regional da Fazendinha.

Proveniência do Assentado: periferia urbana em sua maior parte.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA:

Tipo de lavoura: culturas de subsistência (arroz, feijão, milho, aipim), com um pequeno número plantando alerícolas.

Situação dos Assentados: aproximadamente a metade dos assentados moram na área, embora em péssimas condições, pois não receberam até o momento nenhum apoio do Estado, quanto a moradia.





*3º andar
Canto
Alague*

CARTÓRIO DO 9.º OFÍCIO

Nilza Donni Paixão

TABELIA

COMARCA DE NOVA IGUAÇU
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*1
M*

Ato n.º CONTIDÃO Escritura de Compra e Venda de três lotes de terreno que faz o Espólio de Ernesto Moreira, à José dos Santos Ladeira, na forma - abaixo:

1.º Traslado
L.º 53.-
Fls. 44v2.-

Saibam quantos esta virem

que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil-novecentos e sessenta e dois, aos vinte e dois dias do mês de Setembro do dito ano, em meu cartório, nesta cidade de Nova-Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, compareceram partes justas/ e contratadas a saber: como outorgante vendedor o Espólio de/ ERNESTO MOREIRA, neste ato representado por sua procuradora, - COPER., Corretora de Operações Imobiliárias, com séde na rua/ Chile, 35, no Estado da Guanabara, nos termos da procuração - lavrada no cartório do 4º Ofício desta cidade, no Livro 46, - fls. 109 e por seu Diretor, Dr. José Balthazar Serrado, brasi- leiro, casado, advogado, residente e domiciliado no Estado da Guanabara, e como outorgado comprador, José dos Santos Ladeira português, casado, comerciário, portador da carteira de iden- tidade modelo 19 número 273.819, residente e domiciliado a rua Poasu, 84, Irajá, Estado da Guanabara, os presentes aqui de - passagem; reconhecidos como os próprios pelas duas testemunhas infra nomeadas e assinadas, estas minhas conhecidas do que - dou fé, bem como de me haver sido esta escritura distribuída/ hoje. E, em presença das mesmas testemunhas pelos outorgantes vendedor por seu representante me foi dito, que este é senhor e legítimo possuidor dos lotes de terreno números 19 (dezeno- vé); 20 (vinte) e 21 (vinte e um), da quadra 960 (novecentos e oitenta), o lote número 19 (dezenove) mede doze (12) metros - de frente para a rua 36, atual rua Peri, com igual largura na linha dos fundos, por trinta (30) metros de extensão da fren- te nos fundos, de ambos os lados, confrontando pelo lado di-

direito, com os lotes números 20 (vinte) e 21 (vinte e um), -
adiante descritos, pelo lado esquerdo, com os lotes número 18
(dezoito) e nos fundos, com o lote número 24 (vinte e quatro)
ambos de propriedade do Espólio vendedor ou sucessores; dis-
tando 29,00 metros à direita, da concordância das ruas 36 -
atual Peri e Avenida 14, atual Almeida Albano, com a área de/
360,00m², o lote número 20 (vinte) mede cinco (5) metros de -
frente para a Avenida 14, atual Avenida Albano, mais treze -
(13) metros em curva na concordância da Avenida 14, atual Al-
bano, e rua 36, atual Peri, trinta e quatro (34) metros e cin-
quenta (50) centímetros de extensão pelo lado direito e vinte
e nove (29) metros de extensão pelo lado esquerdo, e dezesseis
(16) metros de largura na linha dos fundos, confrontando pelo
lado direito, com o lote número 21 (vinte e um), adiante des-
crito, pelo lado esquerdo, com a rua 36, atual rua Peri, com/
a qual faz esquina e nos fundos, com parte do lote número 19/
(dezenove), acima descrito, com a área de 557,00m², e o lote-
número 21 (vinte e um), mede quinze (15) metros e setenta e
cinco centímetros, digo metros e setenta e cinco centímetros/
(75) de frente para a Avenida 14, atual Avenida Albano, quin-
ze (15) metros de largura na linha dos fundos, por trinta e -
um (31) metros e cinquenta (50) centímetros de extensão pelo/
lado esquerdo, confrontando pelo lado direito, com o lote nú-
mero 22 (vinte e dois), de propriedade do espólio vendedor ou
sucessores, pelo lado esquerdo, com o lote número 20 (vinte),
e nos fundos, confronta com parte do lote número 19 (dezenove)
ambos acima descritos, distando 5,00 metros à esquerda da con-
cordância formada com a Avenida 14, atual Avenida Albano e rua
36, atual Peri, com a área de 491,00 metros quadrados; situa-
dos no Pairo Campo Alegre, em Queimados, 2º distrito deste -
Município, fóra do perímetro urbano; havido por títulos devi-
damente transcritos no Registro de Imóveis da 2ª Circunscri-
ção desta Comarca, nos Livros 3-F, sob o número 4.425 e 3-G, -
sob o nº 5036, de acordo com o Decreto-Lei nº 58, de 10 de de-
zembro de 1.937 e seu regulamento Decreto 3.079, de 15/9/38, -
inscrito no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Co-
marca, nos livros 8-J, fls. 401, sob o número 313 e 8-F, sob/
o número 173, o que por contrato particular de nº 22.230, aver-
bado no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Comarca

.....



Bairro
Campo
Alegre

CARTÓRIO DO 9.º OFÍCIO

Nilza Donni Paixão

TABELIÃ

COMARCA DE NOVA IGUAÇU
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ato n.º CERTIDÃO

1.º Traslado

L.º 80.-

Fls. 25vº.-

Escritura de Compra e Venda de um lote de terreno com cessão de direitos que faz: o/ Espólio de Ernesto Moreira, Manoel Ferreira Dias, a José dos Santos Ladeira, na forma abaixo:

Saibam quantos esta virem

que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil-novecentos e sessenta e quatro, aos vinte e três dias do mês de abril do dito ano, em meu cartório, nesta cidade de Nova-Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, compareceram partes justas/ e contratadas a saber: como outorgante Vendedor o ESPÓLIO DE ERNESTO MOREIRA, neste ato representado por sua inventariante OLGA MOREIRA, brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta cidade, conforme alvará expedido pelo Cartório do 4º Ofício desta cidade, diante transcrita, como cedentes, MANOEL FERREIRA DIAS, funcionário público e sua mulher ENEDINA RIBEIRO DIAS, doméstica, brasileiros, residentes e domiciliados à rua Iai, nº 51, Irajá, no Estado da Guanabara e como outorgado comprador, cessionário, JOSÉ DOS SANTOS LADEIRA, português, casado, comerciante, residente e domiciliado à rua Fuassú, nº 84, Irajá, no Estado da Guanabara, portador da carteira modelo 19, nº 19.273.819, reconhecidos como os próprios pelas duas testemunhas infra nomendas e assinadas, estas minhas conhecidas do que deu fé, bem como de se haver sido esta escritura distribuída hoje. , em presença das mesmas testemunhas, pela representante da outorgante vendadora me foi dito, que este é senhor e legítimo possuidor do lote de terreno nº 29 (vinte e nove), da quadra 935 (novecentos e oitenta e cinco), medindo/ seis (6) metros de frente para a Avenida 14, atual Albano, - mais dois (12) metros em curva, quinze (15) metros de largura no alinhado fundo, por trinta e três (33) metros de extensão na frente pelo lado direito, vinte e oito (28) metros de-

extensão pelo lado esquerdo, confrontando pelo lado direito, com o lote nº 30, (trinta), nos fundos, com o lote nº 28 (vinte e oito), ambos da mesma quadra e de propriedade do outorgante vendedor ou sucessores e pelo lado esquerdo, com a rua 36/ atual Peri, com a qual faz esquina, com a área de 525,00 metros quadrados, situado no Bairro Campo Alegre, em Queimados, 2º distrito deste Município, fora do perímetro urbano; havido por título devidamente transcritos no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Comarca, no Lf 3-F, fls., sob o número 4.425 e Lf 3-J, sob o número 5035, de acordo com o Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1.937, inscrito no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Comarca, no Lf 8-J, sob o número 313 e Livro 8-F, sob o número 173, e que por contrato particular averbado no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição desta Comarca, no Livro 8-H, fls. 460, sob o número 1376, em 12 de setembro de 1.960, prometeu vender o imóvel acima descrito ao cedente Manoel Ferreira Dias, pelo preço certo e ajustado de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros) já recebido em moeda corrente da República, da cuja quantia lhe dá plena, geral e irrevogável quitação e por força da cessão que neste instrumento é feita pelo cedente ao outorgado comprador e cessionário, de todos os direitos e obrigações de correntes daquele contrato, com que está inteiramente de acordo, cede e transfere ao outorgado comprador e cessionário, José dos Santos Ladeira, toda posse, domínio, direito e ação que até hoje exerciam no lote de terreno descrito, por bem desta e da cláusula constituti, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores, em todo e qualquer tempo, a fazer esta venda boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direito na forma da Lei. Pelos cedentes me foi dito, que por este instrumento cedam e transferem ao outorgado comprador cessionário José dos Santos Ladeira, todos os seus direitos e obrigações constantes daquele contrato, pela mesma importância de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil cruzeiros), já recebido do que lhe dão plena, geral e irrevogável quitação, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores, em todo e qualquer tempo, a fazer esta cessão sempre boa, firme e valiosa. Pelo outorgado me foi dito, que aceitava esta escritura em todos os seus termos e como se achava redigida e me apresentou os documentos.

DE: EMATER-RIO/CAMPO GRANDE

EM: 10/08/1964

PARA: DIREA

REF.: 118/1964


ASSUNTO: Participação das atividades de assentamento de Produtores na Faz. Campo Alegre N.I. (envia).

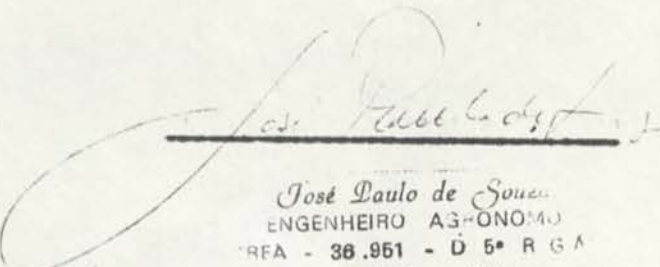
Pelo presente, atendendo a solicitação de V.Sa., relatamos abaixo as atividades desenvolvidas junto aos Técnicos da SECPLAN da comissão de assuntos fundiários na Faz. Campo Alegre no Município de Nova Guayá.

- Visita à Propriedade do Sr. José Barbosa e irmãos com objetivo de avaliação dos bens agrícolas (culturas permanentes e pastagens) e identificação dos limites e confrontações, estas, para serem plotados em planta. Na visita estiveram presente o Técnico da SECPLAN e os proprietários com os quais percorremos toda a área da referida propriedade que possui aproximadamente 135 Ha.
- Visita as propriedades do Sr. Manoel Toledo Junior e do Sr. José Alves Gomes com objetivo de trevar contatos iniciais para posterior execução dos trabalhos de avaliação de bens agrícolas e identificação de limites. Nesta visita percorremos com o Técnico da SECPLAN a parte da propriedade do Sr. Manoel Toledo Junior (aproximadamente 220 Ha) e do Sr. José Alves Gomes (aproximadamente 77 Ha).
- Visita ao acampamento do "Mutirão" para identificação da área de 40 Ha que está sendo inicialmente preparada para plantio. Os ocupantes, através da F.A.S.E., colheram amostras de solo que foram enviadas à EMBRAPA e nos solicitaram a interpretação dos resultados.
- Interpretação dos resultados das análises de solo, para quantificar e qualificar os adubos e corretivos que devem ser utilizados.
- Quantificação de sementes a serem utilizadas pelos lavradores para as culturas por eles indicadas que deveriam ser inicialmente plantadas.
- Reunião com membros da SECPLAN e da C.A.F. para avaliação dos trabalhos já realizados e próximas etapas a serem cumpridas.
- Em todas essas etapas estivemos presente prestando colaboração técnica e contribuindo com nosso conhecimento de Extensão Rural no trato com os lavradores dentro espírito de colaboração que há entre os Órgãos do Estado.
- Esperamos com este trabalho estar elevando o nome de nossa Empresa e para tal aguardamos, por parte de V.Sa., informações para as próximas etapas.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Engenheiro Agrônomo
CREFE - 36.951 - D 5ª RGA
EMATER - RIO


José Paulo de Souza
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
CREFE - 36.951 - D 5ª RGA
EMATER - RIO



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

CC/COORDEN

JPS/ermd.

Campo Alegre, 08 de agosto de 1985.

λ
SECEPLAN

Prezados Senhores:

Envio anexas Declaração de Recebimento e Termo de Compromisso de Pedro Paulo dos Santos, Arnaldo Pereira Tavares, José Anastácio Rodrigues, Ismael de Aguiar, Sebastião Barbosa de Almeida, José Jacome Cavalcante e João Inácio de Souza, todos moradores e agricultores de Campo Alegre, a fim de que esta secretaria providencie o recolhimento das mercadorias, conforme discriminado abaixo:

- 1 - FEIJÃO : total=31 kg
Pedro Paulo dos Santos - 9 kg - local de recolhimento: Casa Nova.
José Jacome Cavalcante - 22kg - local de recolhimento: Casa Nova
- 2 - Arroz EM CASCA : total = 11,8 sacas.
José Jacome Cavalcante - 1 saca - local de recolhimento: Casa Nova
José Anastácio Rodrigues - 10,8 sacas - local de recolh.: Fazendinha
- 3 - MILHO EM GRÃO: total = 1 saca.
José Jacome Cavalcante - 1 saca - local de recolhimento: Casa Nova
- 4 - ALPIM : total = 48 caixas, sendo 18 imediatamente e 30 em setembro.
Ismael de Aguiar - 1,5 caixas - local de recolhimento : Fazendinha
Arnaldo Pereira Tavares - 1 caixa - local de recolh. : Fazendinha
João Inácio de Souza - 15,5 caixas - local de recolh. : Capoeirão
José Jacome Cavalcante - 30 caixas em SETEMBRO - 1.rec: Casa Nova
- 5 - QUIABO: total = 30 caixas (duas por semana durante 15 semanas)
Sebastião Barbosa de Almeida - 30 caixas - local de rec.: Fazendinha.

Gostaria de lembrar que os pagantes com produtos perecíveis tais como alpim e quiabo deverão ser previamente avisados sobre a data de recolhimento a fim de que possam colher suas mercadorias.

Solicito ainda que se providencie recibos para que sejam entregues aos pagantes no ato da entrega da mercadoria.

Sem mais para o momento , subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Engenheira Agrônoma
CREA-RJ 46599-D



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GRUPO EXECUTIVO DA FAZENDA CAMPO ALEGRE

Of. s/nº/84

Rio, 18 de outubro de 1984.

Senhor Presidente,

O Grupo de Trabalho Executivo da Fazenda Campo Alegre, instituído em 31.08.84 pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, em ato publicado no D.O. de 03.09.84 e atualmente constituído pelos signatários deste e pelo Dr. VICENTE DAS DORES PINTO, dessa Empresa, vem a V.Exa. complementar as informações contidas no "Plano Emergencial da Fazenda Campo Alegre".

1. Sementes

Nas quantidades estabelecidas pelo "Plano Emergencial" e considerada a primeira quinzena de novembro de 1981, para plantio exigir-se-ão as seguintes variedades:

0,6 Kg de Agrião de Folha Larga
13,8 Kg de Abóbora Baianinha ou Caravelle
1034 Kg de Arroz IAC 164 ou IAC 165
1,54Kg de Beringela Long Market, Híbrido
2,25Kg de Cebolinha Ano todo, Galega
9,5Kg de Cenoura do Grupo Kuroda
3,7 Kg de Chicória Escarola
16 Kg de Feijão de Corda Seridó
971 Kg de Feijão Preto Tio Tibaji, BAT64 ou BAT65
4 Kg de Jiló Tinguã

Excelentíssimo Senhor
Dr. MARCOS ABREU BASTO LIMA
MD. Presidente da SIAGRO-Rio.



1,2 Kg de Melancia Charlston Gray ou Americana ou Santa
Bárbara

17,2 Kg de Maxixe sem especificação

1073 Kg de Milho Cateto, Agroceres ou Sintético PESAGRO_
Rio

6 Kg de Pimentão Cascadura Ikeda

192,5 Kg de Quiabo Santa Cruz 47

0,4 Kg de Repolho Louco de Verão

0,7 Kg de Salsa Lisa Comum

2. Adubos (*)

800t de Fertilub da Companhia Municipal de Limpeza Urba
na do Rio de Janeiro-COMLURB.

3. Corfetivos

305t de Calcário Dolomítico.

4. Formicida

180 Kg de Iscas para formiga, tipo Mirex.

5. Mecanização

1143 horas de trator.

(*) No caso dos adubos, como se acredita não ter a COMLURB disponibilidade para fornecer 800t de fertilub, sugerimos a aquisição de fertilizantes materiais industrializados, como fosfatos, margas e outros que existam no comércio. As quantidades, dentro da verba adjudada, serão absorvidas pelo so




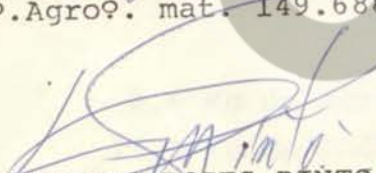
lo dada suas atuais condições de carência.

Na oportunidade, encarecemos a V.Exa. imprima um caráter de urgência a esse atendimento, vez que, dada a necessidade dos presentes recursos para a atual safra, quaisquer retardamentos incidirão na inviabilidade do Plano Emergencial, na frustração das 180 famílias nele envolvidas e na quebra de compromissos firmados pelos Exmos.Srs. Governador do Estado, Secretários de Agricultura e Abastecimento, Planejamento e Controle e Justiça e Interior, bem como na já abalada confiança da população nos órgãos públicos.

Sem mais e, sendo o que se nos apresenta para o momento, ficamos,

Atenciosamente,


ANTONIO EDNO AMORIM MAGALHÃES
Engº. Agroº. mat. 149.688-4


VICENTE DAS DORES PINTO
Engº. Agroº. SIAGRO-Rio

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Engº. Agroº. EMATER-Rio

DE: EMATER-RIO

EM: 02/08/1984

PARA: DIREA

REF.: 117/1984

ASSUNTO: Relatório Reunião na SECPLAN - assuntos fundiários (envia)

Pelo presente, atendendo a solicitação de V.Sa. relatamos a baixo os assuntos tratados na reunião com a Comissão de assuntos fundiários na SECPLAN, sobre a Fazenda Campo Alegre em Nova Iguaçu:

- Rol das atividades prioritárias (discussão e redação)
- Indenização dos ocupantes (avaliação das benfeitorias, patrimônio agrícola e pecuário)
- Levantamento do solo (utilização de cartas aerofotogramétrica e coleta de amostra de solo)
- Culturas mais apropriadas para região (rendimento, época/de plantio, etc.)


Dentro dos assuntos tratados tivemos participação ativa no tocante ao levantamento do solo e escolha de áreas para utilização com atividades agrícolas assim como prestamos informações sobre culturas tradicionais na área.

Nos itens indenização e rol das atividades prioritárias a penas nos colocamos como colaborador.

A referida reunião realizou-se nas dependências do SECPLAN/ com a presença de Dr. Edgar, Dr. Vitor, Drª. Celis, Dr. Antonio Carlos, Dr. Paulo/ Cezar, Dr. Almir e representantes dos Agricultores ocupantes da Faz. Campo Alegre.

Sendo o que temos para o momento.

Atenciosamente,


José Paulo de Souza
ENGENHEIRO A3-ONO 10
REA - 36.951 - D 5 - R G M
FMATER - RIO

CC/COORDEN

/arnd.

23.10.85

Azevedo ou David:

Pego entregue ao M. SALVADOR
DA SILVA MELO, Nº 1523, do
Capoeirado, uma plantadeira
e um cultivador de trigo
animal. O M. Salvador
é o responsável pelas
máquinas em sua região.
mel.

Maniella

DE ACORDO

Salvador da Silva Melo
SALVADOR DA SILVA MELO

Documentos Fora e Arquivo

*LEI Nº 1.771, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990

CONCEDE O NOME DE DEPUTADO ALAIR FERREIRA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS-RJ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada "DEPUTADO ALAIR FERREIRA" A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE, no Município de Campos - RJ.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1990
W. MOREIRA FRANCO

*Omitida no D.O. de 21.12.90

Lei n.º 1.772 de 21 de dezembro de 1990

CRIA o Município de Guapimirim, a ser desmembrado do Município de Magé.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Guapimirim, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado do território do Distrito de Guapimirim, desmembrado do Município de Magé.

Art. 2º - O território do Município de Guapimirim, constituído de um único distrito, é compreendido dentro dos seguintes limites:

1. Com o Município de Teresópolis:

Começa na serra dos Órgãos, no ponto das três vertentes dos rios Piabanha, Paqueta e do Mar, convergência dos limites de Teresópolis, Petrópolis e o Município ora criado, e segue pela referida serra até um ponto fronteiro e mais próximo da nascente principal do ribeirão Orindi-Açu.

2. Com o Município de Cachoeiras de Macacu:

Começa na linha de cumiada da serra dos Órgãos, no ponto fronteiro e mais próximo da nascente principal do ribeirão Orindi-Açu, descendo pelo respectivo grotão até atingir a referida nascente principal do ribeirão Orindi-Açu, desce o curso deste ribeirão até a confluência com o rio Guapi-Açu, seguindo o curso deste rio até alcançar a confluência com o rio Macacu.

3. Com o Município de Itaboraí:

Começa na confluência do rio Guapi-Açu no rio Macacu e segue o curso deste rio até sua foz, na baía de Guanabara.

4. Com a Baía de Guanabara (Cidade do Rio de Janeiro):

Começa na embocadura do rio Macacu, seguindo pelo litoral da baía até a foz do rio Magé-Mirim.

5. Com o Município de Magé:

Começa na foz do rio Magé-Mirim, na baía de Guanabara, sobre o curso deste rio até sua nascente principal, daí, em reta, até a nascente principal do rio Sertão, segue pela vertente deste rio e alcança a linha de cumiada do divisor de águas dos rios Santo Aleixo e Bananal até atingir a interseção com a linha idêntica da serra dos Órgãos, no morro Açu.

6. Com o Município de Petrópolis:

Começa no morro Açu, na nascente principal do rio Bananal, seguindo pela cumiada da serra dos Órgãos até alcançar o ponto das três vertentes dos rios Piabanha, Paqueta e do Mar.

Art. 3º - O Município de Guapimirim será dotado de Comarca própria, nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro designará a data em que serão realizadas as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assim como a da posse dos Vereadores eleitos.

Art. 5º - O número de Vereadores da primeira legislatura será o mínimo previsto no artigo 29, IV, a da Constituição da República.

Art. 6º - A instalação do Município dar-se-á na forma prevista na Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 7º - O Município de Guapimirim, enquanto não contar com legislação própria, reger-se-á pela do Município de Magé, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1990
W. MOREIRA FRANCO

Lei n.º 1.773 de 21 de dezembro de 1990

CRIA o Município de Queimados, a ser desmembrado do Município de Nova Iguaçu.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Queimados, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado de parte do território do Distrito de Queimados, desmembrado do Município de Nova Iguaçu.

Art. 2º - O território do Município de Queimados, constituído de um único distrito, é compreendido dentro dos seguintes limites:

1. Com o Município de Nova Iguaçu:

a) Com a subprefeitura de Engenheiro Pedreira:

Começa no Rio Guandu, limite intermunicipal com Itaguaí, no ponto da sua interseção com a linha de transmissão da Light, seguindo por essa linha de transmissão até encontrar o canal de Poços, sobre por este canal até a confluência do canal Quebra-Côco, subindo o curso deste até encontrar a rodovia Queimados-Rio do Ouro, segue por esta rodovia até a interseção com a Linha Auxiliar da Rede Ferroviária Federal.

b) Com a subprefeitura de Cava:

Começa na interseção da Linha Auxiliar da Rede Ferroviária Federal com a rodovia Queimados-Rio do Ouro, segue pelo leito da ferrovia até a interseção da estrada Carlos Sampaio.

c) Com a subprefeitura de Austin:

Começa na interseção da estrada Carlos Sampaio com a Linha Auxiliar da Rede Ferroviária Federal e segue através da avenida Coronel Monteiro de Barros e estrada da Postação até o ramal principal da Rede Ferroviária Federal, alcançando, daí, o cruzamento da rua Alvarenga Peixoto e segue até a estrada do Grotão, e continua até a interseção da rodovia Presidente Dutra e a estrada Cabuçu-Austin.

d) Com a subprefeitura de Comendador Soares:

Começa na interseção da rodovia Presidente Dutra com a estrada Cabuçu-Austin, seguindo por esta até encontrar a estrada Cabuçu-Queimados.

e) Com a subprefeitura de Cabuçu:

Começa na interseção da estrada Cabuçu-Austin com a estrada Cabuçu-Queimados, seguindo por esta até alcançar o rio Serepê, segue o curso deste rio até sua confluência no rio Queimados, prossegue pelo curso deste rio até o cruzamento do oleoduto da Petrobrás, seguindo pelo oleoduto até o rio Guandu.

2. Com o Município de Itaguaí:

Começa no rio Guandu, no ponto onde é atravessado pelo oleoduto da Petrobrás, subindo o curso do rio até a interseção da linha de transmissão da Light.

Art. 3º - O Município de Queimados será dotado de Comarca própria, nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro designará a data em que serão realizadas as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assim como a da posse dos Vereadores eleitos.

Art. 5º - O número de Vereadores da primeira legislatura será o mínimo previsto no artigo 29, IV, a da Constituição da República.

Art. 6º - A instalação do Município dar-se-á na forma prevista na Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

PROJETO EMERGÊNCIA DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

NOVA IGUAÇU - RJ

I - HISTÓRICO

O Mutirão Campo Alegre surgiu da ocupação em janeiro de 1984 de uma área estimada em aproximadamente 3.500 ha por cerca de 300 famílias no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. A área, de propriedade controversa, encontrava-se abandonada e em processo avançado de degradação, nas mãos de grileiros.

Permanentemente ameaçados pelos grileiros, os ocupantes foram também periodicamente hostilizados pelas autoridades policiais até que o Governador Leonel Brizola assinou um decreto declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação, no dia 20 de junho perante uma manifestação das famílias de Campo Alegre, que em passeata se dirigiu ao Palácio do Governo reunindo cerca de 700 pessoas, apoiadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pela Diocese de Nova Iguaçu.

Após esta vitória parcial novos candidatos afluem para participar da comunidade. Enfrentando imensas dificuldades materiais, os ocupantes têm procura do transformar as terras de Campo Alegre em fonte de renda para suas famílias, tratando de torná-las produtivas. Não dispõem de praticamente nada como ponto de partida, senão a própria terra, das mãos e da vontade de vencer e do apoio das comunidades e entidades.

O primeiro passo decidido coletivamente pelo Mutirão é a organização de 4 grupos de coletivos, trabalhados por equipes de 10 membros cada uma. É urgente o início dos trabalhos imediatamente para aproveitar a época de plantio e, sobretudo, para consolidar a ocupação.

Os 4 grupos, para seu correto funcionamento, necessitam de uma série de investimentos em material agrícola, sementes e mudas, adubo orgânico, corretivos, assistência técnica, etc... Adotando-se os princípios da agricultura alternativa conta-se em minimizar estes investimentos mas, por outro lado exige-se um planejamento e organização metódica da produção e uma formação constante dos produtores no manejo destas técnicas.

II - ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS

Dois aspectos distintos justificam a arrancada inicial com quatro (4) gru

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

pos.

O primeiro aspecto diz respeito a geografia e estratégia de ocupação; esses quatro grupos abrangeriam uma área considerável da região e suas localizações criariam condições de defesa para os lavradores fazaos ataques dos grileiros.

O segundo aspecto diz respeito a administração desses grupos, isto é, como se trata de experiência pioneira avaliou-se que mais de 4 grupos iniciais, criaria dificuldades sob o ponto de vista administrativo e de recursos disponiveis.

Cada grupo contará com 10 (dez) participantes. Esse número escolhido está em consonância com as dimensões das áreas demarcadas para a experiência coletiva, essas áreas não comportam mais que dez companheiros. Sendo certo que essa adaptação do tamanho da área com equivalência do número de companheiros se dá por força da necessidade de se obter melhor administração e com isto, melhor aproveitamento, menor desperdício e facilidade para avaliações constantes tão úteis neste caso de experiência pioneira.

O regulamento inicial de funcionamento e administração dos grupos segue em anexo.

III- ORÇAMENTO (em anexo)

Para compor o total necessário estimado no orçamento, o Mutirão vem mantendo entendimento com a FASE, CERIS, DIOCESE DE NOVA IGUAÇU e COMUNIDADES DE BASE.

Caso seja aprovado o Projeto o dinheiro deverá ser remetido para conta nº 017440/95 do BANCO Bamerindus - Agência - Belford Roxo - Nova Iguaçu - RJ., em nome do MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE.

a) Reconsiderando o orçamento do cálculo aproximado das despesas, em anexo, permitimo-nos esclarecer que a despesa mais imediata, urgente mesmo, é a aração das terras. No citado orçamento consta a verba de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para um (1) Coletivo, ou seja, um grupo de 10 posseiros. Ampliando esta previsão orçamentária para beneficiar os três (3) Coletivos restantes, teríamos as necessidades satisfeitas com ' uma verba de Cr\$4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

b) Por que a aração das terras é prioritária ? Pelo fato de que a ausência total de recursos técnicos, nos prende a fatores climáticos, como por exemplo, aproveitar a época das chuvas para o plantio. Normalmente, esse período próprio para o plantio inicia-se no corrente mês. Assim sendo, temos forçosamente que '

MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE

CGC 27.975.838/0001-57 - Reg. N.º 3218 Cartório do 8.º Ofício
Publicado no Diário Oficial da P.M.N.I. em 22/02/84

Avenida Mutirão, 1000 - Campo Alegre - N. Iguaçu

aproveitar este período para preparar a terra.

Nova Iguaçu, 10 de agosto de 1984

Laerte Rezende Bastos
Presidente

OBS: As assinaturas dos posseiros que compõem os quatro Coletivos,
foram apostas no documento anexo (Regulamento).



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

I - IDENTIFICAÇÃO

Recuperação e manutenção de Estradas Vicinais para o Assentamento de Campo Alegre.

II - JUSTIFICATIVA:

No sistema econômico decorrente da produção agrícola, é, notadamente a dificuldade do transporte do produto até o mercado consumidor.

Nos Assentamentos Rurais que estão sendo colocados na prática através do Poder Público, esta necessidade, tem sido detectada, pelo incremento da produção, em razão inversa à facilidade da comercialização.

Desta forma como medida prioritária, facilitar a colocação dos produtos agrícolas no mercado através da implantação, regularização e conservação de estradas, implementaria sobremodo o processo sócio-econômico.

III - OBJETIVOS:

Implantar, recuperar e aí regularizar os leitos das estradas que ligam os polos de Assentamentos aos núcleos urbanos mais próximos.

Permitir maior facilidade no escoamento de produção agrícola oriundas dos polos dos Assentamentos.

Fomentar o desenvolvimento sócio-econômico cultural da comunidade assentada, através do intercâmbio entre esta e as comunidades adjacentes.

IV - AÇÕES:

Para ser realizado o trabalho proposto, será necessário a integração da SEAF, a Prefeitura e o DER-RJ, o qual deverá ser o executor físico das obras.

Deverão ser executados os serviços de regularização do leito e imprimação de base e sub-base das estradas a serem recuperadas dependendo de melhor ou pior situação em que as mesmas possam se encontrar, assim como



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

de arte que possam ser requeridas.

V - DIAGNÓSTICO:

Para fins de um perfeito desmensionamento, passamos a relatar o quadro atual das diversas estradas que servem o Assentamento.

Campo Alegre (Nova Iguaçu)

O caminho comumente utilizado pela comunidade é o discrita seguir:

Acesso pela Rodovia Presidente Dutra, pista sentido São-Paulo- Rio, na altura do KM 29, seguindo a estrada Cam-buri, Avenida Pauline Becker, Rua Fernanda, Avenida Pau-line Becker, estrada do Mato Grosso, Rua Diogo, Rua Caiena Rua Caldas e Rua Faro, onde se encontra a sede do Assenta-mento. Este percurso totaliza 8,1KM.

O acesso da sede a estrada de Madureira e feito como des-a seguir:

Sede do Assentamento (Rua Faro), Rua Caldas, Rua Caiena , Rua Diogo, Estrada do Mato Grosso, Estrada dos Canais No-vos e Estrada de Madureira, (RJ 105). Este percurso totali-za 7,1 KM.

Este acesso permite o escoamento da produção para a Região Norte do Município do Rio de Janeiro.

O caminho de acesso pela Rodovia Presidente Dutra até a sede ao Assentamento anteriormente descrito acima, não é o ideal pois não caracteriza como sendo um eixo que mantenha equidistância relativa, que melhor atenda a todos ou , grande parte das diversas regionais, inclusive, percorrendo longo trecho para área objeto.

Ressalte-se que a regional Fazendinha, encontra-se com o acesso principal obstruído devido a uma construção suposta-



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

mente irregular, colocada sobre uma estrada projetada, inclusive gerando o processo 01/3738/87 em trânsito na PMNI, para fins de regularização.

Uma vez regularizado o objeto do referido processo completaria o acesso até o epicentro da regional, uma vez que é o mesmo utilizado para o Distrito Industrial que é totalmente pavimentado.

VI- OBRAS:

Pela razão exposta no item anterior (V DIAGNÓSTICO) sugerimos um processo que venha a melhor atender aos acessos da sede para a Rodovia Presidente Dutra e para a Estrada de Madureira (RJ 105) que serão agora descrito:

1º SEDE - Via Dutra

Rua Faro, Rua Augusta, Rua Jacaú, Rua Jundiaí, Estrada do Benfica e Estrada do Camboatá, perfazendo um percurso de 6,1 KM.

Para viabilização deste processo deverá ser construída uma ponte sobre o Rio Camboatá, no cruzamento com a Rua Augusta. Este percurso se caracteriza por oferecer uma equidistância relativa entre as regionais.

2º SEDE - Estrada de Madureira (RJ 125)

Rua Faro, Rua Juí, Estrada de Mato Grosso, Estrada dos Currais Novos, Estrada de Madureira (RJ125).

Passamos agora a apresentar um quadro resumo dos trechos e extensão das estradas, bem como as obras de arte.

VII- TRECHO - SERVIÇOS - EXTENSÃO - QUANT.(M²) - CUSTO

Campo Alegre

Campo Alegre- Rod. Pres. Dutra

Via Est. do Cambim

(Percurso em uso) - Regularização/ 8.950/ 53.100/ 1.074,00

Campo Alegre- Rod. Pres. Dutra

Via Est. Camboatá

(Percurso em uso) - Regularização/ 6.950/ 41.700/ 834,00



- 04 -

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Campo Alegre- Est. Madureira
(Percuso em uso) - Regularização/ 7.950/ 47.700/ 954,00
Campo Alegre- Est. Madureira
Via Rua Juí
(percuso proposto) Implantação
Custa da Ponte / 5.100/30.600/612,00

TOTAL - 3.474,00

TRECHO - SERVIÇO - TIPO - MATERIAL - QUANT.(M²) - CUSTO
CAMPO ALEGRE-

Campo Alegre- Rod. Pres.Dutra
Via. Est. do Camboata
(Percuso em uso) - Construção
Ponte sobre
o Rio Camboatã

Tipo - Via Única
Material - Concreto
Quant. M² - 20m
Custo- OTN. - 8.000
TOTAL - 8.000

VIII - CONCLUSÃO:

As medidas que serviram para dimensionamento do presente foram aferidas com curvimetro em pranchas nas escalas de 1:10.000 e 1:50.000.

As obras indicadas permitirão maior capacidade de escoamento da produção do Assentamento aos mercados locais e do Rio de Janeiro, pois estarão interligadas a um sistema viário que inclui estradas Municipais, Estaduais e Federais.

Nota-se que o percuso proposto ligando a sede do Acampamento a Estrada de Mato Grosso pela Rua Juí, deverá ser estudada a relação Custo/Benefício, antes da eventual execução.

Posto de Saúde de Chueros



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

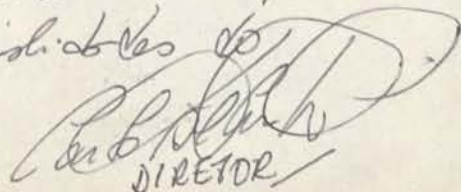
Do Sr. Presidente do Conselho de Campo Alegre

Prezados Senhores

Foi comunicado a este Chefe, que o Posto médico instalado pelo Secretário de Estado de Saúde e Higiene, tem sido utilizado por outro médico, que não o médico deste U.S., Dr. José Berto Foulant.

Este facto não esclarece-lo, que os medicamentos, reagentes e demais equipamento são de uso exclusivo do Posto de Saúde Público Estadual.

Pelo ocorrido, ficam esclarecidos, que o mau uso dos bens do Estado importará no desativação do Posto médico, pois é inelutável que outro profissional utilize bens patrimoniais do Serviço Público, sem que o mesmo seja Servidor Público Estadual. Além disso, tal profissional incorre em falta de Ética profissional e este U.S. será obrigado a instaurar Inquérito Administrativo para apurar tal ~~mau~~ desvio de uso e providências do ~~serviço~~ ~~estabelecimento~~.


DIRETOR

1. NOME:

Quantas pessoas trabalham no lote em tempo integral? _____ E em tempo parcial? _____.

Qual o tamanho do lote? _____

Há quanto tempo recebeu o lote? _____

2. Que produtos já plantou e já colheu? Que área destinou a cada produto? Que produtos vendeu e quanto vendeu?

	área	Produção obtida (quilos)	Quantidade vendida (quilos)
Milho			
Feijão			
Quiabo			
Giló			
Maxixe			
Abóbora			
Aipim			
Batata			

3. Que produtos estão sendo cultivados? Qual a área de cada produto? Quando vai colher?

	Produto (marcar com x)	área	época da colheita
Milho			
Feijão			
Quiabo			
Giló			
Maxixe			
Abóbora			
Aipim			
Batata			
Arroz			

4. Que produtos pensa plantar nessa safra?
Que área pensa plantar de cada produto?

	Produto (marcar com x)	área
Milho		
Feijão		
Quiabo		
Giló		
Maxixe		
Horta		
Amendoim		

Obs: Dizer os produtos que vai plantar juntos numa mesma área. Por exemplo: milho junto com o feijão, etc.

5. Já preparou ou ainda vai preparar o solo?
6. De que forma preparou ou vai preparar o solo para esta safra?
7. O que você conseguiu ou pode conseguir com seus próprios recursos para cultivar seu lote?
8. Que recursos faltam para que você possa cultivar seu lote?

8. <u>Sementes</u>	Quais Marcar com x	Quantidade
Milho		
Feijão		
Arroz		
Quiabo		
Giló		
Maxixe		
Batata		
Tomate		
Couve		
Alface		

Instrumentos de Trabalho. Quais e quantidade ?

Adubo. Que Quantidade?

Calcário ? Que Quantidade ?

Trator: Para que tipo de trabalho (Aração, gradagem) e o tamanho da área?

outros:

9. Você já construiu sua habitação? _____
Se construiu, com que material?

10. Que material precisa para construir sua habitação?
Telha: quantidade _____
Madeira: quantidade _____

11. Dê sua opinião e idéias sobre os assuntos tratados.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

I - IDENTIFICAÇÃO

Implantação da base física de operacionalização e integração das atividades desenvolvidas nos Assentamentos Rurais de Nova Iguaçu. (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO).

Localização - Assentamento de Campo Alegre.

II - JUSTIFICATIVA:

O sucesso dos Assentamentos Rurais promovidos pelo Poder Público, depende invariavelmente da profunda integração entre os técnicos dos diversos órgãos do espaço público Municipal, Estadual e Federal. No entanto, o alto custo de manutenção de uma base física e do transporte de técnicos para o campo, inviabiliza o trabalho conjunto no Assentamento, ficando a necessária integração reclusa aos gabinetes, gerando, via de regra, propostas distanciadas da realidade da comunidade assistida.

No caso específico de Nova Iguaçu, o fato da SEAF realizar um trabalho regular em três Assentamentos Rurais - Pedra Lisa, Normandia e Campo Alegre, disponibilizando recursos próprios e através de convênios, para apoio à produção, aquisição de máquinas e equipamentos, incentivo à comercialização, impõe cada vez mais a necessidade de uma planejada, com base nos dados técnicos e no trabalho diário de campo, assim como oferecer as condições básicas que permitam a integração das entidades e diversos órgãos do Poder Público que atuam no Município.

É importante considerar, ainda, que na Região existem além das citadas, outras áreas, que hoje são alvo do trabalho desta Secretaria, com conflitos pela posse da terra e Assentamento de famílias rurais. Quais sejam: Fazendas São Pedro, Normandia I, Normandia II, Santo Antonio, Guandu, Pedra Lisa de Baixo, Parque Estoril, São Bernadino, etc.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS

- 02 -

Esta base física atenderá as necessidades de aproximadamente 1.350 famílias.

III - OBJETIVOS:

Com a implantação da base física de Nova Iguaçu, com alojamento, equipamentos e centralizando diversos estudos já realizados por técnicos e instituições, a SEAF estará superando os entraves a um trabalho efetivamente planejado e integrado, con_ dizente com a situação das famílias assentadas.

Estaremos criando as condições para a implantação de um importante polo de desenvolvimento agrícola, com a ampliação da produção de olericultura na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

IV - AÇÕES:

Para inatlação da base física, que se constituirá de uma estrutura para escritório e residência, deverá ser executada a restauração da casa Amarela, que é uma benfeitoria já em situ_ ção jurídica regular, existente no Assentamento de Campo Alegre.

A outra ação é a finalização das obras para construção de uma casa que deverá ser ocupada por vigia.



EMATER-RIO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Nova Iguaçu, 27 de março de 1985

Ao
Delegado Regional do SENAR
Av. Antônio Carlos 251 - 5º andar
Rio de Janeiro

assunto: cessão de cartilhas
(solicita)

Prezado Senhor:

Como profissional da extensão rural atuando no Projeto Campo Alegre, em Nova Iguaçu, venho através desta solicitar a esta Delegacia do SENAR estudar a possibilidade de ceder-nos pelo menos 150 (cento e cinquenta) exemplares da cartilha "CUIDADOS NO USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS".

O projeto, que conta com o apoio do Governo do Estado, já conta com 400 famílias assentadas, produzindo principalmente olerícolas. Assim, o ~~esclarecimento~~ crescimento em torno do uso adequado de agrotóxicos é questão importante, e sendo o material produzido pelo SENAR de excelente qualidade, a cessão das cartilhas supracitadas constituir-se-á precioso auxílio.

Gostaria ainda de receber informações sobre a possível realização de um curso promovido pelo SENAR aqui em Campo Alegre, que se localiza no distrito de Queimados, no sentido de formar aplicadores de defensivos.

Agradecendo desde já a atenção dispensada, e contando com a sua valiosíssima colaboração, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
a/c EMATER - local de Campo Grande
Rua Marechal Dantas Barreto 95
Campo Grande
23000 Rio de Janeiro RJ

Campo Alegre, 30 de setembro de 1985

Ilmo. Sr.

MARCOS DE ABREU BASTO LIMA

MD. Presidente da Siagro-RIO

Senhor Presidente:


Com referência ao ofício PRESI nº 036/85, de 05 de agosto p.p., cum-pre-nos informar que, tendo em vista o "termo de contrato" assinado entre a EMATER - RIO, a Siagro-RIO, a Associação Mutirão de Campo Alegre e as Secretarias de Estado de Justiça, Planejamento e Agricultura, o número de famílias que participam do projeto é de 344 (trezentos e quarenta e quatro), sendo que aproximadamente 200 (duzentas) famílias terão prorrogação de dívida devido à perda de safra por inundações ocorridas em janeiro último.

Com respeito à formalização do pagamento, 36 (trinta e seis) famílias já colocaram à disposição sua produção e aproximadamente 100 (cem) o farão na decurso dos próximos meses.

O processo de pagamento se está dilatando porque muitas das famílias em débito foram fornecidas de insumos nos últimos meses.

Queremos informar ainda que a existência de sementes ainda não distribuídas ampliará proximamente o número de famílias beneficiadas.

Na oportunidade, apresentamos protestos de estima e elevada consideração.


MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Engenheira Agrônoma
CRIO-RIO 40024-0



EMATER-RIO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Nova Iguaçu, 19 de dezembro de 1985.

Ao
Departamento de Agronomia da
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manoel de Medeiros s/nº
Dois Irmãos
50 000 Recife PE

assunto: sementes de acerola

Prezados Senhores:

Atendendo a insistentes pedidos de lavradores de minha área de ação, venho através desta requerer o obséquio de me enviarem quantidade de acordo com as possibilidades desse Departamento de sementes de acerola, assim como literatura e/ou indicações bibliográficas sobre o cultivo desta planta.

A quantidade de sementes que peço me seja enviada será distribuída por sete multiplicadores.

Agradecendo desde já a atenção dispensada e contando com a sua preciosa colaboração, subscrevo-me

atenciosamente,

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
eng^a agr^a - matric. 842

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Rua Silva Jardim L5 Q 74
Praça da Bandeira
25560 São João de Meriti RJ



EMATER-RIO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater

Nova Iguaçu, 1 de junho de 1987.

À

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Rua Uruguai 145

Nova Iguaçu

Prezados Senhores:

Enviamos anexos orçamentos de três grupos de microempresa, candidatos a financiamento do Programa de Microempresa Social da LBA, para apreciação.

Nesta oportunidade, gostaríamos de marcar a data da visita dos responsáveis pelos setores econômico e social aos referidos grupos, visto que a visita do responsável pelo setor agrônomo já foi realizada em 14 de maio p.p. .

Agradecendo desde já a atenção dispensada, subscrevo-me .

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

**EMATER-RIO**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento • Associada à Embrater**PROJETO MICROEMPRESA RURAL**

Proponente: grupo encabeçado por MANOEL GERALDO DE SOUZA

Mato Grosso/Campo Alegre (Queimados) - NOVA IGUAÇU

Objeto pretendido: construção de uma casa de farinha movida a eletricidade.

ORÇAMENTO

Um forno mecânico	Cz\$ 20.000,00
Um bolinete automático	Cz\$ 26.000,00
Uma prensa de parafuso	Cz\$ 22.100,00
Dois motores elétricos de 2 HP cada um	Cz\$ 7.800,00
Um gerador	Cz\$ 160.000,00
Mão de obra de instalação (do fabricante)	Cz\$ 15.600,00
Grete	Cz\$ 20.000,00
Máquina seladora	Cz\$ 11.372,00
Peneira	Cz\$ 13.000,00
TOTAL	Cz\$ 295.872,00

ESPECIFICAÇÕES

Forno mecânico - construído em chapa metálica de 1/8" de espessura e engrenagens de aço. Capacidade: 100 kg/hora :

Bolinete automático - construído em chapa metálica de 1/8" de espessura, montada em mancais e rolamentos industriais. Capacidade: 500 kg/hora .

Prensa de parafuso - com sistema de cestos giratórios: 2 cestos de 70 litros cada. Aperto manual. Construída em aço.

Capacidade de produção : 800 kg de farinha por dia.

Nova Iguaçu, 1 de junho de 1987.

**PROJETO MICROEMPRESA SOCIAL**

Proponentes: grupo encabeçado por MARIA LUCIENE FORMIGA DO NASCIMENTO
Mato Grosso/Campo Alegre (Queimados) - Nova Iguaçu.
Objeto pretendido: montagem de uma confecção.

ORÇAMENTO**1 - Investimento**

4 Máquinas de costura "Facilita"	Cz\$	50.000,00
1 Máquina de costura industrial usada	Cz\$	40.000,00
2 ferros de passar	Cz\$	1.500,00
1 armário	Cz\$	3.000,00
8 cadeiras	Cz\$	3.040,00
2 mesas	Cz\$	4.000,00
4 tesouras grandes	Cz\$	1.400,00
4 tesouras pequenas	Cz\$	1.000,00
Sub - Total....		Cz\$ 103.940,00

2 - Custeio

5.000 m de tecido	Cz\$	100.000,00
5.000 m de elástico	Cz\$	2.000,00
5.000 fechos - eclair	Cz\$	15.000,00
linha	Cz\$	30.000,00
botões sortidos	Cz\$	2.000,00
agulhas de mão e para máquina	Cz\$	1.000,00
Sub - Total ...		Cz\$ 150.000,00
TOTAL		Cz\$ 253.940,00

Nova Iguaçu, 1 de junho de 1987

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA AGRÁRIA DE CAMPO ALEGRE LTDA.

I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA, PRAZO E ANO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa Agrária de Campo Alegre Ltda., constituída nesta data, rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes principalmente pela Lei nº 5.764, tendo:

- a. sede e administração na localidade de Campo Alegre, distrito de Queimados, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro;
- b. Foro Jurídico na Comarca de Nova Iguaçu;
- c. área de ação, para efeito de admissão de associados, limitada à circunscrição de Campo Alegre, distrito de Queimados;
- d. prazo de duração indeterminado e ano social coincidindo com o ano civil.

II - OBJETIVOS

Art. 2º - A Cooperativa tem por objetivo a defesa econômica e social dos seus associados, através do desenvolvimento das atividades e da produção agropecuárias.

§ 1º - No cumprimento dos seus objetivos, a Cooperativa promoverá:

I - NA PRODUÇÃO

- a. a aquisição de máquinas, implementos e insumos;
- b. a prestação de assistência técnica à produção;
- c. a construção de armazéns ou galpões para o tratamento e guarda dos produtos;
- d. o transporte à cooperativa, a classificação e a cotação dos produtos;
- e. o recebimento da produção em igualdade de condições e preços;
- f. o preparo, embalagem e transporte dos produtos para a venda;
- g. o beneficiamento e/ou industrialização dos excedentes do consumo "in natura"

II - NO CONSUMO

- a. a aquisição de gêneros de primeira necessidade e artigos de uso e consumo pessoal e doméstico;
- b. a produção, beneficiamento ou industrialização dos produtos da alínea anterior, sempre que houver conveniência de preço, qualidade ou prazo.

III - NA ÁREA SOCIAL

- a. a instalação de serviços médico-odontológicos para a prestação de

- assistência aos associados e suas famílias, diretamente ou em convênio com entidades especializadas, bem como a aquisição de instrumental e medicamentos;
- b. a educação cooperativista dos associados;
 - c. a assistência escolar;
 - d. a assistência técnica e social a que se refere a Lei nº 5.764/71, pelo FATES.

IV - SERVIÇOS AUXILIARES

A Cooperativa instalará, gradativamente e segundo as necessidades e possibilidades, os seguintes serviços auxiliares:

- Serraria/Carpintaria
- Ferraria/Oficina mecânica
- Olaria/Construções
- Transportes
- Luz e Força
- Telefones
- Águas e Esgotos

§ 2º - A prestação dos serviços e o cumprimento das atividades a que se referem os capítulos III e IV serão organizados em departamentos distintos para cada especialidade, com prévia aprovação da assembleia geral dos associados.

III - ASSOCIADOS

Art. 3º - poderão associar-se à Cooperativa os produtores agropecuários que residam e exerçam pessoalmente suas atividades dentro da área da Cooperativa, disponham livremente de pessoa e bens, concordem com o presente Estatuto e não se dediquem a atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

Parágrafo Único - O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo entretanto ser inferior a 20 (vinte)

Art. 4º - Para associar-se, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, assinando-a em companhia de dois associados proponentes.

§ 1º - Verificadas as declarações constantes da proposta, e aceita esta pelo Conselho de Administração, o candidato é em seguida inscrito no Livro de matrículas. Asscreverá juntamente com o Presidente.

§ 2º - Atendidas as formalidades previstas no § 1º, a Cooperativa entregará ao associado o respectivo Título Nominativo contendo o texto integral deste Estatuto.

Art. 5º - Cumprido o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos da sua condição e assume as obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e de deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 6º - O associado tem direito a:

- a) participar de todas as atividades que constituam os objetivos da Cooperativa, com ela operando em todos os setores;
- b) apresentar ao Coordenador do Conselho Fiscal se possível por escrito, reclamação sobre inconveniências, discordâncias ou prejuízos nas suas relações operacionais e/ou de serviços com a cooperativa.
- c) tomar parte nas assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados, com as restrições deste Estatuto;
- d) votar e ser votado para os cargos sociais, com as restrições de leis e deste Estatuto;
- e) propor ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral as medidas que julgue de interesse social;
- f) examinar, na sede social e em qualquer tempo, os registros constantes dos livros dos livros de Matrículas e de Atas;
- g) solicitar por escrito esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa, podendo ainda - dentro do mês que anteceder a Assembléia Ordinária - consultar na sede social o Balanço Geral e livros contábeis;
- h) pedir demissão da Cooperativa, em qualquer tempo.

§ 1º - Fica impedido de votar e ser votado e de participar das Assembléias Gerais o associado que:

- a) tenha sido admitido depois de convocada a assembléia;
- b) não tenha entregue a sua produção à Cooperativa, durante o ano, ou não haja com ela operado sob qualquer forma;
- c) seja ou tenha sido empregado da Cooperativa, até a Assembléia Geral que aprovar as contas do ano social em que tenha deixado o cargo.

§ 2º - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos associados deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, devendo constar do respectivo Edital de Convocação.

§ 3º - As propostas subscritas por, pelo menos, 20 (vinte) associados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral, e, não o sendo, poderão ser apresentadas pelos associados interessados diretamente.

ART. 7º - O associado obriga-se a:

- a) entregar toda a sua produção à Cooperativa e realizar com ela as demais operações que constituam seus objetivos econômico-sociais;
- b) subscrever e realizar quotas-partes de capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos.
- c) satisfazer pontualmente os seus compromissos para com a Cooperativa;
- d) prestar à Cooperativa esclarecimentos sobre o volume de sua produção e sobre as suas atividades relacionadas com os objetivos sociais;
- e) cumprir disposições de lei, do Estatuto e deliberações tomadas pela cooperativa;
- f) zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa, colocando os interesses coletivos acima dos seus interesses individuais;
- g) pagar sua parte nas perdas apuradas em Balanço, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las.

ART. 8º - O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreveu, perdurando essa responsabilidade para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando forem aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício em que se deu a retirada.

§ ÚNICO - A responsabilidade do associado somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

ART. 9º - As obrigações do associado falecido, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano decorrido do dia da abertura da sucessão.

ART. 10 - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, e será requerida ao Presidente, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho de Administração, em sua primeira reunião, e averbada no Livro de Matrícula mediante termo assinado pelo Presidente, podendo, ainda, ser anotado no Título Nominativo, se o associado o solicitar.

ART. 11 - Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração é obrigado a eliminar o associado que:

- a) vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que colida com os objetivos desta;
- b) deixar, reiteradamente, de cumprir disposições de lei, deste Estatuto ou deliberações tomadas pela Cooperativa;

c) desviar sua produção, no todo ou em parte, para o consumo ou para comércio intermediário;

d) deixar de cumprir pontualmente compromissos e dívidas assumidas perante a Cooperativa.

ART. 12 - A eliminação será decidida pelo Conselho de Administração, somente depois de reiteradas notificações ao associado, e o que a ocasionou deverá constar de termo lavrado no livro de Matrícula e assinada pelo Presidente.

§ 1º - Cópia autêntica do termo de eliminação será remetida ao associado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento.

§ 2º - O associado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembleia Geral.

ART. 13 - A morte da pessoa física, bem assim a incapacidade, se não for legalmente suprida, e a perda de requisito que lhe facultou associar-se, importam em exclusão.

ART. 14 - Os atos de demissão, eliminação ou exclusão do associado acarretarão o vencimento e tornarão exigíveis os débitos que haja contraído com a Cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

IV - CAPITAL SOCIAL

ART. 15 - O capital da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a Cz\$ ().

§ 1º - O capital será dividido em quotas-partes do valor de Cz\$ 100,00 (cem cruzados) cada uma.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados e não poderá ser negociada, nem dada em garantia, mas responde por débitos de associados na Cooperativa, sendo todo o seu movimento - subscrição, integralização, transferência e restituição - escriturada no Livro de Matrículas.

§ 3º - As quotas-partes, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre associados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento da taxa de 5% (cinco por cento) sobre o seu valor.

ART. 16 - O associado, obriga-se a subscrever tantas quotas-partes de capital quantas necessárias a perfazer o montante equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da sua produção anual entregue à Cooperativa, desprezadas as frações de quotas, não podendo essa subscrição ser inferior a um valor referência vigente na região.

§ UNICO - O aumento de mais de 50% (cinquenta por cento) no valor da produção entregue em dois anos consecutivos determinará elevação automática correspondente no montante de quotas-partes de capital subscrita.

ART. 17 - O associado pode integralizar as suas quotas-partes do capital de uma só vez, à vista, ou pelo desconto de até 4% (quatro por cento) sobre o valor da produção entregue à Cooperativa, no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

§ UNICO - A não entrega da produção no limite a que esteja obrigado, sem justa causa - a juízo do Conselho de Administração - obriga o associado prestatário à integralização em dinheiro à vista, das prestações vencidas de capital.

ART. 18 - A restituição do capital e das sobras - em qualquer caso, por demissão, eliminação ou exclusão - será sempre feita após a aprovação do Balanço do ano em que o associado deixou de fazer parte da Cooperativa.

§ UNICO - Ocorrendo demissões de associados em número tal que a devolução de capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá devolvê-lo em prestações, dentro do prazo máximo de dois anos.

ART. 19 - Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital realizado e de mais créditos que a este caibam, ficando-lhes assegurado o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições para tal estabelecidas neste Estatuto.

V - ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 20 - A Assembléia Geral dos associados, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o poder supremo da Cooperativa, tendo autoridade, dentro dos limites da lei, e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

ART. 21 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, após de liberação do Conselho de Administração, sendo por ele presidida.

§ 1º - 20% (vinte por cento) dos associados, em condições de votar, podem requerer ao Presidente a sua convocação, e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

ART. 22 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com a antecedência de 10 (dez) dias para a primeira convocação e de uma hora para a segunda e uma hora para a terceira.

§ UNICO - As três convocações poderão ser feitas num único Edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

ART. 23 - Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais deverão conter:

1. a denominação da Cooperativa, seguida pela expressão "Convocação da Assembléia Geral "ordinária ou extraordinária";
2. o dia, a hora e o "quorum" da reunião" em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
3. a sequência numérica da convocação;
4. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
5. o número de associados existentes na data da expedição, para efeito de cálculo do "quorum" de instalação;
6. a assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por associados, o Edital será assinado no mínimo pelos 5 (cinco) primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis das principais dependências da Cooperativa, publicado através do jornal de maior circulação local e comunicados por circulares aos associados.

ART. 24 - O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

1. dois terços dos associados, em condições de votar, na primeira convocação;
2. metade mais um, na segunda;
3. mínimo de dez, na terceira;

§ UNICO - O número de associados presentes, em cada convocação, será comprovado pelas assinaturas dos mesmos constantes do Livro de Presença.

ART. 25 - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliados pelo Secretário, sendo por aquele convidados a participar da mesa os ocupantes de cargos sociais presentes.

§ UNICO - Nas Assembléias Gerais que não forem convocadas pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado pelo primeiro, compondo a Mesa os principais interessados na convocação.

ART. 26 - Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, mas não ficam privados de tomar parte nos debates referentes.

§ UNICO - O diretor ou associado que, em qualquer operação tenha interesse oposto à da cooperativa, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

ART. 27 - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos balanços e contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e a votação da matéria.

§ UNICO - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os ocupantes de cargos sociais deixarão a Mesa, permanecendo no recinto à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

ART. 28 - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.

§ UNICO - Os assuntos que não constarem expressamente do Edital de Convocação e que não tiverem com os destes direta ou indiretamente relação, somente poderão ser objeto de discussão após esgotada a ordem do dia, sendo que a votação da matéria, se a proposta for acatada pela maioria dos presentes, será obrigatoriamente objeto da nova Assembleia Geral.

ART. 29 - Habitualmente a votação será a descoberto (levantando-se os que aprovam) mas a Assembleia poderá optar voto secreto, atendendo-se às normas usuais.

§ UNICO - A eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, será sempre pelo voto secreto.

ART. 30 - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos componentes de cargos sociais presentes, por uma comissão de dez associados designada pela Assembleia e por todos aqueles que o queiram fazer.

§ UNICO - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas pelo voto pessoal dos presentes, tendo cada associado um voto.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ART. 31 - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre do exercício, cabendo-lhe especialmente:

- a) deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o balanço e a demonstração de sobras e perdas e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) dar destino às sobras e repartir as perdas;
- c) eleger, reeleger ou destituir ocupantes de cargos sociais;

d) fixar a verba de representação para o Presidente, bem como o valor de cédulas de Presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, pelo comparecimento às respectivas reuniões.

§ 19 - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não poderão participar da votação das matérias referidas nas letras "a" e "d".

§ 20 - As deliberações da Assembleia Geral Ordinária serão tomadas pela maioria simples dos votos.

ART. 32 - A aprovação do balanço e contas e do relatório do Conselho de Administração desonera os integrantes deste de responsabilidade para com a Cooperativa, salvo erro, dolo ou fraude.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ART. 33 - A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário e tem poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, desde que constem do Edital de Convocação.

§ 19 - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão ou incorporação;
- c) mudança de objetivo;
- d) dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação do liquidante;
- e) contas do liquidante.

§ 20 - A deliberação que vise mudança da forma jurídica importará em dissolução e subsequente liquidação da Cooperativa

§ 30 - São necessários os votos de dois terços (2/3) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações do que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

VI - ADMINISTRAÇÃO

ART. 34 - A administração da Cooperativa, atendidas determinações da Assembleia Geral caberá ao Conselho de Administração, complementada por um Gerente em sua fase de execução, conforme se dispõe neste estatuto.

a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART. 35 - O Conselho de Administração será composto de 9 (nove) membros efetivos, com os títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 6 (seis) Conselheiros vogais, cabendo a estes 3 (três) suplentes, todos associados, eleitos pela Assem -

blêia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos com a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes, em cada período.

§ 1º - O Presidente será eleito nominalmente pela Assemblêia Geral, mas o Vice-Presidente e o Secretário serão escolhidos pelo Conselho de Administração dentre seus membros, na primeira reunião desse órgão.

§ 2º - A permanência nos cargos do Vice-Presidente e Secretário cessa com o término do mandato de membro do Conselho de Administração, com a eleição do novo Presidente ou ainda com a renovação total ou parcial dos componentes desse Conselho, podendo todavia aqueles titulares serem destituídos das funções em qualquer tempo, desde que tal decisão receba o apoio formal de pelo menos 5 (cinco) membros do Conselho de Administração.

§ 3º - A convocação de suplentes recairá sempre no mais idoso e será feita pelo Presidente, por escrito, competindo-lhe justificá-la perante o Conselho de Administração.

ART. 35 - Os membros do Conselho de Administração não poderão ter entre si laços de parentesco até o segundo grau em linha reta ou colateral.

ART. 36 - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem motivo justificado, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) interpoladas durante 12 (doze) meses.

ART. 37 - Nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou se ficarem vagos por qualquer tempo - mais da metade dos cargos efetivos do Conselho de Administração, deverá o Presidente (ou Vice-Presidente, se a presidência estiver vaga, ou o Secretário, na ausência daquele, ou, ainda, os membros que restarem, se esse cargo também estiver vago) convocar a Assemblêia Geral para o devido preenchimento.

ART. 38 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria dos membros do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

II - Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Presidente o direito ao voto de desempate.

III - As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos de cada reunião pelos membros presentes.

ART. 39 - São da competência privativa e da responsabilidade exclusiva do Conse-

lho de Administração, no exercício da autoridade decisória que lhe cabe, deliberar sobre todos os assuntos de interesse administrativo e social, nos termos deste Estatuto, de leis e das recomendações da Assembleia Geral, sob pena de omissão.

§ 1º - No desempenho das suas funções cabem-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) decidir sobre a programação das operações a realizar e serviços a prestar aos associados, estabelecendo qualidades e quantidades, valores, preços, prazos, taxas e encargos e demais condições necessárias a sua efetivação.

b) avaliar o montante dos recursos existentes e designar os meios disponíveis ao atendimento das operações e serviços, decidindo sobre os recursos externos necessários;

c) estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços;

d) fixar as despesas da administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;

e) contratar o gerente, fora do quadro social, e o Contador, e fixar normas para a contratação e demissão dos demais empregados;

f) fixar as normas da disciplina funcional;

g) julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões do Gerente;

h) designar, por indicação ou não do Gerente, o substituto deste nos seus impedimentos eventuais;

i) julgar da conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores;

j) elaborar as instruções e normas necessárias a boa ordem dos serviços;

l) contratar, por recomendação ou com a concordância do Conselho Fiscal, os serviços de auditoria externa;

m) fixar o limite do saldo máximo que poderão ser mantido em caixa e indicar o banco ou bancos nos quais deverá ser feito, diariamente, o depósito do excedente;

n) verificar, mensalmente, através do balancete, demonstrativos e relatórios específicos, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenrolar das operações e atividades em geral;

o) deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados;

p) fixar, anualmente, as taxas para a constituição de reservas para cobrir a depreciação dos bens do Ativo Fixo, bem como para atender a eventuais créditos incobráveis;

q) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

r) contratar empréstimos, adquirir e alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;

s) adquirir bens móveis, contrair obrigações, transigir e constituir mandatarios;

t) zelar pela boa aplicação da doutrina cooperativista e pelo cumprimento das leis específicas ou correlatas, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal.

§2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do Gerente para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a deci-dir, podendo determinar que o mesmo apresente projetos para questões determinadas.

§ 3º - As normas e instruções aprovadas pelo Conselho de Administração serão bai-xadas em forma de Resolução, as quais constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

ART. 41 - As atribuições e funções dos membros titulados do Conselho de Adminis-tração são distribuídas entre os mesmos como se dispõe nos parágrafos seguintes.

§ 1º - Ao Presidente cabe:

a) supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com o Gerente;

b) verificar frequentemente o saldo de Caixa;

c) assinar a emissão dos cheques bancários conjuntamente com o Gerente;

d) assinar, conjuntamente com o Secretário, ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

e) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais;

f) apresentar à Assembléia Geral Ordinária:

- Relatório da Gestão;

- Balanço Geral;

- Demonstrativo de Sobras e Perdas do Exercício; e

- Plano das atividades para o exercício seguinte.

g) representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo ou fora dele.

§2º - Ao Vice-Presidente cabe interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos eventuais e ausências inferiores a 60 (sessenta) dias.

§3º - Ao Secretário cabe:

a) Secretariar e lavrar as atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos respectivos; e

b) assinar, conjuntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

b) GERÊNCIA

ART. 42 - As funções da Gerência serão exercidas por um Gerente contratado, na qualidade de executor dos programas operacionais e de serviços aprovados pelo Conselho de Administração, perante o qual será responsável.

§ UNICO - No desempenho das suas funções, o Gerente manterá o Presidente permanentemente informado sobre o andamento dos negócios e operações, sobre o movimento financeiro, o estado da "caixa" e a situação dos serviços administrativos em geral, consultando-o sobre eventuais dificuldades e as providências cabíveis. Compete-lhe especialmente:

- a) apresentar ao Conselho de Administração o planejamento e programação das operações e serviços, bem como as sugestões que julgar convenientes ao aprimoramento da administração;
- b) organizar, para aprovação do Conselho de Administração, os programas de recebimento, tratamento e venda da produção, indicando quantidades, preços e condições;
- c) fazer os necessários levantamentos de preços e condições de mercado e colaborar na elaboração dos programas mensais de compras, para aprovação do Conselho de Administração;
- d) distribuir, coordenar e controlar as tarefas a cargo do pessoal auxiliar;
- e) zelar pela disciplina e ordem funcionais;
- f) efetuar ou autorizar os pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo saldo em Caixa, observando para tal o limite fixado pelo Conselho de Administração;
- g) efetuar ou determinar a escrituração do movimento de Caixa, sempre em dia;
- h) organizar, com o assessoramento do titular da Contabilidade Geral, as rotinas dos serviços contábeis auxiliares, zelando pela sua manutenção sempre em dia;
- i) determinar a forma e coordenar a transmissão à Contabilidade Geral dos dados e documentos para a escrituração oficial;
- j) preparar o orçamento anual da receita e despesa, baseando-se nos planos de trabalho estabelecidos e na experiência dos anos anteriores, para a aprovação do Conselho de Administração;
- l) assinar, conjuntamente com o Presidente, a emissão dos cheques bancários e, individualmente, endossar os recibos, para depósito em banco, em nome da Cooperativa;
- m) assinar a correspondência comercial e de rotina;
- n) admitir e demitir empregados e aplicar as penas disciplinares que se impuserem, sempre conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- o) informar ao Conselho de Administração, mensalmente, no mínimo, ou quando lhe for solicitado ou julgar conveniente, sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa;

p) providenciar para que os demonstrativos mensais, inclusive os balancetes da Contabilidade Geral, sejam apresentados aos Conselhos de Administração e Fiscal no devido tempo;

q) informar e orientar o quadro social quanto as operações e serviços da Cooperativa;

r) prestar ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral os esclarecimentos solicitados ou que julgar conveniente.

VII - NÚCLEOS EXECUTIVOS REGIONAIS

ART. 42 - O Conselho de Administração poderá instalar na medida das necessidades, Núcleos Regionais de execução administrativa para facilitar o atendimento das operações e atividades locais.

§ 1º - Os Núcleos serão administrados por agentes escolhidos dentre os associados da respectiva Região, previamente identificados. A escolha dar-se-á em reunião especialmente convocada pelo Presidente da Cooperativa, com 5 (cinco) dias de antecedência, a qual a presidirá, apresentando o nome do escolhido ao Conselho de Administração para nomeação.

§ 2º - A permanência dos agentes nas funções cessa com a substituição do Presidente da Cooperativa, mas poderá ser substituído em qualquer tempo pelo Conselho de Administração com os votos de, pelo menos, 5 (cinco) dos seus membros.

§ 3º - Compete aos Núcleos atender às necessidades e interesses dos associados da Região, nas questões da produção e atividades conexas, especialmente:

- a) assistência técnica
- b) serviços de aração
- c) suprimento de insumos
- d) suprimento de artigos de uso e consumo pessoal e doméstico
- e) escoamento da produção
- f) suprimento financeiro
- g) assistência médica e farmacêutica

§ 4º - Os Núcleos poderão manter o pessoal administrativo necessário, a juízo do Gerente da Cooperativa e aprovação do Conselho de Administração, decidindo este também quanto aos salários.

§ 5º - Os Agentes apresentarão demonstrativos e relatórios mensais das operações e atividades desenvolvidas no período.

§ 6º - Os Agentes não serão empregados da Cooperativa, pelo que não perceberão salários, mas apenas uma ajuda de custo fixada pelo Conselho de Administração, ouvido o Gerente,

§ 7º - Os Núcleos manterão os livros contábeis necessários ao registro das operações e outros para as atividades que realizarem.

§ 8º - As normas administrativas dos Núcleos serão baixadas pelo Conselho de Administração com a audiência do Gerente.

VIII - MANDATOS, PRAZOS, POSSE E DESTITUIÇÕES

ART. 44 - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, tem competência para a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

§ UNICO - Ocorrendo destituições que possam afetar a regularidade do exercício das funções de administração ou fiscalização, poderá a mesma Assembléia designar administradores ou fiscais provisórios, com exercício até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ART. 45 - Os prazos dos mandatos dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão início no dia 1º (primeiro) de abril, e terminarão no dia 31 (trinta e um) de março do ano subsequente que lhes corresponda (três e um, respectivamente).

§ UNICO - O substituto eleito para vaga nos Conselhos de Administração ou Fiscal assumirá as funções em data designada pela Assembléia Geral que o elegeu, mas exercerá o cargo somente até o final do mandato do respectivo antecessor.

ART. 46 - Normalmente a posse dos eleitos dar-se-á perante o Conselho de Administração retirante, especialmente reunido, mas quando as circunstâncias o aconselharem poderá dar-se perante a Assembléia Geral que os elegeu.

§ UNICO - Na ocorrência de eleições totais a posse e o início das respectivas funções poderão dar-se no dia da eleição, a critério da Assembléia Geral, ficando os prazos dos mandatos reduzidos do tempo decorrido e vencendo-se no primeiro ou no terceiro dia 31 (trinta e um) de março subsequente, conforme o caso.

ART. 47 - Se por qualquer motivo a eleição de sucessores não se realizar nas épocas previstas neste Estatuto, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário a que se efetive a sucessão.

IV - CONSELHO FISCAL

ART. 48 - O Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de um ano, podendo apenas 1/3 (um terço) do número total de membros ser reeleito para o período imediato.

b) verificar mensalmente a exatidão dos registros de Entradas e Saídas feitos no Livro Caixa, bem assim se existem quaisquer documentos financeiros não contabilizados;

c) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;

d) examinar se os montantes das despesas realizadas e inversões estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;

e) verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas; às conveniências econômico-financeiras da Cooperativa e interesse dos associados;

f) certificar se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;

g) apreciar reclamações dos associados quanto aos serviços prestados;

h) verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os débitos são pagos com pontualidade;

i) certificar-se se existem exigências a cumprir junto aos órgãos do Cooperativismo ou outras autoridades;

j) averiguar se os estoques de produtos ou mercadorias estão em boa guarda e se as suas quantidades e valores registrados estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

l) estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, os balanços e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;

m) afixar em locais de maior frequência de associados, exemplar do balancete de cada mês;

n) informar ao Conselho de Administração sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este e a Assembléia Geral motivos graves e urgentes que ocorrerem.

§ UNICO - Para os exames e verificações dos livros, contas e documentos, necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal propor ao Conselho de Administração a contratação de técnico especializado e/ou os serviços de auditoria externa.

X - COMITÊS

ART. 51 - O Conselho de Administração poderá criar Comitês para colaborarem no estudo e ordenação de questões específicas, cujas conclusões lhe serão submetidas, cabendo-lhes apreciar, adotar ou modificá-las e as fazer cumprir.

§ 1º - Os Comitês serão integrados por três ou mais membros, sempre em número ímpar, entre os quais, obrigatoriamente, um representante do Conselho de Administração escolhido dentre os seus membros, e técnicos com formação profissional regular ou prática na respectiva especialidade, pertencentes ou não ao quadro social. O Gerente também poderá ser designado para integrar Comitês.

§ 2º - Na realização do seu trabalho, os Comitês poderão valer-se dos serviços administrativos da Cooperativa, mediante prévia autorização do Conselho de Administração e ciência do Gerente.

§ 3º - Cabe ao representante do Conselho de Administração a coordenação dos trabalhos e a intermediação nas relações entre este e o respectivo Comitê.

§ 4º - O exercício das funções dos membros dos Comitês cessa automaticamente com o término do mandato ou a modificação na composição do Conselho de Administração, mas os mesmos poderão ser substituídos em qualquer tempo, a juízo deste.

ART. 52 - Entre outros, o Conselho de Administração designará, tão logo as respectivas atividades venham a ser objeto de interesse da programação, os seguintes Comitês:

COMITÊ DE ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA, destinado a estudar e coordenar a prestação de assistência técnica aos associados, por técnicos da Cooperativa ou de entidades especializadas, compreendendo, entre outros serviços:

- a) análise e correção do solo;
- b) seleção de sementes e mudas;
- c) aplicação de adubos e fertilizantes;
- d) prevenção e combate a pragas;
- e) treinamento e preparação de pessoal técnico;
- f) difusão do uso de eletrificação rural.

COMITÊ DE COMPRAS, com o fim de elaborar os programas mensais de compras, sujeitos à aprovação do Conselho de Administração, cabendo-lhes especialmente:

- a) avaliar qualidades e estimar quantidades, estudar preços e condições de pagamento;
- b) promover levantamentos de preços, sempre que julgar conveniente;
- c) verificar se há disponibilidades financeira para atender ao pagamento das compras propostas.

d) apreciar, no mês seguinte, ou antes se julgar conveniente, mas sempre em reunião, as informações sobre o cumprimento do programa do mês anterior;

COMITÊ DE EDUCAÇÃO, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre cooperativismo, operações da cooperativa e direitos e deveres dos associados e outras disposições estatutárias,

§ ÚNICO - As normas de trabalho, a extensão das atividades de cada Comitê e outras condições das suas atribuições constarão dos respectivos atos de criação, aprovados pelo Conselho de Administração.

XI - LIVROS E ESCRITURAÇÃO

ART. 53 - A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

- a) Matrícula
- b) Atas das Assembléias Gerais
- c) Atas do Conselho de Administração
- d) Presença de Associados às Assembléias Gerais
- e) Contábeis auxiliares e obrigatórios
- f) Registros Exigidos
- g) Registro das Deliberações de cada Comitê

ART. 54 - Os serviços de contabilidade serão organizados segundo as normas gerais da contabilidade e dos planos da SENACOP, ficando sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado.

§ ÚNICO - Ao Contabilista responsável cabem, além de outras, as seguintes atribuições:

- a) preparar o plano de contas e as rotinas de execução contábil, submetendo ambos à aprovação do Conselho de Administração;
- b) elaborar as rotinas de escrituração dos livros auxiliares, com a anuência do Gerente, e assessorar este em todos os assuntos de ordem contábil;
- c) manter sempre em dia os serviços contábeis a seu cargo;
- d) levantar mensalmente o balancete da contabilidade, um demonstrativo comparado da execução orçamentária e outros considerados necessários ao estudo das operações, que lhe sejam solicitadas pelo Gerente ou pelo Conselho de Administração;

e) prestar ao Conselho Fiscal, mensalmente, informações determinadas sobre o movimento e as contas, em relatório pré-formulado;

f) elaborar normas e acompanhar os levantamentos periódicos das mercadorias em estoque, se ocorrerem, e os inventários anuais das mesmas, bem como dos bens móveis e imóveis, créditos e valores;

g) responsabilizar-se pelo exame aritmético, moral e legal dos documentos submetidos a registro da Contabilidade Geral;

h) responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados com a contabilidade;

i) informar ao Conselho de Administração sobre os obstáculos e dificuldades no desempenho da sua missão;

j) prestar ao Gerente, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, as informações que lhe forem solicitadas, sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

XII - BALANÇOS, SOBRAS; PERDAS E FUNDOS

ART. 55 - O Balanço Geral será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.

§ 2º - Das sobras verificadas em cada setor de operações ou atividades serão deduzidas as seguintes taxas:

a) 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;

b) 10% (dez por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.

ART. 56 - Ao Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas de qualquer natureza, reverterem ainda os créditos não reclamados pelos associados, decorridos cinco anos, o produto da taxa cobrada sobre a transferência de quotas-partes e os auxílios e doações sem destinação especial.

ART. 57 - AO FATES, que se destina ao atendimento de gastos com a assistência e educação, reverterem ainda as rendas eventuais e operações de qualquer natureza realizadas com não associados.

§ ÚNICO - O FATES poderá ser aplicado mediante convênio com outra cooperativa, Central ou Federação e com entidades que atuem no setor cooperativista.

ART. 58 - O Fundo de Reserva e o FATES são indivisíveis entre os associados - mesmo em caso de liquidação da Cooperativa - hipótese em que os seus saldos não comprometidos serão recolhidos ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

ART. 59 - As sobras líquidas, apuradas nos termos do Art. 54, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que realizaram no exercício, após a aprovação do balanço pela Assembleia Geral, salvo decisão diversa desta.

ART. 60 - As perdas verificadas, nas condições do Art. 54, que não tenham cobertura do Fundo de Reserva, serão rateadas entre os associados que operaram no respectivo setor, na proporção das operações que realizaram, após a aprovação do Balanço pela Assembleia Geral Ordinária.

XII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

ART. 61 - A Cooperativa se dissolverá voluntariamente:

I - Quando assim o deliberar a Assembleia Geral e desde que os associados totalizando o número mínimo de 20 (vinte) não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pela consecução dos objetivos pré-determinados;

III - na alteração de sua forma jurídica;

IV - pela redução do número de associados e do capital social abaixo dos mínimos fixados neste Estatuto, se até a Assembleia Geral subsequente, a realizar-se em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

V - pelo cancelamento da Autorização de Funcionamento;

VI - pela paralização das suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado, ou ainda por iniciativa da SENACOOOP.

§ 2º - A dissolução da Cooperativa implica na sua liquidação, que se processará nos termos da Lei nº 5.764/71.

§ 3º - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, somente será processada após a audiência da SENACOOOP.

XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 62 - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que assumirem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 1º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles tirado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação em que se oculte a natureza da Cooperativa podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

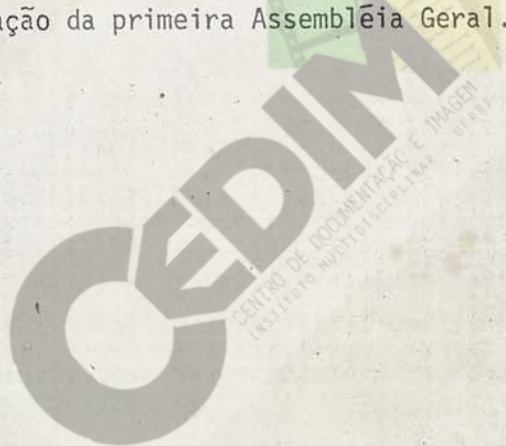
ART. 63 - É vedado o exercício cumulativo de cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

ART. 64 - São ineligíveis para os cargos sociais e não podem ser designados para outros na Cooperativa, os associados que estiverem impedidos por lei, condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

ART. 65 - Os componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade.

ART. 66 - Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a cooperativa, por seus diretores, ou representada por associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação, contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

ART. 67 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, para apreciação da primeira Assembleia Geral.



ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DE CAMPONESES E PRODUTORES DA FAZENDINHA

ART. 1º- A Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha, doravante denominada pela a abreviatura A.C.P.F., é uma sociedade civil / sem fins lucrativos, fundado em 15 de junho de 1986, na localidade de denominada Fazendinha, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, onde tem sede e foro, com personalidade jurídica distinta de seus diretores e associados, os quais não respondem, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela sociedade e funcionando à rua da Conquista s/nº, bairro da Fazendinha, município de Nova Iguaçu, / Estado do Rio de Janeiro.

ART. 2º- A Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha tem / duração por tempo determinado, sendo constituído em caráter associativos pelos assentados na área denominada Fazendinha, sem qualquer / distinção entre eles, concernente a nacionalidade, raça, sexo, religião, classe social, convicções políticas ou filosóficas.

ART. 3º- A Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha presta o regime democrático e os poderes públicos legal e democraticamente constituídos.

ART. 4º- A Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha, abrange toda a área denominada Fazendinha, regional do Mutirão de Campo Alegre em Queimados, Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

ART. 5º- As finalidades da Associação de camponeses e Produtores da / Fazendinha:

- a)- Promover o apoio e a execução de formas de associação de bens e de trabalho coletivo entre lavradores assentados na área acima indicada;
- b)- Incentivar o uso e a exploração da terra, sob regime comunitário de bens e meios de produção;
- c)- Desenvolver o aprimoramento da mão-de-obra, através da alfabetização e qualificação de seus membros em práticas de tratos / agrícolas, administração rural e profissionalização da família / em artesanato ou similares;
- d)- Introduzir hábitos alimentares compatíveis, de defesa sanitária e melhoria do padrão habitacional;
- e)- Criar progressivamente uma estrutura própria de distribuição dos produtos de forma a evitar a subjugação a formas injustas de

intermediação dos bens produzidos;

f)- Incentivar a sedimentação das tradições culturais da região e revigorar os laços de unidade familiar e integração, bem como o apoio às comunidades dos bairros vizinhos e da região.

ART. 6º- Compõe-se a Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha, das seguintes categorias de sócios:

a)- Fundadores, composta pelos associados que assinaram a ata / de fundação;

b)- Contribuintes, composta pelos associados que contribuírem / mensalmente com a importância estipulada em um por cento do salário mínimo vigente na região;

c)- Beneméritos, composta por aqueles que, a critério da diretoria, foram nesta condição admitidos, em virtude de terem feito / significativos doações, ou prestado relevantes serviços a ACPF.

ART. 7º- Têm os associados direito de frequentar, com seus familiares / as dependências da entidade, participar de suas reuniões e atividades ; e, ainda exercer outros direitos que venham a ser definidos por / normas complementares a estes estatutos:

Parágrafo único: somente os associados das categorias de fundador e contribuinte, é assegurado o direito de votar e ser votado.

ART. 8º- Constitui dever do associado prestigiar e comparecer às reuniões e atividades promovidas pela associação, zelar pelos bens sociais; contribuir com palavras e atos para tornar realizáveis os objetivos sociais; cumprir rigorosamente as disposições deste estatuto e outras de natureza complementar.

ART. 9º- A eliminação do associado do quadro social, ou outras penalidades que lhe possam ser aplicadas, serão definidas em norma complementar a estes estatutos.

ART. 10º- A assembleia geral, que constitui o órgão máximo da associação, será composta por todos os associados com direito a voto e se / reunirá, bienalmente, na segunda quinzena do mês de fevereiro, em / dia de domingo, para eleger a diretoria, decidindo ainda sobre as suas contas.

ART. 11º- Poderá a assembleia geral ser convocada extraordinariamente para deliberar e decidir sobre matéria de interesse urgente da A.C.P.F.

ART. 12º- A convocação da assembléia geral será feita por edital publicada na imprensa local, com antecedência de oito dias afixados na sede da A.C.P.F., competindo essa convocação ao presidente em exercício ou ao conjunto de um terço de associados.

§1º- A assembléia geral se instalará com "quorum" para deliberação e em primeira convocação, com a presença de um terço dos associados, e em segunda convocação, com qualquer número.

§2º- O presidente em exercício abrirá os trabalhos anunciando a / ordem do dia, solicitando, após, à assembléia geral, a designação de um presidente para dar continuidade aos mesmos.

ART. 13º A Associação de Camponeses e Produtores da Fazendinha, será administrada por uma diretoria composta, no primeiro biênio pelos / sócios fundadores e, nos demais biênios, eleita pela assembléia geral e por esta empossada imediatamente a sua eleição.

ART. 14º- Compõe-se a diretoria de:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário-Geral
- d) Primeiro Secretário
- e) Tesoureiro
- f) Primeiro-Tesoureiro
- g) Diretor Geral e de Cultura

Parágrafo único: A diretoria será assessorada e fiscalizada por um conselho fiscal, composto por três membros, que serão eleitos pela assembléia geral e juntamente com os demais membros da diretoria.

ART. 15º- A diretoria poderá constituir departamentos objetivando a / especialização administrativa das várias atividades da A.C.P.F., competindo-lhe, nest a hipótese, disciplinar suas atribuições mediante / regimento interno, que será elaborado pela própria diretoria com autorização da assembléia geral.

ART. 16º- Compete à diretoria administrar e superintender os trabalhos e bens da A.C.P.F., prestando contas de seus atos, nas épocas próprias ao conselho fiscal e à assembléia geral.

Parágrafo único: As resoluções da diretoria serão tomadas por / maioria de votos dos membros presentes as reuniões.

ART. 17º- Compete ao conselho fiscal auditar e emitir parecer sobre a

escrituração, os balancetes mensais e o balancete anual, que o presidente submeterá a apreciação da assembléia.

ART. 18º- Compete ao PRESIDENTE:

- a) dar execução às resoluções e atos administrativos;
- b) convocar e abrir os trabalhos da assembléia geral;
- c) representar a associação interna e externamente, inclusive em juízo;
- d) assinar toda correspondência e, juntamente com o Tesoureiro, os documentos contábeis da A.C.P.F.. No caso de aberturas de conta bancária e emissão de cheques, assinar com o tesoureiro;
- e) resolver "ad referendum" da diretoria, assuntos de natureza / urgente.

ART. 19º- Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em caso / de vacância ou impedimentos, constituindo-se, ainda, seu auxiliar no / que for necessário e quando for necessário.

ART. 20º- Compete ao SECRETÁRIO GERAL:

- a) organizar e dirigir os trabalhos da secretaria;
- b) lavrar as atas das reuniões da diretoria e assembléias gerais e assiná-las juntamente com o PRESIDENTE.

ART. 21º- Compete ao PRIMEIRO-SECRETÁRIO substituir o secretário geral em caso de vacância ou impedimentos, constituindo-se ainda, seu auxili / ar no que for necessário e quando for necessário.

ART. 22º- Compete ao TESOUREIRO:

- a) zelar pelos valores e dinheiro da A.C.P.F.;
- b) proceder a arrecadação da receita;
- c) fazer todos os pagamentos de despesas gerais da A.C.P.F., mediante documentação assinada, também pelo PRESIDENTE, excluindo-se nesta, saques bancários que só poderão ser assinados pelo PRESIDENTE juntamente com o TESOUREIRO;
- d) ter em boa ordem, e feito com clareza, a escritura contábil da A.C.P.F., de maneira que possa fazer fé em juízo ou fora dele;

ART. 23º- Compete ao PRIMEIRO-TESOUREIRO substituir o TESOUREIRO em caso de vacância ou impedimentos, constituindo-se, ainda, seu auxiliar / no que for necessário e quando for necessário.

ART. 24º- Compete ao DIRETOR GERAL E DE CULTURA:

- a) dirigir e promover todas as festividades e atividades sociais e culturais da A.C.P.F.;
- b) organizar comissões entre os associados para, sob sua responsabilidade, desenvolver o progresso social;
- c) prestar contas de suas atividades à diretoria e assembleia.

ART. 25º- O patrimônio da A.C.P.F. será ilimitado e contará de bens móveis e imóveis; doações, contribuições espontâneas de seus associados e amigos, além da contribuição mensal obrigatória para os associados.

ART. 26º- O exercício de qualquer cargo ou função nos órgãos da A.C./P.F. será gratuito, sem qualquer remuneração. Os resultados financeiros das atividades da entidade, serão investidos na própria organização da entidade ou para promover assistência social.

ART. 27º- A dissolução da A.C.P.F. e alteração dos estatutos sociais/será possível por meio de assembleia geral, convocada extraordinariamente para esse fim, exigindo-se a votação favorável de dois terços / dos associados.

ART. 28º Em caso de dissolução, competirá a assembleia geral que aprovar, decidir sobre os destinos dos bens sociais.

ART. 29º A assembleia geral, mediante proposta da diretoria, decidirá sobre normas complementares a estes estatutos e regimentos internos.

ART. 30º- Os presentes estatutos, aprovados em assembleia geral, realizada no dia 15 de junho de 1986, entram em vigor nesta data, a título precário, e, em caráter definitivo, após o seu registro no / cartório de títulos e documentos.

76666

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO ASSOCIAÇÃO DE
CAMPESES E PRODUTORES DA FAZENDINHA AOS 15 DIAS DO MÊS DE JUNHO
DO ANO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS, À RUA DA CONQUISTA,
BAIRRO FAZENDINHA, DISTRITO DE QUEIMADOS,
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
COM INÍCIO ÀS 18.00 HORAS, REUNIRAM-SE AS PESSOAS ABAIXO ASSINADAS,
ATENDENDO À CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL COM VISTAS A DELIBE-
RAR SOBRE A FUNDAÇÃO DO MUTIRÃO DE A.C.P.F.,
APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E ELEIÇÃO DA DIRETORIA - POR ACLAMAÇÃO FOI
APROVADO O NOME DO COMPANHEIRO José Anastácio Rodrigues
PARA DIRIGIR OS TRABALHOS NESTA ASSEMBLÉIA - EM SEGUIDA FOI FRANQUEA
DA A PALAVRA AO PLENÁRIO PARA QUE SE MANIFESTASSE SOBRE O ASSUNTO EM
PAUTA - NA OPORTUNIDADE FOI DESTACADA POR TODOS OS ORADORES A IMPOR-
TÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO - EM SEGUIDA FOI LIDO DISCUTIDO E APROVADO POR
UNANIMIDADE A PROPOSTA DE ESTATUTOS - FORAM ENTÃO APRESENTADAS PRO-
POSTAS DE NOMES PARA COMPOREM A DIRETORIA, FICANDO AO FINAL APROVADA
POR CONSENSO A SEGUINTE CHAPA QUE, POR ACLAMAÇÃO FOI ELEITA E ENCERRADA:

PRESIDENTE: José Anastácio Rodrigues
VICE-PRESIDENTE: Evangelista de Almeida
SECRETÁRIO: Ednito Mendonça
PRIMEIRO SECRETÁRIO: Domingos Gonçalves
TESOUREIRO: João da Silva
PRIMEIRO TESOUREIRO: Valter Pinheiro
DIRETOR SOCIAL E DO CULTIVO: ^{A Cultura} João da Silva
CONSELHO FISCAL: Gulherme de Almeida
Reinaldo de Almeida

PROJETO

1 - Localização:

Regional Fazendinha - Muitirão de Campo Alegre.

Distrito de Queimados - Nova Iguaçu RJ

2 - Responsáveis:

José Anastácio Rodrigues

José Plo Neri

Euclides Delphino da Silva

3 - Objetivo

3.1 - Diversificar a agricultura de Campo Alegre, a fim de que, com o maior nº de espécie vegetais, seja possível montar um sistema próprio de comercialização que rompa o círculo vicioso atravessadores/CEASA.

3.2 - Promover a fixação do homem à terra através do incremento de culturas mais rentáveis.

4 - Meta

Implantação de lha de horta comercial, com as seguintes espécie: alface, chicória, repolho, couve, salsa, cebolinha, comentro, cenoura e beterraba.

5 - Justificativa

Como sabido, a regional Fazendinha, assim como todo o Mutirão de Campo Alegre do qual faz parte, é área de posse conquistada por trabalhadores rurais sem terra através de ocupação organizada de terras griladas, há mais de dois anos.

Como toda ocupação feita por trabalhadores rurais sem terra, o começo é difícil: não só há problemas em torno da resistência na terra, como por exemplo enfrentamentos com os grileiros, tenat tentativas de despejo, coações, lavouras destruídas pelo gado do pretense proprietário, como também o camponês começa a encarnar todos os problemas do pequeno produtor rural no que se refere a crédito, produção e comercialização, só que em grau muitíssimo maior devido ao seu estado de pobreza ou até mesmo, em alguns casos, de grande miséria.

Assim sendo, as primeiras safras das ocupações costumam ser pequenas e pouco diversificadas, pois devido ao seu baixo poder aquisitivo e à luta ainda travada pela resistência e consolidação da conquista da terra (acampamentos, passeatas, comissões, reuniões, etc..), o camponês limita-se a algumas espécies rústicas, que não exijam irrigação, adubação pesada e nem excesso de tratos culturais, tais como aipim, batata doce, abóbora, milho, arroz, feijão, que, além do mais, são culturas de subsistência e que vêm atender ao seu problema mais imediato : a fome.

Com o tempo e a consolidação da conquista, porém, as atenções se voltam para a necessidade de implantar culturas mais rentáveis e adequadas a pequenas extensões de terra (em Campo Alegre os sítios têm 3 ha) próximas a centros urbanos, que garantam não só a subsistência do camponês mas também o retorno suficiente para que ele obtenha melhores condições de vida: trocar o barraco de sapê e estuque por uma casa de tijolos, mandar os filhos para a escola, cuidar da saúde,

manilhar e tampar o poço, comprar roupa e sapato, etc. . Sente-se na pele , também nessa fase, a atuação nefasta do atravessador que paga uma miséria pelos produtos cultivados com tanta sacrifício, fazendo com que a situação do camponês mude muito pouco, e comprometendo a própria fixação do homem à terra muitas vezes empurrando-o a buscar biscates na cidade para tornar sua renda aos menos suportável.

A necessidade de romper a dependência do atravessador leva a pensar em formas alternativas de comercialização, batalha mais árdua e ponto chave para a sobrevivência do camponês. Os camponeses de Campo Alegre estão buscando essas formas, lutando para criar e consolidar um espaço físico próprio em ponto estratégico onde possa comercializar sua produção no atacado e no varejo, e também entrando em contato com as diversas associações de moradores e suas federações para fornecer cestas.

No entanto, isto torna-se inviável sem uma maior diversificação de culturas. Impossível pensar em comercialização em grande escala e fornecimento de cestas somente produzindo quiabo, alpin e batata-doce.

Assim, decidiu-se partir para a cultura de hortaliças em complemento às tradicionais, cultura esta de grande rendimento por área, bom retorno financeiro e imprescindível para a comercialização alternativa.

6 - Condução da Horta

A horta será trabalhada coletivamente de forma direta por 20 pessoas , e ocasionalmente este número poderá ser aumentado em tempo de acúmulo de tarefas, como transplantes, colheita, embalagens, etc. .

Com isto pensa-se em afirmar o trabalho coletivo como sendo a alternativa mais viável para os camponeses. Além do mais, a horta servirá como estímulo e polo irradiador de conhecimentos para todos os camponeses de Campo Alegre, visto a cultura de hortaliças exigir maior grau de conhecimentos que as demais culturas. Para isto serão organizadas pequenas "excursões" internas para que o maior número possível de camponeses possa visitar a horta coletiva. Com a renda por ela gerada poderão ser viabilizadas outras hortas coletivas.

Os participantes da horta coletiva contarão com a assessoria técnica e organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .

7 - Necessidades de Investimento.

Constatada ser a cultura de hortaliças a alternativa mais viável para a fixação do camponês em pequenas terras próximas a grandes centros, surge um problema: esta cultura é também exigente em grandes investimentos iniciais. Além do custeio de praxe em torno de sementes, adubos e calcário , há a necessidade de irrigação, construção de um pequeno galpão para o trabalho pós-colheita e aquisição de um micro trator, investimentos estes que durarão por diversas safras.

Em termos de fornecimento de água para irrigação, surge outro problema : os grileiros, com sua visão capitalista selvagem do uso da terra, desmataram

toda a área de forma que não há nenhuma nascente d'água com vazão suficiente para a irrigação da horta. O rio próximo à área, o rio dos Poços, apresenta alto grau de poluição de origem fecal (cerca de 12.512 NMP/100 ml). além de altos padrões de fenóis, cromo e chumbo, causados por dejetos do distrito industrial contíguo, segundo análise feita pela FEEMA. Isto torna inviável a água do rio dos Poços para irrigação e consumo, tornando-se necessária a abertura de um poço artesiano.

8 - Nº de beneficiários e área

Diretos: 20 famílias

Indiretos: todos os camponeses de Campo Alegre

Área: 1 ha.

9 - Orçamento:

9.1 - Investimento

Calcarão (2 toneladas)	R\$ 800.000
Construção de Galpão	R\$ 20.000.000
Abertura de poço artesiano	R\$ 90.000.000
Irrigação (bomba, canos e aspersores)	R\$ 30.000.000
Micro trator	R\$ 50.000.000
SUB TOTAL	R\$ 190.800.000

9.2 - Custeio: vide tabela anexa.

SUB TOTAL	R\$ 8.885.000
-----------	---------------

9.3 - RESERVA TÉCNICA

R\$ 20.000.000

9.4 - TOTAL

R\$ 219.685.000

equivalente a 2.361 CRTN ou 17,60 dólares

10 - Forma de pagamento

Os camponeses da Fazendinha estão dispostos a discutir com a entidade financiadora uma forma de amortização deste empréstimo adequada à sua situação econômica e social.

Campo Alegre, 7 de fevereiro de 1986.

JOSÉ ANASTÁCIO RODRIGUES

GERALDES DELPHINO DA SILVA

JOSÉ PIO NERI

C U L T U R A S												
OPERACÖES	ALF.CHIC.		CÖQUE		REPOLHO		METEER.CENOURA		SAL.COEN.CEBOL.		TOTAL	
	quant.	@1.000	quant.	@1.000	quant.	@1.000	quant.	@1.000	quant.	@1.000	quant.	@1.000
Preparo de Solo	4,2	22336	1,4	112	1,4	112	2,8	224	4,2	336	14	1.120
Aração e Gradagem(h/tr)												
Formação Sementeiras/ viveiros(d/H)	0,6	-	0,6	-	0,2	-	-	-	-	-	1,4	-
Formação Canteiros(d/H)	12	-	-	-	-	-	8	-	12	-	36	-
Coveamento (d/H)	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-	8	-
Aquisição de Sementes	150 g	40	-	-	30g	70	1 kgkg	200	1,5kg	250	-	560
Abertura de Sulcos(d/H)	-	-	-	-	-	-	2	-	1,5	-	2,5	-
Semeadura Direta (d/H)	-	-	-	-	-	-	1,5	-	2	-	3,5	-
Semead. em sementeira(d/H)	0,3	-	-	-	0,1	-	-	-	-	-	0,4	-
enviveiramento(d/H)	-	-	0,5	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-
aquisição de muda(ud)	-	-	2.200	220	-	-	-	-	-	-	2.200	220
irrigação sement.váv.(d/H)	0,9	-	0,3	-	0,3	-	-	-	-	-	1,5	-
desbaste (d/H)	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	5	-
transplante(d/H)	4,5	-	1,5	-	1,5	-	-	-	-	-	7,5	-
tratos culturais (d/H)	6	-	12	-	4	-	6	-	9	-	37	-
preparação cobertura morta (d/H)	6	-	4	-	3	-	4	-	6	-	23	-
Esterco de galinha (t)	4,5	900	1,5	300	1,5	300	3	600	4,5	900	15	3.000
Farinha de ossos (kg)	-	-	50	50	50	50	100	100	150	150	350	350
adubação foliar(l)	-	-	2	90	1	45	-	-	-	-	3	135
colheita (d/H)	4	-	20	-	4	-	8	-	20	-	56	-
classif./embalagem (d/H)	2	-	10	-	2	-	4	-	10	-	28	-
caixaria(ud)	300	1.500	-	-	-	-	200	1.000	-	-	500	2.500
redes plásticas (ud)	-	-	-	-	100	1.000	-	-	-	-	100	1.000
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.885

Obs. : cada espécie ocupará 0,1 ha , com excessão de alface que ocupará 0,2 ha .



BELTEC TANGUÁ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

DVMP-025/86

Itaboraí, 4 de fevereiro de 1986.

À

COLETIVO DA FAZENDINHA A/C MARIA DA CONCEIÇÃO
Parque Industrial
NOVA IGUAÇÚ - RJ

Prezados Senhores,

REF.: PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Atendendo a sua gentil consulta, temos a satisfação de oferecer à V. Sas., o produto abaixo mencionado de nossa linha de representação:

ITEM QUANT. E S P E C I F I C A Ç Ã O

VALOR

01	01	Conjunto de irrigação composto por: Válvulas, Niples, Braçadeiras, luvas Mangotes, Bomba, Polia, Corraias, Base, Motor, Buchas, Registros, Ad- ptador, Tubos, Derivações, Cap Ma- cho, Redução, Curvas de 90º, etc.....	R\$ 80.126.000
----	----	--	----------------

(Oitenta Milhões, Cento e Vinte e Seis Mil Cruzeiros)

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

Condição de Pagamento:

À combinar

Prazo de Entrega:

20 a 30 após confirmação

Validade de Preços:

Atuais, podendo sofrer reajuste de acordo com resolução do fabricante.

Sem mais para o momento, ficaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, firmamos-nos,

Atenciosamente.

Beltec Tanguá Implementos Agrícolas Ltda.

Norberto Batista Neves
Gerente de Vendas

cjs
c/anaxos.

MATRIZ: Rodovia BR-101 km 44 — Tanguá

Fones: 734 0052 e 734 0277 — Telex: (021) 32210 BIAL-BR

Endereço Telegráfico: BELTEC

CEP 24 800

Cidade: Itaboraí Est.: Rio de Janeiro

FILIAL: Rua Saldanha Marinho, 218

Telefones: 719 3926 - 719 0270

CEP: 24 030

Niterói - RJ

REVENDEDOR AUTORIZADO: Massey Ferguson — Yanmar



Plantando dá... Vamos Mecanizar...





BELTEC TANGUÁ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

DADOS TÉCNICOS SIMPLIFICADOS PARA ANTE-PROJETO DE IRRIGAÇÃO

Interessado: **COLETIVO DA FAZENDINHA A/C DE MARIA DA CONCEIÇÃO**.....
Nome da Propriedade:Fone: **751-0516**.....
Endereço: **PARQUE INDUSTRIAL**.....C. Postal.....
Cidade: **NOVA IGUAÇU**.....Estado: **RJ**.....
CEP:CGC nº.....Insc. Estadual.....

- 1) Área a ser irrigada (hectare) **2**.....
2) Espécie de cultura: **Folhosas**.....Altura das plantas **0,5**.....
3) Tipo de solo: arenoso () areno-argiloso (x) argiloso ()
argilo arenoso ()
4) Tipo de água: boa (x) condicionada () não recomendada ()
5) Horas de funcionamento por dia: **DE ACORDO COM NECESSIDADE**.....
6) Desnível entre a água e local da bomba **3**.....mts.
7) Maior altura da área a ser irrigada em relação a bomba **2**.....
.....mts.
8) Quantidade de água disponível: **SUFICIENTE**.....m³/hora.
Capacidade.....
9) Acionamento da moto-bomba: (elétrico; diesel) Voltagem:.....
10) Planta da área. Usar verso da folha para croquis.
Indicar ponto mais alto, ponto de captação, estrada etc...

MATRIZ: Rodovia BR-101 km. 44 — Tanguá
Endereço Telegráfico: BELTEC —
FILIAL: Rua Saldanha Marinho, 218

Fones: 734 0052 e 734 0277 — Telex: (021) 32210 BIAL-BR
CEP 24 800 — Cidade: Itaboraí Est.: Rio de Janeiro
Telefones: 719 3926 CEP: 24 030 Niterói - RJ

REVENDEDOR AUTORIZADO: Massey Ferguson — Yanmar



Plantando da Vamos Modernizar





BELTEC TANGUÁ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.



REVENDEDORES AUTORIZADOS: MASSEY FERGUSON, YANMAR

SEDE

Rod. Br - 101 Km 44 - Tanguá
Fones: 734-0052 e 734-0277
Telex: 021-32210 - BIAL-BR
End. Telefônico: BELTEC
CEP: 24.800

ESCRITÓRIO DE VENDAS:

Av. Amaral Peixoto, 207/814
Telefone: 719-3926
CEP: 24.020
NITERÓI - RJ

FIXA TÉCNICA - SISTEMA SEMI-FIXO.

IDENTIFICAÇÃO:

Proprietário: DIVERSOS

Propriedade.: COLETIVO DA FAZENDINHA

Local: NOVA IGUAÇU = Cultura FOLHOSAS

PROPRIEDADES FÍSICAS DO SOLO

Textura - mm/h
Infiltr. básica mm/h
Densidade aparente g/cm³
Capacidade de campo %
Ponto de murcha %

NECESSIDADE DE IRRIGAÇÃO

Lam. liq. mensal 120 mm/mês
Lam. liq. diária 4 mm/dia
Turno 1 dias
Lam. liq. p/turno 4 mm
Eficiência de Irr. 80 %
Lam. bruta p/turno 05 mm

ASPERSOR SAMOTO

Modelo AJ 25 P2 - SAGRA

Pres. de Serviço 30 mca

Espaçamento 12 x 18

DEB. VAZÃO 2,57 m³/h

Anel do bocal 5,2 x 3,2

Ø Molhado 33

Precipitação 11,89 m

Tempo de operação.

Tempo p/posição = L. Bruta 5 = 0,42 h
Precipitação. 11,89

Posições de Irrigação.

1 xh.p/dia 8 =

erva p/ eventualidades.

po disponível.

o total de posições = $\frac{\text{Tempo disponível}}{\text{Tempo p/posição}}$ =

8 h

3,38 h

4,62 h

11 pos

PROJETO

1 - Local :

Regional da Fazendinha - Mutirão de Campo Alegre - Nova Iguaçu RJ

2 - Responsáveis:

José Anastácio Rodrigues
Euclides Delphino da Silva
Geraldino Fernandes
José Pio Neri

3 - Objetivo:

Preparo de solo para fins agrícolas .

4 - Meta :

Aquisição de um trator de marca MASSEY- FERGUNSON modelo 265, um arado de três discos e uma grade de 24 discos de 18 polegadas.

5 - Justificativas :

A regional da Fazendinha, assim como todo o Mutirão de Campo Alegre, é área conquistada por trabalhadores rurais sem terra há cerca de uma ano e meio. Sujeitos ativos de seu próprio processo de assentamento, desde o início procuraram organizar-se para sobreviver e resistir na terra. Dessa forma surgiram as roças coletivas, os mutirões, as reuniões quinzenais dos camponeses organizados em diversas regionais, a composição de um Conselho Diretor, etc. . Com isto as conquistas foram se sucedendo: em 1984 conseguiram que o governo estadual financiasse o aluguel de tratores particulares para o preparo de solo, e em 1985 obtiveram o empréstimo de tratores de propriedade do governo estadual. Ambas as medidas governamentais, no entanto, não foram bem sucedidas: em 1984, a verba / foi liberada apenas em finais de novembro, em plena época de chuvas, período absolutamente inadequado para o preparo de solo e coincidindo praticamente com a época em que se deveria iniciar a primeira colheita. Em 1985 os tratores começaram a funcionar em meados de setembro, época em que o serviço de preparo de solo já deveria estar terminado e as lavouras já semeadas. Quando completarão o / serviço, já será novembro, o que acarretará em perda de uma safra de milho, feijão e arroz.

Em suas reuniões, os camponeses da Fazendinha chegaram à conclusão de que não poderiam continuar tendo prejuízos e perdas de safra, comprometendo a própria fixação na terra duramente conquistada, devido à sua dependência de fatores externos para a execução de um serviço básico e primordial como o preparo de solo. Unanimemente, optaram por buscar recursos para aquisição de um trator próprio.

6 - Uso do Trator

O trator será de uso coletivo. Para o seu funcionamento já estão treinados

três camponeses da própria Fazendinha como tratoristas, e outros ainda o serão. Os camponeses beneficiados pagarão uma pequena taxa que servirá para formar um fundo de reserva, a fim de cobrir despesas de manutenção, combustível, óleo lubrificante, graxas, etc. . A administração ficará a cargo dos próprios camponeses, com assessoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

7 - Nº de Beneficiários

47 (Quarenta e sete) famílias.

8 - Área Beneficiada

47 sítios familiares = 141 ha
1 sítio coletivo = 14 ha
Total = 155 ha

9 - Orçamento:

Especificação	valor em R\$	valor em ORTN	valor em \$(dólar)
Um trator Massey - Ferguson mod. 265	102.857.000	1.765	13.095
um arado de 3 discos	7.127.000	123	908
uma grade de 24 discos de 18 polegadas	7.058.000	121	899
TOTAIS	117.042.000	2.009	14.902

10- Forma de Pagamento:

Os camponeses da Fazendinha estão dispostos a discutir com a entidade financiadora uma forma de amortização deste empréstimo adequada à sua situação econômica e social.

Campê Alegre, 28 de outubro de 1985.

JOSÉ ANASTÁCIO RODRIGUES

GERALDINO FERNANDES

EUCLIDES DELPHINO DA SILVA

JOSÉ PIO NERI

1	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	(g) MAXIKE	(g) JILÓ	PIMENTA	BERING.	ABÓBORA	SALSA	CEBOLINHA	CENDURA	ABRÃO	REPOLHO	MELANCIA CALSARI	CHICÓRIA	ISCA FORMICIDA	CALCÁRIO	Total
1	Adilson Pereira	MG	1976								10	10	10			10	10	10			*****10	01	05	102.600
2	ADONIS CORREIA DO NASCIMENTO	MT		3	1	3	3																	120.000
3	Adotivo Marinho da Silva	TN	467	4	2	-																		120.000
4	Aguiñaldo Miguel da Hora	CH	1043	4	2	3	5	4	1	50 150g	10 25	10				10	10	10					20	23.672
5	Alcides José Gonçalves	MT	86	2	1	10	10		104		10g	10		100g	10g	20g	10g	10g			10g			216.830
6	Alexandre Louate	CH	1703			-																		7930
7	Almiro Galone de Lima	TN	309	5	2	15	30			100	100	100					100		100			02	90	252.20
8	Aloísio Gomes de Souza	TN	783	7	3	-																		200.000
9	Alvaro José Sebastião Romano	CH	454	4	2	-	3		1			50					50					01		144.200
10	Anecia Rodrigues Batalha	CN	1030	3	1		4		0,5	100	10	10	10	100		20	10			10		01		13.559
11	Angelino Borges Rodrigues	TN	377	5	3					10	150	200		500		10	10			10				107.690
12	Antônia Conceição dos Santos	TN	1065							100	50	100		100								01		9.492
13	Antônio Benjamin da Silva	CH	513	9	3	10	15	5	0,5	200	50	50		100									20	203.880
14	Antônio Carlos Forniga	MT	472	5	3		10	30	0,5	200	50	50		100					100			01		27.460
15	Antônio da Rocha Brito	CH	397						2,5			30										01	30	400.35
16	Antônio de Souza	MU	20	3	2	10			3															136.100
17	Antônio Edvaldo da Silva	BR	292							10	10	10	10		10	10				10				3811
18	Antônio Gaudard Filho	MT	1586							100				500										120.000
19	Antônio Hermínio Batista	CH	510	3,5	1,5																			323.110
20	Antônio José dos Santos	FZ	851	4	2																			100.000
21																								120.000

2 NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FELSAO	ARROZ	QUIABO	MAXIKE	JILÓ	PIMENTÃO	BERIN- JICA	ABÓB- ÇA	SALSA	CEBOL- LIMPA	CEBOL- RA	AGUÃO	REPOLHO	MELAN- CIA	CHICÓRIA	ISCA FORNEIDA	CALCÁRIO	
X ANTONIO MANOEL SOA- RES	MU	77	5	3	-	10																PAGE 17	187.000
X ANTONIO OSCAR DE SOUZA	MT	236	2	1	6		5															10	108.000
ANTONIO PEREIRA DA SILVA	TN	1079	3	1	-																		80.000
ANTONIO VENANCIO DA SILVA	FZ	641			-	1,4		1															12.480
ANUARTE FERREIRA	CP	1152	4	2	5			0,5	100														95.850
X ARI BONFIM	MU	23	4	2	-		10	6	300												01		210.300
ARISTIDES BARRETO	TN	582	3	2	3	3	20		150													10	186.850
X ARISTIDES JOAQUIM DE OLIVEIRA	MT	402	8	4	5	5		2	100												01	20	344.300
ARMANDO GENUINO DA ROCHA	MT	119			-			4															14.800
ARMANDO DA SILVA	TN	3368						10															87.000
ARMIDEZEN JOSE DAS NEVES	TN	388	2	1	2			100	70														68.500
ARNALDO PEREIRA TAVARES	FZ	1184	6	3				100													01		9.100
X ARQUIMEDES MARTINS ALVES	CP	1196	3	1	-	5		0,5													1	15	128.850
AUGUSTINHO TOMAZ	AC	375	7	3	5			250					250								01		
X Adão Teixeira de Costa	MU	609	-	-	10	15																10	84.500
X Alberto de Silva	MU	31	-	-	-	3		0,2		10	10	10	10		10	10				10			113.559
Américo Pereira de Oliveira	MT	1628	-	-	-	10															01		29.600
X Antônio Flor Azene	CP	2106	-	-	-	10															01		29.600
Antônio Vichi Antb. SO	BR	2254	-	-	-	3																	7.100
X Agn. Jos. Soares	CP	1351	-	-	-	5		50	100	10					10	10	10						23.672
Adauto Pereira dos Santos	CP	1190	-	-	-					10	50	50			50	50	50	50		50			20.779

[illegible]

4	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO FELTÃO	ARROZ	QUIADO	MAXIME	TILO	PIMENTÃO	CEBOLHA	ALHO	SALSA	CEBOLHA VERDE	CEBOLHA BRANCA	AGRIÃO	REPOLHO	MELANCIA	CHICÓRIA	ISCA FORMICIDA	CALCÁRIO	
09	DANIEL FRITZ DA SILVA	MT	180					5												*****/			PAGE 19
10	DANIEL JULIA D. CARVALHO SILVA	CH	1676																				87.500
11	DANIEL CARVALHO SILVA	CH	344	3	2	10		0,75	250	50											01	20	68.000
12	DAVID MARQUES PEREIRA	BR	867	7	3						100											20	242.335
13	DELSON FERNANDES DIAS	CP	1963																				216.800
14	DEMIVAL DE SA	MT	56				30														01		2.600*
15	DIONÍSIO ALVES DE OLIVEIRA	CH	597	6,5	3,5	28		0,55	50	50													48.000
16	DORGIVAL FERREIRA DOS ANJOS	CH	580	4	2	4		0,5	50		50											01	367.630
17	Demival Soares dos Reis	CH	2821							10	10	10	10	10	10							01	138.200
18	Domingos Joaquim de S.	MP	2566							10	10	10	10	10	10							02	* pagar + tarde 76.921
19	Dominico Cardoso dos Santos	MP	2315							10	10	10	10	10	10							01	53.400*
20	Demival Julio Silva	CH	1698																			01	20
21																						20.	68.000
22																							
23																							
24																							
25																							
26																							
27																							
28																							
29																							
30																							
31																							
32																							
33																							
34																							
35																							
36																							
37																							
38																							
39																							
40																							
41																							
42																							
43																							
44																							
45																							
46																							
47																							
48																							
49																							
50																							
51																							
52																							
53																							
54																							
55																							
56																							
57																							
58																							
59																							
60																							

5	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIÇÃO	ARROZ	QUIABO	MAXIRE	JILÓ	PIMENTA	BERINJE	ABÓBORA	SALSA	CABOTA	CEMOVA	AGRIÃO	REPOLCHO	MELANCIA	CHILCÓRIA	ISCA FUMIDA	CALCÁRIO	PAGE 14
X	EDGAR SOARES MAGALHÃES	CH	676	4	2	01			1	50	30	40	40	100									20	212.074
	EDMAR VALÉRIO DE ARAÚJO	TN	464	3	1																			
	EDSON NEVES	BR	708	4	2																			
	ELIAS LUCIANO DOS SANTOS	CP	1578	5	2																	01		2600 ? Arado e Grade
X	ELIESER GUEDES Elio (mulato)	MT	174	3	2		3			150				100										121.250
X	ELSON SILVA	MT	40	3	1	5	5	3	0,5	250				150								01		152.900
	ERASTO DE CARVALHO	CH	438						0,5	200														17.350
X	EROTILDES GOMES DE OLIVEIRA	CH	477	7	3	6			1	100	50	100	50									01		236.695
X	EUCLIDES DELPHINO DA SILVA	FZ	426	4	2	20	20		3					200									20	296.900
	EUNICÉSIO MACHADO	BR	511	6	5				6	250													20	356.450 calcário 28.450
	EUSÉBIO VIDAL DE NEGREIROS	TN	1934			6			200													01	20	78.340
	EZEQUIEL D. DOS SANTOS	CP	496																			04		2.600
	Edson Noboru Ohara		100																			20		68.000
X	Elio Martins de Oliveira	CP	2156				5		10	10		10	100		10						10			88.669
X	Emami Emília Barbosa	MU	659				4															30		112.800
X	Espeolito Eufúisio	MT	1913				5																	13.500
	Eradio Mariano da Silva		2026								10	10	10	50	10	10	10	10			10			15.821
	Espeolito Gonçalves (confuso nome)	CP	2256																			01		2600
	Ephraim Alves	BR	1845						10		10	10	10	100		10					10		20	82.709

6	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	MAXIRE	JILÓ	PIRIN- TÃO	BERIN- JELA	ABU- BOZA	SALSA	CEBOLHA LIMPA	CEBOLHA CRUA	AGUIN- HO	REPO- LHO	MELAN- DIA	CHICO- RIA	ISCA FORMICA	CALCÁRIO	
09	FANOEL ESTEVES	CH	640	4	2	10		10	0,5	250	50	100	100							*****/		01	PAGE 15	diunide de 2 59 credit
10	FELICIANO LOUREN- ÇO ALVES	CN	345	3	2				4,5					100						00		06		137.850
11	FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA	BR	724	5	2	1	15		8	150	50	200								00		05		316.210
12	FRANCISCO DAS CHA- GAS SOUZA COSTA	TN	269	4	2	1			0,25	250				250						250		07		157.925
13	FRANCISCO DE ASSIS MENDES	MU	18	2	3		6	50	0,25	100			50							00		01	20	
14	FRANCISCO DE PAU- LA MARANHÃO	CN				6	25	50	2	50										500		03		181.950
15	FRANCISCO FIGUEIRA RIBEIRO	CP	286			5		5																
16	FRANCISCO NANDOLF	CA	550	3	1			5														02		
17	FRANCISCO PEDRO XAVIER	AC	239	4	2	30																		
18	FRANCISCO VIEIRA CÉZAR	BR	378	8	2	6	8	1,5	5,5	100	10	50											20	
19	Francisco Ângelo de Oliveira		2281							10	10				10	10					10			* pag 5964 +



PCA DA BANDEIRA

RUA SILVA JARDIM, L. 5 Q. 74

0007

LUIZ ALBERTO Z. FERREIRA

BAIRRO

ENDERECO

NÚMERO

NOME

PAG: 05

DATA: 22/05/84

==

P T

== RELACAO DE FILIADOS

[illegible]

8	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	MAXIAR	TIJO	PIMENTAS	BERINJELA	ALGODO-RA	SALSA	CEBOLHA	CEBOLHA	AGRIÃO	REPOLHO	MELANCIA	CHILÓCIN	ISCA FOCILINA	CALCÃO	Total
	HELENO BRAZ DE FRANÇA	MT	187			10	15		0,5	0,1	10	10	10	100			10			***	***		PAGE 16	
	HENRIQUE CHERNI-CHARO	MT	43						5											00				
	HERMÍNIO DIAS SANTOS	CH	616	5	3															00				
	HEZEQUIAS DA COSTA SOARES	TN	646	4	2	1			1,5	100										00			10	174.550
	HIDELBRANDO MOREIRA NOVAES	CP	2001	3	2				0,5											00				
	HORACIO GARCIA	MT	79				20		0,3		100									00				
	HUGO LAUREANO DE ANDRADE	BR	617	15		3			7	300	10		10	250	10	10		10		100	10			310.000
	ILDA ALMEIDA FERREIRA	FZ	1139						1		20	50		100						100				17.884
	ILVA DE OLIVEIRA MAIA	TN	1087	4	2															200				
	INACIO IMPERIANO DA COSTA	CP	1396			5	10													300		01		
	INOCÊNCIO GENOIO DE LIMA	MT	50	2,5	1,5		10	20												500		01		
	IRACY DA SILVA	CH	1009	4	2	3					50									300	3g.			
	Ismail de Aguiar	FZ	76				3		0,5											200				
	IRIDICE DA PENHA MONTEIRO	MT	2322																	100		01		2.600*
	ILTON REZA		2529																	100		01		2.600*

9	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEISÃO	ARROZ	QUINBO	MAXIRE	JIG	PIM.	BERIN.	ABÓBORA	SALSA	CEDIM	CEVONA	AGRIAS	REPO	MELAN	CHICÓRIA	ISCA	CALCÁRIO
09	JOÃO FLORENTINO DA SILVA	CP	1867	3	2	-														*****/			PAGE 9
10	JOÃO GENEIRINO DA SILVA	MU	65	2	1	3	4	10	1											00			
11	JOÃO INÁCIO DE SOUZA	CP	1424	3	2	5														00			15
12	JOÃO MONTEIRO DE OLIVEIRA	MA	1427	4	2	-														00			156.000
13	JOÃO NELSON PEREIRA	MT	33			2			5	500	50									00			
14	JOÃO SILVA	MT	39	3.5	2.5	15	20	20	2.25	100				150						00		03	8
15	JOÃO TEIXEIRA	BR	418	10	7	5	12		2	100				200						00		01	
16	JOAQUIM SOARES DA SILVA	MT		3	2	-														00			100.000
17	JONAIR GOMES DOS SANTOS	CH	1354	6	3	30			1	150										00			10
18	JONAS LIARTE DA CRUZ	MA	868	4	2	-														00			?
19	JORGE CARLOS DE OLIVEIRA	CP	1577			5			1	50			50							00			120.000
20	JORGE FELIZARDO	MT	32	6	4	-			3.2											00		01	10
21	JORGE HENRIQUE DA SILVA	HU	1264	3	1	12.5			0.5					200						00			
22	JORGE LUIZ GOMES	CN	274	4	2	-														00			?
23	JORGE TOMÉ DE SOUZA	MT	233	12	3	15		20	1	250	10	10		10	10	10	10		00	10		20	
24	JOSE ADÃO DA MOTA	MT	149	3	2	5	7		3					100	10	60				00			
25	JOSE ADELINO	AC	1946	4	2	6	8		0.6	50			50							00		01	
26	JOSE AFONSO RODRIGUES	MT	216	4	2	-														00			
27	JOSE ANASTACIO RODRIGUES	TV	003	8	4	15	15													00			
28	JOSE ANDRÉ	MT	89	6	3	10														00			

$$9h = 180.000 + 10.000 + 17.000 = 207.000$$

IO	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADG	MILHO	FEIJÃO 2.700	AKROZ	QUIABO	MAXIRE	TILO	PIMENTA	DE- KINS	ABÓBORA	SALSA	CEBOLHA LITRO	CENOURA	AGUARD	REPOLHO	MELÃO 010	CHICÓRIA	ISCA FOFICIDA	CALCÁRIO		
X	JOSE BATISTA	MT	1619	7	3	15	50	10		100	150	150	100	250		100	100		100	*****/	100	02		295.35	
	JOSE CHAVES NUNES	CH	2013	4	2																			120.000	
	JOSE CORREIA DA SILVA	TN	241	6	2			10	0,3					200											
	JOSE ENÉIAS FILHO	CP	1409	7	3	5																			
X	JOSE FERNANDES DA SILVA	CP	1370			5			1	5	10	10	10	250	10		10		10		10	02			
	JOSE FRANCISCO	MU	188	7	3																	01		202.600	
	JOSE GONZAGA DE SANTANA	MU	75	5	3																			360.000	
	JOSE HERMÍNIO DE CALDA	TN	251	6	2																			360.000	
	JOSE HONORATO DA SILVA	MU	266	3	3																			120.000	
X	JOSE JACOME	CN	895	4	2	10	15	30		500		10			1	10					10	01	30	338.10	
X	JOSE LADISLAU DOS SANTOS	AC	512	3	1				0,5															84.350	
	JOSE MACHADO DE SOUZA	MT	151	4	1		15																	140.300	
X	JOSE MARIA DA SIL- VA FERNANDES	CH	69	8	4	4	15		0,7	250		50		250								01	20	240.000	
	JOSE MATIAS NETO JOSE MOREIRA da Silva - 2542 - Manoel Valente	CP	1368	6	3																			180.000	
	JOSE NICODEMOS DE OLIVEIRA	CP	571	5	2	2		10	1	200	20	50										1	01	20	2600
X	JOSE NUNES DA MATA	CN	74	4	2	11								350										131.000	
X	JOSE OLAVO DE CAMPOS	MT	258			5			2			200											10	72.400	
	JOSE OSCAR DE SOUZA	MT	234	4	3																			140.000	
X	JOSE PATRÍCIO JR.	AC	516	2	1	5	3															01	06	96.100	
X	JOSE PEREIRA DE SOUZA	MU	95	5	3	10	5			100												01	10	220.100	

Maneja asse pluvios!

Maneja

11	NONE	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIRITO	MAXIRE	JICO	PIMENTÃO	BERINGELA	ABÓBORA	SALSA	CEBOLHA	CENOURA	AGRIÃO	REPOLHO	ME-LANCIA	CHICÓRIA	ISCA FORMICA	CALCÁRIO	Total	
1	PL/I OPTIMIZING COMPILER																								
2	JOSE PIO NERY	FZ	38	6	4	10			4					10										245.240	
3	JOSE R. DOS SANTOS	FZ	1516			5	2		1	70				150										30.250	
4	JOSE RODRIGUES NOGUEIRA	AC	653						4													04		37.400	
5	JOSE SABINO DA GRAÇA	MU AC	1341	3	1																			80.000	
6	JOSE VICENTE RIBEIRO	MT	156	2	1	5		5	15	100				100									05	113.715	
7	JOSIAS PINHEIRO DA SILVEIRA	MU AC	671	4	2						20														
8	JULIO CESAR PACHECO	CN	642			6			0,5													04	05	33.450	
9	JURACI DOS SANTOS BEZERRA	FZ	1279				6K	4	0,5	300g	50			500										23.960	
10	JURANDI DA SILVA NUNES	CH	1011			15	15		0,5	100	90			300								04			
11	JUVENIL PRADO DA SILVA	MU	968	4	2		5		0,5	100				100									05		
12	JUVERCINO DE PAULA FERNANDES	MT	88	4	2	10	4	5	2													04			
13	JOSÉ DA SILVA Bastos	CP	04				15																	40.500	
14	Jorge Carvalho	MU	2015				15		0,2		10	10			10	10		10			10	02			
15	Jose Abreu	MU	1951			1	20		0,5		100	100										02			
16	Jose Alves	MU	365				5		0,5																
17	Jose Francisco Alves		101																				20		
18	Jose Julio da Silva	CN	493				3															04		10.700	
19	Jose Lopes Sobrinho	CP	114				4										50					04			
20	JOSE RAIMUNDO PEREIRA DÍMIZ								0,5															4.350	
21	Joedy Julio da Silva	BR	2226						0,2		10	10		200											

12	NONE	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FELTÃO	ARROZ	QUINHO	MAXING	JILÓ	PIMENTÃO	DEIN- SOLA	ARRODO- RA	SALSA	CERDO- LIVHA	CENOU- RA	AGRIAS	REPO- LHO	MELAN- CIA	CHICO- KIA	ISLA FORMICIDA	CALCÁRIO
1	LEBERATO LOURENÇO DE OLIVEIRA	CH	384	4	2				1		75											01	PAGE 12 20
2	LEONARDO NOGUEIRA DE FERIAS	CH	2004			5	4														00	01	01
3	LEVI LUIZ FERREIRA	MT	1006						2,5												00		
4	LUIZ PAULO NETTO	CH	1399	2	1	5	2		0,1	150				400							00	01	12
5	Leopoldo da Silva	MP	2430																		00	01	*
6	Limobano Vieira Figue	CH	1344																		00	01	2.600
7																					00		2.600
8																					00		
9																					00		
10																					00		
11																					00		
12																					00		
13																					00		
14																					00		
15																					00		
16																					00		
17																					00		
18																					00		
19																					00		
20																					00		
21																					00		
22																					00		
23																					00		
24																					00		
25																					00		
26																					00		
27																					00		
28																					00		
29																					00		
30																					00		
31																					00		
32																					00		
33																					00		
34																					00		
35																					00		
36																					00		
37																					00		
38																					00		
39																					00		
40																					00		
41																					00		
42																					00		
43																					00		
44																					00		
45																					00		
46																					00		
47																					00		
48																					00		
49																					00		
50																					00		
51																					00		
52																					00		
53																					00		
54																					00		
55																					00		
56																					00		
57																					00		
58																					00		
59																					00		
60																					00		

13	NOME	RG	Nº	ARROZ	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	MAXIPE	JIKÓ	PIRÉN- TAS	BERIN- JELA	MADU- RA	SALSA	CEBOL- NHA	GENOU- RA	AGRIÃO	REP- LHO	MELAN- CIA	CHILO- KIA	ISCA FOX- MICIDA	CALCÁRIO
1	PL/I OPTIMIZING COMP	LER	1	1	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2	MANOEL BARBOSA SILVA	MT	230	6	2	20	13			200												02	
3	MANOEL BENEDITO DOS SANTOS	CH	533	4	2	-						00034300								00			120.000
4	MANOEL CÍCERO DE OLIVEIRA	AC	297	7	3	22	135	20	0,5			00034400								00			25
5	MANOEL HACEDO	SAESIO11										00034500								00			
6	MANOEL DOMINGOS	AC	254	4	2	6	7	10	1	30	10	10	30	140		50	10		10	00	50	01	
7	MANOEL FIRMINO RODRIGUES	FZ	1118	7	3															00			200.000
8	MANOEL GERALDO DE SOUZA	MU	78	4	2	5														00			7,85 em 125000
9	MANOEL OUVREY	MT	224	7	3															00			140.000
10	MANOEL PARENTE	MU	146	8	-		5		0,2											00			15300
11	MANOEL HELO DA PENHA	CH	686			4		8	2											00			100.000
12	MANOEL PIO DA CUNHA	CH	705			4		2	0,5	100										00			40
13	MARCELINO MARTINS LOPES	CH	2082						0,5											00			05
14	MÁRCIA MARIA RAMOS	CH	1008	4	1															00			10
15	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SIQUEIRA	CH	2050	6	2															01			335581
16	MARIA DOMINGUES DE SANTANA	CH	528	5	3	5		1	2											01			20
17	MARIA PAULA DE JESUS	BR	887	4	2	2			1											01			102600
18	MARINHO DA COSTA	AC	401			5	8	10	0,5	50	50	50	100							01			70600 + horas de frotas
19	MAXIMILIANO VIEIRA DA SILVA	FZ	219					20												01			30.600
20	MILTON CARDOSO	TN	411	4	1	5		5	0,5														134.350
21	Manoel de Hora de Jesus						15																40.500

14	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHIO	FEIÇÃO	AIROZ	QUIADO	MAIKE	JILÓ	PIMEN	BERIV	ABÓBO-	SACSA	CEBO	CENOU-	AGK106	REPO	MELANI	EMHIO	ISCA	CALCULAD
1	PL/I OPTIMIZING COMPILER			1																			
2	NOEL CLEMENTE	CH	66	5					0,5													01	306.950
3	NUMBER LEV NT																						
4																							
5																							
6																							
7																							
8																							
9																							
10	327400	1	0																				
11																							
12																							
13	327600	2	0																				
14																							
15																							
16																							
17	327800	2	0																				
18																							
19																							
20	327900	2	0																				
21																							
22																							
23																							
24																							
25																							
26																							
27																							
28																							
29																							
30																							
31																							
32																							
33																							
34																							
35	ORLANDO CONCEIÇÃO																						
36	ORLANDO CONCEIÇÃO	AC	60	4	2		10																
37	DOS REIS																						
38	OSVALDO EUGÊNIO	CN	277			4			0,25														
39	GONÇALVES																						
40	OSVALDO PINTO DE	FZ	1173	4	2																		
41	OLIVEIRA																						
42	Oscar Gomes dos	BR	68				15																
43	Reis																						
44	Ozorio Cardoso da																						
45	Silve																						
46	Oliveira de Souza	MU	2596																				
47	Monteiro																						
48																							
49																							
50																							
51																							
52																							
53																							
54																							
55																							
56																							
57																							
58																							
59																							
60																							

15 NOME	RG	Nº	AKADO	GRADE	MILHO	FEIJO	ARROZ	QUIADO	MAXIME	JILÓ	PI- MILHO	BE- KINJE- CA	MOJO- KA	SALSA	CEBO- LINHA	CENOU- CA	AGUIA	REP- LHO	MELAN- CIA	CHU- RIA	ISCA FORMICID	CALÇA- RÃO
PAULO BATISTA DE ALMEIDA	MA	1750	7	3	\$			0,25														
PAULO CÉSAR DA SIL- VA LOPES	TN	1904	3	1	\$7	2		0,25	100				100									15
PAULO MOREIRA DA SILVA	CP	357	6																			20. 188000
PAULO PEDRO	CP	1200	7		10	5	10	0,5		20												20
PAULO RIBEIRO	CN	453	5	2	5																01	22
PEDRO DA SILVA BARBOSA	MT	113				\$5	3		50				50								01	
PORFÍRIO JOSÉ GODOY	CH	675			4			0,25													01	
PRETIS ALVES DE SOUZA	TN	786	7	3				1	100													20 283-200
Pedro Paulo dos Santos	CP	1975				5															01	16100
Pedro da Condição		2989							10	10	10	10	100			10				10		
Pedro Olímpio de Araújo		2756							10	10	10		100									
Paulo Sérgio Toledo	HU	3100 91100									10					10						

16	NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIRITO	MAXIPE	JICO	PIRETO	BEKIN JELA	ALBISORA	SABSA	CERBO-LINHA	CEVOVINA	AGRIÃO	REPO-LHO	MELAV-CIA	CHICÓ-RIA	ISCA FORMICIDA	CALCÁRIO
1	REINALDO MARAGOLI	MT	484	3	1													PAGE 23					
2	NUMBER LEV NT																						
3	RINALDO MARIA DA SILVA	CH	2201	4	1								00036400										80.000
4	ROLDÃO DOS SANTOS	CH	660	7	3																		80.000
5	ROSALVO DE JESUS BISPO	CH	2026			10	5		1	200				500(?)									100.000
6	RUI DIAS DA SILVA	TN	27	3	2				6	300	100				150	150							200.000
7	RAIMUNDO DE APUERIDE GOMES DE SILO		2767								10		10				10	10					
8																							
9																							
10																							
11																							
12																							
13																							
14																							
15																							
16																							
17																							
18																							
19																							
20																							
21																							
22																							
23																							
24																							
25																							
26																							
27																							
28																							
29																							
30																							
31																							
32																							
33																							
34																							
35																							
36																							
37																							
38																							
39																							
40																							
41																							
42																							
43																							
44																							
45																							
46																							
47																							
48																							
49																							
50																							
51																							
52																							
53																							
54																							
55																							
56																							
57																							
58																							
59																							
60																							



17	NOME	RG	Nº	ALCADO	GRADO	FILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	MAXIRG	JILÓ	PIMENTÃO	DE LIT. JEU	ARROZ DOA	SALSA	CEBOLHA	CENOURA	AGRIÃO	REPO. LMO	MELANCIA	CHIE. IRIA	ISCA FORMIGÃO	CALCÃO	
1	PL/1 OPTIMIZING COMPLET	CH	1116	25	1,5																			
2	SAMUEL ESTEVÃO DOS	CH	1116	25	1,5																			5h-100.000
3	SANTOS LEV. NT	CH	1116	25	1,5																			2,5h-50.000
4	SEBASTIÃO ANDRÉ	MU	45	4	2	5					20	20	10			10	10		10	150		01		
5	558900 2 2	MU	45	4	2	5					20	20	10			10	10		10	150		01		
6	559000 3 2	MU	45	4	2	5					20	20	10			10	10		10	150		01		
7	SEBASTIÃO AUGUSTO	AC	1303	2	2	3	3	2		150														
8	LUIZ DO NASCIMENTO	AC	1303	2	2	3	3	2		150														
9	559300 2 2	AC	1303	2	2	3	3	2		150														
10	SEBASTIÃO BARBOSA	FZ	745	7	3	20			12															
11	DE ALMEIDA	FZ	745	7	3	20			12															
12	559500 2 0	FZ	745	7	3	20			12															
13	SEBASTIÃO DA COSTA	CH	548	4	2	20	3	5	06	50							10					01	40	240.000
14	BORGES	CH	548	4	2	20	3	5	06	50							10					01	40	240.000
15	SEBASTIÃO GENOVES	AC	667	2	1				4															
16	TAVARES	AC	667	2	1				4															
17	SEBASTIÃO GONÇALVES	MT	71	4	2	5																01	10	94.800
18	SEBASTIÃO GUILHERME	FZ	878	3	2																			
19	DA SILVA	FZ	878	3	2																			
20	SEBASTIÃO JOAQUIM	TN		3	2																			
21	MACHADO	TN		3	2																			
22	SEBASTIÃO LEOPOLDINO	CH	1300	6	2	3		3														01		170.400
23	DA SILVA	CH	1300	6	2	3		3														01		170.400
24	SEBASTIÃO SILVA	MT	37	3	1	5	5	6														01		100.000
25	SEVERINO APOLÔNIO	AC	443																			01		100.000
26	VIEIRA	AC	443																			01		100.000
27	SEVERINO JOSÉ DA	MT	52			5	18		385	500												01	20	2600
28	SILVA	MT	52			5	18		385	500												01	20	2600
29	SEVERINO JOSÉ DA	MT	116	6	2	6	30		1	200												01		
30	SILVA	MT	116	6	2	6	30		1	200												01		
31	SILVANO GINO	MA	128	4	2																			
32	SINÉSIO SANTOS NO-	MT	57	3	3	6																		
33	LINA	MT	57	3	3	6																		
34	SEBASTIÃO INACIO	OR	379				15		0,5		50													
35	SIDI MUI PEIXE	MP	515																			01		2600*
36	DA SILVA	MP	515																			01		2600*
37	SAMUEL DE OLIVEIRA	TN	2304																					
38		TN	2304																					

18 NOME	RG	Nº	ARADO	GRADE	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	QUIABO	(g) MAXI KG	JILO	(g) PIMENTÃO	BERM JELO	(Kg) ABÓBOIÇA	SALSA	CEBO LINHA	GENJUBA	AGRI-FO	REPO-LHO	MECANCIA	CHICÓRIA	ISCA FORNIDIA	CALCÁRIO	Total
TARCÍSIO ALVES FERREIRA	MT	235	3	1																****/	PAGE 8		80.000
TEÓFILO ALVIM	CH	400						0,5												00			43.50*
THEREZA DE ALMEIDA CABRAL	FZ	1224	3	1	5		20	1	70		125		0,1							10			
Te Teuzinha Botis- te Nascimento	CN	2258				15														20			40.500
Teuzinha Antônio Pereira	CP	3041								10	10					10	10			30			
VALDECI PINHEIRO	AC	899	3	2	2	5		2		100										40	01		
VALDIR PIMENTEL	MA	1388	4	2					100							10				50		06	
VICENTE VARELLO FEU-PE	CH	694																		60	01		2600*
VALDEMAR LEONARDO DA SILVA	MU	118				4				50						20				70			
Valdir Vesse	MU	63				15		0,5	150				150			150				80			
Vitorino Rodrigues dos Santos	MP	2535							20	10	10		100		10		10			90	10		
WALDECIR DA CRUZ DOS SANTOS	CH	661	3	2																00			60.000
WALDEMAR SOARES DOS SANTOS	MU	1608	10	3																00	02		100.000
WALDEMIR VIEIRA DE SOUZA	MU	91						1	100	10	10	10	200	10		10				00	10	01	
WALMÍZIO MARCELINO DOS SANTOS	TN	2090					5	0,5												00		01	
WILSON PINTO MONTEIRO	BR	1611	7	3				1,5												00	01		215.650

"INTRODUÇÃO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA NA
FAZENDA CAMPO ALEGRE"



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRJ

Rio de Janeiro
agosto/1985

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE - SECPLAN

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador: LEONEL BRIZOLA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ESTADO

Secretário: FERNANDO LOPES DE ALMEIDA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ESTADO

Subsecretário: TEODORO BUARQUE DE HOLLANDA

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE - SECPLAN

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO - SPES

Superintendente: Economista Paulo Bastos Cezar

COORDENADORIA DE PROGRAMAS ECONÔMICOS - CPE

Coordenadora: Economista Helena Orenstein de Almeida

EQUIPE TÉCNICA

Médica Veterinária

. Elinê Mochel de Menezes

Sociólogo

. Francisco Teixeira Borges

Engenheiro Agrônomo

. Victor Novick

Economista

. Olavo Arinelli Braga

Colaboração

. Associação Brasileira de Criadores de Cabras - CAPRILEITE

Engenheiro José Vianna Assis

AGRADECIMENTOS:

Aos criadores de cabra Humberto da Costa Ferreira e Evaldo Brandão respectivamente das regiões de Rezende e Maricã pela gentileza e dedicação com que nos prestaram importantes esclarecimentos sobre a caprinocultura leiteira no Estado do Rio de Janeiro.

À Célia Ravera, pelo seu incentivo à inserção de trabalho desta natureza no assentamento rural de Campo Alegre.

INTRODUÇÃO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA NA FAZENDA CAMPO ALEGRE

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO

2 - JUSTIFICATIVA

3 - AÇÕES GOVERNAMENTAIS

4 - O PROJETO DA FAZENDA CAMPO ALEGRE

4.1 - Operacionalização

4.2 - Especificações Técnicas

- Manejo do Reprodutor
- Manejo da Cabra
- Instalações
- Assistência Técnica

4.3 - Ações

4.4 - Coordenação do Projeto

5 - ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS

INTRODUÇÃO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA NA FAZENDA CAMPO ALEGRE

1 - INTRODUÇÃO

A crise econômica por que vem passando o país nos últimos anos, tem levado uma considerável parcela da população ao desemprego e a queda do poder aquisitivo, agravando os problemas sociais.

Por outro lado, a existência de extensas e ociosas terras localizadas na periferia de grandes centros urbanos, o custo de vida elevado e o êxodo rural são fatores que indicam o caminho do desenvolvimento agropecuário como saída evidente. Indiscutivelmente, o adequado aproveitamento de áreas rurais representam solução comprovadamente eficaz para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ciente destes fatos e visando uma alternativa social para a grave crise de produção de alimentos, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deverá ter o importante papel de fomentar a agropecuária fluminense, e, particularmente a caprinocultura leiteira, tendo em vista suas grandes perspectivas em nosso meio físico e social.

2 - JUSTIFICATIVAS

O Estado do Rio de Janeiro apresenta condições propícias a implementação de programa governamental voltado para a expansão da caprinocultura leiteira pelas seguintes razões:

1) constitui-se no segundo mercado consumidor do país, abrigando grandes contingentes de população de baixa renda, em sua maioria formada por emigrantes das regiões Norte/Nordeste do Brasil, culturalmente familiarizadas com a pecuária caprina, e que poderão encontrar no pequeno criatório de cabras a fonte de leite para lactentes e nutrízes;

2) por abrigar pequena parcela de população de alto poder econômico e ainda ser o maior centro de recepção de fluxos turísticos do Brasil, consome considerável volume de queijos importados de cabra, que, segundo Viana de Assis (1983) do total importado até 1975, cerca de 35% foram comercializados no Rio de Janeiro;

3) a estrutura fundiária do Rio de Janeiro caracteriza-se por minifúndios de baixa produtividade que poderão ser recuperados economicamente com a implantação do criatório de cabras leiteiras por ser esta atividade rentável, exigir pequenas áreas (aproximadamente 10 a 15 cabeças/ha), aproveitando integralmente sub-produtos agrícolas e agroindustriais, ser de fácil manejo e baixo custo unitário;

4) numa etapa posterior, o Estado do Rio poderá se tornar exportador de queijos finos de leite de cabra e ainda de reprodutores e matrizes para diversos mercados mundiais. Convém ainda ressaltar que o leite de cabra "in natura" é mercado em franca expansão, principalmente para tratamentos pediátrico e geriátrico, e, por não possuir legislação específica e tabelamento de preços, pode alcançar cifras superiores a 400% em relação ao preço do leite de vaca.

3 - AÇÕES GOVERNAMENTAIS

A atuação do Governo estadual no incentivo da caprinocultura leiteira no Estado do Rio de Janeiro se fará a partir das seguintes atuações:

- O projeto da Fazenda Campo Alegre e o Programa de Desenvolvimento da caprinocultura - PRODECAPRI.

Projeto Campo Alegre

A Fazenda Campo Alegre, situada no distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, foi declarada área de utilidade pública para fins de desapropriação dos seus 3.500 ha em 20 de junho de 1984, quando se iniciou o processo de assentamento de produtores rurais sem terra. Após o decreto, os lavradores constituíram a Associação "Mutirão de Campo Alegre".

A participação do Estado efetivou-se através da aplicação de recursos da ordem de 60 milhões, destinados a construção de postos de saúde, escolas e escritório local de assistência técnica e extensão rural.

Desta forma, a implantação do projeto de criação de cabras leiteiras em Campo Alegre, viria complementar a ação do Governo neste local.

Para este fim, foram liberados recursos de 20 milhões de cruzeiros para aquisição de:

- cerca de 30 cabras com pelo menos 1/2 (meio) grau de sangue leiteiro, de preferência adquiridas em criatórios sediados no Estado do Rio de Janeiro, com idade mínima de 7 (sete) meses de idade e pelo menos 30 (trinta) kg de peso-vivo, e, se possível, enxertadas, em bom estado sanitário, sem defeito desclassificatório da espécie, e com idade máxima de 2 (dois) anos;

- 2 (dois) reprodutores puros de origem importada (POI) de

preferência da raça parda alpina com cerca de 90 (noventa) dias de idade, a serem recriados pelo Projeto;

- 200 (duzentos) kg de ração balanceada para recria dos reprodutores e aquisição de pequeno estoque de produtos veterinários básicos para manutenção do plantel (vermífugos, desinfetantes, antibióticos, etc.);

- e, finalmente, realizar obras de adaptação das instalações para os reprodutores.

Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura - PRODECAPRI

O PRODECAPRI visa estimular a caprinocultura leiteira do Rio de Janeiro através de dois subprogramas: o subprograma de natureza social que contempla a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda através da implantação de dez núcleos criadores de cabras leiteiras em áreas carentes do Estado e o subprograma empresarial que se propõe a atrair a iniciativa privada para esta atividade.

Este programa foi instituído pelo Decreto nº 8.284 de 29/7/85 que criou uma Comissão Executiva constituída por representantes das Secretarias de Estado de Governo, de Planejamento e Controle e de Agricultura e Abastecimento, vinculada a esta última e contando ainda com representante do BANERJ.

4 - O PROJETO DA FAZENDA CAMPO ALEGRE

4.1 - Operacionalização

As cabras e os reprodutores serão entregues, mediante contrato de comodato, à associação "Mutirão de Campo Alegre", e esta por sua vez repassará os animais aos colonos previamente selecionados pela associação (considerando fatores como: nível de filhos lactentes, renda familiar, experiências e gosto no criatório de caprinos, existências de abrigo para os animais, existência de forragens nativas na propriedade, etc.).

Cada beneficiário ficará como fiel depositário do animal, me diante contrato firmado entre o colono e o Mutirão, sendo que os casos de morte, desaparecimento, e outros devem ser devidamente justificados sob pena de pagamento do valor do animal em torno ao equivalente a 6 ORTN's.

O animal recebido em comodato ou parceria será por cláusula contratual pago com outra fêmea, filha da que foi entregue, tendo a filhota pelo menos 30 kg de peso vivo aos 7-10 meses de idade, sendo esta entregue pelo "Mutirão" em igualdade de condições a outro novo criador interessado.

De outro lado, nenhum colono poderá vender qualquer fêmea (mesmo lhe pertencendo) fruto do rebanho inicial, a não ser depois de ultrapassada sua capacidade de suporte, que será definida pela coordenação do projeto. Assim, se em uma determinada gleba a coördenação do projeto de finir (considerando as demais atividades agropecuárias do colono) que ele sô poderá manter até 5 cabras-matrizes, sô a partir da sexta ele poderá vender as fêmeas excedentes, dando preferência ao "Mutirão" e outros colonos estabelecidos em Campo Alegre.

Contudo os colonos beneficiários do projeto poderão vender ou comercializar livremente:

- os filhotes machos, devendo estes serem descartados do rebanho no máximo com 90 (noventa) dias de idade, sendo ideal vendê-los aos 30 a 45 dias como "cabritos de leite" para abate; e
- o leite excedente e seus derivados (queijos, ricotas, etc.).

- Instalações

O bezerreiro já existente será adaptado para "Posto de Monta", fazendo-se divisões internas em madeiras para os reprodutores e adaptando-se as frentes do bezerreiro sob a forma de canzil, em madeira (tipo "livre serviço", colocando-se, por fora, fixado ao canzil, manjedoura, cocho, bebedouros a nível constante em baldes), separando-se no cocho duas pequenas divisões para colocação de farinha de osso (ou fosfato bicálcio) e sal mineralizado.

No caso dos bebedouros a nível constante haverá junto às instalações uma pequena caixa d'água da Eternit (150 a 200 litros) para regular o nível de água dos bebedouros (estes poderão ser construídos a partir de funil de alumínio \pm 20 cm da boca já existente no mercado). As ligações entre a fonte d'água, caixas de regularização e bebedouros serão feitas por tubos de PVC de 1/2".

Cada colono beneficiário do projeto deve construir jaulas ou gaiolas com pelo menos 2 x 2 m, suspensas do solo \pm 60 a 80 cm, sendo o piso em ripas de madeira, e a cobertura em Eternit, sapê ou folhas de flandre e a vedação lateral com madeira ou folhas de flandre, utilizando material de construção próprio ou fornecido pelo projeto (resto de materiais ou materiais inservíveis de órgãos públicos). Estas jaulas ou gaiolas serão utilizadas para abrigar as fêmeas e os filhotes à noite e nos dias chuvosos. As jaulas ou gaiolas devem prever divisão interna para contenção, durante a noite, dos filhotes das cabras em lactação, a fim de que elas possam ser ordenhadas pela manhã, deixando naturalmente o leite necessário às crias.

- Assistência Técnica

Para êxito do projeto é indispensável assistência veterinária com treinamento simultâneo dos criadores e seus familiares.

Esta assistência veterinária (inclusive de remédios e defensivos será efetuada durante pelo menos um ano) deve correr por conta do projeto, bem como as vacinas, bernicidas, carrapaticidas, vermífugos, etc.

Durante pelo menos os primeiros doze meses de implantação do projeto um médico veterinário ou estudante do 8º-10º período do curso de Medicina Veterinária deverá efetuar uma reunião semanal com as famílias envolvidas no projeto, visando a inspeção sanitária dos animais, coleta de materiais para exames periódicos e ensinamento de práticas e técnicas de manejo, realizando inclusive treinamento sistemático dos colonos. Este médico veterinário (ou estudante estagiário) deve dispor de telefone de fácil contato para casos urgentes que afetem os animais como partos distócicos, intoxicações, doenças infecciosas, laudos sobre morte, etc., podendo ser auxiliado por técnico do escritório local da EMATER.

4.3 - Ações

O início imediato do projeto implica na tomada das seguintes ações:

- redução e/ou multiplicação da "Cartilha do Criador" em linguagem simples, com desenhos dos tipos das jaulas ou gaiolas, prevendo a expansão a ser construída pelos beneficiários e ainda contendo os princípios gerais de criação e manejo de caprinos;

- fornecimento ao "Mutirão" do desenho padrão da jaula ou gaiola e orientação do protótipo em propriedade de um dos beneficiados;

- levantar, junto a órgãos do Governo restos de materiais ou materiais de demolição (tábuas, madeirit, ripas, peças 8 x 8, caibors, telhas de Eternit, folhas de zinco, etc.);

- adaptação do bezerreiro existente em Campo Alegre, para manter os 2 (dois) reprodutores, assim como para o "banco de monta";

- redação das minutas de contrato a serem assinados com o "Mutirão" e deste com os beneficiários do projeto, quanto a recepção, manutenção e ressarcimento dos animais entregues;

- mobilização do médico-veterinário (ou estudante estagiário) que deve dar assistência técnica permanente ao projeto, efetuando seu treinamento (já existe contato com a Universidade Federal Fluminense e a Rural do Rio de Janeiro);

- seleção e aquisição das cabras matrizes que devem compor o rebanho inicial;
- seleção e aquisição de 2 (dois) machos reprodutores;
- transporte dos animais até o "Mutirão" e distribuição aos colonos com uma palestra de orientação no dia da entrega, feita pelo médico veterinário sobre os cuidados básicos para com os animais;
- aquisição de ração para os 2 (dois) reprodutores durante um período de 6 (seis) meses de consumo (1 kg/dia/cabeça);
- aquisição de estoque de produtos veterinários para os reprodu-tores e as cabras distribuídas aos colonos (bernicida, carrapaticida, vermífugos, antibióticos, seringas, etc.), sendo este estoque inicial correspon-dente as necessidades do plantel, por um período de aproximadamente 6 (seis) meses;
- providenciar com a diretoria do "Mutirão" a lista dos primeiros 30 colonos por ordem de prioridade.

4.4 - Coordenação do projeto

A coordenação do projeto caberá a um grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria de Estado de Planejamento, SIAGRO-Rio, EMATER-Rio, Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado de Justiça, Uni-versidade Federal Fluminense e da CAPRILEITE. A coordenação dos trabalhos do grupo caberá à Secretaria de Estado de Justiça, através da Comissão de Assuntos Fundiários, que deverá tomar as providências necessárias à implemen-tação do projeto.

4.5 - ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr\$) (agosto/85)
1. Investimento	
- adaptação de bezerreiro e construção de jaula-modelo	1.600.000
- aquisição de 2 reprodutores POI	4.000.000
- aquisição de 30 cabras-matrizes	12.000.000
SUBTOTAL	17.600.000
2. Custeio	
- 10 sacos de ração de 40 kg cada	400.000
- medicamentos veterinários	2.000.000
SUBTOTAL	2.400.000
TOTAL GERAL (1+2+3)	20.000.000

OBS.: Admitiu-se que o transporte dos animais e dos materiais de construção sejam feitos pelo caminhão do "Mutirão".



PODER EXECUTIVO

Contrato de Cooperação Técnica e Financeira que entre si firmam o Estado, através da Secretaria de Estado de Justiça e do Interior — SJU e a CAPRILEITE - Associação Brasileira dos Criadores de Cabras Leiteiras, visando à execução do Projeto de Caprinocultura de Leite.

Aos _____ dias do mês de _____ de 1985, no gabinete do Secretário de Estado de Justiça e do Interior do Estado do Rio de Janeiro, perante seu titular Dr. Vivaldo Vieira Barbosa e a CAPRILEITE - Associação Brasileira dos Criadores de Cabras Leiteiras, inscrita no CGC sob o nº _____ com sede e foro em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo seu Presidente José Vianna de Assis, firmam o presente Contrato dispensada a licitação com base na alínea "d", § 3º, do art. 21 do Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e em conformidade com as demais disposições legais aplicáveis à espécie, especialmente pelas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 287 de 04/12/79), pelo Regulamento do Título XI da referida lei (Decreto nº 3.149 de 28/04/80) e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - É objetivo do presente instrumento a execução de Projeto de Caprinocultura na Fazenda Campo Alegre, Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, a ser elaborado nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA SJU - São obrigações da SJU - Secretaria de Justiça e do Interior, através da Secretaria Executiva da Comissão de Assuntos Fundiários:



PODER EXECUTIVO

2.

- a) elaborar o Projeto de Caprinocultura de Campo Alegre, com a consultoria técnica da CAPRILEITE;
- b) fornecer os recursos necessários à execução do Projeto proposto;
- c) designar Coordenador para as providências da parte da SJU, concernentes à elaboração, execução e funcionamento do Projeto, trabalhando em conjunto com representantes da CAPRILEITE;
- d) promover reuniões prévias, com a presença de representantes da CAPRILEITE, com os colonos assentados no Projeto e com suas lideranças a fim de melhor explicitar as linhas básicas de operacionalidade do Projeto de Caprinocultura Leiteira na fazenda Campo Alegre;
- e) operar o Projeto através da Associação dos colonos (Mutirão de Campo Alegre);
- f) fornecer pelos menos um médico veterinário, ou estudante estagiário do último ano do curso de Medicina Veterinária para ser treinado pela CAPRILEITE e assistir tecnicamente à implantação do Projeto e o seu funcionamento durante pelo menos 3 anos, responsabilizando-se por tarefas como: visitas obrigatórias, pelo menos uma vez por semana à área para inspeção dos animais e orientação aos criadores; realizar exames parasitológicos, periódicos, dos animais; dar assistência clínica e realizar pequenas cirurgias, quando necessárias, em animais do rebanho; ensinar pequenas práticas veterinárias a nível de criador; ensinar princípio de manejo a todos os criadores; anotar e manter fichas de controle zootécnico de todo o rebanho; providenciar o registro genealógico dos animais; fiscalizar e avaliar técnica



PODER EXECUTIVO

3.

mente o funcionamento do Projeto, fornecendo relatório men
sal à Diretoria do Mutirão com cópia para o Coordenador
do Projeto; realizar outras tarefas técnicas especificadas
pela CAPRILEITE e/ou pelo Coordenador;

- g) fornecer diretamente ou mediante convênio com outros Ór
gãos Públicos facilidade para a realização gratuita ou ã
conta do Projeto de exames laboratoriais, cirurgias nece
sárias em animais do rebanho e outros serviços veteriná
rios que sejam exigidos, e não possam ser realizados a cam
po;
- h) mobilizar e fornecer, antes da distribuição dos animais,
materiais de construção, usados ou de demolições como tã
buas, ripas, caibros, telhas de amianto, folhas de zinco,
etc. para que os colonos possam construir abrigos para os
animais que receberem;
- i) garantir rações e produtos veterinários para os machos, pu
ros, reprodutores e também produtos veterinários durante o
período de implantação, a partir de 1986 para as fêmeas-ma
trizes distribuídas aos colonos;
- j) oferecer e garantir, em tempo hábil, todos as facilidades
técnicas, operacionais e administrativas solicitadas pela
CAPRILEITE e/ou pelo Coordenador e/ou pelo Veterinário e/ou
pelo Mutirão para o funcionamento adequado do Projeto;
- l) selecionar com o Mutirão os colonos que serão inicialmen
te beneficiados, conforme critérios previamente estabeleci
dos e, ainda o colono indicado pelo Mutirão que ficará res
ponsável pela guarda e manutenção dos machos reprodutores.



PODER EXECUTIVO

4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CAPRILEITE - São obrigações da CAPRILEITE:

- a) oferecer as diretrizes, iniciais, necessárias ao desenvolvimento da Caprinocultura de Leite em Campo Alegre, conforme Projeto da Comissão de Assuntos Fundiários;
- b) fornecer ao Projeto para serem distribuídos aos colonos do Mutirão de Campo Alegre:
 - 1 - até 35 (trinta e cinco) cabras de qualquer raça leiteira, com pelo menos 1/2 (meio) grau de sangue leiteiro, inclusive cabras "amambrinadas", preferencialmente adquiridas em criatórios sediados no Estado do Rio de Janeiro e que reúnam as seguintes condições complementares: pelo menos 7 (sete) meses de idade, com pelo menos 30 (trinta) kg de peso-vivo, e, se possível, enxetadas; bom estado sanitário, com desenvolvimento corporal correspondente a idade, sem qualquer defeito de classificatório na espécie caprina e com idade máxima de 2 (dois) anos;
 - 2 - dois (2) reprodutores, preferentemente, da raça parda alpina com cerca de 90 (noventa) dias de idade, a serem recriados pelo Projeto, podendo estes reprodutores ser entregues até o mês de setembro do corrente ano, ambos P.O.I., com registro de nascimento no Livro Fechado dos puros de origem, importados;
 - 3 - duzentos (200) kg de ração balanceada para recria dos reprodutores e pequeno estoque de vermífugos, defensivos, antibióticos e outros remédios de uso mais frequente para os reprodutores, tudo para uso previsto no exercício de 1985, devendo o Projeto providenciar as quantidades necessárias para os exercícios seguintes;



PODER EXECUTIVO

5.

- 4 - e, também, realizar as obras de adaptação do bezerreiro existente na propriedade para baias dos dois (2) reprodutores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os animais constantes dos itens, 1 e 2 da alínea b da Cláusula Segunda serão escolhidos e recebidos, após inspeção, por médico veterinário ou zootecnista indicado pela SJU.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A SJU providenciará dentro de 30 (trinta) dias de data de assinatura deste Contrato o local para guarda e/ou distribuição dos animais aos beneficiários, sendo que estes na oportunidade já deverão estar com os abrigos construídos para recebê-los.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Correrão à conta deste Contrato todas as despesas com viagem, hospedagem e diárias de técnicos da CAPRILEITE que por acaso tenham que ser mobilizados, por falta de técnicos indicados pelo Projeto, para cumprimento das obrigações assumidas pela CAPRILEITE no presente Contrato. Também serão levadas à conta do Contrato as despesas com transporte dos animais até a Fazenda Campo Alegre.

PARÁGRAFO QUARTO - Todos os entendimentos da CAPRILEITE na execução do presente Contrato far-se-ão através do Coordenador indicado pela SJU a quem caberá tomar todas as providências a cargo da SJU; aprovar o Plano de Aplicação apresentado pela CAPRILEITE; conferir e receber os serviços prestados; receber e encaminhar a prestação de contas aos órgãos competentes.

PARÁGRAFO QUINTO - Assim que publicado este Contrato, a CAPRILEITE apresentará, o "Plano de Aplicação" dos recursos previstos na Cláusula Quarta, para que o seu depósito seja efetuado em conta da CAPRILEITE no BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro.



PODER EXECUTIVO

6.

PARÁGRAFO SEXTO - As prestações de conta do presente Contrato far-se-ão através de comprovantes dos serviços prestados e do extrato da conta da CAPRILEITE no BANERJ, ficando a conta dos recursos do Contrato toda e qualquer incidência tributária sobre as operações consequentes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS - As despesas para execução do presente Contrato montam a 20 (vinte) milhões de cruzeiros a serem transferidos do FUNDES para a Comissão de Assuntos Fundiários a conta, conforme empenho nº

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura deste Contrato, os recursos serão depositados pela SJU na conta da CAPRILEITE no BANERJ.

CLÁUSULA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES - Os prazos para cumprimento das obrigações ora assumidas serão especificadas nos cronogramas constantes do projeto ou no "Plano de Aplicação".

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO - O prazo de validade do presente Contrato será de 6 (seis) meses podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas e/ou obrigações, neste Contrato pactuadas, poderá implicar na sua imediata rescisão, por denúncia da parte prejudicada, independentemente de interpelação judicial ou extra judicial, podendo também, mediante assentimento, das partes, ser modificado ou rescindido de comum acordo, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE - O Estado - SJU não se responsabiliza por indenização de qualquer natureza que, eventualmente, possa decorrer de atos ou fatos vinculados ao controle e à fiscalização da execução orçamentária e da administração financeira, nem por qualquer ônus ou obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, securitária ou tributária porventura decorrente da execução deste contrato.



PODER EXECUTIVO

7.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA - O Estado (SJU) providenciará, até o quinto dia útil seguinte ao de sua assinatura, o encaminhamento, de cópia autenticada do presente instrumento ao Tribunal de Contas e à Inspetoria Setorial de Finanças junto à Secretaria de Estado de Justiça e do Interior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO - O presente Contrato deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias, contado de sua assinatura, por conta do Estado, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato ou de sua execução, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem ajustado, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

VIVALDO VIEIRA BARBOSA

CAPRILEITE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS CRIADORES DE CABRAS LEITEIRAS

TESTEMUNHAS:

TERMO DE AJUSTE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
E FINANCEIRA QUE ENTRE SI FIRMAM O ES-
TADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTA-
DO DE JUSTIÇA E INTERIOR, E A CAPRI-
LEITE (OU ACERJ) VISANDO A EXECUÇÃO
DO PROJETO DE CAPRINOCULTURA DE LEITE.

Aos dias do mês de de 1985, no gabi-
ne do Secretário de Estado de Justiça e Interior do Estado do Rio
de Janeiro, perante seu titular Dr. Vivaldo ^{Vicari} Barbosa e a empresa
CAPRILEITE (ou a ACERJ), inscrita no CGC sob o nº
c sede

, neste ato representada por
firmam o presente Termo de Ajuste, em
conformidade com a legislação aplicável à espécie, e, especialmen-
te, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Públi-
ca do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 287, de 04.12.79) e pelo
Regulamento do Título XI da referida Lei (Decreto nº 3149, de
28.04.80) e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - (Do Objeto): É objetivo do presen-
te instrumento a execução do Projeto de Caprinocultura na Fazen-
da Campo Alegre, Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu.

CLÁUSULA SEGUNDA - (Constituem Obrigações das Partes):

I - Da SEJI através da Secretaria Executiva da Comis-
são de Assusntos Fundiários.

- a) Elaborar o Projeto de Capricultura de Campo Alegre.
- b) Fornecer os recursos necessários à execução do Projeto proposto, assim como acolher as faturas ^{com base no cronograma físico e financeiro} apresentadas e aprovadas.

II - Da CAPRILEITE ou ACERJ.

- a) Oferecer as condições necessárias para o de-
senvolvimento da Caprinocultura de leite em
Campo Alegre, de acordo com o projeto a

ser elaborado pela Comissão de Assuntos Fundiários e aprovado pelo Secretário de Estado de Justiça e Interior,

Farão parte integrante e essencial do Projeto:

- 1 - A aquisição de plantel de 40 cabras - leiteiras da raça Saanen ou Pardo Alemã, com grau de sangue variando entre $1/2$ e $3/4$ ~~Saanen ou Pardo Alemã~~ ^{das citadas raças}, em plenas condições sanitárias, devendo - ser da 2a. lactação em diante até um limite máximo da 4a. lactação.
- 2 - A entrega desses animais ao Mutirão de Campo Alegre deverá obedecer ao calendário:
 - 2.1 - As 20 primeiras cabras deverão estar enxertadas e com parição prevista para 15 de junho de 1985.
 - 2.2 - As 20 restantes deverão estar enxertadas e com parição prevista para 15 de novembro de 1985.
- 3 - Aquisição de ²um reprodutor^{es} da ^{ou pardo}raça Saanen, com idade superior a 18 meses e em perfeitas condições de cobertura.
- 4 - Reforma e adaptação das instalações já existentes em Campo Alegre para abrigar os animais (construção de um capril).
- 5 - Aquisição de uma motopíadeira de forragem.
- 6 - Aquisição de produtos veterinários básicos para manutenção do plantel (vermífugos, desinfetantes, antibióticos,

7 - Aquisição de equipamentos complementares (baldes, latões, cordas, etc).

b) Apresentar à Comissão de Assuntos Fundiários as faturas relativas aos serviços prestados, nas épocas previstas pelo Projeto em questão.

CLÁUSULA TERCEIRA - (Recursos Financeiros) - As despesas para a execução do presente Termo montam a 20 (vinte) milhões de cruzeiros a serem transferidos do FUNDES para a Comissão de Assuntos Fundiários e correrão à conta

CLÁUSULA QUARTA - (Cumprimento das Obrigações) - Os prazos para cumprimento das obrigações ora assumidas serão especificadas nos cronogramas constantes do projeto.

CLÁUSULA QUINTA - (Rescisão) - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas e/ou obrigações, neste Ajuste pactuadas, poderá implicar na sua imediata rescisão, por denúncia da parte prejudicada, independentemente de interpelação judicial ou extra judicial, podendo também, mediante assentimento das partes, ser modificado ou rescindido de comum acordo, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA (Prazo) - O prazo de validade do presente Ajuste será de , podendo ser prorrogado mediante acordo das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - (Da Fiscalização Financeira) - O Estado (SEJI) providenciará, até o quinto dia útil seguinte ao de sua assinatura, o encaminhamento de cópia autenticada do presente instrumento ao Tribunal de Contas e à Inspeção Setorial de Finanças na Secretaria de Estado de Justiça e Interior.

CLÁUSULA OITAVA - (Da Publicação) - O presente Ajuste deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, por conta do Estado, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

CLÁUSULA NONA - (Foro) - Fica eleito o Foro da cida
e do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda do
resente Termo ou de sua execução, renunciando as partes a
qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem ajustado, assinam as partes o
resente instrumento em 4 vias de igual teor e forma, na presen
a das testemunhas abaixo.

VIVALDO VIEIRA BARBOSA

Testemunhas:



NOME DO PROJETO: TIRANDO LEITE DA CABRA

OBJETIVO GERAL: Trata-se de um projeto de gestão comunitária da plantel caprino para população de baixa renda.

DESCRIÇÃO: Fornecimento inicial de plantel caprino, com matrizes enxertadas e adaptadas as condições sócio-econômicas e edafoclimáticas da região.

Ao fim de um ciclo reprodutivo os agricultores beneficiados devolverão as crias à comunidade, para multiplicação da experiência e maior abrangência do projeto.

LOCAL: Campo Alegre, situado no distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, local que já é alvo de ação do Governo do Estado através do processo de assentamento de produtores rurais sem terra. Este assentamento é iniciativa dos próprios trabalhadores que para isto se organizaram em uma associação reconhecida pelo Governo do Estado, que declarou a área ocupada de utilidade pública para fins de desapropriação. A participação do Estado efetivou-se através da aplicação de recursos da ordem de 60 milhões de cruzeiros, destinados a construção de postos de saúde, escolas e escritório local de assistência técnica e extensão rural. Dessa forma, a implantação do projeto de criação de cabras neste local viria complementar as ações do governo nesta área. Uma vez que a experiência fosse bem sucedida a idéia é expandi-la para outras comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro.

ETAPAS

- Etapa 1 - fornecimento do 1º plantel de cabras enxertadas.
- Etapa 2 - montagem de uma central de reprodução e de assistência técnica gerida pela própria comunidade com o apoio do Estado.
- Etapa 3 - beneficiamento dos subprodutos- leite, carne, couro, aparas.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

INVESTIMENTO NECESSÁRIO

	UNIDADE	QUANT.	PREÇO Cr\$		US\$
			Unitário	Total	
Etapa 1					
Cabras	1	50	400.000	20.000.000	4.000
Reprodutor	1	2	1.500.000	3.000.000	600
Form. Pastagens	ha	5	534.000	2.670.000	534
Cerca	-	-	-	-	-
. Achas de brauna ...	dz	40	240.000	9.600.000	1.920
. Arame farpado	rolo/400m	30	95.000	2.850.000	570
. Grampo	K	20	7.800	156.000	31,2
. Esticador	1	50	28.000	1.400.000	280
Bebedouros	m ²	10	100.000	1.000.000	200
Trato Sanitário	-	-	-	6.000.000	1.200
Construção Capril ...	-	-	-	4.000.000	800
SUBTOTAL				50.676.000	10.135,2
Etapa 2					
Construção Escritório	m ²	24	400.000	9.600.000	1.920
Construção do depôsi- to de ração	m ²	16	400.000	6.400.000	1.280
SUBTOTAL				16.000.000	3.200
Etapa 3					
Aquisição Toyota ...	1	1	40.000.000	40.000.000	8.000
Pasteurizador	1	1	2.000.000	2.000.000	400
SUBTOTAL				42.000.000	8.400
TOTAL GERAL				108.676.000	21.735,2

GLOSSÁRIO

Cabra - she goat; nanny-goat
Bode - be goat; buck-goat
Cabritinho - little kid; yearling goat
Cabrita - a little goat
Plantel - breeding stock
Caprino - Caprini; caprinic
Matrizes enxertadas - pregnant goat
desapropriação - expropriation; dispossession
produtor rural sem terra - rural work without land
assentamento - rural settling
arame farpado - barbed wire
ração - ration



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFPA

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL DO BAIRRO CAMPO ALEGRE
QUEIMADOS (2º Distrito do Município de Nova Iguaçu - RJ)

I - IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Data e Local de Nascimento:
3. Endereço:RE:
4. Sexo: () Masculino () Feminino
5. Estado Civil:
- () solteiro () casado () viúvo () separado
- () desquitado () divorciado
6. Tem filhos menores de 5 anos:
- () Sim () Não
7. Caso a resposta tenha sido SIM, especificar:
-
-
-
-
-
8. Ocupação Atual:
- () trabalha exclusivamente na terra
- () trabalha exclusivamente fora da terra
- () trabalha na terra e fora dela
- () não trabalha
- () outros - Especificar:
9. Religião:
- () católica () protestante () espírita () islâmica
- () budista () não tem () outras - Esp:

II - DADOS SÓCIO- ECONÔMICO-CULTURAIS

10. Número de pessoas residentes no mesmo endereço:
- () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais - Esp:

11. Número de cômodos do logradouro:

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ mais - Esp:

12. Tipo de construção (material utilizado):

☐ alvenaria ☐ madeira ☐ barro ☐ outros - Esp:

13. Tipo de cobertura (material utilizado):

☐ laje ☐ telha de barro ☐ telha de amianto
☐ sapê ☐ outros - Especificar:

14. Tipo de piso (material utilizado):

☐ terra ☐ cimento ☐ ladrilho ☐ madeira
☐ vulcapiso ☐ outros - Especificar:

15. Pureza da água utilizada para consumo:

☐ pluvial ☐ poço ☐ fluvial ☐ rede abastecedora

16. Tratamento da água utilizada para consumo:

☐ fervura ☐ filtração ☐ tratamento químico

17. Destino dos dejetos:

☐ esgoto ☐ fossa ☐ outros - Especificar:

18. Tipo de iluminação:

☐ gás ☐ vela ☐ querosene ☐ energia elétrica
☐ energia elétrica fornecida por gerador próprio
☐ energia elétrica fornecida por gerador coletivo
☐ não lança mão de nenhum tipo de iluminação artificial
☐ outros - Especificar:

19. Se a localização do logradouro é em rua pavimentada:

☐ Sim ☐ Não

20. Método de eliminação do lixo orgânico:

- ☐ queima ☐ recuperação como adubo através de tratamento
☐ recuperação como adubo sem nenhuma espécie de tratamento
☐ enterra

21. Caso o lixo orgânico seja recuperado como adubo através de algum processo de tratamento, especificar qual:

.....

22. Método de eliminação do lixo inorgânico:

- ☐ queima ☐ enterra ☐ joga no rio
☐ é atendido pelo serviço de limpeza pública ☐ outros - Esp:

23. Quais os eletrodomésticos que possui:

- ☐ rádio ☐ ap. de TV ☐ geladeira ☐ ferro de passar
☐ não possui nenhum ap. doméstico ☐ outros - Esp:

24. Caso possua fogão, o tipo de combustível utilizado:

- ☐ gás ☐ lenha ☐ carvão ☐ óleo ☐ querosene
☐ outros - Especificar:

25. De que forma adquiriu os eletrodomésticos que possui:

- ☐ sistema de crédito ☐ pagamento à vista ☐ sistema de troca
☐ ganhou de presente ☐ compra através de segunda ou outra mão

26. Se possui carro:

- ☐ Sim ☐ Não

27. Renda mensal familiar:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> menos que um salário mínimo regional | <input type="checkbox"/> 1 salário mínimo |
| <input type="checkbox"/> dois salários mínimos | <input type="checkbox"/> 3 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> acima de 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> não possui renda fixa |

28. Nível de alfabetização:

- ☐ não é alfabetizado ☐ é apenas alfabetizado
☐ lê e escreve com desembaraço ☐ 1º grau ☐ 2º grau
☐ 3º grau ☐ outro - Especificar:

29. Caso já tenha frequentado escola, identificar se as que frequentou se situam em Campo Alegre:

- ☐ Sim ☐ Não

30. Caso a resposta do item 29 tenha sido NÃO, identificar a localidade das escolas que frequentou:

- ☐ Queimados ☐ outro Distrito de NI ☐ na cidade de NI
☐ outro Município

31. Dos componentes da família:

- ☐ todos são alfabetizados ☐ ninguém é alfabetizado
☐ há alfabetizados e não alfabetizados

32. Participa de algum grupo de estudos dirigidos:

- ☐ Sim ☐ Não

33. Caso a resposta do item 32 tenha sido SIM, qual a frequência semanal à escola ou ao curso:

- ☐ 1 dia na semana ☐ 2 dias na semana ☐ 3 dias na semana
☐ 4 dias na semana ☐ 5 dias na semana ☐ mais

34. Caso ainda a resposta do item 32 tenha sido SIM, qual o tipo de instituição educacional:

- ☐ curso ☐ escola ☐ grupo independente
☐ outros - Especificar:

35. Caso ainda a resposta do item 32 tenha sido SIM, qual a localidade da escola ou curso que frequenta:

- ☐ Campo Alegre ☐ Queimados ☐ Cidade de NI
☐ outro Distrito ☐ outro Município

36. Gostaria de participar de algum curso ligado aos sistemas de agropecuária:
- ☐ Sim ☐ Não
37. Caso a resposta do item 36 tenha sido SIM, qual o período disponível:
- ☐ manhã ☐ tarde ☐ noite
38. Caso ainda a resposta do item 32 tenha sido SIM, qual a disponibilidade semanal:
- ☐ 1 dia na semana ☐ 2 dias na semana ☐ 3 dias na semana
☐ 4 dias na semana ☐ 5 dias na semana
☐ somente aos sábados ☐ somente aos domingos
☐ não tem dias disponíveis
39. Sempre morou em Campo Alegre:
- ☐ Sim ☐ Não
40. Caso a resposta do item 39 tenha sido NÃO, onde morava antes de vir para Campo Alegre:
- ☐ Distrito de Queimados ☐ outro Distrito de NI
☐ na Cidade de NI ☐ outro Município ☐ outro Estado
☐ outro país
41. Caso ainda a resposta do item 35 tenha sido NÃO, qual o tipo de região dos lugares que morou:
- ☐ rural ☐ urbana ☐ rural e urbana
42. Caso sempre tenha residido em região RURAL, que tipo de atividade exercia no campo:
- ☐ plantio ☐ colheita ☐ aragem ☐ embalagem
☐ transporte ☐ comercialização ☐ controle de animais
☐ alimentação de animais ☐ outras - Esp:
43. O tipo de atividade exercida era em terras próprias:
- ☐ Sim ☐ Não

44. Caso a resposta do ítem 43 tenha sido NÃO, qual o tipo de remuneração adotado:
- () regime de partilha () assalariado () por produção
() Estadia () outros - Especificar:
45. Caso o entrevistado sempre tenha residido em região URBANA, qual a atividade que exercia na cidade:
- Especificar:
46. Em que regime trabalhista:
- () empregado assalariado () contrato de trabalho
() autônomo () outro - Especificar:
47. Caso exerça algum tipo de atividade profissional fora do campo, qual o regime da empresa:
- () industrial () comercial () outros - Esp:
48. Qual o regime de trabalho:
- () horário integral () horário parcial
49. Qual o nível contratual atual:
- () empregado legalizado (carteira assinada)
() empregado não legalizado (sem carteira assinada)
() prestação de serviços () autônomo
() outros - Especificar:
50. Quanto à propriedade:
- () própria ainda pagando () própria já acabou de pagar
() ocupada () alugada () arrendada () coletiva
() outras: Especificar:
51. Extensão da propriedade em ha.:
- () menos de 1 ha. () de 1 a 2 ha. () de 2 a 3 ha.
() mais de 3 ha. - Especificar:

52. Qual a extensão da área cultivada:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> menos de 1/3 do total | <input type="checkbox"/> mais de 1/3 do total |
| <input type="checkbox"/> mais de 2/3 do total | <input type="checkbox"/> toda a área está cultivada |
| <input type="checkbox"/> não cultiva a área | |

53. Com relação ao item 48, qual o modo de utilização da área:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> lavouras permanentes | <input type="checkbox"/> pastagens artificiais |
| <input type="checkbox"/> lavouras temporárias | <input type="checkbox"/> pastagens naturais |
| <input type="checkbox"/> terras incultas | <input type="checkbox"/> terras improdutivas |

54. Atividade predominante:

- | | | |
|---------------------------------------|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> agricultura | <input type="checkbox"/> agropecuária | <input type="checkbox"/> pecuária |
| <input type="checkbox"/> horticultura | <input type="checkbox"/> outros: Esp: | |

55. Executa algum tipo de atividade industrial na propriedade:

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

56. Caso a resposta do item 55 tenha sido SIM, qual o tipo de atividade:

.....

57. Utiliza algum método de irrigação:

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

58. Método de irrigação:

Especificar:

59. Tipo de adubo empregado na terra:

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> orgânico | <input type="checkbox"/> inorgânico | <input type="checkbox"/> não acostuma adubar a terra |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|

60. Em relação ao item 59, especificar o adubo empregado na terra:

.....

61. Caso utiliza o adubo orgânico, a produção é própria:

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

62. Em quais períodos aduba a terra:

☐ antes do plantio ☐ antes e durante o plantio

63. Quantas vezes já fez QUEIMADA:

☐ nunca fez ☐ 1 vez ☐ 2 vezes ☐ 3 vezes
☐ mais de 3 vezes

64. Pratica algum método de conservação do solo:

☐ Sim ☐ Não ☐ desconhece o que é

65. Caso a resposta do item 64 tenha sido SIM, especificar:

.....

66. Costuma fazer culturas intercaladas:

☐ Sim ☐ Não

67. No caso de cultura temporária, cultiva as mesmas plantas mais de uma vez no mesmo terreno:

☐ Sim ☐ Não

68. Tem o hábito de deixar áreas já cultivadas em repouso:

☐ Sim ☐ Não

69. Sua plantação costuma ser atacada por pragas:

☐ Sim ☐ Não

70. Caso a resposta do item 69 tenha sido SIM, completar este item:

	<u>tipo de plantação</u>	<u>tipo de praga</u>	<u>pesticida empregado</u>
1)
2)
3)

71. Já ouviu falar em AGROTÓXICOS:

☐ Sim ☐ Não

72. Na opinião do entrevistado, a ingestão de produtos tratados com agrotóxicos é, em relação à saúde:
- ☐ benéfica ☐ maléfica ☐ neutra
73. No caso de posuir alguma criação de animais, qual o tipo:
- ☐ bovinocultura ☐ suinocultura
☐ caprinocultura ☐ outros - Esp:
74. Com relação ao item 73, quantos animais possui:
-
75. Cria ou já criou abelhas:
- ☐ Sim ☐ Não
76. Caso a resposta do item 75 tenha sido SIM, qual o método utilizado:
- ☐ jataí ☐ uruçú ☐ Apis melifera
77. Qual o destino de sua produção:
- ☐ consumo da família ☐ comercialização
78. Caso a resposta do item 77 tenha sido COMERCIALIZAÇÃO, de que modo ela é feita:
- ☐ o intermediário compra no local ☐ leva ao intermediário
☐ o consumidor compra no local ☐ leva ao consumidor
79. No caso do transporte for feito pelo produtor, qual o veículo empregado:
- ☐ carro próprio ☐ carro coletivo (do Mutirão)
☐ ônibus ☐ carroça própria ☐ carroça coletiva
☐ outros - Especificar:
80. Das ferramentas indicadas abaixo, quais possui:
- ☐ enxada ☐ enxadão ☐ saccho ☐ pá comum
☐ pá de corte ☐ transplantador ☐ metro ☐ ancinho
☐ escarificador de duas mãos ☐ escarificador de uma mão
☐ tesoura de poda ☐ carrinho de mão

81. Tem ferramentas de marcenaria; especificar quais:

☐ Sim ☐ Não

.....
.....

82. Rendimento mensal com o trabalho da terra:

☐ menos de 1 salário mínimo ☐ entre 1 e 2 salários mínimos
☐ mais de 2 salários mínimos

83. Quantas pessoas trabalham em sua propriedade:

.....

84. São remuneradas em dinheiro:

☐ Sim ☐ Não

85. Quantas: Especificar: ;;;;.....

86. Qual a força predominante das empregadas no plantio:

☐ humana ☐ animal ☐ mecânica ☐ outros - Esp:
.....

87. Sabe trabalhar com madeira:

☐ Sim ☐ Não

88. Sabe costurar:

☐ Sim ☐ Não ☐ sim mas não tem máquina de costura

89. Caso tenha aparelho de TV, que tipo de programação mais gosta de assistir:

☐ noticiários ☐ novelas ☐ programas humorísticos
☐ programas musicais ☐ programação infantil ☐ filmes
☐ entrevistas e debates ☐ outros - Esp:

90. Qual canal mais gosta de assistir:

☐ 2 ☐ 4 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 9 ☐ 11

91. Caso tenha aparelho de rádio, qual o tipo de energia pela qual funciona:
- ☐ elétrica ☐ pilhas ☐ ambas, mas só usa a iluminação elétrica
☐ ambas, mas só usa a energia fornecida por pilhas ☐ bateria
☐ outras - Especificar:
92. Quais frequências transmite:
- ☐ somente AM ☐ somente FM ☐ AM e FM
93. Qual a de sua preferência:
- ☐ AM ☐ FM ☐ AM e FM ☐ nenhuma
94. Qual a estação de preferência:
- ☐ Solimões ☐ Tupy ☐ Globo ☐ Manchete ☐ O Dia
☐ Jornal do Brasil ☐ Eldorado ☐ Tamoyo ☐ Tropical
☐ 98 ☐ Cidade ☐ MEC ☐ Nacional
☐ outras - Especificar:
95. Já gostou ou gostaria de acompanhar alguma radionovela:
- ☐ Sim ☐ Não
96. Acompanha ou já acompanhou alguma novela de TV:
- ☐ Sim ☐ Não
97. De acordo com as expectativas do entrevistado, para que serve uma rádio:
- ☐ para veicular informações ☐ para o entretenimento
☐ para orientação educacional
98. Acha que um programa de rádio pode ajudar a resolver problemas técnicos na utilização da terra:
- ☐ Sim ☐ Não
99. Tem acesso a outros Meios de Informação que não o rádio:
- ☐ Sim ☐ Não

100. Caso a resposta do item anterior tenha sido SIM, quais outros Meios tem acesso:

☐ jornais ☐ revistas ☐ outros - Esp:

101. Tem ou já teve gosto pela leitura de algum jornal ou revista:

☐ Sim ☐ Não

102. Caso a resposta tenha sido SIM, quais jornais tinha por gosto (mesmo que eventual) ler:

☐ O Dia ☐ O Globo ☐ Última Hora ☐ Jornal do Brasil

☐ Jornal de Hoje ☐ O Pontual ☐ Correio da Lavoura

☐ Outros - Esp:

103. Caso ainda a resposta do item 100 tenha sido SIM, que tipo de revista tinha (ou tem) por gosto (mesmo que eventual) ler:

☐ fotonovelas ☐ palavras cruzadas ☐ quadrinhos (gibi)

☐ pornográficas ☐ informativas ☐ outras - Esp:

104. O que agrada mais em um jornal:

☐ seção de crimes ☐ noticiário local ☐ noticiário internacional

☐ coluna social ☐ esportes ☐ política nacional

☐ outros - Especificar:

105. Caso o entrevistado seja casado, há quanto tempo está casado:

☐ menos de 1 ano ☐ entre 1 e 3 anos ☐ entre 3 e 6 anos

☐ entre 6 e 10 anos ☐ entre 10 e 20 anos ☐ mais de 20 anos

106. Quantos filhos teve:

☐ nº de mortos ☐ nº de nascidos mortos

☐ nº de nascidos vivos - TOTAL:

107. Caso o entrevistado seja do sexo feminino, qual o método de parto adotado:

☐ doméstico com a presença de parteiras ☐ hospital/cezariana

☐ doméstico sem presença de parteiras ☐ hospital/normal

☐ outros - Especificar:

108. Usa algum método anticoncepcional:

- ☐ pímulas ☐ tabela ☐ não usa nenhum método anticoncepcional
☐ outros - Especificar:

109. Quais métodos utiliza para evitar picadas de cobras:

Especificar:

110. Qual método utiliza como tratamento à picada de cobra:

Especificar:1.

111. Na família já houve mortos vitimado por picadas de cobras:

- ☐ Sim ☐ Não

112. Caso a resposta do item anterior tenha sido SIM, especificar quantos:

- ☐ 1 pessoa ☐ 2 pessoas ☐ 3 pessoas ☐ mais de 3

113. Já ouviu falar em SORO ANTIOFÍDICO:

- ☐ Sim ☐ Não

114. Qual o tipo de cobra mais comum na região onde mora:

Especificar:

115. É conveniado com o INAMPS:

- ☐ Sim ☐ Não

116. Quais doenças costuma ter com mais frequência:

	<u>doença</u>	<u>frequência</u>
1)
2)
3)

117. É filiado a algum partido político:

- ☐ Sim ☐ Não

118. É sindicalizado:

- ☐ Sim ☐ Não

119. Você conhece todos os membros do Conselho Central do Mutirão de Campo Alegre:
☐ Sim ☐ Não

120. Caso a resposta tenha sido NÃO, especificar por que:
.....

121. Participa regularmente das assembleias do Mutirão:
☐ Sim ☐ Não

122. Caso a resposta do item anterior tenha sido NÃO, especificar por que:
.....

123. Que horas tem por hábito se levantar:

☐ antes das 5 h ☐ entre 6 e 8 hs ☐ depois das 8 hs
☐ depois das 10 hs ☐ depois das 12 hs

124. Que horas tem por hábito se deitar:

☐ antes das 18 hs ☐ entre 18 e 20 hs ☐ entre 20 e 22 hs
☐ entre 22 e 24 hs ☐ depois das 24hs

125. Onde passa a maior parte do dia:

☐ em casa ☐ na rua

126. O que costuma fazer como prática de lazer:
.....

127. Qual o cantor que mais gosta:
.....

128. Que estilo de música mais gosta de ouvir:

☐ música sertaneja ☐ samba ☐ baião ☐ rock
☐ valsa ☐ bolero ☐ MPB romântica ☐ erudita
☐ outros = Especificar:

ASSINATURA DO ENTREVISTADO:

Assinatura do Agente Entrevistador:

Data da Entrevista:

ATENÇÃO: Esta é uma pesquisa científica na qual todos os dados estão sob proteção do sigilo estatístico. Toda a veracidade nas respostas é imprescindível para a aproximação da verdade. Obrigado.

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE + Demaca.

Nova Iguaçu, maio de 1986.



aprender e ensinar saúde



CAMPO ALEGRE

RIO DE JANEIRO

aprender e ensinar saúde



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

CAMPO ALEGRE

RIO DE JANEIRO

EQUIPE TÉCNICA

Angela Esteves – Psicóloga
Cristina Maria Rodrigues Dall'Antonia – Médica
Denise Quadros Freire – Enfermeira
Glória Walkyria de Fátima Rocha – Médica
Isabel do Amparo Martins Rial – Médica
Maria Helena da Cunha – Secretária Executiva
Cecília Maria B. Coimbra – Supervisão da Psicologia

AGENTES DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

Ana Cristina Berte de Assunção
Aparecida Firmina dos Santos
Cyrilla Barboza da Silva
Eliane Bento Nascente
Gilmara Antonia de Souza Parente
Joanete de Souza Parente
Joelma de Souza Parente
Josélia Maria de Souza Parente
Maria Celeste de Almeida
Maria Cristina Honorato da Silva
Maria de Lourdes Valderis Sebara
Sueli Tavares Campos
Tânia Maria Silva
Terezinha Jesus Silva



Coordenação do Projeto Especial de Saúde: Glória Walkyria de Fátima Rocha

Agradecimentos

Secretaria de Estado de Planejamento e Controle – SECPLAN

Fernando Lopes
Iza Labelle Guerra
Carlos Filipe d'Almeida Oliveira
Maria Isabel Ferreira de Souza
Glória Regina da Silva e Sá
Célia Ravera

Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais – SEAF.

Aos Companheiros Regina, Angellita, Bruno, Gerônimo, Rafael, Almir, Marlene, Denise, Edith, Mariela da Emater, Gilson, Fátima, Tião, Carlinhos, Julio, Kafil, Miguel, Beto.
Aos Motoristas Moisés, Amâncio, Bené, Carlos, Daniel.

Capa e outros desenhos: Lourival Lemes

Fotografias: Glória Walkyria e Angela Esteves

Banerj – Marta Alencar e Deptº de Promoção
Siagro – Anivanir
Papeleria Mercadão Evangélico – Araújo
Farmácia Vera – dona Helena
Filmmoteca do Rio de Janeiro – Xavier
Escola de Campo Alegre
Mutirão de Campo Alegre
IDAC – Instituto de Ação Cultural
CEAC Nova Iguaçu – Centro de Ação Cultural
Secretaria de Saúde e Higiene
Posto Municipal de Queimados
Hospital São José da Faculdade de Medicina de Nova Iguaçu
Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais – Centro de Ciências de Saúde – UFRJ
PEC, ENSP – Programa de Educação Continuada • Escola Nacional de Saúde Pública
Hospital da Posse
Centro de Saúde de Nova Iguaçu



Projeto Especial De Saúde Para As Áreas De Assentamento Rural

Campo Alegre, 1986

GOVERNO LEONEL BRIZOLA

Secretaria de Estado de Planejamento e Controle – SECPLAN
Secretário: Teodoro Buarque de Hollanda

Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários
Assentamentos Humanos e Projetos Especiais – SEAF
Secretário: Paulo Alberto Schmidt

*DESCRIÇÃO DA NOSSA PROPOSTA E O QUE CONSEGUIMOS
REALIZAR EM 1986*

Campo Alegre é uma área de 3500 ha, situada no Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, que foi ocupada em 09 de janeiro de 1984, pelo MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA e DESEMPREGADOS URBANOS, [...] deu ao assentamento de centenas de famílias que hoje residem em pequenos sítios, dedicados ao trabalho na terra para seu sustento.

*Campo Alegre está dividida em 7 Regionais:
Marapicu – Terra Nova – Chapadão – Capoeirão
Acampamento – Mato Grosso e Fazendinha.*

As questões que interessam a Regional em si são resolvidas pelas lideranças locais eleitas por suas próprias Comunidades, ao passo que as que afetam a Campo Alegre como um todo são divididas pelo "MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE", chapa composta por 17 membros e que é renovada de 2 em 2 anos.

Dentro de Campo Alegre a proposta da Saúde procura ter 2 pontos de partida:

1. Oferecer esse espaço para o debate e discussão sobre as causas diretas e indiretas que afetam a Saúde na vida diária de Campo Alegre:

É o problema das Valas Negras, do mosquito, da água "ruim", da falta de transporte, de luz, de segurança, do hospital da Posse (Unidade Terciária para Campo Alegre) que vive eterna crise financeira e ausência de recursos humanos, etc.

2. Fortalecer a Comunidade, organizando:
Agentes de Saúde e Mulheres



AGENTES DE SAÚDE

Nossa posição é de deslocar o papel principal do médico para o Agente de Saúde, nesse Projeto;

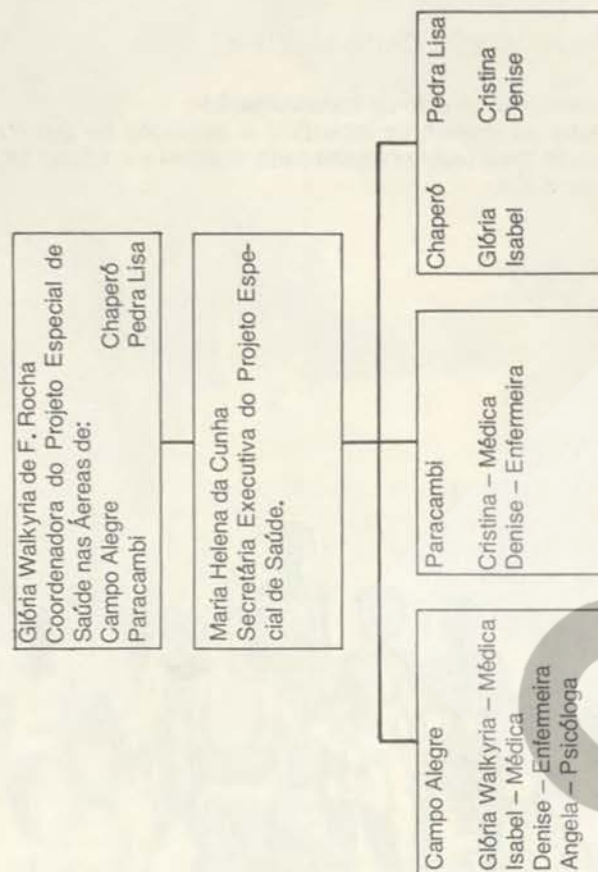
Proporcionar o exercício dessa liderança no sentido de obter uma ponte, o elo entre a Comunidade e as Autoridades no encaminhamento de propostas que visem a melhorar as questões ligadas à Saúde;

Ajuda concreta nas situações que afligem diretamente a Comunidade: injeções, assistência no parto, curativos, banho em crianças e idosos, discussão sobre a qualidade da água, o incentivo à horta e ao consumo de ervas medicinais, corte de cabelo, remoção de doentes para hospitais nas urgências, etc.

AS MULHERES DE CAMPO ALEGRE:

A Mulher como veículo de transformação
Organizar no sentido de incentivar a formação de grupos para discussão de seus problemas em cada regional e na Casa Nova, e não só os de Saúde.





ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO EM 1986

1. Assistencial

Atendimento Médico Ambulatorial na CASA NOVA (Sede do Projeto de Saúde em Campo Alegre);

Atendimento de Enfermagem na Casa Nova;

Atendimento das Agentes de Saúde nas Regionais;

Projeto de Suplementação Alimentar – 300 famílias cadastradas (gestantes, nutrízes e crianças de 6 meses a 5 anos)

2. Campanhas

Vacinação segundo o Plano Nacional de Imunizações;

Contra Piolho e Sarna (junto à Escola);

Contra a Raiva Animal.



3. Formação de Agentes de Saúde

Aprendizado prático de curativos, aplicação de vacinas (Curso P.A.I.), aplicação do Soro Oral Creme, Sinais Vitais, etc.

Discussão e debate com utilização de slides, cartazes, material didático impresso sobre os temas básicos programados para 1986:

Saúde;
Diarréia;
Desidratação e Rehidratação com soro oral;
Desnutrição;
Verminose;
Higiene Oral;
Alimentação;
Combate à Sarna e ao Piolho;
Incentivo à utilização de Ervas Medicinais;
Horta Familiar;
Saneamento Básico;
A água "boa";
A terra e o trabalho;
Dengue.

OBS.: Os debates foram abertos a toda a comunidade de Campo Alegre.

4. Criação do Grupo de Fortalecimento das AGENTES de Saúde.
5. Criação do Grupo de Reflexão das Mulheres.
6. Formação do Coletivo de Mulheres do Urbano para o Desenvolvimento do Projeto de Implantação do Horto Medicinal em Campo Alegre que Visa Gerar Renda.
7. Instituição da Cozinha Coletiva na Casa Nova nos Dias de Atendimento Médico.



O ATENDIMENTO MÉDICO

O atendimento médico tem sido realizado de forma precária, em uma casa velha e sem infra-estrutura básica.

Não dispomos de instrumentos para exames mais detalhados, e procuramos fazer nosso diagnóstico através da história clínica, exame físico e um pouco de intuição.

Quando necessitamos de exames laboratoriais ou preventivo ginecológico, temos que recorrer a instituições de assistência médica de Queimados e Nova Iguaçu, o que geralmente demora muito, devido a dificuldade de acesso da Comunidade.

Os Problemas de Saúde mais frequentes são diarreias, verminoses, micoses, infecções de pele e doenças carenciais.

O tratamento é feito em grande parte com medicamentos da CEME, que nos são cedidos pelo Posto de Saúde de Queimados. Utilizamos ainda amostras grátis, plantas e ervas medicinais.

FORMAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE

As aulas são ministradas informalmente, direcionadas para esclarecimentos, as dúvidas são analisadas e debatidas onde a comunidade tem livre participação.



Confraternização das Agentes de Saúde de Campo Alegre, Paracambi e Valença – 1986

O treinamento prático é feito no próprio local de atendimento.

Procuo acompanhar cada uma, ensinando e auxiliando nas dificuldades. É um processo lento, mas todas possuem rendimento ideal, estão perfeitamente aptas a prestar cuidados básicos de saúde.

Todo material didático que é conseguido em Entidades de Apoio utilizamos como fonte para promover as aulas.

Procurando simplificar ao máximo, montamos cartazes e apostilas sempre com o objetivo de atender e minimizar as necessidades e carências da comunidade.



Material didático elaborado pela equipe do projeto e utilizado na formação de Agentes de Saúde e em debates com a comunidade.

Este trabalho é feito com a vital participação das Agentes, seja com desenhos ou discursões durante o processo de formação.

As Agentes de Saúde possuem uma vontade enorme de aprender o que facilita em muito a capacidade de assimilação, é claro que cada uma tem suas limitações e devem ser respeitadas. Por pertencerem a comunidade vivenciando dia a dia os restritos recursos, demonstram um modo todo próprio de improvisação. A base de nosso rela-

cionamento é a amizade, respeito e abertura às discussões e a responsabilidade de ensino, orientação e supervisão se torna espontânea.



Trecho retirado de Apostilas elaborado pela Enfermagem para formação de Agentes de Saúde

CAMPANHAS

Diante das precárias condições de infraestrutura sanitária, fomos tomando consciência da necessidade de serem realizadas Campanhas de Saúde.

A própria comunidade mostra as prioridades e aponta sugestões.

Na Campanha Nacional de Vacinação de 1986 pudemos contar com a participação oficial das Agentes de Saúde de Campo Alegre junto à Secretaria Estadual de Saúde e Higiene.

Foram desenvolvidas as seguintes Campanhas de Vacinação:

Infantil (segundo PNI – Programa Nacional de Imunização);

Adulta (anti-tetânica);



Cartaz elaborado pela Equipe do projeto

Animal (anti-rábica, carrapaticida e vermícida);

Contra o piolho e a sarna.



Material de Educação em Saúde elaborado pela A.S. Josélia Maria de Souza Parente – Campo Alegre – 1986

CAMPANHA PARA ERRADICAÇÃO DO PIOLHO E DA SARNA:

PARTICIPANTES:

Médicas, Enfermeiras, Agentes de Saúde, Professoras e Voluntários.

MATERIAL DA CAMPANHA:

Receita Impressa, Cartazes, tesoura, pente fino, vinagre, remédios e ervas medicinais como MELÃO DE SÃO CAETANO e ERVA DE SANTA MARIA.

ESTRATEGIA:

PRIMEIRO TEMPO:

Treinamento dos Participantes.

Convocação na Assembléia do Mutirão para estabelecer data.

SEGUNDO TEMPO:

Dia da Campanha; Local – Escola; Prioridade – Crianças.

TERCEIRO TEMPO:

Avaliação.

PROJETO ESPECIAL DE SAÚDE/1986.

Impresso utilizado durante as Campanhas contra a Sarna e o Piolho

RECEITA PARA ACABAR COM COCEIRA E PIOLHO:

Tomar banho com água e sabão ou com sabonete, à noite.

Banhar-se da cabeça aos pés com MELÃO DE SÃO CAETANO ou com ERVA DE SANTA MARIA, caso você tenha na sua roça.

Depois: Esfregar o remédio em todas as partes do corpo onde coça, e na cabeça também caso tenha Piolho ou Lêndeas.

Outra coisa: Nas crianças pequenas, abaixo de 5 anos, ao invés de passar o remédio direto no corpo, para não arder; é melhor desmanchar 3 colheres de sopa em 1 balde de água e banhá-la.

Depois do Banho: Passar o PENTE FINO, molhando ele em água com VINAGRE.

E tem mais: Colocar um pouquinho de VINAGRE na água de torcer a roupa que vai para a corda secar.

PONHA A ROUPA PARA SECAR DIRETO NO SOL.

IMPORTANTE!!!: TODOS que moram nessa comunidade, e que estejam com COCEIRA ou com PIOLHOS precisam se tratar, para que todos os COMPANHEIROS fiquem curados.

Obrigado. PROJETO ESPECIAL DE SAÚDE/1986.

SARNA

ESTA DOENÇA É CONSEQUÊNCIA DA
FALTA DE HIGIENE



SE VOCE TOMAR
BANHO TODOS
OS DIAS...



LAVAR AS ROUPAS
DE USO DIÁRIO E EXPÔR
AO SOL...

SOL E MAIS SOL
DENTRO DE CASA...



E TAMBÉM PROCURAR
LIMPAR DIARIAMENTE O
INTERIOR DE SUA CASA

SE VOCE CUMPRIR ESTAS ETAPAS
ESTARÁ CERCADO DE DEFESAS CONTRA
A "SARNA".

Cartaz utilizado pela Equipe para Campanha contra Sarna

ERVAS MEDICINAIS

O incentivo ao cultivo e uso de Plantas Medicinais tem sido uma constante no Projeto.

Pelas nossas próprias dificuldades na obtenção de medicamentos e pela necessidade que sentíamos em resgatar a cultura popular avilizada pela ciência, iniciamos nosso "mergulho" no mundo da fitoterapia.

Os resultados têm sido muito bons. Observamos pela parte dos pacientes, um maior crédito a essa forma de tratamento.

Optando pelas Ervas Medicinais – quando bem indicados – ficamos livres dos inconvenientes efeitos provocados pelos remédios "de farmácia", da auto-medicação e dos gastos que decorrem da compra destes.

É importante lembrar a participação ativa da comunidade – através de seus "raizeiros", com seus conhecimentos vindos de outras gerações.



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS,
ASSENTAMENTOS HUMANOS E PROJETOS ESPECIAIS



A "REUNIÃO DAS MULHERES"

Foi o nome escolhido por elas, que melhor expressava o nosso trabalho. As questões discutidas são as emergentes no Grupo. Através da troca de experiências falamos sobre temas como: a sexualidade, o conhecimento dos órgãos sexuais externos e internos, a gravidez, os contraceptivos, o relacionamento com os filhos e também sobre as dificuldades do dia a dia das mulheres, dos problemas ligados à Comunidade e da importância da participação e organização na resolução deles.

O maior objetivo do trabalho seria o de multiplicar essa experiência nas outras regionais.



Reunião p/preparação da dramatização

"Gostei muito das orientações. Sou uma mulher de 40 anos e vim aprender o que nós tínhamos por dentro, aqui no grupo."

(D. Maria das Dores de Souza)



"Gostei muito quando começou o grupo de mulheres, porque foi uma forma da gente se aproximar mais, poder conversar e tentar resolver mais ou menos os nossos problemas. Nós vivíamos muito fechadas e agora melhorou bastante. Quando a gente sai daqui a gente sai mais aliviada."

(Anásia Lima dos Santos)

O GRUPO DAS AGENTES DE SAÚDE

Como no grupo de mulheres, trabalhamos com as questões que mais as mobilizam, no trabalho, no relacionamento entre elas e na sua vida enquanto mulher.

O maior objetivo é o de fortalecimento das Agentes de Saúde frente à Comunidade.



Confraternização das Agentes de Saúde de Campo Alegre / Paracambi e Valença

As técnicas utilizadas nos dois grupos são: dinâmica do Grupo, dramatização, desenhos, trabalhos com argila.



Trabalho c/argila
dramatização



Esta experiência está sendo para mim de fundamental importância, tanto no plano profissional como no de enriquecimento pessoal. Trabalhar com mulheres representa viabilizar um sentimento de solidariedade às nossas lutas pelo direito à Participação e à Voz. Compartilhando desse crescimento, acredito estarmos iniciando uma verdadeira transformação onde a utilização da emoção e o relato das vivências diárias, são o caminho para podermos refletir a realidade e juntas podermos modificá-la.

... "Quando entramos em Campo Alegre, foi enfrentando grileiros, mosquitos, chuva, sol e fome. Entramos na terra no dia 04 de abril de 1985, morando debaixo de 4 telhas e de 4 paus, sem ajuda nenhuma"...

... "Trabalho como Agente de Saúde durante o dia e à noite ajudo meu marido na enxada"...

Agente de Saúde: Aparecida Firmina dos Santos
(Regional Acampamento)

NENE QUE RECEBE LEITE DE PEITO É MAIS SADIO



... "Campo Alegre só tinha o nome de Alegre, mas era a maior tristeza"...

... "Eu como Agente de Saúde me sinto felicíssima em fazer alguma coisa pelos meus companheiros, e no que posso ensino o uso de ervas medicinais"...

Agente de Saúde: Cyrilla Barboza da Silva
(Regional Marapicu)

... "Nesse trabalho não se mede tempo nem distância para se atender um paciente, o importante é ajudá-lo a sanar o problema"...

Isabela Valderis Seabra
Professora e Moradora do Mutirão de Campo alegre



Campanha da Sarna e do Piolho

... "Para nós seria muito importante se conseguíssemos uma Ambulância, pois muitas vezes precisamos de um transporte com urgência e não temos"...

... "O Posto de Saúde também seria de grande importância, pois os hospitais são muito longe daqui"...

... "Acho que o ser humano se engrandece pela beleza de seu trabalho e ser Agente de Saúde foi um modo que eu encontrei de ajudar meu próximo"...

Agente de Saúde: Ana Cristina Beter de Assunção
(Regional Terra Nova)



Material utilizado em Educação e Saúde

... "Trabalhamos com muita dificuldade na Casa Nova, a sala é pequena, não tem espaço. A luz que tem é fraquinha e a água não é muito boa"...

... "Eu peço tanto a Deus que o Posto de Saúde seja construído, precisamos muito e a comunidade também"...

Agente de Saúde: Eliane Bento Nascente
(Regional Acampamento)

... "Vim para Campo Alegre em dezembro de 1984, pois meu marido ficou desempregado e como não conseguiu emprego e não podíamos mais pagar o aluguel, resolvemos fazer parte dos acampamentos dos Sem Terra"...

... "Gostaria que no novo governo, esta gente sofrida continuasse a merecer a atenção dos novos governantes"...

Agente de Saúde: Maria de Lourdes Valderis Seabra
Regional Mato Grosso



Material elaborado pela Agente de Saúde Josélia para Campanha da Pólio

... "Apesar de ser difícil, pois não temos meio de locomoção e andamos debaixo de sol, chuva, poeira e as vezes lama, tudo é muito compensador. Aprendemos bastante"...

Agente de Saúde: Joanele de Souza Parente
(Regional Capoeirão)

... "Na semana seguinte, fui para a primeira aula, posso dizer que gosto muito e até hoje estou gostando, continuei freqüentando as aulas, o grupinho foi aumentando todas nós passamos a trabalhar muito unidas"...

Agente de Saúde: Maria Cristina Honorato da Silva
(Regional Chapadão)

... "Hoje muita coisa mudou, valeu a pena vir para cá, porque o que nós não tínhamos naquele tempo, temos hoje, escola, condução, agente de saúde que nos ajudam muito, correndo as áreas e fazendo visitas domiciliares"...

Nadir de Souza Parente
Moradora do Mutirão de Campo Alegre

... "Foi muito importante na minha vida, porque fizemos um curso de imunização, aprendemos a aplicar injeção, e fazer curativos"...

Agente de Saúde: Tânia
(Regional Fazendinha)



Agentes de Saúde de Campo Alegre



Cartaz elaborado para Campanha da Sarna e Piolho pela Agente de Saúde Josélia

...“Fui me consultar na Casa Nova e a médica me convidou para assistir as aulas. Gostei e continuei a frequentar e achei muito importante porque aprendi a aplicar injeção, a fazer curativo e também visitamos as famílias nas regionais”...

...“Nós fazemos este trabalho com muita força de vontade, mas o que está faltando é o Posto de Saúde que tanto queremos”...

Agente de Saúde: Tavres Campos
Regional Marapicu



Prova escrita

...“Quando cheguei aqui pela primeira vez só se via mato e cobras, era realmente um lugar muito isolado, pouca gente se via neste lugar”...

...“Só não temos o mais importante, que são o Posto de Saúde, o Posto Policial, a Máquina de pilar arroz, uma Ambulância, um Moinho e Luz Elétrica”...

agente de Saúde: Josélia Maria de Souza Parente
(Regional Acampamento)

...“Até que comecei indo na Casa Nova assistir o serviço das Agentes. Comecei a participar, conheci as meninas, achei o trabalho organizado, gostei do jeito como elas tratavam os pacientes, me comovi, então eu percebi que gostava do negócio”...

Agente de Saúde: Joelma de Souza Parente
(Regional Acampamento)



Confraternização das Agentes de Saúde de Campo Alegre, Paracambi e Valença



Como enfermeira minha prática sempre foi voltada para o trabalho hospitalar, a experiência que tenho na área de SAÚDE PÚBLICA ficou limitada a um breve estágio curricular.

Não imaginava seguir os caminhos da MEDICINA PREVENTIVA, até que surgiu a oportunidade de participar deste PROJETO, onde em conjunto com a EQUIPE DE SAÚDE desenvolvi as atividades de:

- Assistir o atendimento médico.
- Realizar e registrar no prontuário familiar as consultas de enfermagem.
- Prestar cuidados em pequenas emergências.

- Exercer treinamento teórico e prático de Agentes de Saúde.
- Orientar e supervisionar noções básicas de Higiene e Saúde na comunidade.
- Controle de medicamentos e materiais de curativo.
- Participar de Campanhas como:
 - a) Contra a Sarna e o Piolho
 - b) Vacinação infantil (PNI)
 - c) Vacinação de adultos que estabelecem grupos de risco (Anti-Tetânica).
 - d) Vacinação de animais (Anti-Rábica, Carrapaticida e Vermífugo).
- Formular materiais didáticos adequando-os ao ensino de Saúde.

Com tantos obstáculos sinto um crescimento profissional e pessoal, lidar com a comunidade, a carência sócio-econômica está sendo uma vivência importantíssima, sei que tantas dificuldades não são capazes de terminar com a esperança que ainda tenho, afinal é um Projeto viável e produtivo nos seus diversos aspectos e que merece ter reconhecimento seja no caráter político ou social.

Depoimento da enfermeira Denise Quadros

Campo Alegre foi o início de uma nova e enriquecedora experiência, para mim, no campo profissional. Vindo de uma formação dentro de um hospital terciário, onde aprende-se a "acostumar-se" a lançar mão de recursos técnicos os mais diversos e sofisticados, o contato com a medicina primária e o trabalho em comunidades rurais foi, no mínimo, o começo de um novo aprendizado.

No dia a dia desse trabalho fui descobrindo um outro lado da medicina: o valor de um contato médico-paciente integral, a importância da história clínica, das queixas e do exame do paciente (já que não dispunha facilmente de técnicas laboratoriais). Além da "volta às raízes" — ou seja — a utilização de ervas medicinais no tratamento de diversas patologias.



Maria Cristina Dall'Antônia — Médica

DEPOIMENTO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

Durante 12 anos trabalhei como secretária em banco e multinacional, adquirindo uma experiência de trabalhos burocráticos rotineiros. O tempo foi passando e senti necessidade de executar um serviço mais útil, que me desse prazer em fazê-lo.

Passei algum tempo refletindo sobre a possibilidade de ingressar na área de comunicação, mas nesse ínterim surgiu a oportunidade de um trabalho em Comunidade. Fiquei entusiasmada.

Quando fui convidada para trabalhar na Secretaria de Assuntos Fundiários, senti que era a hora de me lançar.

Fui apresentada a Dr^a Glória Walkyria de Fátima Rocha, que na ocasião, era a única integrante do Projeto Especial de Saúde. Conversamos muito sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido dentro do Projeto.

Foi estimulante, porque estava se iniciando um trabalho o qual eu poderia dar minha contribuição de uma maneira mais livre.



Comecei a me organizar e a planejar. Fui tomando consciência das condições precárias em que vinha sendo desenvolvido o trabalho.

De início não tínhamos sala e nenhum material o qual pudéssemos contar. O que havia era apenas uma vontade enorme de dar continuidade ao que já estava iniciado.

Na época recebemos uma pequena verba proveniente do Carrefour International – Canadá, que nos ajudou a obter algum material de consumo, e efetuar o pagamento das Agentes de Saúde.

A primeira comunidade que visitei foi Campo Alegre e senti muita tristeza em ver a carência local das pessoas, isso mexeu comigo, principalmente pelo carinho com que fui recebida pela comunidade; e logo, pensei em dar o melhor que tinha para ela.

Para que o Projeto crescesse era preciso fazer contatos com entidades de apoio, e precisávamos de um carro para nos locomovermos, e aí vinha a dificuldade, porque não tínhamos e ainda não temos um veículo para atender as necessidades da equipe.

Em dia de atendimento médico a equipe sempre chega tarde ao consultório da Casa nova porque não há motorista disponível antes das 08 horas. Quando chegamos a Campo Alegre os "pacientes"

que aguardam para serem atendidos já estão a bastante tempo esperando, pois chegam cedo para pegar nº de consulta.

Poder contribuir com o meu trabalho nesse Projeto tem sido muito gratificante, porque todo o apoio administrativo como: compra de medicamentos, pesquisas de mercado, orçamento, controle de conta bancária, cotações, ofícios, contatos, contabilização, promoções, arquivo e outros planejamentos são executados pelo meu departamento, e quando vejo isso em prática sinto que o objetivo está sendo atingido, e que vale a pena continuar.

Mas o estimulante é que apesar dos poucos recursos, conseguimos promover confraternizações e contamos com uma equipe muito unida e que procura dar o melhor de si ao trabalho que executa.

Com o passar do tempo conseguimos nos articular com algumas entidades de apoio, e hoje o Projeto Especial de Saúde na medida do possível, vem se desenvolvendo e se organizando para melhorar o nível de atendimento.

Maria Helena da Cunha
Secretária Executiva



Secretária e assistente social na Confraternização entre médicas, enfermeira, psicóloga e Agentes de Saúde das áreas de assentamento rural

Depoimento

Eu sempre gostei de trabalho em comunidades; e anteriormente já havia desenvolvido um projeto de saúde em área urbana. Apesar disto, participar deste trabalho em área rural, foi para mim, uma experiência nova e surpreendente em todos os sentidos.

As dificuldades que vivemos para desenvolver nossas atividades me transformaram profissional e pessoalmente.

Aprendi a criar e transformar dentro da prática médica diária, trabalhando com escassos recursos e procurando oferecer o melhor em termos de atendimento e orientação.

Aprendi ainda, a trabalhar em união, numa verdadeira equipe de saúde, onde todos desenvolvemos um mesmo papel importante: curar, aprender e ensinar Saúde.

Isabel do Amparo Martins Rial



Lavradores bloqueiam cinco ônibus para pressionar a extensão da linha

Inconformados com a falta de resposta às suas reivindicações e cansados de caminhar seis quilômetros para chegar ao ponto de ônibus mais perto de suas casas, cerca de 70 lavradores da Fazenda Campo Alegre, em Queimados — que foi desapropriada há dois anos pelo Governo do Estado para fins de utilidade pública — bloquearam ontem, das 11h às 16h, cinco ônibus da empresa Glória, linha Queimados-Cabuçu, na Rua Fernanda, na altura da Vila Americana. "Armados só com a língua", como disse um camponês, e com cartazes de protesto, eles pediram a extensão da linha Queimados-Cabuçu até a estrada do Mato Grosso, onde fica a fazenda, habitada hoje por 600 famílias.

Preocupados em esclarecer aos motoristas e passageiros dos ônibus bloqueados que o movimento era pacífico e que beneficiaria cerca de 10 mil moradores da região, os lavradores — muitos deles acompanhados dos filhos — paravam os veículos com o corpo e exibiam seus cartazes: "Queremos ônibus urgente — camponês também é gente", "Para nossa educação, precisamos de condução". Eles acusaram o dono da empresa Glória — que conhecem apenas pelo nome de Landim — de monopolizar o sistema de transporte na região. Durante todo o protesto, foram observados por policiais de duas patrulhinhas da 2ª Companhia Independente de Queimados.



O grupo vota se deixa ou não o ônibus passar. Um policial observa

Cansados de esperar "uma atitude" do dono da empresa Glória e uma providência da Comissão de Assuntos Fundiários do Governo do Estado — há um mês eles fizeram uma manifestação no Palácio Guanabara, nesse sentido —, os camponeses de-

cidaram ontem bloquear os ônibus da empresa na Rua Fernanda, transversal à Estrada do Mato Grosso. A partir das 11h, foram parando cada veículo da linha Queimados-Cabuçu, mas deixaram passar dois: um porque tinha muitas crianças e outro

porque uma passageira estava passando mal. Os outros três ficaram retidos até as 16h.

A situação só foi resolvida quando o Comandante da 2ª Companhia Independente de Queimados, Major Carlos Ribeiro, chegou ao local, às 15h15m, para tentar mediar o conflito. Ele já tentara, em vão, um contato com o dono da empresa Glória. Após reunir-se com uma comissão de 20 camponeses, o comandante propôs que os ônibus fossem liberados. Em troca, ele se ofereceu para levar uma comissão de lavradores à sede da empresa, na Avenida Abílio Augusto Talvar 6.900, Cabuçu, na segunda-feira, às 14h, para negociar a extensão da linha Cabuçu-Queimados até o final da Estrada do Mato Grosso. Depois de muita discussão e de uma assembleia dos lavradores — muitos não acreditavam nos efeitos da proposta do Major —, eles decidiram aceitar a proposta, mas advertiram ao Comandante que voltarão a bloquear os ônibus da empresa se não houver nenhum acordo na reunião.

— Nós não podemos mais ficar sem condução até a fazenda. Para sair de lá, a gente tem que andar seis quilômetros até chegar no ponto da Vila Americana. Com isso, a gente perde as compras que faz para casa, quando chove. Se não nos atenderem, vamos fechar a estrada de novo — ameaçou o lavrador Sebastião Lopes Filho.

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 9.634 de 13 de fevereiro de 1987

Transfere cargo em comissão que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido, com o respectivo ocupante, da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais para a estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça e do Interior, 1 (um) cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, a que se refere o art. 3º do Decreto nº 8.953, de 08 de maio de 1986.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1987

LEONEL BRIZOLA

EDUARDO SEABRA FAGUNDES

ADALBERTO RIBEIRO DA SILVA NETO

ROBERTO SOARES DE SOUZA

DECRETO Nº 9.635, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Altera a redação do artigo 1º do Decreto nº 7.351, de 20 de junho de 1984 e altera o disposto no artigo 3º, com indicação precisa da área, dimensões e confrontações.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 3º,

alíneas "I" e "II", do Decreto-Lei nº 3.345, de 2-1 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-24/25/87,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 7.351, de 20 de junho de 1984, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel situado na localidade denominada Campo Alegre, Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, localizado entre a linha de transmissão da Light o futuro distrito industrial de Nova Iguaçu o Rio Queimados, a propriedade de Joaquim Pereira Reis, o Rio Ipiranga, o Rio Cabuçu, a Estrada do Macango, a Avenida de Santa Cruz, a Estrada Queimados-Cabuçu até encontrar a linha de transmissão da Light, destinado à criação de centros de população, que passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação a área e benfeitorias situadas no Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, na localidade denominada Campo Alegre, Estado do Rio de Janeiro, com 2.059 ha., aproximadamente, com as seguintes características, rumos e confrontações, a saber:

Partindo do Ponto 1, situado no cruzamento da rede de transmissão da Light com o bônus sul da Rodovia Presidente Dutra (BR-462), seguimos rumo SE acompanhando a linha de transmissão até encontrarmos a Estrada do Benfício, onde encontramos o Ponto 2, deste ponto, seguimos a Estrada do Benfício rumo SO, até o entroncamento com a Estrada Olegário Dias, conhecida no local como Estrada Mata-Fome, caracterizando o Ponto 3, daí seguimos rumo SE pela dita estrada seguindo o rumo para NE após passarmos por uma escola estadual até encontrarmos novamente a linha de transmissão, neste encontro temos o Ponto 4, seguimos pela linha de transmissão da Light no sentido SE por uma distância de 222,50 m, encontrando o Ponto 5, deste ponto, seguimos mais a direita por 516,00 m até atingirmos o divisor de águas, onde temos o Ponto 6, seguimos pelo divisor de águas, rumo SO por uma distância de 426,00 m, onde temos o Ponto 7; as medições entre os pontos 4, 5, 6 e 7 foram transcritas da escritura do Cartório do 4º Ofício de Notas da Comarca de São João de Meriti, livro nº 35 fls., 183/184; seguimos rumo aproximado S em linha reta por uma cerca existente até encontrarmos a Estrada Mato-Grosso, aí encontramos o Ponto 8, seguimos por esta estrada rumo inicial SO, até encontrarmos o Rio Cabuçu, determinando o Ponto 9, daí seguimos inicialmente pelo Rio Cabuçu, depois pelo Rio Ipiranga rumo SO até encontrarmos a Rua Arpado, onde se localiza o Ponto 10, seguimos agora rumo NO inicialmente pela Rua Arpado e depois, pelo seu prolongamento em linha reta até o Rio Queimados, onde se localiza o Ponto 11, daí, seguimos rumo NE, seguindo o Rio Queimados até o encontro com o Rio Cascatão, caracterizando o

Nascimento

Conflito de terra na Baixada

Ameaças, incêndio e roça destruída expulsam lavrador

Vera Araújo

A 60 quilômetros do Centro do Rio, a luta por um pedaço de terra gera conflitos entre lavradores, com ameaças de morte e cenas semelhantes às que ocorrem nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. O lugar é Campo Alegre, em Queimados, distrito de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Numa área de 2.059 hectares (quase três vezes o tamanho de Copacabana), 450 famílias vivem assustadas com um grupo de posseiros comandados por João da Silva Bastos, presidente da regional Beira-Rio, um dos seis setores em que se divide Campo Alegre. Ele pressiona os lavradores para que abandonem as terras e depois as vende por preços acima de NCz\$ 7 mil, segundo Sebastião Inácio da Silva, 53 anos, que foi jurado de morte e obrigado a deixar seu sítio.

Posseiro desde o começo da ocupação de Campo Alegre, em 1984, quando foi criada uma fazenda-modelo, Sebastião teve a casa incendiada e a plantação devastada na segunda-feira de carnaval. Conta que a destruição foi prometida por seu vizinho Mário Pereira de Lima, amigo de João Bastos, que ainda o ameaçou de morte. Apavorado, Sebastião abandonou o sítio de 30 mil metros quadrados, com plantações de arroz, alipim e banana, e está disposto a vendê-lo por "qualquer trocado". Registrou queixa-crime na 55ª DP (Queimados) mas diz que a polícia nem apareceu em Campo Alegre. Como ele, dezenas de pessoas são aterrorizadas mas têm medo de denunciar João Bastos.

"A polícia não entra em Campo Alegre. A lei é a do João Bastos. Quem não entra na dele é morto. Abandonei minha propriedade, minhas plantações, porque não tenho segurança. Estou jurado de morte. Ele disse que, enquanto tiver muni-



A casa de Sebastião foi reduzida a destroços

ção, vai disparar em todos que cruzarem seu caminho. Eles querem me expulsar e estão conseguindo porque não sei como lutar sozinho. Quando acontecem coisas, ninguém sabe quem fez", disse Sebastião. Segundo ele, um de seus vizinhos, policial militar reformado, foi ameaçado por João Bastos e poucos dias depois apareceu morto na antiga lixeira do setor Fazendinha.

"Já mataram três camponeses aqui do Acampamento (Campo Alegre é dividido nas regionais Mato Grosso, Fazendinha, Chapadão, Acampamento ou Beira-Rio, Marapicu e Capoeirão). Todos sabem quem matou mas ninguém se arrisca a dizer", conta o paraibano Sebastião, enquanto olha o que sobrou da sua casa de quarto e cozinha — telhas, tijolos e cinzas — e as bananeiras, pés de alipim, cana e caqui arrancados. Os produtos da plantação sumiram. "É doloroso. Quem plantou fui eu e quem colhe é um miserável."

Um dos filiados da Associação Produtora Agrícola de Campo Alegre, o mineiro José Batista, de 57

anos, denuncia que há penetração de pessoas de média e alta renda: "O Jorge, dono de um dos principais depósitos de material de construção de Queimados, tem dois sítios por aqui. Ele comprou as terras de posseiros expulsos por João Bastos, que distribuiu carteiras de camponeses para quem chega de fora, quando isso aqui foi criado só para os lavradores. A gente ficou com pena do Sebastião, mas o que podemos fazer?"

Sebastião está morando com a família, mulher e uma filha bem longe de Campo Alegre e passou a viver de biscates. "Vou vender minhas terras, tratar das vistas e procurar um emprego de motorista. Adoro o trabalho da lavoura, mas meu sonho se desfez depois que esse João Bastos passou a mandar no lugar", diz o lavrador, que não acredita que as próximas eleições para as presidências das regionais tragam uma solução. "Não acredito que vá mudar muito. Era preciso um homem forte aqui, como teve na época da ocupação", diz, referindo-se a Laerte Rezende Bastos, ex-presidente do Mutirão e hoje vice-prefeito de Nova Iguaçu.

Cooperativa agrícola que não vingou

O Mutirão Campo Alegre, assentamento de 450 famílias de agricultores, é uma experiência pioneira de reforma agrária — ali, ninguém é dono da terra. O estado comprometeu-se a fornecer tudo o que os lavradores precisassem: equipamentos, sementes, transporte para escoar a produção, postos de saúde, escolas e assistência técnica, financeira, jurídica e social. Mas dois dos nove tratores estão com defeito e os demais ficam na casa dos presidentes das regionais, que monopolizam os equipamentos. A miséria tomou conta de

posseiros contam que o caminhão sumiu e as escolas e o posto de saúde, cheio de medicamentos com data vencida, foram fechados por falta de professores e médicos. "Ninguém quer ficar neste fim de mundo", diz Geraldo Machado, 55 anos, dono de um sítio e de uma birosca na regional Mato Grosso. O Mutirão Campo Alegre não tem luz elétrica, saneamento básico nem condições de trabalho. A segurança é a da "providência divina", como dizem os lavradores.

Como os tratores são de uso ex-

100mx300m. A paraibana Maria do Carmo Santos Diniz, de 63 anos, há 40 na região, cuida sozinha das suas plantações de alipim, quiabo e maracujá, além de ser rezadeira e parteira. "Volta e meia para um carro pra me buscar. Rezo espinhela caída, cobreiro e ajudo as mulheres daqui a terem os filhos", conta a lavradora, que perdeu as contas do número de partos que fez. Sabe apenas que são 10 por mês em Campo Alegre e comunidades vizinhas.

A falta de um posto de saúde que funcione fez vítimas como o agricultor conhecido na região como Sebas-

que já norado- um mês nderam so. da. lara da com i, agora ava no ilmoçar dos por a, uma gão em a ele (o tempo, O prin- tno na só um ", disse is, dois io con- aca só. s e um fogão. terreno,

ius
pedal

imento

antêm preço as feiras

suas compras na feira, são, o repolho, a cenoura, o nabo, manga. As verduras mais indiana, o brócolis, o espinafre e o com o mamão comum, o No setor de pescado, a cor-

livres

Maria Eugênia; Copacabana: Rua açã Nicarágua.

so: Campo de São Cristóvão; Rio o; Estácio: Rua Sampaio Ferraz; Vicente de Carvalho: Rua Cam Rabelo, no Conj. IAPC; Rua Fer- reira; Ilha do Governador: Rua Mo- Figueiredo.

us: Ruas Y e Elias; Jacarepaguá: Dr. Bernardino; Campo Grande; Margarida, em Vila Kosmos; ysias Rodrigues; Realengo: Rua

Firmino Gameleira; Penha: Rua tes; Pavuna: Rua Coronel Moreira Estrada Velha da Pavuna, 4.341.

laziou; Enho de Dentro: Rua io de Castro, no Jardim Sulacap; ua Adelaide Badajós; Engenheiro Antônio Vargas; Bento Ribeiro; adre Idelfonso Penalba; Honório polis: Rua Itala Ferreira; Quintino:

Prof. Júlio Koeler.

ANHA

Ruas Belfort Roxo e Ronald de

ça Cel. Castelo Branco; Engenho da Penha: Ruas Gen. Silveira So- Rua Silva Teles; Freguesia: Rua Argolo; Ilha do Governador: Con- ua A.

3: Rua Mar. José Beviláqua e na ire: Rua das Dálias; Senador Ca-

da José Rucas; Ramos: Rua Sen. Diogo de Vasconcelos; Rocha MI- Estrada do Barro Vermelho.

va Rabelo; Realengo: Rua Nepo- stencourt; Marechal Hermes: Rua el: Rua Cel. Tamarindo; Encan- Urucum e na Vila Kennedy; Deo- nas Ruas Luiza e Aurélia; Madu- pe: Rua Enéas Martins; Paciência: o: Rua Milão; Parada de Lucas: Rua Guanandi.

nde de Laje e Taylor.

da Ceasa

en. Leandro, atrás do Canecão; m frente ao nº 800; Higienópolis; e Açupuva; Realengo: Rua Mal. Realengo.

ça do Aviador; Jacarepaguá: Rua 103 e na Estrada do Rio Grande. la, Parque Leopoldina.

reclamar

umidor da Câmara Municipal (Rio 1 e 262-7638 você pode reclamar quel, falta de higiene em estabele- mentos, produtos deteriorados e pública.

Impeza Urbana — através do tele- amar sobre o não recolhimento ratos e mosquitos.

Posseiros de Queimados terão adubos e sementes

Plano apóia criação de peixes no Estado

Até o fim deste mês estará implantado o projeto de assistência agrícola aos posseiros da Fazenda Campo Alegre, no Distrito de Queimados, em Nova Iguaçu, que receberão adubo, sementes, máquinas e toda orientação técnica possível para o cultivo do terreno ocupado. Técnicos de vários órgãos do Governo estadual se reuniram ontem para elaborar o projeto, que atenderá inicialmente 180 famílias.

Posteriormente, a concessão de insumos e a mecanização da agricultura na área serão estendidas a outros posseiros, alguns deles já trabalhando em uma central de alimentos. Segundo Vicente das Dores Pinto, engenheiro agrônomo da Siagro, "no futuro, vamos delinear um plano mais detalhado e completo".

Embora alguns dos membros deste grupo, que conta com engenheiros e técnicos do Departamento Rural da Secretaria de Agricultura, Emater, Secretaria de Planejamento e Feema já estejam trabalhando neste projeto desde o dia três deste mês, só agora os estudos tiveram um direcionamento melhor, com a supervisão da Comissão de Assuntos Fundiários e a participação dos próprios posseiros.

Nesta semana por exemplo, o grupo recebeu dos posseiros uma relação dos alimentos cultivados, extensão das áreas cultivadas, etc. Os produtos mais plantados são milho, feijão, arroz, alpin, quiabo, jiló, abóbora e hortaliças em geral. "O projeto envolve também um trabalho de assistência dos posseiros, pois a área que ocupam foi desapropriada em junho e eles ainda não têm título de propriedade. A Comissão está cuidando da regularização fundiária dos terrenos", explicou Antônio Edno Amorim, da Secretaria de Agricultura.

A preocupação prioritária dos técnicos é a de socorrer os ocupantes da área, que, embora afastados do meio rural, ainda mantêm uma tradição agrícola. A eles serão fornecidos insumos, tratores, caminhões de adubo, crédito e assistência técnica.

A Secretaria de Agricultura já dispõe de previsão orçamentária, no próximo ano, para um novo programa de fomento à piscicultura no Estado, visando a povoar águas interiores — rios, lagoas, lagos — com carpas, tilápias, tucunarés, pacus e tambaquis. O projeto da Secretaria de Agricultura consiste, na primeira etapa, na construção de um Centro de Piscicultura no Jardim Botânico de Niterói.

O centro contará com um lago, tanques e outras instalações para a multiplicação daquelas espécies de peixes, sendo os alevinos (filhotes) imediatamente distribuídos para

povoamento das águas interiores. Segundo o projeto, o peixamento das águas começará com espécies já aclimatadas às condições do Estado.

No Jardim Botânico de Niterói, situado na Alameda São Boaventura, no bairro do Fonseca, será aproveitada a área dos fundos, para a construção do lago artificial e demais instalações do centro. O projeto da Secretaria de Agricultura prevê outras etapas, com a criação de peixes também estendida a centros a serem construídos em Conceição de Macabu (Colégio Agrícola) e em Santo Antônio de Pádua (Distrito Agropecuário).

Vacinadas 170 mil reses no noroeste fluminense

A Secretaria de Agricultura do Estado completará em outubro a vacinação de cerca de 170 mil reses do rebanho do Noroeste fluminense, imunizando-as contra a manqueira e a gangrena gasosa, doenças fatais ao gado, que tiveram incidência maior registrada este ano.

O Secretário Elias Camilo Jorge, que visitou a região durante vários dias, anunciou o êxito da campanha, depois de se reunir com prefeitos municipais, dirigentes de sindicatos rurais e associações de agricultores e com criadores fluminenses. A

vacina, de duplo efeito, foi fabricada pelo Instituto Vital Brasil.

Para a campanha de vacinação contra a manqueira e a gangrena, o Departamento Geral de Agropecuária mobilizou dois terços de seu quadro de técnicos, que compõem as equipes volantes que se encontram à disposição dos criadores. Os fazendeiros interessados devem procurar os Distritos Agropecuários ou os escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater-Rio), para se inscreverem, possibilitando a visita das equipes.

Emater leva a Carapebus serviço de extensão rural

Mais de 20 mil pessoas visitaram a VI Exposição Agropecuária e Industrial de Macaé, realizada com a coordenação dos extensionistas do Serviço de Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro — Emater.

Na oportunidade, foi inaugurado o Subescritório Local de Extensão Rural de Carapebus e promovido um concurso leiteiro, que teve como campeã a vaca "Lenisa", com uma produção total de 101,350 kg de leite, durante os três dias do certame.

Além da Emater, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento — colaboraram na organização da VI Exposição Agropecuária de Macaé a Usina de Carapebus — Grupo Othon; a Prefeitura Municipal de Macaé; a Cooperativa Agropecuária de Macaé; o Sindicato Rural de Macaé e a Associação de Plantadores de Cana-de-Açúcar.

No encerramento, os produtores vencedores receberam troféus e prêmios doados pela Petrobrás, Banerj, Itaú, Bemge, Nacional.

Estado assiste lavrador de Campo Alegre

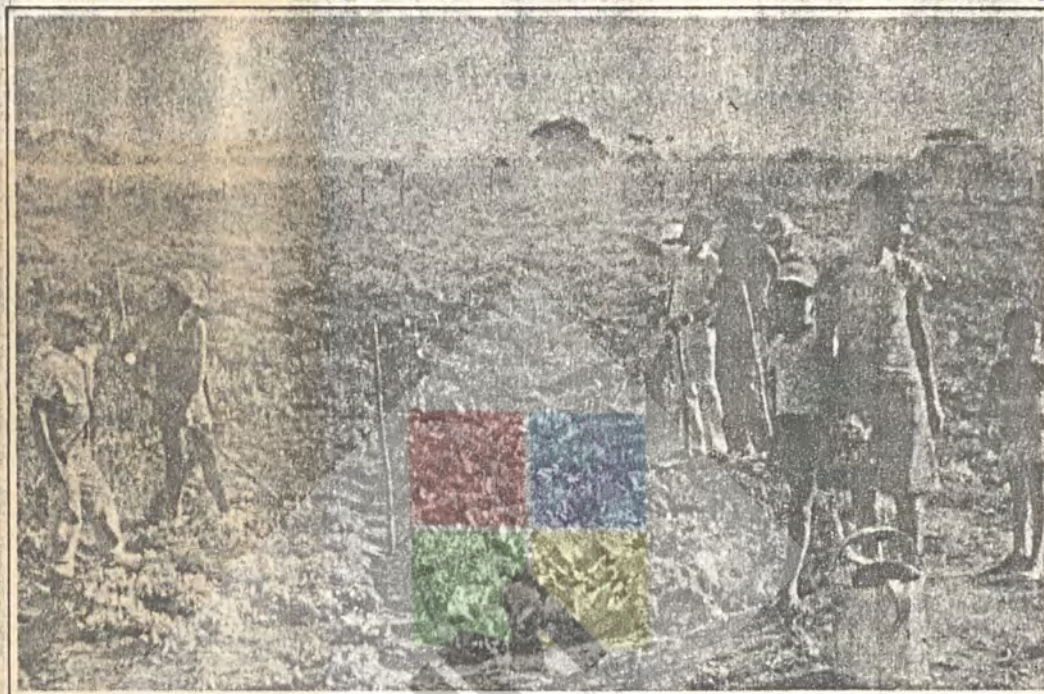
DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO. PODER EXECUTIVO 11.09.84

Começa a ser elaborado hoje por técnicos das Secretarias de Agricultura e do Planejamento, um projeto de emergência agrícola que atenderá, a curto prazo, os 1 mil e 600 lavradores da Fazenda Campo Alegre, no Distrito de Queimados, em Nova Iguaçu.

O projeto, coordenado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça, prevê, ainda, a construção de uma central, na fazenda, para a armazenagem de adubo fabricado com sobras da produção industrial das empresas instaladas em Nova Iguaçu.

Em junho deste ano, esses lavradores foram beneficiados por decreto governamental que tornou a área de Campo Alegre — 3.500 hectares — também ocupada por grileiros, de utilidade pública para fins de desapropriação. Ontem, uma comissão de lavradores, acompanhada de assessores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), voltaram ao Palácio Guanabara, para entregar ao Governo, um abaixo-assinado, pedindo o afastamento de grileiros e a retirada do gado da área, a efetivação da desapropriação, além de apoio técnico e material para o plantio.

Segundo o relato da comissão que foi recebida pelo Secretário Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários Edgar Ribeiro,



A ajuda do Governo evitará que os lavradores percam suas plantações

a área foi comprada na década de 40, pela imobiliária Ernesto Moreira, que passou a fazer os loteamentos urbanos. A imobiliária, porém, faliu e seu capital foi hipotecado para vários bancos e instituições, entre eles o INPS e a Prefeitura de Nova Iguaçu. Com a falência, a área começou a ser ocupada aleatoriamente por lavradores, expulsos de outras terras, e fazendeiros. Estes, amparados pela Polícia de Queimados e por uma promotora de Nova Iguaçu, passaram a intimidar os posseiros, com destruição de lavouras e ameaças de morte, para expulsá-los da fazenda. De lá para cá, essas ameaças se repetiram, e o gado,

ocupando a área maior do lugar, começou a destruir as roças. O grilo é encabeçado pelo fazendeiro Manoel Toledo, conhecido por "Manoel Maluco", José Maricá e um tal de coronel Inácio, contra os quais os lavradores voltaram ontem a fazer novas denúncias, complementando as anteriores, feitas no dia 21 de junho, quando, acampados na entrada principal do Palácio Guanabara, exibindo os seus produtos agrícolas, foram surpreendidos pelo decreto assinado pelo Governador Leonel Briozola.

Eles pediram ao advogado Edgar Ribeiro tratores para arar, fertilizantes, 120 caminhões de adubo, cré-

dito e assistência técnica, alegando estarem na iminência de perderem a safra deste ano com o término das chuvas. Mas para eles, o mais importante no momento é a retirada do gado que tem comido e estragado as plantações.

— Não adianta adubo, semente e assistência técnica, com o gado andando solto nas roças — advertiu um lavrador.

O Secretário Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários informou-lhes que já entrou em contato com a presidência da Comlurb para utilização do adubo de sua usina, em Campo Alegre, adiantando ainda que o Governo está fa-

zendo um grande esforço para liberar recursos o mais rápido possível, para a compra de fertilizantes e sementes.

Indagado sobre a demora da desapropriação, Ribeiro explicou que a questão Campo Alegre "é de uma complexidade jurídica muito delicada pois os grileiros também são posseiros da área". O melhor caminho, segundo o Secretário, é um acordo do Estado com os fazendeiros, para liberarem a área. Disse, que no processo de ocupação da fazenda, a Comissão de Assuntos Fundiários, já começou a fazer o levantamento das benfeitorias, para, através dos laudos, exigir a retirada do gado. Segundo ele, o trabalho de topografia, que permitirá o confronto de proprietários, está quase concluído e o levantamento jurídico feito em cartórios e plantas de loteamentos em Nova Iguaçu, está em estágio avançado. Assegurou que nessa fase de levantamentos, o Governo dará garantias aos lavradores.

Técnicos da Feema, Serla e Emop deverão participar, hoje, da reunião, no prédio da Secretaria de Justiça, para a elaboração do projeto emergencial agrícola. A Feema irá opinar sobre a possibilidade de drenagens de rios, em Queimados, requerida pelos lavradores, para a irrigação das lavouras.

JORNAL DO BRASIL

Exemplar de
Assinante

BRASIL 15 A 1985

Rio de Janeiro — Domingo, 15 de dezembro de 1985

Ano XCV — Nº 251

Preço: Cr\$ 5 000

Nova Iguaçu, RJ — Foto de Vidal da Trindade

Brizola promove em silêncio reforma agrária no estado

Uma "reforma agrária silenciosa, sem traumas", define o secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, diante do esforço para solucionar os 188 conflitos de terras urbanas e rurais que ocorrem no estado, envolvendo 400 mil pessoas. Com as desapropriações feitas pelo governo Brizola, 13 mil estão com um lote assegurado, embora não tenham a titulação do terreno ocupado.

O projeto-piloto de Campo Alegre, em Nova Iguaçu, é um caso bem sucedido. O estado desapropriou 3 mil 500 hectares, a partir de reivindicações das 500 famílias que ocuparam a área em janeiro de 1984. Agora são 600, cada uma com três hectares e liberdade de produção e de venda. O estado dá apoio técnico e a próxima colheita deve somar 30 t de alimentos. (Página 18)



José Batista, agora em Campo Alegre, sonhava com a roça desde que fugiu para a cidade em 1964

em Niterói, claro
a nublado, instabi-
com pancadas de
trovoadas isoladas.
ra estável. Máx.:
angu; mín.: 21.4, em
ua. Foto do satélite
o mundo, página 44.

o nº 2.216 da Loteria
1º prêmio, bilhete
S); 2º prêmio, 11.548
70.824 (SP); 4º, 75.312
P) e 22.746 (BA). (Pág. 44)

DOMINGO



A atriz Camurati não



Nesta 4ª reportagem da série assentamentos de agricultores no Brasil, o SEM TERRA analisa uma experiência diferente: a dos mutirões no estado do Rio de Janeiro.

Como firmar o pé na terra?

4

mutirão

Vem de longe, longe demais, a longa luta pela terra. O Mutirão de Campo Alegre, no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, é um mutirão de cabeça erguida e resume boa parte dessa história da luta pela terra. É um retrato das modificações ocorridas na dura batalha por um pedaço de chão e de pão. Campo Alegre é uma demonstração viva de que é possível conquistar a terra. A história do Mutirão começa com a decadência da monocultura cafeeira do norte fluminense e do sul do Espírito Santo.

Com o fim dos velhos cafezais, para dar lugar às pastagens e aos canaviais, os agricultores sem terra foram empurrados para o sul, ao longo da estrada Rio-Bahia. A Baixada Fluminense, antes depósito de lixo e abandonada, é recuperada pelo governo carioca, tornando-se então local de luta entre posseiros e grileiros. Esta recuperação foi feita com dinheiro

dos impostos, dinheiro do povo. Portanto, a terra pertence ao povo e não à meia dúzia de grileiros. Zona muito próxima da cidade (fica a 60 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro), tornou-se objeto da cobiça da grossa picaretagem dos loteamentos urbanos.

Na época do populismo, entre 62 e 64, só na Baixada Fluminense, essas lutas forçaram a desapropriação de 18 fazendas. Mas em 64, com o golpe militar, uma onda de prisões e até de assassinatos acabou com as experiências das associações de lavradores. Mas em 1979, ano em que os trabalhadores da cidade, a partir do ABC paulista, deram o sinal para novas lutas, recomeçam as ocupações na Baixada. Reaparecem várias lideranças. Os lavradores se conscientizam de que perderam uma batalha com o golpe de 64, mas não tinham perdido a guerra. Recomeça a organização com a formação do Núcleo Agrícola Fluminense.

De cara, a experiência do Mutirão de Campo Alegre mostrou um dado novo da maior importância: o retorno dos trabalhadores rurais das favelas da cidade grande em direção ao campo. O Mutirão mostrou também que o capitalismo é selvagem no campo e na cidade. No campo ele expande o latifúndio e enxota o camponês para a cidade. Nas cidades, esse mesmo capitalismo transforma o sem terra num favelado, num miserável condenado ao desemprego. Hoje a experiência de Campo Alegre ensinou que civilizado não é o capitalismo, mas sim o povo trabalhador organizado.

Em lugar de morrer de fome e de frio embaixo de uma ponte ou cair no desespero que leva ao roubo e ao assalto, esse povo volta à terra. É uma lição do Mutirão de Campo Alegre.

CAMPO ALEGRE MOSTRA COMO CONQUISTAR A TERRA

Em janeiro de 1984, a antiga Fazenda Mato Grosso, um latifúndio de 3.500 hectares, começou a ser ocupada por agricultores que foram tentar a sorte na cidade grande mas acabaram no desemprego. A área era controlada por sete grileiros, que largaram algumas cabeças de gado pastando pela área, pisoteando e endurecendo a terra. Jagunços a cavalo, de carabina a tiracolo, andavam para lá e para cá como se fossem espantalhos. A tática dos trabalhadores foi a de enfrentar os grileiros um a um. Cada avanço contava com o máximo de gente se dirigindo para o mesmo alvo. A política foi a de sempre: concentrar as forças dos sem terra e manter os grileiros separados e na defensiva. Suas ameaças de violência eram denunciadas a todo

o momento, sem perda de tempo e com a máxima força.

As lideranças eram protegidas pelo imenso coletivo. Nada de alguém falar sozinho, nada de porta-voz. "Aqui não tem 'eu' nem 'meu'. Só tem 'nós' e 'nosso'". Todo o mundo é "chefe". Tudo levava à união: cozinha coletiva, acampamento concentrado, trabalho de todos juntos para não dar alvos isolados aos jagunços e à polícia. Uma vez tiveram o peito de prender alguns posseiros. O Mutirão correu em peso à delegacia de polícia e se declarou preso. A polícia soltou todos.

Vitória

Levou alguns meses para que a ocupação fosse conquistando área por área, pedaço por pedaço. Nesse meio tempo cresceu a luta para arrancar a

desapropriação do governo estadual. Em julho de 1984, o governo do Rio de Janeiro publicou no Diário Oficial decreto tornando a área de utilidade pública para fins de desapropriação. Com esse decreto, o antigo latifúndio chamado Fazenda Mato Grosso desaparecia na prática e no papel, para se tornar de fato e de direito em Mutirão de Campo Alegre. Com esse decreto, o governo carioca não precisou pagar a terra, afinal os grileiros não tinham escritura, só indenizando as benfeitorias lá construídas por quem se dizia dono da área.

A experiência mostrou a importância do trabalho coletivo não só para a auto defesa dos trabalhadores, mas também porque dá mais resultados com menos esforço. A área conta, hoje, com o trabalho de mais de 400 fa-

mílias. Muitas continuam morando na cidade grande e só vão ao Mutirão para trabalhar a terra. Nem todas, no entanto, trabalham coletivamente. Há uma combinação do trabalho coletivo com a iniciativa individual em lotes de três hectares por família. Algumas das vantagens dessa combinação são as seguintes:

- As ocupações anteriores a 1964 estabeleceram um módulo tradicional de 19 hectares, depois baixados para 15 hectares. Só assim o lavrador tem terra suficiente para plantar e deixar uma parte do solo descansando, em rodízio, senão a terra se esgota rápido. Como os lotes individuais são pequenos, é nas áreas coletivas onde é feito o rodízio. O trabalho em comum, uma vez aperfeiçoado o sistema, pode funcionar como escola agrícola, treino

de auto-administração e formação de consciência política.

- Como estão juntos, trabalhadores do campo e da cidade, o coletivo é o melhor jeito de ensinar a turma da cidade a lidar com a terra.

- Todo o santo dia chega gente pedindo terra. Já são 3.600 inscritos. Muitos se engajam nas áreas coletivas. Outros só aparecem nos mutirões porque a comida está garantida. É uma inesperada experiência. Descobrem a solidariedade, a ajuda mútua, a luta comum. É uma reserva que vai abrindo novas frentes de luta, como o Parque Estoril, Guandú, Paracambi e outros. Na cidade, são reserva de trabalho a salário miserável. No Mutirão, viram reserva de combate pela Reforma Agrária.

- A cultura coletiva consolida, re-

força os vínculos e a união das famílias já assentadas. Ainda falta infraestrutura. Não há energia elétrica, nem condução. Escola, só um começo. Isso atrasa e dificulta a instalação definitiva das famílias. O remédio é trabalhar o lote e morar fora. A área coletiva mantém todos no clima solidário da comunidade. Fruto da autodefesa, o coletivo se impõe como instrumento político. Organiza, ensina, reúne o pessoal. Forma novas lideranças e cria condições para recuperar o sindicato. É a "Universidade dos Sem Terra" da Baixada Fluminense.

Administração

Na fase atual, o Mutirão de Campo Alegre desenvolve uma descentralização administrativa. Estão formadas e funcionando quatro direções regio-

nais nas áreas chamadas de **Fazendinha, Capoeirão, Mato Grosso e Chapadão**. Cada setor tem suas assembleias quinzenais, os diretores são gente do local capaz de atacar e resolver as questões que surgem, tudo direto, sem burocracia e sem muita conversa. Esses quatro comandos regionais juntos com a diretoria formam o Conselho de Campo Alegre, uma espécie de

parlamento que discute, decide e ao mesmo tempo participa da execução. A diretoria ainda é a mesma formada por consenso na época inicial da ocupação. Isso cria o risco do desgaste. O pessoal sentiu esse problema e vai dar um grande exemplo de democracia: eleição direta para os novos diretores. É isso aí.



A solidariedade é uma poderosa arma na vida do Mutirão

A terra pertence ao Mutirão

O Mutirão elaborou e vem aperfeiçoando seu regulamento, sua própria lei, sabendo muito bem que é uma pequenina ilha num mar de egoísmo e corrupção capitalista. Precisa defender-se e precaver-se. A primeira seção do Regulamento responde à pergunta: "De quem é a terra?" Resposta: "A terra foi conquistada por todos os trabalhadores juntos. Por isso ela não pode ser propriedade de ninguém. A terra pertence ao Mutirão. Cada ocupante tem direito de usar um lote para si próprio e para sua família. O lote não é comprado. Quem der dinheiro para obter terra perde o dinheiro e a terra. É proibido fazer qualquer tipo de negócio com o lote. Só tem direito a um lote os que querem trabalhar na agricultura e não tenham emprego fixo com salário alto, não sejam proprietários, nem comerciantes". Estão também excluídos os funcionários públicos civis e militares, da polícia, bem como quem tenha aposentadoria suficiente para

manter a família. Só fica com o lote quem começar a preparar a terra e a construir a casa dentro do prazo de três dias.

O capítulo das obrigações é um código de moral do povo trabalhador. É um dever o cultivo permanente da terra assim como o trabalho em grupo. É obrigatório o apoio aos que ainda não conquistaram a terra. Não comparecer às assembleias é falta grave. Quem não puder tocar seu lote deve devolvê-lo dentro de um ano e só receberá indenização pelas benfeitorias. O artigo 13 do Regulamento contém todo um programa ecológico, com medidas de proteção à natureza e preservação do meio ambiente. "O posseiro não pode fazer queimada, prender passarinho, caçar e desmatar picos de montes". No Mutirão nasce uma nova cultura. A autêntica cultura brasileira que é feita pelo povo e não a que vem enlatada dos Estados Unidos.

Reportagem de Isaac Akcelrud



Relações com o governo

O Mutirão de Campo Alegre ainda é muito pobre. Está saindo da miséria para a pobreza. Fartura e prosperidade são objetivos para o futuro. Tudo começou da estaca zero, com fome e frio. Os poucos, mas preciosos recursos, vieram da solidariedade de instituições amigas que também ajudaram na assistência jurídica e no apoio político. Isso tem um valor muito grande, mas não substitui os recursos técnicos e financeiros para tocar a lavoura. Apesar dos esforços dos trabalhadores, as duas safras já colhidas não foram muito boas. A primeira foi plantada sob as patas dos bois dos grileiros. A segunda enfrentou muita chuva que acabou alagando dois terços da área por causa de uma represa que acumula a água. Mesmo assim, foi possível colher um pouco de quiabo, arroz, milho, batata-doce, aipim, feijão, abóbora e frutas.

O Mutirão agora está lutando por máquinas, sementes, fertilizantes, transportes, crédito. Quer assistência de agrônomos, salas de au-

las, professores para as crianças. O que se tem atualmente é pouco e improvisado. É nesse ponto que surge o problema do relacionamento com o estado burguês. Exemplo disso foi a conquista de dois tratores e de um caminhão, depois de muita negociação e pressão dos lavradores.

Com a conquista das máquinas, alguns quiseram substituir a força da organização por entendimentos de cúpula com as autoridades. Por sua vez, o governo do Rio de Janeiro já não esconde mais sua intenção de transformar a assistência técnica — que não é favor mas sua obrigação — em instrumento de controle do Mutirão. Os defeitos e insuficiências da organização podem ser explorados em benefício da intervenção do estado. Já se falou até em botar uma administração do governo em Campo Alegre. Começa, pois, nova batalha: a luta pela autonomia e independência do Mutirão.

Resposta

Para responder a esses problemas, o Mutirão informou, por es-

crito, ao governador fluminense as decisões de seu Conselho em reunião realizada no final de junho passado. O Conselho define a independência e a identidade do movimento, "o que exige que Campo Alegre seja dirigido por sua própria gente", e se declara competente para administrar todos os recursos provenientes do governo federal e estadual, dos municípios, dos bancos e de quaisquer outras entidades.

Além disso, sempre que for o caso, o Mutirão apresentará ao poder público uma proposta administrativa para exame e decisão de comum acordo. Assim sendo, o caminhão e os tratores ficarão sob a guarda do Mutirão em garagem apropriada, com motoristas indicados e pagos pelo Mutirão e trabalharão sob a sua orientação. O Estado só se comunica com a direção do Mutirão. Seus agentes não podem promover reuniões paralelas. Como ponto final, o Mutirão exige que o representante do Estado seja um agrônomo. E estamos conversados.

Brizola faz reforma agrária silenciosa para 400 mil

Roberto Ferreira

Mais de 400 mil pessoas disputam a posse da terra em áreas urbanas e rurais do Estado do Rio. Só 13 mil tiveram seu pedaço assegurado pelas desapropriações realizadas no governo Leonel Brizola, embora não tenham a titulação das áreas que ocupam.

Uma "reforma agrária silenciosa, sem traumas" é como o secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, se refere ao trabalho desenvolvido para solucionar os 188 conflitos de terra no Estado. Em muitos casos, o despejo está próximo. Em outros, ainda longínquo. Segundo Vivaldo todos os envolvidos nesses conflitos têm pelo menos a garantia do governo estadual de que ninguém será despejado.

"Ponto de honra"

— É um ponto de honra para nós. Temos feito o possível e o impossível para impedir os despejos, que desagregam as famílias, deixam seus membros sem referências sociais e os impõem à marginalidade — diz o secretário. A reforma agrária, acrescenta, transcende as ideologias e é uma questão que precisa ser resolvida para garantir a sobrevivência do país como nação.

Para acelerar esse processo, a Secretaria Estadual de Justiça, através da Comissão de Assuntos Fundiários, procura um relacionamento mais estreito com o INCRA, mas os resultados não correspondem às expectativas. Vivaldo Barbosa informa que a principal proposta ao INCRA é de que o governo estadual seja o agente executor da reforma no Rio de Janeiro.

O INCRA, porém, ainda tem uma visão muito "formalista" do processo e não tem a autonomia que a solução do problema requer, segundo ele. Não esconde sua preocupação pelo abalo à confiabilidade do governo do Estado que a morosidade do INCRA pode acarretar. Pela legislação, embora competente para desapropriar áreas rurais, o Estado não pode distribuí-las e fazer a reforma agrária no campo. Essa prerrogativa é exclusiva do INCRA e, segundo o secretário, já se nota um "certo nervosismo" entre os posseiros rurais.

Para contornar o problema, o governo estadual tem-se valido do expediente de desapropriar as áreas para criar fazendas experimentais e nelas assentar os lavradores sem terras. Instalados nessas condições, os agricultores não terão nunca títulos de propriedade. Vivaldo Barbosa diz que, mesmo nas áreas urbanas desapropriadas, o Estado não pretende conceder esses títulos, para evitar que as terras sejam vendidas a terceiros.

Isso, porém, não significa que os beneficiados pelas desapropriações e seus descendentes não tenham direitos garantidos. O governo do Estado pretende que

a situação jurídica dessas pessoas seja definida através de um instrumento de "concessão real de uso", que impõe como única restrição a alienação da terra. Vivaldo lembra que, no final da década de 30, houve uma significativa repartição de terras, acompanhada por um grande projeto de irrigação, em Santa Cruz e Itaguaí. No entanto, a grande maioria dos beneficiados se desfez dos lotes de 10 hectares que recebeu e voltou a integrar a população favelada. É a repetição deste fato que o governo pretende evitar.

Desapropriações

De acordo com o secretário executivo da Comissão de Assuntos Fundiários, Edgar Ribeiro de Souza, já foram desapropriados cerca de 44 milhões de metros quadrados, dos quais 40 milhões 400 mil em áreas rurais e 3 milhões 600 mil em zonas urbanas, beneficiando cerca de 13 mil pessoas.

Na área rural, o principal projeto é o da Fazenda Campo Alegre, em Queimados, Nova Iguaçu. Campo Alegre tem uma área de 3 mil 500 hectares, onde foram assentados lavradores expulsos de outros locais ou desempregados. Edgar Ribeiro diz que o governo do Estado tem estimulado a organização dos agricultores em mutirão e está prestando assistência técnica e fornecendo sementes, calcário, tratores, além de colaborar na construção de depósitos para as colheitas e viabilizar o escoamento da produção. Este trabalho é desenvolvido em conjunto com técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento.

Na Zona Oeste do Rio foi desapropriada a Fazenda Engenho Novo, para evitar o despejo de 85 famílias de lavradores. A fazenda tem 2 milhões 670 mil metros quadrados e conta com infraestrutura mínima de produção, comercialização e transporte. Segundo Edgar Ribeiro, a preocupação maior do governo é o fornecimento de insumos básicos, a fim de que a produção volte aos níveis anteriores ao conflito.

Em Magé, atendendo a reivindicações do sindicato dos trabalhadores rurais, foi desapropriada uma área de 2 milhões 950 mil metros quadrados na Estrada da Cachoeira. Lá estão instaladas 90 famílias de pequenos lavradores que ocupam as terras há mais de 30 anos. Também em Magé, foi desapropriada a Fazenda Santa Rosa, cuja área é de 306 mil metros quadrados.

Na Fazenda Experimental de Itaiva, foram assentadas 31 famílias, que receberam do Estado o material necessário para construção de moradias e receberam um e meio salário mínimo durante 10 meses para se manterem até a primeira colheita. Em Maricá, foi desapropriada a Fazenda Inoá, em cujos 800 mil metros quadrados de área estão sendo desenvolvidas lavouras e criações de animais.

Negociações

Vivaldo Barbosa e Edgar Ribeiro explicam que o governo do Estado utiliza

vários recursos para garantir a posse da terra aos que dela necessitam. Em casos de ameaça de despejo, a primeira medida é obter do juiz um prazo para que o Estado possa negociar com os proprietários. Ao mesmo tempo, as autoridades policiais são instruídas para procederem com a máxima moderação. Com certo orgulho, Vivaldo revela que, desde o início do Governo Leonel Brizola, não houve um único registro de morte em conflitos de terra no Estado do Rio.

Nas negociações com os proprietários, o Estado oferece permutas por terras de sua propriedade e, quando isso não resolve, "se vale das armas de convencimento de que dispõe". Ele lembra que os proprietários de terras, geralmente, possuem outros interesses que, às vezes, conflitam com os do Governo. Dependendo do encaminhamento das negociações, esses outros interesses podem ser olhados com maior ou menor benevolência pelas autoridades.

Vivaldo Barbosa cita também casos em que, para não serem atingidos por um decreto de desapropriação em toda a extensão de suas terras, os proprietários concordam em doar uma pequena parte para assentamento de posseiros. Nesses casos, a solução corresponde ao ditado popular de que "é melhor perder os anéis do que os dedos". Esgotadas todas as possibilidades de acordo, só aí o governo se decide pela desapropriação.

Conflitos

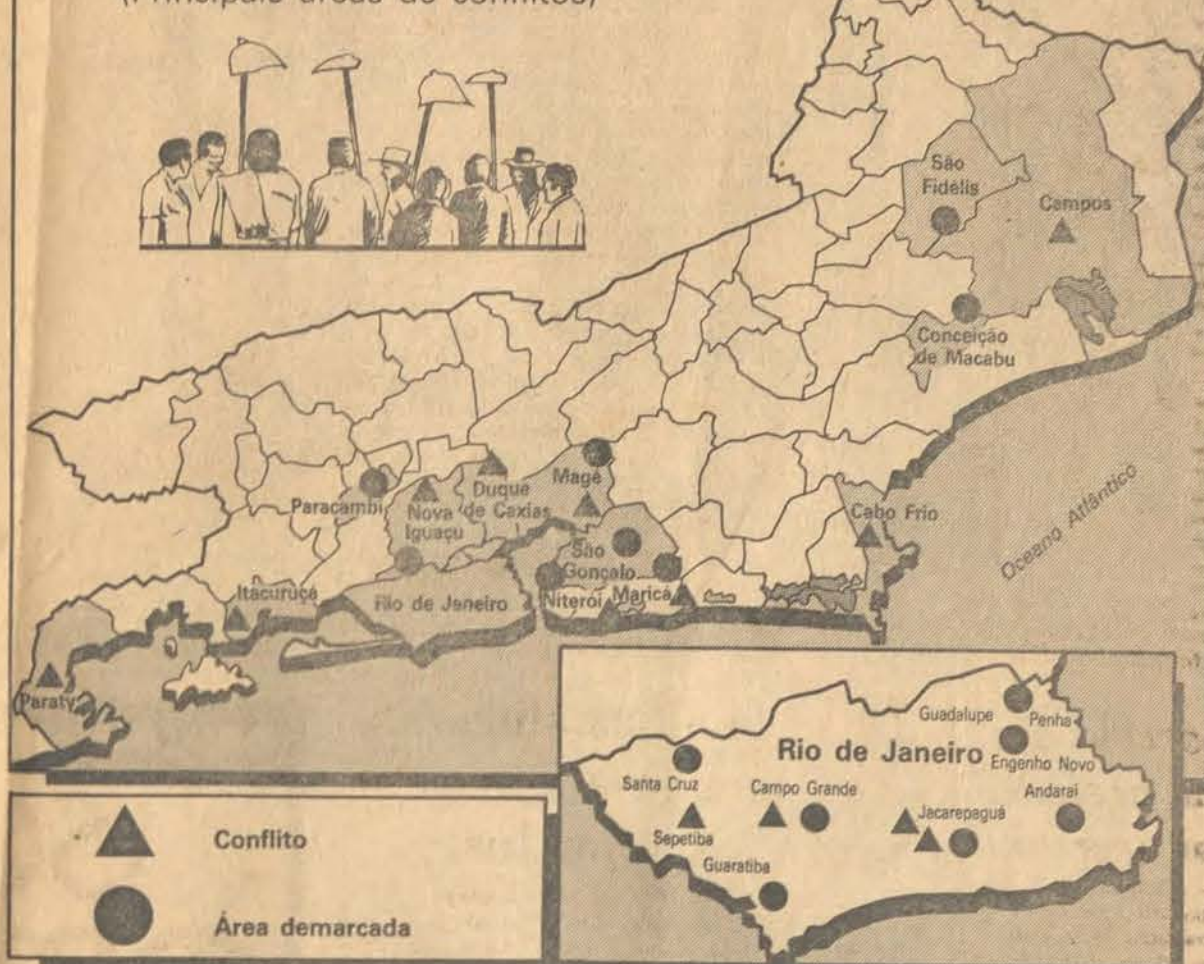
Os técnicos da Comissão de Assuntos Fundiários classificam em três tipos os conflitos de terra no Estado do Rio: urbanos, rurais e mistos. Nesta última classificação estão compreendidas as disputas em áreas urbanas onde ainda se desenvolve produção agrícola. Dos 188 conflitos que a comissão administra atualmente, 91 são urbanos, 67 rurais e 30 mistos.

Num grande quadro negro na Comissão de Assuntos Fundiários estão relacionadas 29 áreas de atuação prioritária, das quais 12 no município do Rio de Janeiro e 17 espalhadas pelo interior. Nessa relação, há áreas urbanas e rurais que já foram desapropriadas, mas que ainda não perderam o caráter de prioridade conferido pelo conflito que ali se desenvolveu.

No município do Rio, a concentração de problemas se verifica na Zona Oeste, principalmente nos bairros de Jacarepaguá e Campo Grande. Já na fase de estudos visando à desapropriação, há três áreas: uma localizada na Estrada do Sertão (em Jacarepaguá), outra no Largo da Batalha (em Penitência, Niterói) e a última na localidade de Fazendinha (Cabo Frio).

A disputa pela terra

(Principais áreas de conflitos)



José Marcelo e o filho trabalham na roça enquanto aguardam uma vaga no projeto

Campo Alegre já tem 600 famílias

Com o golpe militar de 1964, em 1º de abril, o lavrador José Batista, o Zeca, de 54 anos, foi expulso por grileiros de Governador Valadares (MG), onde nasceu, porque organizava trabalhadores rurais da região. Depois de 20 anos na Zona Oeste do Rio, como pedreiro, Zeca realizou seu sonho: desde o ano passado, integra as 600 famílias que conseguiram terra para plantar, num projeto-piloto de reforma agrária desenvolvido em Campo Alegre, Nova Iguaçu, com apoio do Estado.

Com as inscrições suspensas há uma semana, o Mutirão de Campo Alegre — organização dos trabalhadores rurais — recebe diariamente pelo menos seis pessoas interessadas em conseguir um lote de terra para cultivar. Na fila, estão 3 mil 951 famílias, informa o administrador do Mutirão, o técnico agrícola José Azevedo, 63 anos, que aguarda ansiosamente a primeira grande colheita, prevista para março de 86. Até agora, em 3 mil 500 hectares, os lavradores já produziram 15 toneladas de alimentos.

Corrida ao campo

Conhecida área de conflito de terras entre grileiros, criadores de gado e lavradores, desde 1983, Campo Alegre é uma aprazível localidade de morros verdejantes, a cerca de 60 quilômetros do Rio. O lugar fica em Queimados, distrito de Nova Iguaçu e de onde se avista o parque industrial do município. As primeiras 500 famílias de lavradores chegaram ali, em janeiro do ano passado. Logo depois, o Estado desapropriou a área, indenizando antigos posseiros.

Em pouco tempo, iniciou-se uma grande corrida entre antigos lavradores, que alegavam estar "passando fome" na periferia das cidades. Eles deixaram favelas, morros, bairros da Zona Oeste e da Baixada, em busca de três hectares — 30 mil metros quadrados — sem direito a título de posse. O operário aposentado José Marcelo de Oliveira, 73 anos, chegou em janeiro deste ano e, enquanto aguarda uma vaga, trabalha na roça de grandes proprietários rurais — vizinhos ao Mutirão —, recebendo cerca de Cr\$ 12 mil por dia, além da boia:

— Eu sou filho da lavoura, de Rio Claro (RJ), mas agora moro em Itaguaí, onde me aposentei, e quero retornar para a roça, onde pelo menos garanto o que comer. Antes do Mutirão de Campo Alegre, isso aqui era uma pobreza. Agora, é tudo fartura — diz Marcelo, trabalhando a terra com um enteado, Nilson Pereira de Almeida, de 14 anos. E lembra que recebeu Cr\$ 500 mil de aposentadoria, "uma mixaria que não dá para nada".

Reforma Agrária, já

— A reforma agrária começou em Campo Alegre — anuncia, orgulhoso, o administrador José Azevedo, que chegou no local pouco depois das primeiras famílias, no ano passado. Azevedo lembra que houve reação dos criadores de gado — numa terra completamente abandonada — e até a intervenção da Polícia Militar. "O que nos trouxe pra cá foi a fome", diziam os trabalhadores, segundo Azevedo, que acompanha a crescente produção da agricultura num local "onde antes só tinha boi".

De acordo com o administrador, os 3 mil 500 hectares desapropriados pertenciam ao próprio Estado, que perdeu a área ao longo dos anos, para grileiros e posseiros. Das 600 famílias que hoje ocupam a região, a maioria saiu de favelas. No início, houve dificuldades de readaptação no campo:

— Eu trabalhava como eletricitista e bombeiro hidráulico numa escola, na Barra da Tijuca, quando soube que estavam distribuindo terra por aqui. Vivia de biscoito, mas minha ideia nunca fugiu da roça, de onde eu vim e só saí para não morrer de fome — testemunha Ezequias da Costa Soares, 56 anos, mineiro de Espera Feliz, que chegou em Campo Alegre em

junho do ano passado. Hoje planta aipim, batata-doce, quiabo, e inhame.

Segundo o administrador José Azevedo, os trabalhadores de Campo Alegre, embora participem de um projeto estadual, sabem que está em curso um projeto de reforma agrária no país. Com um Regulamento Rural a ser cumprido — que varia de regras como estar à disposição de trabalhos em mutirão, se convocado, a uma lei seca — os lavradores participam de assembleia geral para avaliação do trabalho, a cada primeiro sábado do mês. Azevedo ressalta, entretanto, que a opção partidária é livre, embora predomine a retórica e a ação do PDT. "Se houver alguém por aí de outra corrente, só escondidinho", diz Azevedo.

Trabalhadores como José Batista e Ezequias da Costa Soares negam a infiltração comunista nos sindicatos rurais.

— Isso é uma farsa que usam para amedrontar os camponeses, denuncia José Batista, usando inadvertidamente o jargão esquerdista para trabalhador rural. Em 1964, ano em que começou o regime militar passado, ele chegava ao Rio, de Governador Valadares, num tonel de cachaça transportado por um irmão, fugindo de experiências fracassadas de reforma agrária no governo João Goulart.

Produção e Governo

Organizados num mutirão — que acabou dando nome ao plano de reforma agrária —, os trabalhadores procuraram apoio do governo do Estado, logo após o retorno ao campo. "No Palácio Guanabara, fomos bem recebidos e até hoje estão nos dando um apoio excelente", contou o lavrador Zeca, lembrando que "nenhum governador fez o que Brizola tem feito aqui".

Apesar dos problemas financeiros dos lavradores (alguns ainda dividem o trabalho entre o campo e biscoites na cidade), o administrador José Azevedo observa que o apoio do governo tem sido total: enviou três técnicos e um agrônomo da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), ferramentas, sete tratores com implementos agrícolas, maquinária, instalou um posto médico, construiu uma escola (o Brizolinha) e as primeiras 20 casas financiadas pela Secretaria de Trabalho e Habitação. A partir de janeiro, será instalada energia elétrica e, depois, água canalizada (atualmente é de poço).

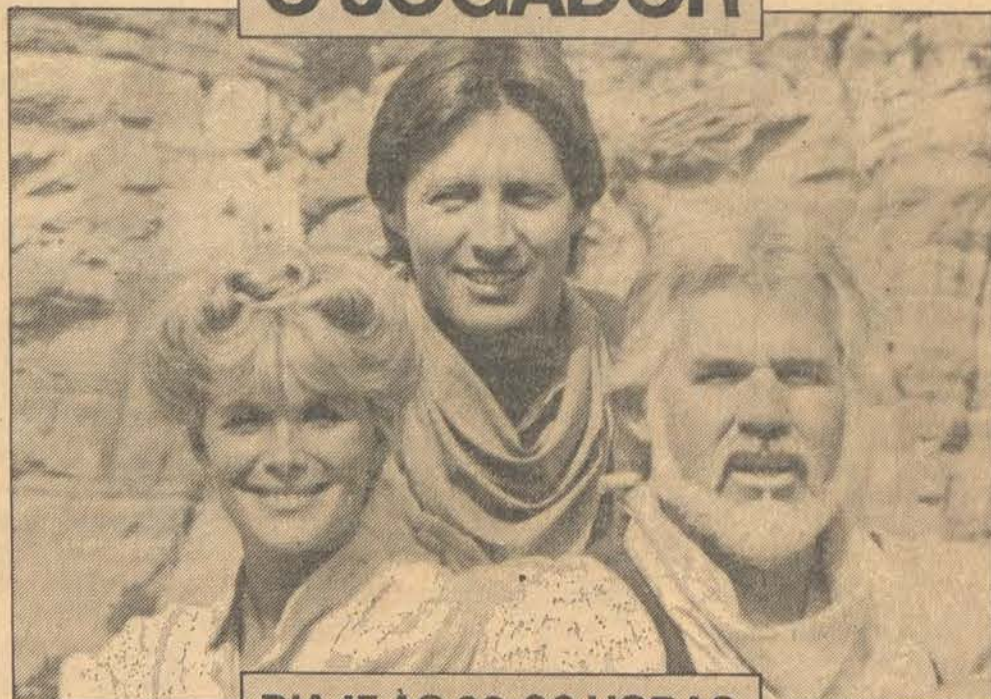
Azevedo informou também que o Estado fornece sementes, que são pagas, sem juros ou correção monetária, com projeto que para abastecer hospitais e órgãos do Estado. O administrador garante que, apesar dos regulamentos para detenção da posse, que exclui comerciantes, funcionários públicos, militares e proprietários rurais, a produção e o comércio são livres. Atualmente, grande parte da produção escapa para a CEASA ou, em menor quantidade, é vendida em feiras livres da Baixada Fluminense.

— A lavoura, pode ter certeza, dá mais lucro do que qualquer emprego. Eu plantei desde 16 de novembro do ano passado e, com 40 quilos de semente de arroz, consigo 80 sacas de 50 quilos. Cultivo também feijão, milho, abóbora e quiabo, e com o dinheiro do plantio j comprei até uma vacinha, a Juliana, que está valendo Cr\$ 7 milhões — conta, satisfeito, o lavrador Zeca, que assegura um mínimo de Cr\$ 10 milhões por ano, sem contar "o vestido e a alimentação da família" ("mulher e quatro filhos menores").

Além disso, Zeca lembra que, no campo, ganhou novamente o preparo físico da juventude, perdido na cidade, entre muitos goles de cerveja: "Aqui, perdi até agora 30 quilos só no trabalho da roça", explica o lavrador, elogiando também com a vida calma do lugar, onde o único lazer é "um forrozinho, para alguns", ou o caminho da igreja, para outros. A produção total de Campo Alegre, estimada hoje em 15 toneladas no primeiro ano, deve alcançar o dobro na primeira grande colheita do próximo ano.

NÃO APOSTE COM ELE. VOCÊ VAL PERDER.

O JOGADOR



DIA 15 ÀS 22:00 HORAS

Kenny Rogers é Brady Hawkes, um jogador profissional com uma grande causa nas mãos: recuperar seu filho, raptado por uma quadrilha de ladrões. Na perseguição implacável pelo oeste, ele conta com a ajuda de seu fiel amigo Montana (Bruce Boxleitner) e de uma cantora e pistoleira, Kate Muldoon (Linda Evans). O Jogador é mais um especial inédito da Semana Papai Noel pra você.



PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO
DA

ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E PRODUTORES
DE MATO GROSSO - NOVA IGUAÇU



dezembro/1986

PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES
E PRODUTORES DE MATO GROSSO - NOVA IGUAÇU - RJ

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

- 1 - HISTÓRICO
- 2 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA
 - 2.1 - Localização e entorno
 - 2.2 - Dimensões da área e relevo
 - 2.3 - Solos
 - 2.4 - Clima
 - 2.5 - Hidrografia
- 3 - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA
 - 3.1 - Atividades desenvolvidas antes do assentamento
 - 3.2 - Caracterização do assentamento
 - 3.2.1 - Produção agrícola atual
 - 3.2.2 - Mão de obra ocupada
 - 3.2.3 - Organização da produção
 - 3.2.4 - Comercialização e armazenagem
 - 3.2.5 - Receitas geradas
 - 3.3 - Economia da região
- 4 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
 - 4.1 - Situação legal das terras
 - 4.2 - Número de lotes e áreas comuns
 - 4.3 - População
 - 4.4 - Áreas média explorada por família
 - 4.5 - Escolaridade, condições sanitárias e de habitação
 - 4.6 - Disponibilidade de serviços de saúde, educação, transporte e comunicação
 - 4.6.1 - Saúde
 - 4.6.2 - Educação
 - 4.6.3 - Transportes
 - 4.6.4 - Comunicação
 - 4.7 - Origem da população
 - 4.8 - Organização interna do assentamento
- 5 - INVESTIMENTOS EXISTENTES
 - 5.1 - Disponibilidade de energia
 - 5.2 - Disponibilidade de água para produção e consumo
 - 5.3 - Equipamentos
 - 5.4 - Construções
 - 5.5 - Armazenagem
- 6 - APOIO DISPONÍVEL
 - 6.1 - Assistência técnica
 - 6.2 - Crédito

7 - PROJETO

- 7.1 - Avaliação dos problemas estruturais e circunstanciais do assentamento
 - 7.1.1 - Dificuldades no preparo do solo
 - 7.1.2 - Solos ácidos - necessidade de correção
 - 7.1.3 - Má conservação de estradas
 - 7.1.4 - Comercialização deficiente
 - 7.1.5 - Precariedade de condições de armazenamento e de guarda de equipamentos
 - 7.1.6 - Deficiências no beneficiamento e embalagem dos produtos
 - 7.1.7 - Necessidade de incremento de atividades de alta rentabilidade
 - 7.1.8 - Assistência técnica deficiente
 - 7.1.9 - Impossibilidade de acesso ao crédito rural
 - 7.1.10 - Fixação do jovem no assentamento
 - 7.1.11 - Necessidade de drenagem
- 7.2 - Investimentos projetados
- 7.3 - Resultados esperados
 - 7.3.1 - Aumento da produtividade
 - 7.3.2 - Aumento da área cultivada e do rebanho suíno
 - 7.3.3 - Aumento da produção e da renda gerada
- 7.4 - Custos de produção tomados como base para cálculos

8 - ANÁLISE FINANCEIRA

9 - LIBERAÇÃO DE RECURSOS

10 - BENEFICIÁRIO

11 - ELABORAÇÃO DESTE PROJETO

ANEXO - CÓPIA DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES
E PRODUTORES DE MATO GROSSO

Handwritten signature

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro é hoje detentor do maior índice de êxodo rural do Brasil, em termos relativos. Cerca de 95% de sua população vive nos centros urbanos, que, a cada ano que passa, incham de forma assustadora, trazendo problemas de difícil solução: marginalidade, violência, desemprego, etc..

Em contra-partida, o que se vê no campo é a ofensiva ociosidade das terras. Aproximadamente 50% da área agricultável do Estado encontra-se inproveitada, alvo de especuladores que esperam valorização das terras para vendê-las a turistas, sitiante de final-de-semana ou simplesmente transformá-los em loteamentos; dos outros 50% a maior parte é destinada à pecuária extensiva.

Diante deste quadro, não é de se estranhar o fato de que hoje o Estado do Rio de Janeiro é obrigado a importar 70 a 90% dos alimentos que consome.

Nos últimos quatro anos, houve um crescimento significativo no número de ocupações de terras ociosas promovidas por trabalhadores rurais sem terra. Terras inproveitadas, sub-exploradas, com enorme potencial de produção vêm, através do suor e da luta destes trabalhadores, cumprir seu papel de gerar o sustento das populações do campo e da cidade, ao mesmo tempo em que se esboça a consolidação da justiça social, dura conquista que não se concretizará somente com assentamentos esparsos de famílias sem-terra, mas que decerto depende do sucesso destes assentamentos para avançar mais e mais até se chegar à verdadeira paz social no campo.

6 Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA - abre esperanças em milhares de trabalhadores rurais que reivindicam o direito de uma chance. Chance para trabalhar, produzir, para servir ao povo da cidade. Chance para garantir sua permanência na terra tão duramente conquistada e arrancar dela seus frutos. Chance para reverter um quadro caótico no panorama agrícola e fundiário de nosso Estado.

Sem recursos para permanecer na terra, simplesmente não há permanência na terra. Não há muito o que fazer apenas com ~~ent~~ada e boa vontade, sem ter acesso a modernas tecnologias, máquinas e equipamentos que aumentem o rendimento do trabalho, insumos de qualidade que reverterão em maior quantidade de alimentos. É preciso investir para que os assentamentos rurais sobrevivam, pois sua sobrevivência significa a sobrevivência de toda a sociedade.

AX

1 - HISTÓRICO

A 9 de janeiro de 1984 cerca de trezentas famílias ocuparam o "bairro" Campo Alegre, um loteamento urbano totalmente abandonado, sem construções, grilado por oito criadores de gado.

O MATO GROSSO, uma das sete atuais regionais de Campo Alegre, foi a primeira área a ser ocupada. É lá que se encontram os camponeses mais antigos de Campo Alegre.

A ocupação iniciou pela área grilada pelo Coronel Inácio (hoje Mato Grosso) e avançou de forma progressiva para as áreas retidas pelos outros grileiros (formando as outras regionais). Enfrentaram toda sorte de ameaças do Coronel, que tentou intimidar as famílias soltando o gado sobre as primeiras lavouras, apon-tando-lhe armas, destruindo e queimando barracos e chamando a polícia, que, na época prendeu algumas lideranças levando-as para a Delegacia de Queimados, o que provocou uma caminhada de 15 km de todos os ocupantes até a porta da delegacia, da frente da qual só saíram com os companheiros libertados.

A partir daí foram iniciados os contatos com o governo estadual, através da então Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça. Após muita pressão e um acampamento na porta do Palácio Guanabara, o governador Leonel Brizola assinou, a 20 de julho de 1984, um decreto declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação.

Neste período, em que ainda havia ameaças de grileiros, inclusive contra a vida dos ocupantes, todas as atenções foram voltadas para atividades que aglutinassem os camponeses. Apesar de cada um possuir seu sítio (a área estava em fase de divisão), cerca de quarenta camponeses trabalhavam em roças coletivas, e havia mutirões com a presença de todos os ocupantes pelo menos uma vez por semana. Era uma forma de demonstrar força e de manter a segurança.

Com a interferência do Estado, iniciou-se um processo de desapropriação de benfeitorias dos grileiros. Com isto, a situação tornou-se mais calma (as desapropriações em alguns casos beiraram a indenização), e os posseiros puderam voltar suas atenções para seus próprios sítios e para a produção.

O tamanho de Campo Alegre e seus acidentes geográficos propiciaram a subdivisão em regionais, com diretorias próprias, uma das quais é o MATO GROSSO, que conta atualmente com 127 famílias assentadas em sítios individuais de 3 ha cada, estando 84 delas aglutinadas na Associação dos Camponeses e Produtores do Mato Grosso.

2 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

2.1 - Localização e Entorno

O assentamento de Mato Grosso está localizado no município de Nova Iguaçu, distrito de Queimados, a 15 km da sede do distrito. Esta é alcançada pela estrada Queimados-Cabuçu e estrada do Mato Grosso.

O assentamento tem por confrontantes a noroeste a regional do Capoeirão, a nordeste a estrada do Mato Grosso e a Fazenda Santa Cruz, a sudeste a regional do Marapicu, a sul os rios Ipiranga e Cabuçu, e a oeste a fazenda de Joaquim Pereira Reis.

2.2 - Dimensões da área e Relevô

A área tem aproximadamente 520 ha, sendo 27% com relevô ondulado. O ponto culminante do Mato Grosso tem 96 m, sendo que apenas três elevações apresentam cotas acima de 50 m.

2.3 - Solos

Os solos do assentamento são do tipo podzólico, caracterizados por uma camada superficial arenosa ou areno-argilosa e uma camada inferior francamente argilosa (horizonte B textural), conhecida popularmente como "tabatinga". Nas áreas baixas pode apresentar sinais de gleyzação (acúmulo de água). Estas condições, em geral, são típicas da Baixada Fluminense.

As análises de solo mostram uma tendência de baixos teores de potássio nas partes baixas e médios teores nas partes altas. Além disso, apresentam-se pobres em fósforo, condição esta frequente em solos tropicais. Pedem também calagem, por estarem ácidos e pobres em cálcio e magnésio.

Há uma área permanentemente alagada de cerca de 90 ha. Há também algumas manchas de solo com perfil decapitado, ou seja, com a superfície raspada para retirada de areia e grama, comércio criminoso permitido pelos grileiros que ocupavam a área. Isto corresponde a cerca de 30 ha (6% da área).

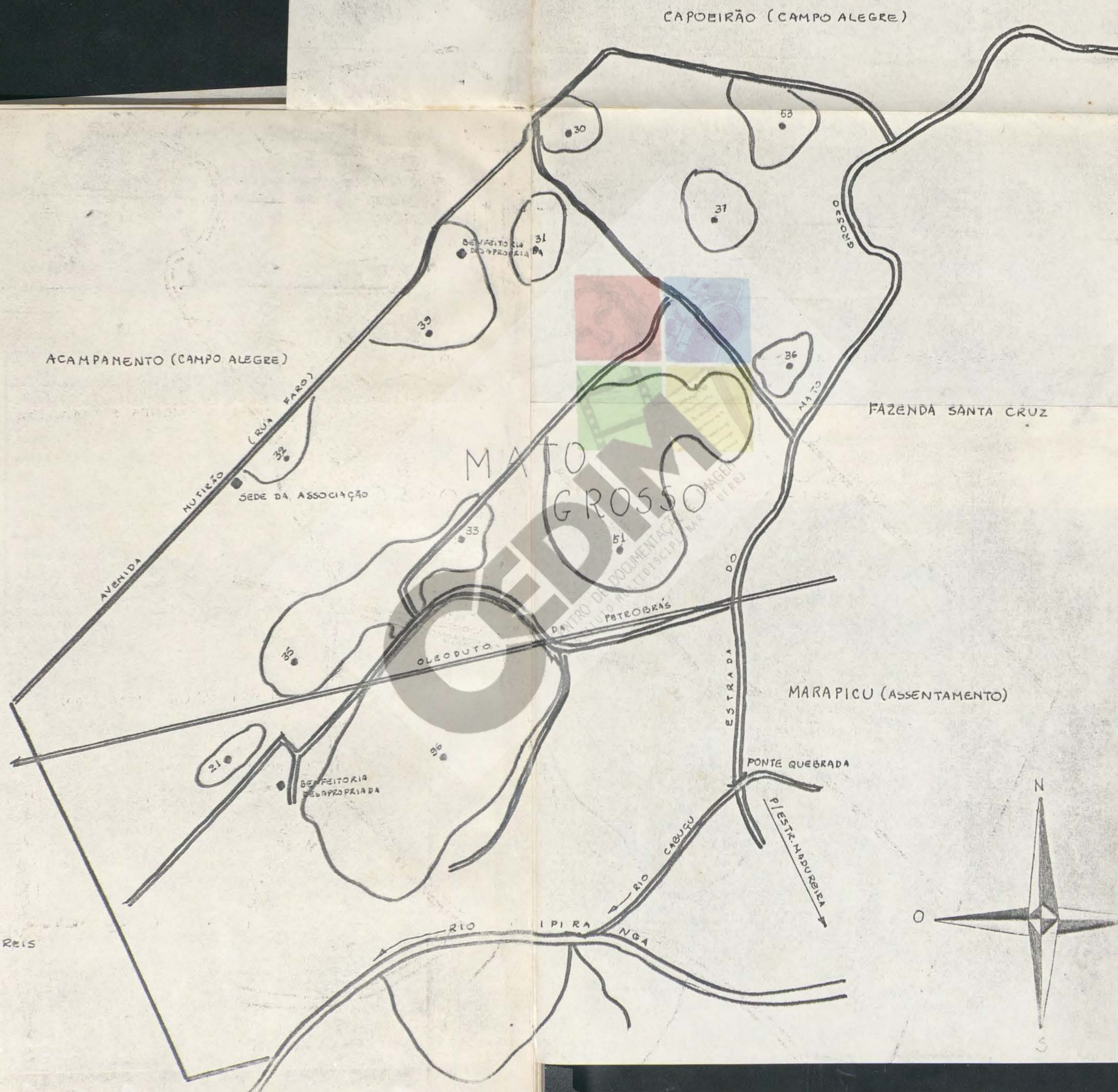
2.4 - Clima

O clima da região é quente e úmido (Aw) da classificação climática de Köppen, caracterizado por temperaturas altas na maior parte do ano, e apenas alguns dias de frio no inverno. A temperatura média máxima durante o ano gira em torno de 26°C e a média mínima em torno de 19°C, conforme quadro nº 1.

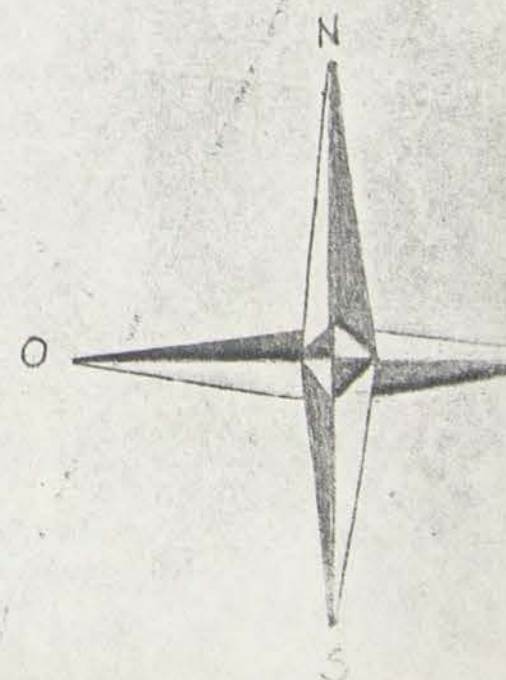
O regime pluviométrico apresenta uma concentração de 80 % das precipitações na primavera e no verão, sendo que o total pluviométrico oscila em torno dos 1.200 mm anuais, conforme quadro nº 2.

2.5 - Hidrografia

A região é margeada ao sul pelo rio Ipiranga e seu afluente, o rio Cabuçu, ambos pertencentes à sub-bacia do rio Guandu. Ambos apresentam águas poluídas, principalmente no que tange à taxa de coliformes. Parte da área ribeirinha do rio Ipiranga é permanentemente alagada, conforme já citado em 2.3, cujo nível de água é controlado pela estação de tratamento de águas do rio Guandu. Cumpre sa-



JOAQUIM
PEREIRA REIS



QUADRO 1 - TEMPERATURAS MÉDIAS MENSAIS
 período de leitura: 1931-1975
 local: Estação Ecologia Agrícola - Itaguaí

MÊS	MÉDIA MENSAL (° C)
janeiro	25,8
fevereiro	26,0
março	25,2
abril	23,1
maio	21,2
junho	20,2
julho	19,6
agosto	20,6
setembro	21,4
outubro	22,2
novembro	23,0
dezembro	24,4
temperatura média anual: 22,7 °C	

FONTE: FIDERJ/SIPE

QUADRO 2 - ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS MENSALS
 período de leitura: 1931-1975
 local: Estação Ecologia Agrícola - Itaguaí

MÊS	PLUVIOSIDADE (mm)
janeiro	207,4
fevereiro	167,3
março	191,2
abril	95,1
maio	55,1
junho	36,7
julho	28,3
agosto	36,2
setembro	53,4
outubro	95,4
novembro	136,0
dezembro	189,1
TOTAL	1.291,7

fonte: FIDERJ/SIPE

liantar que a foz do rio Ipiranga fica à montante da tomada d'água da referida
tação de tratamento.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE REA

[Handwritten signature]

3 - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

3.1 - Atividades Desenvolvidas antes do Assentamento

A região era ocupada por criação extensiva de gado de corte, empregando apenas uma família.

Em termos de agricultura, nada havia.

3.2 - Caracterização do Assentamento

3.2.1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATUAL

O quadro nº 3 mostra a predominância da cultura de subsistência e da olericultura de espécies rústicas, que servem tanto para subsistência como para comercialização.

É um quadro decorrente do baixo poder aquisitivo dos camponeses, sua impossibilidade de adquirir insumos necessários e realizar pequenos investimentos para o aumento de produtividade das espécies já cultivadas e o aumento da área cultivada com olericultura de boa rentabilidade (quiabo, jiló, maxixe, pimentão, abóbora, etc.).

Apesar de o assentamento já ter mais de dois anos, as dificuldades e problemas sentidos são as mesmas de um assentamento recém-formado: inacessibilidade ao crédito, pouca assistência seja técnica ou social, poucos e precários equipamentos, dificuldade de comercialização e de vias de escoamento, etc.. Tudo isto reflete-se em menor renda para o camponês, logo menor capacidade de investir, menor produção, menor produtividade, fechando um círculo vicioso que não tem fim, salvo com a entrada de recursos capazes de montar infra-estrutura básica.

A tecnologia usada é ainda bastante rudimentar: sementes certificadas são muito pouco usadas, exceto em boa parte das lavouras de quiabo; já existe alguma aplicação de calcário que no entanto atingiu pequenas áreas; adubação praticamente inexiste: alguns procuram usar adubo orgânico (esterco de boi) em culturas mais exigentes, mas a dificuldade de transporte interno é forte empecilho para tal prática; há alguns que procuram fazer adubações foliares nas espécies olerícolas mais exigentes; muitos procuram não queimar o mato para aproveitar a palhada.

Nota-se a tendência, comum no lavrador brasileiro, de usar espaçamentos muito grandes em lavouras como o milho, o feijão e o arroz.

Há uma grande preferência, circunstancial, por aipim e batata-doce, pelo fato de que já não há necessidade de se comprar manivas e ramas para sua propagação, ou seja, os camponeses já são auto-suficientes em material propagativo.

Em relação ao preparo de solo, tem havido diversos problemas devido ao subdimensionamento do trator da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários / que lá se encontra: apenas 36 HP de potência. Isto significa, diante do trabalho que pela necessidade é exigido da máquina, motor constantemente forçado e avarias frequentes, comprometendo a primeira operação do ano agrícola, o preparo do solo e consequentemente todas as etapas seguintes. Com isto, muito do trabalho de preparo de solo é feito total ou parcialmente a mão, impedindo que se expanda a área cultivada. Assim, os camponeses procuram aproveitar ao máximo a terra preparada, ocupando-a com um super-consorciamento de espécies que, entre

QUADRO 3 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATUAL

ESPÉCIE	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
	nas águas (ha)	na seca (ha)		
arroz	16		16 t	1.000 kg/ha
feijão		25	10 t	400 kg/ha
milho	35		42 t	1.200 kg/ha
quiabo	25	10	17.500 cx	500 cx/ha
abóbora	17		255 t	15 t/ha
batata doce		8	120 t	10 t/ha
aipim	40	40	400 t	10 t/ha
jiló		12	120 t	10 t/ha
maxixe	(15)		45 t	3 t/ha
TOTAL	133	95		

Observações:

- 1) O aipim ocupa o solo por 12 meses, daí sua área ser computada em ambas as colunas (plantio das águas e plantio da seca).
- 2) A área ocupada pelo maxixe está incluída na área ocupada pelo quiabo, visto serem culturas tradicionalmente consorciadas.

QUADRO 4 - PRODUÇÃO POTENCIAL DO ASSENTAMENTO

ESPÉCIE	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE
	nas águas	na seca		
arroz	16		40 t	2.500 kg/ha
feijão		25	14,4 t	600 kg/ha
milho	35		48 t	2.000 kg/ha
quiabo	40	80	120.000 cx	1.000 cx/ha
abóbora	40		1.200 t	30 t/ha
batata doce		25	625 t	25 t/ha
aipim	70	70	1.400 t	20 t/ha
jiló		30	600 t	20 t/ha
maxixe	(30)	(50)	400 t	5 t/ha
banana	10	10	60 t	6 t/ha
TOTAL	211	240		

Observações:

- 1) Aipim e banana ocupam a área durante todo o ano, daí serem computados nas duas colunas (plantio das águas e plantio da seca).
- 2) A área ocupada pelo maxixe está incluída na área de quiabo visto serem culturas tradicionalmente consorciadas.

outros fatores, ocasiona a baixa produtividade por espécie.

No entanto, o potencial da área é maior. O quadro nº 4 apresenta a capacidade de produção do Mato Grosso que poderá ser alcançada a curto e médio prazo levando-se em conta as espécies que já estão sendo cultivadas.

Note-se que as culturas, para atingir seu maior valor econômico, deverão ser plantadas em épocas diferentes. Assim, o quiabo, o jiló, o maxixe deverão / ser preferencialmente culturas para o inverno, exigindo irrigação ; as outras espécies, que não sofrem grande oscilação de preço durante o ano, deverão obedecer à sua preferência sazonal.

Como já foi dito, estes são resultados que podem ser atingidos a curto e médio prazos. Pensando em prazos mais longos, espera-se incremento de culturas como pimentão, abobrinha italiana, hortaliças de canteiro, etc..

3.2.2 - MÃO DE OBRA OCUPADA

A mão de obra ocupada é basicamente a familiar, havendo contratação esporádica de serviços entre vizinhos nas épocas de maior concentração de serviços.

3.2.3 - ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O processo de produção é tocado de forma individual, em sítios de 3 ha. Os produtos a serem cultivados são de escolha do sitiante.

3.2.4 - COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAGEM

A comercialização, a grosso modo, é feita de forma individual: ou o próprio produtor carrega até o mercado a quantidade que puder, ou então entrega sua / produção ao atravessador.

Há também a possibilidade de se comercializar a produção diretamente com o consumidor, nas feiras de final de semana em Queimados. Para isto, os camponeses do Mato Grosso contam com um caminhão de propriedade da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários. No entanto, esta é uma medida que ainda não atinge todos os produtores, devido à pequena capacidade de carga do veículo (2,6 toneladas entre pessoas e carga) e a impossibilidade de ter este veículo à disposição em outros dias da semana (ele é cedido apenas aos domingos). É, no entanto, um esboço de tentativa de comercialização organizada, que poderá ser desenvolvido.

Em relação à armazenagem, não há nenhuma estrutura de armazenamento no local. A produção é guardada dentro de casa.

3.2.5 - RECEITAS GERADAS

Veja quadro nº 5.

3.3 - Economia da Região

A economia da região é caracterizada pela pequena produção agrícola de áreas recém ocupadas por trabalhadores rurais sem terra, agregadas ao Mutirão de Campo Alegre. Além disto há diversos pequenos sítios e loteamentos urbanos ao redor.

QUADRO 5 - RECEITAS GERADAS COM A ATUAL PRODUÇÃO AGRÍCOLA

ESPÉCIE	CUSTO DE PRODUÇÃO (Cz\$/ha)	ÁREA OCUPADA (ha)	CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO (Cz\$)	PRODUÇÃO	REDA BRUTA (Cz\$)	REDA LÍQUIDA (Cz\$)
arroz	1.800,00	16	28.800,00	16 t	48.000,00	19.200,00
feijão	2.100,00	25	53.000,00	10 t	68.470,00	15.470,00
milho	1.550,00	35	54.250,00	42 t	126.000,00	71.750,00
quiabo	1.800,00	35	63.000,00	17.500 cx	875.000,00	812.000,00
abóbora	1.600,00	17	27.200,00	255t	510.000,00	482.800,00
batata doce	1.400,00	8	11.200,00	120t	240.000,00	228.800,00
aipim	1.400,00	40	56.000,00	400t	320.000,00	264.000,00
jiló	1.480,00	12	17.760,00	120t	375.000,00	357.240,00
maxixe	100,00	15	1.500,00	45 t	112.500,00	111.000,00
TOTAL			312.710,00		2.674.970,00	2.362.260,00

Observações:

- 1) Os custos de produção constantes no quadro são referentes apenas ao preparo do solo e compra de sementes, visto se rem somente estas, em geral, as despesas que a maioria dos camponeses têm condições de custear.
- 2) Em relação ao maxixe, o custo de produção refere-se apenas as sementes, visto o preparo de solo estar incluído na cultura de quiabo, por se tratarem de culturas consorciadas.

4 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

4.1 - Situação legal das terras

As terras, ao serem ocupadas, encontravam-se em situação legal duvidosa. Tratava-se de área destinada a loteamento urbano (Bairro Campo Alegre) demarcada há cerca de trinta anos, que no entanto encontrava-se abandonada, embora totalmente vendida. Quem ocupava a área eram criadores de gado, proprietários de um ou dois lotes urbanos e que a partir deles foram expandindo sua área até ocupar centenas de hectares com suas criações (grilagem).

Seis meses após a ocupação, o governador do estado do Rio de Janeiro, após o acampamento dos ocupantes na porta do Palácio Guanabara, assinou um decreto declarando a área como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação.

Duas benfeitorias foram desapropriadas pelo governo do Estado.

Atualmente, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, legalmente impossibilitada de desapropriar para fins de reforma agrária, iniciou processo de compra da área lote por lote.

4.2 - Número de lotes e Áreas Comuns

QUADRO Nº 6 -

TIPO	NÚMERO	ÁREA MÉDIA	ÁREA TOTAL
lote individual	127	3 ha	381 ha
lote coletivo	3	3 ha	9 ha
lote comunitário	-	1 ha	1 ha
TOTAL	130		391 ha

4.3 - População

Nº de famílias assentadas : 127

Nº de famílias associadas: 84

Nº de pessoas agregadas/empregadas: não há

Nº de pessoas por família: 5 (em média)

Nº total de pessoas: aproximadamente 650

População ocupada (acima de 14 anos): aproximadamente 250

4.4 - Área média explorada por família

A área média explorada por família e a renda gerada estão no quadro nº 7.

4.5 - Escolaridade, Condições Sanitárias e de Habitação

O nível de escolaridade dos adultos é, em geral, de curso primário incompleto.

Quanto ao nível de escolaridade infantil, é difícil determinar com precisão visto que, devido à ausência de boas escolas nas proximidades, muitos camponeses deixaram seus filhos na cidade em casas de parentes ou compadres, onde há maior disponibilidade de estabelecimentos de ensino. A tendência é de que, à medida que se aprimore a infra-estrutura social, a população infantil aumente.

QUADRO 7 - ÁREA MÉDIA EXPLORADA POR FAMÍLIA E RENDA GERADA

ESPÉCIE	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO TOTAL	AUTO CONSUMO	PRODUÇÃO VENDIDA	PREÇO MÉDIO (Cz\$)	RENDA BRUTA (Cz\$)	RENDA DA PRODUÇÃO VENDIDA (Cz\$)	RENDA LÍQUIDA (Cz\$)	RECEITA FISCAL (Cz\$)
	nas águas	na seca									
arroz	0,2	-	1.000 kg/ha	200 kg	200 kg	-	150,00/sc	600,00	-	240,00	-
feijão	-	0,3	400 kg/ha	120 kg	120 kg	-	410,00/sc	820,00	-	190,00	-
milho	0,4	-	1.200 kg/ha	480 kg	480 kg	-	180,00/sc	1.440,00	-	820,00	-
quiabo	0,3	0,1	500 cx/ha	200 cx	12 cx	188 cx	50,00/cx	10.000,00	9.400,00	8.680,00	1.410,00
abóbora	0,2	-	15 t/ha	3 t	0,2 t	2,8 t	2,00/kg	6.000,00	5.600,00	5.280,00	840,00
batata doce	-	0,1	15 t/ha	1,5 t	0,2 t	1,3 t	50,00/cx	3.000,00	2.600,00	2.460,00	390,00
alpim	0,5	0,5	10 t/ha	5 t	0,3 t	4,7 t	20,00/cx	4.000,00	3.760,00	3.060,00	564,00
jiló	-	0,1	10 t/ha	1.000kg	40 kg	960 kg	50,00/cx	3.125,00	3.000,00	2.852,00	450,00
maxixe	(0,2)	-	3 t/ha	0,6 t	0,2 t	0,4 t	50,00/cx	1.500,00	1.000,00	980,00	150,00
TOTAL	1,6	1,1						30.485,00	25.360,00	24.562,00	3.804,00
										24.562,00	3.804,00
										SALDO	20.758,00

Observações:

- 1) Vide observações no quadro 3
- 2) Receita fiscal = 15% da Renda da Produção Vendida
- 3) Renda Líquida = Renda Bruta - (Custo Produção Quadro 5 x Área Cultivada)
- 4) sc= saco ; sacco de arroz=50 kg; demais cereais = 60 kg (inclusive arroz polido)
- 5) cx = caixa ; caixa de alpim e batata doce= 25kg; caixa de jiló=16 kg ; caixa de maxixe= 20 kg.

Outro fator que desestimula a estadia de crianças no assentamento é a precariedade de condições sanitárias e de habitação: não há rede de esgotos ou fossas. A água consumida provém de poços rasos, a maioria sem tampa e revestimento ou qualquer forma de tratamento de água, e quase sempre indevidamente localizada. A típica habitação local é o barraco de estuque de telhado de sapé ou telha de amianto, com um ou dois cômodos. Ultimamente começam a surgir alguns cômodos e pequenas casas em alvenaria, mas ainda em pequena quantidade.

4.6 - Disponibilidade de serviços de saúde, educação, transporte e comunicação

4.6.1 - SAÚDE

O atendimento médico é feito num posto de emergência montado pela Secretaria de Assuntos Fundiários do Governo do Estado, que funciona duas vezes por semana para atender a uma população de cerca de três mil pessoas (toda a área de Campo Alegre), e que ainda não possui infra-estrutura para atendimento de casos mais graves. Para casos mais complicados ou para realização de exames as pessoas dirigem-se a Queimados (15 km) ou Nova Iguaçu (25 km).

Durante os outros dias da semana os camponeses contam com o auxílio de um agente de saúde, camponês especialmente treinado que no entanto tem sua atuação limitada a casos de menor gravidade.

O posto de emergência atendeu, de janeiro a outubro de 1986, 437 pessoas correspondentes a 117 famílias, sendo 125 pessoas (36 famílias) pertencentes à área do Mato Grosso, o que corresponde a 30% dos atendimentos realizados.

A maior parte dos casos registrados pelo posto referem-se a doenças originárias da ausência de saneamento e da precariedade das condições de higiene e habitação, além do estado de sub-nutrição de muitos camponeses, como verminoses e diarreias infecciosas ligadas ao ciclo das chuvas, doenças e ectoparasitos da pele e couro cabeludo, lesões de picadas de insetos e tuberculose.

4.6.2 - EDUCAÇÃO

Os camponeses servem-se de uma escola construída pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, que também serve outras regionais de Campo Alegre, comportando da 1ª à 4ª séries. Esta escola ainda está em vias de legalização, ou seja, ainda não foi incorporada pela Secretaria de Educação.

Das 130 crianças que frequentam esta escola, 34 são do Mato Grosso (26%).

4.6.3 - TRANSPORTES

Há uma linha de ônibus que faz a ligação da sede da Associação dos Camponeses e Produtores do Mato Grosso a Queimados, três vezes ao dia: às 7:00 hs, 12:00 hs e 18:30 hs.

A conquista desta linha de ônibus é recente, e foi fruto de muita luta por parte dos camponeses: após quase dois anos de contatos infrutíferos e apresentação de abaixo-assinados solicitando a linha à empresa que serve as redondezas, os camponeses, em mutirão, fizeram uma barreira humana na estrada Cabuçu-Queimados impedindo a passagem dos ônibus durante um dia inteiro. Após 15 dias começava a funcionar a linha Campo Alegre-Queimados.

Um grande empecilho para que haja escoamento para outros pontos importantes (Campo Grande e Estrada de Madureira) tanto sob o ponto de vista de simples

locomomoção de camponeses como sob o ponto de vista de comercialização é a passagem sobre o rio Cabuçá pela estrada de Mato Grosso. Da ponte de concreto de outrora só restam as cabeceiras, visto que os grileiros do local a quebraram para impedir roubo de gado. Muita mercadoria é atravessada pelo rio, dentro da água nos ombros dos camponeses para que seja embarcada nos caminhões dos atravessadores que esperam na margem sul do rio. A profundidade do rio neste trecho é de 1,20 a 1,50 m (em dias secos).

Existem, dentro do assentamento, estradas em estado precário e reminiscências de traçado de estradas, herança do antigo loteamento do "bairro Campo Alegre". O mau estado das estradas geram frequentes recusas dos comerciantes em entregar mercadorias a domicílio, tais como material de construção e insumos agrícolas.

4.6.4 - COMUNICAÇÃO

Correios: a agência de correios mais próxima é a de Queimados, a 15 km. Não há entrega de correspondência na área do assentamento.

Telefones: os telefones usados são os aparelhos públicos em Queimados.

4.7 - Origem da População

A população do assentamento do Mato Grosso é oriunda das áreas de êxodo rural: nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e norte fluminense. São migrantes de origem rural, expulsos de suas terras há cerca de dez ou vinte anos, que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, empregaram-se nos mais diversos ofícios (serventes, pedreiros, marceneiros, mecânicos, etc..). Mas com o recrudescimento da crise econômica que assolou o país e a consequente elevação dos índices de desemprego, a volta à terra tornou-se a única esperança de dias melhores.

4.8 - Organização interna do Assentamento

O assentamento possui uma Associação própria, a Associação dos Camponeses e Produtores do Mato Grosso, devidamente registrada, com estatutos e diretoria aprovados em Assembléia Geral, que atualmente congrega 84 associados. Esta associação é resultado de um processo natural de descentralização da Associação Mutirão de Campo Alegre, do qual todos os assentados não só de Mato Grosso mas de toda Campo Alegre fazem parte, que, pela complexidade e tamanho de Campo Alegre não está encontrando condições de bem administrar toda a comunidade de forma centralizada, comunidade esta composta de sete regionais, 600 famílias em lotes individuais e 3.500 ha. Note-se que neste assentamento, o órgão oficial entra apenas como apoio e não como administrador, tarefa esta cumprida pelos próprios camponeses e sua organização.

Cumprе salientar que antes da legalização da Associação dos Camponeses e Produtores do Mato Grosso, já se apresentava na área uma forma de organização similar, a da "regional de Campo Alegre" com uma diretoria informal representativa do Mato Grosso no Conselho Diretor de Campo Alegre, instância esta que continua a existir.

5 - INVESTIMENTOS EXISTENTES

5.1 - Disponibilidade de Energia

Não há energia elétrica no assentamento. Foram feitos contatos com a LIGHT, via Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, já tendo sido realizado o cadastramento dos camponeses; no entanto não há garantias de prazo de instalação da rede elétrica.

Há rede elétrica passando pela estrada do Mato Grosso.

5.2 - Disponibilidade de água para produção e consumo

Não há nascentes que forneçam água abundante e de qualidade. A água do rio Cabuçu e Ipiranga encontra-se poluída e portanto imprópria para consumo e irrigação.

Água usada para consumo provém de poços rasos, não havendo maiores dificuldades de se alcançar água na região.

5.3 - Equipamentos

Os assentados do Mato Grosso vêm usando um trator de marca AGRALE modelo 4200 de 36 HP com arado de 3 discos e grade, possuindo também policultor a tração animal marca CEMAG modelo 300 equipado com cultivador e semeadeira, tudo de propriedade da Secretaria Extraordinária de Estado de Assuntos Fundiários. O trator, com potência subdimensionada, não consegue render a contento, visto o solo da área ter sido pisoteado pelo gado que ocupava a área, e também pelo tamanho da área e a necessidade de serviço.

5.4 - Construções

As benfeitorias que foram desapropriadas pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários são: uma casa em alvenaria, um conjunto de duas casas e um cômodo também em alvenaria, e um curral coberto com telhas de barro, tudo em estado precário, necessitando de reparos e limpeza. Atualmente estas benfeitorias servem como habitação provisória de camponeses.

5.5 - Armazenagem

O armazenamento de produtos não perecíveis é feito de forma precária dentro das próprias moradias. Não há galpões ou locais específicos para tal fim.

6 - APOIO DISPONÍVEL

6.1 - Assistência Técnica

A assistência técnica é prestada por uma agrônoma da EMATER-RIO e , mais recentemente, por dois técnicos agrícolas, um zootecnista e um engenheiro florestal da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários. No entanto, este cinco técnicos trabalham em toda a área de Campo Alegre e não só no Mato Grosso, o que a torna insuficiente e precária diante da demanda de trabalho que se apresenta.

6.2 - Crédito

Estando a compra da área pelo Estado ainda em andamento, não há quem con cada anuência e nem título da terra, o que impede que os camponeses do Mato Grosso tenham acesso ao Crédito Rural na Rede bancária.

No transcorrer do ano de 1986, quarenta e quatro camponeses da área receberam crédito subsidiado para investimento do BNDES com verba oriunda do FINSOCIAL, através de convênio BNDES x INCRA x SEAF x BD-RIO .

No ano de 1984, precisamente no mês de novembro, a SIAGRO liberou verba de Cr\$ 60 milhões a fim de financiar sementes , calcário e aluguel de serviços / de trator aos camponeses de Campo Alegre. O usufruto deste empréstimo pelos camponeses do Mato Grosso está descrito no quadro 8. Ao todo , 56 camponeses de Mato Grosso tiraram algum proveito desta verba, que não chegou em espécie às mãos dos camponeses, mas em mercadoria. A amortização deste empréstimo seria feita / também em mercadoria (sistema troca-troca), mas devido à falta de estrutura que a SIAGRO apresentava na época, a dívida não foi cobrada.

QUADRO 8 - ÍTENS FINANCIADOS PELA SIAGRO EM 1984
AOS CAMPONESES DO MATO GROSSO

ÍTEM FINANCIADO	QUANTIDADE	ÁREA CORRESPONDENTE (ha)
Aração	156 horas	23
Gradagem	77 horas	
SEMENTES:		
Milho	195 kg	6,5
Feijão	292 kg	6
Arroz	192 kg	4
Quiabo	64 kg	10
Maxixe	3,5 kg	11
Jiló	450 g	2,25
Pimentão	460 g	1,5
Berinjela	130 g	0,4
Abóbora	3,75kg	7,5
ISCA FORMICIDA	25 kg	-
CALCÁRIO	7 t	3,5

[Handwritten signature]

7 - PROJETO

7.1 - Avaliação dos Problemas Estruturais e Circunstanciais do Assentamento

7.1.1 - DIFICULDADES NO PREPARO DE SOLO

Conforme já mencionado anteriormente, a primeira tarefa do ano agrícola, da qual depende o sucesso da safra e o plantio na época correta da lavoura, o preparo de solo, esbarra na dificuldade de se ter à disposição um trator devidamente dimensionado. Um trator de 36 hp, como o consignado pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, tem pouca potência para a necessidade de serviço da área. Premidos pela necessidade, os camponeses acabam por forçar uma máquina destinada apenas a serviços leves, o que gera constantes avarias e consequentemente baixo rendimento de serviço. Alguns procuram alugar os serviços de tratores particulares numa tentativa de não perder a época de plantio, o que significa, pelo preço cobrado, redução da área de lavoura.

7.1.2 - SOLOS ÁCIDOS - NECESSIDADE DE CORREÇÃO

Conforme já mencionado, os solos apresentam-se ácidos, muito mais pelo mau uso feito pelos grileiros do que por características estruturais. A correção de solo é importante para o incremento da produtividade.

7.1.3 - MÁ CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Para a circulação interna, ou seja, locomoção humana, transporte de insumos, escoamento de produtos, etc. necessário se faz conservar as estradas existentes e reabrir outras, cujas reminiscências não deixam dúvida quanto ao traçado, conforme já citado em 4.6.3

7.1.4 - COMERCIALIZAÇÃO DEFICIENTE

A dependência de um único caminhão da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, de pequena capacidade de carga e apenas uma vez por semana, limita em muito a venda de produtos diretamente ao consumidor, deixando ainda a maior parte da comercialização a cargo do atravessador. A possibilidade de se possuir um meio de transporte próprio para esta operação abre um leque de alternativas: CEASA, feiras livres, cestas de Associações de Moradores, etc.. Com isto, a renda do camponês em muito pode aumentar favorecendo sua fixação ao campo.

7.1.5 - PRECARIEDADE DE CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E DE GUARDA DE EQUIPAMENTOS

A ausência de um local adequado e central de armazenamento provoca perda de produção e dificuldade de planejamento de comercialização conjunta, diminuindo o poder de barganha dos camponeses e fazendo com que estes percam boas oportunidades de colocar seus produtos no mercado.

A ausência de local para que se guardem equipamentos, máquinas, tratores e no qual se efetue o beneficiamento dos produtos também compromete toda a proposta de aquisição de maquinaria fundamental para apoio à produção.

7.1.6 - DEFICIÊNCIAS NO BENEFICIAMENTO E EMBALAGEM DOS PRODUTOS

Os produtos beneficiados alcançam maior preço no mercado. Quando o beneficiamento é feito por terceiros, as vantagens da venda de produtos beneficiados se diluem, devido ao gasto que esta operação representa. O produto beneficiado aumenta o lucro do lavrador, dá-lhe maior poder de barganha e oferece sub-produtos importantes no dia a dia do camponês (por exemplo: casca e farelo de arroz), que, de outro modo, ficam sempre nas mãos de quem possui as máquinas de beneficiar.

Em relação aos produtos oleícolas, que, para serem competitivos no mercado exigem embalagens já consagradas como por exemplo a caixa de madeira tipo K, o gasto com caixaria é outra fonte de sangria de recursos. Visto o futuro de um assentamento rural a apenas 50 km do Rio de Janeiro ser o plantio de oleícolas, é necessário que ele se estruture de forma a minimizar os gastos com as embalagens exigidas.

7.1.7 - NECESSIDADE DE INCREMENTO DE ATIVIDADES DE ALTA RENTABILIDADE

O pequeno tamanho dos sítios sugere a criação de pequenos animais como atividade rentável e que ocupa pouco espaço, além de produzir adubo orgânico indispensável ao incremento da olericultura.

7.1.8 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEFICIENTE

Conforme já mencionado, a assistência técnica vem sendo feita por poucos profissionais e para uma área muito grande e populosa.

O acompanhamento técnico faz-se imprescindível, especialmente no que tange à administração de recursos, criação de pequenos animais e olericultura, que requerem um bom nível de conhecimentos técnicos.

7.1.9 - IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL

Devido à situação atual de simples posseiros, sem acesso a qualquer título de terra ou carta de anuência, as portas da Carteira Agrícola da rede bancária estão fechadas para os camponeses do Mato Grosso. O pequeno crédito para o custeio e investimento individuais são igualmente necessários para que as famílias de camponeses se viabilizem em suas terras.

7.1.10 - FIXAÇÃO DO JOVEM NO ASSENTAMENTO

A falta de uma alternativa de lazer dentro do assentamento, associado a outras questões como precariedade de escolas, dificultam a fixação do jovem à terra, que é por essência o continuador e inovador deste processo de conquista da terra.

7.1.11 - NECESSIDADE DE DRENAGEM

Cerca de 50% da área do Mato Grosso tem topografia plana, mas que não suporta chuvas pesadas e contínuas. A drenagem destas áreas é imprescindível para seu racional aproveitamento.

7.2 - Investimentos Projetados

Veja quadro nº 9

QUADRO 9

QUADRO DE EQUACIONAMENTO DOS PROBLEMAS DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPESESES E PRODUTORES DO MATO GROSSO

PROBLEMA	RESOLUÇÃO		CUSTO (Cz\$)
	OBJETIVO	METAS	
Dificuldade no preparo de solo. Necessidade de correção de solo	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o plantio na época certa - Baratear o custo de produção - Aumentar a área plantada - Agilizar a correção de solo 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de um trator com 80 HP de potência. - Compra de um trator de 65 HP de potência. - compra de uma roçadeira. - compra de duas grades 24 x 18" - compra de um arado de 3 discos - compra de um arado de 4 discos - compra de um espalhador de calcário de 900 kg de capacidade - compra de dois microtratores equipados com enxada rotativa - compra de dois sulcadores acopláveis a microtrator. 	<p>267.500,00</p> <p>190.000,00</p> <p>23.750,00</p> <p>30.000,00</p> <p>20.000,00</p> <p>25.000,00</p> <p>15.000,00</p> <p>162.500,00</p> <p>2.000,00</p>
Má conservação de estradas. Necessidade de reabertura de estradas.	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar estradas a fim de melhorar a circulação interna e escoamento de produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de uma plaina agrícola frontal acoplável a trator de 80 HP 	40.625,00
Comercialização deficiente	<ul style="list-style-type: none"> - Obter transporte próprio para escoamento de mercadorias. - Facilitar o transporte interno de mercadorias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de um caminhão com capacidade para 8 t de carga. - Compra de carreta com capacidade para 4 t de carga acoplável a trator de 65 HP. 	<p>362.500,00</p> <p>25.000,00</p>
Precariedade de condições de armazenamento e de guarda de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar perda de produção por armazenamento indevido - Centralizar o armazenamento para melhor planejar a comercialização - Proteger e conservar máquinas, equipamentos e veículos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de galpão de 240 m² com garagem, armazem e espaço para maquinaria. 	240.000,00
SUB TOTAL			1.403.875,00

PROBLEMA	RESOLUÇÃO		CUSTO (Cz\$)
	OBJETIVOS	METAS	
- Deficiência no beneficiamento e embalagem dos produtos.	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de arroz integral, arroz polido, casca de arroz, farelo de arroz, fubá, canjiquinha, farinha de mandioca e caldo de cana. - fabricação de caixaria própria - valorizar os produtos através de beneficiamento e embalagem adequada. - aumentar o poder de barganha do camponês. - aumentar a renda do camponês. 	<ul style="list-style-type: none"> - compra de uma bateeira de cereais - compra de uma máquina de pilar arroz - compra de um desintegrador - compra de um engenho de cana - compra de uma serra circular, plaina e lixeira. - compra de um gerador de 24 kva - montagem de uma casa de farinha - compra de uma balança de 6 kg de capacidade. - compra de uma balança de 100 kg de capacidade. 	25.400,00 20.375,00 8.300,00 4.750,00 25.250,00 98.750,00 100.000,00 2.500,00 4.000,00
- Incremento de atividades de alta rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - estimular a criação de pequenos animais - produzir adubo orgânico 	<ul style="list-style-type: none"> - instalação de suinocultura coletiva de 30 matrizes e custeio de 1º ano. - instalação de apicultura coletiva com 25 caixas 	811.000,00 25.000,00
- Assistência técnica deficiente	<ul style="list-style-type: none"> - garantir acompanhamento técnico no desenvolvimento do assentamento 	<ul style="list-style-type: none"> - contratação de serviços de um agrônomo pela Associação dos Camponeses e Produtores do Mato Grosso 	142.476,00
- Fixação do jovem no assentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Criar alternativas de lazer para estimular a fixação do jovem à terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de uma quadra de esportes polivalentes. 	220.000,00
- Impossibilidade de acesso ao crédito rural	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar economicamente as atividades agrícolas das famílias assentadas - Promover o aumento da renda dos camponeses. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cessão de crédito de custeio e investimento a 80 famílias de camponeses. 	2.000.000,00
- Necessidade de drenagem	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura e conservação de valas de drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Compra valetadeira p/ trator de 80 hp 	136.500,00
- SUB TOTAL			3.624.301,00
TRANSPORTE			1.403.875,00
TOTAL			5.028.176,00

ANEXO AO QUADRO 9

Descrição Modal da Aplicação dos Recursos para Crédito Individual
(Cz\$ 25.000,00/família)

INVESTIMENTO:

Irrigação para 1 ha (captação, bomba e man-
gueirão)..... Cz\$ 14.914,00

CUSTEIO

Implantação de 0,4 ha de jiló Cz\$ 5.386,00

Implantação de 0,5 ha de quiabo Cz\$ 4.700,00

TOTAL Cz\$ 25.000,00

Observação: O orçamento acima descreve uma aplicação representativa dos anseios gerais da população beneficiada. Particularidades surgirão a partir da preparação pormenorizada de planos de aplicação por parte do agrônomo a ser contratado pela Associação, conforme previsto neste projeto e citado no quadro 9.

7.3 - Resultados Esperados

7.3.1 - AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Veja quadro nº 10

7.3.2 - AUMENTO DA ÁREA CULTIVADA E DO REBANHO SUÍNO

Veja quadros nº 11 e 11A

7.3.3 - AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RENDA GERADA

Veja quadros nº 12 a 15

7.4 - Custos de Produção tomados como base para cálculos

Veja quadros nº 16 a 28.

Os custos de produção constantes nos quadros 16 a 28 baseiam-se em sistemas de produção que poderiam ser adotados a curto prazo a partir de um simples crédito de custeio individual. Com a estruturação do assentamento, prevista neste projeto, estes custos tendem a diminuir pela substituição do uso de máquinas alugadas pelo de máquinas próprias.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRPA

[Handwritten signature]

QUADRO 10 - PREVISÃO DE AUMENTO DE PRODUTIVIDADE

ESPÉCIE	PRODUTIVIDADE			
	atual	1987/1988	1988/1989	1989/1990 e post.
arroz	1.000 Kg/ha	1.500 Kg/ha	2.000 Kg/ha	2.500 Kg/ha
feijão	400 Kg/ha	500 Kg/ha	500 Kg/ha	600 Kg/ha
milho	1.200 Kg/ha	1.500 Kg/ha	1.800 Kg/ha	2.000 Kg/ha
quiabo	500 cx/ha	600 cx/ha	800 cx/ha	1.000 cx/ha
abóbora	15 t/ha	20 t/ha	25 t/ha	30 t/ha
batata doce	10 t/ha	15 t/ha	20 t/ha	25 t/ha
aipim	10 t/ha	15 t/ha	20 t/ha	20 t/ha
jiló	10 t/ha	10 t/ha	15 t/ha	20 t/ha
maxixe	3 t/ha	3,5 t/ha	4 t/ha	5 t/ha
banana	-	3 t/ha	4 t/ha	6 t/ha

Os aumentos de produtividade se darão principalmente:

- Arroz, feijão e milho: pelo uso de calagem, sementes de boa procedência e uso de espaçamento adequado (aumento de nº de plantas por hectare).
- Quiabo, jiló e maxixe: pelo uso de irrigação, tratamento fitossanitário, adubação, calagem e sementes certificadas.
- Abóbora: calagem, adubação e sementes certificadas.
- Batata doce e aipim: calagem, controle de pragas e seleção de ramas.
- Banana: melhoria nos tratos culturais e formação de quebra-ventos.

QUADRO 11 - PREVISÃO DE AUMENTO DA ÁREA CULTIVADA

ESPÉCIE	ÁREA OCUPADA (ha)											
	ATUAL			1987/1988			1988/1989			1989/1990		
	nas águas	na seca	total	nas águas	na seca	total	nas águas	na seca	total	nas águas	na seca	total
arroz	16	-	16	16	-	16	16	-	16	16	-	16
feijão	-	25	25	-	25	25	-	25	25	-	25	25
milho	35	-	35	35	-	35	35	-	35	35	-	35
quiabo	25	10	35	35	15	50	35	35	70	40	80	120
abóbora	17	-	17	25	-	25	35	-	35	40	-	40
batata doce	-	8	8	-	15	15	-	25	25	-	25	25
aipim	40	40	40	60	60	60	70	70	70	70	70	70
jiló	-	12	12	-	18	18	-	25	25	-	30	30
maxixe	(15)	-	15	(20)	(5)	25	(20)	(20)	40	(20)	(30)	50
banana	-	-	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10
TOTAL	133	95	-	181	148	-	201	190	-	211	240	-

Observações:

- 1) O aumento da produção em espécies como arroz, feijão, milho e banana se dará através do aumento da produtividade, e não do aumento da área cultivada.
- 2) A área de maxixe está incluída na área de quiabo, visto serem culturas tradicionalmente consorciadas. Portanto seu valor está computado no sentido horizontal da tabela (total por espécie) e não no sentido vertical (área total cultivada).
- 3) Aipim e banana ocupam a área cultivada durante todo o ano; daí seu valor ter sido computado apenas uma vez no sentido horizontal (total por espécie).

QUADRO 11A - CRESCIMENTO ESPERADO DO REBANHO SUÍNO

ANIMAIS	nº de cabeças por mês do 1º ano												nº de cabeças no 2º ano (mensal)
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
Matrizes	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Reprodutor	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Machos (5-6 meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36
Machos (4-5 meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36
Machos (3-4 meses)	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36
Machos (2-3 meses)	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36	36
Machos (1-2 meses)	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36	36	36
Machos (0-1 meses)	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Fêmeas (0-1 meses)	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Fêmeas (1-2 meses)	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36	36	36
Fêmeas (2-3 meses)	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36	36
Fêmeas (3-4 meses)	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36	36
Fêmeas (4-5 meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36	36
Fêmeas (5-6 meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36	36
Fêmeas (6-7 meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	36	36
Fêmeas (7-8) reposição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-
TOTAL	32	32	32	32	112	184	256	328	400	472	472	472	472

Venda prevista de suíno gordo: 63 animais no 10º mês e 72 animais/mês a partir do 11º mês

Descarte de matrizes: 9 matrizes/ano

Morte prevista de matrizes: 2 matrizes/ano

Nº coberturas: 10/mês

Nº de novas gestações : 8/mês

Natalidade: 80 %

Mortalidade de leitões de 0 a 1 meses: 10%

QUADRO 12 - PRODUÇÃO ESPERADA PARA 1987/1988 E RENDA A GERAR

ESPÉCIE	PRODUÇÃO		PREÇO MÉDIO (Cz\$)	RENTA BRUTA (Cz\$)	CUSTO DE PRODUÇÃO (Cz\$)	RENTA LÍQUIDA (Cz\$)	RENTA TRIBUTÁVEL (Cz\$)	RECEITA FISCAL (Cz\$)
	auto consumo	produto in natura	produto beneficiado					
arroz em casca	16 t	-	-	48.000,00	39.055,00	8.945,00	-	-
arroz polido	-	-	2,8 t	13.800,00	9.855,00	3.945,00	13.800,00	2.070,00
arroz integral	-	-	3,6 t	28.800,00	9.855,00	18.945,00	28.800,00	4.320,00
feijão	12,5 t	-	-	85.280,00	85.000,00	280,00	-	-
milho em grão	38 t	-	-	113.940,00	87.000,00	26.940,00	-	-
fubá	-	-	14,5 t	58.000,00	34.800,00	23.200,00	58.000,00	8.700,00
quiabo	960 cx	29.040 cx	-	1.500.000,00	460.000,00	1.040.000,00	1.452.000,00	217.800,00
abóbora	16 t	484 t	-	1.000.000,00	111.375,00	888.625,00	968.000,00	145.200,00
batata doce	16 t	209 t	-	450.000,00	78.750,00	371.250,00	418.000,00	62.700,00
aipim(raízes)	24 t	438 t	-	369.600,00	117.490,00	252.110,00	350.400,00	52.560,00
farinha	-	-	131 t	262.000,00	54.955,00	207.045,00	262.000,00	39.300,00
polvilho	-	-	87 t	130.500,00	54.955,00	75.545,00	130.500,00	19.575,00
jiló	3 t	177 t	-	562.500,00	242.352,00	320.148,00	553.125,00	82.969,00
maxixe	16 t	71,5 t	-	218.750,00	47.500,00	171.250,00	178.750,00	26.812,00
banana	3 t	27 t	-	90.000,00	23.750,00	66.250,00	81.000,00	12.150,00
mel	-	1.000 kg	-	50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	7.500,00
carne suína	-	21,6 t	-	475.200,00	144.000,00	331.200,00	475.200,00	71.280,00
TOTAL				5.456.370,00	1.605.692,00	3.850.678,00	5.019.575,00	752.936,00
						3.850.678,00		752.936,00
							SALDO	3.097.742,00

Renda Bruta = Produção x Preço Médio

Renda Líquida = Renda Bruta - Custo de Produção

Renda Tributável = (Produto in natura + Produto beneficiado) x Preço Médio

Receita Fiscal = Renda Tributável x 0,15

QUADRO 13 - PRODUÇÃO ESPERADA PARA 1988/1989 E RENDA A GERAR

ESPECIE	PRODUÇÃO		PREÇO MÉDIO (Cz\$)	RENTA BRUTA (Cz\$)	CUSTO DE PRO- DUÇÃO (Cz\$)	RENTA LÍQUIDA (Cz\$)	RENTA TRIBU- TÁVEL (Cz\$)	RECEITA FISCAL (Cz\$)
	auto consumo	produto in natura	produto beneficiado					
arroz em casca	16 t	-	-	48.000,00	29.200,00	18.800,00	-	-
arroz polido	-	-	5,6 t	27.900,00	14.600,00	13.300,00	27.900,00	4.185,00
arroz integral	-	-	7,2 t	57.600,00	14.600,00	43.000,00	57.600,00	8.640,00
feijão	12,5 t	-	-	85.280,00	85.000,00	280,00	-	-
milho em grão	38 t	-	-	113.940,00	73.080,00	40.860,00	-	-
fubá	-	-	25 t	100.000,00	48.720,00	51.280,00	100.000,00	15.000,00
quiabo	960 cx	55.040 cx	-	2.800.000,00	644.000,00	2.156.000,00	2.752.000,00	412.800,00
abóbora	16 t	859 t	-	1.750.000,00	155.925,00	1.594.075,00	1.718.000,00	257.700,00
batata doce	16 t	484 t	-	1.000.000,00	131.250,00	868.750,00	968.000,00	145.200,00
aipim(raízes)	24 t	688 t	-	569.600,00	134.924,00	434.676,00	550.400,00	82.560,00
farinha	-	-	103 t	206.000,00	65.188,00	140.812,00	206.000,00	30.900,00
polvilho	-	-	69 t	103.500,00	65.188,00	38.312,00	103.500,00	15.525,00
jiló	3 t	372 t	-	1.171.875,00	336.600,00	835.275,00	1.162.500,00	174.375,00
maxixe	16 t	144 t	-	400.000,00	76.000,00	324.000,00	360.000,00	54.000,00
banana	3 t	37 t	-	120.000,00	23.750,00	96.250,00	111.000,00	16.650,00
mel	-	1.000 kg	-	50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	7.500,00
carne suína	-	86,4 t	-	1.900.800,00	288.000,00	1.612.800,00	1.900.800,00	285.120,00
TOTAL				10.504.495,00	2.191.025,00	8.313.470,00	10.067.700,00	1.510.155,00
						8.313.470,00		1.510.155,00
							SALDO	6.803.315,00

QUADRO 14 - PRODUÇÃO ESPERADA PARA 1989/1990 E RENDA A GERAR

ESPÉCIE	PRODUÇÃO			PREÇO MÉDIO (Cz\$)	RENTA BRUTA (Cz\$)	CUSTO DE PRODUÇÃO (Cz\$)	RENTA LÍQUIDA (Cz\$)	RENTA TRIBUTÁVEL (Cz\$)	RECEITA FISCAL (Cz\$)
	auto consumo	produto in natura	produto beneficiado						
arroz em casca	16 t	-	-	150,00/sc	48.000,00	23.360,00	24.640,00	-	-
arroz polido	-	-	8,4 t	300,00/sc	42.000,00	17.520,00	24.480,00	42.000,00	6.300,00
arroz integral	-	-	10,8 t	8,00/kg	86.400,00	17.520,00	68.880,00	86.400,00	12.960,00
feijão	12,5 t	2,5 t	-	410,00/sc	102.500,00	85.000,00	17.500,00	16.810,00	2.521,00
milho em grão	38 t	-	-	180,00/sc	113.940,00	66.120,00	47.820,00	-	-
fubá	-	-	32 t	4,00/kg	128.000,00	55.680,00	72.320,00	128.000,00	19.200,00
quiabo	960 cx	89.040 cx	-	50,00/cx	4.500.000,00	828.000,00	3.672.000,00	4.452.000,00	667.800,00
abóbora	16 t	1.184 t	-	2,00/kg	2.400.000,00	178.200,00	2.221.800,00	2.368.000,00	355.200,00
batata doce	16 t	609 t	-	50,00/cx	1.250.000,00	131.250,00	1.118.750,00	1.218.000,00	182.700,00
aipim(raízes)	24 t	688 t	-	20,00/cx	569.600,00	134.924,00	434.676,00	550.400,00	82.560,00
farinha	-	-	103 t	2,00/kg	206.000,00	65.188,00	140.812,00	206.000,00	30.900,00
polvilho	-	-	69 t	1,50/kg	103.500,00	65.188,00	38.312,00	103.500,00	15.525,00
miló	3 t	597 t	-	50,00/cx	1.875.000,00	403.920,00	1.471.080,00	1.865.625,00	279.844,00
maxixe	16 t	234 t	-	50,00/cx	625.000,00	95.000,00	530.000,00	585.000,00	87.750,00
banana	3 t	57 t	-	3,00/kg	180.000,00	23.750,00	156.250,00	171.000,00	25.650,00
mel	-	1.000kg	-	50,00/kg	50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	7.500,00
carne suína	-	86,4 t	-	22,00/kg	1.900.800,00	288.000,00	1.612.800,00	1.900.800,00	285.120,00
TOTAL					14.180.740,00	2.483.620,00	11.697.120,00	13.743.535,00	2.061.530,00
							11.697.120,00		2.061.530,00
								SALDO	9.635.590,00

QUADRO 15 - PRODUÇÃO ESPERADA PARA 1990/1991 E RENDA A GERAR

ESPÉCIE	PRODUÇÃO		PREÇO MÉDIO (Cz\$)	RENTA BRUTA (Cz\$)	CUSTO DE PRO- DUÇÃO (Cz\$)	RENTA LÍQUIDA (Cz\$)	RENTA TRIBUTÁ- VEL (Cz\$)	RECEITA FISCAL (Cz\$)
	auto consumo	produto in natura	produto beneficiado					
arroz em casca	16 t	-	-	48.000,00	23.360,00	24.640,00	-	-
arroz polido	-	-	8,4 t	42.000,00	17.520,00	24.480,00	42.000,00	6.300,00
arroz integral	-	-	10,8 t	86.400,00	17.520,00	68.880,00	86.400,00	12.960,00
feijão	12,5t	2,5 t	-	102.500,00	85.000,00	17.500,00	16.810,00	2.521,00
milho em grão	38 t	-	-	113.940,00	66.120,00	47.820,00	-	-
feijão	-	-	32 t	128.000,00	55.680,00	72.320,00	128.000,00	19.200,00
quiabo	960 cx	119.040cx	-	6.000.000,00	1.104.000,00	4.896.000,00	5.952.000,00	892.800,00
abóbora	16 t	1.184 t	-	2.400.000,00	178.200,00	2.221.800,00	2.368.000,00	355.200,00
batata doce	16 t	609 t	-	1.250.000,00	131.250,00	1.118.750,00	1.218.000,00	182.700,00
alpim(raízes)	24 t	688 t	-	569.600,00	134.924,00	434.676,00	550.400,00	82.560,00
farinha	-	-	103 t	206.000,00	65.188,00	140.812,00	206.000,00	30.900,00
polvilho	-	-	69 t	103.500,00	65.188,00	38.312,00	103.500,00	15.525,00
filó	3 t	597 t	-	1.875.000,00	403.920,00	1.471.080,00	1.865.625,00	279.844,00
maxixe	16 t	384 t	-	1.000.000,00	152.000,00	848.000,00	960.000,00	144.000,00
banana	3 t	57 t	-	180.000,00	23.750,00	156.250,00	171.000,00	25.650,00
mel	-	1.000 kg	-	50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	7.500,00
carne suína	-	86,4 t	-	1.900.800,00	288.000,00	1.612.800,00	1.900.800,00	285.120,00
TOTAL				16.055.740,00	2.816.620,00	13.239.120,00	15.618.535,00	2.342.780,00
						13.239.120,00		2.342.780,00
							SALDO	10.896.340,00

QUADRO 16 - CUSTOS DE PRODUÇÃO DAS CULTURAS PRATICADAS

cultura	custo (Cz\$)
arroz	3.650,00/ha
feijão	3.400,00/ha
milho	3.480,00/ha
quiabo	9.200,00/ha
abóbora	4.455,00/ha
batata doce	5.250,00/ha
aipim	3.790,00/ha
jiló	13.464,00/ha
maxixe	1.900,00/ha
banana(1º ano)	12.100,00/ha
banana(2º ano)	2.375,00/ha
suinocultura (1º ano)	811.000,00
suinocultura (2º ano)	288.000,00
apicultura (1º ano)	25.000,00
apicultura (2º ano)	5.000,00

Observação: O custo de produção de suinocultura no 1º ano subdivide-se em Cz\$ 144.000,00 de manutenção e Cz\$ 667.000,00 de implantação.

QUADRO 17

CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE ARROZ

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
- calcário	2 t		1.000,00
- sementes	50 kg		150,00
MÁQUINAS			
- aração	6 h/T		840,00
- gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
-limpeza solo	4 d/H	2 d/H	100,00
- calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
- plantio	5 d/H	3 d/H	150,00
- cultivo	20 d/H	10 d/H	500,00
- colheita	10 d/H	5 d/H	250,00
TOTAL			3.650,00

[Handwritten signature]

QUADRO 18 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE FEIJÃO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
sementes	50 kg		350,00
calcário	2 t		1.000,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza de solo	4 d/H	2 d/H	100,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio	4 d/H	2 d/H	100,00
cultivo	10 d/H	5 d/H	250,00
colheita	7 d/H	3 d/H	150,00
TOTAL			3.400,00

QUADRO 19 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE MILHO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR(Cz\$)
INSUMOS			
sementes	50 kg		180,00
calcário	2 t		1.000,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza de solo	4 d/H	2 d/H	100,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio	4 d/H	2 d/H	100,00
cultivo	20 d/H	10 d/H	500,00
colheita	7 d/H	3 d/H	150,00
TOTAL			3.480,00

[Handwritten signature]

QUADRO 20 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE QUIABO

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR(Cz\$)
INSUMOS			
sementes	6 kg		240,00
calcário	2 t		1.000,00
esterco de gado	10 t		1.000,00
adubo foliar	6 l		210,00
espalhante adesivo	3 l		150,00
fungicida cúprico	5 kg		500,00
enxofre	10 kg		1.000,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza terreno	4 d/H	2 d/H	100,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio/adubação	5 d/H	3 d/H	150,00
desbaste	3 d/H	1 d/H	50,00
controle fitossani- tário	4 d/H	2 d/H	100,00
cultivo	60 d/H	30 d/H	1.500,00
aplicação adubo fo- liar	4 d/H	2 d/H	100,00
poda	1 d/H	-	-
colheita	77 d/H	33 d/H	1.650,00
TOTAL			9.200,00

QUADRO 21 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE ABÓBORA

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
sementes	0,5 kg		200,00
calcário	2 t		1.000,00
esterco de gado	2 t		200,00
adubo foliar	3 l		100,00
espalhante adesivo	1 litro		50,00
farinha de ossos	200 kg		200,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza de solo	4 d/H	2 d/H	100,00
coveamento	7 d/H	3 d/H	150,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio/adubação	5 d/H	2 d/H	100,00
cultivo	7 d/H	3 d/H	150,00
aplicação adubo foliar	2 d/H	1 d/H	50,00
colheita	14 d/H	6 d/H	300,00
RESERVA TÉCNICA (10%)			405,00
TOTAL			4.455,00

QUADRO 22

CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE BATATA DOCE

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR(Cz\$)
INSUMOS			
Ramas	10 m ³		-
calcário	2 t		1.000,00
inseticida de solo fosforado	8 kg		800,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
levantamento de leiras	5 h/mT		350,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza de solo	4 d/H	2 d/H	100,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio	35 d/H	15 d/H	750,00
cultivo	8 d/H	4 d/H	200,00
colheita	28 d/H	12 d/H	600,00
TOTAL			5.250,00

QUADRO 23 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 ha DE AIPIM

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
Manivas	6 m ³		-
Calcário	2 t		1.000,00
Isca formicida	2 kg		40,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza solo	4 d/H	2 d/H	100,00
calagem	2 d/H	1 d/H	50,00
plantio	8 d/H	4 d/H	200,00
cultivo	20 d/H	10 d/H	500,00
colheita	20 d/H	10 d/H	500,00
TOTAL			3.790,00

[Handwritten signature]

QUADRO 24 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE JILÓ

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR(Cz\$)
INSUMOS			
sementes	200 g		80,00
esterco de gado	20 t		2.000,00
farinha de ossos	1,4 t		1.400,00
adubo foliar	6 l		210,00
espalhante adesivo	3 l		150,00
fungicida cúprico	20 kg		2.000,00
calcário	2 t		1.000,00
MÁQUINAS			
aração	6 h/T		840,00
gradagem	4 h/T		560,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza de solo	4 d/H	2 d/H	100,00
abertura sulcos	7 d/H	3 d/H	150,00
formação mudas	14 d/H	6 d/H	300,00
calagem/adubação	8 d/H	4 d/H	200,00
transplante	10 d/H	5 d/H	250,00
cultivo	28 d/H	12 d/H	600,00
controle doenças	10 d/H	5 d/H	250,00
aplicação adubo foliar	7 d/H	3 d/H	150,00
colheita	80 d/H	40 d/H	2.000,00
RESERVA TÉCNICA (10%)			1.224,00
TOTAL			13.464,00

QUADRO 25 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE MAXIPE (CONSORCIADO COM QUIABO)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
sementes	300 g		100,00
esterco de gado	10 t		1.000,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
coveamento	4 d/H	2 d/H	100,00
plantio	2 d/H	1 d/H	50,00
desbaste	2 d/H	1 d/H	50,00
colheita	28 d/H	12 d/H	600,00
TOTAL			1.900,00

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

[Handwritten signature]

QUADRO 26 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE BANANA (1º ANO)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
mudas	1.600 ud		8.000,00
esterco de gado	16 t		1.600,00
calcário	1,6 t		800,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
limpeza terreno	4 d/H	2 d/H	100,00
roçada	7 d/H	3 d/H	150,00
marcação de covas e curvas de nível	2 d/H	1 d/H	50,00
abertura covas	20 d/H	10 d/H	500,00
coroação	10 d/H	5 d/H	250,00
seleção mudas	1 d/H	1 d/H	50,00
plantio/replante	4 d/H	2 d/H	100,00
tratos culturais	20 d/H	10 d/H	500,00
TOTAL			12.100,00

QUADRO 26 A - CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 HA DE BANANA (2º ANO)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR (Cz\$)
INSUMOS			
cloreto de potássio.	350 kg		875,00
MÃO DE OBRA	própria	remunerada	
roçada	7 d/H	3 d/H	150,00
coroação	10 d/H	5 d/H	250,00
desbaste/limpeza/corte de um bigo/adubação	20 d/H	10 d/H	500,00
colheita	28 d/H	12 d/H	600,00
TOTAL			2.375,00

QUADRO 27 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE CRIAÇÃO DE SUÍNOS COM 30 MATRIZES
(IMPLANTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	unid.	valor unitário (Cz\$)	quantidade	valor total (Cz\$)
Aquisição de matrizes	cab	5.000,00	30	150.000,00
Aquisição de reprodutores	cab	5.000,00	2	10.000,00
Aquisição de um mistura - dor de ração com capaci- dade de 300 kg e motor elétrico	-	7.000,00	1	7.000,00
Construção de instalação para terminação, materni- dade, gestação, creche, baia de reprodutor, baia de namoro e depósito, em alvenaria, piso impermea- bilizado, madeira serra- da e cobertura de telha (amianto ou francesa)	m ²	1.000,00	500	500.000,00
TOTAL				667.000,00

QUADRO 27 A - CUSTO DE PRODUÇÃO DE CRIAÇÃO DE SUÍNOS COM 30 MATRIZES
(MANUTENÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	1º ANO		2º ANO	
	quantidade	valor (Cz\$)	quantidade	valor (Cz\$)
Produtos veterinári- os (medicamentos, va- cinas, vitaminas, vermífugos)	-	4.000,00	-	8.000,00
Milho e complemento	70 t	140.000,00	140 t	280.000,00
TOTAL		144.000,00		288.000,00

Observação: sendo a cultura explorada em regime coletivo, não há mão de obra remunerada.

QUADRO 28 - CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE CRIAÇÃO DE ABELHAS COM 25 COLMÉIAS

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (CZ\$)	VALOR TOTAL (CZ\$)
25	Colméias completas	455,00	11.375,00
01	Fumigador mod.M Sul	300,00	300,00
38 kg	Cera alveolada	100,00	3.800,00
05	Rolo de arame 26	100,00	500,00
01	Centrífuga 9 q.radial	1.000,00	1.000,00
02	Formão	20,00	40,00
02	Espanador	46,00	92,00
02	Garfo	44,00	88,00
02	faca desoperculadora	55,00	110,00
01	Carretilha	75,00	75,00
10	Macacão	335,00	3.350,00
10	Máscara e chapéu(arame)	67,00	670,00
10	luva especial (par)	200,00	2.000,00
10	par de botas	160,00	1.600,00
TOTAL			25.000,00

Observação: Sendo a cultura explorada em regime coletivo, não há mão de obra remunerada.

8 - ANÁLISE FINANCEIRA

Veja quadro nº 29

9 - LIBERAÇÃO DE RECURSOS

A liberação dos recursos deverá se dar em duas etapas:

- 1ª) Janeiro de 1987 - Cz\$ 2.868.176,00 referentes à aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras e construções e contratação de um agrônomo;
- 2ª) Fevereiro de 1987 - Cz\$ 2.160.000,00 referentes à aquisição de 30 matrizes e 02 reprodutores suínos, e financiamento individual para 80 famílias.

10 - BENEFICIÁRIO

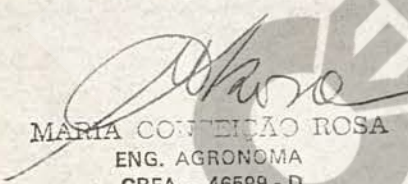
A tomadora dos empréstimos será a ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E PRODUTORES DE MATO GROSSO, cuja cópia de Estatutos segue anexa.

A Associação em questão tem por Presidente o Sr. Severino José da Silva e por vice-Presidente o Sr. João Generino da Silva, tendo CGC nº 30.192.447/001-70.

11 - ELABORAÇÃO DESTE PROJETO

Este projeto foi elaborado pela engenheira agrônoma Maria Conceição Rosa, extensionista da EMATER-RIO matrícula 842. Foram colaboradores o médico veterinário Celso de Oliveira (CRM V-5/3113 também da EMATER-RIO, e a engenheira agrônoma Anna Cecília, da FASE, respectivamente nas partes de suinocultura e apicultura.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1986


MARIA CONCEIÇÃO ROSA
ENG. AGRONOMA
CREA - 46599 - D

QUADRO 29 - ANÁLISE FINANCEIRA

	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95
<u>RECEITAS</u>								
Renda bruta da produção agríc.	5.456.370,00	10.504.495,00	14.180.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00
Financiamento	5.028.176,00	-	-	-	-	-	-	-
1) TOTAL RECEITAS	10.484.546,00	10.504.495,00	14.180.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00	16.055.740,00
<u>DESPESAS</u>								
Custelo produção agrícola	1.605.692,00	2.191.025,00	2.483.620,00	2.816.620,00	2.816.620,00	2.816.620,00	2.816.620,00	2.816.620,00
Despesas programadas investim.	4.884.176,00	-	-	-	-	-	-	-
Pgto. Tributos	752.936,00	1.510.155,00	2.061.530,00	2.342.780,00	2.342.780,00	2.342.780,00	2.342.780,00	2.342.780,00
Amortização financiamento existente	-	40.920,00	40.920,00	40.920,00	40.920,00	-	-	-
Manutenção familiar (84 fam.)	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00	2.016.000,00
2) TOTAL DESPESAS	9.258.804,00	5.758.100,00	6.602.070,00	7.216.320,00	7.216.320,00	7.175.400,00	7.175.400,00	7.175.400,00
1 - 2) RENDA LÍQ.	1.225.742,00	4.746.395,00	7.578.670,00	8.839.420,00	8.839.420,00	8.880.340,00	8.880.340,00	8.880.340,00
JUROS DESTES FINANCIAMENTO	150.845,00	150.845,00	150.845,00	150.845,00	120.676,00	90.507,00	60.338,00	30.169,00
AMORTIZAÇÃO	-	-	-	1.005.635,00	1.005.635,00	1.005.635,00	1.005.635,00	1.005.636,00
SALDO	1.074.897,00	4.595.550,00	7.427.825,00	7.682.940,00	7.713.109,00	7.784.198,00	7.814.367,00	7.844.535,00

A N E X O

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES E PRODUTORES
DE MATO GROSSO



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

[Handwritten signature]

UTORES DE MATO GROSSO
Cartório Registro de Títulos e Documentos

Documentos
CARTÓRIO D. OFÍCIO
V. 32 - Nova Iguaçu
to Grosso, é uma sociedade
atuto e pelas disposições

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º A Associação dos camponeses e produtores de Mato Grosso, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º A Associação terá sua sede na Avenida Mutirão nº 1000, Distrito de Queimados, em Nova Iguaçu.

Art. 3º O prazo de duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano agrícola (1º de julho a 30 de junho).

Art. 4º É objetivo da Associação a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas-sociais e culturais de seus associados.

Art. 5º Para a consecução do seu objetivo, a associação poderá:

a) Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras;

b) Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;

c) Manter serviços próprios de assistência médica, dentária, recreativa e educacional, ou, com este mesmo objetivo, celebrar convenios com qualquer entidade pública ou privada;

d) Prestar serviços aos associados pertinentes à viabilização e execução dos projetos agrícolas;

e) Para a realização dos seus objetivos a Associação poderá filiar-se a outras entidades congêneres, a nível regional ou estadual, sem perder sua autonomia e poder de decisão.

CAPÍTULO II

DES ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO, DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 6º Podem ingressar na Associação os produtores rurais, participantes da Associação rural, que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela juda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade. a

Parágrafo Único - A admissão poderá ficar condicionada à capacidade técnica de prestação de serviços.

Art. 7º A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Diretor-Presidente, não podendo ser negada.

Parágrafo Único - Para efeito do artigo anterior o associado ficará excluído da associação rural, se até aquela data não constar do quadro de associados.

Art. 8º A eliminação será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

§ 1º O atingido poderá recorrer para a Assembléa Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

§ 3º A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver re corrido da penalidade, no prazo previsto no §1º deste artigo.

§ 4º O associado será eliminado quando for excluído da Associação rural.

Art. 9º A exclusão do associado ocorrerá por morte física, por incapacidade ci
vil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a
sua admissão ou permanência na associação.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 10º São direitos dos associados:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder;
- b) Votar e ser votado para membro da Diretoria, do Conselho fiscal;
- c) Participar das reuniões da Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- d) Consultar todos os livros e documentos da associação, em épocas próprias;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor em assembleias, medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f) Convocar a Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- g) Demitir-se da associação quando lhe convier.

Parágrafo Único - O associado, que aceitar a estabelecer relação empregatícia com a associação, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art. 11º São deveres do associado:

- a) Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral;
- b) Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- c) Manter em dia as anuidades estabelecidas pela Assembleia Geral;
- d) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da associação.

Art. 12º Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 13º O patrimônio da associação será constituído:

- a) Pelos bens imóveis de sua propriedade;
- b) Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira;
- c) Pelas anuidades dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembleia Geral;
- d) Pelas receitas provenientes da prestação de serviços.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14º A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da associação e dentro dos limites legais, e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade.

Art. 15º A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o encerramento do Balanço e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art. 16º Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- a) Apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Apreciar e votar o planejamento agrícola elaborado pelos órgãos sociais e equipes funcionais;
- c) Eleger e empossar os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo;
- d) Estabelecer o valor da contribuição anual dos associados.

Art. 17º Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do estatuto social;

- c) Aprovar o regimento interno dos grupos territoriais e comissões funcionais;
- d) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 18º É da competência da Assembléia Geral, ordinária e extraordinária, a destituição da Diretoria, e Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da associação, a Assembléia poderá designar Diretores e Conselheiros Fiscais provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30(trinta) dias, obedecendo o Capítulo VI, artigo 39.

Art. 19º O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral será de 2/3(dois terços) do número de associados, em primeira convocação, e de qualquer número, em segunda convocação.

Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, excetuando-se os casos previstos no Artigo 17, em que é exigida a maioria de 2/3(dois terços).

Art. 20º A Assembléia Geral será normalmente convocada pelo Diretor Presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Consultivo, ou ainda por 1/5(um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 21º A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10(dez) dias, mediante aviso enviado aos associados e fixados nos lugares públicos mais frequentados.

Art. 22º A Mesa da Assembléia será constituída pelos membros da Diretoria ou, em suas faltas ou impedimentos, pelos Membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, a Mesa será constituída por 4(quatro) associados, escolhidos na ocasião.

Art. 23º O que ocorrer nas reuniões da Assembléia deverá constar da ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria, Conselho Fiscal presentes, por uma comissão de 5(cinco) associados designados pela Assembléia e, ainda, por quantas o queiram fazer.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 24º A administração e fiscalização da associação serão exercidas, por uma Diretoria, por um Conselho Fiscal.

Art. 25º A Diretoria será constituída por 6(seis) elementos efetivos, com as designações de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, 1º e 2º Diretores-Secretários e 1º e 2º Diretores-Tesoureiros, eleitos, para um mandato de 1(um) ano, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Nos impedimentos superiores a 90(noventa) dias, e vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 26º Compete à Diretoria, em especial:

- a) Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação;
- b) Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos bem como quaisquer programas próprios de investimento;
- c) Propor a Assembléia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- d) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- e) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- f) Deliberar sobre admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;

g) Indicar o banco ou os bancos nos quais devem ser feitas os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

h) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral;

i) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

j) Apresentar a Assembleia Geral Ordinária e Relatório e as Contas de sua gestão, bem como o Parecer do Conselho Fiscal e do Planejamento agrícola;

l) Contratar e demitir funcionários para os quadros de sua administração.

Art. 27º A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo.

§1º A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

§2º Será lavrada Ata de cada reunião, em Livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

Art. 28º Compete ao Diretor-Presidente:

a) Supervisionar as atividades da associação, através de contatos assíduos com as restantes membros da Diretoria e com o Gerente;

b) Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de "Caixa";

c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

d) Apresentar à Assembleia Geral, o Relatório e o Balanço anual, como o Parecer do Conselho Fiscal e do planejamento agrícola;

e) Representar a Associação, em juízo e fora dele;

f) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 29º Compete ao Diretor Vice-Presidente:

a) Assumir e exercer as funções de Diretor-Presidente, no caso de ausência ou vacância;

b) Executar atribuições delegadas regida pelo Regimento Interno.

Art. 30º Compete ao Diretor-Secretário:

a) Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;

b) Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;

c) Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;

d) Verificar e visar os documentos de receita e despesa;

e) Substituir o Diretor-Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância;

f) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;

g) O 2º Diretor-Secretário substituirá o 1º em caso de ausência ou vacância.

Art. 31º Compete ao Diretor-Tesoureiro:

a) Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, no banco ou bancos designados pela Diretoria;

b) Proceder os pagamentos autorizados pelo Diretor-Presidente;

c) Proceder ou mandar proceder a escrituração do Livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;

d) Zelar pelo recolhimento das obrigações, fiscais, tributárias, previdenciais e outras, devidas ou da responsabilidade da associação;

e) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;

f) O 2º Diretor-Tesoureiro substituirá o 1º em caso de ausência ou vacância.

Art. 32º O Regimento Interno será constituído com base neste estatuto por

CONTINUAÇÃO

normas estabelecidas pela Diretoria, baixadas sob a forma de resoluções.

Art. 33º Para levantamentos bancários, celebração de contratos de qualquer natureza, cedência de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura de dois diretores.

Art. 34º O Conselho Fiscal da associação será constituído por 3(três) membros efetivos e 3(três) suplentes eleitos para um mandato de 1(um) ano, sendo também permitida a reeleição de 1/3(um terço) de seus componentes.

§1º Os suplentes serão chamados a substituir os efetivos nas vagas ou impedimentos destes, por prazo superior a 60(sessenta) dias.

§2º Em sua primeira reunião, o Conselho escolherá o Presidente e o Secretário, entre os seus próprios membros.

Art. 35º Compete ao Conselho Fiscal em especial:

- a) Examinar, assiduamente, a escrituração e o estado financeiro da associação;
- b) Assistir às sessões da Diretoria, sempre que dessa faculdade queira usar, onde terá voto consultivo;
- c) Verificar se os atos da Diretoria e da Gerência estão em harmonia com a lei e com o estatuto e se não são contrários aos interesses dos associados;
- d) Convocar a Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- e) Dar parecer, por escrito, sobre o Relatório, Balanço e Contas anuais apresentadas pela Diretoria.

Art. 36º O Conselho Fiscal terá uma reunião ordinária uma vez por mês, e reuniões extraordinárias sempre que necessárias, convocadas pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação da Diretoria.

§1º O Conselho considerará-se reunido com a participação de todos os seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

§2º Será lavrada ata de cada reunião, em Livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 37º O associado não poderá exercer cumulativamente cargos na Diretoria e Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Art. 38º Entende-se como atividade agrícola e que serão de responsabilidade da associação: conservação e preparação do solo, plantio, adubação e correção do solo e que serão executados em sistema cooperativo.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 39º As eleições gerais para os cargos eletivos serão realizadas a cada ano, ao término do exercício social.

CAPÍTULO VII

DOS LIVROS

Art. 40º A associação deverá ter:

- a) Livro de matrícula de associados;
- b) Livro de atas de reunião da Diretoria;
- c) Livro de atas de reunião do Conselho Fiscal;
- d) Livro de atas de reunião do Conselho Consultivo;
- e) Livro de presença dos associados em assembléia;
- f) Outros livros, fiscais, contábeis, etc..., exigidos pela Lei e/ou Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DA DISSOLUÇÃO

Art. 41º A associação será dissolvida por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto no Parágrafo Único do artigo 19 deste estatuto.

Art. 42º Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte

remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada a instituição congênere, legalmente constituída, para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43º É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagem a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 44º A associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente o "superavit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 45º Poderão ser criadas quantos Departamentos forem necessários.

Art. 46º O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de constituição realizada nesta data, na qual foram também eleitos os primeiros membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão em 31 de agosto de 1987.

Art. 47º Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, perdurarão até a realização da Assembleia Geral - Ordinária, correspondente ao seu término.

Art. 48º Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante de liberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária, observado o disposto no Parágrafo Único do artigo 19.

Art. 49º Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes.

Nova Iguaçu-RJ 31 de agosto de 1986

Luciana Lúcia da Silva

Presidente da Associação

Cartório Registro de Títulos

Documentos
CARTÓRIO OFICIAL
Rua Getúlio Vargas, 32 - Nova Iguaçu
RODOLFO QUARESMA DE OLIVEIRA F.
Oficial

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
R. O. F. I. C. I. O.
RUA GETÚLIO VARGAS, 32 TEL. 767-5606
NOVA IGUAÇU - RJ.

Apresentado hoje para Registro e apontado
nº 4058 do Protocolo Livro A 3
Registrado sob nº de ordem 2625 do
LIVRO A 3, FLS. DE REGISTRO

Cidade de Nova Iguaçu
NOVA IGUAÇU, 08-10-1986
O QUE CERTIFICO




SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 719-4411 - Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: DINES DOS ANJOS
PRPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 1 Nº DO REGISTRO: 34.834
CULTURA: café, milho, feijão.
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ XXXXXXXX Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO - Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): Arenosa	N. 40
pH 4,6	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 7 mE/100ml	K ₂ O: 80
Magnésio: 2,5 mE/100ml	Calagem: 0,5 toneladas de calcário
Alumínio: 0,1 mE/100ml	<input type="checkbox"/> XXXXXX dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 1 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 35 ppm	Ver no verso observação (ões): 1, 3, 5, 7 e 8.

Data: 18 de fevereiro de 19 87

Responsável: 

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O




SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 719-4411 - Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: DINES DOS ANJOS
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 2 Nº DO REGISTRO: 34.835
CULTURA: LARANJA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA Instalação Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO - Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): Areno argilosa pH 4,3 Cálcio: .mE/100ml Magnésio: 1,7 .mE/100ml Alumínio: 0,2 .mE/100ml Fósforo: 1 .ppm Potássio: 32 .ppm	N 40 P ₂ O ₅ 80 K ₂ O: 80 Calagem: 1,0 tonaledas de calcário <input type="text" value="XXXXXXXX"/> dolomítico <input type="text"/> calcítico por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio. Ver no verso observação (ões): 1 e 8.

Data: 18 de fevereiro de 19 87

Responsável: 
CALENE L. S. CASTRO
Eng. Agrônomo
Mat. 014555-5

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutrientes Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₂ O ₅ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 719-4411 - Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: DINES DOS ANJOS
PRÓPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 3 Nº DO REGISTRO: 34.836
CULTURA: café
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO - Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedida): Areia argilosa pH 4,2 Cálcio: 7 mE/100ml Magnésio: 1,5 mE/100ml Alumínio: 0,3 mE/100ml Fósforo: 1 ppm Potássio: 29 ppm	N: 40 P ₂ O ₅ : 80 K ₂ O: 80 Calagem: 1,0 toneladas de calcário <input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio. Ver no verso observação (ões): 1,3 e 8.

Data: 18 de fevereiro de 1987

Responsável:

COPIA PARA O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
N.º 01.000.000-5

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutrientes Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: WALDEMAR LEONARDO DA SILVA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: única Nº DO REGISTRO: 29.402
CULTURA: AIPIM E BATATA DOCE
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO argilosa pH 4,2 Cálcio: 7 mE/100ml Magnésio: 2,2 mE/100ml Alumínio: 0,6 mE/100ml Fósforo: < 1 ppm Potássio: 49 ppm	N 40 P ₂ O ₅ : 80 K ₂ O: 40 Calagem: 1,5 toneladas de calcário <input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio. Ver no verso observação (ões): 1 e 8.

Data: 07 de maio de 19 85

Responsável:
614.535-1

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	70	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: WALDEMAR LEONARDO DA SILVA
PROPRIEDADE:
ENDEREÇO:
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: única Nº DO REGISTRO: 29.102
CULTURA: QUIABO
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ... argilosa pH 4,2 Cálcio: 7 mE/100ml Magnésio: 2,2 mE/100ml Alumínio: 0,6 mE/100ml Fósforo: 1 ppm Potássio: 49 ppm	N 100 P ₂ O ₅ : 200 K ₂ O: 100 Calagem: 1,5 toneladas de calcário <input type="checkbox"/> XXXX XX dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio. Ver no verso observação (ões): 1,2 e 8.

Data: 07 de maio de 19 85

Responsável:
014.535-55

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	500	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	1.000	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	170	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 — Niterói — Tel.: 719-4411 — Ramal 55

SEÇÃO MATO GROSSO - COLETIVO DE BRASILINO

IDENTIFICAÇÃO
 NOME: MARIA CONCEIÇÃO ROSA
 PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
 ENDEREÇO:
 DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
 Nº DA AMOSTRA: 02 Nº DO REGISTRO: 27.836
 CULTURA: MILHO, FEIJÃO, ABOBORA, MANDIOCA
 INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☒ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO — Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENOSA	N 40
pH 4,4	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 0,3 mE/100ml	K ₂ O 80
Magnésio: mE/100ml	Calagem: 1,5 toneladas de calcário
Alumínio: 0,6 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: < 1 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 45 ppm	Ver no verso observação (ões): 1,5, 7 e 8.

Data: 19 de outubro de 19 84

Responsável: *Fernando Villa Forte Coulinho*

Fernando Villa Forte Coulinho
Engenheiro Agrônomo
Assistente do Diretor do L.S.A.
Matrícula n.º 150 170

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: JOSE BATISTA

PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE

ENDEREÇO: MATO GROSSO

DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ

Nº DA AMOSTRA: única Nº DO REGISTRO: 29.405

CULTURA: ARROZ, INHAME, FEIJÃO

INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO argilosa	N 40
pH 4,7	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 7 mE/100ml	K ₂ O: 80
Magnésio: 1,4 mE/100ml	Calagem: 2,0 toneladas de calcário
Alumínio: 0,9 mE/100ml	<input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: <1 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 23 ppm	Ver no verso observação (ões): 1,5,7 e 8. ✓

Data: 07 de maio de 1985

Responsável:
014.535-5-

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: WALDEMAR LEONARDO DA SILVA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: MATO GROSSO (AV. MUTIRÃO)
DISTRITO: MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: única Nº DO REGISTRO: 29.402
CULTURA: AIPIM E BATATA DOCE
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO argilosa pH 4,2 Cálcio: mE/100ml Magnésio: 2,2 mE/100ml Alumínio: 0,6 mE/100ml Fósforo: < 1 ppm Potássio: 49 ppm	N 40 P ₂ O ₅ : 80 K ₂ O: 40 Calagem: 1,5 toneladas de calcário <input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio. Ver no verso observação (ões): 1 e 8.

Data: 07 de maio de 19 85

Responsável:
614.535-11

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₂ O ₅ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	70	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 — Niterói — Tel.: 719-4411 — Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	JOÃO BATISTA BARBOSA
PROPRIEDADE:	FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:	MATO GROSSO
DISTRITO:	MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA:	02 Nº DO REGISTRO: 29.404
CULTURA:	ARROZ, INHAME E BATATA DOCE
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA	<input type="checkbox"/> Instalação <input type="checkbox"/> Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO — Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita):	N: 40
ARENOSOS argilos a	P ₂ O ₅ : 80
pH: 3,9	K ₂ O: 80
Cálcio: 7 mE/100ml	Calagem: 2,5 toneladas de calcário
Magnésio: 1,4 mE/100ml	<input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Alumínio: 1,2 mE/100ml	XXXXXXX
Fósforo: 3 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 45 ppm	Ver no verso observação (ões):
	e 8.

Data: 07 de maio de 19 85

Responsável: 
014.535-5-

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₂ O ₅ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O




SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	ANTONIO C. FORMIGA
PROPRIEDADE:	FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:	MATO GROSSO (LAGOA)
DISTRITO:	MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA:	01 Nº DO REGISTRO: 29.232
CULTURA:	MELANCIA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA	<input type="checkbox"/> Instalação <input type="checkbox"/> Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita):	N 60
ARENOSA	P ₂ O ₅ 120
pH 5,2	K ₂ O 120
Cálcio: 3,2 mE/100ml	Calagem: 0,5 toneladas de calcário
Magnésio: mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Alumínio: 0,0 mE/100ml	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Fósforo: <1 ppm	Ver no verso observação (ões):
Potássio: 39 ppm	1... e 8.

Data: 18 de março de 19 85

Responsável: 
Orlene de Sousa Castro-614.935.5



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 — Niterói — Tel.: 719-4411 — Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: ANTONIO C. FORMIGA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: MATO GROSSO (LAGOA)
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 02 (ALTO) Nº DO REGISTRO: 29.233
CULTURA: MILHO - FEIJÃO - AIPIM - ABOBORA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO — Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ARGILOSA	N 40
pH 4,4	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 2,8 mE/100ml	K ₂ O: 40
Magnésio: mE/100ml	Calagem: 1,0 toneladas de calcário
Alumínio: 0,2 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: <1 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 59 ppm	Ver no verso observação (ões): 1, 5, 7 e 8.

Data: 18 de março de 19 85

Responsável:
Orlene de Sousa Castro-614.935.5



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 719-4411 - Ramal 55

8

IDENTIFICAÇÃO

NOME: JORGE TOME DE SOUZA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPOS ALEGRE
ENDEREÇO: MATO GROSSO
DISTRITO: MUNICÍPIO: N IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 01 Nº DO REGISTRO: 29.033
CULTURA: CAFE
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA XXXXXXXX Instalação Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO - Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita):	N: 40
ARGILO arenosa	P ₂ O ₅ : 80
pH: 3,9	K ₂ O: 80
Cálcio: 7 mE/100ml	Calagem: 3,0 toneladas de calcário
Magnésio: 0,5 mE/100ml	XXXXXX dolomítico calcítico
Alumínio: 1,4 mE/100ml	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Fósforo: < 1 ppm	Ver no verso observação (ões):
Potássio: 31 ppm	1,3 e 8.

Data: 31 de janeiro de 19 85

Responsável:

Julius de Lanza
614.535-5



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 710-4411 - Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: SEBASTIÃO SILVA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPOS ALEGRE
ENDEREÇO: MATO GROSSO
DISTRITO: MUNICÍPIO IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 03 Nº DO REGISTRO: 29.034
CULTURA: MILHO
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO -- Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO argilosa	N: 40
pH: 4,1	P ₂ O ₅ : 80
Cálcio: 7 mE/100ml	K ₂ O: 80
Magnésio: 0,5 mE/100ml	Calagem: 1,5 toneladas de calcário
Alumínio: 0,5 mE/100ml	<input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: < 1 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 31 ppm	Ver no verso observação (ões):
	1 e 8.

Data: 31 de janeiro de 19 85

Responsável:

Antônio de Souza
614.535-5



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

10

IDENTIFICAÇÃO

NOME: ANTONIO OSCAR DE SOUZA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: MATO GROSSO
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 04 Nº DO REGISTRO: 29.035
CULTURA: Milho, feijão, arroz, aipim e inhame
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): Arenosa	N 40
pH 4,1	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 1,2 mE/100ml	K ₂ O: 40
Magnésio: 1 mE/100ml	Calagem: 1,0 toneladas de calcário
Alumínio: 0,5 mE/100ml	<input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 5 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 49 ppm	Ver no verso observação (ões):
 1,5,7 e 8.

Data: 05 de fevereiro de 19 85

Responsável: *Nesde A.*

Mat: 160-451-1



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 - Niterói - Tel.: 719-4411 - Ramal 55

IDENTIFICAÇÃO

NOME: Antonio Oscar de Souza
PROPRIEDADE: Fazenda Campo Alegre
ENDEREÇO: MATO GROSSO
DISTRITO: 04 MUNICÍPIO: N. Iguaçu ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: Nº DO REGISTRO: 29.035
CULTURA: Quiabo
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO - Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): arenosa	N 100
pH 4,1	P ₂ O ₅ 200
Cálcio: 2 mE/100ml	K ₂ O: 100
Magnésio: 1,1 mE/100ml	Calagem: 1,0 toneladas de calcário
Alumínio: 0,5 mE/100ml	<input type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 5 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 49 ppm	Ver no verso observação (ões):
 1,2 e 8.

Data: 05 de fevereiro de 19 85

Responsável: *N. S. S.*

Mat: 160-451-1



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

COLETIVO DE SEBASTIÃO GONÇALVES - PARTE BAIXA

IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	MARIA CONCEIÇÃO ROSA
PROPRIEDADE:	FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:	CRUZEIRO (atrás do escola)
DISTRITO:	MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA:	05 Nº DO REGISTRO: 27.839
CULTURA:	MILHO, ARROZ
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA	<input type="checkbox"/> Instalação <input type="checkbox"/> Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita):	N 40
ARENO ARGILOSA	P ₂ O ₅ 80
pH 3,9	K ₂ O 80
Cálcio: } 1,1 mE/100ml	Calagem: 4,0 toneladas de calcário
Magnésio: } mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Alumínio: } 2,0 mE/100ml	
Fósforo: } 2 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: } 23 ppm	Ver no verso observação (ões):
 1 e 8.

Data: 19 de outubro de 19 84

Responsável: Fernando Villa Forte Coutinho

Fernando Villa Forte Coutinho

Engenheiro Agrônomo

Assistente de Direção - S.A.

Matrícula nº 150.179

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	130	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

COLETIVO DE SEBASTIÃO GONÇALVES - PARTE BAIXA

IDENTIFICAÇÃO

NOME: MARIA CONCEIÇÃO ROSA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: CRUZEIRO (atrás da escola)
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 05 Nº DO REGISTRO: 27.839
CULTURA: HORTA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedida): ARENO ARGILOSA	N 100
pH 3,9	P ₂ O ₅ 200
Cálcio: } 1,1 mE/100ml	K ₂ O 200
Magnésio: } mE/100ml	Calagem: 4,0 toneladas de calcário
Alumínio: 2,0 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 2 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: 23 ppm	Ver no verso observação (ões): 1,2 e 8.

Data: 19 de outubro de 1984

Responsável: *Fernando Villa Forte Coutinho*

Fernando Villa Forte Coutinho
Engenheiro Agrônomo
Assistente do Diretor do L.S.A.
Matrícula n.º 150 178

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	500	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	1000	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O	330	Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

25

COLETIVO DE SEBASTIÃO GONÇALVES - PARTE ALTA

IDENTIFICAÇÃO	
NOME:	MARIA CONCEIÇÃO ROSA
PROPRIEDADE:	FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO:	Cruzeiro (atrás da escola)
DISTRITO:	MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA:	04 Nº DO REGISTRO: 27.838
CULTURA:	MAMÃO
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA	<input type="checkbox"/> Instalação <input type="checkbox"/> Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ARGILOSA	N: 80
pH: 4,3	P ₂ O ₅ : 160
Cálcio: 0,1 mE/100ml	K ₂ O: —
Magnésio: — mE/100ml	Calagem: 2,5 toneladas de calcário
Alumínio: 1,1 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 4 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: > 135 ppm	Ver no verso observação (ões): 1 e 8.

Data: 19 de outubro de 19 84

Responsável: Fernando V. F. Coutinho

Fernando Villa Forte Coutinho
Engenheiro Agrônomo
Assistente do Diretor do L. S. A.
Matrícula n.º 150 170



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

COLETIVO DE SEBASTIÃO GONÇALVES - PARTE ALTA

IDENTIFICAÇÃO

NOME: MARIA CONCEIÇÃO ROSA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: Cruzeiro (atrás do mato)
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 04 Nº DO REGISTRO: 27.838
CULTURA: MILHO, FEIJÃO, ARROZ
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ARGILOSA	N 40
pH 4,3	P ₂ O ₅ 80
Cálcio: 0,1 mE/100ml	K ₂ O:
Magnésio: mE/100ml	Calagem: 2,5 toneladas de calcário
Alumínio: 1,1 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 4 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: > 135 ppm	Ver no verso observação (ões): 1, 5, 7 e 8.

Data: 19 de outubro de 19 84

Responsável:

Fernando Villa Forte Coutinho
Engenheiro Agrônomo
Assistente do Diretor do L.S.A.
Matrícula nº 150 178

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	200	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	400	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O		Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE AGROPECUÁRIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE SOLOS E ADUBOS
Alameda São Boaventura, nº 770 – Niterói – Tel.: 719-4411 – Ramal 55

COLETIVO DE SEBASTIÃO GONÇALVES - PARTE ALTA

IDENTIFICAÇÃO

NOME: MARIA CONCEIÇÃO ROSA
PROPRIEDADE: FAZENDA CAMPO ALEGRE
ENDEREÇO: Cruzeiro (atrás do escola)
DISTRITO: MUNICÍPIO: N. IGUAÇU ESTADO: RJ
Nº DA AMOSTRA: 04 Nº DO REGISTRO: 27.838
CULTURA: HORTA
INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO PARA ☐ Instalação ☐ Manutenção da Cultura

RESULTADOS DA ANÁLISE DO SOLO	INDICAÇÃO DE ADUBAÇÃO – Em kg/ha
TEXTURA (Determinação expedita): ARENO ARGILOSA	N 100
pH 4,3	P ₂ O ₅ 200
Cálcio: 0,1 mE/100ml	K ₂ O:
Magnésio: mE/100ml	Calagem: 2,5 toneladas de calcário
Alumínio: 1,1 mE/100ml	<input checked="" type="checkbox"/> dolomítico <input type="checkbox"/> calcítico
Fósforo: 4 ppm	por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.
Potássio: >135 ppm	Ver no verso observação (ões): 1, 2 e 8.

Data: 19 de outubro de 1984

Responsável: *Fernando V. F. Coutinho*

Fernando Villa Frede Coutinho
Engenheiro Agrônomo
Assistente do Diretor do L.S.A.
Matrícula n.º 150.178

OBSERVAÇÕES

1. Aplicar 1/3 da adubação nitrogenada no plantio e 2/3 em cobertura.
2. Para as hortícolas: tomate, pimentão, jiló, couve-flor etc., usar 2 litros de esterco de curral ou 1 litro de esterco de galinha por cova.
3. Para plantio de café, usar de 15 a 20 litros de esterco de curral ou 4 a 6 litros de esterco de galinha por cova.
4. Para repolho, couve-flor e brócolos: pulverizar com solução de ácido bórico comercial (40 g/l) com 15, 30 e 45 dias após o plantio.
5. Para todas as leguminosas, adubar com micronutrientes contendo molibdênio, com a orientação de um engenheiro agrônomo.
6. Para soja, amendoim, ervilha, *Vigna* e leguminosas forrageiras em cultura pura ou consorciada, substituir a adubação nitrogenada por inoculação das sementes com *Rhizobium* específico.
7. Substituir a adubação de cobertura de feijão e feijão de vagem por inoculação das sementes com *Rhizobium phaseoli*.
8. AS AMOSTRAS DE SOLO SERÃO GUARDADAS SOMENTE POR 6 SEMANAS APÓS A ANÁLISE.

Quantidades mínimas de nutrientes que devem conter alguns adubos de uso mais generalizado, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dependendo das condições locais de cada interessado, outros produtos podem ser usados.

Nutrientes	Sugestão de adubação em kg/ha	Adubo	% de Nutriente Solúvel
N	500	Salitre do Chile Sulfato de amônio Nitrocálcio Nitrato de amônio Uréia	15,5% de N 20,0% de N 20,0% de N 32,0% de N 44,0% de N
P ₂ O ₅	1000	Fosfato natural Escória de Thomas Superfosfato simples Superfosfato triplo	11,0% de P ₂ O ₅ 12,0% de P ₅ O ₂ 18,0% de P ₂ O ₅ 41,0% de P ₂ O ₅
K ₂ O		Sulfato de potássio Cloreto de potássio	48,0% de K ₂ O 58,0% de K ₂ O




EMBRAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO NACIONAL DE LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CRUZEIRO.
COLETIVO DO GERALDO - ALÉM DO

JAMELÃO

Nome e endereço do remetente		SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM	
JOAQUIM M. BARATA DE MOURA		Mandioca	
Faz. Campo Alegre		Milho Feijão Horta*	
N.º da amostra: 1C.		40	20 120 kg/ha de N
Estado e Município do Terreno:		80	80 240 kg/ha de P_2O_5
RJ - Nova Iguaçu		80	80 240 kg/ha de K_2O
Cultura a ser feita Milho, Feijão, Mandioca, Hort.		* Acrescentar 3 kg/m ² de esterco de galinha curtido, ou 5 kg/m ² de esterco de curral curtido.	
Resultados da Análise do Solo		Calcário: 3,5 toneladas por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.	
Textura: (Determinação Expedida) Argilosa.		De preferência calcário dolomítico.	
pH: 4,7		Agrônomo Responsável	N.º de Laboratório
Alumínio: 1,6 me/100ml Alto			Data da Análise
Calcio + 0,9 me/100ml Baixo		6826-9	31/07/84
Magnésio: 0,8			
Fósforo: 3 ppm Baixo			
Potássio: 41 ppm Baixo			



Responsável pela SEFER
CLOTARIO OLIVIER DA SILVEIRA

ADUBAÇÃO RACIONAL DÁ MAIS LUCRO!



EMBRAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO NACIONAL DE LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

COLETIVO DO BRASIL NO CRUZEIRO

Nome e endereço do remetente		SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM	
JOAQUIM MOURA		40 kg/ha de N	
Faz. Campo Alegre		80 kg/ha de P_2O_5	
N.º da amostra: 4 B.		40 kg/ha de K_2O	
Estado e Município do Terreno:			
RJ - Nova Iguaçu			
Cultura a ser feita: Arroz.			
Resultados da Análise do Solo		Calcário: 1,0 toneladas por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.	
Textura: (Determinação Expedida) Média.		De preferência calcário dolomítico.	
pH: 5,0		Agrônomo Responsável	N.º de Laboratório
Alumínio: 0,6 me/100ml Alto			6812-1
Calcio + 1,0 me/100ml Baixo			23/07/84
Magnésio: 0,6			
Fósforo: 3 ppm Baixo			
Potássio: 48 ppm Médio			
		Responsável pela SEFER CLOTARIO OLIVEIRA DA SILVA	

ADUBAÇÃO RACIONAL DÁ MAIS LUCRO!



EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos

Vinculada ao Ministério da Agricultura

COLETIVO DO BRASILINO - CRUZEIRO

- PARTE ALTA

EM FRENTE AO GERALDO

Nome e endereço do remetente		SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM	
JOAQUIM MOURA		40 kg/ha de N	
Faz. Campo Alegre		80 kg/ha de P_2O_5	
N.º da amostra: 4 A.		40 kg/ha de K_2O	
Estado e Município do Terreno:		Para feijão, aplicar metade da dose de N (20 kg/ha).	
RJ - Nova Iguaçu			
Cultura a ser feita: Milho, Aipim, Feijão, Abóbora.			
Resultados da Análise do Solo		Calcário: 0,5 toneladas por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.	
Textura: (Determinação Expedida) Média.		De preferência calcário dolomítico.	
pH: 5,4		Agrônomo Responsável	Data da Análise
Alumínio: 0,2 me/100ml Baixo		N.º de Laboratório	
Cálcio + 1,1 me/100ml Baixo		6811-11	19/07/84
Magnésio: 0,6			
Fósforo: 3 ppm Baixo			
Potássio: 67 ppm Médio			

Responsável pela SEFER


CLOTARIO OLIVIER DA SILVEIRA

ADUBAÇÃO RACIONAL DÁ MAIS LUCRO!



EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO NACIONAL DE LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

(PRÓXIMO AO JAMELÃO)
COLETA DO SEBASTIÃO

Nome e endereço do remetente		SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM	
JOAQUIM MOURA		*Alface, *Quiabo, *Abóbora	
Faz. Campo Alegre		*Repolho. Milho.	
N.º da amostra: 4C.		100	40 kg/ha de N
Estado e Município do Terreno:		200	80 kg/ha de P_2O_5
RJ - Nova Iguaçu		200	80 kg/ha de K_2O
Cultura a ser feita: Milho, Quiabo, Abóbora, Alface, Repolho.		* Acrescentar 3 kg/m ² de esterco de galinha curtido, ou 5 kg/m ² de esterco de curral curtido.	
Resultados da Análise do Solo		Calcário: 3,0 toneladas por hectare, 30 a 60 dias antes do plantio.	
Textura: (Determinação Expedida) Argilosa.		De preferência calcário dolomítico.	
pH: 4,8		Agrônomo Responsável	N.º de Laboratório
Alumínio: 1,4 me/100ml Alto			6812-3
Cálcio + 0,8 me/100ml Baixo		Data da Análise	
Magnésio: 0,6		23/07/84	
Fósforo: 2 ppm Baixo		 Responsável pela SEFER GLOTÁRIO CLIVIES DA SILVA	
Potássio: 30 ppm Baixo			

ADUBAÇÃO RACIONAL DÁ MAIS LUCRO!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**CONFLITOS DE POSSEIROS
RURAIS EM ÁREAS PERI-
URBANAS - NOVA IGUAÇU.**

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO EM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS PARA OBTEN
ÇÃO DO TÍTULO DE GEÓGRAFO.


POR

SHEILA GUTIERREZ COPELLO

RIO DE JANEIRO

Novembro - 1983

*Para a Sr. Zezinha
obrigado por Tê-lo conhecido
Sheila e Jorge*



" Não há nenhum servente de pedreiro que quando bate meio dia coma meio tijolo, nem um trabalhador de asfalto que coma 1/2 litro de petróleo no meio dia, todo trabalhador precisa da gente, to dos precisam do que a gente planta. Por que a gente tem pagar tão caro por isso? "

(depoimento Sr. Zezinho)

ESCUTEM-ME TODOS OS POVOS

Salmo 46

Ouçam-me todos os povos

escutai todos vós habitantes do mundo

plebeus e nobres

os proletários e os milionários

todas as classes sociais

Falarei com provérbios

e sábias palavras

acompanhado da harpa...

" Por que temerei as perseguições
dos que depositam sua confiança num Banco
e sua segurança numa Apólice de Seguros? "

A vida não se pode comprar com um cheque
suas Ações muito altas
não podem ser pagas com dinheiro

Viver sempre e não ver jamais o sepulcro:
ninguém pode comprar essa Apólice!

Pensaram que viveriam sempre e que sempre estariam no
poder

e punham seus nomes em suas terras
em todas as propriedades que roubavam
substituíam os nomes das cidades
pelos seus próprios
As suas estátuas estavam em todas as praças
Mas agora quem os menciona?
Foram derribadas as suas estátuas de bronze
as placas de bronze foram arrancadas
Agora o seu Palácio é um Mausoléu
Não percas a paciência portanto

se vêes que alguém se enriquece
se tem muitos milhões
e cresce a fama de sua casa
e é um Homem Forte
Porque na morte já não terá nenhum governo
nem nenhum Partido
Embora quando vivo a Imprensa Oficial

tivesse proclamado:

" Louvar-te-ão porque alcançaste a felicidade "
terá que ir à última morada de seus pais
para não ver jamais a luz
Mas o homem transfigurado em sua dignidade não entende
o homem que está no poder
O chefe gordo cheio de condecorações
e ri e pensa que não morrerá nunca
e não sabe que é um desses animais
sentenciados a morrer no dia Festa

(Ernesto Cardenal - "As riquezas Injustas"- p. 26 e 27)

" A G R A D E C I M E N T O S "

- . Aos posseiros de Nova Iguaçu, "a vossa causa foi mais que suficiente para que este trabalho se realizasse." Em especial ao Sr. Zezinho e Sr. Geneci que, com suas lutas restauram esperanças."
- . A Júlia Adão Bernardes, pouco seria dizer que você me fez crescer, com sua simplicidade, talhe filosófico e garra; minha eterna gratidão.
- . Paulo Bahiense, amigo dedicado, mente aberta e aguçada, sua ajuda foi fundamental em todas as etapas deste trabalho.
- . Aos meus pais, irmão e irmãs, a companhia e o estímulo nas tão difíceis e aventureiras idas a campo.
- . Ao esposo Jorge o apoio final, a segurança e o investimento.
- . As minhas filhas Kalinca e Neftali a imposição calada de minha ausência.
- . Finalmente a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

I N D Í C E

- I - INTRODUÇÃO
- II - PROCEDIMENTO
- III - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS
- IV - SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEITORES DE PEDRA LISA:
 - uma panorâmica geral:
 - a) O controle da distribuição de terra
 - b) Estratégia de solidariedade visando a sobrevivência individual e coletiva na área.
 - c) As fontes de recursos financeiros da associação e sua utilização.
 - d) A associação e a comercialização da produção.
 - e) Regras de comportamento comunitário estabelecidas pela associação.
 - f) A influência da Associação de Pedra Lisa sobre as áreas adjacentes.
- V - O PROCESSO DE GESTÃO E ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES DE PEDRA LISA: 1940-1964.
- VI - O DESMANTELAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE PEDRA LISA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DO RURAL EM URBANO.

VII - O CONFLITO DE POSSEIROS RURAIS EM ESPAÇO DE DESTINAÇÃO URBANA.

- a 1) O processo de transformação do Rural em Urbano
- b 2) O conflito de posseiros rurais na região de Pedra Lisa ontem e hoje.

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS





I.- Introdução

Mais recentemente, ainda que muitas vezes de forma esparsa e descontínua, vêm adquirindo ressonância pública as mobilizações de posseiros rurais em todo o território nacional. Entretanto, os conflitos que dão origem a essas mobilizações vêm sendo gestados há muitas décadas ainda que não de forma linear, uma vez que não podemos perder de vista cortes históricos de profundidade que ~~tem~~ marcaram o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Se nos remetermos mais especificamente ao marco temporal de 1964, verificaremos que as mudanças político-econômicas ocorridas asseguraram durante um bom espaço de tempo a apatia das tentativas de organização dos posseiros rurais. Correlato a essa situação ocorreu ainda crescente proletarização nas áreas agrícolas mais atingidas pela expansão capitalista, aprofundando diferenciações internas no seio das massas trabalhadoras rurais, o que de certa forma coloca novas questões referentes às mobilizações de posseiros rurais.

Não entraremos no entanto, no mérito de tais questões uma vez que foge aos objetivos principais estipulados por nós para a realização deste trabalho, apesar da importância que elas merecem.

A penetração cada vez maior do grande capital no campo brasileiro, seja transformando a terra em meio de especulação e de lucro a partir das facilidades creditícias e incentivos fiscais, como o caso da Amazônia e do Centro-Oeste, seja deslanchando-se em grandes projetos agropecuários ou de reflorestamento, ou ainda modernizando áreas de agricultura tradicional, voltadas para o mercado externo; tem contribuído para acelerar o processo de concentração da terra assim como o de expulsão de grandes levas camponesas, não se traduzindo este tão somente pelos deslocamentos rurais-urbanos (principalmente para os grandes centros urbanos) mas intensificando outros tipos de deslocamentos como os rurais-rurais.

Assim, a política econômica agrícola se, por um lado, vai desenvolvendo mecanismo de expulsão apoiada numa série de recursos jurídico-legais e de pressões e violências, por outro, desencadeia todo um processo de resistência por parte dos posseiros rurais no sentido de permanecer na terra que ocupam. O quadro abaixo nos fornece alguns indícios das lutas de resistências que recentemente vêm se desenvolvendo em todo país.

T A B E L A Nº 01

ALGUMAS DESAPROPRIAÇÕES OCORRIDAS NO SETOR RURAL BRASILEIRO EM 1980

ESTADO	LOCALIDADE	DESAPROPRIAÇÕES EFETUADAS	Nº FAMÍLIAS
ACRE	-	7 Seringais (260 mil ha)	-
SÃO PAULO	Andradina	Fazenda Primavera	300
CEARÁ	Aracoiaba Parambu Sta. Quitéria	Fazenda Capivara Fazenda Sinpê Fazenda Saco de Belém	800
RIO GRANDE DO NORTE	Ingá	—	—
PARAÍBA	D. Inês	Fazenda Sétio	—
BAHIA	Iaçu Camamu Coribe	— Fazendas reunidas Ocoiô	— 280
SERGIPE	Pacatuba	Fazenda Santana dos Frades	—
MATO GROSSO	São Félix do Araguaia	—	150
PARANÁ	Barragem de Itaipu	Pousos 1 e 2	—

FONTE.: CADERNOS DO CEAS Nº 64 PÁGINA 52

Essas desapropriações, apesar de pouco numerosas, demonstram a capacidade de disposição e resistência dos posseiros em áreas que até o presente são caracterizadas como tipicamente rurais.

Com menos frequência, mas não com menor importância, vêm se desenvolvendo conflitos rurais em áreas peri-urbanas, constituindo o Estado do Rio de Janeiro um bom exemplo disso (vide tabela nº 02).

T A B E L A N º 02

QUADRO DOS CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ENTRE 1975 e 1981

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	Nº DE FAMÍLIA	INÍCIO	OBSERVAÇÕES	TEMPO DE POSSE	PRINCÍPIO	ÁREA
D. CAXIAS	Faz. Morro Grande	200	1980	Despejos judiciais, perseguições, violência, grilagem, tentativas de assassinato. INCRA nada resolve	-		Foi desapropriada em 1979
ITABORAÍ	Faz. Itapacorã	48	1975	Administradores exigem parcelas muito acima. Violências - famílias fazem acordo porque não resistem a violência.	+ 10 anos	Cumprimento da legislação agrária - (arcaria).	
MACAÉ	Crubixais	32	1978	Em 1978 área passa para a responsabilidade da Secretaria de Agric. junto ao IEDF - Embargos arbitrários-abuso de poder.	+ 40 anos	Titulação (área foi desapropriada em 1938)	
MACAÉ	Faz. do Salto Bicuda Pequena	-	1979	Uso de força militar	-	Respeito legislação agrária	
MAGE	Faz. do Fojo	10	1976	Grilagem (títulos duvidosos) - despejo	+ 10 anos	Legitimação das posses.	
MAGE	Conceição de Suruí	120	1975	Expulsão através de grilagem - ações de despejo	10 anos	Titulo definitivo (1979) foi desapropriado - 82 alqueires.	

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	Nº DE FAMÍLIA	INÍCIO	OBSERVAÇÕES	TEMPO DE POSSE	REIVINDICAM / ÁREA
MAGE	Faz. Bonfim	+ 15	1975	Ações de expulsão-especulação imobiliária e construção de loteamento.	10 anos	Legitimação da posse
MAGE	Faz. Sta. Constância	300	1979	Há vários donos - Curtume Carioca S/A., força os trabalhadores a assinarem "contratos de comodato". Há diversas ações ajuizadas.	+ 10 anos	Desapropriação/1000 alq.
MAGE	Faz. Sta. Rosa	200	1980	Área quadruplica no papel (grilagem) - Ameaça de despejo Mitra Diocese de Petrópolis envolvida.	+ 10 anos	Desapropriação/+ 30 alq.
NIJARA-TIBÁ	Faz. Sta. Justina	30	1979	Alta exploração da parceria	+ 20 anos	Cumprimento dos percentuais de parceria da legislação agrária.
R. IGUAÇU	Faz. Reunidas Normandia	100	1977	Grilagem (documentos irregulares) - Área do Estado Pressão de Quadros do IBDF.	+ 20 anos	Desapropriação + 130 alqueires
PARQUE DAS ESPERANÇAS	Faz. Boa Esperança	42	1978	Receberam notificações de que deviam desocupar a área num prazo de 30 dias. Almirante Faria Lima cedeu a área a APAL.	+ 20 anos	Titulação definitiva 80 Alqueires
PARQUE DAS ESPERANÇAS	Faz. Parque Estoril	500	1981	Ameaças de pretensões donos	4 meses	Assento
PARQUE DAS ESPERANÇAS	Faz. Bacaxã	32	1978	Título de arcaze 1/5 do valor ocupado. Exploração da parceria. Assassinato	+ 20 anos	Desapropriação 300 alqueires
PARQUE DAS ESPERANÇAS	Rio D'Ouro	200	1980	Título duvidoso despejo de família - nenhuma solução.	+ 30 anos	Desapropriação
PARQUE DAS ESPERANÇAS	Faz. Cambucaia	05	1977	Incendiam casas, destroem lavouras	—	Desapropriação

No quadro acima despertou-nos a atenção os recentes conflitos de posseiros rurais manifestados em Nova Iguaçu nas Fazendas Reunidas Normandia e Boa Esperança, respectivamente em 1977 e 1978. Eclodiram num distrito reconhecido oficialmente como urbano; daí nossa curiosidade em investigar quem eram os protagonistas desse conflito, suas causas, as formas que assumiam e como compreender em que contexto sócio-espacial estes conflitos se inserem.





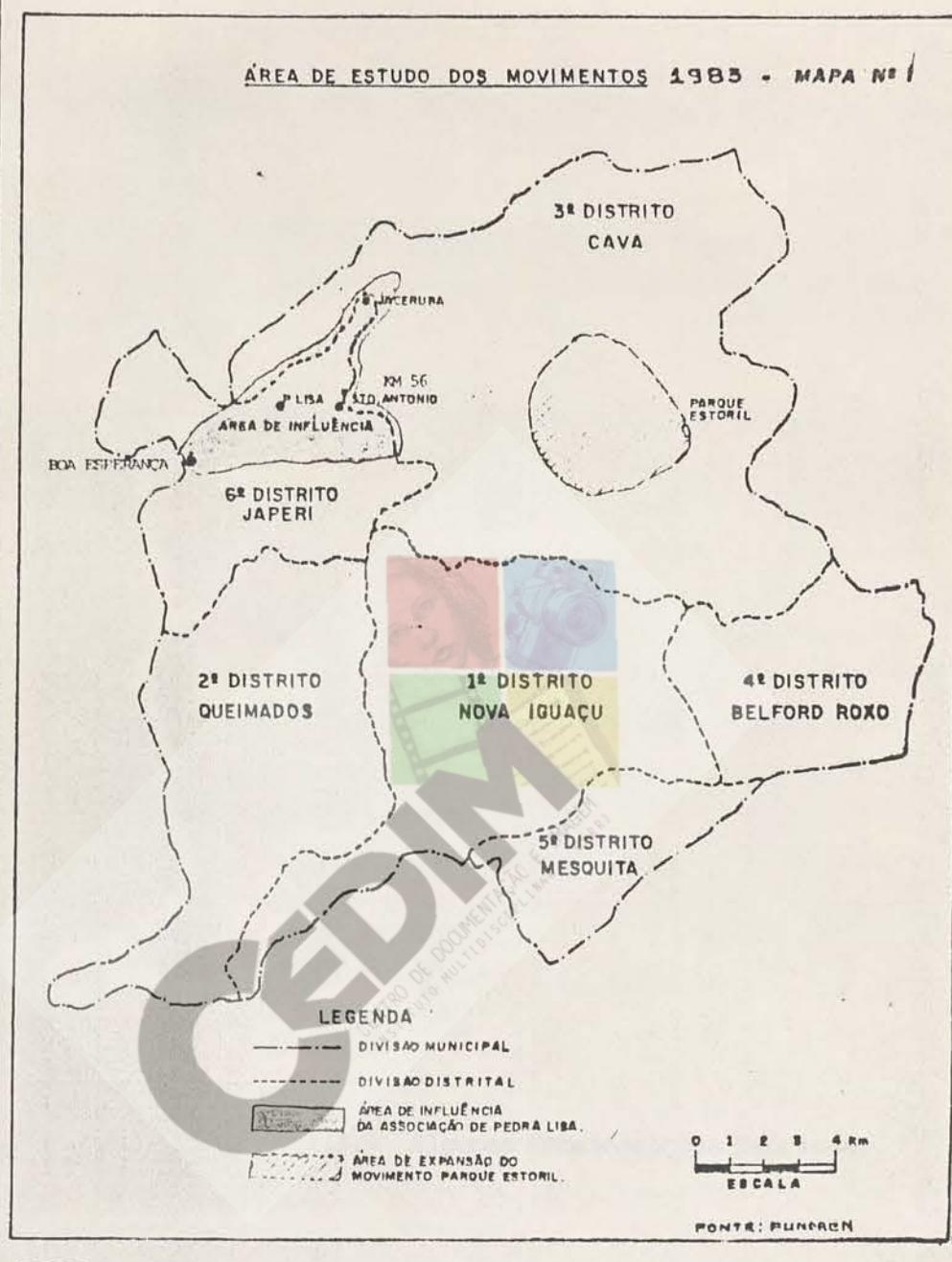
II - Procedimento

Como primeiro passo no sentido de atender às proposições da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os diferentes aspectos referentes aos objetivos da pesquisa.

Posteriormente realizamos um levantamento do arquivo de jornal "Correio da Lavoura", nos períodos de 1958 a 1964 e de 1975 a 1980, com o intuito de tentar colher informações sobre os conflitos rurais ocorridos em Nova Iguaçu, no que fomos perfeitamente atendidos, pois colhemos informações valiosas para a seleção da área de estudo.

A partir de então, elegemos Pedra Lisa como nossa área de estudo, uma vez que nesta se desenvolveram os conflitos de maior expressão no município.

Definida a área de estudo partimos para o trabalho de campo em Pedra Lisa, realizando entrevistas com antigos posseiros cujos depoimentos nos possibilitaram uma reconstrução histórica das lutas travadas nesta localidade, que pela expressividade que assumiram, em virtude da organização que contavam, tornaram esta área um polo de irradiação e aglutinação das áreas adjacentes como: Boa Esperança, Jaceruba, Santo Antonio, Teófilo Cunha, Km 56 e etc. Tais áreas também foram incluídas no nosso trabalho de campo, formando o que denominamos região do movimento de posseiros de Pedra Lisa (vide mapa 01).



Obs: a xerox reduzida diminuiu o mapa de aproximadamente 62%



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

III.- Algumas Considerações Teóricas.

Falar sobre conflitos de posseiros é falar sobre grilagem de terra que "Traz no seu rastro ou inversamente na sua vanguarda a privação do direito sagrado ao trabalho, a especulação fundiária, a descapitalização do setor agropecuário, a crise do abastecimento, a depredação dos recursos naturais, etc., ao lado do cortejo de violências, espoliação, arbitrariedades e corrupção, de que se serve" (Documento da Comissão da Pastral de Terra, 1977 - pág.20 CEAS nº 51).

Tratar dos conflitos dos posseiros rurais é procurar dar conta da problemática da organização que vai emergindo nas lutas que eles travam contra outras classes e o Estado. Assim sendo, reconhecemos que "o processo de organização dos camponeses é condição e, ao mesmo tempo, resultado do processo de lutas em que eles questionam a estrutura de relações, as práticas de exploração e as formas de dominação existentes no campo" (GRZYBOWSKI, 1982 CEAS nº 87 - pág. 50).

Convém ressaltar que o processo em que se desenvolve a oposição entre posseiros e capitalistas é marcado tanto pelas necessidades de expansão do capital como pela capacidade de resistência e luta dos posseiros.

O Estado e as classes dominantes procuram descaracterizar os movimentos dos posseiros rurais. Na ótica dos capitalistas as lutas pela terra são uma questão a ser resolvida com grileiros e jagunços ou, em situações extremas, com as boas relações junto ao aparelho judiciário - policial do Estado.

A prática do Estado decorre de uma ótica que vê o mundo rural como área de tensão social e até, em certos casos, zona de guerra a ser controlada com a Lei de Segurança Nacional e combatida com as forças militares.

"O campo brasileiro se caracteriza, hoje, fundamentalmente pela penetração cada vez maior do grande capital. Este, que a princípio tinha preocupações mais industriais e financeiras, hoje com a ampliação de sua força no interior do Brasil, sai da esfera estritamente industrial e financeira e parte para o campo de diversas formas. Com os excelentes resultados obtidos no desempenho da atividade industrial e financeira esses grupos partem para a aquisição de terras em grandes extensões, com fins meramente especulativos." (DIAS e ROLEMBERG - Pág. 21)

"A manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização. Por isso é que, quando analisamos a evolução no tempo da força de trabalho ocupada no Brasil, destaca-se a rápida redução relativa do nº de famílias ocupadas no setor agrícola." (GRAZIANO-pág. 38)

T A B E L A Nº 03

Relação entre o número e a área dos estabelecimentos recenseados em 1975, ocupados pelos grandes e pequenos produtores.					
	ÁREA OCUPADA		PRODUTORES		ÁREA MÉDIA POR CAPITA
	ABSOLUTO (Ha)	RELATIVO (%)	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	
PEQUENOS	8 milhões	2,5	2,5 milhões	50	.3
GRANDES	150 milhões	45	50 mil	1	3.000

FONTE.: Graziano

* Não se encontram computados os estratos intermediários, daí a não totalização de 100%.

" ... O rural e o urbano têm sido vistos como realidade des-
contínuas, focalizadas no seguimento isolados, exercendo a cidade
dominação sobre o campo, uma vez que o excedente aí gerado é trans
ferido para a cidade. Há gradações e sofisticações mas a idéia cen-
tral permanece esta. Trata-se de superar uma "étapa atrasada" para
que esta venha a ter o mesmo ritmo do suprimento mais avançado da
sociedade.

Não se trata em absoluto de pensar o rural e o urbano, como reali-
dade exatamente iguais, ou seja, de negar qualquer especificidade
ao rural. Apenas achamos que os processos sociais do rural só po-
dem ser enfocados se referidos à totalidade concreta que lhes dá
sentido. Reconhece-se a existência de descontinuidades entre as
sociedades, rural e urbano, descontinuidades estas que devem ser
analisadas a partir da exploração de umas classes sobre outras".
(MONTENEGRO e BERNARDES, 1981, pág. 17 -18)

Do texto acima podemos deduzir que o rural e o urbano devem ser analisa-
dos a partir da maneira como se inserem e se articulam no desenvolvimento
capitalista, o que permitirá detectar as relações que se estabelecem en-
tre esses setores pensados num espaço integrado.

destes, entre as principais razões da existência,

a distribuição da propriedade da terra, que era, segundo o relatório
do UNGA, "uma das principais causas da instabilidade política".

As razões apontadas no relatório justificam a importância da
reforma agrária e a necessidade de medidas que assegurem que
seja realizada.

As razões da terra e da distribuição da propriedade, segundo
o relatório, são fundamentais para a realização tanto da
democracia política como da justiça social e econômica.

Por isso, segundo o relatório, a reforma agrária é uma das
condições essenciais para a realização da democracia política e
da justiça social e econômica.

As razões da terra e da distribuição da propriedade, segundo
o relatório, são fundamentais para a realização tanto da
democracia política como da justiça social e econômica.

Por isso, segundo o relatório, a reforma agrária é uma das
condições essenciais para a realização da democracia política e
da justiça social e econômica.

As razões da terra e da distribuição da propriedade, segundo
o relatório, são fundamentais para a realização tanto da
democracia política como da justiça social e econômica.

Por isso, segundo o relatório, a reforma agrária é uma das
condições essenciais para a realização da democracia política e
da justiça social e econômica.

IV - A Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa: uma panorâmica geral.

Constava entre as principais funções da associação:

a) O controle da distribuição de terras que era realizada através do CONSELHO FISCAL, obedecendo aos seguintes critérios:

- . as terras deveriam ser dadas prioritariamente a lavradores, e secundariamente a pessoas aposentadas ou encostadas que quisessem trabalhá-la;
- . socialização das boas e más condições dos terrenos, procurando-se distribuir equitativamente entre os posseiros tanto as terras melhores como as piores, de forma a impedir o surgimento de privilégios;
- . incentivava-se a utilização máxima de toda a terra, permitindo-se a criação de no máximo duas a três cabeças de gado para o sustento familiar;
- . as famílias recebiam em média um alqueire e meio de terra, variando a área recebida de acordo com o tamanho da família;
- . o posseiro deveria morar em Pedra Lisa a fim de fortalecer a luta contra os grileiros e tinha um prazo de noventa dias para construir a moradia e iniciar o trabalho;
- . para passar a posse da terra para outro a associação deveria ser consultada, cabendo a ela dez por cento, caso se efetivasse a venda das benfeitorias, já que a terra não podia ser negociada;
- . O desmatamento só era permitido se fosse para realização de cultivo.

- b) Estratégias de solidariedade visando a sobrevivência individual e coletiva na área.

Desde a implantação dos primeiros posseiros, desenvolvem-se estratégias de solidariedade visando a sobrevivência individual e coletiva na área. Uma das mais comuns era a troca de produtos entre eles e de ajuda no trabalho (cessão de um dia de trabalho ao companheiro) em épocas de maior necessidade para o plantio e colheita.

Todas essas práticas são valorizadas e reforçadas pela associação, inclusive quando chegava uma família nova, se esta contasse com um número reduzido de pessoas, a associação promovia um mutirão para ajudar na construção da casa e na feitura do roçado.

Mutirões para a feitura de benfeitorias coletivas eram também promovidas pela associação, tais como: abertura e conservação de estradas, abertura de valas e valões para a drenagem da área por demais pantanosa, e outros serviços como a construção de pontes e da escola.

"Primeiro nós começamos a abrir o rio no braço, depois nós pedimos uma draga."

(Sr. Benicio - Pedra Lisa)

"Consertamos muitas estradas, abrimos muitas picadas mato a dentro."

(Sr. José Anselmo - Pedra Lisa)

" Quando a chuva prejudicava o transporte do trem, a gente ia lá consertar a ferrovia."

(Sr. Zezinho - Jaceruba)

c) As fontes de recursos financeiros da associação e sua utilização.

Além de uma pequena taxa de contribuição mensal dos associados, a associação promovia almoços comunitários, festas, torneios de futebol, etc., atividades que além de levantarem fundos proporcionavam lazer aos posseiros.

Esses recursos financeiros eram empregados da seguinte forma:

- . viagens das comissões para resolução dos problemas;
- . em casos de enterros, doenças e até mesmo pensões para viúvas e velhos;
- . manutenção das professoras da escola em três turnos, do médico que atendia de duas a três vezes por semana num " postinho " de saúde auto-gerido pela associação, ~~(vide fotos 83)~~

- . para custeio de documentação individual: "Todas as crianças que nasceram em Pedra Lisa foram registradas pela associação."
- (Sr. José Anselmo - Pedra Lisa.).
- . para empréstimo aos novos posseiros ou em casos de necessidade: "a sociedade emprestava dinheiro e quando ele começasse a produzir, pagaria o empréstimo." (Sr. Hilário - Pedra Lisa).
- . manutenção de um motorista e de um caminhão fornecido pelo Estado;
- . na compra de certos bens de uso coletivo como um trator: "A associação comprou um trator pequeno para os lavradores, nas reuniões se decidia como ia usar." (José Inácio - Pedra Lisa).

d) A associação e a comercialização da produção.

A comercialização da produção individual dos posseiros era realizada sob a forma de cooperativa, a qual contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com as suas condições. Convém observar que nem todos os produtos eram comercializados via cooperativa. Parte da produção do tipo de hortaliças, legumes, verduras, etc., eram vendidas diretamente pelos posseiros nas feiras de Nova Iguaçu. Para tanto a associação conseguiu passe livre (licença). Algumas feiras de Nova Iguaçu existentes até hoje, como a de Areia Branca, tiveram sua origem com os posseiros de Pedra Lisa.

"O posseiro tinha um cartão que dizia ser lavrador e que teria o direito de vender seus produtos, frutos de seu suor, sem ter que pagar taxas a ninguém."

(Bráulio - Pedra Lisa)

A medida em que ia se fortalecendo o nível de organização dos posseiros de Pedra Lisa, mais gente dirigia-se à região, acarretando ampliação da área cultivada com acréscimo substancial na produção de hortaliças, cereais, frutas e tubérculos, o que exigia melhores condições de escoamento que até então era feito através do ramal ferroviário de Jaceruba (via Rio D'Ouro). Em 1960 a associação solicita à Central do Brasil dois vagões, sendo um para carga e outro para passageiros, que passam a trafegar na Linha Auxiliar, já existente nessa área antes utilizada apenas para o escoamento de minério de ferro. (Vide mapa 02)

Nessa época a produção diária já atingia três vagões diários, sendo essa produção vendida no centro de Nova Iguaçu e em feiras próximas a estações ferroviárias, como Belford Roxo, Areia Branca, Engº Pedreira, etc.

" O trem da Rio D'Ouro que transportava para São João de Meriti saía cheio com mais ou menos duas mil caixas de mercadoria."

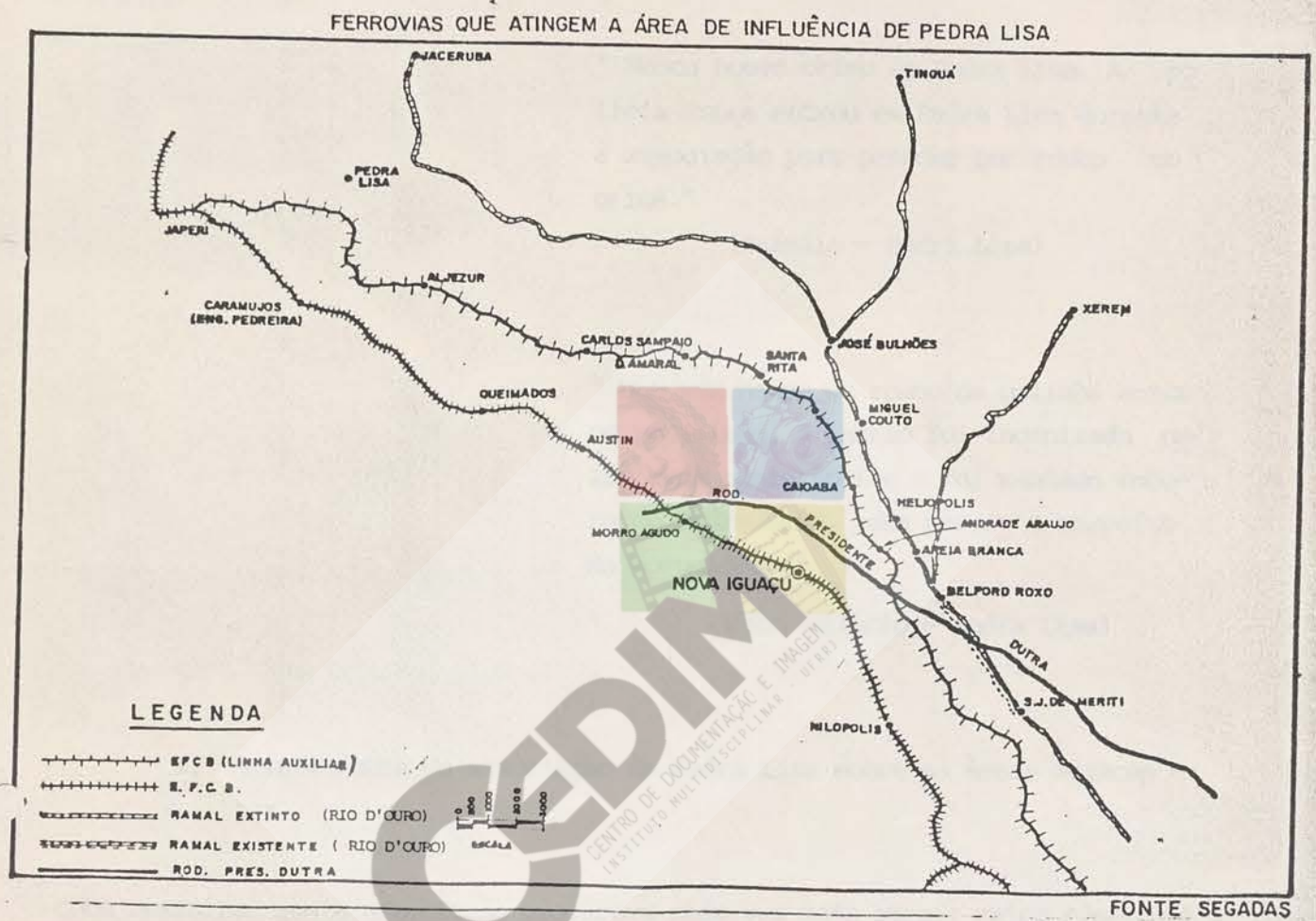
(Bráulio - Pedra Lisa)

e) Regras de comportamento comunitário estabelecidas pela associação

Na medida em que todos os posseiros de Pedra Lisa pertenciam à associação, ficavam sujeitos a um código disciplinar criado pela mesma.

Do regulamento constavam algumas normas de comportamento que proibiam o uso excessivo de bebidas alcoólicas, brigas entre posseiros, roubo, desrespeito à moral das famílias, etc.

M A P A Nº 02



OBS: A XEROX REDUZIDA DIMINUIU O MAPA DE APROXIMADAMENTE 62 %

Uma comissão era incumbida de tratar dos casos que transgrediam essas normas, tendo como função primordial a advertência; os casos mais sérios eram levados para as assembléias regulares da associação.

" Nunca houve crime em Pedra Lisa. A polícia nunca entrou em Pedra Lisa durante a associação para prender por roubo ou crime."

(Bráulio - Pedra Lisa)

" Uma vez houve um roubo de galinha entre os posseiros, o ladrão foi indenizado pelas suas benfeitorias e foi mandado embora de Pedra Lisa, pois perdeu o respeito da comunidade."

(Sr. Hilário - Pedra Lisa)

- f) A influência da associação de Pedra Lisa sobre as áreas adjacentes.

Cabe ressaltar que a associação procurava cada vez mais atrair maior número de posseiros realizando inscrições e incentivando a ocupação de outras áreas.

Com estes objetivos, realizava levantamentos de toda a documentação existente sobre a área, sob sua influência a fim de desmascarar os grileiros.

Importante frisar também que inicialmente os participantes da associação de Pedra Lisa eram basicamente os posseiros dessa localidade, porém, a proporção que a resistência local ia se solidificando, a associação extrapola sua atuação passando a operar como um núcleo de irradiação e aglutinação de trabalhadores rurais, adjacente, quer sejam posseiros, meeiros, assalariados agrícolas, etc., incluindo-se nessa situação as localidades de Boa Esperança, Santo Antonio, Jaceruba, Japeri, etc.

" Em 1952 a associação contava com 500 sócios (famílias) de várias localidades e em 1962 já contava com mais de 1.500 sócios."

(Edézio Carvalho da Rocha - Correio da Lavoura, 30.03.80).

Em função da ampliação da composição de categorias participantes da associação, esta passa por mudanças de denominação, como bem ilustram os editais de convocações para as assembleias.

SOCIEDADE DOS LAVRADORES E POSSEIROS DO 6º DISTRITO DE NOVA IGUAÇU
Edital de Convocação
 De acordo com o art. 23, letra a, de seus Estatutos, ficam convocados todos os associados e em pleno gozo de seus direitos para comparecerem à Assembleia Geral que será realizada no dia 28 de agosto do corrente ano, às 15 horas, em Pedra Lisa, para discutir e aprovar a modificação nos Estatutos, e com a seguinte Ordem do Dia:
 1º) Modificação nos Estatutos;
 2º) assuntos gerais.
 Nova Iguaçu, 18-VIII-60.
AGENOR CORREIA PORTO
 Presidente

Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas
 Domingo, 28-X-1960
 A Sociedade dos Lavradores e Posseiros do 6º distrito (Pedra Lisa), com o objetivo de ampliar suas atividades em defesa dos direitos de maior número de associados, além de alterar seus Estatutos (assembleia geral de 28/8/60), acaba de mudar sua antiga denominação para Sociedade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu, atualmente sob a direção do sr. Agenor Corrêa Porto.
 Foi divulgado a respeito um manifesto às autoridades, aos líderes sindicais, aos lavradores e ao povo em geral.

Vale destacar a participação de lavradores japoneses na associação, instalados na área desde 1950, apesar de se constituírem num grupo organizado à parte, como tradicionalmente ocorre, foram em alguns momentos atraídos para participar da mesma.

" Os japoneses iam nas reuniões, ajudavam muito nas festas, mas não davam muitas opiniões. A associação chegou a ter diretores japoneses."

(Bráulio - Pedra Lisa)

Finalmente a associação procurava também ser solidária com movimentos de outras regiões como bem expressa o depoimento abaixo:

" A associação ajudava nos movimentos de outros posseiros; fomos uma vez num caminhão cheio para Itaguaí."

(Sr. Manoel - Santo Antonio)

V.- O Processo de Geração e Atuação da Associação dos Lavradores de Pedra Lisa: 1940 - 1964.

" Meu pai vivia sempre escondido no ma to, guardando a terra, sempre em clima medo, tiroteio o tempo todo. Chegavam e invadiam a casa, procurando arma e ameaçando a mando de Zé Mineiro."

(Glória Barcelos - Pedra Lisa)

No início da década de 40 começaram a chegar os primeiros posseiros vindos diretamente de áreas rurais, sejam dos laranjais decadentes do Município de Nova Iguaçu, sejam de áreas rurais de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí, etc., ou ainda oriundos de outros estados, principalmente de Minas Gerais. (ver tabela nº 04)

T A B E L A Nº 04

Procedência dos posseiros entrevistados na área sob a influência de Pedra Lisa.

ORIGEM	Nº DE POSSEIROS	%
Rio de Janeiro	12	32
Minas Gerais	6	16
Local	5	13
Exterior	5	13
São Paulo	3	8
Espírito Santo	3	8
Nordeste	3	8
S/Informação	1	2
Total	38	100

Fonte: Trabalho de Campo, 1983

Estes trabalhadores de origem rural, com trajetórias diversificadas, par-
tilhavam em comum a busca de uma alternativa de sobrevivência à exploração
e instabilidade a que viviam submetidos.

" Vim de Minas Gerais por causa da fo-
me para trabalhar no Rio de Janeiro e
não me acostumei à cidade grande, fui
trabalhar numa chácara de laranjais
em Caramujo."

(José Anselmo, chegado em 1940
em Pedra Lisa)

" Trabalhei em Monte Verde, Itaperuna,
29 anos e o dono vendeu, e o outro que
veio começou a apertar."

(Emídio Eduardo - Santo Antonio)

" Saímos do Espírito Santo porque não
éramos dono, trabalhava para outros, nun-
ca tinha nada."

(Sr. Geneci - Boa Esperança)

" Fui trabalhar numa chácara de laranjais em Caramujos, depois apareceu José Mathias, que era um líder mesmo. Reunia todo o pessoal e falava que aquelas terras não tinham dono."

(José Anselmo - Pedra Lisa)

Como sugeremos depoimentos acima, a ocupação inicial das terras de Pedra Lisa teria se realizado de forma organizada e pelo visto esta era uma condição indispensável para o assentamento desses posseiros na área. Esta já era controlada por determinados interesses, pois desde a chegada da primeira leva de posseiros comandada por José Mathias, aproximadamente vinte famílias, já se iniciam os primeiros confrontos a partir das reações por parte dos lenhadores, que afirmavam defender os interesses dos donos dessas terras no caso das Fazendas Reunidas Normandia, de propriedades dos Guinle e Fausto Alvim, que teriam adquirido grandes glebas do Conde Modesto Leal, cujos domínios se estendiam de Vassouras à Pavuna.

" Os capatazes e lenhadores destruíram casas e plantações e praticaram violências contra os posseiros."

(Sr. Geneci)

"Face a tal violência, alguns posseiros saíam da área, porém "tempo depois voltavam sem nada, famintos e doentes, apenas com a esperança de uma nova vida."

(Correio da Lavoura, 20.04.80)

Com o intuito de melhor assegurar a resitência José Mathias procurou atrair mais famílias para a área (Pedra Lisa) que em 1946, chegou a abrigar cerca de 140 famílias de posseiros. Já nesse início o seu nível de organização foi um fator decisivo para o assentamento dos mesmos. Cada um recebia em média um alqueire e meio para plantar, tamanho que variava de acordo com o nº de componentes de cada família. Importa destacar que os posseiros desenvolviam no seu processo de organização toda uma estratégia espacial. O local de moradia por exemplo constituía um núcleo segregado da área de trabalho objetivando garantir maior coesão, facilidade de comunicação, possibilidade de ajuntamento e reunião. O local foi escolhido levando-se em conta melhores possibilidades de defesa contra tentativas de expulsão, visando ainda a centralização da produção para melhor facilitar seu escoamento.

Além da luta contra as tentativas de expulsão, outra de não menor envergadura foi a travada contra as condições físicas adversas da região, já que esta apresentava-se pantanosa, exigindo um mínimo de organização para a drenagem.

" Esta região era cheia de pântanos, o lavrador foi entrando e fazendo valas, secando o lugar. Muitos morreram pela febre, pois a região era considerada "zona paludosa"

(Correio da Lavoura - 20.04.80)

Em decorrência das inúmeras tentativas de expulsão ocorridas na área, em 1946 um grupo de posseiros de Pedra Lisa, acompanhados por um advogado, foi até os escritórios da Cia Fazendas Reunidas Normandia, objetivando obter informações sobre a situação da terra que ocupavam. Os documentos apresentados, no entanto, não comprovam a propriedade das terras pela dita Cia.

Em vista disso enviaram ao Pres. Dutra um abaixo-assinado com 140 assinaturas reivindicando garantia de permanência nas terras ocupadas. Dessa forma foi criada uma comissão do Ministério da Fazenda composta por três engenheiros e um advogado para levantarem a situação da área pleiteada. Esta comissão terminou por concluir ~~em 1949~~ serem estas terras propriedade da Fazenda Nacional, logo terras públicas.

" Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de José Mathias dos Santos, protocolado no Serviço de Comunicação sob o número quarenta e cinco mil e cinquenta e dois, do ano de mil novecentos e quarenta e nove (S.C. 45152/49) - Certifico que revendo o processo protocolado no Serviço de Comunicação do Departamento de Administração deste Ministério, número vinte e sete mil e quarenta e nove do ano de mil novecentos e quarenta e seis (S.C. 27949/46) nele encontrei a seguinte informação: Sr. chefe da Seção de Terras. Este processo se refere a um abaixo assinado, com umas 140 assinaturas de Lavradores residentes no 2º distrito de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, que solicitam a S. Excia., o Sr. Pres. da República, lotes de terras dentro da Fazenda Nacional de Santa Cruz, nas proximidades das Estações de Caramujos, Belém e Lajes, da E.F.C.B.

A área pleiteada pelos pet
ca peticionários fi
nas margens dos Rios Guandú, Sant'Anna e
Macacos. Estão de posse dos mesmos a
"Companhia Fazendas Reunidas Normandia."
"Companhia Predial" e "Empresas de obras
Públicas do Brasil", "Fazenda Bom Jar-
dim", dos herdeiros de Pedro Dias Paes
Macedo Leme ... e fulano de tal Marques.
Apesar de serem boas para a cultura de
bananeiras, cana, feijão, arroz, etc.
Os ocupantes apenas cuidam da explora-
ção de lenha e carvão, sendo que só na
estação de Caramujos são despachadas dia-
riamente de quatro a cinco vagões de
lenha saída da "Fazenda Nacional de San-
ta Cruz" na parte ocupada pela F.R. Nor-
mandia. É o que nos cabe informar. Rio
de Janeiro, 31 de agosto de 1946. (a)
Abelardo Veiga Urarahy, Ofam K. (a) Anto-
nio E. Fayal Jr. - Antonio Emiliano Fayal
Junior, Eng. XXIII..."

Fonte: Correio da Lavoura, 13.04.80.

O processo reivindicatório deflagrado com o abaixo-assinado desemboca na criação da "Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa", em fevereiro de 1948, presidida por José Mathias dos Santos. A criação dessa Associação na sua forma jurídica, na verdade representava a formalização de uma organização pré-existente e, já sedimentada pelos laços associativos de envolvidos desde a fase inicial da luta pela ocupação dessas terras.

Em 1952 ocorre o assassinato do presidente da Associação de Pedra Lisa, José Mathias dos Santos, quando aquela apresentava grande desempenho, associando muitos posseiros, lutando contra despejos, etc. É neste período também que se observa a chegada de muitos meeiros em várias fazendas próximas, consideradas pelos posseiros de propriedade duvidosa.

Especulamos que a introdução do sistema de meação nestas terras, vinculasse à necessidade de se ocupar as mesmas, pois dessa forma prevenia-se contra invasões por parte de grandes levas de famílias que se dirigiam para esta região, atraídas pelo movimento de posseiros de Pedra Lisa.

Com a morte de José Mathias, num primeiro momento há um certo arrefecimento da luta, ocorrendo inclusive, no ano de 1953, a expulsão de trinta famílias de meeiros da área conhecida como Fazenda do Pimenta, localizada próxima a Pedra Lisa.

Em 1958 Fausto Alvim, das Fazendas Reunidas Normandia, tentou fazer um despejo em Pedra Lisa, valendo-se das tropas policiais de Nova Iguaçu. Seu plano era inicialmente despejar cerca de quarenta famílias para enfraquecer o movimento e, tão logo o conseguisse, despejaria as outras.

Os lavradores através da associação organizaram-se e resolveram resistir. Convidaram a imprensa para dar cobertura e sustaram a primeira investida de expulsão. Logo após foram ao Governador Miguel Couto Filho, no Palácio do Ingá, e lá permaneceram até conseguirem o documento de desapropriação e a publicação em diário oficial (vide anexo 01). O

evento foi comemorado com uma festa e o governador foi homenageado ganhando uma placa de bronze (vide foto nº 1) com a seguinte inscrição:

" Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros há mais de séculos destas terras por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredora gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio, desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante chamar-se: MIGUEL COUTO FILHO".

13.07.58

Entre 1958 e 1960 desencadearam-se fortes atritos na Fazenda Boa Esperança tida como de propriedade de um tal tenente Pacheco, que controlava cerca de quarenta famílias de meeiros que viviam em regime de grande exploração do trabalho e, sofrendo arbitrariedades, situação que os levou a se confrontarem com o tal Tenente, acusado de roubar no percentual da produção dos mesmos; estes rebelaram-se detendo o caminhão e o motorista que transportava a mesma. Em represália o Tenente enviou tropas de soldados que metralharam e queimaram casas, plantações, animais e expulsaram os meeiros. A pancadaria foi generalizada, ocorrendo até mesmo a deformação física de um meeiro.

Destituídos de tudo que possuíam estes recorreram à Associação de Pedra Lisa, o que antes não acontecia, devido ao controle que sofriam por parte do tenente Pacheco, que considerava aquela como sendo "um bando de subversivos."

A partir desse despejo a Associação de Pedra Lisa uniu-se à Associação de Japeri (*) para tentar uma solução o mais rápido possível. Juntas organizaram uma ida ao Palácio do Ingã em Niterói, com cerca de 250 pessoas incluindo homens, mulheres e crianças que permaneceram de vigília durante dois dias no interior do Palácio até obterem a garantia do Governador Roberto Silveira de que não mais seriam incomodados. O Governador autorizou também a desapropriação da Fazenda Boa Esperança, indenizando o tenente Pacheco, além de ceder transporte, sementes e algum material de construção para que os meeiros pudessem retornar ao trabalho, recebendo ainda proteção da Polícia da Reforma Agrária durante seis meses.

(*) A Associação de Japeri surgiu a partir de indivíduos que formaram uma chapa para concorrer às eleições para a diretoria da Associação de Pedra Lisa em 1958, mas foram derrotados, em função do que afastaram-se do movimento de Pedra Lisa e fundaram uma outra Associação de Lavradores em Japeri.

Depois da desapropriação começou a aumentar o nº de posseiros em Boa Esperança, sendo fundada uma pequena associação local que aglutinava áreas como Guandú, Campanela, Nazareth e lugarejos circunvizinhos.

As atividades dessa associação giravam basicamente em torno de mutirões para a realização de benfeitorias coletivas como construção e conservação de estradas, construção da sede da associação, onde também funcionava a "escola" local e servia, ao mesmo tempo, para armazenar a produção dos lavradores. Antes as crianças dessa área estudavam em Pedra Lisa, mas devido às distâncias, a mulher de um posseiro que sabia ler e escrever, prontificou-se a ser a professora local.

Em suma, essa associação que foi fundada em Boa Esperança constituía-se em um núcleo de auto-organização local que se articulou com a Associação de Japeri.

Também, entre 1958 e 1960, à semelhança de Boa Esperança, fortes atritos ocorrem em Jaceruba, com meeiros da Fazenda São Pedro, de propriedade de Francisco Junqueira, grande fazendeiro de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais.

Os meeiros desta área localizavam-se parte na área de várzea, que apresentava as melhores condições, e parte na área de serra, com condições de exploração da terra bem mais difíceis. No momento em que os ocupantes da várzea recusaram-se a pagar a meia, aqueles que ocupavam a serra foram atraídos e estimulados por Junqueira a expulsarem juntos os meeiros da várzea, os quais recorreram a Associação de Pedra Lisa que reuniu os dois grupos e conseguiu unificá-los em torno do não pagamento da meia; firmado o acordo, a associação, juntamente com os meeiros da serra, ajudaram no retorno dos meeiros expulsos da várzea, através da reconstrução de casas, plantações, etc.

Diante de tal situação o Junqueira passou a exercer fortes pressões trazendo jagunços de São Paulo para pressionar os posseiros, travando lutas judiciais e conseguindo até o envio de um contingente de policiais de Niterói para a execução do despejo, no que foram mal sucedidos, em virtude da resistência dos posseiros que fizeram valas nas estradas para impedir a sua entrada.

A associação formou uma grande comissão para ir ao Palácio do Ingá, a fim de falar ao Governador Roberto Silveira. E esperaram durante 16 horas para serem atendidos. A demora tinha o objetivo de desanimar a comissão, já que o Governador não queria entrar em confronto com o seu Secretário do Interior (União Democrática Nacional - UDN), que por mera coincidência era também advogado da família Junqueira. Os posseiros não arredaram pé e o Governador teve que indenizar o proprietário em 120 alqueires, que era o que constava na escritura, embora ocupasse 320 alqueires. Efetuou-se a desapropriação com a saída do decreto em diário oficial (vide anexo 2).

Estes são alguns dos conflitos de que temos notícia, ocorridos na área sob influência de Pedra Lisa, e que à medida em que iam se intensificando, passaram a ser mediados pelo Estado populista da época, até serem profundamente reprimidos com o golpe militar de 1964.

Em 1964, a associação que a esta altura já contavam com cerca de 1500 associados, teve sua sede completamente destruída, os documentos queimados, as lideranças perseguidas e presas, havendo intervenção do estado que instalou dois militares incumbidos de controlar diretamente a área, desempenhando um papel de "substituição" da associação já que quaisquer problemas que aí ocorressem a partir daquela data deveriam ser levados a essas autoridades.

Os lavradores fizeram uma tentativa de reorganizar a associação. Poucos dias depois chegaram a convocar uma reunião da qual participaram mais de 100 pessoas. Porém, esta foi denunciada à unidade do exército sediada em Deodoro que enviou tropas, espancando os lavradores que foram levados presos em três caminhões, ficando os dirigentes detidos por vários meses.

A repressão iniciada em Pedra Lisa causou pânico aos lavradores de toda aquela região. Em Boa Esperança, antes que a polícia chegasse, destruíram eles mesmos a sede da sua associação.

O medo generalizado e o desânimo para o trabalho apossou-se de todos fazendo com que muitos paulatinamente abandonassem as terras que ocupavam. Esta situação relaciona-se, também, diretamente, com a maior ofensiva dos grileiros especuladores de terras e criadores de gados na região, assim como a extinção do ramal ferroviário, o que significou um profundo golpe para a sobrevivência desses lavradores, impossibilitados de comercializar sua produção. (vide mapa 2 na pag 21 a.)

Para contar essa história ninguém melhor do que quem a viveu e vive, portanto, com a palavra, os posseiros da região de Pedra Lisa:

" Com destruição da Associação de Pedra Lisa, acabam as lutas e a desmobilização é total. O posto médico e a escola da associação deixaram de funcionar, viúvas e velhos ficaram sem pensão, perdemos o caminhão que levava mercadorias para os lugares onde não havia ferrovias".

(Sr. José Inácio - Pedra Lisa)

" Depois que acabou a Associação de Boa Esperança todos ficaram com medo e desanimados. Os oportunistas criadores de gados aumentaram a pressão soltando gado; não havia cercas. A minha plantação não ia comer nada no terreno do vizinho então eu não precisava colocar cerca no meu terreno."

(Sr. Geneci - Boa Esperança)

" A queda da produção foi por causa da destruição da associação e da falta de comunicação com o corte do trem. Por todos esses motivos os lavradores foram vendendo suas posses para os criadores de gado."

(Sr. Zezinho - Jaceruba)

" Hoje a produção diminuiu bastante e é transportada por carroças; hoje preciso pagar companheiro para ajudar na colheita ou roçada da plantação, antes não era preciso, mas hoje sim, porque os posseiros são poucos e cada um precisa cuidar da sua plantação. Hoje alguns são pessoas novas aqui e não entendem o regulamento dos antigos."

(Sr. Geneci - Boa Esperança)

O depoimento acima pode ser reforçado com dados da tabela nº 5 obtidos através de trabalho de campo realizado em duas localidades da região pesquisada.

T A B E L A N° 05

Produção semanal dos posseiros de Jaceruba e Santo Antonio, ontem e hoje.

LOCALIDADES	ATÉ 1964	1983
Jaceruba	1500 Caixas	100 Caixas
Stº Antonio	800 Caixas	16 Caixas

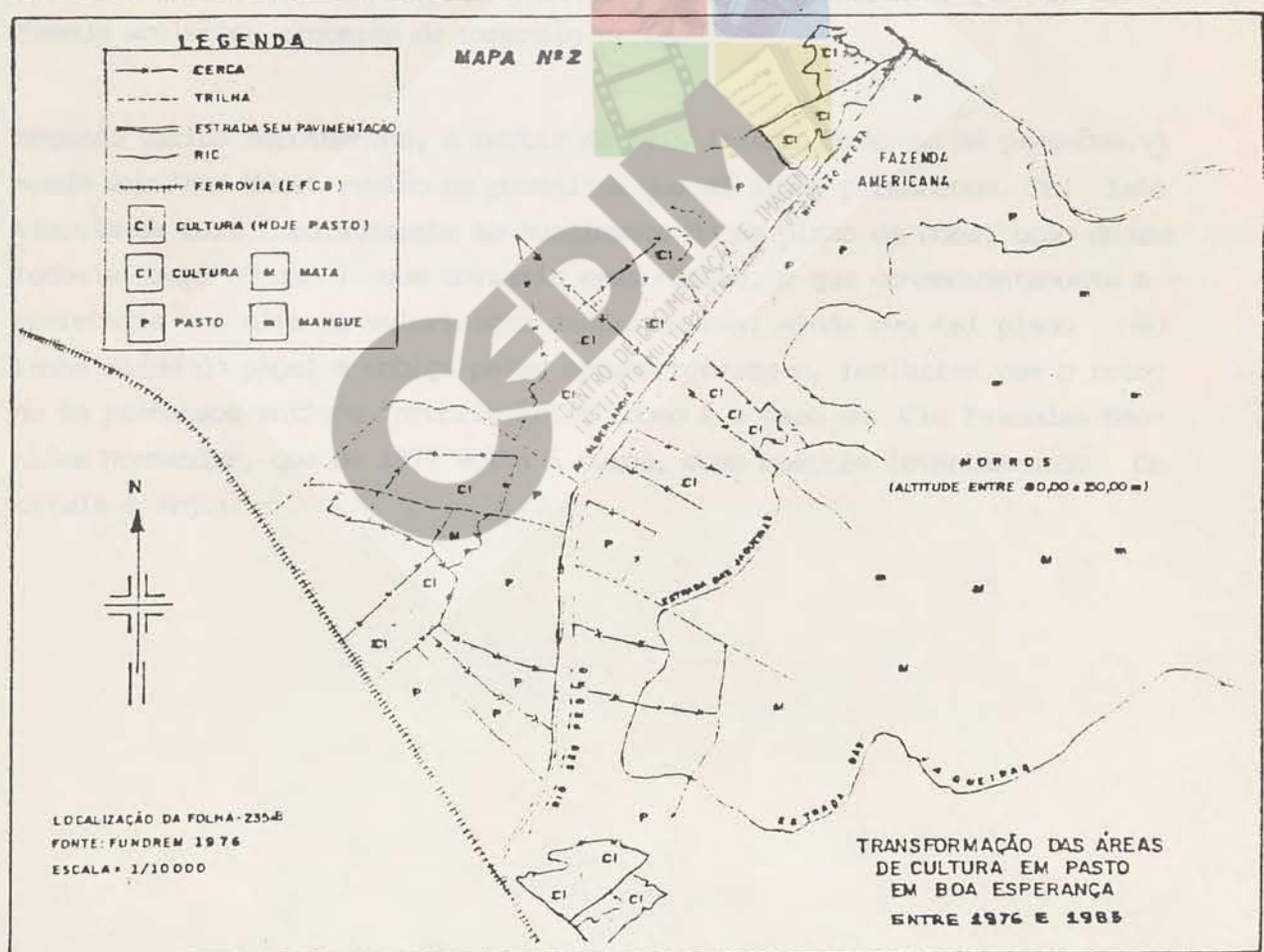
Fonte: Trabalho de campo, março de 1983.

" O boi come a roça dos posseiros, tem diversas queixas na justiça, mas nada resolve."

(Sr. Luiz Machado - Pedra Lisa).

" Antes caminhando até Pedra Lisa, se encontrava pelo caminho 15 lavradores indo e 15 vindo, hoje só encontra vaca."

(Sr. Zezinho - Jaceruba)



Obs: o mapa foi reduzido de aproximadamente 62%.

" Quem pode faz cerca, quem não pode fica com sua benfeitoria destruída, depois vem o criador de boi comprar a posse, oferece qualquer quantia e o posseiro vai embora ser faxineiro de rua na cidade, porque não tem mais nada para fazer ali."

(Sr. Hilário - Pedra Lisa)

É nesse contexto de destruição das bases de sobrevivência e resistência coletiva dos lavradores de Pedra Lisa que vai se configurando um processo de progressiva expulsão destes, cujas posses em sua maioria vão sendo passadas para os criadores de gado que das mesmas vão se apropriando visando assegurá-las como reserva de valor, já que localizadas num município que vem sofrendo acelerado processo de expansão urbana.

Segundo vários depoimentos, a partir de 1975 intensificam-se as pressões, visando expulsar dessa região os posseiros que aí ainda permanecem. Tal fato vincula-se mais imediatamente ao surgimento de um plano de construção de uma rodovia (mapa nº 04) que cortaria essa região, o que conseqüentemente acarretaria uma alta na valorização destas terras; ainda que tal plano não tenha saído do papel a cobiça pelas mesmas prossegue, inclusive com o retorno de pretensos antigos "proprietários", como é o caso da Cia Fazendas Reunidas Normandia, que em 1977 volta à carga, como mostram levantamentos de jornais a seguir.

Voltando ao porque do retorno dessas tentativas de expulsão, podemos associá-lo ao convênio firmado entre a FUNDREM e as prefeituras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1977, a seguir :

"as prefeituras assinaram com a FUNDREM em 03.08.77 um convenio com o objetivo de elaborar um "Plano Diretor das Unidades Urbanas Integradas do Oeste" que teria, como produtos finais, legislações municipais compatibilizadas, que assegurassem um crescimento disciplinado para cada município isoladamente e para os quatro municípios considerados como uma única área". (FUNDREM, pág. 19 e 20)

"Cabe salientar que a apresentação dos documentos que compõem o Plano Diretor e a sua aprovação pelas respectivas Câmaras de Vereadores significa apenas o início do processo de planejamento da área. Esse plano deverá ser implantado e acompanhado pelas equipes locais e será avaliado e revisto em um prazo não superior a 5 anos, quando, possivelmente, a dinâmica do crescimento imporá adaptações e novas proposições". (FUNDREM, pag. 21)

Assim, em especial os projetos de se fazer destas terras área de lazer, conforme:

"Art. 56. As zonas turístico-recreativas estão definidas graficamente no Mapa "Zoneamento Municipal" e têm parâmetros para a ocupação de cada uma delas definidas no Quadro 7.

Parágrafo Único - São consideradas zonas-turístico-recreativas no Município, as glebas correspondentes a:

I - Parque Metropolitano de Múltiplo uso São Bernardino (ZTR 2);

II - Tingua (ZTR 1);

III--Jaceruba (ZTR 1);

IV - Rio D'Ouro (ZTR 1)!"

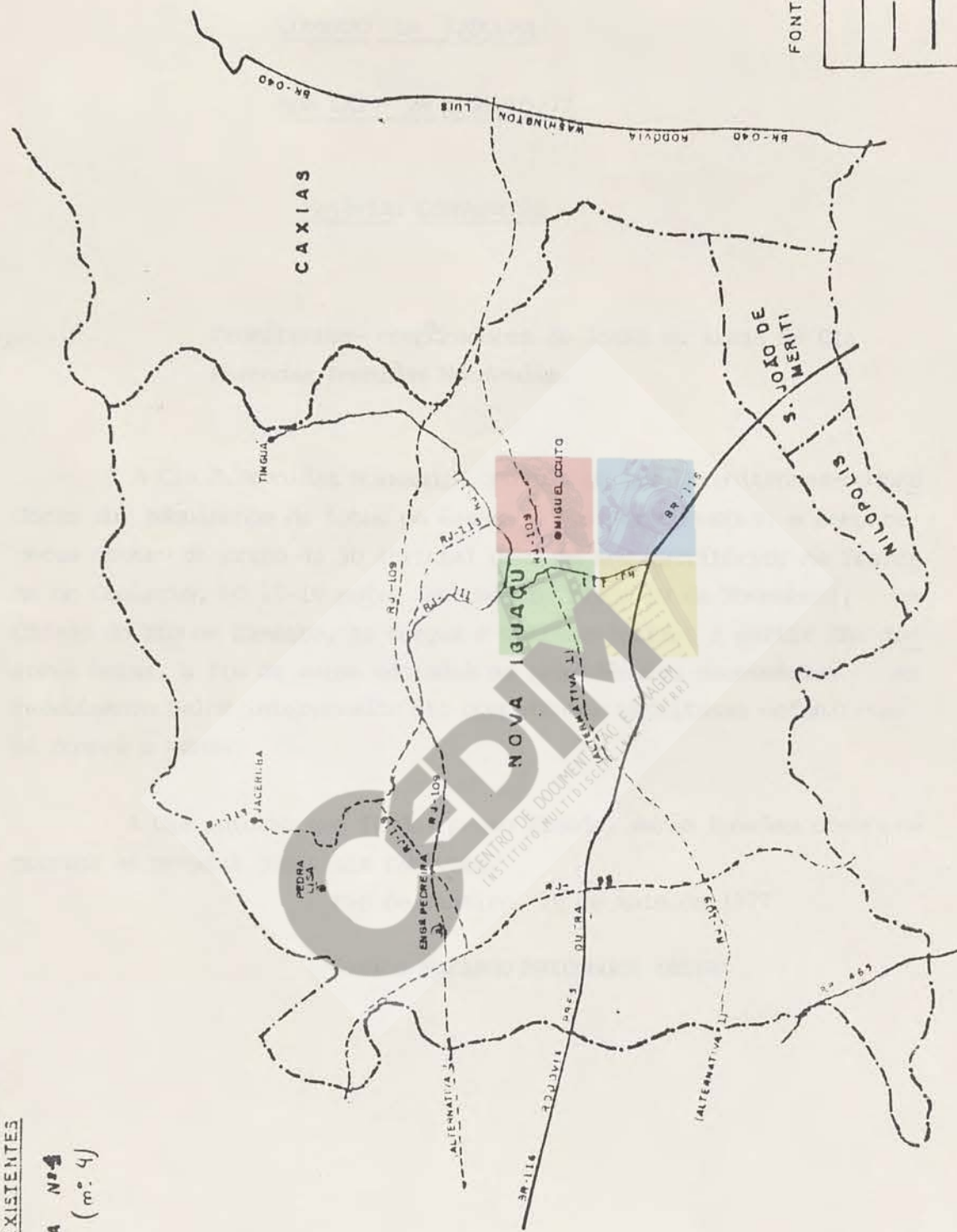
(FUNDREM pág 245)

E, passar uma estrada "Rodovia Projetada - RJ 109- Alternativa 2" que ligaria a Rodovia Presidente Dutra (BR 116) à Rodovia Washington Luiz (BR 040), animaram os especuladores a adquirirem terras próximas a estas metas, conforme ilustra o jornal a seguir:

"Os atritos de Jaceruba e Pedra Lisa se deram com o surgimento da Estrada que cortará a região e, segundo consta ligará a Rodovia ... Washington Luiz à Rodovia Presidente Dutra" (Correio da Lavoura de 23 e 24/02/80) (Vide mapa m.º 04)

NOVA IGUAÇU
RODOVIAS PROJETADAS
EXISTENTES

MAPA Nº 4
(m: 4)

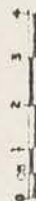


FONTE: FUNDREM, 1976

LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- ESTRADA FEDERAL
- ESTRADA ESTADUAL
- ESTRADA ESTADUAL PROJETADA
- ESTRADA ESTADUAL EXISTENTE

ESCALA GRAFICA



CORREIO DA LAVOURAAno LXI - 28 e 29/05/77Matéria: Convocação

Promitentes- ^hcompradores de lotes ou áreas da Cia
Fazendas Reunidas Normandia.

" A Cia F.Reunidas Normandia, convida os Srs. Promitentes-compradores ou adquirente de lotes ou áreas, a ela pertencentes, a comparecerem dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao seu escritório, na Travessa do Comércio, nº 13-1º andar (entrada na Praça XV de Novembro), na Cidade do Rio de Janeiro, as terças e quartas-feiras, a partir das quatorze horas, a fim de serem adotadas as providências necessárias ao recebimento pelos interessados das competentes escrituras definitivas de compra e venda.

A Cia informa que findo o prazo fixado, serão tomadas contra os omissos as medidas judiciais cabíveis."

Rio de Janeiro, 16 de Maio de 1977

Carlos Mariano Marcondes Ferraz

CORREIO DA LAVOURAAno LXI - 20 e 21/08/77Matéria: Posseiros de Pedra Lisa ameaçados de expulsão

" Lavradores de Pedra Lisa, estão ameaçados de expulsão de suas terras pela Cia Fazendas Reunidas Normandia, que alega, através de ação judicial, ser proprietária das mesmas. Os lavradores, com título de posse, num total de 49 famílias vêm, tentando garantir os seus direitos, através de meios legais. Solicitaram em reunião com o Bispo Dom Adriano Hypólito, na sexta feira (dia 12) a interferência da autoridade eclesiástica. Reuniram-se (dia 17) na Igreja Batista de Nazaré em Pedra Lisa, com os representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - RJ (FETAG-RJ) (presidente e advogada).

O posseiro Sr. Olimpio Fortes, afirmou que o advogado da Cia Faz. Reunidas Normandia Dr. Hélio Sabóia estava mentindo quando disse que aquelas terras pertenciam a Cia. F. R. N. Para o lavrador não interessa indenização, mas o título de proprietário definitivo.

Advogada da FETAG-RJ., disse: "A Cia comprou as terras do Conde Modesto Leal, esse conde tinha terras por todo o Estado do Rio "Deus sabe como conseguiu". "Terras nas quais Ele jamais fez alguma coisa." Eles pediram perícia e nós também vamos pedir. Posseiro é o trabalhador rural que planta e cria. O que tem título de posse e não trabalha a terra, esperando a sua valorização, não é posseiro, mas sim um especulador."

O Sr. Heraldo de Azevedo presidente da FETAG-RJ, disse: "O objetivo da FETAG era fixar um homem à terra. Posseiro que vende sua posse, se desmoraliza." É preciso que todos tenham consciência de sua participação nesta luta que não se intimidem diante das ameaças que inevitavelmente aparecem nestas ocasiões. Várias outras ocorrências semelhantes vem-se dando em muitas outras localidades rurais do Estado do Rio."

Posseiros de Pedra Lisa defendem suas terras

A grilagem impera no Estado do Rio, mas a Lei está aí para nos defender. Também de acabar com essa história de quem reivindica a Reforma Agrária e subversivo — afirmou o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), do Estado do Rio de Janeiro, Heraldo Lirio de Azevedo, na reunião realizada, na manhã de ontem, para discutir o problema dos posseiros de Pedra Lisa, em Engenheiro Pedreira, zona rural de Nova Iguaçu, que estão sendo ameaçados de despejo pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia.

Cerca de 60 (sessenta) posseiros, quase todos já notificados pela Justiça, participaram da reunião, na Igreja Batista de Mazaré. Sobre a tribuna havia uma Bíblia aberta. Também estavam presentes o tesoureiro da FETAG, Norval Fernando de Souza, a advogada da entidade, Aurora Coimbra e o deputado estadual Francisco Amaral do MDB, que lá compareceu na qualidade de advogado da Diocese de Nova Iguaçu. Esta fará um relatório para encaminhar à Comissão de Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ILDO É UM FANTASMA

A área que a Cia. Reunidas Fazendas Normandia alega ser sua tem 140 alqueires (terra de seis milhões de metros quadrados) e nela há plantações de banana, mandioca, cana, jacá, legumes em geral. Além disso, criação de gado leiteiro e de corte. Há posseiros em Pedra Lisa, há mais de trinta anos e eles contestam a informação do advogado da empresa — Hildo Abola — de que são "invasores" das terras. Olimpio Forte Burachid, posseiro que ainda não entrou na lista dos notificados pela Justiça (há mais 120 famílias que se sentem ameaçadas), disse que "case afigado é mentira; não houve invasão. Quando os posseiros chegaram aqui, tudo isso era um plantio, dava febre até na mandioca. Os trabalhadores leram, produziram, valorizaram as terras. A goela dessa gente que quer tomar as terras é que não tem tamanho".

DE QUEM É A TERRA?

Há controvérsias sobre o verdadeiro dono da zona rural de Pedra Lisa. Em 1944, segundo alguns posseiros, o governador do antigo Estado do Rio, Miguel Couto Filho, teria assinado um decreto de desapropriação. Os mais antigos dizem que o marechal Dutra, quando era Presidente da República, assinou decreto permitindo a ocupação da terra, que, desse modo, pertencia à União.

Terminada a reunião, os posseiros ameaçados de despejo começaram a assinar a documentação necessária. A distribuição da lista pela FETAG. Passaram poucos minutos nas duas horas. Na parada da Igreja Batista de Mazaré, duas frases: "Dei e arruou-o tudo" e "A palavra de Deus permanece para sempre".

Luta Democrática

No que diz respeito a situação de propriedade das terras em questão citadas neste último artigo de jornal, {vide anexo 03}.

Em 1978, 42 famílias de posseiros de Boa Esperança são ameaçadas de despejo, recebendo cada qual uma notificação (vide anexo 04) de que deveriam abandonar o local no prazo de 30 dias. Essa ação de despejo que partia do então Governador Faria Lima, objetivava doar a área em questão à Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), para suas atividades de lazer.

Mais uma vez, com o apoio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de N. Iguaçu e da FETAG-RJ, conseguiram sustar a ameaça de expulsão, tendo também enviado às autoridades relatórios contendo documentos referentes à desapropriação dessas terras, quando se encontrava sob a posse do ten. Pacheco, como vimos na página 34

Tendo em vista a intensificação das pressões p/expulsão dos posseiros de Pedra Lisa e de outras áreas de Nova Iguaçu, além de uma conjuntura política favorável ao ressurgimento do movimento popular em geral, a Diocese de Nova Iguaçu passara a ter importante papel no respaldo à criação do Sindicato Rural dos lavradores de Nova Iguaçu que no seu processo de formação contara com expressiva participação dos posseiros remanescentes da Associação de Lavradores de Pedra Lisa. A seguir ilustraremos a formação do Sindicato com algumas matérias do Jornal Correio da Lavoura.

CORREIO DA LAVOURA21 e 22/07/79Materia: Trabalhadores Rurais Reorganizam Sindicato de Nova Iguaçu.

" Geneci Ferreira (presidente da Junta governativa do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu), disse: " Esse não é um Sindicato formado de qualquer maneira, mas um Sindicato feito pela base. Ai é que está a sua maior força."

Reaberto depois de 10 anos de inatividade forçada.

O local foi no C.de F. de Líderes, com a participação de 300 camponeses de diversas regiões do município.

Bráulio Rodrigues, fez o histórico das lutas de resistência nas plantações de Nova Iguaçu e lembrou o período em que reunidos em torno da Associação de Lavradores de Pedra Lisa, os trabalhadores decidiam sobre a sua própria sorte.

Presidente da Assembléia: Eraldo Lirio (FETAG): " A Luta dos trabalhadores rurais e urbanos é uma só, é uma luta por liberdade, por uma sociedade justa, onde os grileiros e latifundiários não possam agir assim impunemente. A aspiração dos trabalhadores é a reforma agrária." Ainda falou do completo desrespeito ao Estatuto da Terra e a tentativa por parte do governo de manter os trabalhadores atrelados com a imposição de uma nova C.L.T que "não muda nada". (lamentou que o Sindicato tivesse que se nortear por um estatuto interno imposto pelo Ministério do Trabalho."

O ato teve a presença de D. Adriano Hipólito e de Deputados Jorge Gama e Francisco Amaral. D. Adriano foi homenageado pelos camponeses pelo apoio que tem dado. Disse: "A luta dos trabalhadores rurais de Nova Iguaçu insere-se na luta mais nobre que se trava nesse país que é a luta pela efetiva valorização do homem que trabalha."

Bráulio Rodrigues: falou lembrando das 36 prisões a que foi levado, por sua luta no período entre 1950/1966, quando inclusive atuou na diretoria da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro.

Bráulio - "A coisa que mais me enobrece é que nunca fui preso como marginal mas preso como lutador, preso ao lado da minha gente". Os sacrifícios pelos quais já passei têm um motivo maior, porque nós sabemos o que existia nesse Município antes de 1964 e sabemos o que passou a existir depois."

Bráulio lembrou da Associação de Pedra Lisa, onde viveu um tempo em que enfrentando grileiros, policiais e a Prefeitura, os camponeses de Nova Iguaçu, souberam impor os seus interesses. "Nós lutamos para tornar as terras de Pedra Lisa habitáveis e produtivas. Depois começaram a aparecer os donos; nós sabemos então garantir a nossa posse, com muita luta. E não era uma luta vazia, porque nós lutávamos pelo direito de produzir, plantar. Nossa associação distribuía sementes entre os companheiros, mantinha um caminhão para facilitar o transporte dos produtos. Chegamos até a pagar pensão para viúvos e viúvas de lavradores que iam falecendo. Veio 1964, muita gente se iludiu com 1964 e o que nós temos? Temos que lutar para reconquistar os direitos que nós tínhamos."

CORREIO DA LAVOURA

17 e 18/11/79

Aviso: Sindicato dos Trabalhadores rurais de Nova Iguaçu - Rua Otávio Tarquino nº 57-sala 19 - Nova Iguaçu.

" Eleição no dia 15/02/80 no C. de F. de Líderes^(*), para composição da diretoria, conselho fiscal e Delegados - representantes. O Registro de chapas deve ser apresentado, até o horário de 9:00 às 15:00 hrs., no período de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso.

Nova Iguaçu, 13/11/79

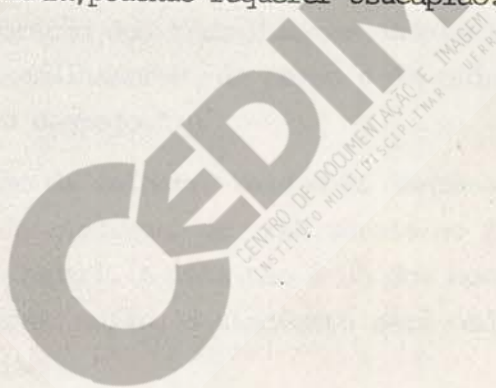
Genezi Ferreira - Presidente da Junta Governativa.

(*) Centro de Formação de Líderes

CORREIO DA LAVOURA23 e 24/02/80

Matéria: Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu elegem a sua primeira diretoria.

" Dia 15 eleição para escolha da 1ª diretoria do Sindicato. Dos 300 sócios apenas 76 tiveram direito a votos, em função do prazo de filiação. A apuração e posse dos eleitos ocorreu no dia 21, por falta de autorização do Ministério do Trabalho. O sindicato conta a seu favor um saldo positivo de questões em defesa de posseiros. Os atritos de Jaceruba e Pedra Lisa, se deram com o surgimento da estrada que cortará toda região e, segundo consta, ligará a Rodovia Washington Luiz à Rodovia Pres. Dutra (expeculação imobiliária). 120 posseiros estão sendo acionados por empresas e pessoas que se dizem donos. Os posseiros contam a seu favor com uma posse mansa, pacífica e mais que vintenária, podendo requerer Usucapião."



CORREIO DA LAVOURA22 e 23/03/80

Matéria: Trabalhadores rurais - Nova Diretoria assume e promete lutar pela reforma agrária.

Empossada a Nova Diretoria - presidida pelo presidente da FETAG. A cerimônia foi realizada no campo, no sítio Boa Esperança do posseiro José Luiz Júnior, membro da velha guarda e um dos mais experimentados.

Sr. Geneci Ferreira agradeceu o apoio recebido por todos e em especial a FETAG. Logo após foi feita a leitura da Carta Sindical.

Plataforma de luta do sindicato: "Reforma Agrária total e imediata; concessão dos títulos definitivos de posse da terra; terra para quem não tem e nela trabalha; proteção dos trabalhadores assalariados; liberdade sindical; união de todos os trabalhadores do campo e da cidade, contra toda e qualquer ato da violência ou despejo."

Participação da mulher: Valdomira Santana (única mulher que pertence a uma diretoria de sindicato de trab. rurais no Rio de Janeiro), falou de sua luta na área de Japeri. "A luta não é só dos homens não, nós temos que ajudar também e, se houver união, o sindicato será cada vez mais forte a atuante em defesa dos associados."

Bráulio Rodrigues fez um retrospecto da luta para a fundação do sindicato: "Eu, o Paulo Amaral, a Maria de Lurdes e Orlando, juntamente com a irmã Josefina, trabalhamos nove meses ao lado dos companheiros. Silenciosamente, sem publicidade, no anonimato, conseguimos dar a nossa modesta colaboração e hoje o sindicato está aí, vivo e atuante."

Foi homenageado o Correio da Lavoura, e três ex-presidentes da antiga associação: Ignácio José Barcelos, Ambrozio Ortencio Trindade e Edézio Carvalho da Rocha. Vantuil Lacerda, último posseiro a discursar (lutou ao lado de Bráulio).

Dois deputados (Jorge Gama e Francisco Amaral), lembraram o rude golpe quando da extinção do ramal ferroviário que ligava Belford Roxo a Jaceruba.

Entretanto, ainda que os posseiros da região de Pedra Lisa hoje possam contar com o apoio da igreja, de um sindicato e da lei de Usucapião (1), recentemente aprovada, nenhum posseiro conseguiu legalizar sua posse apesar das tentativas já realizadas, continuando a avançar o processo de expulsão dos mesmos, comandado pelos grileiros (vide foto nº 2) e matéria de jornal na página seguinte.



Expulsão recente de um posseiro (casa demolida-centro), por um criador de gado e transformação da área cultivada em pasto. Boa Esperança - Março 1983.

(1) Lei nº 6969 de 10.12.81 "Usucapião Especial de Imóveis Rurais" (Vide anexo 5)

CORREIO DA LAVOURA26 e 27/07/80

Matéria: Para favorecer grileiros guardas espancam posseira e proíbem lavoura no interior de Nova Iguaçu.

" Três guardas do IBDF^(*), invadiram o sítio da Sra. Valdomira Santana na Fazenda Limeira agredindo-a a socos e pontapés. Vinha sendo ameaçada desde que ocupou o sítio em maio deste ano e é uma repetição da violência contra o antigo proprietário, José Lourival Tâmbara.

O presidente do sindicato disse que esta fazenda vem se constituindo num dos principais focos de conflitos de terra no município.

A Comissão de Justiça e Paz denunciou os agressores.

Valdomira Santana garante que vai continuar na terra porque é isso que ela sabe fazer."

(*) INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA FLORESTAL



VII - O Conflito de Posseiros Rurais em Espaço
de Destinação Urbana.

4.1. a) O Processo de Transformação do Rural e Urbano:

Situada na franja da periferia da RMRJ e pertencendo ao conjunto de cidades-dormitório da Baixada Fluminense juntamente com Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti, Nova Iguaçu é a que detém a maior área, cerca de 764 Km², e a maior taxa média geométrica anual de incremento populacional, segundo o último censo demográfico, 4,17% entre 1970 e 1980.

As manifestações históricas, mais expressivas de que temos notícia e que marcaram esse espaço relacionam-se ao desenvolvimento da citricultura, fazendo com que esse município se transformasse entre 1920 e 1940 na região de maior produção cítrica do país.

Porém, assim como no início do século XX assistimos ao "boom" do município, nos seus meados assistimos à sua depressão. Com a crise da citricultura a economia rural e urbana do município se desorganiza, passando o mesmo a desempenhar importante papel, posteriormente a partir do retalhamento de suas propriedades que foram transformadas em loteamentos, atendendo, assim, às necessidades da região metropolitana que se estruturava, (vide tabela 06).

T A B E L A Nº 06

Número de loteamentos Aprovados - Nova Iguaçu

	Até 1949	40-49	50-59	60-69	70-76	Total
Loteamentos	10	317	874	430	204	1635
Lotes	1.177	25.592	166.816	72.293	45.572	311.450

FONTE: Marta Delgado Costa - "Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro: um espaço de luta", 1979.

Acelera-se, então, o processo de urbanização na Baixada e Nova Iguaçu atinge um grau de urbanização de 53,40% em 1950, percentuais que se ampliam para...

71,66% em 1960 e atinge em seu ponto máximo em 1970 com 99,61%, procedimento que se manifesta igualmente no conjunto dos distritos deste município, (ver tabela 0807).

T A B E L A Nº 07

Grau de Urbanização (%)

Área	1950	1960	1970
Nova Iguaçu	53,40	71,66	99,61
1ª Sede	64,50	81,55	100,00
2ª Queimados	27,18	58,35	100,00
3ª Cava	9,82	19,35	90,58
4ª Belford Roxo	54,45	59,61	100,00
5ª Mesquita	-	100,00	100,00
6ª Japeri	-	13,98	100,00
RMRJ	90,13	90,52	96,58

Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970

Tais dados evidenciam uma modificação fundamental, que é a transformação do rural no urbano, conforme atestam outros dados como os da tabela 08 a seguir, sobre as modificações ocorridas na estrutura da população urbana e rural do município.

T A B E L A Nº 08

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS ANOS DE 1950, 1960 e 1970 - NOVA IGUAÇU

	ANOS								
	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
NOVA IGUAÇU	145.649	77.783	67.866	359.364	257.516	101.848	727.140	724.326	2.814
1ª SEDE	90.749	58.533	32.216	165.174	134.708	30.466	331.468	331.468	-
17 JARDIMADOS	18.774	5.102	13.672	24.317	14.188	10.129	62.465	62.465	-
18 CAVA	12.376	1.215	11.161	16.266	3.146	13.120	29.871	27.057	2.814
47 B. ROND	23.750	12.933	10.817	73.178	43.621	29.557	173.272	173.272	-
59 MESQUITA	-	-	-	58.835	58.835	-	93.678	93.678	-
69 JAPERI	-	-	-	21.594	3.018	18.576	36.386	36.386	-

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS - 1950 - 1960 - 1970

Ainda no q/ se refere às alterações na composição da população urbana e rural de Nova Iguaçu, observa-se fortes mudanças nos percentuais da PEA rural que, em 1950, segundo SEGADAS (pag. 85) se mantinham em torno de 23%, valores reduzidos em 1980 para 2% e concentrados num único distrito, Cava, segundo o Censo Demográfico.

Em 1970, dados do Censo Agropecuário, atestam que o setor rural ocupava 24% da área total do município, detendo as lavouras e pastagens 71% das terras do setor primário, correspondendo ainda elevada porcentagem às terras produtivas não cultivadas, cerca de 21%. Sobre o fato a FUNDREM comenta:

" Dada a decadência agrícola atualmente verificada no município, é de supor que alguma parcela dessas terras constitua-se em estoque especulativo aguardando a situação dos atuais loteamento." (FUNDREM, 1979).

A respeito desse comentário da FUNDREM, convém acrescentar que se incluirmos nesses estoques especulativos boa parte das áreas de pastagens, o percentual ultrapassaria de muito 21%.

Outra consideração importante a ser feita é que, em última instância, no município de Nova Iguaçu, expansão urbana e especulação imobiliária são sinônimos. Se recorrermos aos dados sobre grande urbanização e população urbana e rural verificaremos que o Distrito de Japeri, onde desenvolvemos nosso trabalho de campo é considerado oficialmente como área urbana.

Tal situação pode ser ainda ilustrada com dados obtidos da comissão da pastoral da terras de Nova Iguaçu em 1981, acusando uma área loteada para Japeri em torno de 40% da área total do distrito; entretanto, a área ocupada em relação a área loteada corresponde a apenas 20%.

A atuação do Estado a nível municipal nesse processo de intensificação da expansão urbana/especulação imobiliária pode ser demonstrado através de um trecho da seguinte matéria de jornal:

" Com a crescente diminuição de terras baratas disponíveis perto da cidade - Rio - e a crise internacional da laranja, junta-se outro fato: os prefeitos descobrem que podem aumentar suas (da Prefeitura) receitas, com a transformação do território municipal, de rural, para "urbano", nem (e principalmente) que fosse

só no papel, e a cobrança do Imposto Territorial Urbano em vez do Rural, realmente bem mais significativo do que este último. Terra Improdutiva (mas que já produziu e deu lucro), compradores, e facilidades legais, o quadro está montado." (CORREIO DA LAVOURA - SUPLEMENTO - 16.03.1975).

Em suma, o que se pode concluir diante de tais fatos é que as atividades e a população que conformam o considerado (ou não considerado) espaço rural, se expressam, por um lado a decadência do setor agrário neste município, por outro, correspondem a formas socio-espaciais rurais que vão sendo mantidas ou destruídas de acordo com a velocidade do processo de expansão da marcha urbana.

É nesse contexto de penetração rural pelas forças do urbano que vai se redefinindo esse espaços, não isento, no entanto, da existência do conflito.

b)2. O conflito de posseiros rurais na região de Pedra Lisa ontem e hoje.

Como já pudemos observar anteriormente, desde o início da implantação dos primeiros posseiros na região de Pedra Lisa, estes vão disputar as terras desta região com outros grandes posseiros, pretensos proprietários da área. Se os primeiros tinham como objetivo a terra para o cultivo visando o sustento familiares últimos já desde essa época se preocupavam antes de mais nada em garantir a apropriação das mesmas e não ocupá-las produtivamente. Pois como pudemos constatar, a forma inicial de aproveitamento dessas terras por parte dos grandes posseiros se restringia à exploração da lenha.

" Em 1931, o número de citricultores recenseados pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, atingia nessa data a 885... O maior número de laranjeiras estavam nas mãos das Fazendas Reunidas Normandia, que possuíam 82.000 pés em Cabuçú..."(MATIOSO MAIA FORTE, 1933).

Lendo este trecho do trabalho de MATIOSO, de certa forma mais fácil fica a identificação de alguns desses grandes posseiros, assim como tecer algumas especulações sobre seus interesses. No caso das Cia. Faz. R. Normandia que era e voltou a ser recentemente um dos principais antagonistas dos pequenos posseiros da região de Pedra Lisa, como expressa o relato de MATIOSO, esta Cia demonstra ser uma velha senhora no ofício da transação de terras, já desde o apogeu da citricultura em Nova Iguaçu. Quando a cultura laranjeira entra em decadência, cedendo seus espaços para os loteamentos urbanos, aquela vai passar a transar a "nova onda urbana".

E como velha conhecedora do seu ofício sabe perfeitamente que o estoque de terra, ainda que se conserve um bom espaço de tempo, não dá prejuízo porque quando a demanda efetiva chega, o lucro é de "lavar a alma".

Entretanto, se desde a década de 40 os antagonistas dos pequenos posseiros da região de Pedra Lisa vislumbravam a expansão urbana, como supomos, a velocidade desta em direção aquela ainda se encontrava nesta época em marcha lenta, seja em função da localização distante com rarefação de transportes, seja por constituir em grande parte área de mananciais, reserva florestal e pantanosa e etc.

Se por um lado estas condições, a nosso ver se constituíam em obstáculos para penetração mais imediata do urbano, por outro lado facilitavam a penetração dos posseiros por se encontrarem praticamente "livres" de qualquer ocupação efetiva.

Os pequenos posseiros que para estas paragens se dirigiram, constituíam-se de indivíduos que em sua grande maioria foram expulsos de áreas rurais e que não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, encontravam como alternativa de sobrevivência a perspectiva de adquirirem um pedaço de terras que lhes garantissem o sustento, assim como um mínimo de estabilidade.

A luta por esses objetivos ainda que, com muitos revezes, vai ser possível de ser travada em função da conjuntura política populista reinante, no bojo da qual se buscava capturar os movimentos rurais que se articulavam em todo o território nacional com destaques para as lutas camponesas em prol da reforma Agrária.

Aliado a essa conjuntura merece destaque o fato de que os posseiros da região pesquisada contavam com um peso numérico, que articulado a prática de sobrevivência cotidianas, organizadas coletivamente via associação possibilitavam que estes posseiros se constituíssem em forma social rural ao contrário do que hoje ocorre, quando os atuais posseiros além de não contarem com uma organização nos mesmos moldes de antigamente, numericamente apresentam-se por demais fragilizados, constituindo-se os atuais posseiros, muito mais em testemunhos de um espaço de luta rural, que hoje se encontra sitiado pelos interesses do urbano.

Nesse sentido, ainda que tenha sobrevivido o espírito de luta de posseiros remanescentes da época da associação, estes por si só, nas condições em que se encontram atualmente, apresentam limites para travar uma luta de resistência.

A instância de organização própria que estes posseiros podem contar hoje é o sindicato, porém o surgimento do Sindicato dos Lavradores de Nova Iguaçu, mais fruto de uma conjuntura política em que as organizações populares em geral se reorganizavam, do que resultado de um processo massivo de lutas camponesas, como no período anterior a 64. Com isto não estamos querendo dizer que a importância do sindicato deva ser secundari

zada; este pode se constituir num ponto de partida para lutas que atendam às necessidades de trabalhadores do campo e da cidade, garantindo o uso de espaço de aptidão agrícola para esse fim, hoje açambarcados pelos interesses ligados à especulação imobiliária. Entretanto, se a marcha urbana vem tragando os posseiros e suas posses, como ilustram os depoimentos abaixo, isto não significa, a princípio, que esteja descartada a possibilidade de travarem lutas camponesas em Nova Iguaçu.

"Aqui atrás do meu sítio, tem um criador de gado que comprou a posse de 5 posseiros, que chegaram junto comigo em 1960."

(Sr. Zezinho - Jaceruba - Fazenda São Pedro)-(vide foto 3)



Antes posse de vários posseiros, hoje grande criador de gado - Foto nº 3.

" B I B L I O G R A F I A "

- 1.- BERNARDES, Júlia Adão e MONTENEGRO, Ana Maria Kirschner (1981)
"Proposta Teórica para o Estudo das Migrações Internas" -
In Revista do IFCS - UFRJ - Rio de Janeiro, 17 - 23.
- 2.- BERNARDES, Júlia Adão (1983) "Espaco e Movimentos Reivindicat^o
rios: O caso Nova Iguaçu" - Tese de Mestrado submetida ao
Departamento de Geografia da UFRJ - Rio de Janeiro.
- 3.- BERNARDES, Júlia Adão e MONTENEGRO, Ana Maria Kirschner (coorde
nadoras) - (1980) "Estrutura Fundiária e Mobilidade da Força
de Trabalho nas principais áreas de Evasão a Atracção popula
cionais - Brasil 1970" - In Boletim Demográfico Vol. 11 nº
1 - F.I.B.G.E. - Rio de Janeiro, 45.
- 4.- BOMFIM, B. Calheiros - "Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de
1981" - In Usucapião - Edições Trabalhistas S/A. - Rio de
Janeiro, 5 - 11.
- 5.- CANTELICE, Dulce Maria Barbosa - "Alagamar... Penetração do
Capitalismo no Campo. Um estudo de caso" - In Cadernos do CEAS
nº 65 - janeiro, fevereiro 1980, Salvador - Bahia, 33 - 45.
- 6.- Censo demográfico e agrícola de 1920 à 1980 - publicação IBGE.
- 7.- Centro de Estudos Migratórios, Reflexões sobre as migrações, São
Paulo, 26.09.79 - "As Migrações no Brasil hoje" - In Cadernos
do CEAS nº 65 - janeiro - fevereiro 1980 - Salvador - Bahia,
26 - 32

- 8.- DIAS , Antonio e .ROLEMBERG, Eliana - "Opressão e Luta no Campo" -
In Cadernos do CEAS nº 68 - julho e agosto 1980 - Salvador
Bahia, 20-30.
- 9.- DREIFUSS , René Armand - 1964:"A Conquista do Estado - Ação
Política , Poder e Golpe de Classe"- Editora Vozes Ltda -
Petrópolis 1981.
- 10.- Fetag - "Levantamento de Conflitos de Terras" - Fonte: Ar-
quivo mês de Junho de 1981.
- 11.- Fundrem - Unidades Urbanas Integradas de Oeste - Plano Dire-
tor - Volume I - " Proposições".
- 12.- Fundrem - Unidades Urbanas Integradas de Oeste - Plano Dire-
tor - Volume IV - Nova Iguaçu.
- 13.- GORENSTEIN , Ossir - " O Trabalhador Rural e o Acesso à Proprie-
dade da terra" - In Cadernos do CEAS nº 84 - Março e Abril de
1983 - Salvador - Bahia, 48 - 53.
- 14.- Jornal Correio da Lavoura - períodos: 1958 - 1964
(semanal) e
1975 - 1980
- 15.- Jornal Luta Democrática -(Diário) - período:01/01/64 à 04/04/64

- 16.- MATO , Manoel Andrés - "Situações de Classe do Homem Rural Brasileiro " - In Cadernos do CEAS nº 29 - Janeiro e Fevereiro 1974 - Salvador - Bahia, 47
- 17.- NAVARRO , Zander S. (1981) - "Movimento Rurais no Sudeste da Bahia (1955/1964)" - In Cadernos do CEAS nº 85 - Maio - Junho de 1983 - Salvador - Bahia, 14 - 23
- 18.- OLIVEIRA , Francisco - "Crítica a Razão Dualista" - Seleções Cebrap 1 - 3ª Edição -Editora Brasiliense.
- 19.- PUREZA., José (1982) - "Memória Camponesa" - Editora Marco Zero Rio de Janeiro
- 20.- Revista Mundo Ilustrado - bimestral - no período de 1948 à 1963
- 21.- SILVA , José Graziano (1980) " O que é Questão Agrária" - Editora Brasiliense - (coleção primeiros passos) 5ª Edição São Paulo 30 - 39 e 76 - 105.
- 22.- SILVA., José Graziano (coordenador) (1980) - " Estrutura Agrária e Produções de Subsistência na Agricultura Brasileira"- Editora Hucitec (coleção estudos rurais) - 2ª Edição - São Paulo, 215 - 234

- 23.- SILVA, Sérgio (1979) Introdução - " Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo" - In Capital e Trabalho no Campo - Editora Hucitec (coleção estudos brasileiros) - São Paulo - 2ª Edição, 7-24
- 24.- SINGER, Paul (1979) - "Capital e Trabalho no Campo" - Editora Hucitec (coleção estudos brasileiros) - São Paulo - 2ª Edição, 1 - 6
- 25.- SOARES, M. Terezinha de Segadas (1960) - "Nova Iguaçu absorção de uma célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro", Tese de Livre Docência à Cadeira de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro
- 26.- Terceiras Jornadas Luso - Brasileira de Engenharia Civil - "Ferrovias" Domínio IV - Luanda - Lourenço Marques - 24 de junho à 08 de julho de 1971.
- 27.- VEIGA, José Eli (1981) - "O que é Reforma Agrária" - Editora Brasiliense (coleção primeiros passos) - 3ª Edição - São Paulo, 72 - 83.

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O XXVIII — NITERÓI — SEXTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1958 — N.º 8.106

GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

O SENHOR GOVERNADOR RESOLVEU CONSIDERAR FATIVAMENTE O PONTO, HOJE, 15, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO, EM ATENÇÃO À DATA RELIGIOSA.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 6.173, DE 14 DE AGOSTO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual, de 20 de junho de 1947,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica extinto, no Quadro Suplementar, um cargo de arceiro, padrão "T", vago com a aposentadoria de Afonso Mendes.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Os Secretários de Estado de Educação e Cultura e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Palácio do Governo, em Niterói, 14 de agosto de 1958.

(aa.) TOGO DE BARROS

Mário Tinoco Filho
Jamil Muanis

DECRETO N.º 6.174, DE 14 DE AGOSTO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual, de 20 de junho de 1947,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica extinto, no Quadro Suplementar, um cargo de chefe de Seção, padrão "U", vago com a aposentadoria de José Lino da Costa.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Os Secretários de Estado de Educação e Cultura e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Palácio do Governo, em Niterói, 14 de agosto de 1958.

(aa.) TOGO DE BARROS

Mário Tinoco Filho
Jamil Muanis

DECRETO N.º 6.175, DE 13 DE AGOSTO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual de 20 de junho de 1947,

CONSIDERANDO que a Delegacia de Serviço do Patrimônio Imóvel, do Ministério da Fazenda declara, em expediente dirigido à Secretaria do Governo, que a Fazenda da Limeira, localizada no 6.º distrito do município de Nova Iguaçu, é de propriedade da União;

CONSIDERANDO, ainda, que o título de sua propriedade devidamente transcrito às folhas 8, sob o número de ordem

30, do livro n.º 4, do Cartório do 2.º Ofício de Justiça daquele município, segundo informa o referido Serviço, do Ministério da Fazenda.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o art. 1.º do Decreto n.º 6.081, de 23 de junho de 1958, na parte em que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terras da "Fazenda da Limeira" situada no 6.º distrito do município de Nova Iguaçu.

Art. 2.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Os Secretários de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Palácio do Governo, em Niterói, 13 de agosto de 1958.

(aa.) TOGO DE BARROS

Arv. Ribeiro Viana
Jamil Muanis

DECRETO N.º 6.176, DE 13 DE AGOSTO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual de 20 de junho de 1947,

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 6.116, de 30 de junho último, em seu art. 2.º, menciona, indevidamente, Marília de Lima Alves Costa e Antonio Gomes Júnior, respectivamente, Auxiliar Administrativo, referência 18 e Servente, referência 5, como pertencentes à Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas do Juízo de Menores,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica retificada para Tabela de Extranumerários Mensalistas dos Serviços Auxiliares, da Secretaria do Interior e Justiça, a citação contida no art. 2.º, do Decreto n.º 6.116, de 30 de junho último, relativa aos servidores a que se refere o preâmbulo deste decreto.

Art. 2.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O Secretário de Estado do Interior e Justiça assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 13 de agosto de 1958.

(aa.) TOGO DE BARROS

Jorge Loretti

DECRETO N.º 6.177, DE 14 DE AGOSTO DE 1958

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40, item I, da Constituição Estadual de 20 de junho de 1947,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica extinto, no Quadro Suplementar, um cargo de Lustrador, classe "T", vago com a aposentadoria de Mariane Ferreira da Silva.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Os Secretários de Estado de Educação e Cultura e das Finanças, assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 14 de agosto de 1958.

(aa.) TOGO DE BARROS

Mário Tinoco Filho
Jamil Muanis

CORRIGENDA
Edição de 2-7-58

DECRETO N.º 6.142, DE 1.º DE JULHO DE 1958

página 6.ª, 2.ª coluna, onde se lê, 1.ª linha: — "Martins Braune", leia-se: "Mans Brune", e na 51.ª linha, onde se lê: "Os salários anuais", leia-se: "Os salários mensais".
Publicação novamente por haver sido incorreta.

ATOS DO GOVERNADOR

(*) DIA 4.8.958: — Foi exonerado, a pedido, o cidadão Beldo Teixeira de Macedo do cargo de 1.º suplente de delegado de polícia do município de São João da Barra.

— Foi tornado sem efeito o ato de 28, publicado em 29 de julho último, que dispensou, a pedido, o Delegado de Polícia de 2.ª categoria, do Q.P., bacharel David Camargo, da função gratificada de Delegado

Adjunto da Divisão de Ordem Política e Social.

(*) Publicados, novamente, por haverem saído com incorreções.

DIA 14.8.958: — Foi aposentado, de acordo com o art. 133, alínea "a", da Lei n.º 1.870, de 18 de abril de 1953, o Professor do Ensino Pré-Primário e Primário, do Quadro do Magistério, Catarina Azevedo de Carvalho, com o acréscimo que for, oportunamen-

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XXVIII — NITERÓI — QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1960 — N.º 8.525

GOVERNO DA REPUBLICA

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS (COAP)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO N.º 834 — O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS (COAP) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3.522 de dezembro de 1956, prorrogada pela Lei n.º 3.344 de 14 de dezembro de 1957, revigorada pela Lei n.º 3.415 de 30 de junho de 1958, prorrogada pela Lei n.º 3.590 de 22 de julho de 1959, e de conformidade com o seu Plenário, em sessão realizada no dia 1 de dezembro de 1959,

RESOLVE:

Art. 1.º — Em atendimento à Portaria n.º 801, de 28 de dezembro de 1959, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços de minas que passe à disposição do Gabinete da Presidência, a partir desta data, o servidor Gilberto Araújo Vianna, até ulterior determinação.

Art. 2.º — Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Niterói, 30 de dezembro de 1959. — (a.) Sival Coube Bogado — Presidente.

PORTARIA N.º 158 — O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS (COAP) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.522 de 26 de dezembro de 1951, revigorada com as alterações e que foram introduzidas pela Lei n.º 3.084 de 29 de dezembro de 1956, prorrogada pela Lei n.º 3.344 de 14 de dezembro de 1957, revigorada pela Lei n.º 3.415 de 30 de junho de 1958, prorrogada pela Lei n.º 3.590 de 22 de julho de 1959, e de conformidade com o seu Plenário, em sessão realizada no dia 1 de dezembro de 1959,

RESOLVE:

Art. 1.º — Publicar no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento das partes interessadas, a Portaria 175 de 13 de junho de 1959, baixada pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 1959.

PORTARIA N.º 175 de 13 de junho de 1959.

O Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços usando das atribuições que lhe confere a Lei n.º 1.522 de 26 de dezembro de 1951, e o disposto no Art. 8.º da Lei n.º 3.084 de 29 de dezembro de 1956,

RESOLVE:

Art. 1.º — Todos os vendedores de mercadorias de primeira necessidade sob controle desta Comissão e fornecedores de bens essenciais, são obrigados nos termos da Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956, a fornecer ao comprador ou freguês uma nota de venda especificada com a quantidade da mercadoria e o respectivo preço, de forma bem legível.

Art. 2.º — A infração nesta Portaria é passível de multa prevista na Lei 1.522, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 3.º — Revogam-se quaisquer disposições em contrário.

(a.) Frederico Mindello Carneiro Monteiro, Presidente da COFAP.

Art. 2.º — A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 30 de dezembro de 1959. — (a.) Sival Coube Bogado — Presidente.

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 6.896, DE 13 DE JANEIRO DE 1960

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento no art. 40 da Constituição Estadual, de 20 de junho de 1947,

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública, de acordo com o art. 2.º e 3.º, letras "a" e "b" do Decreto Lei Federal n.º

3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 31 de maio de 1956, para efeito de expropriação, mediante compensação amigável ou judicial, a área de terras denominadas "Fazenda de São Pedro", sito no Município de Nova Iguaçu, em forma de um polígono irregular o que assim se descreve: "Fazenda situada na zona rural dos 3.º e 6.º distritos do Município de Nova Iguaçu, neste Estado, tem a superfície de 12.700.000 m², ou 254 alqueires geométricos, com os seguintes limites e confrontações: a medição começa numa linha que, partindo de um marco de pedra colocado pela Repartição de Águas e Obras Públicas, hoje Serviço Federal de Águas e Esgotos, em substituição a um marco de Tapinhoa, na Estrada da Polícia, entre o Morro da Olaria e o Morro da Saudade, próximo à Estrada de Ferro Rio Douro, segue até alcançar o divisor de águas dos rios São Pedro e Santo Antônio, num ponto que dista, em linha reta, de 149.41º graus de Azimuth, 1.039ms,70 do marco de partida; daí, segue à esquerda, acompanhando sempre o divisor de águas (facão da Serra), até alcançar outro marco de pedra colocado neste divisor, pela Repartição de Águas e Obras Públicas, numa extensão de 2.984ms,00, sendo que, desde o marco inicial localizado na Estrada da Polícia em substituição ao antigo marco de Tapinhoa, até o referido marco de pedra colocado no divisor de águas, o terreno objeto desta descrição confronta com terras da União Federal; no trecho em que a linha de cumada é o limite dos terrenos, o divisor de águas segue inicialmente na direção aproximada do Nordeste, até atingir um ponto mais elevado, ou pico, distante 880ms,00 do ponto em que a linha de limite aqui descrita alcançou este divisor de águas; deste pico o divisor de águas torna a direção aproximada do Noroeste, indo alcançar outro pico a 418ms,00, onde viria a direita tomando novamente a direção aproximada de Nordeste, e sempre com esta direção aproximada, segue até alcançar o marco colocado neste divisor, após ter passado por outro pico distante 308ms,00 desse marco; desse segundo marco acima referido, segue, à esquerda, em reta com Azimuth de 353,00 graus, na direção do outro marco de pedra colocado à margem direita do Rio São Pedro, na barra da Cachoeira das Pedradas, pela mesma Repartição de Águas e Obras Públicas, mas somente até encontrar a margem esquerda do Rio São Pedro, numa extensão de 1.978ms,00 confrontando, até este ponto, com a parte da Fazenda de São Pedro de propriedade de D. Doquêsia Pinheiro Ferreira Paes Leme, em litígio com a União Federal; daí segue à esquerda, rio abaixo, pela margem esquerda do Rio São Pedro, numa extensão aproximada de 1.210ms,00, até alcançar a antiga ponte da E. F. Rio Douro, sobre o mesmo rio, hoje servindo apenas para travessia dos carros da adutora de águas do Rio São Pedro; daí, abandonando o rio, segue em linha reta, numa distância de 400ms,00 com Azimuth de 258,40 graus em direção a uma ponte em ruínas situada na Estrada da Polícia, confrontando, neste trecho, com as terras de Henrique Fernandes; deste ponto, (ponto inicial da descrição dos terrenos prometidos vender pelo Espólio do Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme a Francisco Junqueira Villela, conforme escritura de promessa de venda lavrada em 30 de dezembro de 1957 a fls. 55 do Livro "43 C/V", das notas do Tabelião do 5.º Oficial da Comarca de Nova Iguaçu), a linha de limite segue, à direita, acompanhando a antiga vala da Jaqueira, no trecho hoje seco, atravessa o Rio São Pedro e, continuando pela vala da Jaqueira acima, pela margem direita, até alcançar a estrada de rodagem São Pedro-Japeri no ponto em que essa estrada é atravessada por um boeiro por onde correm as águas da vala da Jaqueira, confrontando neste trecho com os terrenos de Henrique Fernandes, João Paes Leme e Nilda de Lima Ribeiro, numa extensão total de 899ms,00; daí, segue à esquerda, acompanhando a estrada de rodagem numa extensão de 375ms,00, sendo que neste trecho em que a divisa é a estrada de rodagem, o terreno ora descrito é fronteiro ao terreno de propriedade do General Renato Velga Abreu e ao terreno ajustado vender a João Rodrigues; daí (estaca 2) segue à direita com Azimuth de 350,09 graus, até alcançar um ponto próximo à ponta do espigão do divisor de águas da margem esquerda da Cachoeira de São Pedro (estaca 13), distante 209ms,14 do ponto junto à estrada de rodagem, os terrenos neste trecho margeiam um bananal existente no terreno ajustado vender a João Rodrigues; desse ponto, no espigão a linha segue, à direita, seguindo sempre pelo divisor de águas da margem esquerda da Cachoeira de São Pedro numa distância de 1.875ms,00 até alcan-



JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL

6.º OFÍCIO DE NOTAS

C G C 30.714.976/0001-97

RUA DO ROSÁRIO, 173-A

PEDRO DOS SANTOS MENDONÇA
TABELIÃO

ESCRITURA DE

COMPRA E VENDA

CERTIDÃO

OUTORGANTE

DR. LUIZ JOSE DE CARVALHO MELLO E MATOS

OUTORGADO

FAZENDA NACIONAL.

LIVRO

9

FOLHAS

124v

ATO

EM

26.10.877

LIVRO : 9

FOLHAS: 124v

Certidão

E S C R I T U R A DECOMPRA E -
VENDA DE TERRENOS E AGUAS QUE -
FAZEM O DR. LUIZ JOSE DE CARVA -
LHO E MATHOS, SUA MULHER E OU
TROS A FAZENDA NACIONAL. - - - -

S A I B A M quantos esta virem que no ano do nascimento de
Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e se-
te, aos vinte e seis de outubro nesta cidade do Rio de Ja -
neiro, na Diretoria geral do contencioso do Tesouro Nacional,
onde eu tabelião Publico fui vindo e sendo a li compareceram
como outorgantes vendedores, o Dr. LUIZ JOSE DE CARVALHO MEL
LO E MATTOS por si e como representante de sua mulher d. Ma-
rianna de Mello Sousa Menezes e Mattos, o dr. Antonio Dias-
Faes Leme e sua mulher Isabel Maria Paes Leme, ele por si
e com inventariante e herdeiros de seu finado irmão o dr.-
Pedro Betim Paes Leme e sua mulher dona Joaquina Faes Leme, -
José Alves Paes Leme e sua mulher dona Tereza de Lignac --
e Paes Leme, João de Moulevade e sua mulher, D. Mariana Paes
Lemes de Moulevade, Diogo de Souza Mello e sua mulher d. Bal-
bina Paes Lemos de Mello, Luiz Lemi Betim e sua mulher -
D. Marianna Emilia Navarro Betina, o Tenente Coronel João -
Tavares Guerra e sua mulher dona Brites Eulalia Carneiro -
Guerra e Comendador Alberto Vasco de Sousa Prito, solteiro,
representado neste ato os segundo a decimo outorgantes e --
suas mulheres pelo primeiro e por Joaquim Navarro de Andra-
de, como fizerão certo com as procurações que apresentaram

e ficam nesta data registradas no livro competente número dois do mesmo cartório e como outorgados compradores a Fazenda Nacional representada pelo Excelentíssimo Conselheiro, João Cardoso de Menezes e Souza, procurador Fiscal, do Tesouro Nacional, os presentes residentes nesta Corte e também dos outorgantes este primeiro representante e o nono e decimo, e os outros no Município de Vassouras, as pessoas presentes conhecidos das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, e também como estas de mim tabelião, do que dou fé, perante as quais e por haver sido esta distribuido pelo bilhete de distribuição de teor seguinte: Ao Dr. Sayão se distribuiu uma escritura de venda de terrenos no Vale do Rio de São -- Pedro denominado Limeira, que fazem o Dr. Antonio Dias Paes Lemos sua mulher e outros a Fazenda Nacional, Rio em vinte e seis de outubro de 1877 G. Salerno. Pelos mencionados representantes me foi dito que seus constituintes e ele primeiro representante são possuidores em comum alem de Pedro Pinheiro Paes Leme, de uma área de terreno na Serra do Tingua, freguesia de N. Senhora da Piedade, Município de Iguassu, área em que coube aos outorgantes na partilha amigavel dos bens de seu pai e avô o Excelentíssimo Marques de São João Marcos, julgava por sentença em cinco de fevereiro de 1870, do Juizo de Orfãos de Vassouras, cento e sessenta, alqueires a cada um e também a Pedro Dias Paes Leme, de quem é cessionário por escritura publica lavrada em dois de setembro de 1876, em Notas do tabelião Buenio de Faria de Iguassu Pedro Pinheiro Paes Leme e a outros já separados da comunhão, -- tendo, porem, tocado a ele primeiro outorgante oitenta alqueires e ao mencionado Dr. Pedro Batim Paes Leme, trezen-

trezentos e vinte e dois sendo outorgantes na presente venda os mencionados Tenente Coronel João Tavares Guerra e o Comandante digo e o Comandador Alberto Vasco de Souza Frito e a mulher daquele como cessionarios da parte da que tem na dita area a outorgante Luiz Leme Betim; a qual possuem livre de encargos tanto judiciais como extra-judiciais, de qualquer especie, como provarão, assim como o dominio que na mesma tem com os documentos que apresentarão no Tesouro Nacional, onde ficam arquivados, fazendo parte dela compreendida entre os rios de Santo Antonio e de São Pedro, necessária ao Governo a fim de serem derivadas as aguas dos mesmos e do Ouro para abastecimento desta capital, parte essa que tem as seguintes extensão e confrontações conforme a descrição datada de 16 de agosto do corrente ano assinado pelo Inspector das Obras Publicas e planta levantada pela mesma Repartição, as quais ficam tambem arquivadas no Tesouro Nacional; os terrenos a que se refere o ajuste supramencionado, segundo se deduz da planta que serviu de base ao mesmo ajuste e documentos existentes na Repartição das Obras Publicas, tem por limites de lado sul e leste o rio Santo Antonio até suas primeiras cabeceiras na serra, dividindo-se por esse lado, com terras pertencendo a Morgado de Marapicú, cuja posse foi adquirido para o Estado pelo mesmo motivo, seguindo-se depois pelo lado de Leste as vertentes da serra para o lado do mesmo rio Santo Antonio, dividindo-se nesta parte com terreno que pertencem ao espólio de Finado José Luiz Machado. Pelo lado norte a linha de vertentes, no alto da serra em que se dividem as aguas que correm para o rio São Pedro, das que vertem para o rio Santo Antonio, ou seus

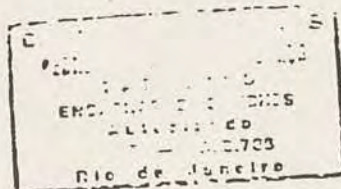
seus afluentes e para a cachueira das Limeiras, segue essa -
linha de vertentes até a alta do morro denominado da Sauda-
de situado junto a estrada denominada da Policia, até onde -
se prolonga, devendo terminar em numero digo terminar um
marco que será assentado a margem da mesma estrada, como -
se acha indicado na planta, dividindo-se assim com a fazenda-
de São Pedro e terras pertencentes ou que se supõe-se per-
tencer a Pedro Finheiro Paes Leme e Ignacio Dias Paes Leme,
seguido se vê da planta ou a quem a elas tiverem. A oeste
pela citada estr da geral da policia, desdeo ponto acima in-
dicado que termina a divisão do norte até o rio Santo Anto -
nio. Acha-se compreendida dentro destes limites numa vesga de -
terra nas cabeceiras do rio Santo Antonio e que na planta
acha-se indicado como pertencendo a F. Quintella e cuja posse
é por este disputado aos outorgantes herdeiros de Marques
de São Marcos, A área dos terrenos ajustados, não compreen-
dida a vesga ocupada por Quintella, é calculada aproxima-
mente em cerca de quinze milhões e cem mil metros ou trezen-
tos e doze arquivada de des mil braças quadradas, mais ou -
menos; contendo a vesga mencionada v cento e noventa e
seis mil setecentos e vinte cinco metros. Compreendo-se nes-
tās terrenos a fazenda denominada da Limeira e diferente-
situações arrendas a diversas constantes da nota junta e
organizada por informações E que havendo os outorgantes acor-
dado com o Ministério da Agricultura vender ao Estado essa -
parte dos terrenos mediante o preço de oitenta e cinco con-
tos de reis, pelos quinhões de todos os respectivos atuais
possuidores desta inclusive portanto o do mencionado Pedro-

Pedro Finheiro Pas Leme, por este instrumento e na melhor forma de direito vendem ele primeiro representante e seus constituintes como de fato vendido tem de hoje para sempre, a outorgada Fazenda Nacional, a parte que tem na área de terrenos designados nas supoaditas descrição e planta as águas dos mencionados rios e de seus afluentes e benfeitorias nela sitos do domínio deles outorgantes e com todas as suas sentenças, serventias servidões ativas e passivas tudo na razão do preço de oitenta e cinco contos de reis como ficou dito, do qual, visto que são nove os condomínios e os oito, incluído Pedro Finheiro Pas Leme, que intervém na presente venda a fazem em partes iguais inclusive ele outorgante dr. Luiz José de Carvalho Mello e Mattos por ser incedente a mesma e de oitenta alqueires que tem na área de que é desmembrada a vendida, cabe a cada uma nãoa parte do dito preço ou nove contos quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro reis pertencendo porém o duplo ou dezoito contos oitocentos e oitenta e oito mil oitocentos e oitenta e oito reis ao dr. Antonio Dias Pas Leme, irmão como herdeiro de duas terças partes dos bens do seu irmão o condômino dr. Pedro Betim Pas Leme, e da correspondente a parte dos outorgantes Luiz Leme Betim e seus cessionários rateada proporcionalmente, como deve ser ao quinto total que não mesmo parte tem eles em comum, isto é dos cento e sessenta alqueiros havidos pelo primeiro em legítima parte em relação a noventa que atualmente tem o mesmo, quarta o segundo e trinta ao terceiro, cabe ao primeiro cinco contos trezentos e doze mil e quinhentos reis, ao Comendador Alberto Nasco de Souza Pinto, um conto setecentos e setenta

setenta mil oitocentos e trinta e três reis e ao ten. Coronel João Tavares Guerra, dois contos trezentos e sessenta e um mil cento e onze reis, e que as quotas a que tem direito os documentos lhes serão pagos ou a eles representantes a vista do traslado desta escritura, regularmente transcrito na Pagadoria do Tesouro Nacional e delas servirá de plena e geral quitação a que do seu rececimento passarem na mesma repartição para nunca mais as reclamarem ou repetirem nem alguma outra pormotivo da presente venda sob qualquer fundamento que seja, cedendo ou transferindo os outorgantes para a outorgada como cedem e transferem todo o direito, ação, início e posse que tem nas supraditas áreas de terrenos, água, benfeitorias do seu domínio nela, sitas e respectivas dependencias, havendo desde já a mesma outorgada por empossada de tudo por força do presente instrumento e da cláusula "Constituti", pelo qual cedem mais a outorgada o direito aos arrendamentos e contratos em virtude dos quais estão estabelecidos diversos indivíduos na supra dita area vendida e outro sim por si e seus herdeiros ou sucessores a fazer sempre firme a presente venda, bem o domínio da mesma área e benfeitorias ora vendidas, pondo a outorgada a paz e salvo de tudo que a possa perturbar seu pacifico domínio e posse, responsabilizando-se expressamente pela evicção e para os mesmos fins os outorgantes, Dr. Antonio Dias Paes Leme e sua mulher a receberem a parte que vendem como representantes do finado Dr. Pedro Betim Paes Leme, em pagamento do que lhes venha a caber em partilha como herdeiros dos mesmos. E pelo Excelentissimo Conselheiro Procurador Fis

Procurador Fiscal João Cardoso de Menezes e Souza me foi dito que, em virtude dos Avisos do Ministerio da Agricultura de--doze de março, dez de abril, nove de junho e vinte e cinco de junho e dos Despachos do Excelentissimo Ministro da Fazenda de 17 de abril de vinte e um de julho e de desenove de outubro tudo do corrente ano, em nome e por parte da Fazenda Nacional e para ela aceitarão a presente escritura assim e como na mesma se contem e se acha estipulado. Não paga imposto de transmissão de propriedade por ser compra feita pela Fazenda Nacional na forma das disposições fiscais em vigor, porem um saldo proporcional na importancia de setenta e seis mil reis correspondente aos oito quinhoões ora vendidos. E de como assim o disseram me pediram que lhes lavrasse esta escritura que lhesli, outorgaram e aceitaram e assinam com as testemunhas MANUEL MENDES SOUZA e CARLOS FONTES DE BUSTAMONTE SÁ, perante mim, JOÃO EVANGELISTA DE NOGUEIRA SAYÃO LOBATO SOBRINHO, tabeliãoque a subscrevo. (ASSINADOS): --- LUIZ JOSÉ DE CARVALHO MELLO E MATTOS. - P.F. ANTONIO DIAS - PAES LEME. - JOÃO CARDOSO DE MENEZES E SOUZA. - Testemunhas : MANOEL MENDES SOUZA. - CARLOS FONTES DE BUSTAMONTE. - Certificada hoje, 09 de dezembro de 1981, bem e fielmente - por mim Chauca (EUNICE FRANÇA) tec. judiciário juramentado, a datilografei. E eu, Manuel subscrevo e assino.

Manuel



Salas 0137 - 2ºº 00-

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO

Anexo nº 04

NOTIFICAÇÃO

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1978.

Ao
Sr. ANTONIO
Estrada de São Pedro (antiga Fazenda Normandia).
Município de Nova Iguaçu.

Comunico que o Exmo. Sr. Governador, por despacho de 24.8.78, exarado no processo E-12/5942/77, resolveu determinar a desocupação do próprio estadual constituído de área da antiga Fazenda Normandia e situado na Estrada de São Pedro, em Engenheiro Pedreira, 6º Distrito do Município de Nova Iguaçu.

2. Em consequência, fica V.Sa. NOTIFICADO de que deverá entregar o terreno que ocupa em dita área, inteiramente vazio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob aviso a este Departamento (Rua Antonor Fagundes nº 20, antiga Rua Santa Luzia nº 11, sala 207, nesta Capital).

3. A falta de atendimento da presente notificação, no prazo assinado, importará no ajuizamento da ação cabível, correndo exclusivamente por conta de V.Sa. as despesas judiciais ou extrajudiciais daí decorrentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação em vigor.

Almir Laversveiler de Moraes
ALMIR LAVERSVIELER DE MORAES

Diretor-Geral do Departamento do
Patrimônio Imobiliário do Estado

Em 21/9/78

Anexo n.º 05

LEI N.º 6.969, de 10 de dezembro de 1981

(D.O., de 11-12-81)

Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2.º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

Parágrafo único — Prevalecerá a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da legislação específica, se aquele for superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Art. 2.º — A usucapião especial, a que se refere esta Lei, abrange as terras particulares e as terras devolutas, em geral, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao possessor, pelo Estatuto da Terra ou pelas leis

que dispõem sobre processo discriminatório de terras devolutas.

Art. 3.º — A usucapião especial não ocorrerá nas áreas indispensáveis à segurança nacional, nas terras habitadas por silvícolas, nem nas áreas de interesse ecológico, consideradas como tais as reservas biológicas ou florestais e os parques nacionais, estaduais ou municipais, assim declarados pelo Poder Executivo, assegurada aos atuais ocupantes a preferência para assentamento em outras regiões, pelo órgão competente.

Parágrafo único — O Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, especificará, mediante Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, as áreas indispensáveis à segurança nacional, insuscetíveis de usucapião.

Art. 4.º — A ação de usucapião especial será proposita e julgada na comarca da situação do imóvel.

§ 1.º — Observado o disposto no art. 126 da Constituição Federal, no caso de usucapião especial em terras devolutas federais, a ação será promovida na comarca da situação do imóvel, perante a justiça do Estado, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos, cabendo ao Ministério Público local, na primeira instância, a representação judicial da União.

§ 2.º — No caso de terras devolutas, em geral, a usucapião especial poderá ser reconhecida administrativamente, com a consequente expedição do título definitivo de domínio, para transcrição no Registro de Imóveis.

§ 3.º — O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, estabelecerá, por Decreto, a forma do procedimento administrativo a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Se, decorridos 90 (noventa) dias do pedido ao órgão administrativo, não houver a expedição do título de domínio, o interessado poderá ingressar com a ação de usucapião especial, na forma prevista nesta Lei, vedada a concomitância dos pedidos administrativo e judicial.

Art. 5.º — Adotar-se-á, na ação de usucapião especial, o procedimento sumaríssimo, assegurada a preferência à sua instrução e julgamento.

§ 1.º — O autor, expondo o fundamento do pedido e individualizando o imóvel, com dispensa da juntada da respectiva planta, poderá requerer, na petição inicial, designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse, e, se comprovada esta, será nela mantido, liminarmente, até a decisão final da causa.

§ 2.º — O autor requererá também a citação pessoal daquele em cujo nome esteja transcrito o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus ausentes, incertos e desconhecidos, na forma do art. 232 do Código de Processo Civil, valendo a citação para todos os atos do processo.

§ 3.º — Serão cientificados por carta, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 4.º — O prazo para contestar a ação correrá da intimação da decisão que declarar justificada a posse.

§ 5.º — Intervirá, obrigatoriamente, em todos os atos do processo, o Ministério Público.

Art. 6.º — O autor da ação de usucapião especial terá, se o pedir, o benefício da assistência judiciária gratuita, inclusive para o Registro de Imóveis.

Parágrafo único — Provado que o autor tinha situação econômica bastante para pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio e da família, o juiz lhe ordenará que pague, com correção monetária, o valor das isenções concedidas, ficando suspensa a transcrição da sentença até o pagamento devido.

Art. 7.º — A usucapião especial poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 8.º — Observar-se-á, quanto ao imóvel usucapido, a imunidade específica, estabelecida no § 6.º do art. 21 da Constituição Federal.

Parágrafo único — Quando prevalecer a área do módulo rural, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 1.º desta Lei, o Imposto Territorial Rural não incidirá sobre o imóvel usucapido.

Art. 9.º — O juiz de causa, a requerimento do autor da ação de usucapião especial, determinará que a autoridade policial garanta a permanência no imóvel e a integridade física de seus ocupantes, sempre que necessário.

Art. 10 — O § 2.º do art. 589 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 589 —

§ 2.º — O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago e passará ao domínio do Estado, do Território, ou do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições:

a) 10 (dez) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona urbana;

Lei 6.969

9

b) 3 (três) anos depois, quando se tratar de imóvel focalizado em zona rural.”

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 10 de dezembro de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Abi-Ackel



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Art. 3.º — O usucapião especial não ocorrerá na faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, designada como Faixa de Fronteira.

Art. 4.º — Nas áreas indispensáveis à segurança nacional suscetíveis de prescrição aquisitiva, o usucapião por estrangeiro residente no país não dispensa a observância do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, por força da determinação constante do § 34 do artigo 153 da Constituição Federal.

Parágrafo único — Na hipótese deste artigo, o assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional se inclui entre os pressupostos necessários à aquisição por usucapião especial.

Art. 5.º — São insuscetíveis de usucapião os imóveis de uso das Forças Armadas ou destinados a seus fins e serviços, e os terrenos de marinha e seus acrescidos, essenciais à execução da política de segurança nacional, assim como quaisquer outras terras públicas não devolutas.

Art. 6.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

José Ubirajara Coelho de Souza Timm

Danilo Venturini

Decreto n.º 87.040, de 17 de março de 1982

(D.O. de 18-3-82)

Especifica áreas indispensáveis à segurança nacional insuscetíveis de usucapião especial, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o artigo 3.º, parágrafo único, da Lei n.º 6.969, de 10 de dezembro de 1981, ouvido o Conselho de Segurança Nacional,

DECRETA:

Art. 1.º — O usucapião especial, a que se refere a Lei n.º 6.969, de 10 de dezembro de 1981, abrange as terras particulares, e as terras públicas devolutas, em geral, sob ressalva do disposto neste Decreto.

Art. 2.º — São indispensáveis à segurança nacional as terras devolutas de que trata o Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971, alterado pelo Decreto-lei n.º 1.243, de 30 de outubro de 1972, pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, e pelos Decretos-leis n.ºs 1.473, de 13 de julho de 1976, e 1.868, de 30 de março de 1981, e a Faixa de Fronteira definida na Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979.

Deus Disse:

Os mansos herdarão a terra
Garanta seu Sítio

VOTE NA CHAPA 2

PRESIDENTE
VICE PRESIDENTE
1.^a SECRETÁRIA
2.^a SECRETÁRIA
1.^o TESOUREIRO
2.^o TESOUREIRO
DIRETOR SOCIAL



SEVERINO
JUVERSINO
MARIA BAIANA
EVA CAMPOS
JOSÉ OLAVO
SEBASTIÃO SILVA
MARLI VERLI

SEVERINO Pede seu voto senhores sitiantes para reivindicarmos do Governo Federal e Estadual a Marcação dos nossos sítios por Topógrafo, e o Título da Terra. Para juntos continuarmos a reivindicação do Governo Federal e Estadual, tudo que precisamos para o nosso Progresso.

Com exação do dinheiro que Severino conseguiu do Fim Social, O que conseguimos até hoje? NADA

Dia 2 Vote na Chapa 2

☒ CHAPA 2

5^e 6



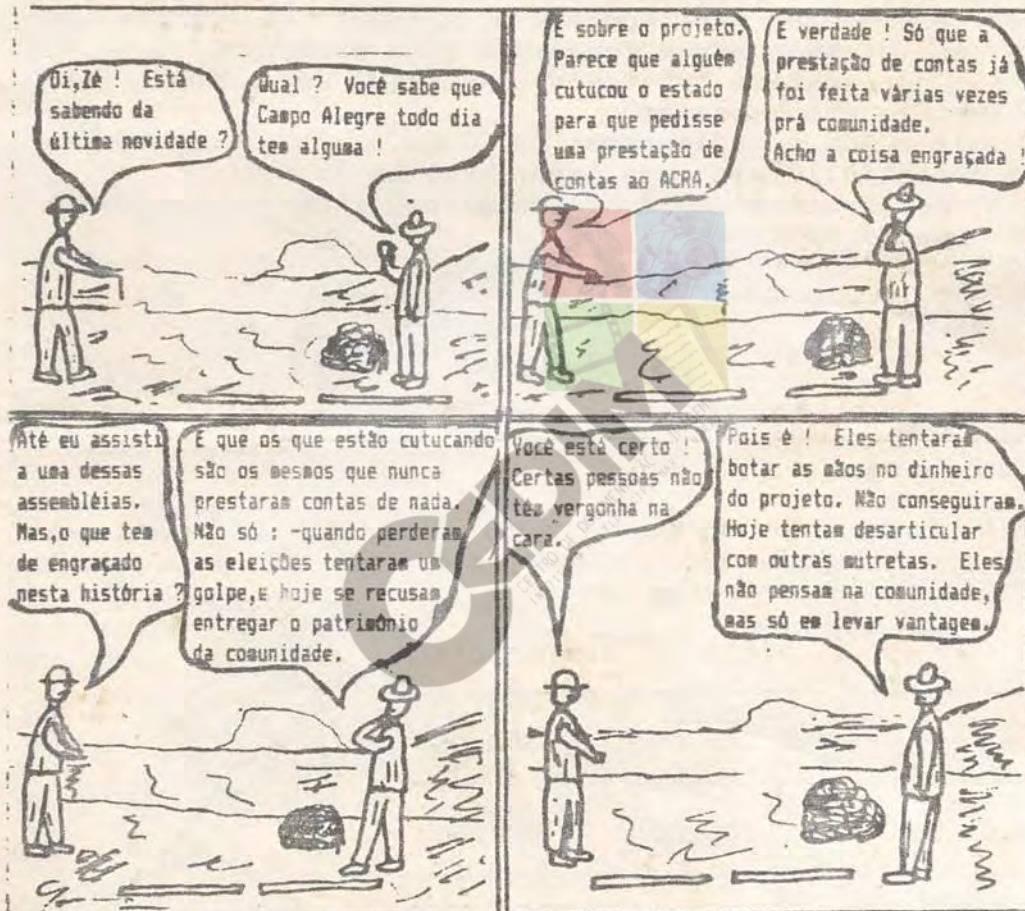
Ano II

maio/ junho , 1992

Pegando na

enxada

Boletim da COUAMCA



Companheiros, é importante sua participação na assembléia no Cruzeiro dia 06 de junho. O estado estará presente. COMPAREÇA !

Setor administrativo

Comercialização

A COUAMCA adquiriu 4 pontos na feira de Austin. É uma opção para a cooperativa comercializar o que os associados estão produzindo :

-ovos,maracujá e outros produtos.

Os 4 pontos ficaram para a cooperativa no valor de cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros),incluindo os tabuleiros,a serem reparados,e as armações.

A cooperativa pretende adquirir uma lona para cobertura das barracas.

Luiz e Edmundo,diretores da COUAMCA,estão organizando os detalhes legais para transferência do ponto.

A cooperativa está comercializando no ponto desde domingo,24 de maio.



Reajustes

Os serviços do trator e do caminhão tiveram seus preços reajustados. Desde o dia 25 de maio estão funcionando com estes preços :

	sócio	não-sócio
trator	26.500,00	39.800,00
caminhão	1.000,00	1.500,00



Setor técnico

Viveiro na Cooperativa

O viveiro da Cooperativa está sendo ampliado para atender as necessidades de produção de mudas.

Além do maracujá que já vem sendo produzido pretende-se formar mudas de pimentão, jiló, beringela, frutíferas e essências florestais.

Esperamos que para o próximo verão a Cooperativa possa oferecer mais este serviço à comunidade.

Criação de Galinhas

Os criadores de galinhas com projetos financiados pela Cooperativa assumiram com muita seriedade a empreitada e a responsabilidade, agora, estão colhendo os primeiros "frutos" do seu trabalho, os ovos já estão sendo comercializados.

E a prova verdadeira de que com organização o trabalhador vai em frente, mesmo que alguns indivíduos procurem desarticular ou jogar areia.

Vamos continuar firmes na luta, companheiros para garantir e melhorar cada vez mais esta nossa experiência.

Aproveitamos para convidar os 15 criadores a participarem de uma reunião no dia 8 de junho às 9:00 hs na Cooperativa. Discutiremos sobre o andamento do projeto, o início dos pagamentos, a assinatura do contrato definitivo, etc...



Curso de tratorista

Informamos aos companheiros que estão inscritos no Curso de tratorista que ele será realizado a partir de 07 de julho e vai até o dia 10 do mesmo mês.

Curso de Apicultura

Está sendo organizado pela Cooperativa um curso de criação de abelhas. Este curso visa atingir os jovens de Campo Alegre.

Acreditamos que os jovens vão se encantar com o mundo das abelhas por serem elas tão dinâmicas e produzirem mel, própolis e geléia real, alimentos de grande valor energético para o homem.

A inscrição pode ser feita de segunda à sexta-feira com Denise na Cooperativa.

Classificados

!Vendo um motor a gasolina!
!Tratar com Miguel - rua Santa!
!Margarida 196-Mato Grosso!

!Animal bem nutrido e sadio.

!Compre ração no armazém da Cooperativa!

!Anunciar no Pegando na enxada!
!é certeza de bons negócios.

Congresso da UAMCA

No dia 24 de abril aconteceu no Centro Comunitário o Congresso da UAMCA que reuniu todas as regionais de Campo Alegre.

Este Congresso teve por objetivo :

- avaliar a gestão anterior
- planejamento de trabalho
- eleição do novo coordenador.

A avaliação da maioria é que a diretoria anterior não contribuiu o quanto podia com Campo Alegre, pois acabou se tornando uma ditadura.

Em relação ao planejamento de trabalho foi feita uma discussão sobre saúde, educação e projetos. Este último ponto foi demorado, com várias denúncias de injustiças que fizeram sobre Campo Alegre.

A eleição do novo coordenador foi uma bela disputa entre Jacomé, Otelino, Miguel e Marcelino. Este último foi eleito.

Parabéns ao senhor Marcelino, que em seu discurso animou os companheiros a trabalharem juntos. Ele tem uma missão difícil pela frente. Mas, tenha coragem, companheiro, a luta continua.

O encontro foi pedido pela SEHURB para que fossem esclarecidas umas questões levantadas por pessoas de Campo Alegre em relação às prestações de contas do projeto e a possibilidade de intervenção da SEHURB na COUAMCA depois da saída do último voluntário italiano de Campo de Alegre.

A ACRA entregou um ofício lembrando as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto, devido ao não cumprimento dos compromissos assumidos pelo estado e as tentativas de desarticulação, feita por pessoas de dentro e de fora de Campo Alegre.

Este ofício dizia que os resultados positivos alcançados era devido o trabalho do pessoal do projeto e de uma parte da comunidade.

Finalmente, se lembrava que nenhuma prestação de contas era devida ao estado (embora a ACRA fosse disponível para qualquer esclarecimento), bem como o fato que a SEHURB não tem nenhum poder de intervenção sobre a COUAMCA ou outras atividades oriundas do projeto, a não ser que a gente esteja infringindo as leis.

No encontro saiu bem claro que quem pressionou a SEHURB para pedir uma prestação de contas foi Bastos e seus amigos, alegando desvios na utilização dos recursos do projeto. A ACRA, a UAMCA e a COUAMCA lembraram que ao longo do projeto foram feitas publicamente várias prestações de contas e discutidas em assembleia a utilização dos recursos. Inclusive, eles mesmos participaram várias vezes.

Ao mesmo tempo se deixou bem claro como essas pessoas são as mesmas que nunca prestaram contas dos recursos que receberam em nome da comunidade, que sempre tentaram desarticular as atividades do projeto para tentar se apossar dos recursos e geri-los em prol de si mesmos.

Ao fim do encontro o senhor Marcelino convidou a SEHURB para participar da assembleia geral de Campo Alegre, dia 6 de junho, para que pudessem ser discutidos publicamente os assuntos levantados na reunião.

**Vaccine-se contra as mentiras:
leia o Pegando na enxada**

VOCE
SABIA?



O Pavilhão 30 está atravessando um momento difícil por imaturidade de alguns membros da comissão administradora.

Na última reunião, em março, foi feita a distribuição de cargos de maneira errônea. Foi colocado como efetivo pessoas que não tem condições para continuar o trabalho iniciado pela comissão anterior :

- pessoas limitadas
- sem tempo disponível
- de associações distantes
- que não discutem com as associações a importância do Pavilhão 30.

A primeira providência tomada por essa comissão foi dispensar a secretária sem antes fazer um planejamento para que todos os dias tivesse, no mínimo, um membro no pavilhão.

Tal fato culminou, há mais ou menos três semanas, com o arrombamento da sala em que funciona a administração do Pavilhão 30, apesar de não se saber se no horário em que aconteceu quem era o responsável, a administração do Pavilhão 30 (de dia) ou a do CEASA (de noite).

A cooperativa começou a comercializar lá no Pavilhão 30. Apesar de sua péssima organização ele é uma conquista do pequeno produtor.

As associações que têm módulo no Pavilhão 30 não devem se deixar enganar neste momento em que aparecem candidatos prometendo resolver situações. O Pavilhão 30 é uma conquista nossa. Quem pode e deve organizá-lo e administrá-lo somos nós que produzimos e sabemos o quanto isso nos custa.

Encontro com a SEHURB

Dia 14 de maio uma delegação do projeto ACRA, Marcelino (coordenador da UAMCA); Luiz (coordenador da COUAMCA), e Maurício (coordenador da ACRA), se encontrou com representantes da SEHURB.

Pegando no lápis

Eleições na COUAMCA

E tempo de eleições na COUAMCA. Em setembro vence mandato da atual diretoria, por isto, será eleita uma nova com a responsabilidade de levar para frente as atividades e os serviços da cooperativa.

A eleição do Conselho de Administração é um dos momentos mais importantes na vida da COUAMCA, pois a qualidade dos conselheiros eleitos depende o futuro dela.

Todos os associados são chamados a votar e decidir :

-os que estão satisfeitos e os que não estão.

Os que estão podem confirmar as atuais propostas de trabalho. Os que não estão podem eleger aqueles que tenham propostas novas, inclusive eles mesmos se candidatando, participando mais diretamente das decisões e assumindo responsabilidades.

A assembleia para as eleições acontecerá na segunda metade do mês de julho, e a nova diretoria tomará posse em setembro.

A decisão de fazer as eleições em julho é por dois motivos :

-o coordenador da ACRA (Maurício) poderá acompanhar o processo eleitoral, antes de ir embora de Campo Alegre ;

-a nova diretoria terá dois meses de tempo para se entrosar em todas as atividades da cooperativa, antes de tomar posse e assumir assim suas responsabilidades, tendo condições de trabalhar melhor.

O Conselho de administração enviará para todos os associados uma carta com a data certa e o regimento das eleições.

TODOS OS ASSOCIADOS PODEM E DEVEM PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL. VOTAR É UM DIREITO E UM DEVER. TODO ASSOCIADO, ASSIM COMO SE CANDIDATAR. INFORME-SE, PARTICIPE, CANDIDATE-SE, VOTE !!! NÃO DEIXE OS OUTROS DECIDIREM POR VOCE !



Voce ja ouviu falar na Eco 92 ?

Você sabe o que é Eco 92 ?

Eco 92 é um evento que vai acontecer neste mês de junho, aqui no Rio de Janeiro, em que vários países do mundo vão participar.

Esses países estarão representados pelos seus presidentes, reis ou rainhas e primeiros-ministros.

Eco é a palavra "ecologia" diminuída. Ecologia vê a importância da preservação da natureza e do local em que nós, seres humanos, vivemos para garantir a nossa própria vida.

Aqui em Campo Alegre a preservação das matas e as queimadas são exemplos de como podemos ajudar ou destruir a ecologia.

Nasceu o filho de Sonia e Marcos

André no dia 26 de abril. É um menino. Chama-se Mean.

Calendário

- * 01/06 Reunião do Conselho de Administração - 9:00 hs
Assembleia de Chapadão - 15:00 hs
- * 06/06 Assembleia Geral de Campo Alegre - 9:00 hs com a presença da Dra. Célia do estado, no Cruzeiro.
Vigília na Cozinha Artesanal - 21:00 hs
- * 08/06 Reunião dos Criadores de Galinha - 9:00 hs
Reunião do Conselho Fiscal - 9:00 hs
Assembleia de Marapicu - 15:00 hs
- * 13/06 Assembleia de Acampamento - 9:00 hs
Assembleia de Terra Nova - 9:00 hs
- * 15/06 Reunião do Conselho de Administração - 9:00 hs
- * 18/06 Feriado : Corpo de Cristo
- * 04/07 Assembleia Geral de Campo Alegre - 9:00 h.

Pegando na enxada

Boletim da COUAMCA

Cooperativa da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre
Rua Alexandre, s/n - Queimados - Nova Iguaçu - RJ
Coordenador: Luiz Fernando de Jesus
Subcoordenador: Almir do Nascimento

JORNAL DA

COOPERATIVA

campo alegre - Nova Iguaçu - Dezembro - 89



Cooperativa Agrícola Mista da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre

O QUE É COOPERATIVA ?

"A união faz a força". Todo mundo sabe disso. A Cooperativa é um modo da gente se organizar e juntos resolvermos nossos problemas como o da produção, o da comercialização. É também um jeito de ficarmos mais amigos para enfrentarmos o atravessador, o tempo ruim e os maus preços.

A Cooperativa precisa da sua participação!!!!

A NOSSA COOPERATIVA

I - HISTÓRICO

No dia 16 de setembro de 1989, reuniram-se 45 trabalhadores rurais de Campo Alegre, na escola, para decidirem sobre a constituição da Cooperativa. Na época foi aprovado o estatuto social e foram eleitos os diretores do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.



De lá para cá, muito se tem feito no sentido de realizar os trabalhos da Cooperativa. Toda semana temos reuniões dos diretores eleitos, quando são discutidas questões de interesse da entidade, sobre a organização administrativa, comercialização, produção, etc., tudo isso com o apoio do ACRA representado pelos companheiros Maurício e Marina.

Hoje a Cooperativa possui quase cem associados cadastrados; o galpão e a sede estão sendo construídos e a entidade já possui registro na Junta Comercial do Estado e na Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro (OCERJ)

É muito importante que todos participem porque a Cooperativa é para o bem de toda a comunidade trabalhadora de Campo Alegre.

II - OBJETIVOS

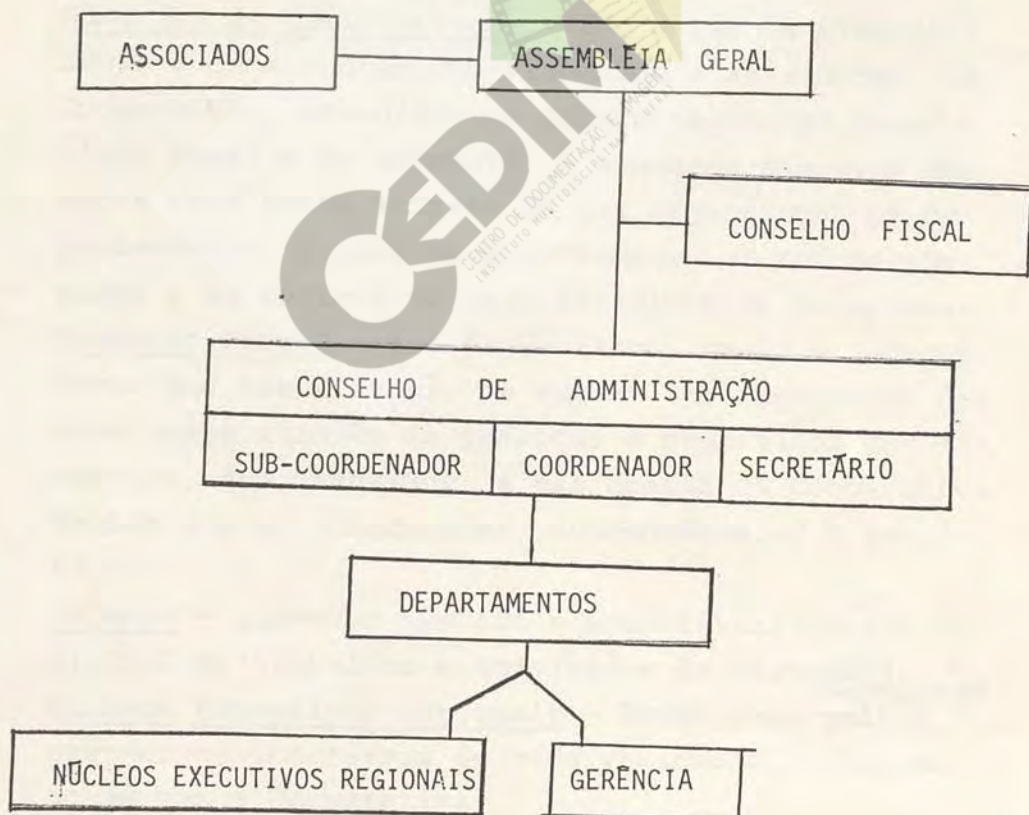
A COOPERATIVA AGRÍCOLA-MISTA DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE, é uma entidade que tem a finalidade maior de melhorar as condições de vida e de trabalho dos lavradores de Campo Alegre. Para isso a Cooperativa vai atuar na defesa econômica e social dos associados e lutar para o desenvolvimento das atividades de produção e de comercialização agropecuárias.



A Cooperativa, com o tempo, promoverá também, serviços de assistência médica, odontológica, escolar, de educação e de capacitação técnica para os associados. Teremos um Agrônomo, o Sr. Mauro, que dará uma assistência técnica aos trabalhadores para uma melhor produção, aproveitamento e tratamento da terra.

III - ORGANIZAÇÃO

A Cooperativa funciona através da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, conforme o esquema abaixo:



As funções dos órgãos sociais:

Assembleia Geral dos associados - é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites da lei e do estatuto, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Todas as suas decisões são tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar, respeitado o quorum determinado no estatuto.

Conselho de Administração - é o órgão de planeamento e de execução dos trabalhos e atividades da Cooperativa, atendidas as determinações da Assembleia Geral e do estatuto. A execução dos seus serviços será feita através de sua organização em departamentos. Possui um coordenador, um sub-coordenador e um secretário para dirigirem os trabalhos.

Conselho Fiscal - é o órgão fiscalizador e independente que tem a função de cuidar dos interesses dos associados através da inspeção e supervisão dos diretores, dos trabalhos, e das contas da Cooperativa. Também tem um coordenador, subcoordenador e secretário.

Gerente - assessor técnico e administrativo que assistirá os trabalhos e atividades da direção da

Núcleos Executivos Regionais - órgão para ^{COOPERATIVA} melhor atender os interesses de cada regional, integrando-as com a Cooperativa.

LISTA DOS DIRETORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO KIFFER - MARAPICU - COORDENADOR
MANOEL ALVES - CAPOEIRÃO - SUB-COORDENADOR
MARIA JOSÉ - CAPOEIRÃO - SECRETÁRIA
EUGÊNIO JOSÉ - MARAPICU
VALDEMAR - CAPOEIRÃO
MAURA - FAZENDINHA
JOSÉ ALVES - MATO GROSSO
ELIAS LUCIANO - CAPOEIRÃO
AMERICO PEREIRA - MATO GROSSO
GERALDO CARNEIRO - FAZENDINHA
JOSÉ ADÃO - MATO GROSSO
ADIR CARVALHO - MATO GROSSO

CONSELHO FISCAL

DANIEL MUNIZ - ACAMPAMENTO - COORDENADOR
GENTIL GINO - FAZENDINHA
NELSON ALMEIDA - 77
DANIEL MUNIZ - ACAMPAMENTO
JEREMIAS - FAZENDINHA
NAIR MARIA - ACAMPAMENTO
OSVALDO PINTO - FAZENDINHA



11



Pegando na

enxada

ANO II
novembro, 1992

Boletim da COUAMCA



Companheiro,
este mês temos uma coisa muito
séria para conversar. A

UAMCA fez uma intervenção em Acampamento
devido os problemas de desarticulação
que a regional tem enfrentado.

Não é só esse tipo de problema.
Tem, também, invasão da sede, apropriação
indebita de máquinas, documentos, etc.

Alguma coisa deve ser feita.

A UAMCA esta se mobilizando, mas a participação e
a solidariedade dos companheiros é essencial para que
Acampamento, depois de anos de ditadura, possa ter a
democracia, a organização e o respeito que a comunidade
merece.

Este assunto continua na página 07.



ADMINISTRAÇÃO

A organização do Conselho de Administração está cada vez melhor. Quase todos os departamentos têm o calendário de reuniões organizado, e as propostas e encaminhamentos vem sendo concretizadas com seriedade.

O Conselho de Administração reúne-se toda primeira e terceira segunda-feira do mês. Em novembro, devido o feriado do dia 02, a primeira reunião do Conselho acontecerá no dia 09.

O Departamento de Produção tem como diretores Enoque, Antônio Sivirino e Cyrila. A reunião é na primeira quarta-feira do mês.

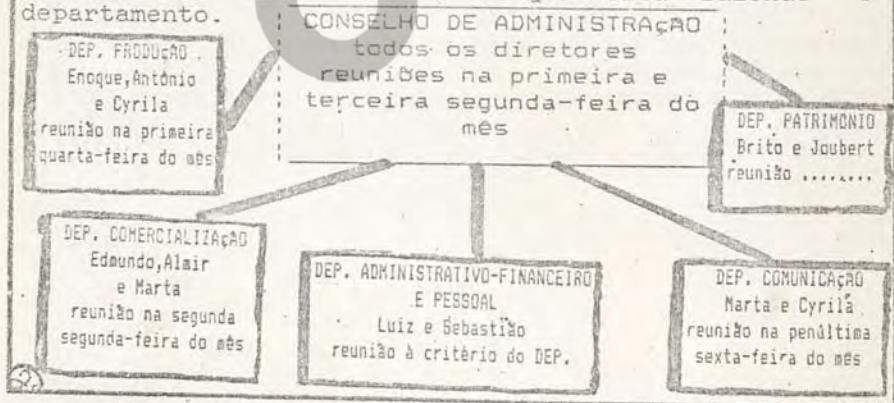
No Departamento de Comercialização os diretores são Edmundo, Almir e Marta. Se reúnem na segunda segunda-feira do mês.

No Departamento Administrativo-financeiro e Pessoal quem organiza é o coordenador, Luiz Fernando, e o gerente, Sebastião.

No Departamento de Comunicação estão Marta e Cyrila, e se reúnem na penúltima sexta-feira do mês.

No Departamento de Patrimônio estão Brito e Joubert. Devido algumas dificuldades este departamento ainda não tem dia certo para as suas reuniões.

Todos estes departamentos tem acessoria técnica. Junto a isso os técnicos devem entregar relatório do que foi desenvolvido, bem como os diretores darem informes de como está e o que está fazendo o departamento.



VOCE SABIA ?
VOCE SABIA ?
VOCE SABIA ?



Esta sendo definida a pessoa jurídica ideal, critérios de participação e normas de funcionamento do Pavilhão 30.

Infelizmente nem todas as associações têm mandado representantes, o que compromete as decisões tomadas, prejudicadas pela ausência dos companheiros.

Almir é o representante da Cooperativa no Grupo de Trabalho que encaminha as discussões sobre o funcionamento e organização do Pavilhão 30.

O Grupo de Trabalho se reúne semanalmente às sextas-feiras.

Tem um calendário de reuniões e trabalhos a ser cumprido até o dia 31/12, pois se até lá não tiver uma proposta a verba liberada volta para o governo federal.

MULHERES

Os grupos de produção que existem nas áreas rurais estão conseguindo produzir e ao mesmo tempo criar condições para comercializar.

E uma experiência que está possibilitando uma participação efetiva das mulheres.

Para haver um intercâmbio entre os grupos vai acontecer no dia 21 de novembro, das 9:00 às 16:30hs um encontro de troca de experiências na cozinha artesanal.

Estarão participando :

Pedra Lisa, Paes Leme, Terra Nova,
Vitória da União, Mutirão da Fé,
Mato Grosso, Vila de Cava e
Acampamento.



Classificados

Prá que se preocupar
se vai nascer ou não ?
Na Cooperativa você
encontra uma
variedade de aúdas.
E todas de
qualidade. Vá até lá!

Não deixe os
ovos se
quebrarem na
hora de colher.
CESTO DE PALHA
em Campo. Alegre
só no Armazém
da COUAMCA.

Não fique sem
trabalhar por
falta de
ferramentas. No
Armazém da COUAMCA
você encontra :
-chibança, foice, pé-
de-cabra, facão, grampo
para cerca.

Temos milho prá
criação e prá
planta.

Aproveite a chuva :
-plante!
Sementes de alface,
pimentão, berinjela,
abóbora e abóbriinha.
Tudo isso no Armazém
da COUAMCA.

Não pague caro prá
recuperar seu solo :
temos sementes de
leguminosas.

O, compadre, vai
deixar seu sítio no
mato ?
No Armazém da
COUAMCA tem de tudo
prá você plantar.

Vendo 1 cavalo e
pintos carijó.
Vendo, também, enxadas
por encomenda.
Tratar com Marta no
sítio do Chapa, em
Acamapamento.

Com atendimento,
artigos de todos
os tipos e um
refrigerante
geladinho, só
pode ser no
Armazém da COUAMCA.

ENCONTRO SOBRE REFLORESTAMENTO

No dia 18 de novembro (quarta-feira), às 9:00hs, realizaremos um encontro sobre reflorestamento na sede da Cooperativa.

Discutiremos, neste dia, a importância do reflorestamento para Campo Alegre, e tiraremos alguns encaminhamentos para um programa que levará em conta desde a produção de mudas até a assistência técnica.

Contaremos com o apoio da Universidade Rural, do Instituto Estadual de Floresta (IEF) e de uma entidade especializada, a REBRAF.

O encontro é aberto a toda a comunidade. Contamos com a sua presença.



ENSAIO DO MILHO

No dia 04 de novembro aconteceu em Fazendinha um segundo momento do Experimento do Milho aqui em Campo Alegre.

Foram plantadas 49 tipos de milho para avaliar o que melhor se adapta ao nosso solo, o nosso clima.

O nosso companheiro Enoque disse que o Experimento tem valor porque "o milho híbrido é algo que não podemos aproveitar. No segundo plantio ele dá menos da metade em qualquer tipo de solo".

Foi lembrado que é importante produzirmos a nossa própria semente, e que o lavrador tem objetivos diferentes do técnico, tais como:

- enraizamento
- resistência à doenças e pragas
- força da planta
- consórcio, etc.

Estiveram presentes, mais ou menos, uns cinco municípios.

Daqui há 4 meses começará a avaliação dos resultados. É algo que todos esperamos com ansiedade e esperança.

20 DE NOVEMBRO

Existem dois tipos de história :

- a que é contada pelos ricos
- e a que é contada pelos pobres.

Normalmente, na história do Brasil, a gente sempre sabe o que aconteceu a partir dos ricos, dos poderosos, mas não sabemos quase nada da importância do povo, do pobre na construção desse nosso país.

Você sabia, por exemplo, que, dentro do Brasil, já existiu quase que um outro país feito só de negros, índios e brancos pobres. Parece até Campo Alegre, mas não é.

Esse "outro país" foi o Quilombo dos Palmares. Lugar em que a justiça, a liberdade e o direito eram algo normal. Porém, como os poderosos não aceitam que o sonho do pobre se concretize, em 20 de novembro de 1695, depois de várias tentativas, o Quilombo dos Palmares foi destruído.

Junto a isso os ricos tentaram destruir nossa história dizendo que o "dia da abolição dos escravos" é 13 de maio. MENTIRA ! O dia da glória de um povo é aquele que marca suas conquistas, e, para os negros do nosso país, a luta pela liberdade é lembrada em 20 de novembro.



INTERVENÇÃO

O Mutirão de Campo Alegre vem atravessando uma fase difícil :

a insatisfação de antigas lideranças devido à perda de poder que mantinham desde o início, e, com isso, tentam desesperadamente, retornar às direções regionais através daqueles que apoiavam nas eleições, e sofreram uma derrota esmagadora em todas as regionais.

Essas lideranças trabalham de forma bem original como um cacique sem tribo. Eles vêm prestando favores a pessoas de má reputação e incentivando essas mesmas pessoas a fazer coisas erradas que prejudicam a organização das regionais. Distribuem alimentos, cobertores, mas, juntos esses anjos de asas podres tomam posse de outros bens da comunidade.

Uma das associações que mais vem sofrendo com essa situação é Acampamento.

Dia 29 de outubro aconteceu, nesta regional, uma assembléia, convocada pela UAMCA, onde estiveram presentes 50 pessoas. O motivo da convocação se deu pelo fato da diretoria ter sido esvaziada devido o afastamento do presidente e a morte do vice. Por isso, a UAMCA fez uma INTERVENÇÃO até que se eleja uma nova diretoria.

A UAMCA garantiu um cadastramento para os moradores de Acampamento e um calendário de assembléias até o dia das eleições, 27/02/93. Serão duas assembléias por mês. Só poderá votar ou ser votado quem for cadastrado.

O senhor Bastos esteve presente na assembléia, e falava alto dizendo que o senhor Marcelino, presidente da UAMCA, não tem autoridade para fazer intervenção, e, ainda, ameaçou processar a UAMCA. Ao dizer isso ele foi vaiado e a assembléia lhe convidou a se retirar.

A comunidade quer seus documentos, máquinas, veículos e tudo o mais que está nas mãos deste egoísta. E por isso que a comunidade clama :

-BASTA DE BASTOS !
-VIVA A JUSTIÇA !
-VIVA A UAMCA !





CALENDARIO DO MES

- *09/11 - Reunião do Conselho de Administração - 9:00hs
- * - Assembleia de Marapicu - 15:00hs
- *13/11 - Filme na Cooperativa - 16:00hs
- *14/11 - Assembleia de Acampamento - 15:00hs
- *16/10 - Reunião do Conselho Fiscal - 9:00hs
- *20/10 - Reunião do Departamento de Comunicação - 9:00hs
- *23/10 - Reunião do Conselho de Administração - 9:00hs
- *27/11 - Filme na Cooperativa - 16:00hs
- *05/11 - Assembleia de Campo Alegre - 9:00hs.

PEGANDO NA ENXADA

Boletim da COUAMCA

Cooperativa da União das Associações do
Mutirão de Campo Alegre

Rua Alexandre s/n - Nova Iguaçu - RJ

Coordenador : Luiz Fernando de Jesus

Subcoordenador : Edmundo Cassiano

12



Apoio acra

Pegando na

enxada

dezembro, 1991

Boletim da COUAMCA 

Recado aos associados

No dia 5 de dezembro acontecerá uma reunião na Cooperativa, a partir das 9 horas, com uma missão italiana que vem avaliar o projeto ACRA.

Mais tarde, a partir das 17h30, vamos fazer a inauguração simbólica da COUAMCA. Já que essa *criança* está nascendo, vamos festejar com filme, forró ao vivo, comida e bebida.

Não deixe de ir!



Neste número

- | | |
|--|-------------|
| ▪ Mercado do produtor de Nova Iguaçu | pág. 2 |
| ▪ Seminário de Comercialização | pág. 2 |
| ▪ Você sabia? | págs. 3 e 4 |
| ▪ O Fundo Rotativo vai de vento em popa | pág. 5 |
| ▪ Curso sobre doenças e pragas das lavouras | pág. 5 |
| ▪ Classificados | pág. 6 |
| ▪ Pegando no lápis | pág. 7 |
| ▪ A Bíblia | pág. 8 |
| ▪ Calendário das atividades do mês de dezembro | pág. 8 |

Setor administrativo

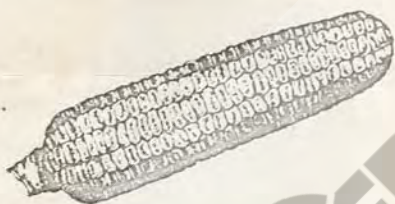
Mercado do Produtor de Nova Iguaçu

Faz muito tempo que um representante da COUAMCA vem participando, toda semana (junto com os representantes dos assentamentos de Nova Iguaçu), das reuniões com a SEDAF de Nova Iguaçu para tornar possíveis o mercado e a feira do produtor.

Muitas coisas foram ditas, muitas foram escritas e muitas promessas foram feitas, mas até agora nada saiu do papel.

Por isso, a comissão que participa das reuniões com a SEDAF resolveu pedir um encontro com o prefeito Aloísio Gama para cobrar as promessas em relação ao mercado e à feira do produtor.

Caso não haja soluções imediatas, o Conselho de Administração da COUAMCA vai comunicar a intenção de não participar mais das reuniões da SEDAF, pois a Cooperativa tem muitos problemas para resolver e não pode perder tempo com uma coisa que está se arrastando sem conclusões.



Seminário de Comercialização

No dia 20 de novembro aconteceu, na Cooperativa, um seminário sobre comercialização.

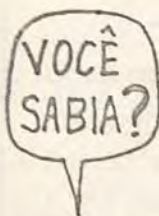
Os debates foram muito bons.

Acontece que muita gente boa de Campo Alegre não está participando das reuniões de organização. Isso é uma pena, pois esse pessoal está fazendo falta.

As propostas que saíram foram ótimas, porém o departamento de comercialização da COUAMCA ainda vai se reunir para avaliar e tirar conclusões sobre qual é o melhor encaminhamento.

Parabéns a todos os que participaram. Esperamos que vocês encorajem os companheiros a darem o melhor de si, como vocês fizeram e estão fazendo.

Encontro com o secretário de agricultura



No mês passado as associações que comercializam no pavilhão 30 tinham um encontro marcado com o setor de abastecimento e cooperativismo do estado. No mesmo momento, o MODAF (Movimento de Defesa da Agricultura Fluminense) tinha uma reunião marcada com o secretário de agricultura Tito Riff. Ficou resolvido, então, que seria feita uma única reunião. Nessa ocasião foram discutidos os seguintes assuntos:



- Viabilidade de se comercializar via pavilhão 30;
- Aditivos ao decreto-lei, que já foram assinados, para a criação do fundo rotativo para atender o pequeno produtor, a ser encaminhado pelo governador para a ALERJ, antes das férias dos deputados.

O governo do estado liberou verba para que 6 ônibus da CTC sejam adaptados como jardineiras, onde as associações farão a comercialização nas comunidades através da FAMERJ e da FAFERJ, com o apoio das prefeituras municipais.

O pavilhão 30 servirá de central de abastecimento para essas jardineiras, e permanece vendendo por atacado. As jardineiras servirão, também, de propaganda para o pavilhão 30 para aqueles que querem comercializar direto com o produtor.

O secretário pediu à Comissão Organizadora do Pavilhão 30 para retirar os comerciantes particulares dali e encontrar mecanismos para que as associações ocupem o pavilhão.

A CEASA vai construir um espaço para atender os produtores particulares excedentes (cerca de 2.000). Se as associações não ocuparem o pavilhão 30, correm o risco de ficar sem ele.

A associação que não assinou convênio até agora, terá um contrato diferente que vai favorecer a carência do pagamento do seu módulo.

Será confirmada uma data mensal de reunião com o secretário para tratar desses assuntos.

VOCE
SABIA?

O mar tá pra peixe



O terminal pesqueiro, que era na Praça XV e depois passou para a CEASA, ocupará uma área em São Gonçalo, facilitando o trabalho dos pescadores.

Está sendo construída uma Escola de Formação de Mestre Pescador para que exista mão-de-obra especializada, pois, por falta dela, tem acontecido muitos acidentes marítimos.



Setor técnico

O fundo rotativo vai de vento em popa

Os contratos do projeto de galinhas já foram assinados. Os 15 associados que estão no projeto já receberam todo o material para construir o galinheiro.

Cada associado vai receber 100 pintos cariós com um mês de vida. Os pintos já nasceram e estão recebendo os cuidados do pessoal do São Bento, em Duque de Caxias.



O pessoal da primeira leva do projeto de maracujá já terminou o plantio. A maior parte dos agricultores trabalhou em mutirão para montar os espaldares do maracujá. Agora, já estão assinando o contrato definitivo.

Valeu!

Curso sobre doenças e pragas das lavouras

Muitos agricultores de Campo Alegre têm problemas com doenças e pragas nas suas lavouras. Por isso, a equipe técnica da Cooperativa vai realizar um curso onde os agricultores irão discutir sobre as doenças e as pragas. Para ajudar na discussão, virá um agrônomo da EMATER de Silva Jardim.



Classificados

(Capoeirão) Senhor Virgulino informa que os remédios de ervas medicinais, feitos por ele, serão mandados, ainda no início de dezembro, para o posto de saúde de Vila Americana.

Messias vende roupas a prestação. Muita variedade. Informações com Rocha ou Oséas, na Cooperativa.

Temos doces caseiros, licor, pimenta em conserva. Em breve teremos pão. Você pode comprá-los na Cozinha Artesanal (Rua Eliane nº 5, Mato Grosso ou na Cooperativa.

Você encontra no Armazém da COUAMCA: moirão para cerca, cesto para colheita, bolsa para compras.

Elias vende mudas de plantas: laranjeiras coqueiros e outras variedades. Também plantas de jardim. Rua Vinhosa (Acampamento) ou com Rocha, na Cooperativa.

No armazém da COUAMCA tem calcário com ótimo preço. Venha, veja, comprove, compre, produza.

Troco rede do Ceará por botijão de gás vazio. Tratar com Sebastião na Cooperativa.

Vendo 3 cabritas. Tratar com Marinaldo na Estrada Mato Grosso, nº 220, Marapicú.

Entregue seu anúncio até a penúltima semana de cada mês ao Marcos André ou à Denise, na Cooperativa.

Pegando no lápis

Recado aos jovens


O jovem precisa parar para pensar sobre o álcool, o fumo e a droga. Os problemas que cada um tem em casa ou com a namorada não serão resolvidos no vício. A pessoa deve ser forte para não entrar nessa.

Em Campo Alegre existe um Grupo Jovem que ajuda a refletir sobre esses problemas, porém não tem se encontrado ultimamente. Os jovens devem levar em frente esses encontros, pois conversamos, arrumamos amizade e tentamos nos ajudar uns aos outros.

Por experiência própria, sei que podemos vencer qualquer vício, por maior que seja. Tomar uma decisão e levá-la a sério, não deixando que os outros nos influenciem é o que importa. Devemos ser o que somos, com ou sem bebida, e o melhor esporte é o que faz bem à saúde.

José Paulino (Rocha), de Acampamento.

Recados

Através da amizade aconteceu algo mais forte, muito além do que eu imaginava. Nunca pensei que através dessa amizade fosse acontecer algo chamado... amor. 

Oséas (Mato Grosso) deseja um Feliz Natal a todos da comunidade de Campo Alegre e outras. Lembra também que o povo da luta não deve cruzar os braços pois o maior Homem morreu de braços abertos.



A Bíblia

Tua palavra é lâmpada para os meus pés

A Igreja Assembléia de Deus convida você para uma passeata que vai começar na igreja da Rua da Casa Nova, no dia 8 de dezembro, a partir das 14 horas.


O tema da passeata é *A Bíblia*.

Às 15 horas será a reunião no Cruzeiro. Teremos a presença do Conjunto Lírio dos Vales, além de grupos de várias igrejas da comunidade de Campo Alegre.

Calendário das atividades do mês de dezembro

- 02/12 Assembléia de Chapadão – 15 horas.
- 05/12 Reunião de Avaliação do Projeto ACRA – 9 horas.
- 05/12 Inauguração simbólica da COUAMCA – 17h30.
- 06/12 Reunião da Comissão do Pavilhão 30 – 9 horas.
- 07/12 Assembléia de Campo Alegre – 9 horas.
- 08/12 Passeata da Bíblia no Cruzeiro – 14 horas.
- 09/12 Assembléia de Marapicú – 15 horas.
- 09/12 Reunião do Conselho Fiscal – 9 horas.
- 14/12 Filme no Centro Social – 16 horas.
- 16/12 Reunião do Conselho Administrativo – 9 horas.
- * Curso sobre doenças e pragas da lavoura – a ser confirmada a data. Fique atento!
- 25/12 Natal.
- 1º/1/92 Ação de Graças.
- 03/1 Reunião da Comissão do Pavilhão 30 – 9 horas.
- 04/1 Assembléia de Campo Alegre – 9 horas.

Pegando na enxada

Boletim da COUAMCA 

Cooperativa da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre

Rua Alexandre, s/n – Queimados – Nova Iguaçu – RJ

Coordenador: Luiz Fernando de Jesus

Subcoordenador: Almir do Nascimento

10



ANO II
outubro, 1992

Pegando na

enxada

Boletim da COUAMCA



VOU PLANTAR MILHO
E DESTA VEZ VAI DAR
NUM TENHO MEDO DE ERRO
A COOPERATIVA VAI ME CLAREAR

FIQUE DE OLHO NA COOPERATIVA

VEM AI :

ENSAIO DO MILHO E DO PIMENTÃO

SETOR ADMINISTRATIVO

POSSE DA DIRETORIA

Dia 05 de outubro aconteceu a primeira reunião do Conselho neste mês. Neste dia aconteceu, também, a posse dos companheiros eleitos para o Conselho de Administração que tem uma gestão de 03 anos. O Conselho Fiscal é renovado anualmente.

Nesta reunião foi discutido encaminhamentos práticos para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como a distribuição de cargos na diretoria.

Os novos diretores já têm seus departamentos definidos.

Desejamos que todos os companheiros que assumiram essa árdua tarefa tenham bom desempenho e sorte no trabalho.



VOCE SABIA ?
VOCE SABIA ?
VOCE SABIA ?



* A Secretaria de Agricultura fez um convênio com o SEBRAE.

* SEBRAE é uma entidade de acessoria ao desenvolvimento agropecuário. Sua acessoria se estende até o Pavilhão 30.

* Foi criado um Conselho entre Secretaria de Agricultura e o SEBRAE para discutir os Projetos. No Conselho a Secretaria é representada pelo Departamento de Cooperativismo e pelo Departamento de Abastecimento.

* Estas entidades vêem como necessário as associações ocuparem o Pavilhão 30.

* Estão marcadas reuniões quinzenais entre as 15 associações.

* A liberação de verbas para as associações comprarem caminhões, reformar a estrutura do Pavilhão 30, e outras questões que visem o desenvolvimento, dependem destas reuniões.

* A organização e ocupação do Pavilhão 30 pelas associações é importante, pois particulares sem vaga no Pavilhão 21 cobizam instalar-se no Pavilhão 30.

* A ausência de associações fortalece o SEBRAE, que vem desmobilizando a Comissão do Pavilhão 30 formada por companheiros nossos.

* Com organização e participação afirmaremos a conquista do Pavilhão 30 e conseguiremos a liberação da verba.



OUTUBRO NA
COOPERATIVA :

- ENSAIO DO
MILHO

- ENSAIO DO
PIMENTÃO

- 28 E 29
CURSO DE
FORMAÇÃO DA
DIRETORIA



SETOR TECNICO

SELEÇÃO DE PLANTAS

Você já deve ter observado que diferentes qualidades de milho produzem de forma diferente. Diferentes qualidades de pimentão também produzem de forma diferente.

Acontece que uma qualidade de milho, ou feijão, ou pimentão que produza bem em outros lugares não tem que produzir do mesmo jeito nas terras de Campo Alegre.

Procurando avaliar estas diferenças e tentando identificar quais são as melhores qualidades de milho e de pimentão para Campo Alegre, a Cooperativa realizará duas experiências (ensaios) comparando diferentes qualidades.

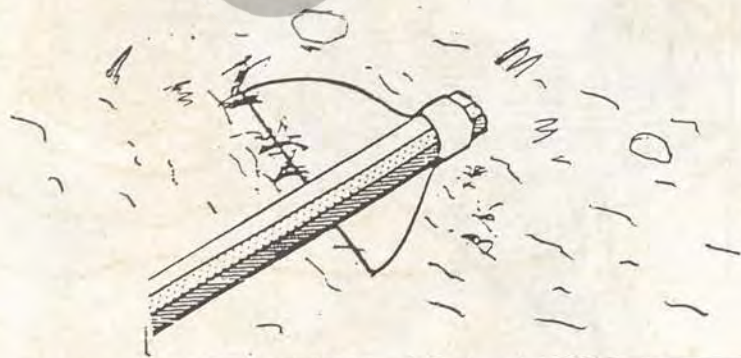
O experimento do milho será realizado na regional de Fazendinha, no sítio do Edmundo, e contará com a participação de representantes de outros assentamentos.

O experimento do pimentão está sendo implantado em Acampamento, no sítio do Greycy.

Estas experiências não terão muito sentido se a comunidade não participar das discussões e das avaliações. Só com a participação de quem planta é que conseguiremos resultados interessantes.

No dia 25 de outubro, quinta-feira, realizaremos uma reunião na Cooperativa, onde discutiremos sobre estes experimentos.

Vamos aumentar nossa produção discutindo juntos nossos problemas. SUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL.



FABRICA DE RAÇÃO

Com o objetivo de conseguir maiores informações sobre o funcionamento da fábrica de ração o Coordenador da Cooperativa, acompanhado dos técnicos e do gerente, fez uma visita a Bom Jardim.

Lá, essa equipe entrou em contato com um especialista da NUTREMIX e visitaram um produtor que dispõe de uma fábrica, semelhante à nossa, em pleno funcionamento.

Esse produtor nos disse que esta atividade realmente vale a pena. Mesmo que não economize tanto já vale pela qualidade da ração produzida.

Além de obterem informações de como trabalhar com uma fábrica de ração conseguiram farta documentação.

Vamos trabalhar para colocar a nossa em funcionamento prestando mais este serviço para a comunidade.



SEMINARIO

Nos dias 23 e 24 de setembro foi realizado no Centro Comunitário um Seminário da Cooperativa só para os diretores que tomaram posse neste 05 de outubro.

O Seminário teve por objetivo :

- clarear o que é a Cooperativa
- informar aos diretores o que estão assumindo
- formar os diretores para que possam desempenhar suas funções na diretoria.

Em nossa discussão percebemos dois departamentos essenciais para a Cooperativa :

-COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO.

Para que a Cooperativa possa desenvolver este trabalho é necessário o conjunto de associados e a diretoria dividirem deveres e responsabilidades.

Nestes dois dias de estudo saíram várias propostas. No Departamento de Produção :

- os diretores convocarem reuniões nas regionais com vista à programação da produção
- conduzir variedade de produção ao mercado buscando melhor preço sem saturá-lo.

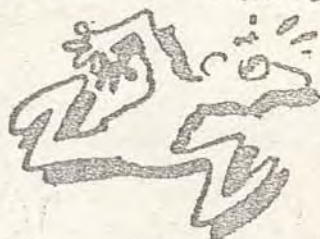
Ao Departamento de Comercialização compete :

- incentivar criação de núcleos regionais que classifiquem e organizem a carga de recolhimento no dia do mercado
- centralizar o lugar de apanhar caixa
- organizar o núcleo para que ele se responsabilize pela colheita da carga, pela marcação das caixas e pelo controle de qualidade da produção.

Neste Seminário tivemos a presença de Chico e Ricardo da CAPINA. É uma entidade que trabalha no Brasil inteiro contribuindo e aprendendo com experiências como a nossa.



SE FICAR O BICHO COME SE CORR R'O BICHO PEGA



...SE UNIR O BICHO FOGE !!



CALENDARIO

- # 07/10 reunião Departamento de Produção - 9:00hs
- # 10/10 filme na Cooperativa - 2:00hs da tarde
- # 12/10 feriado - Dia das Crianças
- # 22/10 reunião de preparação Experimento do Milho 9:00hs
- # 20/10 reunião Departamento de Comunicação - 9:00
- # 28 e 29 /10 Curso de Formação para os diretores da COUAMCA - 9:00hs na Cooperativa.
- # EXPERIMENTO DO MILHO E DO PIMENTÃO ABERTO PARA TODA A COMUNIDADE - data a ser confirmada.

PEGANDO NA ENXADA

Boletim da COUAMCA

Cooperativa da União das Associações do
Mutirão de Campo Alegre

Rua Alexandre s/n - Nova Iguaçu - RJ

Coordenador : Luiz Fernando de Jesus

Subcoordenador : Edmundo Cassiano



CONGRESSO DE JOVENS TRABALHADORES RURAIS

- Olá pessoal voces já sabem do nosso Congresso?

- Pois é companheiros nós daqui do CAMPO ALEGRE assumimos a organização e divulgação deste acontecimento.

- Hoje nós estamos passando por muitos tipos de explorações e injustiças:
Despejos, péssimas condições de vida, discriminação e assassinatos no CAMPO, e o outras coisas.

O CONGRESSO É UM MEIO DA GENTE SER ORGANIZAR E DE SE UNIR COM OS JOVENS DE OUTROS MULTIRÕES E COM OS JOVENS DA CIDADE; TEMOS QUE NÓS UNIR CONTRA TODOS OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS E INJUSTIÇAS, QUE NÓS JOVENS SOFREMO.

- QUE BOM! QUE VOCÊ GOSTOU. PARA QUE ESTE CONGRESSO ACONTEÇA DEPENDE SOMENTE DOS JOVENS LAVRADORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE E OUTROS MULTIRÕES. VENHAM VOCÊ TAMBÉM PARTICIPAR COM A GENTE.



- Não.

- Porque este CONGRESSO?



- POXA QUE LEGAL!

Como eu faço para poder participar?
QUERO discutir a nossa realidade, que não é nada legal, OUVIU?



ACONTECENDO EM
CAMPO ALEGRE
DIA 17 MAIO 1987

NO BRIZOLINHA
AS 8:00 HORAS

LUTAMOS POR: TERRA, TRABALHO E JUSTIÇA

?! ? COOPERATIVA ?! ?

OI, MOÇO!! COMO É QUE VAI ESSA BENDITA COOPERATIVA DE CAMPO ALEGRE?

DEVAGARZINHO, MAS VAI EM FRENTE. NO FIM DE DEZEMBRO CONSEGUIMOS O REGISTRO E O CGC.

E ENTÃO??

ENTÃO QUER DIZER QUE AGORA TEMOS AS CONDIÇÕES PARA FAZER AS PRIMEIRAS ATIVIDADES PRÁTICAS PARA BENEFICIAR OS ASSOCIADOS

E QUAIS SERIAM ESSAS ATIVIDADES?

EM PRIMEIRO LUGAR QUEREMOS COMEÇAR COM O REPASSE DE INSUMOS (ADUBOS, FERTILIZANTES, SEMENTES) E INSTRUMENTOS DE TRABALHO A CUSTOS BAIXOS PARA OS ASSOCIADOS.

INTERESSANTE! SABE EU PRECISO DE UMAS COISAS. MAS COMO VAI FUNCIONAR?

ANTES DE TUDO VAI TER UM LEVANTAMENTO DAS REAIS EXIGÊNCIAS DE TODOS OS ASSOCIADOS, PARA A COOPERATIVA SABER O QUE E QUANTO COMPRAR

E QUEM VAI FAZER ESSE LEVANTAMENTO?

OS DOIS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DA COOPERATIVA (O MAURO E O LUCIANO) VÃO FAZER VISITAS NO SÍTIO DE CADA ASSOCIADO JUNTO AOS DIRETORES DA COOPERATIVA. OS TÉCNICOS QUEREM APROVEITAR PARA PREENCHER UM QUESTIONÁRIO.

UM QUESTIONÁRIO ?? E PARA FAZER O QUE ??

PARA CONHECER MELHOR AS NECESSIDADES DOS ASSOCIADOS E FAZER UMA PROPOSTA DE TRABALHO ADEQUADA PARA TODOS. PARA ELES É UMA FORMA DE CONHECER TAMBÉM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE CADA ASSOCIADO. É IMPORTANTE QUE TODO MUNDO OS AJUDE E LEVE A SÉRIO ESSA INICIATIVA, PORQUE PELO CONTRÁRIO ELES NÃO PODERÃO NOS AJUDAR A MELHORAR NOSSAS PRODUÇÕES

TUDO BEM! MAS TEM OUTRAS INFORMAÇÕES, BOAS NOTÍCIAS?

TEM SIM!! O GALPÃO DA COOPERATIVA VAI SER ENTREGUE NOS MEADOS DE FEVEREIRO E DENTRO DE POUCO TEMPO VAI COMEÇAR TAMBÉM A CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO. AINDA MAIS! DENTRO DE FEVEREIRO AGENTE VAI COMPRAR O CAMINHÃO E UM TRATOR.



ENTÃO ESTÃO CUMPRINDO OS COMPROMISSOS QUE ASSUMIRAM. VOCÊ ACHA QUE NÓS TAMBÉM ESTAMOS FAZENDO A NOSSA PARTE?

INFELIZMENTE ACHO QUE NÃO. A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS É DEMAIS FRACA. NA VERDADE AGORA PRECISARIA UMA GRANDE PARTICIPAÇÃO. AINDA MAIS AGORA QUE SE COMEÇA TRABALHAR; TEMOS QUE DECIDIR COMO VÃO SER USADOS OS MEIOS DA COOPERATIVA. ESSES MEIOS SÃO DE TODOS NÓS ASSOCIADOS, E TEMOS, NÃO SÓ O DIREITO, MAS O DEVER DE DECIDIR COMO DEVEM SER USADOS. SE NÃO PARTICIPARMOS DESSAS DECISÕES, NÃO PODEREMOS DEPOIS PROTESTAR NO QUE DIZ RESPEITO ÀS REGRAS QUE SERÃO DECIDIDAS. SERIA BOM DAR UM PULO TODA QUARTA FEIRA À TARDE NA ESCOLA, ONDE FAZEM AS REUNIÕES DA COOPERATIVA. SABE, ESSAS REUNIÕES SÃO ABERTAS E QUALQUER ASSOCIADO PODE PARTICIPAR!!



COM ISSO QUER DIZER QUE PODEMOS DECIDIR!! ALGUEM ME DISSE QUE A COOPERATIVA É DAQUELE TAL MAURICIO, DOS ITALIANOS!!

BOBAGEM!! ELES SÃO DA ACRA E ESTÃO AQUI APENAS PARA NOS AJUDAR E NOS ACOMPANHAR NA NOSSA CAMINHADA. A COOPERATIVA É NOSSA E VAI DEPENDER DE NÓS SE ELA DER CERTO OU NÃO. QUEM JOGA AQUELAS FOFOCAS, AQUELES QUE ESTÃO BOICOTANDO PORQUÊ NÃO CONSEGUIRAM BOTAR AS MÃOS SOBRE O DINHEIRO DO PROJETO ACRA, ELES TÊM MEDO DO POVO ORGANIZADO E QUEREM QUE CAMPO ALEGRE FIQUE SEMPRE DO JEITO QUE ESTÁ, PORQUÊ PRA ELES É MAIS FÁCIL MANIPULAR AS PESSOAS E CONTINUAR MANDANDO!!



E ENTÃO PRECISAMOS ORGANIZARMOS E PARTICIPARMOS MAIS, NÃO PODEMOS PERMITIR QUE NOS TIREM ESTA OPORTUNIDADE DE MELHORAR A NOSSA VIDA. TEMOS QUE LUTAR UNIDOS E FIRMES CONTRA OS EXPLORADORES E OS SAFADOS QUE TEM EM CAMPO ALEGRE E PARA DEFENDERMOS A NOSSA COOPERATIVA.



É ISSO AÍ COMPANHEIROS,
CAMPO ALEGRE TEM QUE
DAR CERTO!!

COUAMCA

(Cooperativa da União das Associações
do Mutirão de Campo Alegre)

ACRA

CAMPO ALEGRE - 7 ANOS DE LUTA

OS TRABALHADORES RURAIS DO MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE CONVIDAM a *Maria da Conceição Rosa (Paricá)* PARA PARTICIPAR DA FESTA DO NOSSO 7º ANIVERSÁRIO QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 12 E 13 DE JANEIRO DE 1991

PROGRAMAÇÃO:

- 12/01 - 08:00hs CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA E AÇÃO DE GRAÇAS
- 10:00hs EXPOSIÇÃO, VÍDEO E DEBATE SOBRE CAMPO ALEGRE
- 14:00hs BRINCADEIRAS, ESPORTES, COMPETIÇÕES, DANÇAS, ETC.....
- 18:00hs FESTA COM BARRACAS, LEILÃO, BINGO. ANIMADO POR RANCHO VELO ENHÁ CHICA E OUTRAS ATRAÇÕES
- 13/01 - 14:00hs FUTEBOL, VÔLEI E A PREMIAÇÃO DAS OUTRAS COMPETIÇÕES

AV. MUTIRÃO - 1000 (CRUZEIRO) CAMPO ALEGRE
QUEIMADOS

COMISSÃO DE FESTA

CAMPO ALEGRE TEM
QUE DAR CERTO !!!



ORARIO DOS ONIBUS

SAIDA DE QUEIMADOS P/ CAMPO ALEGRE

SABADO

5:00 hs
7:00 hs
11:00 hs
15:10 hs
18:10 hs
21:00 hs

DOMINGO

6:30 hs
9:30 hs
11:30 hs
15:10 hs
18:10 hs
21:00 hs

OBS: NOS DIAS 12 E 13 OS ONIBUS
VÃO CIRCULAR DURANTE A NOITE

UMA VERDADEIRA
FESTA NA ROÇA
CAMPO ALEGRE

É PRECISO LUTAR.
É IMPORTANTE LUTAR.
É POSSÍVEL VENCER.
É BONITO VENCER.

7
anos de
caminhada



12/01 - 8:00hs. celebração de ação de graças e
exposição do melhor de Campo Alegre
- 14:00hs. animadas brincadeiras, danças, esportes,
barracas, leilão, forró, lambada animado por
Rancho Veio e Nhá Chica e outros.
13/01 - 08:00hs. futebol e vôlei com direito a prêmios.
Venha festejar com a nossa comunidade, no **Cruzeiro**,
em frente ao ponto final do ônibus, que circulará
no sábado até meia-noite.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR.

APRESENTAÇÃO:

O presente documento é uma primeira aproximação do Plano de Trabalho, que normalizará a integração das entidades envolvidas no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Campo Alegre, (PDRI - Campo Alegre).

de fato O Plano de Trabalho deverá ser concluído, após uma discussão mais ampla com a comunidade e os técnicos envolvidos, quando serão alcançados maior consistência e detalhamento, na descrição das etapas, fases e atividades, bem como no Roteiro dos Estudos para o Diagnóstico e no orçamento.

Este Documento encontra-se estruturado da seguinte forma:

- 1- INTRODUÇÃO.
- 2- LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA.
- 3- OBJETIVOS GERAIS.
- 4- OBJETIVOS ESPECÍFICOS.
- 5- REQUISITOS.
- 6- METODOLOGIA.
- 7- DIAGRAMA DE FLUXO DE TRABALHO.
- 8- CRONOGRAMA MESTRE DE ATIVIDADES.
- 9- MATRIZ INSTITUCIONAL.
- 10- ESTRUTURA DE CUSTO.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR.

1- INTRODUÇÃO:

(melhorar) Histórico

Campo Alegre constitui-se no mais expressivo assentamento espontâneo do Estado do Rio de Janeiro, não só pelo número de famílias, como também pelo seu nível de organização. ? implica o eq. da intervenção - da escolha desta área.

Esta área era explorada pela criação extensiva de gado, retirada de grama em placas, retirada de areia de emboço e retirada de lenha em metro. Servindo ainda como vazadouro de lixo e resíduos industriais.

A grande extensão da Região Programa, aliada à sua proximidade dos centros consumidores e ao elevado potencial de exploração agrícola sub-explorado, nos deixa a perspectiva de, com baixa relação ^{custo} centro/benefício, tornar-se um marco na recuperação do cinturão verde do Grande Rio.

A população diretamente beneficiada pelo PDRI Campo Alegre resume-se nas aproximadas ^{MENTE} mil famílias - que já receberam seus lotes.

Indiretamente será beneficiada toda a população do Grande-Rio, principalmente a das comunidades vizinhas, que se beneficiarão da revitalização do ambiente sócio-econômico, inclusive com a geração de empregos.

População

no Estado do Rio de Janeiro - a população do Estado



Intervenções desenvolvidas



Intervenções de integração - desenvolvimento



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

E DO INTERIOR.

2- LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA:

A Região Programa situa-se na Baixada Fluminense em Queimados, Município de Nova Iguçu ^a aproximadamente - 50 Km da cidade do Rio de Janeiro (ver mapa 1 e 2).

Possui área aproximada de 3.500 ha (35.000.000m²) dividida pela comunidade local em cerca de 1000 lotes de - 3 ha, além das áreas de cultivo comunitário e de preservação (ver mapa 3).

Organizados na Associação Mutirão de Campo Alegre, os lavradores ^{distribuem-se} em regionais, ^(citado no mapa) sendo que 40% ~~já~~ residem no local, em habitações extremamente precárias. *Os restantes vivem em melhor situação.*

São famílias provenientes da periferia, isto é, trabalhadores sem terra e desempregados urbanos, de origem rural, expulsos de terra pelo intenso processo de êxodo rural dos últimos 30 anos.

O relevo é plano a levemente ondulado e a malha-hidrográfica se resume na microbacia do Rio Queimados.

Apesar da poluição das águas correntes por ^{Resíduos} industriais e urbanos, ainda se encontra na região expressiva - fauna nas áreas pantanosas, em especial o jacaré, e as aves aquáticas.

A vegetação resumia-se em pastos e macegas, hoje grande parte já se encontra cultivada.

Clima - Tropical de Le + úmido + seco

- plânta áreas úmidas e em suspensão



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR.

3- OBJETIVOS GERAIS:

Promover o desenvolvimento rural integrado da Região-Programa, visando principalmente:

_ A melhoria das condições de vida da população local, superando a desintegração do meio sócio - econômico e a degradação do meio-ambiente.

_ O desenvolvimento das potencialidades produtivas da região, contribuindo para reverter o processo de destruição do cinturão verde do Grande-Rio, pela especulação imobiliária e pela grilagem de terras.

_ O reestabelecimento do uso social da terra, minimizando a situação do desemprego regional.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

E DO INTERIOR.

4- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

A partir da avaliação e sistematização das reivindicações das comunidades e dos recursos disponíveis, serão caracterizadas uma série de proposições de políticas de desenvolvimento integradas e suas prioridades, em quatro níveis de apoio institucional e incremento:

- 1- À produção de hortigranjeiros. (7)
- 2- À infra-estrutura social.
 - Educação (escolas rurais).
 - Saúde (postos de saúde rural).
 - Regularização fundiária.
 - Apoio À vida comunitária.
- 3- À infra-estrutura física.
 - Eletrificação rural.
 - Estradas.
 - Comunicação rural (telefonía, rádio, imprensa).
 - Armazenamento (caixotaria). silos
 - Drenagem e sistematização hidráulica.
- 4- À infra-estrutura de apoio institucional.
 - Programação das atividades da EMATER.
 - " " da PESAGRO.
 - " " da SIAGRO.
 - " " do BANERJ.

outras entidades (?)



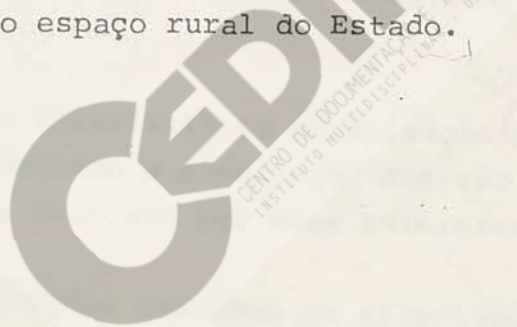
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR.

5- REQUISITOS:

_ As intervenções previstas deverão estar integradas ao 3º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social 1984-1987.

_ Deverá ser dada importância essencial à participação da comunidade local no processo de elaboração das propostas - de intervenção, e execução dos projetos, com a perspectiva de compatibilizar as futuras políticas de desenvolvimento - com suas aspirações e necessidades.

_ O cumprimento dos objetivos deste programa dependerá da profunda integração e dos esforços das diversas entidades - que atuam no espaço rural do Estado.





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR.

6- METODOLOGIA:

- _ Deverã ser desenvolvida uma técnica de trabalho que nar-monize o conhecimento e as peculiaridades da comunidade local, com o conhecimento dos técnicos envolvidos,
- _ De ênfase ao encontro de soluções específicas à realida-
de de Campo Alegre, e não a simples busca ou aplicação de
modelos ~~técnicos~~, TEÓRICOS
- _ Permita a rápida compreensão da realidade local pelos -
técnicos envolvidos, através de intenso convívio com a rea
lidade local, e do estabelecimento de base logística, (cen-
tro de Desenvolvimento Rural Integrado), e de alojamento -
na Região-Programa,
- _ Busque não interferir na organização ⁵⁰⁶¹⁴ (política da comuni-
dade, considerando a Associação Mutirão de Campo Alegre, a
entidade que responde por seus interesses coletivos,
- _ Evite distorções oriundas de apreciações subjetivas da
realidade local,
- _ Considere as interações regionais, principalmente as eco
nômicas e culturais.

9 - MATRIZ INSTITUCIONAL

4. ETAPA		3. ETAPA		2. ETAPA		1. ETAPA			
ATIVIDADE									
01	ELAB. DO PLANO DE TRABALHO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
02	APROV. DO PLANO DE TRABALHO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
03	ORGAN. DO GRUPO DE TRABALHO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
04	SEMINÁRIO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
05	COLETA DOS ESTUDOS EXISTENTES	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
06	ELAB. DE RELATÓRIO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
07	EXEC. PROPOSTIÇÕES EMERGENCIAIS	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
08	SEMINÁRIO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
09	HIERARQ. DAS REIN. VINC. DAS COMUNIDAD.	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
10	PREP. DE TRABALHO DE CAMPO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
11	REALIZ. DE TRABALHO DE CAMPO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
12	ELAB. DE RELATÓRIO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
13	SEMINÁRIO DIAGNOSTICO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
14	APROVAÇÃO DO DOCUMENTO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
15	DEF. DE PROPOSTIÇÕES DE INTERVENÇÃO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
16	DEF. DE PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
17	ELAB. DE PROJETOS EXECUTIVOS	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
18	EXEC. DE PROJETOS EXECUTIVOS	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗
		</							

- CAF
- GRUPO DE TRABALHO
- SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E INTERIOR
- SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E HIGIENE
- SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE MINAS E ENERGIA
- MUTIRÃO CAMPO ALEGRE
- CEPA
- EMATÉR
- PESAGRO
- SIAGRO
- CEDAE
- SERLA
- FEEMA
- EMOP
- DER
- BANERJ
- ESCOLA TÉCNICA DE PINHEIRAL
- SENAR
- UFRRJ
- COMLURB
- PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU
- LIGHT
- CERJ

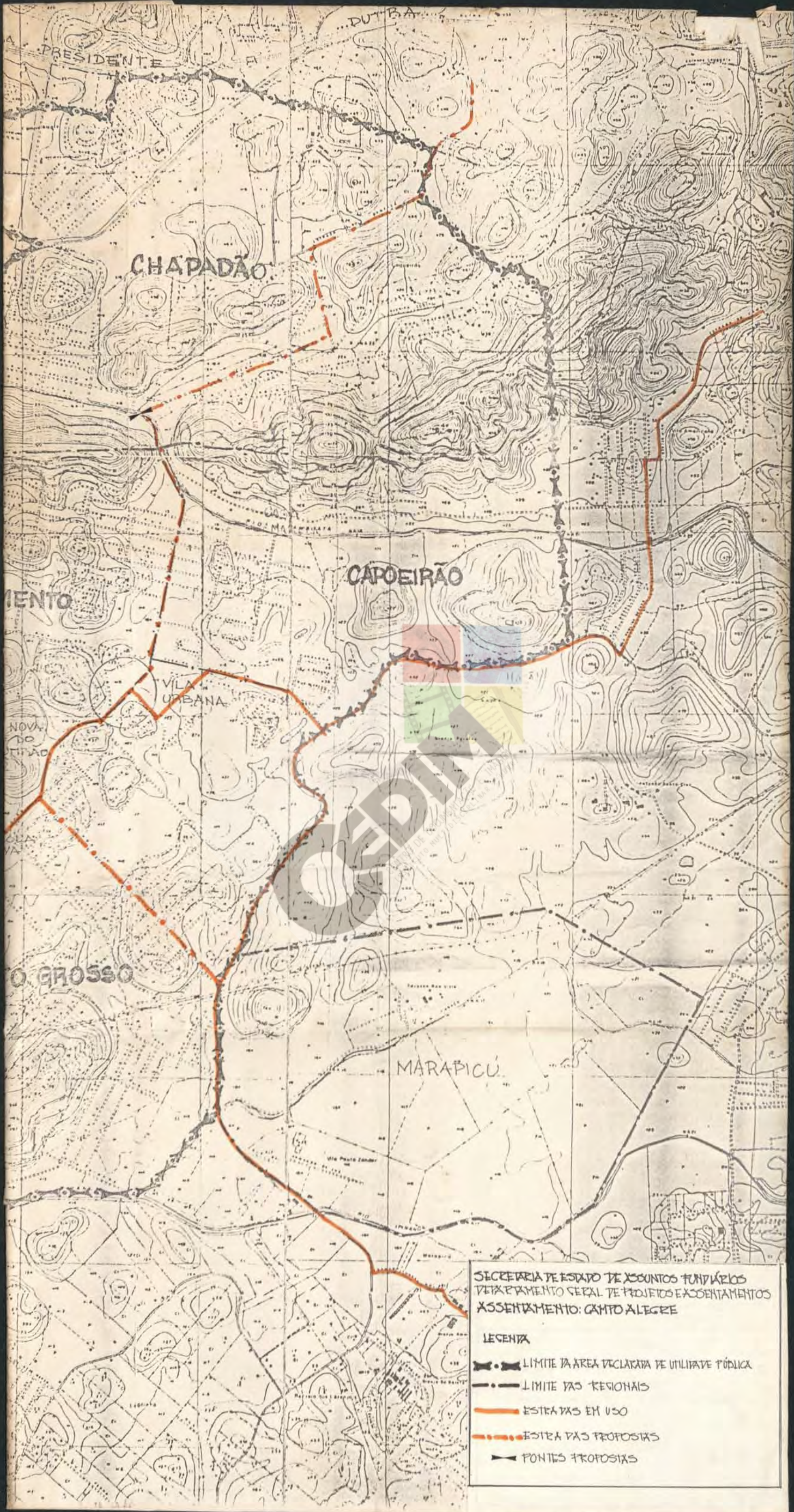
⊗ COORDENAÇÃO ● RESPONSABILIDADE ○ PARTICIPAÇÃO

8- CRONOGRAMA MESTRE DE ATIVIDADES

ATIVIDADE - MÊS		DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
01	ELAB. DO PLANO DE TRABALHO								
02	APROV. DO PLANO DE TRABALHO								
03	ORGAN. DO GRUPO DE TRABALHO								
04	SEMINÁRIO								
05	COLETA DOS ESTUDOS EXISTENTES								
06	ELAB. DE RELATÓRIO								
07	EXEC. PROPOSIÇÕES EMERGENCIAIS								
08	SEMINÁRIO								
09	HIERARQ. DAS REIN- VIN. DAS COMUNIDAD. PREF. DE TRABALHO DE CAMPO								
10	REALIZ. DE TRABALHO DE CAMPO								
11	ELAB. DE RELATÓRIO								
12	SEMINÁRIO DIAGNÓSTICO								
13	APROVAÇÃO DO DOCUMENTO								
14	DEF. DE PROPOSIÇÕES DE INTERVENÇÃO								
15	DEF. DE PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO								
16	ELAB. DE PROJETOS EXECUTIVOS								
17	EXEC. DE PROJETOS EXECUTIVOS								
18									

1ª etapa / 2ª etapa

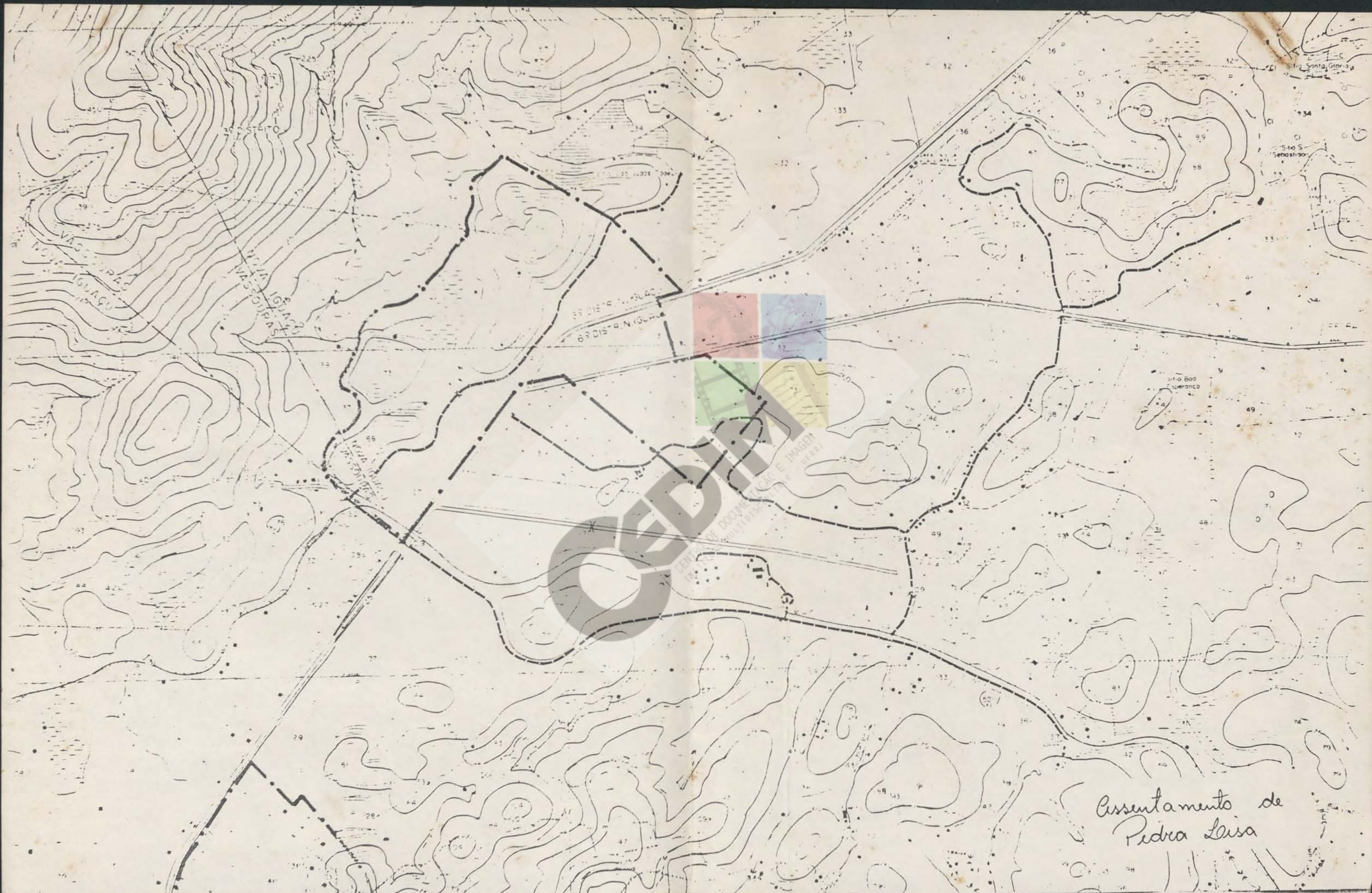




SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO GERAL DE PROJETOS E ASSENTAMENTOS
ASSENTAMENTO: CAMPO ALEGRE

LEGENDA

- LIMITE DA ÁREA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA
- LIMITE DAS REGIÕES
- ESTRADAS EM USO
- ESTRADAS PROPOSTAS
- PONTES PROPOSTAS



$$7\ 496\ 500\ +$$
 $7 + 96000 \quad +$

7 495 500

641 000

641 500

642 000

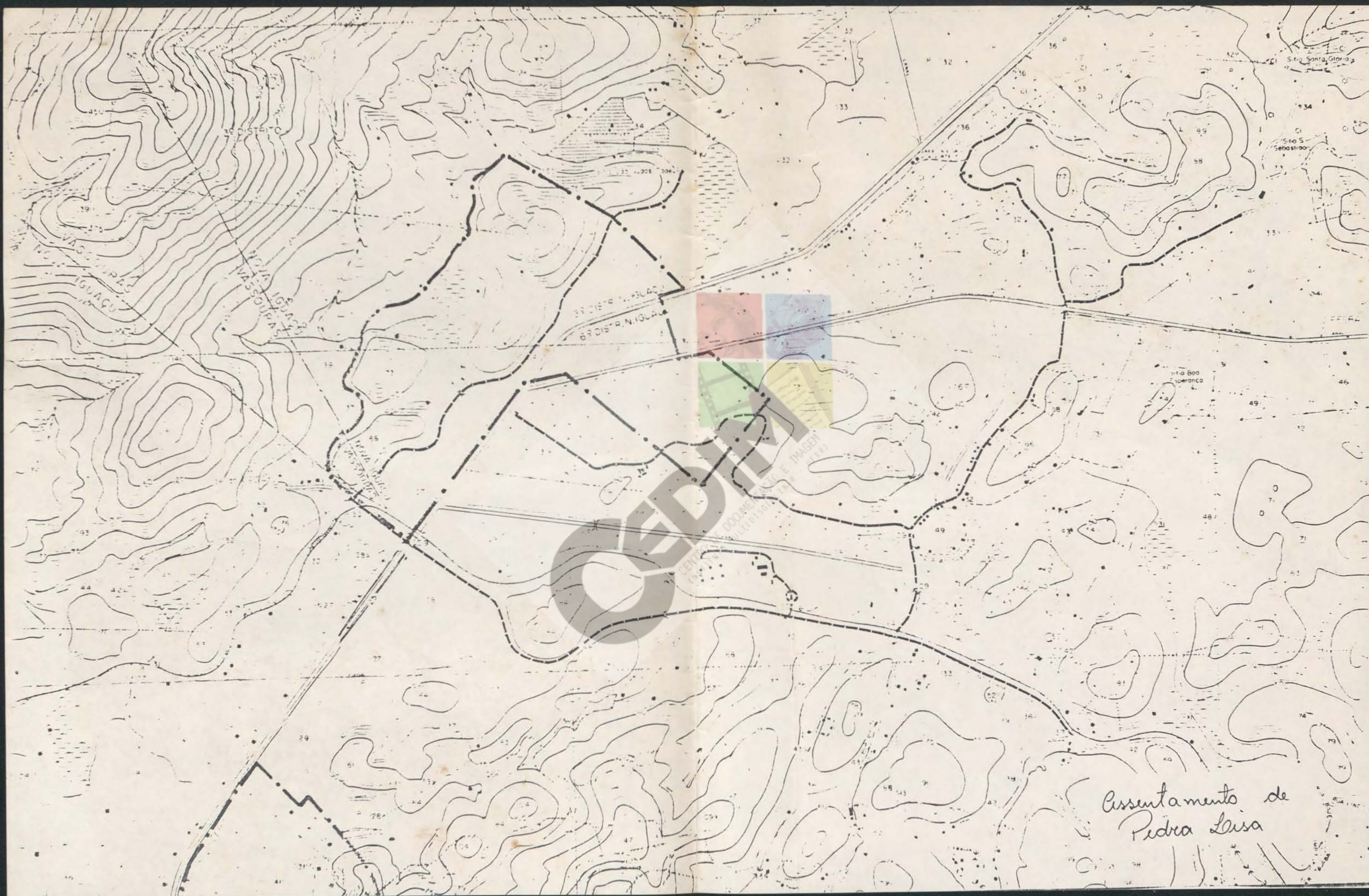
Mutua Agrícola de
Pedra Branca

Pedra Lisa

115.000

642 500





ASSENTAMENTO PEDRA LISA

- 1) LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO:
Nova Iguaçu - Distrito de Engenheiro Pedreira
- 2) NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS:
25 famílias.
- 3) PERÍMETRO TOTAL DA ÁREA DE ASSENTAMENTO:
Área Total: 77,5 ha.
- 4) TIPOS DE CULTURAS QUE PREDOMINAM NO ASSENTAMENTO:
Olericultura, citricultura, pecuária de subsistência, cultura de subsistência.
- 5) ESTIMATIVA DE QUANTOS METROS LINEARES DEVERÃO SER DRENADOS:
1.500 metros.
- 6) ESTIMATIVA DE QUANTAS FAMÍLIAS SERÃO BENEFICIADAS DIRETAMENTE COM A DRENAGEM:
18 famílias.
- 7) ESTIMATIVA DE QUANTOS HECTARES SERÃO RECUPERADOS:
25 ha.
- 8) PLANTAS DA ÁREA DO ASSENTAMENTO:
Em anexo.

DE: ESREG-CEN/GERENTE TEC. REG. IRRIG/DRENAGEM

PARA: ESLOC-NI (ENG^a AGR^a MARIA C. ROSA)

EM: 13.08.92

ASSUNTO: PROJETO DE DRENAGEM - solicita

REF: 1024/92

Por solicitação da Diretoria, estamos necessitando de V.S^a. a elaboração dos projetos de drenagem e estradas internas dos Projetos de Assentamento de Pedra Lisa e Normandia até o dia 28.08.92.

Dados necessários:- Comprimento
- Seção
- Volume escavado
- Custo
- Locação na planta

Estradas Internas:- Comprimento
- Manilhas
- Hora de Máquina
- Etc.
- Custo
- Locação na planta

No caso das estradas internas, verificar principalmente os pontos de estrangulamento.

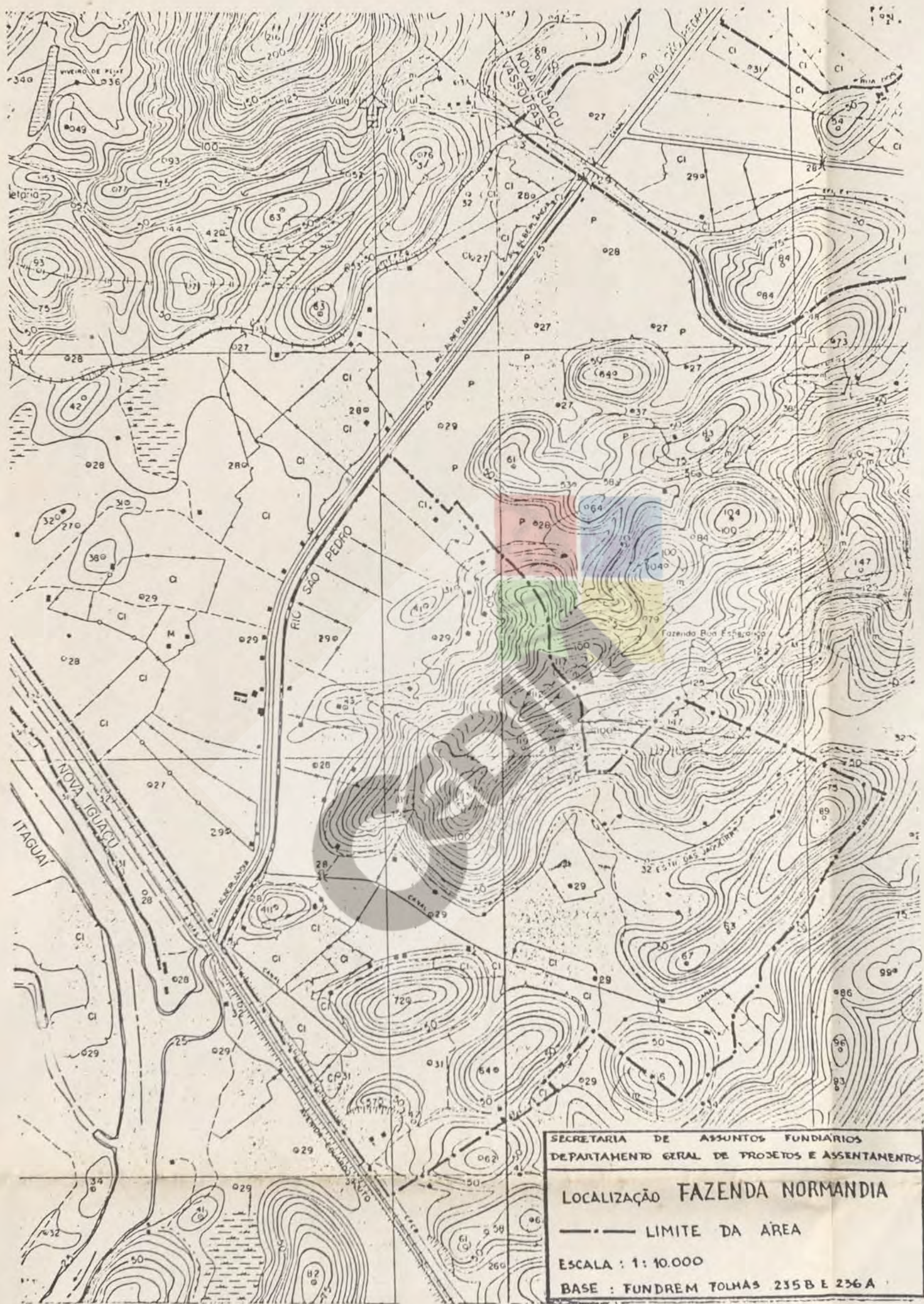
Certos de vossa atenção e compreensão, despedimo-nos.

Atenciosamente

João Castro de Macedo
Engenheiro Agrônomo
Assessor Regional de Irrigação / Drenagem
ESREG - CEN

JCM/rxc

Al:
MATERIAL EM
PODER DE
ERIVALDO





ASSENTAMENTO NORMANDIA

- 1) LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO:
Nova Iguaçu - Distrito de Engenheiro Pedreira.
- 2) NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS:
27 famílias.
- 3) PERIMETRO TOTAL DA ÁREA DE ASSENTAMENTO:
142.28 ha.
- 4) TIPOS DE CULTURAS QUE PREDOMINAM NO ASSENTAMENTO:
Olericultura, fruticultura e agricultura de subsistência
- 5) ESTIMATIVA DE QUANTOS METROS LINEARES DEVERÃO SER DRENADOS:
2.500 metros.
- 6) ESTIMATIVA DE QUANTAS FAMÍLIAS SERÃO BENEFICIADAS DIRETAMENTE COM A DRENAGEM:
27 famílias.
- 7) ESTIMATIVA DE QUANTOS HECTARES SERÃO RECUPERADOS:
42 ha.
- 8) PLANTA DA ÁREA DO ASSENTAMENTO:
Em anexo.





SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Nº DO PROCESSO

E-05/

1092

DATA DO INÍCIO

28.09.84

NOME

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

ASSUNTO

Abre Crédito Suplementar, no valor de Cr\$ 60.000,00, em favor da SIAGRO/RIO.

ANEXOS



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Excelentíssimo Senhor Governador,

Iniciando a regularização da situação fundiária de Campo Alegre, por ato de Vossa Excelência, o Governo do Estado assume importante iniciativa na solução dos problemas agrários do nosso Estado. É preciso contudo, além de enfrentar o problema fundiário, garantir condições de assistência técnica e suprimento de insumos para os agricultores, de modo a viabilizar a produção.

No momento, com a iminência do período adequado para o plantio, torna-se necessário suprir as 180 famílias assentadas no local de sementes, fertilizantes, insumos e serviços de mecanização, que montam a Cr\$ 60 milhões, segundo estudo detalhado elaborado por técnicos das Secretarias de Estado de Justiça e Interior, Agricultura e Abastecimento e Planejamento e Controle.

A fórmula mais sólida, segura e adequada que encontramos para garantir a produção, neste projeto prioritário, é o fornecimento de insumos e serviços, por parte da SIAGRO, para que os agricultores reembolsem a empresa, em produto, ao final da colheita. Assim, ao mesmo tempo em que evitamos o fornecimento gratuito de insumos aos agricultores, de características paternalistas, respeitamos a sua capacidade real de pagamento com o produto de seu trabalho, independente das flutuações de preço dos produtos e dos encargos financeiros elevadíssimos impostos pelo crédito rural. As três Secretarias de Estado envolvidas acompanharão a execução do projeto, garantindo o seu andamento nos termos propostos.

Ao final da colheita, os agricultores pagarão à SIAGRO com uma parte de sua produção, em troca dos insumos que foram fornecidos. Estes produtos - basicamente cereais e hortigranjeiros - serão repassados pela SIAGRO às escolas da região, para os programas de merenda escolar; desta forma, se destinarão em última análise a alimentar os filhos dos próprios agricultores, sublinhando o alto conteúdo social da iniciativa.

12

BK



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

2.

Para repassar os insumos aos agricultores, a SIAGRO-RIO firmará contrato, segundo a minuta anexa, com a Associação "Mutirão de Campo Alegre", entidade civil, sem fins lucrativos, que representa democraticamente as 180 famílias de lavradores. Ainda que o acompanhamento do projeto sejá a nível individual, com assistência a cada uma das famílias envolvidas, esta fórmula garante o caráter comunitário e associativista do Projeto Campo Alegre, respeitando portanto as diretrizes do Governo na área e as próprias reivindicações dos lavradores.

Cada uma das 180 famílias a serem beneficiadas será acompanhada pelos técnicos da EMATER local, que elaborarão em cada caso os projetos agrícolas e fiscalizarão a sua execução.

Nestes termos, e certo do grande alcance social do investimento, submeto a Vossa Excelência o ato que garante para a SIAGRO os recursos necessários para a implementação do projeto, bem como a minuta do contrato a ser firmado com os agricultores.

Em 10-10-84
Em de outubro de 1984

Fernando Lopes de Almeida
FERNANDO LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Planejamento e Controle

Termo de contrato que entre si fa em
a SIAGRO-RIO, a EMATER-RIO, com a
interveniência das Secretarias de
Estado de Agricultura e de Estado de
Justiça e do Interior, e a Associa
ção "Mutirão Campo Alegre".

Aos dias do mês de de 1984
a Empresa de Serviços e Insumos Básicos para Agropecuária do Es
tado do Rio de Janeiro, adiante designada simplesmente SIAGRO-RIO,
neste ato representada por seu Presidente Marcos Abreu Vilaça
Basto Lima, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
do Estado do Rio de Janeiro, adiante denominada simplesmente
EMATER-RIO, neste ato representada por seu Presidente João Mau
rício Gralha Tomasi, com intervenção das Secretarias de Es
tado de Agricultura e Abastecimento, e de Estado de Justiça e In
terior, neste ato representada por seus titulares Elias Ca
Jorge e Vivaldo Vieira Barbosa, e, ainda, a Associação "Mutirão
Campo Alegre" adiante designada simplesmente Associação, neste
ato representada por seu Diretor-Presidente
....., portador da carteira de identidade nº
expedia pelo em/...../..... e CIC nº
....., tendo apresentado os comprovantes de sua existência legal,
inclusive as quitações exigíveis, e a que esta submetida, de im
postos estaduais e federais, encargos previdenciários e securi
tários, assinam o presente Termo, para o que se dispensou a li
citação, em conformidade com a legislação aplicável à espécie e,
em especial, o Código de Administração Financeira e Contabilida
de Pública do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 287 de 04.12.79)
e pelo Regulamento do Título XI da referida Lei (Decreto nº 3.19,
de 28.04.80), que se considera parte integrante e complementar
deste Termo, com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - (do objeto): É objeto deste contrato o
fornecimento de insumos e serviços pela SIAGRO-RIO à Associa
ção, para que esta, com assistência técnica da EMATER-RIO, possa

garantir a seus associados a produção, e colheita de cereais e hortigangeiros na região de sua atuação.

SEGUNDA - (obrigações das partes):

2.1 - DA EMATER-RIO: Prestação aos agricultores vinculados à Associação, através desta, de assistência técnica necessária para a produção agrícola, mediante elaboração de um projeto denominado "PLANO SIMPLES", destinado a cada família associada, assentada no local, PLANO este que discriminará, caso por caso, entre os elementos agrônômicos característicos de cada unidade de produção, a quantia exata de insumos e serviços.

2.2 - DA ASSOCIAÇÃO: Recolherá junto a seus associados as cópias dos "PLANOS SIMPLES" retro referidos e providenciará a consolidação dos dados referentes ao plantio e às necessidades de insumos agrícolas de cada unidade de produção, respeitando em todos os casos, os parâmetros fixados pelos técnicos da EMATER-RIO, cabendo-lhe, ainda, após proceder a consolidação dos dados aqui tratados, o encaminhamento à SIAGRO-RIO da relação / total de insumos e serviços agrícolas necessários ao atendimento de todas as unidades de produção a ela vinculadas, naquela localidade.

2.3 - DA SIAGRO-RIO: Após receber mediante recibo os dados consolidados, e dias após esta data, entregará à Associação os insumos e serviços nas quantidades discriminadas na forma do item precedente, para pagamento à prazo.

2.4 - DA ASSOCIAÇÃO: Após recebê-los da SIAGRO-RIO, repassará os insumos individualizadamente a cada associado, por unidade de produção, e nas quantidades e especificações discriminadas em cada "PLANO SIMPLES" respectivo, oportunidade em que colherá de cada associado sua assinatura no formulário impresso que as partes convencionaram denominar "DECLARAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO", e cujo modelo é anexado ao presente instrumento, cabendo-lhe, ainda, fazer chegar à sede da SIAGRO-RIO, localizada

da na , no prazo máximo de 10 dias contados da data que constar no recibo próprio, citado no item anterior, as cópias emvia das declarações assinadas pelos associados e previstas neste item.

TERCEIRA - (Dos destinatários finais): Ainda que entregues pela SIAGRO-RIO à Associação, fica certo que os insumos e serviços objeto deste Termo têm como destinatários finais, exclusivamente, as famílias que constituem o Mutirão de Campo Alegre, e terão uso e aplicação restritos a sua área de atuação.

QUARTA - (Da concordância do Associado): O repasse de insumos e serviços, tal como disposto no item 2.4 retro, somente se efetivará na hipótese de o associado concordar em que sua dívida dali resultante, para com a Associação, será paga em produtos colhidos, nos prazos e quantidades especificados na "DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO", ou em dinheiro, critério do associado, ficando desde já ajustado que a dívida em dinheiro será calculada multiplicando-se cada quantidade de produto pelos seus respectivos preços vigentes para operações de atacado, no dia do vencimento, na praça do Rio de Janeiro.

4.1 - A condição de concordância do associado estará atendida quando este assinar a DECLARAÇÃO de que trata o item 2.4 retro.

QUINTA - (Da dívida): A Associação reconhece, desde já, que sua dívida, em seu vencimento, será idêntica ao somatório das dívidas de cada associado perante ela.

SEXTA - (Do pagamento): Por este instrumento a Associação se obriga a pagar à SIAGRO-RIO a dívida prevista neste TERMO no prazo máximo de 6 meses contados desta data, em condições análogas àsquelas descritas para os associados no caput da cláusula ^{quarta} retro.

SÉTIMA - (Da cláusula resolutiva): O descumprimento de quaisquer cláusulas, condições ou rotinas operacionais / aqui ajustadas, implicará na resolução do presente contrato in

dependentemente de qualquer aviso ou notificação, cabendo à parte que para tanto der a causa indenizar a ~~causa~~ ^{per} perdas havidas, sendo facultado às outras partes, optarem pelo prosseguimento da operação se entenderem ser esta a forma de reduzir os prejuízos que possam vir a ter.

7.1 - Na hipótese de descumprimento contratual por parte da Associação ou de seus associados, a SIAGRO-RIO e a EMATER-RIO, a seus exclusivos critérios, poderão eliminar um ou outro, ou ambos, da participação em operações desta natureza.

OITAVA - (Da prorrogação da dívida): Fica ressalvada, para os efeitos da cláusula anterior, a hipótese de frustração total ou parcial da safra quanto ~~provocada~~ ^{provocada} por fatores climáticos, ou análogos, cujas ocorrências poderão gerar, dependentemente da comprovação de tais ocorrências pela EMATER-RIO, a prorrogação do prazo de vencimento da dívida, dos associados atingidos, perante a Associação, e desta para com a SIAGRO-RIO, na proporção dos associados atingidos, ficando então, nesta hipótese, o pagamento fixado para o próximo ano agrícola.

CLÁUSULA NONA - (Da fiscalização financeira): A ~~Associação~~ ^{SIAGRO-RIO} providenciará, até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura, o encaminhamento de cópia autenticada do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado e a sua Inspeção Setorial de Finanças.

(CLÁUSULA) DÉCIMA - (Dos recursos financeiros): As obrigações ora assumidas pelas partes serão atendidas com recursos já disponíveis em seus orçamentos, independentemente deste instrumento, pelo que as despesas dele decorrentes serão atendidas pelas verbas próprias.

(CLÁUSULA) DÉCIMA PRIMEIRA - (Da publicação): O presente ajuste deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, por conta do Estado, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

(CLÁUSULA) DÉCIMA SEGUNDA - (Das interveniências): /
Presentes neste instrumento a Secretaria de Estado de Agricultura e a Secretaria de Estado de Justiça e do Interior, através de seus ^{ais} títulos, para dele tomarem conhecimento e declararem suas concordâncias.

(CLÁUSULA) DÉCIMA TERCEIRA - (Do foro): Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro para ~~atender~~ ^{atender} as dívidas por ventura oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justos e contratados, firma o presente na presença de duas testemunhas, em vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, de de 1984

MARCOS DE ABREU VILAÇA BASTO LIMA
SIAGRO-RIO

JOÃO MAURÍCIO GRALHA TOMASI
EMATER-RIO

ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

ELIAS CAMILO JORGE
Secretário

VIVALDO VIEIRA BARBOSA
Secretário

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MUTIRÃO CAMPO ALEGRE

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
Tonelada		Calcareo agrícola	
Tonelada		Adubo	
kg		Sementes	
T O T A L			

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ

- Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.
- O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data

Nome

Assinatura

Pelo Governo do
Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

BK

ESTIMATIVA DOS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O
PROJETO CAMPO ALEGRE

	<u>Cr\$</u>
1 - Sementes (3.350 kg) ?	9.171.965
2 - Corretivos (350 ton) ?	9.742.920
3 - Preparo do solo (204 ha) ?	17.145.0)
4 - Adubos (800 ton) ?	12.332.000
5 - Formicida (180 litros) ?	540.000
6 - Gastos com comercialização (caixaria, frete, etc.) ?	1.785.000
7 - Outras despesas (incluindo a possível instalação de sistema de irrigação)	9.283.115
TOTAL	60.000 000

Fonte: Grupo de Trabalho SEAA/SJUI/SECPLAN

/scm:



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

MINUTA

PROJETO CAMPO ALEGRE

SUB-PROJETO DE PRODUÇÃO

Providências necessárias

1. Contratação de 1.150 horas de serviços de trator, para início imediato dos trabalhos de aração e gradagem.
2. Deslocamento para o escritório da EMATER em Campo Grande de 3 técnicos e 1 veículo, que somados ao técnico e ao veículo já alocados na área constituirão a equipe mínima necessária de assistência técnica (sua permanência no escritório deverá ser provisória).
3. Mobilização da equipe da EMATER para elaborar os projetos a grícolas de cada família ou grupo de famílias de Campo Alegre. Os formulários utilizados ("Plano. Simples") discriminam os métodos de plantio, a área e os insumos necessários para cada cultivo, e servirão de base para a requisição de insumos à SIAGRO.
4. Liberação de crédito suplementar para a SIAGRO no valor de Cr\$ 60 milhões, que é o valor estimado dos insumos necessários.
5. Instalação pela SIAGRO de um posto de venda de insumos (pode-se utilizar o Posto Volante da Companhia), com uma equipe suficiente para processar as vendas, que deverão ser concentradas no tempo.
6. Aquisição pela SIAGRO dos insumos necessários, nas quantidades e especificações definidas pelo somatório dos "Planos Simples" elaborados pelos extensionistas.

HORTALIÇAS DE PLANTIO NO LOCAL DEFINITIVO																
ESPÉCIES	CLIMA	ÉPOCA DO SEMEIO												INÍCIO GERM. (DIAS)	ESPAÇAMENTO (METROS)	INÍCIO COLHEITA (DIAS APÓS PLANTIO)
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Abóbora menina	Quente	X												5	3,00 X 3,00	90
Abóbora vespa	Quente									X	X	X	X	5	4,00 X 4,00	150
Abobrinha caseta	Quente	X	X						X	X	X	X	X	5	1,50 X 1,00	60
Acelga	Ameno			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	6	0,40 X 0,30	70
Agrão	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	6	0,20 X 0,20	70
Alcachofra	Ameno				X	X	X							10	2,00 X 1,00	120
Alho	Ameno frio			X	X	X	X							15	0,30 X 0,10	150
Almeirão	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	1,00 X 0,50	180
Beterraba	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	6	0,25 X 0,10	40 50
Batatinha	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15	0,80 X 0,40	70 90
Batata doce	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	7	0,25 X 0,05	120
Cenoura	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8	0,80 X 0,40	130
Coentro	Quente	X	X						X	X	X	X	X	4	0,25 X 0,05	90
Couve rãbar	Ameno			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8	0,20 X 0,10	60
Ervilha em s	Ameno			X	X	X	X	X	X					4	0,40 X 0,20	50
Ervilha tort	Ameno			X	X	X	X	X	X					5	0,50 X 0,20	60 90
Espinafre	Ameno			X	X	X	X	X	X					5	1,00 X 0,20	60 90
Fava	Ameno			X	X	X	X	X	X					7	0,50 X 0,40	50 60
Feijão vage	Quente	X	X						X	X	X	X	X	5	1,00 X 0,30	90 120
Feijão vage	Quente	X	X						X	X	X	X	X	5	1,00 X 0,50	50 60
Melancia	Quente	X							X	X	X	X	X	5	0,50 X 0,20	50 60
Melão	Quente	X							X	X	X	X	X	5	2,00 X 2,00	90 100
Nabo	Ameno			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	2,00 X 1,50	90 100
Pepino	Quente	X	X	X					X	X	X	X	X	4	0,30 X 0,10	50
Quiabo	Quente	X	X						X	X	X	X	X	5	1,00 X 0,50	70
Rabanete	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	1,00 X 0,40	80 90
Salsa	Quente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	0,20 X 0,05	25
														10	0,30 X 0,10	70

* Estas espécies são propagadas vegetativamente, ou seja, por estaca ou semente.

* Estas espécies são propagadas vegetativamente, ou seja por manivas e ramos.

AI XO II		HORTALIÇAS DE TRANSPLANTIO												INÍCIO GERM. (DIAS)	ESPAÇAMENTO (METROS)	INÍCIO COLHEITA (DIAS APÓS PLANTIO)
ESPECIES	CLIMA	ÉPOCA DE TRANSPLANTIO														
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Aipo (Salsão)	Ameno		X	X	X									12	1,00 x 0,30	160
Alface *	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	0,30 x 0,30	80
Alho Porro *	Ameno			X	X	X	X	X						6	0,50 x 0,15	150
Apio	Ameno								X	X	X	X		12	1,50 x 0,50	720
Berinjela	Quente	X	X						X	X	X	X	X	8	1,00 x 0,40	100
Brócolos	Ameno		X	X	X	X	X							4	1,00 x 0,50	100
Cebola *	Ameno			X	X	X								6	0,40 x 0,10	180
Cebolinha *	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	6	0,30 x 0,20	60
Chicória *	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	0,30 x 0,30	90
Couve Mantega	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	1,00 x 0,50	60 90
Couve Chinesa	Ameno			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	0,80 x 0,30	60
Couve Flor	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	1,00 x 0,50	90
Escarola	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8	0,30 x 0,30	80
Jiló	Quente	X	X						X	X	X	X	X	7	1,20 x 0,80	90
Mostarda	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	0,30 x 0,20	60
Morango **	Quente			X	X	X			X	X	X	X	X	7	0,30 x 0,20	70
Pimenta	Quente	X	X						X	X	X	X	X	7	1,20 x 0,40	120
Ermentado	Quente	X	X						X	X	X	X	X	7	1,00 x 0,50	100 120
Repolho	Ameno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	4	0,80 x 0,40	120
Tomate	Quente	X							X	X	X	X	X	6	1,00 x 0,60	120

* Estas espécies devem ser transplantadas para os canteiros, e se demais somente para as covas.

** O Morango é propagado vegetativamente, ou seja por mudas.



DECRETO Nº

7630

DE

10 DE

Outubro

DE 1984

Abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 60.000.000 a Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda e altera Quadro de Detalhamento da Despesa.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 7º da Lei nº 695, de 13 de dezembro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo E-05/1092/84,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor de Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros), a Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda, Programa de Trabalho 3101.04181122.138 - Assistência Financeira a SIAGRO-RIO, Código de Despesa 3212, Fonte 00.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 2, do art. 120, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979.

Art. 3º - Em decorrência do artigo 1º deste decreto, fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.008, de 22 de dezembro de 1983

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1984

LEONEL BRIZOLA

Fernando Lopes de Almeida

Cesar Eptácio Maia

Elias Camilo Jorge

Publicado e registrado
Em 10/10/84

Assinado
Elias Camilo Jorge
Secretário de Estado do Governo

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo n.º	105/10
Data	28/09/84 fls.
Rubrica	

A' SECPLAN, informando ter sido expedido o Decreto nº 4630 de 10-10-84, p. publicada no DO de 11-10-84, junto p. r. cóp. e tendo em vista o despacho de 10-10-84 do Sr. Governador.

Sup. Info. Ofm 11-10-84
 11066271





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE CAMPO ALEGRE:

PLANO EMERGENCIAL - 1986.

1- APRESENTAÇÃO:

Após à ocupação dos lotes, as famílias que integram o Mutirão de Campo Alegre, dedicaram-se principalmente ao cultivo de lavouras de subsistência como: arroz, feijão, milho, aipim e batata-doce, embora, em pequenas áreas esteja presente a olericultura.

Em algumas áreas, foram feitas plantios coletivos, porém, não corresponderam as expectativas almejadas, por terem se realizado no início da ocupação, sem estarem devidamente estruturados.

Para ultrapassarem o estágio em que se encontram foi elaborado este plano emergencial, que procura criar condições propícias ao desenvolvimento, executando durante o período de 08 meses, um elenco de ações simultâneas que permitam e viabilizem o início de um processo dinâmico e auto-sustentado de transformações da economia e das condições de vida da população local.

O seu objetivo básico é o encaminhamento de soluções que visem a remoção ou atenuação dos aspectos restritivos ao desenvolvimento das atividades dos produtores rurais, indispensáveis à melhoria do seu padrão de vida e ao seu ingresso na economia de mercado, visando a transformação de Campo Alegre num importante centro produtor agrícola da região, favorecido pela sua localização, próximo aos grandes centros consumidores.

A melhoria do nível de bem-estar das 400 famílias assentadas será alcançada pelo seu aumento de renda obtida pela:

_ Expansão da produção (melhoria da produtividade e/ ou aumento da área cultivada), e introdução de culturas de mercado.

_ Obtenção de melhores níveis de preço para os produtores, através da organização do sistema de comercialização.

Além disso, o plano emergencial assegura a complementariedade das atividades de fortalecimento da infra-estrutura física de apoio à produção agrícola (estradas vicinais, pontes, eletrifica-



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

ção rural, drenagem e irrigação), infra-estrutura institucional (crédito rural p/ custeio da produção agrícola, fundação do Centro de Desenvolvimento Rural Integrado de Campo Alegre, alojamento para os técnicos), infra-estrutura social (educação, saúde), e apoio à vida comunitária.

2- DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

2.1- Infra-estrutura física de apoio à produção agrícola:

As obras descritas abaixo, embora sua necessidade esteja diagnosticada, necessitam de maiores estudos por parte dos órgãos envolvidos no programa, no sentido de quantificar os recursos necessários.

_ Drenagem - em consequência da construção da estação de captação de água do Rio Guandu, extensas áreas de Campo Alegre, tornaram-se sujeitas a inundações no período chuvoso. Para o seu pleno aproveitamento agrícola, estes locais necessitam de um amplo projeto de drenagem.

_ Eletrificação Rural - para possibilitar não só a melhoria do nível de vida da população, como também a utilização da irrigação.

_ Estradas - melhoria das estradas existentes, possibilitando um melhor escoamento da produção agrícola.

_ Pontes - visando diminuir o percurso da ligação do Mutirão - Campo Alegre às estradas de Madureira e Rodovia Presidente Dutra.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

2.2 - Infra-estrutura Institucional:

PLANEJAMENTO AGRÍCOLA:

Devido as condições climáticas, existência de topografia plana na maioria das áreas, e proximidade aos centros consumidores, dividimos o calendário agrícola de Campo Alegre, em 02 grandes períodos. O primeiro deles, compreenderia os meses de março a agosto, e seria dedicado as lavouras de mercado, olerícolas de inverno, quando o abastecimento feito pela região serrana torna-se deficiente devido as condições climáticas adversas e estas alcançam grande rentabilidade. O segundo período, iniciar-se-ia em setembro, estendendo-se até fevereiro, e seria ocupado pelo plantio de culturas de subsistência como o milho, feijão, arroz, entre outros.

Visamos a concentração de recursos, no plantio de inverno por este possibilitar a obtenção para os agricultores de uma maior rentabilidade, bem como exigir uma maior soma de recursos para ser implantado.

Através de estudos e contatos com a comunidade local, chegou-se ao consenso da necessidade de plantios em áreas comunitárias, onde se efetivaria a aplicação de recursos governamentais como insumos agrícolas, irrigação e assistência técnica a fim de viabilizar a produção.

Assim sendo, definiu-se o plantio de inverno em 06 áreas comunitárias, com cerca de 10 ha. cada parte desta serão divididas em quadras de aproximadamente 1.000 m² para cada agricultor onde este conduziria seus canteiros com olerícolas e o restante da área com outras culturas, cuja extensão e tipo a ser implantado será de acordo com o dimensionamento da regional, e quantidade de mão de obra disponível. Para o bom funcionamento deste sistema torna-se necessário a presença e atuação de um técnico agrícola em regime integral durante todo o sistema de produção.

Visto que, este sistema necessita, devido ao grande investimento em adubação (orgânica e química), irrigação constante e controle fitossanitário.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Para este plantio, priorizou-se as culturas que possibilitam um maior retorno, que são as seguintes:

- Pimentão
- Quiabo
- Jiló
- Beringela
- maxixe
- Pepino
- Folhosas
- Cebola
- Pimenta
- Condimentos
- Cenoura
- Vagem
- e outros...



RECURSOS NECESSÁRIOS:

Material Permanente:

- * Bombas de gasolina 3.5 CV - 18 unidades
- * Mangueira de Plástico - 3/4" - 1.800 m

Insumos Agrícolas:

- * Calcário dolomítico - 120 toneladas
- * * Adubo Orgânico - 120 toneladas
- * Adubo Químico - 30 toneladas
- * Defensivos - 30 l/kg
- * Sementes - 240 kg
- * gasolina (para irrigação) - 8.100 l
- * Óleo diesel - 270 l

RECURSOS HUMANOS:

- * 06 técnicos agrícolas
- * 01 técnico em administração
- * + 06 agentes de desenvolvimento rural



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

PLANEJAMENTO FLORESTAL:

Para a consecução deste "Projeto de Reflorestamento para Múltiplos fins em Campo Alegre", é imprescindível a implantação do Horto Florestal e Frutícola de Campo Alegre, com este fim, a -
presentamos à seguir o orçamento estimado para a execução deste -
Horto, estão orçados os recursos para as obras e instalações, re-
cursos humanos, material de consumo e equipamentos necessários pa-
ra implantar o Horto e operacionalizá-lo em seu primeiro ano. O
projeto executivo, está em fase final de elaboração, estando o de-
talhamento inciso neste projeto.

1- Capacidade prevista do horto:

- * de 150.000 à 200.000 mudas por ano.
- * reflorestar cerca de 100 ha. por ano.

2- Área total do projeto:

- * 2.000 m² (0,2 ha.)

3- Relação da infra-estrutura física do material de consumo e re- cursos humanos previstos.

3.1- Obras e instalações:

- a- Ripado
- b- galpão
- c- escritório
- d- viveiros
- e- sementeiras
- f- sistema hidráulico
- g- bomba d'água
- h- cerca de arame farpado

3.2- Material de Consumo e Equipamentos:

- a- sacos plásticos
- b- sementes e material de propagação de essências flo-
restais e frutícolas.
- c- adubos químicos e orgânicos.
- d- defensivos agrícolas.
- e- pulverizador costal.
- f- seringa injetora
- g- peneiras



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

3.3- Recursos Humanos:

- * 02 (dois) funcionários fixos.

3.4- Outras despesas:

- a- Mão de obra temporária
- b- Treinamento de mão de obra
- c- Despesas eventuais não previstas



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRN



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

2.3 - Centro de Desenvolvimento Rural Integrado:

A base física, onde se desenvolvem as ações dos técnicos incumbidos de promover o desenvolvimento rural integrado, deve ser no campo, ao lado da realidade que o próprio trabalhador - enfrenta, servindo de elo entre a comunidade, os técnicos e as instâncias de decisão do governo.

A intervenção pública nas áreas agrícolas, não pode se - colocar como repassadora de tecnologia, ou práticos assistênci - alistas reparadores de contradições. Em Campo Alegre, devido - ao caráter ímpar de sua formação, à heterogeneidade de origens geográficas e culturais dos moradores, um grande trabalho de - resgate das experiências individuais e coletivas, deve ser rea - lizado no sentido de se conhecer melhor a situação local e per - mitir que as ações governamentais sejam baseadas numa aproxima - ção científica da realidade.

Neste sentido, a participação da comunidade é primordial e o centro deverá contar com o apoio de Agentes de Desenvolvi - mento Rural, oriundos da comunidade. Estes agentes seleciona - dos entre lideranças agrícolas dentro das regiões, deverão re -
X ceber uma pequena ajuda de custo do Estado para que não sejam - prejudicados em suas atividades produtivas, devido à sua dedi - cação. O agente deve ser o elo de ligação entre o centro de de - senvolvimento rural integrado e os agricultores, traduzindo - suas dificuldades na agricultura, defendendo tecnologia e in - centivando sua participação nas atividades do centro.

O Centro de Desenvolvimento Rural Integrado, terá as se - guintes funções:

* Emergenciais.

_ Criar uma conexão sólida entre os órgãos técnicos de planeja - mento e execução do governo e a comunidade local.

_ Perceber em uma primeira aproximação, que estudos devem ser - feitos e que entidades devem ser acionadas para superar os pro - blemas mais graves e atuais.

_ Verificar as informações existentes nos estudos já realizados.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

* A Médio e Longo Prazo:

Reunir irreversivelmente as informações necessárias ao planejamento e ter a disposição dos técnicos, toda informação existente sobre:

Infra-estrutura física:

- * Estradas
- * Eletrificação rural
- * Comunicação
- * Drenagem
- * Armazenamento

Infra-estrutura Social:

- * Educação
- * Saúde
- * Apoio a vida comunitária
- * Regularização fundiária
- * Estudo de mão-de-obra
- * Estudo demográfico

Infra-Estrutura Institucional:

- * EMATER
- * PESAGRO
- * SIAGRO
- * BANERJ
- * IBDF
- * SEMA
- * MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
- * INCRA
- * SECRETARIA DE JUSTIÇA = CAF



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

RECURSOS NATURAIS:

- *Topografia
- *Uso atual do solo
- *Pedologia
- *Climatologia
- *Hidrologia

O centro deverá ainda, balizar os trabalhos dos técnicos em todo ambiente regional, já que as informações e estudos realizados servirão também, em uma primeira aproximação, para o planejamento de ações em outras áreas carentes de apoio institucional.

RECURSOS NECESSÁRIOS:

Equipamentos:

- * Trena (50 m) - 02 unidades
- * Trado - 01 unidade
- * Clinômetro
- * Bússula
- * Binóculo
- * Nível ótico
- * Lupa de bolso
- * Esteroscópio de bolso
- * " " de espelho
- X * Estojo de análise de solo
- * Máquina fotográfica
- * Veículo - 01
- * Rádio Amador



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

MATERIAL DE ESCRITÓRIO:

- * Prancheta - 01 unidade
- * Mesa - 02 unidades
- * Cadeira - 10 unidades
- * Tamborete - 01 unidade
- * Arquivo - 02 unidades
- * Mapoteca - 01 unidade
- * Circulador de ar - 02 unidades
- * Máquina de datilografar - 01 unidade





SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

2.4- ALOJAMENTO PARA OS TÉCNICOS:

A partir da proposta de formação do centro de Desenvolvimento Rural Integrado, o o alojamento para os técnicos das várias - instituições que participarão do PDRI Campo Alegre, torna-se in - dispensável para permitir uma maior vivência na região, eliminando o desgaste e perdas de tempo ocasionadas pelas viagens diárias.

Para a instalação do alojamento, sugerimos o aproveitamento - da casa Amarela (Regional do Capoeirão), um dos imóveis desapropriados pelo Estado, localizado na área de Campo Alegre, e que já possui energia elétrica e água, necessitando do material relacionado-abaixo:

_ Reforma das Instalações:

- *Pintura
- *Colocação de vidros
- *Colocação de luminárias

_ Aquisição de utensílios para a casa:

- *Camas-beliche = 03
- *Geladeira
- *Fogão
- *Mesa - '02 (01 para reuniões e 01 para refeições)
- *Cadeiras - 15
- *Bancos de madeira - 02
- *Armários para cozinha
- *Estante
- *Armário p/ quarto - 02
- *Chuveiro elétrico - 01
- *Utensílios p/ cozinha e limpeza
- *Ar condicionado - 03
- *Televisão - 01

_ Contratação de Pessoal:

- * 01 servente para limpar o alojamento e preparar refeições



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

_ Construção de casa do Vigia:

- * Construção de alvenaria, piso cimentado, telha de fibrocimento, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas.
- Área 32 m²

_ Alimentação para os 10 (dez) técnicos envolvidos no projeto.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

3- Infra-estrutura Social:

3.1- Apoio à vida Comunitária.

O trabalho de serviço social em Campo Alegre, visando o apoio a vida comunitária, deve ter como base a comunidade rural, a família rurícola, em particular, e não o trabalhador rural individualmente. Em decorrência do mesmo princípio, deve se atuar dentro de um caráter eminentemente educativo, procurando assentar suas bases de trabalho no propósito de preparar a população da área, para que possa agir e atuar por si própria, sempre com objetivo de ser estimulada a formação de uma base econômica sólida na comunidade.

A proposta de apoio a vida comunitária, faz parte de um sistema de trabalho destinado a facilitar a conjugação de recursos da população e do governo, e a obter uma maior retabilidade desta.

O instrumento principal desse trabalho seria um levantamento cadastral que abrangeria não só a situação física-social-econômica, como um todo, como também a situação de cada ocupante da área.

OBJETIVO GERAL:

Conhecimento e identificação da problemática da área, assim como as expectativas da comunidade em relação as soluções. Em síntese o diagnóstico da área.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Provimento de recursos que venham contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Obtenção de dados que possibilitem a elaboração de programas geradores de rendas.

Obtenção de dados que possibilitem fornecer equipamentos comunitários e serviços sociais para comunidade.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

ATIVIDADES:

Com a ação de Assistente Social:

- _ Coordenação dos trabalhos de cadastramento
- _ Formação de grupos dentro da comunidade, para que participem de pequenos projetos de geração de rendas e grupos de "Ação Social", ou seja, grupos através dos quais as pessoas serão levadas a participarem efetivamente, na solução de problemas do meio em que vivem.

RECURSOS:

Materiais: *01 sala para o serviço social, promover as reuniões de grupo.

*01 arquivo para guardar material inerente ao trabalho executado na localidade.

*01 mesa com gavetas

*01 cadeira

*04 bancos de 1,5 m de comprimento

*01 carro

*01 mineógrafo

Humanos: *01 Assistente Social, no custo mensal de 04 salários mínimos.

*14 cadastradores de nível médio, no custo mensal de 01 sal. mínimo (serviços temporários: 02 meses).

*01 motorista, no custo mensal de 01 sal. mínimo e meio + diárias.

Institucionais: *SECPLAN (Centro de Processamento de dados).

*FEEM

*Fundação Leão XIII



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E DO INTERIOR

3.2. EDUCAÇÃO

Existe em Campo Alegre uma escola comunitária de camponeses orientada e coordenada por técnicos (educadores) desta Comissão de Assuntos Fundiários.

Hoje, contamos com 400 crianças matriculadas na faixa de idade entre 5 a 12 anos, cursando do pré-escolar à terceira série do primeiro grau.

Os recursos disponíveis àquela comunidade são insuficientes para a execução do Projeto de Educação desenvolvido na área, que necessita de toda a infra-estrutura necessária para a manutenção da escola.

O Governo do Estado está construindo um prédio que abrigará as 400 crianças carentes daquela comunidade, filhos dos camponeses assentados no local, que estão alojados em condições inadequadas.

O êxito daquele Programa de Educação, com algumas características rurais, está em se ter acesso a alguns recursos, para compra de alguns materiais, que possa viabilizar o Projeto.

Levando em consideração que a população infantil existente em Campo Alegre ultrapassa a casa dos 800, há necessidade de num futuro bem próximo construir-se mais uma escola naquela área.

1) Material permanente:

- a) 4 mesas para professores, 4 cadeiras para professores, 4 armários de aço de duas portas com prateleiras, 1 mimeógrafo a álcool, 1 quilhotina, 1 grampeador profissional, 1 geladeira a querosene, 1 máquina de escrever.

2) Material de consumo e didático:

- a) livros, cadernos, lápis, borrachas, apontadores, papel ofício, papel para mimeógrafo, stencil, jogos didáticos, giz, lápis de cera etc.

3) Merenda escolar

4) Contratação de pessoal:

- a) professoras, serventes, merendeiras e coordenadora.

5) Construção de uma escola de 04 (quatro) salas.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

3.3- Saúde:

Pretendemos ser um serviço de saúde, que possa oferecer os cuidados primários de saúde, através de consultas simples de clínica médica, pediatria e puericultura, assistência pré-natal, preventivo ginecológico e resultado de exames laboratoriais simples.

Além disso, precisamos ter condições de prestar primeiros socorros em pequenas emergências clínicas e cirúrgicas e por isso é necessário a aquisição de equipamento e material permanente para a montagem do fato de saúde de Campo Alegre.

Em virtude da grande extensão da área e com a finalidade de serem realizadas visitas domiciliares à população rural pelos médicos e agentes de saúde, necessita-se de um veículo próprio para estradas de terra.

EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE:

- * Mobiliários
- * Arquivo
- * Estetoscópio de Pynarol
- * Oto-oftalmoscópio
- * Estetoscópio e aparelho de pressão
- * Balança para criança e adulto
- * Máquina de escrever
- * Geladeira
- * Cama para exame clínico-ginecológico e foco de luz e material de exame.
- * Caixa de sutura
- * nebulizador
- * Material para coleta e exame laboratorial (sangue, urina, fezes e preventivo):



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

4- Custo previsto para execução so plano emergencial.

Importa o Plano Emergencial de Campo Alegre, nos oito - meses previstos para sua duração, a quantia de CR\$ 2.689.070.000 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e nove milhões e setenta mil cruzeiros), equivalentes à 33.593.362 ORTN no mês de janeiro de 1986.

4.1- Infra Estrutura Institucional.

4.1.1- Planejamento Agrícola:

Material permanente.....	CR\$ 88.920.000
Insumos Agrícolas.....	CR\$ 786.930.000
Recursos humanos.....	CR\$ 224.2480.000
sub-total:.....	CR\$ 1.110.330.000

4.1.2- Planejamento Florestal:

Obras e instalações.....	CR\$ 30.000.000
Material de consumo e equipamentos.....	CR\$ 20.000.000
Recursos humanos.....	CR\$ 22.320.000
Outras despesas.....	CR\$ 10.680.000
sub-total:.....	CR\$ 83.000.000



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

4.1.3- Centro de Desenvolvimento Rural Integrado:

Equipamentos.....CR\$ 103.000.000
Material de Escritório.....CR\$ 20.830.000
sub-total:.....,CR\$ 123.830.000

4.1.4- Alojamento para os técnicos:

Reforma das Instalações:.....CR\$ 1.350.000
Aquisição de Utensílios p/ a casa CR\$ 60.000.000
Contratação de Pessoal.....CR\$ 8.000.000
Construção da casa do vigia....CR\$ 10.000.000
Alimentação p/ os técnicos.....CR\$ 30.000.000
sub-total.....CR\$109.350.000

4.1.5 - T O T A L:

Planejamento Agrícola.....CR\$ 1.110.330.000
Planejamento Florestal.....CR\$ 83.000.000
Centro de Desenv. Rural Integrado CR\$123.830.000
Alojamento p/ os técnicos..... CR\$ 109.350.000
T O T A L..... CR\$1.426.510.000



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

4.2- Infra Estrutura Social.

4.2.1- Apoio à vida Comunitária.

Recursos materiais.....	CR\$ 45.550.000
Recursos humanos.....	CR\$ 46.480.000
sub-total.....	CR\$ 92.030.000

4.2.2- Educação.

Material permanente.....	CR\$ 35.000.000
Mat. de consumo e didático....	CR\$ 35.000.000
Merenda escolar.....	CR\$ 180.000.000
Contratação de pessoal.....	CR\$ 200.000.000
Construção de uma escola.....	CR\$ 200.000.000
sub-total.....	CR\$ 650.000.000

4.2.3- Saúde.

Material permanente e equipamentos....	CR\$ 487.530.000
Veículo Pick-Up.....	CR\$ 33.000.000
sub-total.....	CR\$ 520.530.000

4.2.4- T O T A L.

Apoio à vida comunitária.....	CR\$ 92.030.000
Educação.....	CR\$ 650.000.000
Saúde.....	CR\$ 520.530.000
T O T A L.....	CR\$ 1.262.560.000



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

4.3- Custo Total do Plano Emergencial:

Infra-estrutura Institucional.....	CR\$ 1.426.510.000
Infra-estrutura social.....	CR\$ 1.262.560.000
T O T A L.....	CR\$ 2.689.070.000



PROJETO CAMPO ALEGRE

SETOR HABITAÇÃO

PROJETO PILOTO DE AUTOCONSTRUÇÃO DE 20 CASAS, POÇOS DE ÁGUA E DEPÓSITO COMUNITÁRIO

FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Cr\$ 100 milhões (recursos do FUNDES, repassados através do BD-Rio)

OBJETIVOS

GERAL

Contribuir para a fixação dos posseiros na "Fazenda Campo Alegre" dentro de uma proposta global de assentamento de populações rurais.

ESPECÍFICOS

Melhorar as condições de moradia e saneamento básico da população servida, através de financiamento, assistência técnica na construção e, fundamentalmente, orientação a respeito de soluções alternativas de saneamento básico, considerando as disponibilidades locais.

Espera-se, neste projeto piloto, capacitar agentes de comunidade para que possam transmitir os conhecimentos sobre soluções alternativas na área de saneamento para o resto da população local.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

1. Com a participação de três técnicos da SECPLAN.
 - 1.1 Elaboração de um projeto habitacional, básico, com consultas à comunidade
 - 1.2 Elaboração de propostas, a nível alternativo, no que se refere ao saneamento básico
 - 1.3 Levantamento dos custos do material de construção e dos elementos a serem utilizados na solução da infraestrutura de saneamento.
 - 1.4 Apoiar e supervisionar o técnico da Comissão de Assuntos Fundiários que atua em campo.

2. Com a participação do técnico da Comissão de Assuntos Fundiários junto à comunidade.

2.1 Informe sobre custos, técnicas construtivas mais apropriadas e normas mínimas para solução dos problemas de saneamento (ver informe 1 e 2 em anexo)

2.2 Visitas de campo regulares por parte do técnico, com os seguintes objetivos:

- Propor compras coletivas dos materiais de construção para reduzir os custos
- Na medida do possível, planejar as diferentes etapas da construção, para que elas sejam comuns a todas as unidades, com o objetivo de sistematizar a difusão dos conhecimentos, ainda que rudimentares, para as diferentes etapas do processo construtivo.
- A participação do técnico em campo permitirá que ante o surgimento de algum problema que poderia ser solucionado por outros órgãos do Estado, se agilizem estes contatos.

BENEFICIÁRIOS

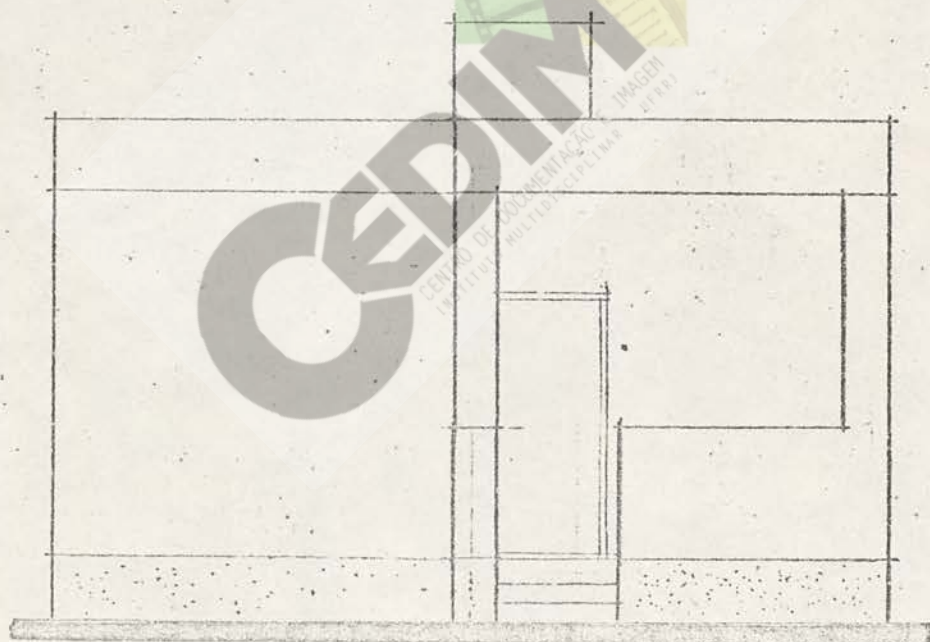
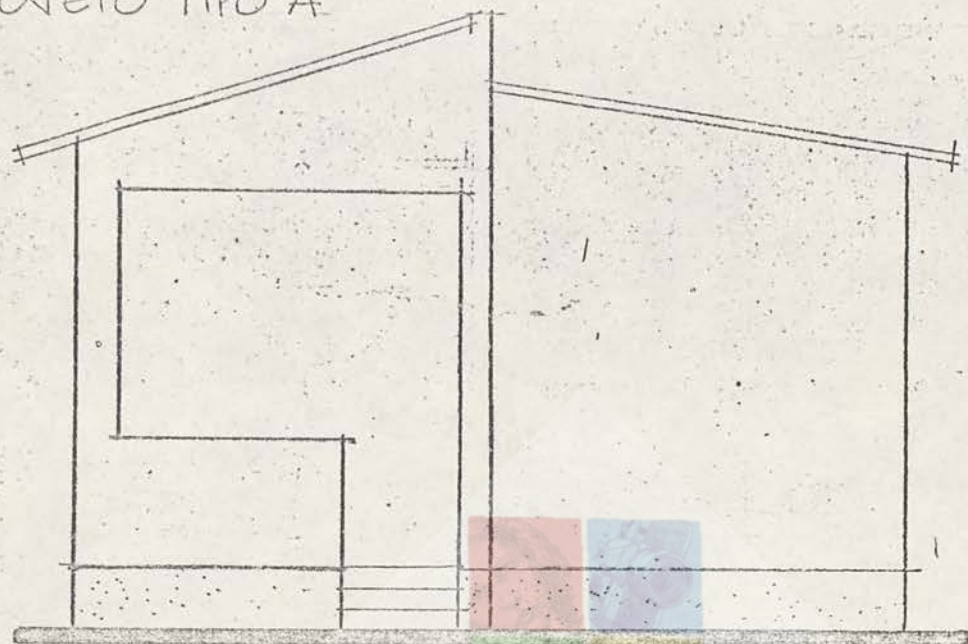
O projeto beneficiará diretamente a 20 famílias de uma população estimada no momento em 450 famílias.

Há a perspectiva de que a experiência de operacionalização adquirida neste processo, venha a beneficiar indiretamente o resto da população assentada, na divulgação pelos agentes do projeto, de técnicas alternativas de baixo custo para a elevação da qualidade de vida.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

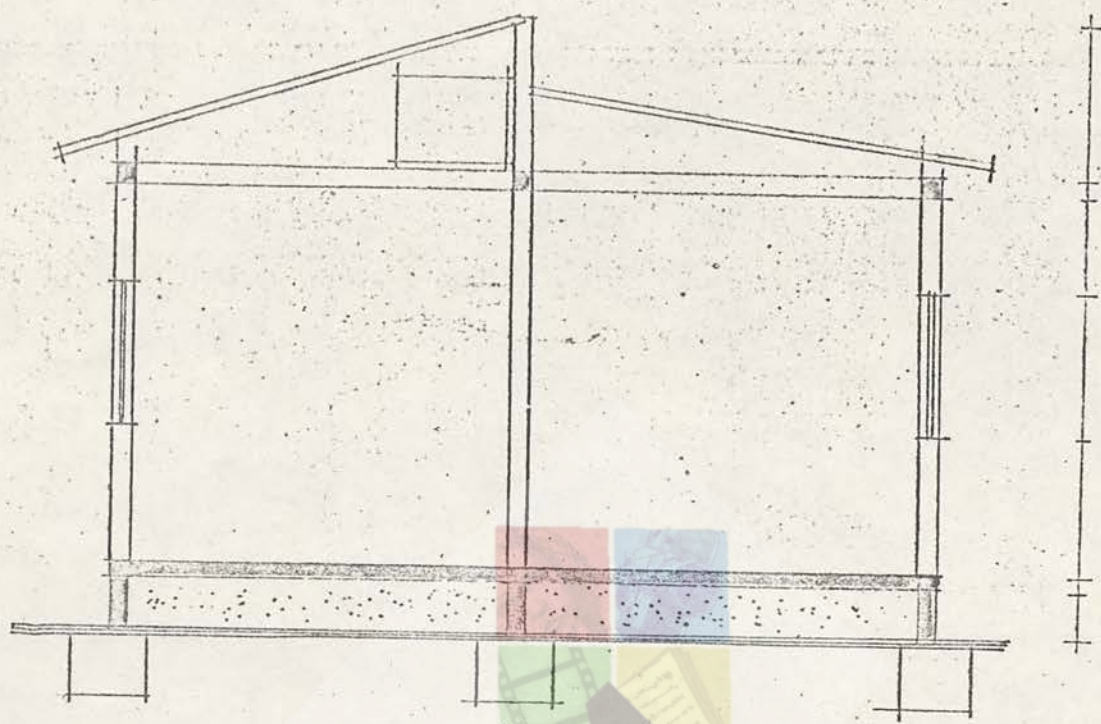
Serão realizadas nas reuniões semanais do Grupo de Trabalho Campo Alegre que elaborará um relatório mensal sobre este projeto específico.

FACHADA PRINCIPAL
PROJETO TIPO A

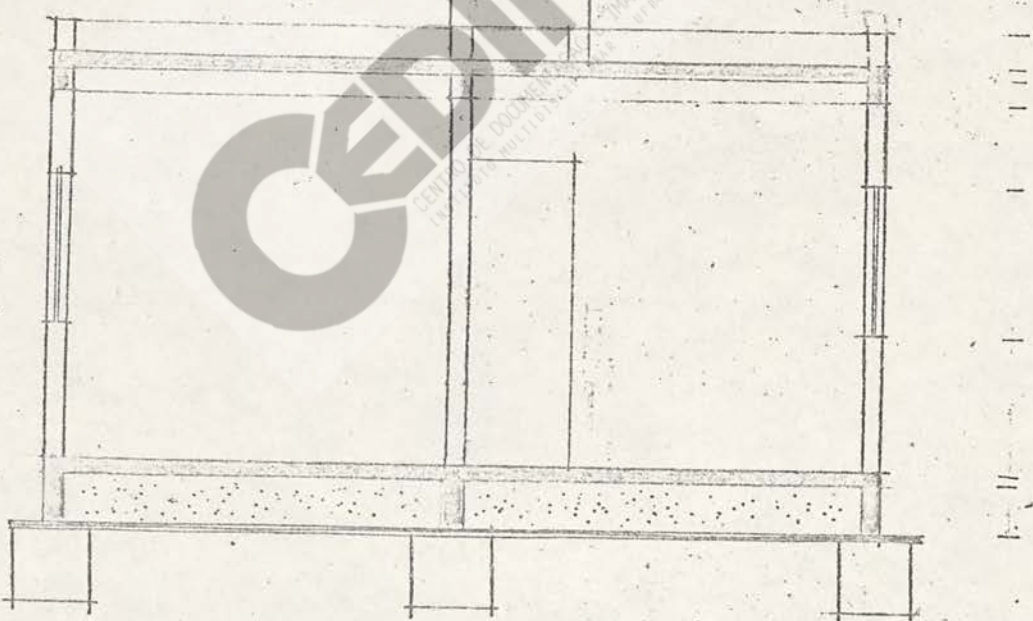


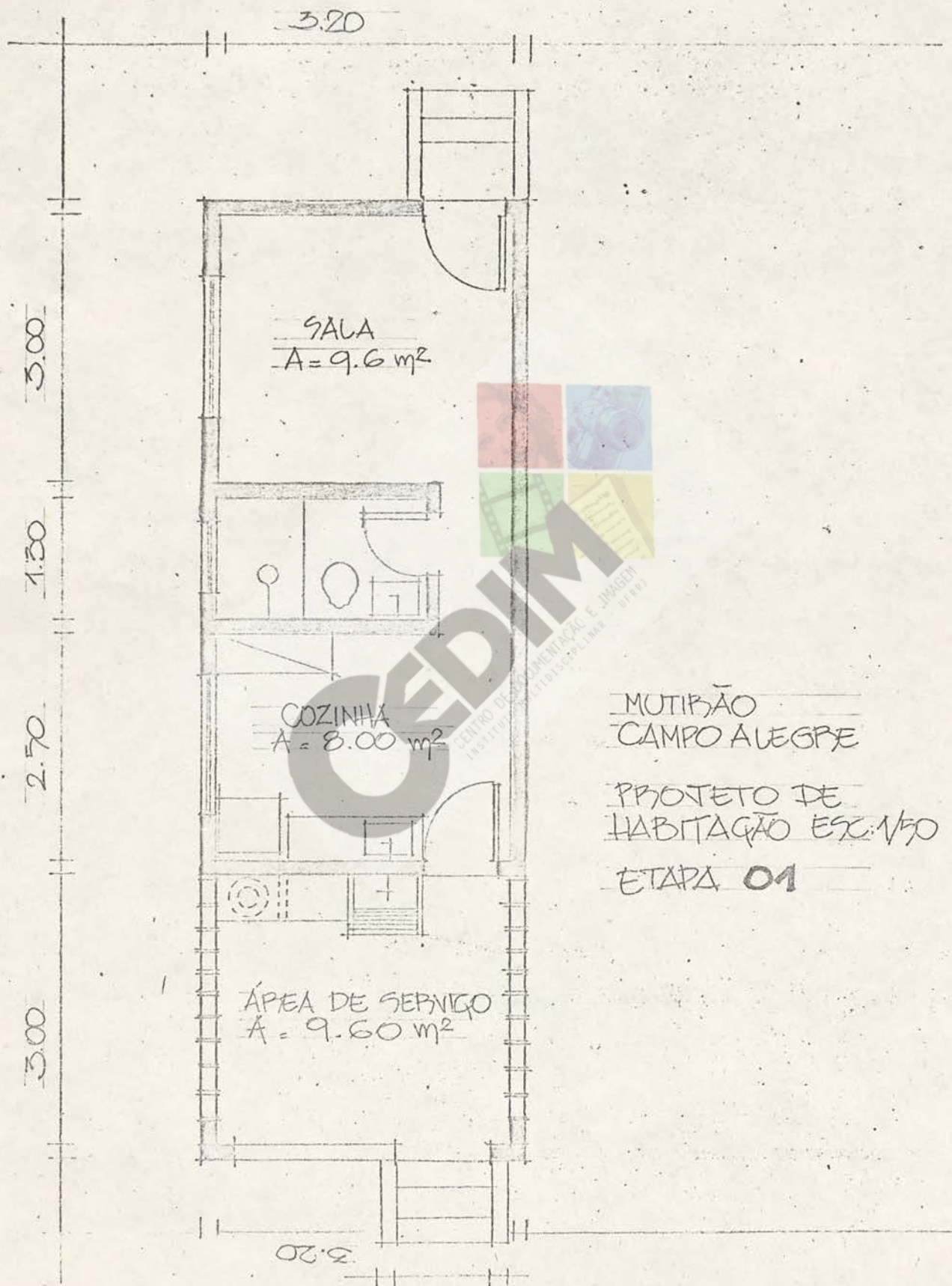
FACHADA DA ÁREA DE SERVIÇO
PROJETO TIPO B

CORTE A-B PROJETO TIPO A



CORTE A-B PROJETO TIPO B

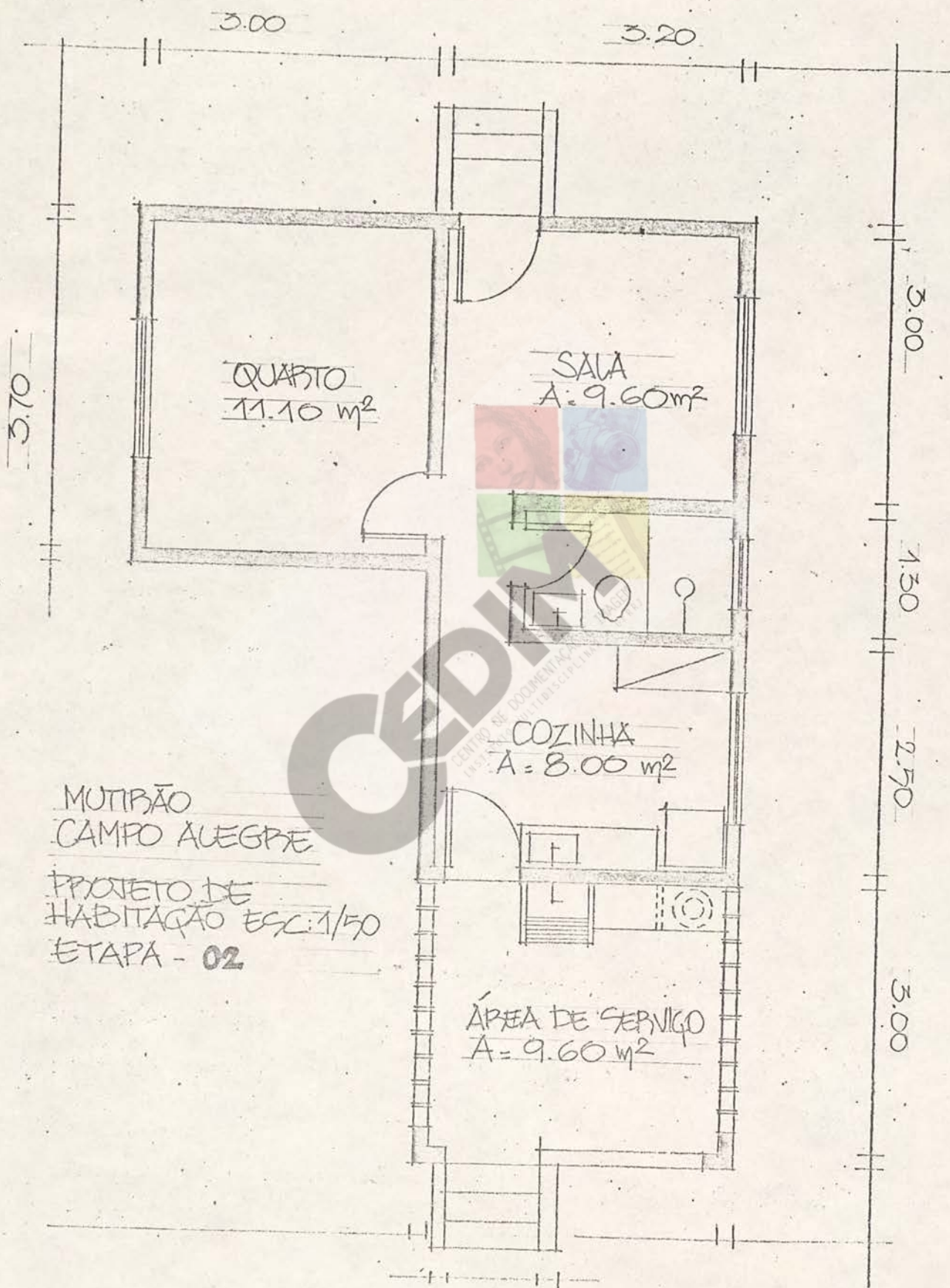




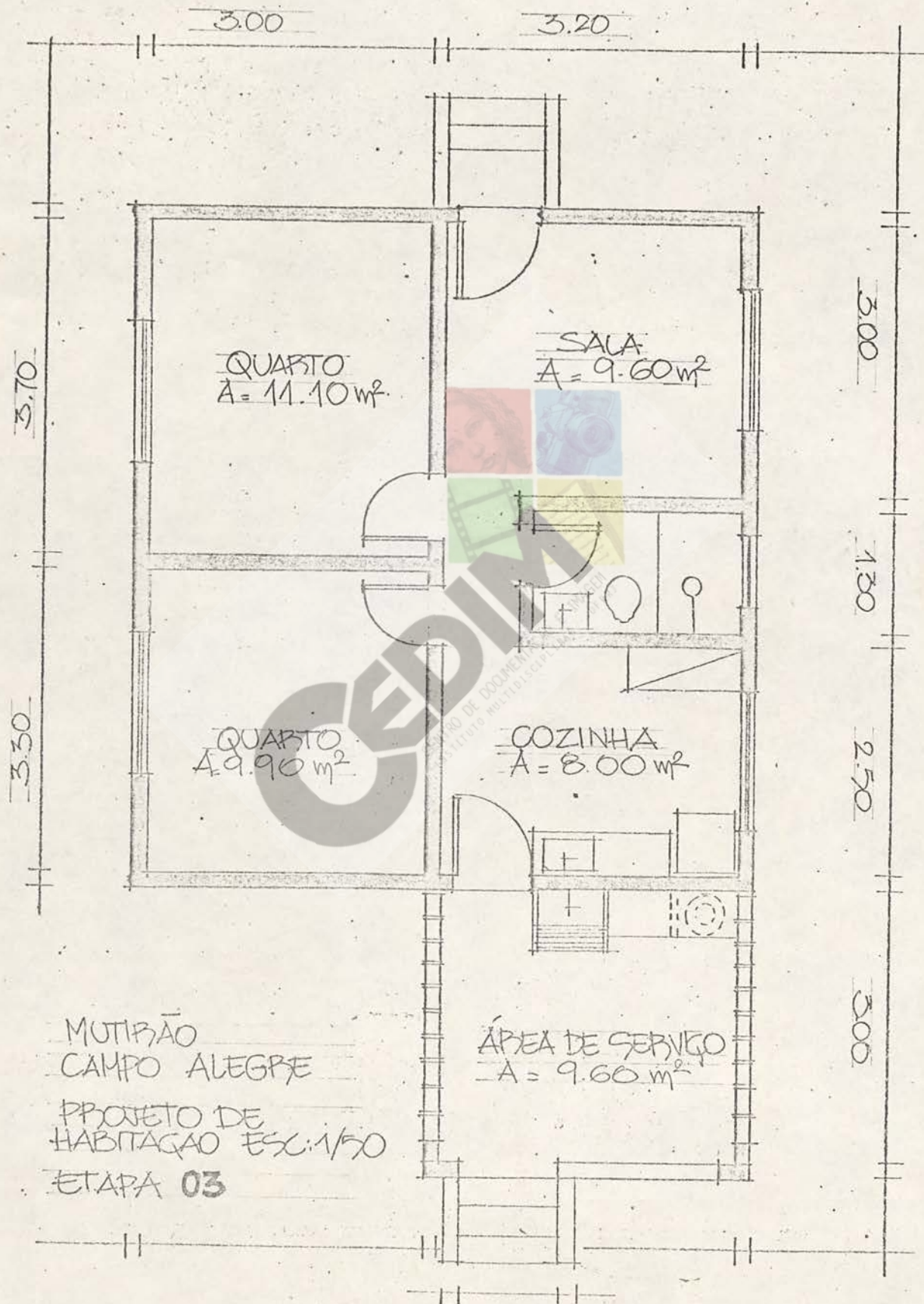
MUTIRÃO
CAMPO ALEGRE

PROJETO DE
HABITAÇÃO ESC. 1/50

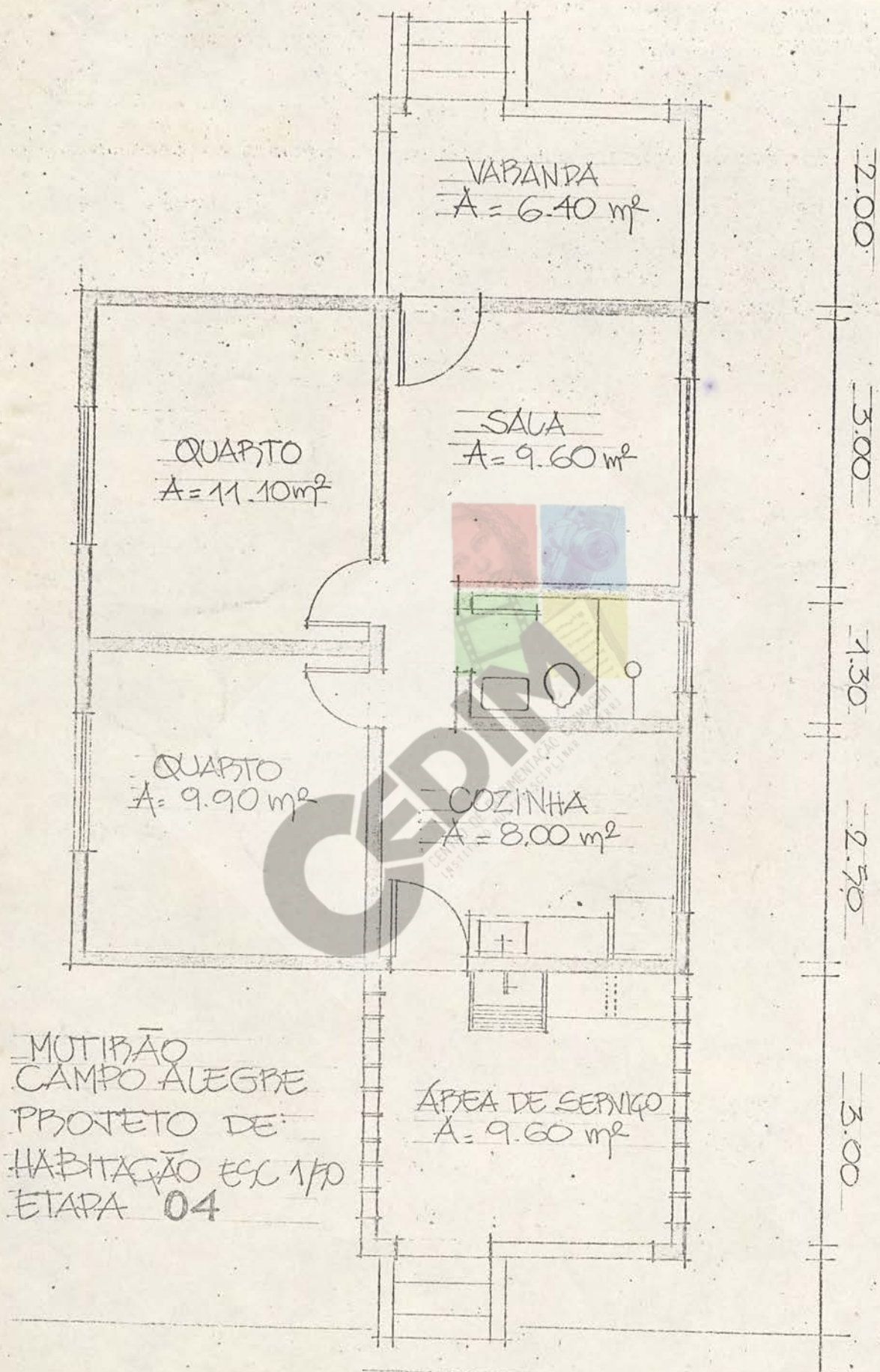
ETAPA 01



MUTIRÃO
CAMPO ALEGRE
PROJETO DE
HABITAÇÃO ESC. 1/50
ETAPA - 02



MUTIRÃO
CAMPO ALEGRE
PROJETO DE
HABITAGAO ESC: 1/50
ETAPA 03



NOTA AO SENHOR GOVERNADOR

PROJETO CAMPO ALEGRE

Apresentam-se, a seguir, algumas notas sobre o Projeto Campo Alegre, originadas de visitas feitas pelos técnicos da SECPLAN Célia Ravera e Victor Novicki da equipe de apoio à Comissão de Assuntos Fundiários.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Situação Fundiária

A Fazenda Campo Alegre, de propriedade controvertida achava-se abandonada do ponto-de-vista econômico e social, pois só vinha sendo utilizada por aproximadamente 8 (oito) fazendeiros, para criação extensiva de gado.

A maioria destes fazendeiros não são proprietários das áreas que ocupam, e aqueles que possuem títulos só legitimam algumas parcelas da área total. A ocupação dos fazendeiros, deu-se sobre os vários loteamentos ali implantados e posteriormente abandonados.

Registrou-se também a existência de pequenos posseiros espalhados em toda área como também um pequeno conglomerado urbano chamado Vila Americana. A situação fundiária será devidamente definida uma vez terminada a pesquisa cartorial. *(esta parte foi feita em Nova Iguaçu)*
Vila Americana

1.2 Localização

A Fazenda Campo Alegre está situada em Queimados, 2º Distrito do Município de Nova Iguaçu, distante km da Sede do Município.

1.3 Área do Decreto

Em face dos estudos referentes às plantas fornecidas pela FUNDREM foi elaborada a descrição dos limites e condições da área declarada de utilidade pública, com aproximadamente 3.500 ha (ver planta anexa).

Assinatura do (Assinante)

2. ASPECTOS SOCIAIS

2.1 Histórico

O processo de ocupação foi iniciado em janeiro de 1984 quando cerca de 300 agricultores sem terra nem trabalho e organizados no sistema de mutirão estabeleceram-se na área em acampamentos.

É importante salientar que esta ocupação responde a formas organizadas já praticadas em outras invasões (mutirão Nova Aurora), e conta com a participação de lideranças de larga trajetória na área rural e o Apoio da Comissão Pastoral da Terra.

Durante 6 meses essa permanência na área gerou confrontos com alguns fazendeiros locais, conflitos que foram atenuados pela participação conjunta da Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e do Interior. Até a assinatura do Decreto pelo Governador, a ocupação era caracterizada pelos próprios lavradores como precária e com fins de resistência.

2.2 Situação Atual

A partir da assinatura do Decreto declarando a área, com aproximadamente 3.500 ha, de utilidade pública para fins de desapropriação, o processo de ocupação sofre algumas transformações.

Observa-se um alto nível de mobilização e organização da comunidade, já que está se desenvolvendo um início de planificação do assentamento.

e da produção. Foram definidas áreas para serem divididas em lotes individuais-familiares, reservando outras áreas para atividades e cultivos comunitários e áreas de preservação permanente.

No momento, cerca de 100 lavradores já se estabeleceram, sendo que 60 deles em lotes individuais-familiares já demarcados e entregues de 3,0 a 4,5 ha cada e os demais concentrados em dois núcleos rurais (acampamentos) onde aguardam a demarcação dos seus lotes. Do total de 3.500 ha os lavradores já ocupam aproximadamente 500 ha. Segundo informações fornecidas pelas lideranças, foram suspensas as demarcações de novos lotes para concentrar toda atividade da comunidade no plantio das áreas coletivas.

Para melhor caracterizar a área-programa, a equipe de topografia está elaborando uma planta que identificará as áreas ocupadas pelos fazendeiros, posseiros e mutirão.

A F.A.S.E., recentemente incorporada ao processo está dando um apoio financeiro para o desenvolvimento dos cultivos comunitários, mediante o pagamento de ajuda de alimentação e financiamento do aluguel do trator (ver informe da página 8). (ver também na SECPLAN)

Na visita dos técnicos da SECPLAN percebeu-se que é imprescindível e urgente a elaboração de um projeto que discipline corretamente as propostas elaboradas pelos próprios agricultores, já que as organizações e lideranças participantes no processo carecem de preparação técnica para responder a esse propósito.

A comunidade expressa constantemente a necessidade de dispor da assistência técnica, social e financeira por parte do Estado e, neste sentido, existe grande expectativa da inauguração de um escritório onde atuariam os funcionários do Estado. Por outro lado, a não imediata participação do Estado no cadastramento dos lavradores e controle da ocupação pode gerar uma invasão desorganizada, provocando um processo de favelização.

Não existe nenhum equipamento comunitário próximo à área de assentamento. A comunidade está oferecendo assistência escolar a 32 crianças, mediante os serviços de uma professora voluntária, em condições extremamente precárias.

3. PERFIL DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS PARTICIPANTES

No processo de ocupação e assentamento dos lavradores na área, participam o Núcleo Agrícola Fluminense, Comissão Pastoral da Terra e a F.A.S.E. Frente à situação fundiária do Estado, estas entidades propõem a organização dos lavradores sem terra para ocupar e plantar em áreas que se encontram abandonadas dando ênfase a que as soluções somente são viáveis com a mobilização dos lavradores.

Muitas dessas ocupações foram desalojadas, porém algumas outras vão se estabelecendo, como é o caso do Mutirão Nova Aurora e mais recentemente Mutirão Campo Alegre. Com respeito à atuação dessas entidades foi detectada certa resistência por parte dos lavradores. As críticas expostas foram que a F.A.S.E. só dá assistência financeira a quem participa dos Núcleos Comunitários, deixando na carência os trabalhadores individuais.

Também é contestado o posicionamento do mutirão no que diz respeito à apropriação coletiva dos lotes pois isto não possibilitaria a disponibilidade de venda, por parte de seus ocupantes. Nesse sentido, as lideranças argumentam que os Núcleos Comunitários estão abertos a todos os ocupantes e no que diz respeito à apropriação coletiva é defendida a tese de que a propriedade individual possibilitaria a venda ou utilização do imóvel com fins diferentes da exploração agrícola.

Os evidentes erros desta polêmica indicam uma vez mais a necessidade da urgente participação do Estado para divulgar corretamente em que termos se efetivará a regularização fundiária das ocupações.

4. ALTERNATIVAS DE ASSENTAMENTO DA QUESTÃO DA TERRA

4.1 Desapropriação Integral

4.1.1 Vantagens

Tendo em conta que esta desapropriação não incluiria os pequenos posseiros espalhados na área e o conglomerado urbano, esta alternativa possibilita a retirada imediata dos grandes fazendeiros, fonte potencial de conflitos.

4.1.2 Desvantagens

Os recursos necessários para uma desapropriação desta natureza implicariam um grande investimento, pois na indenização estão incluídos não só o valor da terra nua como também as benfeitorias pertencentes aos fazendeiros. Por outro lado, o retorno social seria a médio prazo, pois iniciada a ação de desapropriação de maneira global, a utilização legal da terra pela comunidade hoje assentada, só poderia ser efetivada num prazo maior, o que geraria novos focos de tensão social produzidos pela precariedade do assentamento.

4.2 Desapropriação por Etapas

Esta alternativa supõe indenizações por etapas, privilegiando as áreas com poucas benfeitorias (cercas) e com assentamento de lavradores.

Para analisar a viabilidade desta alternativa a equipe de topografia está procedendo ao levantamento no campo da área ocupada pelos fazendeiros, suas benfeitorias e assentamento de lavradores. Este levantamento indicará a área a ser trabalhada como primeira etapa do projeto.

4.2.1 Vantagens

Esta alternativa envolve menores recursos por parte do Estado o que possibilita a implantação da desapropriação em pouco tempo.

tudo o decreto que declarou a área de utilidade pública teria um caráter social e político imediato.

4.2.2 Desvantagens

A diminuição da terra ocupada pelos fazendeiros e a permanência dos mesmos na área implica na sobrevivência dos focos de tensão. (?)

4.3 Considerações

As alternativas de encaminhamento da questão da terra exigem para uma análise correta a elaboração da planta cadastral pois ela oferecerá um leque de opções que hoje é impossível apresentar.

VISITAS DE CAMPO - Informe

Entendemos que as informações obtidas em campo são importantes para esboçar alguns elementos de diagnóstico da situação atual.

02.7.84 - Técnicos participantes: Celia Ravera e Victor Novicki (SLCPLAN)

Encontra-se, na área, um grupo de aproximadamente 30 (trinta) lavradores, que estão se preparando para trabalhar as terras demarcadas como coletivas. Manifestam preocupação porque as promessas do Governo expressas quando da assinatura do decreto não estavam sendo cumpridas, assim como reivindicam o trato prometido pela Prefeitura de Nova Iguaçu.

Informam que com recursos fornecidos pela L.A.S.F. alugaram um trator e estão comprando os insumos necessários para a implantação da planta de que a sopa prometida pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Previdência Social só foi distribuída na área durante uma semana. Posteriormente

Alguns passaram em contato com funcionários da F.A.S.E. no Estado do Maranhão e da Habitação onde foram informados que o transporte foi suspenso devido a falta de transporte. Nesse sentido ficou combinado que emergencialmente os carros utilizados pelos técnicos que trabalham na área (SECRETARIA e Comissão Fundiária) seriam utilizados para o transporte da alimentação.

Também ressaltam que a provocação dos fazendeiros diminuiu consideravelmente e atribuem esta conduta à certeza de não impunidade a partir da intervenção do Estado.

Laerte, caracterizado como o líder mais importante do mutirão, oferece ao Estado a casa que a Comissão Diretora está usando como sede, para que nela seja feito o levantamento cadastral pela Comissão de Assuntos Fundiários. Na visita à casa, se observa que esta só poderia ser utilizada como solução emergencial, tendo em conta que não tem eletricidade e que já está sendo usada pela Comissão do Mutirão.

Nesta primeira visita os técnicos constataram a extrema situação de precariedade no que se refere à moradia e alimentação das pessoas assentadas no local. As doações das igrejas e da comunidade local foram diminuídas sensivelmente frente à expectativa da ajuda governamental.

Os recursos da F.A.S.E. usados para alimentação são exíguos porque as lideranças entendem que o destino dos mesmos é a compra de insumos agrícolas e aluguel do trator até a intervenção do Estado nesse sentido. Como conclusão desta visita parece conveniente assinalar a necessidade da elaboração de um programa emergencial por parte do Estado.

04.07.84 - Técnicos participantes: Celso Naveira e Victor
Mota (SECRETARIA)

Participação na Assembleia do Mutirão de Campo Alegre, que se realiza de 15 em 15 dias. Aproximadamente 200 lavradores participam, as lideranças do mutirão, membros da Pastoral da Terra e o representante da F.A.S.E.

... tiveram em contato com funcionários do Estado do Instituto de Habitação onde foram informados que o ... a copa foi que penso devido a falta de transporte. Nesse sentido ficou decidido que emergencialmente os carros utilizados pelos técnicos que trabalham na área (SECRETARIA e Comissão Fundiária) seriam utilizados para o transporte da alimentação.

Também ressaltam que a provocação dos fazendeiros diminuiu consideravelmente e atribuem esta conduta à certeza de não impunidade a partir da intervenção do Estado.

Laerte, caracterizado como o líder mais importante do mutirão, oferece ao Estado a casa que a Comissão Diretora está usando como sede, para que nela seja feito o levantamento cadastral pela Comissão de Assessoria Fundiária. Na visita à casa, se observa que esta não poderia ser utilizada como solução emergencial, tendo em conta que não tem eletricidade e que já está sendo usada pela Comissão do Mutirão.

Nesta primeira visita os técnicos constataram a extrema situação de precariedade no que se refere à moradia e alimentação das pessoas assentadas no local. As doações das igrejas e da comunidade local foram diminuídas sensivelmente frente à expectativa da ajuda governamental.

Os recursos da F.A.S.E. usados para alimentação são exíguos, porque as lideranças entendem que o destino dos mesmos é a compra de insumos agrícolas e aluguel do trator até a intervenção do Estado nesse sentido. Como conclusão desta visita parece conveniente assinalar a necessidade da elaboração de um programa emergencial por parte do Estado.

04.07.84 - Técnicos participantes: Celso Ruyter e Victor ... (SECRETARIA)

Participação na Assembleia do Mutirão de Campo Alegre, que se realiza de 15 em 15 dias. Aproximadamente 200 trabalhadores, também presentes, as lideranças do mutirão, membros da Pastoral ... e o ... da F.A.S.E.

Alguns lavradores expuseram reservas em relação à participação da F.A.S.E., caracterizando-a como uma ajuda que finalmente se apropriaria das terras, assimilando a ajuda alimentícia como salário. O funcionário da F.A.S.E. explica o programa, e convida a todos a participarem do mesmo.

Os membros da Pastoral da Terra insistem no sentido de preservar a unidade do movimento, apelando pela continuidade e organização pois os objetivos ainda não foram alcançados. As lideranças também colocam que a ação do governo foi iniciada e que é preciso a continuidade da luta.

Entre os lavradores - à diferença das lideranças - se observa uma atitude esperançosa em relação a participação do Governo e muitos deles fazem questão de frisar em suas intervenções que o Governo Brizola cumpra suas promessas.

PROJETOS AGRÍCOLAS QUE JÁ ESTÃO EM CURSO DE EXECUÇÃO COM APOIO DA F.A.S.E.

O programa, contempla a implantação de 3 (três) roças e 1 (uma) horta comunitária, trabalhadas por equipes organizadas e 10 (dez) membros cada uma.

O trabalho já foi iniciado com a organização de 3 (três) equipes, pretendendo aproveitar a época de plantio (agosto e setembro) e, sobretudo, consolidar a ocupação.

Segundo informe do técnico da F.A.S.E. (o programa), para seu correto aproveitamento, necessita a participação do Estado no que se refere à financiamento do material agrícola, sementes e mudas, adubos orgânicos e assistência técnica.

A população atendida é de 40 (quarenta) lavradores e os recursos a serem adiantados aos produtores são de Cr\$ 5.120.000,00. Os técnicos

do Estado que estão trabalhando na área foram informados recentemente pelo funcionário da F.A.S.E. que esta entidade estaria com dificuldade financeira para a execução do projeto.

ENCAMINHAMENTO DO PROJETO AGRO-URBANÍSTICO DE OCUPAÇÃO

De acordo com o diagnóstico estabelecido pelos técnicos que atuam na área, a Fazenda Campo Alegre deveria ser caracterizada como área urbana, tendo em conta sua proximidade às rodovias, as facilidades de acesso e a proximidade de centros urbanos importantes, que permite a captação de mão-de-obra excedente para trabalho em comércio, indústria, serviço, etc como também para comercialização da produção agrícola.

Parece fundamental que algumas opções básicas sejam feitas sobre a forma de intervenção do Estado, em termos da ocupação da área, do encaminhamento legal da questão, do projeto agro-urbanístico, do tipo de apoio que os órgãos estaduais devem prestar e da coordenação do projeto. Quanto a este último item, reafirma-se a necessidade de presença permanente no local de uma equipe multidisciplinar para implantação do projeto e que disponha dos meios adequados para tanto.



RELATÓRIO SOBRE CAMPO ALEGRE

Atividades Imediatas

- 1 - Contato com a comunidade: identificação dos problemas e levantamento de suas propostas, visando fornecer elementos para elaboração do programa de trabalho.
- 2 - Levantamento cartorial: visita ao Escritório da FUNDREM, encarregada deste trabalho, para orientação do mesmo, de acordo com as necessidades do programa de trabalho.
- 3 - Cadastramento dos lavradores: Identificar na visita de campo, imóvel a apropriado para execução dessa atividade.
- 4 - Descrição dos limites e confrontações e cálculo aproximado da área: respeitando as exigências do Decreto que declara a área de utilidade pública.
 - 4.1 - Já foi delimitada a área em planta, calculadas as coordenadas dos vértices, os rumos, o perímetro da poligonal, o perímetro da área, o rumo de partida dos limites naturais, calculada a área em hectares, elaborada a minuta de descrição dos limites naturais e dos vértices da poligonal. Situa-se os marcos geodésicos em planta.

OBS.: a topografia depende do levantamento cartorial para identificar as confrontações.
 - 4.2 - Programação dos trabalhos de campo:
 - a) localização dos marcos geodésicos;
 - b) a programação de serviços fica na dependência da decisão de desapropriar total ou parcialmente a área.
- 5 - Avaliação das benfeitorias dos antigos posseiros: Em poder da C.A.F. encontram-se Declarações de Benfeitorias de 03 fazendas, relacionadas pelos próprios ocupantes.

1 - TÉCNICOS AVALIADORES

- VICTOR ARAUJO NOVICKI - Engº Agrº — SECPLAN
- JOSÉ PAULO DE SOUZA - Engº Agrº — EMATER

Os técnicos visitaram a área ocupada pela família Barbosa (Sítio Três Barras, Sítio Bom Pastor, Sítio Novo Horizonte), com uma superfície aproximada de 135 ha, segundo informações do ocupante. Foi feita a verificação das benfeitorias (Culturas) relacionadas no informe apresentado, ficando a quantificação das áreas exploradas com as culturas existentes subordinada aos trabalhos de topografia.

Na oportunidade, foi percorrida toda a área, acompanhado do ocupante, que indicou os limites do imóvel.

Foram mantidos contatos com os Srs. Barbosa, Manoel Toledo e José Alves Torres, fazendeiros da área a ser desapropriada, estes expressaram seu desejo de saírem imediatamente da área com prévia indenização das benfeitorias e área titulada, pois alegam que suas posses perderam o caráter de pacífica devido a presença do mutirão.

OBSERVAÇÃO:

É imprescindível que uma Equipe de Topografia acompanhe o trabalho de Avaliação de Benfeitorias.

MEIOS OPERACIONAIS - AVALIAÇÃO DAS BENFEITORIAS

- 1 FUSCA com disponibilidade comprometida para toda duração do trabalho;
 - DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO ✓
 - 1 TRENA DE FIBRA COM 50 MTS.
 - COMBUSTÍVEL (1 tanque/dia)
- 6 - Levantamento Aerofotogramétrico:

6.1 - Só se faz necessária no caso de desapropriação total, a fim de agilizar os serviços de atualização cadastral dentro de um prazo hábil;

6.2 - Em caso contrário, utilizar-se-ão os meios topográficos para atualização cadastral, visando maior racionalização e agilização do trabalho.

Nesse método serão utilizados os marcos geodésicos de 3ª ordem, que darão origem a um adensamento de pontos coordenados que serão implantados por triangulação.

Desses vértices coordenados partirão poligonais eletrônicas para apoio do cadastramento de culturas, benfeitorias, cercas, etc.

7 - Definição do uso do solo:

- urbano;
- rural

8 - Aptidão agrícola

- orientação das culturas;
- estabelecimento do módulo de área

9 - Apoio técnico aos programas emergenciais de produção, em curso (anexo)

10 - Orgãos participantes:

- CAF: instalação do escritório, coordenação do programa de regularização fundiária e levantamento topográfico;
- SECPLAN: Participação de técnicos para colaborar no programa de regularização fundiária e levantamento topográfico
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO: (EMATER, SIAGRO e PESAGRO): Laudo técnico sobre a qualidade do solo. Este trabalho somente será realizado, dentro dos padrões técnicos, após definição das áreas a serem desapropriadas e das culturas que nelas se implantarão.
- Apoio técnico-agrícola.

- FUNDREM: levantamento cartorial.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: Apoio técnico com topografia

11 - Órgãos de apoio:

- EMOP
- DER
- FEEMA
- SERLA

12 - Meios operacionais:

Para execução das atividades iniciais:

(topografia)

- 1 KOMBI ou PICK-UP
- Instrumental de topografia
- Diárias de alimentação
- Combustível
- OBS.: o trabalho de campo inicia-se a partir das 7.00 horas da manhã



P L A N O D E A C Ã O D E 1 9 8 6

P A R A A F A Z E N D A C A M P O

A L E G R E

R E S U M O:

- 01) Introdução
- 02) Alguns dados sobre a área
- 03) Considerações Gerais
- 04) Programação dos trabalhos de ATER por Comunidade
- 05) Programação dos trabalhos de ATER por projeto
- 06) Outras atividades
- 07) Observações finais

1 - INTRODUÇÃO:

A experiência de Campo Alegre é importantíssima dentro do Estado. Pode-se dizer que pela primeira vez, em tantos anos, Camponeses conquistam o / apoio Governamental para a sua luta pela resistência na terra, sensibilizando se / tores do poder público que se deparam com uma realidade completamente diferente / das que até hoje se configuraram: uma situação de assentamento rural em que os / assentados, longe da ideia de passividade que o termo sugere, são sujeitos ati / vos e determinantes do seu próprio processo de assentamento com mecanismos pró / prios de organização e decisão.

Tudo isto gerou uma situação singular, para a qual não havia pro / fissionais especificamente treinados. Pode-se dizer que os profissionais que tra / balham em Campo Alegre estão reaprendendo, adaptando formas, comunicação, conhe / cimentos, num grau de exigência muito maior e mais urgente que o visto em Comuni / dades rurais comuns.

Ao mesmo tempo, o Governo estadual começa a investir com mais for / ça em Campo Alegre, aumentando em muito a responsabilidade dos Técnicos, Órgãos / e Secretarias envolvidas no projeto. Além disso, há a responsabilidade de se / fazer dar certo uma experiência de reforma agrária localidade.

É dentro deste contexto que foi elaborado este plano de ação.

2 - ALGUNS DADOS SOBRE A ÁREA:

2.1 - O Espaço geofísico

Campo Alegre possui 3.500 ha de todo, comportando hoje cerca de / 450 lotes de 03 ha cada um. Está localizado em Queimados (Distrito de Nova Igua / çu) em local de relativo difícil acesso.

2.2 - Histórico

A área, originalmente um loteamento urbano abandonado, encontrava- / -se em mãos de grileiros e em alto grau de ociosidade.

Em 09 de Janeiro de 1984 cerca de 300 famílias de sem-terra ocupa / ram a área, começando a dividi-la em lotes e iniciando o plantio, na medida do / possível, organizando comissões por tarefas e formando uma Associação; a Associa / ção Mutirão de Campo Alegre, registrada em Cartório.

A 20 de Julho de 1984, atendendo a reivindicações dos Camponeses, / o Governador LEONEL BRIZOLA declara a área como de utilidade pública para fins /

de desapropriação. A 30 de agosto de 1984, o então Secretário de Agricultura, Deputado Elias Camilo Jorge, constitui um grupo de trabalho executivo, composto por representantes da Secretaria de Agricultura, SIAGRO-RIO e EMATER-RIO, ao qual se somaram técnicos da Comissão de Assuntos Fundiários (Secretaria de Justiça) e Secretaria de Planejamento, afim de elaborar, executar e posteriormente acompanhar o Projeto Emergencial de Campo Alegre. Sempre a partir de reivindicações dos Camponeses, as verbas começam a ser liberadas, alcançando hoje um montante de cerca de Cr\$ 01 bilhão (exclusive salários dos Técnicos, viaturas e combustíveis) para aplicação tanto nos setores econômicos (agropecuária) como nos setores sociais (saúde, educação, habitação, etc.).

2.3 - O Público

Atualmente em Campo Alegre encontram-se cerca de 450 famílias, sendo 350 no setor mais antigo da ocupação e 100 no setor ocupado em março último (Marapicu).

São, em sua esmagadora maioria, migrantes originários do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Norte Fluminense, radicados na Baixada Fluminense há cerca de dez a vinte anos, com origem rural. Motivados pelo desemprego e pelas precárias condições de vida que oferecem as periferias das grandes cidades, vêm como única saída para a sua sobrevivência o retorno ao campo.

Caracterizam-se pela pouca experiência agrícola (com exceções) e habilitação múltipla em serviços diversos (Carpintaria, mecânica, construção civil, etc.).

3 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Como já foi dito, a situação de Campo Alegre, assim como a de outras ocupações e assentamentos, é muito específica, e exige do Técnico envolvido um comportamento igualmente específico. Portanto, o plano de Ação deve levar em conta atividades não propriamente pertinentes à ATER, mas que, sem as quais, será impossível realizar qualquer outro trabalho consequente, visto tratar-se de um público em fase de instalação, ainda sem bases seguras, em condições ainda precárias, e com um sem número de exigências prementes que pedem respostas emergenciais. Esta situação é agravada pelo diminuto nº de /

Técnicos atuando na área.

Aí se enquadram, entre outras atividades, as seguintes:

- 3.1 - Assessoria no controle do serviço de preparo de solo e formação de patru lhas mecanizadas;
- 3.2 - Assessoria no controle de entrada e saída de insumos e sua racional dis tribuição;
- 3.3 - Participação na implantação do sistema "troca-troca" de pagamento de insu mos e serviços financiados;
- 3.4 - Apoio ao fortalecimento das organizações de Camponeses em Campo Alegre , tanto o nível econômico como o nível administrativo;
- 3.5 - integração do grupo multidisciplinar intersecretarial para promoção de desenvolvimento integrado na localidade;
- 3.6 - Assessoria em questões diversas, frequentes em situações como as de Cam po Alegre, à medida que seja solicitada pela Diretoria e/ou comissões da Associação Mutirão de Campo Alegre (avaliações, pareceres técnicos, lau dos, etc.) e/ou Governo de Estado;
- 3.7 - Apoio e fomento à articulação de diversos órgãos governamentais com fun ção no projeto;
- 3.8 - Participação na discussão de metodologia a ser empregada para elaboração de plano global, junto o grupo intersecretarial e diretoria da Associa / ção Mutirão de Campo Alegre;
- 3.9 - Assessoria e participação ativa na elaboração de plano global para a / área, junto o grupo intersecretarial e diretoria da Associação Mutirão / de Campo Alegre;
- 3.10 - Participação na formação do Centro de Desenvolvimento Rural em Campo / Alegre.

Cabe ressaltar que o aspecto de integração intersecretarial é / aí imprescindível.

Em relação ao trabalho da ATER, é importante levar em conta o exposto no item 2.3. Deduz-se daí um trabalho mais árduo, mais intenso e mais urgente que o normal.

4 - PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS DE ATER POR COMUNIDADE

Campo Alegre, devido ao seu tamanho e particularidades localiza das de público, áreas e acidentes geográficos, foi dividida em oito regiões (ou /lcp.

"comunidades"), que nesta programação serão reduzidas a seis, a saber:

- Fazendinha
- Mato Grosso
- Chapadão/Beira-Rio
- Terra Nova
- Mutirão/Acampamento
- Capoeirão

Dentro delas, há atividades específicas a serem realizadas, cujas linhas gerais constam no quadro abaixo:

ATIVIDADES	C O M U N I D A D E S											
	FAZENDINHA		MATO GROSSO		CHAPADÃO		TERRA NOVA		ACAMPAMENTO		CAPOEIRÃO	
	Nº	Prod. Envolv.	Nº	Prod. Envolv.	Nº	Prod. Envolv.	Nº	PROD. ENVOLV.	Nº	PROD. ENVOLV.	Nº	PROD. ENVOLV.
ADUBAÇÃO VERDE												
- Produção de sementes de leguminosas		10										
- Reuniões	02	25										
- U.D.	01	47										
HORTA COLETIVA												
- Reuniões preliminares	06	10										
- Visitas semanais	24	10										
- Reuniões de avaliação	10	10										
ADUBAÇÃO ORGÂNICA												
- Reuniões	02	20	04	30	02	15	02	15				
APOIO À ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA												
- Reuniões	20	35	20	30	20	25	20	15			20	20
CURSO SOBRE USO DE AGROTÓXICOS												
(Apoio SENAR)	01	20	01	20					01	20		
CONSERVAÇÃO DO SOLO												
- Reuniões			03	30			02	15			02	20
- U.D.			01	30	01	30	01	25			01	30
TREINAMENTO DA CULTURA DO ARROZ												
- Reuniões			01	20			01	15	01	20		
- Excursão (Apoio CAF/SECPLAN/STQ)			01	15			01	15	01	15		

Resalte que este quadro fornece linhas gerais e pode ser complementado e/ou modificado de acordo com a dinâmica que os grupos apresentarem a avaliação a ser feita nas reuniões de organização comunitária.

Também é importante lembrar que este quadro é naturalmente complementado pela programação da ATER por projetos (Item 5).

5 - PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS DA ATER POR PROJETOS.

5.1 - FORÇA DE TRABALHO : 01 Eng. Agrônomo efetivo com apoio do EL/CPG.

5.2 - ASSUNTOS A DESENVOLVER:

- Pequenos animais (Avicultura e caprinocultura)
- Fruticultura
- Olericultura
- FAMM
- Tração Animal
- Bem Estar Social (Com apoio da Ex. Social)

5.3 - PREVISÃO DAS ADOÇÕES NAS PRINCIPAIS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

ATIVIDADE	TOTAL SEM REPETIÇÃO	OLERICULTURA	FRUTICULTURA	FAMM
<u>CONSERVAÇÃO DO SOLO</u>				
Produtores	80		80	80
Área	80		80	80
<u>DRENAGEM</u>				
Produtores	20	20		20
Área	60	30		30
<u>ADUBAÇÃO ORGÂNICA</u>				
Produtores	70	70	20	70
Área	50	20	10	20
<u>CONTROLE DE PRAGAS/ E DOENÇAS</u>				
Produtores	60	60	20	
Área	30	20	10	
<u>MULTIPLICADORES A ASSISTIR</u>				
	04	02		02

/lcp.

5.4 - PRODUÇÃO E USO DE SEMENTES SELECIONADAS

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	
		QUANTIDADE	ÁREA
Feijão (Uso)	ton	02	100
Arroz (Uso)	ton	02	100
Milho (Uso)	Kg	04	200
Olerícolas (Uso) pesadas	Kg	500	100
Leguminosas p/adubação verde (Produção)	ton	0,3	0,5

5.5 - PRODUTIVIDADES MÉDIAS DAS LAVOURAS

LAVOURAS	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO	
		EM GERAL	ASSISTIDOS
Feijão	Kg/ha	350	500
Milho	Kg/ha	1.000	1.500
Arroz	Kg/ha	1.000	1.500
<u>OLERÍCOLAS</u>			
Quiabo	Kg/ha	1.000	5.000
Aipim	Kg/ha	10.000	15.000
Batata-doce	Kg/ha		
Abóbora	Kg/ha		

5.6 - METODOLOGIA PREVISTA

INDICADORES	TOTAL GERAL	OLERICULTURA	FRUTICULTURA	FAMM
Cursos	03	03		
Trainados	60	60		
U.O.	01			01
U.D.	04		01	03
D.R.	02			02
Excursão	02	01		01

5.7 - ORGANIZAÇÕES A SEREM ENVOLVIDAS

Comissões, Conselhos e Associações - Associação Mutirão de Campo Alegre com 3.000 Associados (contato mais efetivo com 350), através de seu / Conselho e Comissões regionais.

5.8 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Maria Conceição Rosa - Pede treinamento em: Rizicultura - estágio
drenagem - curso
tração animal - curso

5.9 - TRAÇÃO ANIMAL - A programar após treinamento pedido em 5.8.

OBSERVAÇÕES:

As atividades de pequenos animais vai depender em muito mais / das verbas a serem liberadas pelo Governo Estadual.

Será necessário apoio especial do El. Campo Grande no que tange

às:

- Drenagem
- Tração animal
- Avicultura
- Bem estar social.



PROJETO EMERGENCIAL

"FAZENDA CAMPO ALEGRE"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PLANO EMERGENCIAL DA FAZENDA CAMPO ALEGRE

CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

Rio de Janeiro, setembro de 1984.

GRUPO DE TRABALHO

- Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
- Antônio Edno Amorim Magalhães (Dep. Geral de Economia Rural)
- Maria Conceição Rosa (EMATER-Rio)
- Vicente das Dores Monteiro Pinto (SIAGRO-Rio)
- Secretaria de Estado de Planejamento e Controle - Célia Ravera
- Angela Marquardt
- Renato Celso Dantas Neto
- Secretaria de Estado de Justiça e do Interior
- Comissão de Assuntos Fundiários - Almir Paulo de Lima
- Colaboração: Joaquim Moura - FEEMA

INTRODUÇÃO

A gravidade dos problemas ligados ao uso e posse das terras agrícolas no Estado do Rio de Janeiro é fato reconhecido por documentos das instituições oficiais e das entidades comunitárias que atuam na área rural.

O Estado registra 1.744.614 hectares em pastagens (36% das terras) e apenas 638.613 hectares de lavouras, deixando de plantar 85% de seu potencial agrícola, conforme dados do Ministério da Agricultura.

Assim, milhares de hectares de terras estão abandonados e em processo de acidificação e erosão crescentes, ao redor de cidades que sucumbem sob concentrações populacionais muito além de sua capacidade e infra-estrutura.

Também o avanço dos perímetros urbanos, para construção de moradias ou para expansão dos distritos industriais, rouba diariamente áreas à agricultura. Este profundo processo de urbanização deu ao Rio de Janeiro o mais elevado índice nacional de população urbana (91.83% de seus habitantes vivem nas cidades).

Esta situação é registrada no "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro para o período 1984-1987", principalmente no que se refere aos pequenos e médios produtores: "A agricultura fluminense, apesar de suas relativas potencialidades, apresenta um cenário desarticulado, caracterizado pela progressiva diminuição das áreas ocupadas por lavouras e sua substituição por pastagens extensivas, e a intensificação do êxodo rural caracterizado pelo abandono dos estabelecimentos de exploração familiar".

A política fundiária conforme prevê o Plano Setorial Agropecuário, coloca como medida prioritária a mobilização dos pequenos e médios produtores do Estado para a produção de gêneros básicos voltados para o consumo popular, colocando como um dos principais instrumentos dessa política a promoção de cooperativas, consideradas não só como fatores e estímulo ao crescimento econômico com vistas à melhoria das condições de produção e consumo, mas também pelo seu potencial em termos de organização democrática da sociedade.

No âmbito da estratégia de desenvolvimento brevemente descrito no parágrafo precedente, julga-se oportuno promover um projeto emergencial para a comunidade recentemente assentada no Município de Nova Iguaçu em Campo Alegre,

que ofereça assistência técnica e insumos básicos para o desenvolvimento da produção de hortigranjeiros.

Histórico

Recentemente, em Queimados, Município de Nova Iguaçu, cerca de 300 agricultores sem terra nem trabalho ocuparam, em janeiro de 1984, uma área abandonada (do ponto de vista agrônômico e social) denominada Fazenda Campo Alegre, de propriedade controvertida e até então transformada em mero pasto decadente para criação extensiva de gado.

Após 6 meses de resistência pacífica aos confrontos com alguns grileiros locais, os lavradores tiveram finalmente reconhecidas suas reivindicações quando, em 20 de junho passado, o Governador Leonel Brizola assinou decreto declarando a área, com 3.500 ha, de utilidade pública para fins de desapropriação. O Governador garantiu ainda, aos lavradores, a ação dos órgãos públicos estaduais capazes de apoiá-los em seu assentamento e no desenvolvimento de atividades produtivas que integrem a comunidade de Campo Alegre, seu meio-ambiente e o mercado consumidor do Município e da cidade do Rio de Janeiro.

Logo após o decreto, os lavradores constituíram a Associação - "Mutirão Campo Alegre", com personalidade jurídica reconhecida e recentemente afiliada a FAMERJ.

Atividades Agrícolas Atuais

No momento, cerca de 180 famílias já se estabeleceram permanentemente na área em lotes individuais/familiares já demarcados e entregues (de 3 a 4,5 ha cada) e outros lavradores concentrados em núcleos rurais (acampamentos) onde aguardam a demarcação de seus lotes.

A situação legal da terra, quanto a sua propriedade, encontra-se bastante indefinida e a área estava, até recentemente, dividida nas mãos de "grileiros" que lá criavam gado de maneira extensiva sem maiores cuidados com a fertilidade e produtividade dos solos.

Após a assinatura do decreto do dia 20 de junho, e reuniões com representantes do Poder Público Estadual quando se conversou sobre as indeniza-

ções a serem devidas pela desapropriação, praticamente cessaram os conflitos.

Os lavradores que já receberam seus lotes estão desenvolvendo pequenos plantios, principalmente mandioca, feijão, milho, quiabo, jiló, etc., a pesar das dificuldades decorrentes da falta de recursos financeiros e técnicos e da indefinição quanto à posse legal e definitiva da terra.

Alguns lavradores, que aguardam a demarcação de seus lotes morando em cabanas (acampamentos) dedicam-se, de modo sistemático, ao cultivo de quiabo, jiló, mandioca, batata doce e maxixe em terrenos comunitários, reservando metade da produção para o coletivo do Mutirão (que providenciou o roçamento e a aração da área e as sementes).

Além destes, existem 4 grupos de trabalho coletivo integrados cada um por 10 lavradores e ocupando uma área total de 40 ha, já quase totalmente plantada.

Descrição Física da Área

A Fazenda Campo Alegre, com 3.500 ha, está situada no distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, próxima a Via Dutra, a 50 km da cidade do Rio de Janeiro.

A Região apresenta topografia plana com presença de morros esparsos tendo em média pequenas altitudes e com declividade variável, prestando-se quase todo à mecanização das atividades rurais e ao uso da tração animal.

Predominam solos podzólicos, tanto em planícies como em partes altas, em sua maioria com textura arenosa ou areno-argilosa.

São solos desgastados, com sinais de acidez, em estado de semi-abandono, que sofreram o pisoteio de animais durante muitos anos, numa negligenciada pecuária extensiva. Em alguns trechos há sinais de erosão que deverão ser minimizados através de adubação verde e reflorestamento.

Tendo sido área de extração de areia para construção civil, as planícies apresentam inúmeras depressões, sujeitas, assim como outras áreas, a inundações, prestando-se bem a culturas irrigadas como o arroz.

A fertilidade destes solos é, em geral baixa, contudo facilmente recuperável através de adubações. Há áreas, no entanto, com alto teor de potássio e níveis razoáveis de cálcio e magnésio.

Há potencial para a produção própria de adubos orgânicos, detectadas na abundância de massa verde, plantas aquáticas e resíduos industriais de fábricas vizinhas, tais como a Kaiser (cerveja), Gran-fino (fubá) e Cargill (rações) - ver subprojeto em anexo sobre usina de adubos orgânicos.

Quanto à disponibilidade de água, a obtenção de poços tem-se mostrado fácil na região. Há ainda boa extensão de rios, que, no entanto, necessitam de dragagem e saneamento.

Constituição do Grupo de Trabalho

Em reunião realizada entre os Secretários de Justiça e de Agricultura, Dr. Vivaldo Barbosa e Dr. Camilo Jorge, respectivamente, e do Secretário Executivo da Comissão de Assuntos Fundiários, Dr. Edgard Ribeiro, decidiu-se a participação dos técnicos da Secretaria de Agricultura e suas empresas vinculadas nos trabalhos de assistência técnica e levantamento das necessidades imediatas dos ocupantes da Fazenda Campo Alegre, para garantir o plantio neste final de ano. Posteriormente e por ato publicado no Diário Oficial do dia 03/09/84, o Secretário de Agricultura formaliza esta decisão, nomeando os técnicos do Grupo de Trabalho.

Na dinâmica própria do trabalho os técnicos da Secretaria de Agricultura entram em contato com técnicos da Secretaria de Planejamento e da Secretaria Executiva da Comissão de Assuntos Fundiários, que já estavam trabalhando na área, objetivando-se na prática um trabalho conjunto, cujas conclusões estão registradas neste informe.

Objetivo Geral

Apoiar a produção agrícola das 180 famílias já assentadas, mobilizando trabalhos de assistência técnica e a aquisição dos insumos necessários para cultivos a serem efetuados por Grupos Organizados de Lavradores (terrenos coletivos) e por famílias que estão trabalhando em terrenos individuais.

Para isto, e de acordo com os dados levantados em campo e pelas informações fornecidas pela própria comunidade, elaborou-se um plano emergencial que coloca como prioritária a participação dos órgãos estaduais envolvidos no projeto.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

MÉTODOS E CRITÉRIOS

Devido as necessidades emergenciais, quanto a insumos básicos, dos lavradores da Fazenda Campo Alegre, o método adotado para o planejamento foi baseado na análise técnica das solicitações individuais destes lavradores quanto as necessidades quantitativas de sementes e mudas baseadas em densidades de semeio e plantio.

A partir desta análise, foram feitas projeções que envolveram as necessidades quantitativas de sementes, calcário e adubo orgânico proveniente do lixo urbano, previamente compostado para os fins agrícolas e utilização de tratores e implementos para preparo do solo.

Crêterios: Para o efetivo atendimento emergencial aos lavradores da Fazenda Campo Alegre, foram adotados os seguintes crêterios para a projeção quantitativa dos insumos básicos agrícolas, estritamente necessários para o aproveitamento desta época de preparo do solo e plantio.

Sementes e mudas: Para este insumo foram julgadas as solicitações individuais dos lavradores dentro de um crivo concernente ao aspecto de densidade de semeadura e plantio para cada espécie relacionada; áreas (quantidades em m^2) a serem regularmente conduzidas pelo lavrador e sua família; quantidades das diferentes espécies a serem cultivadas nesta época do ano; facilidade de obtenção da espécie para plantio e possibilidade de aceitação no mercado consumidor.

Este julgamento foi realizado de forma a conciliar o máximo possível os anseios dos lavradores com os aspectos técnicos e econômicos.

Corretivo de acidez do solo — baseado nas análises do solo realizadas pela EMBRAPA e níveis de exigências das terras para aplicação de corretivos para solos daquela área, foi adotada a média aritmética das recomendações de calcário contidas nos 4 resultados das amostras do solo das quatro áreas da aquela Fazenda. Cumpre-se notar que o caráter de urgência do presente plano, o baixo poder tampão dos solos, nos faz acreditar, dado os sintomas de acidez da área, nessas conclusões expeditas.

Fertilizante - preferiu-se a adubação orgânica oriunda da compostagem do lixo urbano que deverá ser fornecida pela COMLURB, e que poderá promo-

ver a melhoria das condições físicas do solo, além de possuir um baixo custo de aquisição.

Utilização de formicida - nas inspeções técnicas realizadas "in loco", foi constatada uma grande infestação de saúvas, que poderá comprometer as lavouras a serem implantadas e portanto faz-se mister o controle da mesma.

Sistema de aquisição dos insumos básicos agrícolas - A SIAGRO-Rio no auxílio aos lavradores da Fazenda Campo Alegre e, com apoio da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, deverá colocar estes insumos à disposição dos lavradores e estudará juntamente com estes agricultores uma forma contratual de pagamento por parte destes, de maneira a facilitar o quanto possível o resgate da dívida para com esta Empresa.



QUANTIFICAÇÃO DOS INSUMOS

Do levantamento realizado com 180 famílias, com o fim de se lhes apurar as pretensões de plantio, ficaram estabelecidas as necessidades de sementes, corretivos, maquinaria, adubos e defensivos, como se seguem:

A. LOTES INDIVIDUAIS

1. Sementes

CULTIVO	NECESSIDADES EM kg	ÁREA (ha)
Abóbora	13,80	13,80
Agrião	0,60	0,15
Arroz	1.034,00	27,80
Beringela	1,54	7,00
Cebolinha	2,25	0,45
Cenoura	9,50	1,90
Chicória	3,70	7,40
Feijão de corda	16,00	4,79
Feijão preto	971,00	19,42
Fruteiras(nº de mudas)		10,04
Jiló	4,00	26,60
Melancia	1,20	1,20
Maxixe	17,20	8,60
Milho	1.073,00	17,88
Pimentão	6,00	15,00
Quiabo	192,50	38,50
Repolho	0,40	1,60
Salsa	0,70	1,40
TOTAL	-	203,53

2. Corretivos

Considerando-se as condições da área e a ausência de um levantamento pedológico e análise de solos sistemática, estimou-se uma necessidade mínima inicial de 1,5 t/ha de calcário dolomítico para fins de correção do solo. As

análises existentes indicam variações da ordem de 1,2 t/ha a 3,5 t/ha de calcário.

Calcário dolomítico

t/ha	Total (t)
1,5	305

3. Maquinária

As solicitações para aração do solo foram compatibilizadas com a área que os lavradores pretendem cultivar. Acrescentaram-se as necessidades de gradagem, como condição mínima para o plantio da Safra 84/5.

O quadro abaixo indica as horas necessárias de trator, arado e grade para essa safra e, considerando-se o dia de 8 horas de trabalho, a quantidade necessária de tratores, arados e grades por dias de operação.

MÁQUINA OU IMPLEMENTO	Nº DE HORAS	UNIDADES NECESSÁRIAS POR DIAS DE OPERAÇÃO				
		10 dias	20 dias	30 dias	40 dias	50 dias
Trator	1143	14	7	5	4	3
Arado	762	10	5	4	2	2
Grade	381	4	2	1	2	1
Catavento	-	1	1	1	1	1

4. Adubos

A equipe considerou para essa fase inicial a aplicação de adubação orgânica, exclusivamente. O adubo eleito foi o Composto da COMLURB por ser de mais fácil e rápida aquisição. As deficiências de fornecimento serão complementadas com material da área.

Adubo orgânico

t/ha	Total (t)
40	8.000

5. Defensivos

A incidência de formigas saúvas *Atta* Sp. exige a utilização de iscas formicidas tipo MYREX, na base de 1 lata de 1.000 g para cada família, totalizando 180 latas.

Além desses insumos, a área carece de desobstrução dos drenos naturais, como ação imediata para evitar inundações.



Assistência Técnica

O contato com os camponeses de Campo Alegre tem mostrado que eles possuem certa tradição agrícola, visto que a grande maioria é originária das zonas rurais de Minas Gerais, Espírito Santo e norte do Estado do Rio, tendo trabalhado em lavouras em regime de colonato, como diaristas ou sob arrendamento.

Apesar disto, é grande a necessidade de assistência técnica, devido ao conhecimento tradicional apresentado pelos camponeses que, afastados do campo durante um período que varia de 10 a 20 anos, não tiveram acesso ao conhecimento e aperfeiçoamento de novas tecnologias desenvolvidas nas últimas duas décadas. A presença da assistência técnica garantirá também a atualização, conhecimento e aperfeiçoamento constantes no que concerne a tecnologias que vierem a surgir.

Além disso, por se tratarem de lavradores que, em sua maioria, possuem terra própria pela primeira vez, necessitam de assessoria na organização e administração de suas posses.

Os camponeses apresentam-se receptivos aos trabalhos da assistência técnica e extensão rural, sendo esta, aliás, uma das reivindicações apresentadas por eles ao Governo do Estado.

Sendo assim, o Grupo de Trabalho vê por bem, a fim de que seja garantido o sucesso econômico e social deste projeto, a instalação urgente de um escritório ou posto da EMATER-Rio em Campo Alegre, com a estrutura necessária (veículo, combustível, técnico, auxiliares, etc.) para o seu bom funcionamento. Este posto ou escritório poderá fazer parte do escritório da Comissão Fundiária, de instalação iminente.

Comercialização

Em termos econômicos, podemos considerar a fase de comercialização como a de vital importância para a sobrevivência do Programa Emergencial de Campo Alegre.

A comercialização dos produtos desta safra poderá ser efetuada em

conjuntos residenciais ou bairros, preferencialmente, os de baixa renda, através venda direta aos consumidores.

Serão formados grupos de comercialização, envolvendo cada grupo dez unidades de produção que participariam de Mercados Varejistas de Produtor em comunidades urbanas de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro.

A ausência de intermediação provocará redução nos preços finais dos produtos, capazes de assegurar o escoamento rápido da mercadoria (mesmo que não atendam os padrões estéticos, estabelecidos pela moderna técnica de comercialização) e de garantir um retorno justo e adequado aos camponeses de Campo Alegre.

Outra forma de escoamento poderá ser considerada a venda a órgãos estaduais consumidores de alimentos (Escolas, Hospitais, Presídios).



RESULTADOS FÍSICOS

Prevê-se colher a seguinte quantidade de produção, consideradas as limitações atuais do projeto:

CULTIVO	ÁREA (ha)	RENDIMENTOS (ha)	UNIDADE	PRODUÇÃO
Abóbora	13,80	12.000	kg	165.600
Agrião	0,15	12.000	molhos	1.800
Arroz	27,80	20	sc 60 kg	556
Beringela	7,00	870	cx 11,5 kg	6.090
Cebolinha	0,45	30.000	molhos	13.500
Cenoura	1,90	298	cx 23,5 kg	566
Chicória	7,40	50.000	pês	370.000
Feijão corda	4,79	500	kg	2.395
Feijão preto	19,42	7	sc 60 kg	136
Fruteiras	10,04	-	-	-
Jiló	26,60	606	cx 16,5 kg	16.119
Melancia	1,20	12.000	kg	14.400
Maxixe	8,60	606	cx 16,5 kg	5.212
Milho	17,88	17	sc 60 kg	304
Pimentão	15,00	696	cx 11,5 kg	10.440
Quiabo	38,50	426	cx 16,5 kg	16.401
Repolho	1,60	7.000	pês	11.200
Salsa	1,40	30.000	molhos	42.000

TOTAL

103,86

-

-

kg $\frac{1.077.110}{1000} =$ $= \frac{1.077}{10} \text{ t} = 108$

caminhões

ASPECTOS TÉCNICOS

Na exploração da Fazenda Campo Alegre, a orientação técnica será feita no sentido de dar-se ênfase à minimização do desequilíbrio ecológico proporcionado por explorações agrícolas e pecuárias ao meio ambiente.

No decorrer dessa safra, o agricultor será orientado no sentido de escolher para o futuro entre as explorações mais rentáveis, de melhor mercado e que atendam à cesta básica definida em Estudos de Demanda Potencial da Divisão de Estudos de Abastecimento, aquelas mais adaptadas à região e aos solos, cuja classe de uso se ajustem, colocando cada cultivo em sua faixa de terra apropriada. Em suma, lavouras e criações da maior rusticidade possível e nos solos que lhes convêm. No tocante ao quadro fitossanitário, buscar-se-á orientar a conjugação de prevenção e controle mecânico, biológico e químico das doenças e pragas de forma a evitar-se o abuso de controladores químicos de alta toxicidade.

A nutrição das plantas será orientada em termos de predominância da adubação orgânica, não se afastando contudo a necessidade do uso discriminado de adubos químicos e aproveitamento de adubação residual.

As cotas acima de 50m, segundo constituam solos de classe VII ou VIII de uso serão destinados à preservação e renovação florestal.

Nesta fase, a sistematização dos recursos hídricos restringir-se-á apenas a desobstrução de canais entupidos e ao bombeamento de água de poços. No primeiro caso, a SERLA já está elaborando um programa de ação na área.

Em resumo, tanto agora como no futuro, utilizar-se-ão através o orientação técnica, práticas tendentes à proteção ambiental, com o uso mínimo possível de resíduos químicos prejudiciais. Nesse sentido já se iniciaram contatos com a FEEMA, que depois de uma visita no local, elaborará um programa para ser implementado na área.

A assistência técnica, através a EMATER-RIO, levará em conta práticas de conservação de solos, economia de fatores importados, práticas de rotação de culturas, uso de variedades resistentes, consorciação de culturas, uso de resíduos vegetais e animais, entre outras, que constituem o sistema tecnológico de produção agrícola.

ASPECTOS ECONÔMICOSDespesas

Abordaremos os gastos estimados, descartando-se o custo de mão-de-obra e considerando-se inclusive os gastos totais com culturas permanentes.

Os valores foram inflacionados para outubro de 1984 e baseiam-se em dados da área, e do Boletim do SIMA-Rj de julho de 1984.

1. Sementes - diversas (vide quadro)	= Cr\$ 9.171.965,00
2. Corretivos - 350 toneladas a Cr\$31.944,00	= Cr\$ 9.742.920,00
3. Maquinaria - 1143 horas trator a Cr\$15.000,00	= Cr\$ 17.145.000,00
4. Adubos - 8000 t de fertilub a Cr\$15.415,00	= Cr\$ 123.320.000,00
5. Formicida isca tipo Myrex 180 litros a Cr\$3.000,00	= Cr\$ 540.000,00
Produção	Cr\$ 159.919.885,00
A. 1.350 litros óleo diesel a Cr\$1.100,00(frete)	Cr\$ 1.485.000,00
B. Gastos de comercialização (diversos)	Cr\$ 300.000,00
Comercialização	Cr\$ 1.785.000,00
Despesas	Cr\$ 161.704.885,00

1.695.000
26.000.000

27.695.000
- 17.145.000
10.550.000

1.782.000

89 horas

SEMENTES

CULTIVO	NECESSIDADES em Kg	PREÇO/Kg(Cr\$1,00) (outubro 84)	CUSTO TOTAL Cr\$1,00
Abóbora	13,80	53.000	731.400
Agrião	0,60	45.000	27.000
Arroz	1.034,00	900	930.600
Beringela	1,54	26.000	40.040
Cebolinha	2,25	45.000	101.250
Cenoura	9,50	66.000	627.000
Chicória	3,70	27.000	99.900
Feijão de Corda	16,00	1.100	17.600
Feijão Preto	971,00	1.100	1.068.100
Fruteiras(mudas)	4.018	200	803.600
Jiló	4,00	66.000	264.000
Melancia	1,20	50.000	60.000
Maxixe	17,20	10.000	172.000
Milho	1.073,00	1.375	1.475.375
Pimentão	6,00	93.000	558.000
Quiabo	192,50	10.000	1.925.000
Repolho	0,40	599.000	239.600
Salsa	0,70	45.000	31.500
TOTAL	3.347,39	-	9.171.965

Receita

A receita foi obtida através preços pelos quais se projeta vender a produção diretamente a consumidores (não inflacionado).

CULTIVO	UNIDADE	PRODUÇÃO	PREÇO Cr\$1,00 DE VENDA P/UNIDADE	RECEITA
Abóbora	kg	165.600	100	15.560.000
Agrião	molhos	1.800	100	180.000
Arroz	sc 60 kg	556	36.000	20.016.000
Beringela	cx 11,5kg	6.090	1.150	7.003.500
Cebolinha	molhos	13.500	50	675.000
Cenoura	cx 23,5kg	566	4.700	2.660.200
Chicória	pês	370.000	100	37.000.000
Feijão Corda	kg	2.395	200	479.000
Feijão preto	sc 60kg	136	24.000	3.264.000
Fruteiras	-	-	-	-
Jiló	cx 16,5	16.119	1.650	26.596.350
Melancia	kg	14.400	200	2.880.000
Maxixe	cx 16,5kg	5.212	1.320	6.879.840
Milho	sc 60 kg	304	12.000	3.648.000
Pimentão	cx 11,5kg	10.440	4.950	51.678.000
Quiabo	cx 16,5	16.401	6.600	108.246.600
Repolho	pês	11.200	100	1.120.000
Salsa	molho	42.000	50	2.100.000
TOTAL	-	-	-	290.986.490

A QUESTÃO DA FERTILIZAÇÃO PARA CAMPO ALEGRE

Desde que a Bio-química, há um século, descobriu que as plantas consomem do solo diversos elementos químicos (principalmente nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre, micronutrientes, etc.), que a Agronomia discute, basicamente, duas alternativas para prover as terras desses elementos:

- a humista - que tradicionalmente privilegia a presença do húmus na terra, a proteção e a reciclagem dirigida da matéria orgânica, estimulando assim a existência de inumeráveis microrganismos no solo, responsáveis últimos pela manutenção de sua fertilidade e capacidade para produzir plantas e animais saudáveis, ainda que exigindo o emprego de mais mão-de-obra; e
- a química - que, através de processos industriais-comerciais, pôs à disposição dos agricultores os modernos adubos concentrados, com os principais elementos exigidos (N.P.K.) de forma mineralizada, hidro-solúvel, de rápida assimilação pelas plantas e também inúmeros bio-cidas (inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc.) e assim "operacionalizou", "racionalizou", as práticas agrícolas (eliminando incertezas, limitações e dependências e substituindo mão-de-obra por tecnologia e capital subsidiado) e permitiu a "industrialização" da agricultura empresarial contemporânea, voltada principalmente para a exportação e produção de divisas - não de alimentos.

Em Campo Alegre, a conservação e o incremento da fertilidade dos solos devem estar incluídos entre os objetivos fundamentais do Projeto, mesmo nesta etapa emergencial, para assegurar aos lavradores, presentes e futuros, sua viabilização sócio-econômica, através de colheitas sempre abundantes.

Fertilização comprada no Circuito Industrial-Comercial

A fertilização através de adubos químicos industrializados, ainda que possa, em alguns casos, permitir maiores índices de produtividade, apresentaria para os camponeses alguns inconvenientes:

- o alto custo destes produtos — industrializados em regiões distantes, com grande participação de matérias primas importadas e consumo energético, e comercializados através de longa sequência de intermediários;

- estes fertilizantes "alimentam" diretamente, artificialmente, as plantas, o que não impede (e até favorece) que o solo vá perdendo sua fertilidade natural e se descondicionando pelo empobrecimento de sua porção orgânica, gerando plantas cada vez menos resistentes e exigindo custos crescentes com mecanização, fertilizantes, agrotóxicos, irrigação, etc.;

- a necessidade dos lavradores terem que comprar das indústrias, anualmente, em quantidades e custos sempre crescentes, os insumos básicos para suas atividades na Agricultura — setor que a Economia há muito denominou "primário" justamente por sua natural produtividade auto-sustentável e por haver precedido, em milênios, a Indústria, a Economia e os fertilizantes químicos.

Fertilização protegida e produzida localmente

A fertilidade dos solos da área deverá pois ser assegurada e incrementada, através de sistemas simples, cientificamente orientados, que protejam e reproduzam os processos naturais de reciclagem da matéria orgânica, de formação do húmus, controle da erosão, prevenção de pragas, etc. Tais sistemas, integrando os diversos cultivos com a criação de animais variados e o aproveitamento de fontes renováveis de energia (solar, eólica, bio-massa, etc.), permitirão reduzir-se ao máximo a necessidade de comprar fora os fatores da produção agrícola, ao mesmo tempo que se vai alcançando níveis crescentes de produtividade.

Embora em alguns casos, ou nos primeiros anos, a produtividade possa ser menor que se usados adubos industrializados, os custos também serão muito menores e toda incorporação de adubos orgânicos, aliada aos tratamentos culturais devidos e às práticas conservacionistas, representa um enriquecimento do solo a longo prazo por estimular a atividade dos microrganismos úteis às plantas, incorporar de forma natural os elementos químicos necessários, neutralizar progressivamente o pH das terras e melhorar sua estrutura física, facilitando as lavras e aumentando a capacidade dos solos para dispor da água e do ar necessários às raízes das plantas.

A incorporação sistemática da matéria orgânica aos solos de Campo Alegre, nas quantidades requeridas, será viabilizada por adubações verdes e por compostagem dos resíduos agrícolas, estrumes, aguapês, cinzas, etc., encontrados na área, associados a outros materiais que podem ser recolhidos nas proximidades, como resíduos orgânicos de indústrias vizinhas, restos de feiras-livres, da CEASA, etc.

Os tratos culturais e as práticas conservacionistas, visando a preservação da fertilidade, o controle da erosão e das pragas agrícolas, etc., bem como o manejo ecológico de toda a área e seus recursos, deverão ser analisados e recomendados por uma equipe técnica integrando elementos da Secretaria de Agricultura e da FEEMA, esta última solicitada pelo Mutirão a assessorá-lo nos aspectos ecológicos da ocupação e no projeto de recuperação ambiental para a região.

Central de Produção de Adubos

Foi definida uma área pública (AP10), plotada na planta anexa para deposição e compostagem de materiais recolhidos na área (estrumes, aguapês, resíduos agrícolas, etc.) e nas vizinhanças (resíduos orgânicos de indústrias no município, sobras de feiras-livres, da CEASA, adubo orgânico da COMLURB, etc.).

Infra-estrutura necessária:

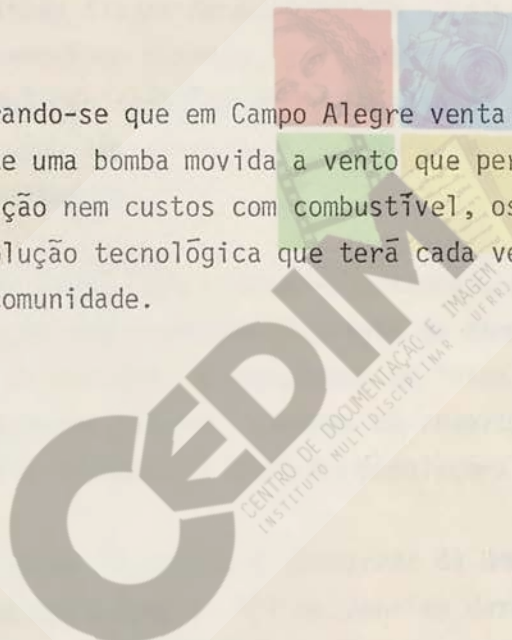
- a) pesquisa inicial e contatos imediatos com indústrias bem próximas que produzam resíduos orgânicos (de cerveja, de cigarros, beneficiadoras de arroz, de ração, de fubá, de móveis, olarias, serrarias, etc.);
- b) utilização sistemática de um caminhão (dias certos na semana com cota de combustível) para recolher materiais no município e proximidades e distribuir aos lavradores o composto preparado;
- c) contato com a Prefeitura de Nova Iguaçu para cadastramento geral preliminar das indústrias do Município com resíduos orgânicos e articulação de plano de manejo do lixo de feiras-livres e supermercados, etc..

A central de adubos, além de permitir a produção de grandes quantidades de composto de constituição heterogênea e rica através da humificação tecnicamente controlada, terá uma função demonstrativa, estimulando os lavradores a manejar devidamente, em seus lotes, a matéria orgânica disponível, evitando-se o desperdício dos nutrientes.

Justificativa da utilização do Catavento para a horta coletiva

O fator mais limitante, em uma horta, é a disponibilidade de água para regas abundantes, já que as hortaliças têm cerca de 80 a 90% de seu peso constituído por água. A horta coletiva que está sendo implantada, com cerca de 2 ha, exigirá a abertura de vários poços e de um sistema de bombeamento e elevação de água.

Considerando-se que em Campo Alegre venta constantemente, recomenda-se a instalação de uma bomba movida a vento que permitirá irrigar-se com facilidade e sem poluição nem custos com combustível, os vários canteiros, além de introduzir uma solução tecnológica que terá cada vez maior importância na economia de toda a comunidade.



CONCLUSÕES

Importância do Projeto para os participantes e para a região

Os lavradores, organizados no "Mutirão Campo Alegre", têm consciência da necessidade de se elaborar desde já um projeto que discipline o uso do solo, definindo áreas a serem divididas em lotes individuais/familiares, reservando outras áreas para atividades e cultivos comunitários, áreas de preservação permanente, a localização dos núcleos urbanizados e agrovilas, oficinas, escolas, etc.

Esperam ainda dispor de assistência técnica, social e financeira que lhes permita desenvolver diversas atividades produtivas que, sem degradar o ambiente nem estabelecer relações de exploração do semelhante, viabilizem a comunidade, enriquecendo seu universo cultural e pesquisando modelos para outras iniciativas semelhantes.

Por outro lado, para o Governo estadual, o "Mutirão Campo Alegre" poderá constituir-se em uma experiência-piloto de como se desenvolver o assentamento de milhares de famílias e indivíduos em lotes agrícolas e/ou agrovilas nas periferias das grandes cidades, capazes de reverter o processo hoje crescente de favelização e desemprego entre as populações urbanas.

A organização planejada e integrada de uma comunidade rural na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro dará oportunidade de se pesquisar objetivamente e se implementar, de acordo com as intenções dos agricultores e possibilidades técnicas e econômicas, os sistemas de produção comunitários e/ou cooperativas mais apropriadas, a distribuição direta aos mercados consumidores, as tecnologias agrícolas, sanitárias, habitacionais, energéticas etc., e relações sociais adequadas às suas condições, desejos e meio-ambiente.

Por sua própria origem, a comunidade de Campo Alegre apresenta alto nível de mobilização, organização e motivação, já desenvolve algumas atividades agrícolas, prevê um projeto integrado de produção rural e está pronta para receber de modo objetivo e eficiente qualquer apoio que o Governo ou outra entidade possa levar.

Por estas razões entendemos que deve preservar-se a continuidade do grupo de trabalho constituído, para elaboração e acompanhamento de um plano global.



Projeto Emergencial

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral:

Apoiar a produção agrícola em Campo Alegre viabilizando os trabalhos de infraestrutura e a aquisição dos insumos necessários para cultivos a serem efetuados por Grupos Organizados de Lavradores (GOLs).

1.2 Objetivos Específicos:

- a. Acelerar a produção agrícola, reduzindo as carências alimentares dos ocupantes da área e produzindo excedentes para comercialização.
- b. Introduzir a discussão e a experimentação sistemática das tecnologias adequadas às condições sócio-ambientais da área: preparo e conservação dos solos, seleção de cultivares, tratos culturais, consorciações, rotações, precauções fitossanitárias etc., bem como de métodos mais eficientes de comercialização.
- c. Definir e aprimorar modelos de trabalho organizado em grupos, permitindo maior racionalidade no investimento de recursos e no planejamento integrado, controle das atividades produtivas e reforçando os laços comunitários, indispensáveis ao desenvolvimento sócio-cultural dos lavradores e suas famílias.
- d. Beneficiar indiretamente os demais lavradores do Mutirão (que não participem dos GOLs) através do maior acesso a tecnologias agrícolas adequadas, sementes, metodologias, esquemas de comercialização etc.
- e. Estabelecer contatos com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais supostamente capazes de prestar apoio técnico e/ou sócio-cultural nas áreas de agronomia, saúde, educação etc.

2. Desenvolvimento do Projeto

- 2.1 Discussões, em Assembléias do Mutirão e no âmbito da FASE, da proposta de se formarem Grupos Organizados de Lavradores, integrando os companheiros mais dispostos e disponíveis em um trabalho comunitário, planejado e apoiado.
- A proposta foi discutida inicialmente com a Comissão diretora do Mutirão e colocada nas Assembléias gerais do Mutirão dias 12 e 15/5 e através de 2 cartazes fixados no "núcleo rural I", no dia 22/5. Na FASE, a proposta foi discutida e aprovada em reuniões dias 17 e 31/5 e 8/6.

- 2.2 Aprovação da proposta e definição das relações (direitos e deveres) dos integrantes dos GOLs entre si e diante do Mutirão.

Os estatutos dos GOLs (ver anexo I), estabelecendo os direitos e os deveres dos integrantes foram discutidos na FASE em reuniões dias 8/6 e 6/7 e discutida e aprovada pelos interessados em reuniões em Campo Alegre dias 9, 12, 16, 21, 23 e 26/6 e 7 e 10/7.

- 2.3 Definição do apoio que a FASE poderá prestar.

Discutido em reuniões dias 17/5, 8/6 e 6/7, na FASE, ficou aprovado que esta entidade doaria recursos, a fundo perdido, à associação do Mutirão de Campo Alegre que, por sua vez, emprestaria os recursos aos integrantes dos GOLs, viabilizando a produção. Por ocasião das colheitas e vendas dos produtos, os GOLs irão reembolsando o Mutirão que poderá, então, financiar outros grupos.

O apoio incluirá, basicamente, adiantamentos para alimentação (Cr\$2.000,00/dia/integrante; mínimo de 3 dias e máximo de 4 dias de trabalho por semana no GOL) e recursos para o preparo do solo e para o plantio.

- 2.4 Constituição dos GOLs, eleição dos coordenadores, definição das áreas de cultivo e lavouras a serem manejadas por cada GOL.

Foram constituídos 4 GOLs (reunião em Campo Alegre dias 7 e 10/7) e definidos seus coordenadores. Um GOL se dedicará à horticultura e os demais à cultura de grãos e raízes. Cada grupo definiu uma área de cerca de 10ha (não necessariamente contínuas) para cultivar, recolheu amostras dos solos e elegeu quais culturas pretendem plantar (reuniões em 14, 19, 21 e 26/7).

- 2.5 Preparo do Solo - aração e gradagem.

Os trabalhos estão sendo realizados por tratores alugados nas proximidades da área. O serviço é caro (cerca de Cr\$80.000,00/ha) e sem continuidade e os tratores ou têm limitações técnicas (e pouco rendimento) ou compromissos em outros locais. Temos procurado trazer à área um trator da administração municipal ou estadual, porém, apesar das promessas, até hoje não foi possível contar com este apoio concreto.

- 2.6 Preparo do Solo - Calagem e adubação.

Conforme as recomendações das análises de solo, efetuadas pela EMBRAPA, serão necessárias cerca de 1,5t/ha de calcário dolomítico para corrigir a acidez das terras. Os recursos disponíveis para adubação deverão cobrir principalmente as despesas de transporte de materiais orgânicos fornecidos pela COMLURB (adubo de lixo compostado) e recolhidos na área e proximidades.

financeiro para o GOL, este será então distribuído entre os integrantes. Porém, se os recursos reservados não cobrirem totalmente os investimentos do Mutirão no grupo, este continuará devendo a diferença a ser acertada nas próximas ocasiões (a cada dois meses).

2.11 Contatos com órgãos públicos.

É necessário apoio principalmente nas áreas de agronomia, saúde, educação, habitação, saneamento, geração de renda, cooperativismo etc., através da cessão de implementos, execução de projetos e obras, presença de pessoal habilitado, pesquisas e levantamentos etc.

Antes da assinatura do decreto declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação, a ação dos órgãos públicos na área era praticamente impossível, mas mesmo assim foram estabelecidos diversos contatos, visando obter-se qualquer apoio, mesmo extra-oficialmente. Depois do decreto, assinado em 20 de junho de 1984, tal apoio tornou-se viável, porém tem sido retardado pela necessidade prévia de se proceder a desapropriação (em andamento) para que os órgãos públicos possam atuar na área.

3. Organização e Planejamento da Produção

Os projetos de plantio foram sugeridos pelos grupos e poderão ser aperfeiçoados conforme os resultados das análises de solo e a assistência e consultoria de agrônomos etc.

3.1 GOL 1

Coordenador: Geraldo

Áreas: lote A: 4 ha: milho e feijão
lote B: 4 ha: quiabo e aipim
lote C: 3 ha: quiabo, gilô e pimentão.

3.2 GOL 2

Coordenador: José "Sanitário" Anastácio

Áreas: lote A: 4 ha: milho e feijão
lote B: 4 ha: quiabo e maxixe
lote C: 3 ha: gilô, batata doce
lote D: 2 ha: abobrinha.

3.3 GOL 3

Coordenador: Tião

Áreas: serão inicialmente preparados, adubados e irrigados apenas cerca de 3 ha para horticultura de folhas e raízes em canteiros; o restante será cultivado com lavouras hortícolas mais rústicas.

3.4 GOL 4

financeiro para o GOL, este será então distribuído entre os integrantes. Porém, se os recursos reservados não cobrirem totalmente os investimentos do Mutirão no grupo, este continuará devendo a diferença a ser acertada nas próximas ocasiões (a cada dois meses).

2.11 Contatos com órgãos públicos.

É necessário apoio principalmente nas áreas de agronomia, saúde, educação, habitação, saneamento, geração de renda, cooperativismo etc., através da cessão de implementos, execução de projetos e obras, presença de pessoal habilitado, pesquisas e levantamentos etc.

Antes da assinatura do decreto declarando a área de utilidade pública para fins de desapropriação, a ação dos órgãos públicos na área era praticamente impossível, mas mesmo assim foram estabelecidos diversos contatos, visando obter-se qualquer apoio, mesmo extra-oficialmente. Depois do decreto, assinado em 20 de junho de 1984, tal apoio tornou-se viável, porém tem sido retardado pela necessidade prévia de se proceder a desapropriação (em andamento) para que os órgãos públicos possam atuar na área.

3. Organização e Planejamento da Produção

Os projetos de plantio foram sugeridos pelos grupos e poderão ser aperfeiçoados conforme os resultados das análises de solo e a assistência e consultoria de agrônomos etc.

3.1 GOL 1

Coordenador: Geraldo

Áreas: lote A: 4 ha: milho e feijão
lote B: 4 ha: quiabo e aipim
lote C: 3 ha: quiabo, giló e pimentão.

3.2 GOL 2

Coordenador: José "Sanitário" Anastácio

Áreas: lote A: 4 ha: milho e feijão
lote B: 4 ha: quiabo e maxixe
lote C: 3 ha: giló, batata doce
lote D: 2 ha: abobrinha.

3.3 GOL 3

Coordenador: Tião

Áreas: serão inicialmente preparados, adubados e irrigados apenas cerca de 3 ha para horticultura de folhas e raízes em canteiros; o restante será cultivado com lavouras hortícolas mais rústicas.

3.4 GOL 4

3.4 GOL 4

Coordenador: Severino

Áreas: lote A: 2,5ha: milho, aipim, feijão, abóbora

lote B: 2 ha: arroz

lote B' 4 ha: milho, aipim, feijão, abóbora

lote C: 1,5ha: arroz

lote D: 1,5ha: hortaliças.

4. Sementes necessárias.

espécie	kg/ha	GOL 1	GOL 2	GOL 3	GOL 4	TOTAL
ARROZ	50 *				175	175
FEIJÃO	25 *	100	100		175	350
MILHO						
AIPIM	250 *	1.000			1.625	2.625
QUIABO						
GILÔ						
PIMENTÃO						
MAXIXE						
BATATA DOCE	500 *		1.500			1.500
ABOBORA						
ABOBRINHA						
HORTALIÇAS						

(*): quantidade prevista para plantios consorciados, calculado em 50% da quantidade necessária para o plantio "solteiro".

5. Produção Prevista

espécie	kg/ha	GOL 1	GOL 2	GOL 3	GOL 4	TOTAL
ARROZ						
FEIJÃO						
MILHO						
AIPIM						
QUIABO						
GILÔ						
PIMENTÃO						
MAXIXE						
BATATA DOCE						
ABOBORA						
ABOBRINHA						
HORTALIÇAS						

PROJETO EMERGENCIAL "FAZENDA CAMPO ALEGRE"

SETOR: SAÚDE

CEPIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

NOME DO PROJETO: PROJETO EMERGENCIAL FAZENDA CAMPO ALEGRE

SETOR: SAÚDE

ÁREA GEOGRÁFICA: Município de Nova Iguaçu, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Mutirão Campo Alegre

ESTATUTO JURÍDICO: Associação Civil sem fins lucrativos
CGC 27.975-838/0001-57
Registro nº 3218 Cartório do 8º Ofício

PRESIDENTE: LAERTE REZENDE BASTOS

ENDEREÇO: Avenida Mutirão 108
Campo Alegre
Nova Iguaçu - RJ

DURAÇÃO PREVISTA: 12 meses

VALOR TOTAL: US\$ 23,030

FINANCIAMENTO SOLICITADO: US\$ 9.010

I - INTRODUÇÃO

Os lavradores organizados na associação "Mutirão Campo Alegre" tem, na luta pela posse da terra avançado no seu nível de consciência social e levantado reivindicações específicas.

Neste caminho é que, recentemente, manifestaram ao Grupo de Trabalho Governamental criado para assessorá-los a necessidade de se executar ações voltadas para os problemas de saúde.

A reivindicação foi trazida à Secretaria de Estado de Saúde e Higiene - RJ através da Coordenadoria de Saúde e Higiene da Região Metropolitana e do Litoral Sul.

Técnicos enviados à área constataram a urgência de se oferecer apoio àquela comunidade considerando suas peculiaridades em relação à maioria da população da Região Metropolitana.

Trata-se de uma área rural, com população dispersa (cerca de 2.000 habitantes em 3.500 ha), sem acesso a benefícios de infraestrutura como luz, água, escola, saneamento e composta de imigrantes em fase de assentamento.

Embora existam serviços de saúde estaduais no Município e, inclusive, na sede do Distrito de Queimados, o acesso é dificultado por barreiras geográficas e econômicas já que é necessário percorrer grandes distâncias a pé, depois utilizar transporte coletivo.

Imediatamente, passou-se a estudar a instalação de um serviço apoiado na unidade Sanitária mais próxima com consulta médica e prestação de serviços auxiliares (vacinação, curativos, etc.) que funcionasse duas vezes por semana. Esta proposta está em fase de organização de recursos para implantação.

A Unidade Sanitária mais próxima é o Posto de Saúde de Queimados que é responsável pela execução de todos os programas sanitários da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene (materno-infantil, vigilância epidemiológica, controle de tuberculose, controle de raiva, odontologia, fiscalização sanitária, etc...) no Distrito e conta com 44 funcionários entre os quais, 5 médicos, 1 enfermeiro e 14 auxiliares de saúde.

Para permitir melhor abordagem da questão saúde neste grupo populacional, é necessário, entretanto, a organização de um sistema de cuidados básicos de saúde, a partir do treinamento de agentes da própria área.

Seria possível, assim, manter um canal de comunicação constante entre a população e os serviços de saúde que, permeável nos dois sentidos, proporcionaria a adequação do discurso técnico àquela comunidade com características culturais específicas, bem como a aceitação e respeito a práticas locais eficazes na solução de problemas de saúde.

Esta proposta vem de encontro à política de saúde do atual Governo na busca de mecanismos viáveis de estender a cobertura dos serviços a populações carentes, compatibilizando-os com as necessidades das próprias comunidades pelo envolvimento de representantes delas nas várias fases do processo. Como dado positivo, temos a acusar o recente reconhecimento pela Secretaria de Estado de Saúde e Higiene da função de agente de saúde o que pode vir ampliar as perspectivas de utilização desse método de abordagem em outras áreas, crescendo a importância de aperfeiçoar sua operacionalização.

II - OBJETIVOS

GERAL - Contribuir para a fixação dos posseiros na "Fazenda Campo Alegre", dentro de uma proposta global de assentamento de populações rurais.

ESPECÍFICOS - Melhorar as condições de saúde da população servida através da extensão dos Programas da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene até esta área.

- Desmistificar "saber médico" enquanto verdade inquestionável valorizando a experiência vivida pela população alvo ao mesmo tempo em que oferece acesso a recursos dos serviços de saúde formais.

- Desenvolver a capacidade da comunidade de resolver seus próprios problemas atuando também no setor saúde harmonicamente com as formas de organização locais.

- Capacitar agentes comunitários para executar ações de promoção da saúde e atividades mais elementares de prevenção e recuperação através visitas domiciliares e atividades em grupo.

III - PRINCIPAIS ATIVIDADES

1. Com recursos do Posto de Saúde de Queimados:

- Atendimento médico em 2 turnos de 4h/semana;
- Vacinação em 2 turnos de 4h/semanais.

2. Com a ação dos agentes comunitários:
 - 2.1. levantamento e cadastramento das famílias;
 - 2.2. visitas domiciliares regulares às famílias incluindo:
 - acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças entre 0 e 5 anos (peso, altura, desenvolvimento psico-motor) ;
 - acompanhamento do estado de imunização e orientação às mães;
 - orientação a respeito do aleitamento materno;
 - orientação a respeito de alternativas de nutrição, consideradas as disponibilidades locais.
 - acompanhamento de hipertensos e outras doenças crônicas;
 - execução de técnicas simplificadas de Programas da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene (Terapia de Reidratação Oral, Pesquisa de Sintomáticos Respiratórios, Detecção de Hipertensão Arterial);
 - orientação sobre doenças comuns da infância, higiene e pequenos curativos;
 - encaminhamento de casos para Mini-Posto e outros serviços saúde próximos.
3. Formação de grupos de educação em saúde priorizando áreas materno-infantil (pré-natal, parto, cuidados com os recém-nascidos, prevenção do câncer ginecológico, doenças sexualmente transmissíveis, alimentação no 1º ano de vida, etc...) e doenças ocupacionais, discussão de questões de saúde relacionadas com problemas de saneamento e suas alternativas.
4. Atendimento no Mini-Posto com Reidratação Oral, primeiros socorros, injeções, dispensação de medicação com receita médica, etc...

IV - PERÍODO

O projeto será executado no período de 12(doze) meses.

V - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

A equipe será formada por:

- coordenação geral constituída por 2 representantes da Associação Mutirão de Campo Alegre e pelo gerente do projeto do organismo financiador. A atribuição desse grupo coordenador inclui discutir e propor alternativas para continuidade do trabalho a partir de 1986;
- gerente - responderá pela articulação político-institucional, incluindo participação no Grupo de Trabalho para o "Projeto Fazenda Campo Alegre" e providências objetivando o cumprimento das ações, principalmente garantida do fornecimento regular de insumos pela Secretaria de Esta-

do de Saúde e Higiene, etc ...

Deverá apoiar e supervisionar o assessor técnico de saúde.

- assessor técnico - deverá capacitar, apoiar e supervisionar o trabalho dos agentes comunitários de saúde, estabelecer os mecanismos de referência e contra-referência com os serviços de saúde, etc...

O gerente e o assessor técnico devem pertencer aos quadros da SSCM (Coordenadoria de Saúde e Higiene da Região Met. e do Litoral Sul).

- agentes de saúde - considerando a dispersão da população, avaliamos a necessidade de 5 agentes...

- médico consultante - 01 (Posto de Saúde de Queimados).

- auxiliar de enfermagem - 01 (Posto de Saúde de Queimados).

- "Mutirão de Campo Alegre" - administração financeira.

VI - MÉTODOS E TÉCNICAS

O projeto baseia-se numa estratégia de serviços básicos, cujo princípio metodológico é o desenvolvimento do potencial participativo em todas as suas fases. Os agentes principais são os agentes de saúde que atuam na comunidade apoiados por uma equipe técnica.

VII - PLANO DE TRABALHO

O projeto deverá ser executado, obedecendo às seguintes etapas:

- recrutamento e seleção de agentes comunitários, através de discussões com a comunidade;
- capacitação e treinamento dos agentes;
- mapeamento e levantamento da população de cada área;
- organização dos grupos e reuniões gerais com a comunidade para discussão de questões de saúde;
- acompanhamento e orientação do trabalho dos agentes.

VIII - BENEFICIÁRIOS

O projeto beneficiará diretamente a toda a população da área, estimada no momento em 2.000 pessoas.

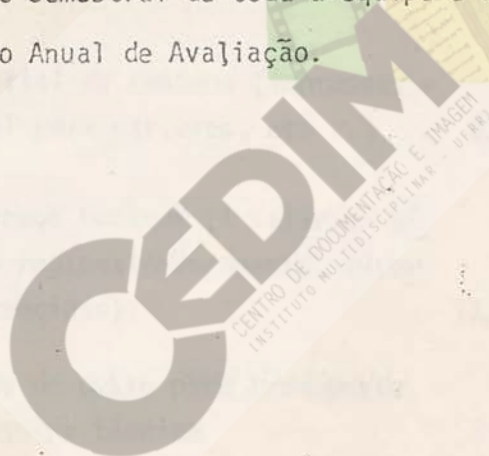
Há a perspectiva da experiência de operacionalização adquirida neste processo, beneficiar indiretamente outras comunidades como al-

ternativa de baixo custo, para elevação da qualidade de vida.

IX - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

Seção realizados por:

- 1) Reuniões Semanais, do gerente com Assessor Técnico;
- 2) Reuniões Semanais do Assessor Técnico com os Agentes;
- 3) Reunião Mensal do Assessor Técnico com os Agentes e Médico Consultante, Auxiliar de Enfermagem e Chefia do Posto de Saúde de Queimados.
- 4) Reunião Mensal da Coordenação Geral
- 5) Relatório Mensal de Atividades incluindo dados quantitativos de cobertura e utilização de serviços;
- 6) Avaliação Semestral de toda a equipe e Instituições Envolvida;
- 7) Relatório Anual de Avaliação.



X - CUSTO DO PROJETO:

1. A cargo da Instituição Financiadora

	CR\$	US\$
1.1. Recursos necessários à adaptação de parte da sede do Mutirão Campo Alegre para funcionar como Mini-Posto (localização na "Casa - Nova").	4.000.000,00	1,340
1.2. Material permanente e equipamento (balança portátil, esfigmomanômetro, estetoscópio, filtro, etc....)	3.000.000,00	1,000
1.3. Material de consumo (impressos, papel para cartazes, etc....)	8.000.000,00	270
1.4. Recursos humanos (1 salário mínimo regional/mês/agente, encargos sociais).	13.350.000,00	6,150
1.5. Ajuda de custo para transporte de equipe técnica	750.000,00	250
Sub-Total (1)	26.950.000,00	9.010

2. À cargo da Secretaria de Estado de Saúde e Higiene - RJ (contrapartida local)

2.1. Material permanente e equipamento (cadeiras, maca, mochila, pinnard, etc)	3.000.000,00	1,000
--	--------------	-------

2.2. Material de consumo (medicamentos, termômetro, impressos padronizados, seringas, agulhas, material para curativo, material de limpeza, etc)	2.000.000,00	670
2.3. Recursos Humanos (4 técnicos)	36.000.000,00	12,350
Sub-Total (2)	42.000.000,00	14,020
TOTAL	68.900.000,00	23,030





INFORME SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA SECPLAN NO PROJETO EMERGENCIAL

CAMPO ALEGRE

Para uma efetiva análise e compreensão do Projeto Campo Alegre anexamos ao presente informe o Projeto Emergencial, elaborado pelo Grupo de Trabalho, em setembro do ano passado.

É preciso salientar que por suas características peculiares - ocupação por lavradores sem terra e desempregados urbanos, carentes de qualquer recurso - o programa de ação do projeto Campo Alegre foi articulado fundamentalmente na fase de implementação operativa emergencial.

De todo modo o Grupo de Trabalho entendeu, e assim foi colocado no plano emergencial, a necessidade de elaborar um plano global que discipline o uso do solo, o que poderia levar a uma redefinição e a um novo dimensionamento da divisão da terra realizada pelo Mutirão. Deve-se ter em conta que esta divisão inicial foi determinada pelas necessidades de ocupação.

Por isso, todas as solicitações feitas às diferentes Secretarias e órgãos estaduais foram no sentido de ações imediatas e de levantamentos que serviriam para elaboração desse plano global. (Ver em anexo a parte agrícola do programa global).

O componente agrícola do projeto forçosamente foi desenvolvido apenas pelo escritório técnico da EMATER instalado na área e por um técnico da Secretaria de Agricultura. Isto porque dos quatro técnicos da Secretaria de Agricultura integrantes do Grupo de Trabalho, apenas dois se apresentaram; dos quais um atuou na área só durante os três primeiros meses, e o que ficou efetivamente, tomou como atribuição específica a organização da estrutura operacional de comercialização e levantamento de dados para elaboração do plano global referente a parte agrícola.

A SECPLAN tomou como atribuição específica, dentro do Grupo de Trabalho, as possibilidades de atendimento nas áreas de educação, saneamento básico, preservação ambiental, saúde e habitação.

Como critério se estabeleceu a necessidade de propor o uso de tecnologias alternativas apropriadas e métodos de autoconstrução das edificações e de boa parte das obras de infraestrutura para tornar o empreendimento não dependente de soluções convencionais, e por vezes, onerosas.

Nas soluções também se sugere preservar o caráter comunitário, presente na participação da comunidade na preparação dos planos, até a organização dos esquemas de execução dos diferentes sub-projetos.

Os equipamentos de apoio-escola, posto de saúde, áreas de lazer, salão comunitário-serão implantados gradativamente e de maneira simplificada.

Devido a grande diversidade das atividades possíveis, o grupo de trabalho pretende planejar e garantir o desenvolvimento de sub-projetos nas áreas de saneamento básico e infraestrutura comunitária, considerados fundamentais para que se alcance um nível de produtividade e de qualidade de vida satisfatório no menor prazo possível, possibilitando então, o aprimoramento dos modelos e a criação de novas atividades.



Em seguida passamos a detalhar os diferentes subprojetos em que a SECPLAN tem participação efetiva:

1) Estudo hidrológico:

No mês de outubro do ano passado se iniciaram contatos com a SERLA, solicitando participação de técnicos desse órgão no Grupo de Trabalho.

Foram designados dois técnicos que participaram de três reuniões, onde se formalizaram as seguintes solicitações:

- No plano emergencial: Levantamento físico para realizar urgentes obras de drenagem que impediriam futuros alagamentos de algumas áreas cultivadas;
- No plano global: Avaliação dos recursos hídricos superficiais para a irrigação e levantamento do regime das cheias dos rios, assim como um estudo integral sobre os problemas de drenagem e erosão existentes na área.

No mês de novembro fomos comunicados sobre a impossibilidade da atuação desse órgão, por falta de recursos. Em decorrência das solicitações não efetivadas, as chuvas de verão e a falta de drenagem provocaram uma perda considerável da produção.

Frente a esta grave situação, o grupo de trabalho reiniciou contato a nível-técnico para solicitar assessoria para elaboração de um plano de drenagem emergencial - (Participação da SPUR através da técnica Anabela).

Como resultado destes novos contatos, se decidiu realizar:

- 1) Levantamento aerofotográfico da área;
- 2) Elaboração de um plano emergencial de drenagem, com base ao levantamento referido.

Para operacionalização da drenagem, se obteve da SIAGRO uma

retroescavadeira que já está na área, mas seu funcionamento está dependendo de combustível. A C.A.F. ficou encarregada de resolver este problema.

Por outro lado, a FEEMA já realizou a análise das águas dos Rios dos Poços e Queimados, detectando nível de poluição, estando em estudo o possível comprometimento na irrigação de hortigranjeiros. (Ver análise em anexo).

Proteção do meio ambiente:

No mês de agosto do ano passado, se entrou em contato com a FEEMA solicitando um diagnóstico ambiental da área, definição das áreas de preservação permanente de acordo com o Código Florestal e as recomendações de ecologia agrícola. Do ponto de vista emergencial se solicitou análises das águas dos poços e dos rios, e controle da poluição da área provocada por indústrias e empresas que depositam óleo queimado e resíduos industriais; assim como a interdição do vazadouro de lixo utilizado pela Prefeitura de Nova Iguaçu. (Ver em anexo ofício enviado).

Técnicos da FEEMA participaram de duas reuniões do grupo de trabalho e finalmente fomos notificados da impossibilidade de realizar um estudo global como o solicitado.

No mês de março a SECPLAN (SPUR-Anabela) volta a entrar com solicitações específicas: análises das águas dos poços e dos rios (informe nos itens: estudo hidrológico e saneamento básico) e vistoria dos vazadouros de lixo e óleo que existem na região. A FEEMA respondeu a estas solicitações.

Dentro de Campo Alegre existiam três vazadouros de lixo que serviam à Prefeitura de Nova Iguaçu, Casa Sendas, Exército e algumas empresas da região.

Depois de numerosas solicitações ante a Prefeitura de Nova Iguaçu por parte da comunidade e do Grupo de Trabalho (C.A.F.) os vazadouros de lixo foram desativados não acontecendo o mesmo com os vazadouros de óleo.

A participação da FEEMA é no sentido de oferecer recomendações

ã Prefeitura de Nova Iguaçu para o aterro das áreas que eram utilizadas como vazadouros de lixo e usar de suas atribuições para acabar com a prática depredatória das empresas que despejam óleo na região.

Saúde:

Em novembro do ano passado, se iniciam contatos com a Secretaria de Saúde, sem resultados positivos.

Em dezembro a SECPLAN (Superintendência de Planejamento Econômico e Social) entra em contato com técnicos da Coordenadoria de Saúde da Região Metropolitana, que sensibilizados pela situação sanitária da área, decidem instalar um Posto de Saúde em uma sala da casa que abriga o escritório da Comissão de Assuntos Fundiários e da EMATER.

Este Posto foi implantado sem a utilização de nenhum recurso, pois seu mobiliário foi obtido nos depósitos de vários hospitais e o atendimento médico é garantido por um profissional do Posto de Saúde de Queimados, que atende aos lavradores uma vez por semana.

Simultaneamente se elaborou um projeto de saúde para obter financiamento externo, que foi gerenciado através da Coordenação de Coop. Técnica e Econômica, tendo sido já aprovado, por uma instituição canadense por um valor de US\$ 9.000.

O projeto tem como objetivo a desmistificação do saber médico mediante treinamento de agentes de saúde, desenvolvimento da consciência comunitária para os cuidados da medicina preventiva, saneamento básico, alimentação, plantas medicinais.

Para viabilizar melhor essa proposta, se pretende estruturar uma ação coordenada entre a escola, o Posto de Saúde e as comissões regionais do Mutirão.

(Em anexo Projeto de Saúde e informe do médico atuante na área)

Educação:

Levantamento realizado na área pelo Grupo de Trabalho indicou

a existência de grande número de crianças, na faixa de 7 a 14 anos, que se encontravam sem qualquer atenção no setor educacional.

São cerca de 300 crianças, que nunca tiveram qualquer tipo de atendimento, ou cursaram em escolas de outras regiões, as primeiras séries de 1º grau e se encontram, no momento, à espera da implantação de escolas na área.

O próprio Mutirão tentou solucionar o problema, contratando os serviços de professores da própria comunidade, que estão neste momento, atendendo as crianças com precaríssimos recursos.

A SECPLAN (Superintendência de Planejamento Econômico e Social e SPUR) juntamente com técnicos da Secretaria de Educação, realizaram várias reuniões com a comunidade, com intenção de formalizar um plano específico para a área.

Como resultado dessas reuniões se concluiu:

- 1) Dificuldade de se implantar emergencialmente uma escola da rede estadual de educação;
- 2) O interesse da comunidade de que fossem aproveitados profissionais que já estão trabalhando na área, ligados ao Mutirão;
- 3) As dificuldades de acesso ao local impossibilitariam a frequência de professores contratados pela rede estadual.

Por essas razões, a técnica da SECPLAN (Consuelo) aconselhou analisar o projeto PRODASEC.

Técnicos desse projeto explicam as características do mesmo às professoras e a um grupo de mães do Mutirão, que o conceptualizam como o programa mais adequado.

Mas a implantação do PRODASEC esbarra em dificuldades burocráticas.

Por essas razões, e tendo em conta a urgência da implantação de escolas na área, o Grupo de Trabalho entendeu que a melhor maneira de viabilizar o projeto seria implantar um projeto educacional específico para Campo Alegre.

Tendo em vista essas considerações, o Governador do Estado autorizou abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 135.000.000 à Secretaria de Estado de Justiça e do Interior, para compra de equipamento escolar, material de consumo, merenda e contratação de pessoal.

Em função dessa proposta, a SECPLAN junto com a C.A.F. realizou as seguintes atividades:

- a) Seleção da Coordenadora do Programa. Por indicação de técnicos da SECPLAN na área de educação, se escolheu uma técnica que teve frequente participação nos projetos do PRODESEC e desenvolveu experiência similar em Guinéa - Bissau;
- b) Reunião da Coordenadora com representantes da comunidade e das professoras atuantes na área para seleção de pessoal a ser contratado (professoras e merendeiras), e material escolar necessário.

Neste momento está sendo elaborado o plano educacional que será implantado. Em anexo informe sobre a orientação geral desse plano.

Saneamento Básico:

Através das informações fornecidas pela FEEMA (ver análise bacteriológica em anexo), atentamento como prioritário o problema da precariedade dos poços de água e a não existência de qualquer solução para os dejetos humanos.

Estão sendo pesquisadas soluções alternativas de baixo custo e fácil implementação mediante pesquisa bibliográfica, consultas com 2 técnicos da CEDAE e contactos com a COPPE.

A FEEMA já indicou o sistema para realizar um teste do tipo de solo que indicará a solução mais adequada na construção de fossa.

A nível de educação da população se programará uma ação conjunta da FEEMA, escola e Posto de Saúde.

Está em estudo a solicitação para incluir Campo Alegre em um programa de cooperação do Forum Dinamarques-Brasileiro sobre o desenvolvimento de um projeto para construção de um poço e uma bomba para fornecer água potável e água para irrigação, utilizando energia eólica ou solar.

O programa consiste em elaboração do projeto e assistência econômica.



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFPA

Fornecimento de Plantel Caprino:

Iniciando um programa de criação de cabras onde os agricultores beneficiados devolverão as crias à comunidade para multiplicação da experiência.

A assistência técnica será fornecida por organismo de experiência reconhecida no setor.

O projeto foi elaborado por técnicos da Sup. de Planejamento Econômico e Social, que estão discutindo um termo de ajuste com a Capri-Leite.

Os recursos autorizados, a serem transferidos do FUNDES para a Comissão de Assuntos Fundiários, montam a 20 milhões de cruzeiros.

(Em anexo projeto e Convênio)

Questão da Fertilização:

Desde a elaboração do projeto emergencial foi colocada a necessidade da criação de uma central de produção de adubos, que permitiria desenvolver experiências que facilitariam o acesso dos agricultores a recursos que protegem e incrementam a fertilidade natural das terras.

Por falta de recursos o projeto não foi implantado. No momento, e por intermediação da Fase, se estão questionando recursos de entidades internacionais.

(Ver projeto em anexo)

Obras de Infraestrutura:

Construção de uma escola com duas salas de aula e reforma de prédio da comunidade, onde funcionarão mais duas salas.

Estas obras, programadas segundo levantamentos feitos pela SECPLAN, (Assessoria Técnica), serão executadas pela EMOP com recursos autorizados pelo Governador no montante de Cr\$ 100.000.000.

É necessário ressaltar que a iniciação das obras está condicionada à liberação das áreas por parte da Prefeitura de Nova Iguaçu, que as concederia nos termos de uma concessão de uso.

Pontes:

A inexistência de pontes na região está dificultando o acesso a áreas de plantio e impossibilitando o escoamento da produção.

Para resolver este problema a SECPLAN, através de sua Assessoria Técnica entendeu que poderiam ser utilizadas as sucatas de perfil usadas na Construção do METRÔ.

Estes perfis são cedidos sem cargo pela Secretaria de Transportes para a Secretaria de Planejamento.

O projeto está sendo elaborado pela Divisão de Projetos Especiais do METRÔ, prévio levantamento realizado por técnicos da SECPLAN.

Já foram propostas soluções para 3 pontes pequenas, outro projeto está dependendo de levantamento topográfico e o quinto, que por suas dimensões apresenta mais problemas, está ainda em fase de elaboração.

(Em anexo localização das pontes em planta)

Habitação: Projeto Piloto de Autoconstrução

Está previsto o financiamento a cerca de 20 residentes daquela área, de material de construção para as respectivas moradias, além da construção de galpão para uso comum.

No total, esse projeto montaria em Cr\$ 100 milhões, com recursos do FUNDES a serem repassados ao BD-Rio, que por sua vez repassará os recursos aos residentes indicados pelo Mutirão Campo Alegre, para pagamento em 48 meses com 6 de carência e com parcelas mensais equivalentes a 10% do salário mínimo.

Projeto coordenado pela SPUR com a C.A.F. (Ver programa, projeto e convênio em anexo).

Projeto de levantamento dos lotes distribuídos, áreas disponíveis e cadastro atualizado dos ocupantes:

O levantamento de campo está sendo realizado mediante uma equipe de técnicos e membros da comunidade, que localizam cada um dos lotes na planta em escala 1:10000 e preenchem uma ficha por cada ocupante.

Atualmente já foram levantados terrenos dos 400 já demarcados pelo Mutirão de março.

(Projeto e ficha em anexo)

Projeto Audiovisual:

O Centro de Treinamento e Produção Audiovisual é um projeto vinculado ao I.B.A.S.E. (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) que oferece cursos em técnicas básicas de audiovisual para organizações interessadas.

Foi aprovado recentemente por uma instituição italiana o programa apresentado por este Centro, para ser aplicado em Campo Alegre.

Os contatos frente à instituição financiadora foram gerenciados pela SECPLAN através da Coordenadoria de Cooperação Técnica e Econômica.

O audiovisual será programado junto à Comunidade - Proximamente serão exibidos em Campo Alegre algumas das produções já realizadas pelo Centro e que servirão como motivação para iniciar a discussão sobre o programa audiovisual que será implantado.

Em anexo, programa dos audiovisuais produzidos pelo Centro.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	5	preparo do solo	100.000
kg	500	Calcário agrícola	34.000
kg		Adubo	
kg		Sementes 3kg feijão, 3 kg milho, 20kg	
		arroz, 150g maxixe,	52.850
TOTAL			186.850

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
caixa	19	alpin	setembro/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 15 de Dezembro de 1984

Nome ARISTIDES BARNETO

Assinatura *Aristides Barneto*

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	7	preparo do solo	140.000
kg	4.500	Calcário agrícola	306.000
kg		Adubo	
kg		Sementes 15 kg milho, 30 kg feijão,	
		1 100g maxixe, 100g jiló, 100 g berinjela e 100g repolho.	115,191
TOTAL			561.191

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
caixa	56	alpin	setembro/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 12 de janeiro de 1985

Nome SILVANO MACEDO DE SOUSA

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg	3 kg	Sementes feijão	7.100
	1 kg	isca fermentada	2.600
TOTAL			9.700

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
kg	4 kg	feijão	agosto/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data **Campo Alegre, 15 de janeiro de 1985**

Nome **JOSÉ JÚLIO DA SILVA**

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg		Sementes 6 kg de feijão, 4 kg de arroz, 0,5 kg de quiabo e 0,1 kg de maxixe.	
			33.450
TOTAL			33.450

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
kg	12,5	arroz em casca	agosto/85
caixa	1 (uma)	batata doce	novembre/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data **Campo Alegre, 08 de fevereiro de 1985**

Nome **JÚLIO JOÃO PEREIRA**

Assinatura *Julio João Pereira*

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg	0,1	Sementes MAXIYE	6.500
	1 kg	isca formicida	2.600
TOTAL			9.100

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
caixa	1 (uma)	alpin	julho/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 11 de janeiro de 1985

Nome ARNALDO PEREIRA TAVARES

Assinatura Arnaldo Pereira Tavares

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DOS CAMPONESES E
PEQUENA PRODUÇÃO
DE MTO GROSSO

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras: MEU SÍTIO

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	<u>6</u>	preparo do solo	<u>120.000</u>
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg		Sementes	
TOTAL			<u>120.000</u>

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF
Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
<u>caixa</u>	<u>12</u>	<u>alpia</u>	<u>outubro/85</u>
		-	
		-	
		-	
		-	
		-	

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 15 de janeiro de 1985

Nome GUILHERME AUGUSTO ESTRELA D'ALVA

Assinatura

Guilherme Augusto Estrela d'Alva

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	05	preparo do solo	100.000,
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg		Sementes	
TOTAL			1000.000,

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
Caixa	10	Alpina	Setembro /85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data **Campo Alegre, 23 de Agosto de 1985.**

Nome **Sebastião Guilherme da Silva**

Assinatura

Glória da Purificação Jansen
Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Sebastião Guilherme da Silva
Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg	05	Sementes Feijão	13.500,
	1 Kg	isca formicida	2.600,
TOTAL			16.100,

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
quilo	09	Feijão	Julho / 85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 31 de Julho de 1985

Nome Pedro Paulo dos Santos

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

MARIA CONCEIÇÃO ROSA
Fiscalizadora
CREA-RJ 40599-13

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg		Sementes 3kg de feijão	8.100
		0,5 kg de quiabo	4.350
TOTAL			12.450

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
caixa	1,5	alpin	julho/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 7 de março de 1985. *Ismael de Aguiar*

Nome ISMAEL DE AGUIAR

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	12	preparo do solo	240.000
kg	1.000	Calcário agrícola	64.000
kg	1	uma saca formicida	2.600
kg	Sementes: 15 kg de feijão, 2kg maxixe, 15 kg milho, 1 kg abóbora, Sementes 0,2 kg jiló, 0,2 kg pimentão, 0,2 kg cenoura, 0,2 kg repolho.		258.340
TOTAL			564.940

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
saca	10,8	arroz em casca	julho

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 18 de janeiro de 1985

Nome JOSÉ ANASTÁCIO RODRIGUES

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

CAPDEIRÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	5 horas	preparo do solo	100.000
kg	750 kg	Calcário agrícola	51.000
kg		Adubo	
kg	5 kg	Sementes MILHO	5.000
TOTAL			156.000

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data de vencimento **do recebimento da mercadoria e serviços.**

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
caixa	15,5	alpin	julho/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data **Campo Alegre , 07 de janeiro de 1985**

Nome **JOÃO INÁCIO DE SOUZA**

Assinatura

João Inácio de Souza

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

RAMA CONCESSÃO RDS
ESPANHOLA 450000
CREA-PJ 45099-D

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora		preparo do solo	
kg		Calcário agrícola	
kg		Adubo	
kg		Sementes 5kg de feijão, 50gr. de maxixe, 10 gr. de jilo, 10 gr. de agrião, 10 gr. de cebolinha, 10 gr. de pimentão	
TOTAL			20.422,

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
Caixa	2,5	alface	Setembro /85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data Campo Alegre, 28 de Agosto de 1985.

Nome Acyr José Soares.

Assinatura

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSOCIAÇÃO "MUTIRÃO CAMPO ALEGRE"

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E TERMO DE COMPROMISSO

Nº

Declaro (amos) para os devidos fins e efeitos legais, que recebi (emos) da Associação "Mutirão Campo Alegre", as mercadorias e serviços abaixo discriminadas e que destinam-se ao uso exclusivo em minha (nossas) lavouras:

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS/SERVIÇOS	VALOR Cr\$
Hora	5	preparo do solo	100.000
kg	1.500	Calcário agrícola	102.000
kg	1	XXXX isca formicida	2.600
kg		30 kg arroz, 10 kg milho, 0,51 kg sementes de maxixe, 15 kg feijão, 10 g cebolinha, 10 g pimentão e 10g de chicória.	133.590
TOTAL			338.190

Para efeito fiscal, esta (s) mercadoria (s) serviço (s) está (ão) representada (s) pela NF Nº

Comprometo-me (emo-nos) ainda a devolver à Associação "Mutirão Campo Alegre" os produtos nas quantidades e prazos abaixo discriminados, ou o respectivo valor em dinheiro, aos preços da data do vencimento.

UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTOS	PRAZO ATÉ
saco	1 (hum)	arroz em casca	julho/85
saco	1 (hum)	milho	julho/85
kg	22	feijão	julho/85
caixa	30	alpin	outubro/85, digo, setembro/85

Fica acertado que, em caso de frustração de safra constatada pelos técnicos responsáveis da EMATER, a dívida será refinanciada para o ano de 1985, sem prejuízo do custeio de novo plantio.

O acompanhamento da aplicação dos insumos, serviços e equipamentos caberá ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao qual me comprometo a prestar todas as informações necessárias sempre que me forem solicitadas.

Local e data 25 de janeiro de 1985.

Nome JOSÉ JACOME CAVALCANTE

Assinatura x *Jose Jacome Cavalcante*

Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pela Associação "Mutirão Campo Alegre"

